

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO**

Dievani Lopes Vital

O Discurso de Revolução na Construção da República no Brasil (1869 - 1889)

JUIZ DE FORA

2022

Dievani Lopes Vital

O Discurso de Revolução na Construção da República no Brasil (1869 - 1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador (a): Prof^o. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus

JUIZ DE FORA

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vital, Dievani Lopes .

O Discurso de Revolução na Construção da República no Brasil (1869-1889) / Dievani Lopes Vital. -- 2022.

452 f.

Orientadora: Ronaldo Pereira de Jesus

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

1. Movimento Republicano Brasileiro. 2. Republicanismo Francês. 3. Retórica da Revolução. I. Jesus, Ronaldo Pereira de, orient. II. Título.

DIEVANI LOPES VITAL

O Discurso de Revolução na Construção da República no Brasil (1869-1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 11 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Armelle Enders
Université Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis

Prof. Dr. Rodrigo Perez Oliveira
Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata
Universidade Federal de Juiz de Fora



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Pereira de Jesus, Professor(a)**, em 14/07/2022, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Mansur Barata, Professor(a)**, em 01/08/2022, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0847550** e o código CRC **1F913B61**.

Dedico este trabalho, de reinterpretação processual da segunda importante transformação político-institucional ocorrida na história pátria, aos Progressos da Tecnociência, da Educação e da “*Res Publica*” democrática, no Brasil do Bicentenário de Independência Nacional (1822-2022).

AGRADECIMENTOS

Por meio desse trabalho, congratulo os concidadãos brasileiros Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, pelos esforços realizados, durante seus respectivos mandatos presidenciais, no intento de melhorarem as condições de vida do nosso povo, mediante investimentos maciços na área educacional e científico-tecnológica do país.

Agradeço ao Orientador, Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus (UFJF), pelos momentos de paciência e de solícita dedicação. Acredito que o constante respeito à autonomia de produção e o título da obra constituem, respectivamente, indelévels marcas da seriedade profissional e do talento do Professor.

Aos Professores Doutores Luiz César Sá (UnB) e Cláudia Viscardi (UFJF), por terem aceito convite para integrarem, em novembro de 2019, a Banca de Qualificação, por meio da qual puderam oferecer contribuições.

Aos Professores Doutores Membros da Banca de Defesa. À coorientadora do Estágio de Doutorado Sanduíche na *Université Paris 8/Vincennes-Saint-Denis*, a Professora e igualmente pesquisadora pelo *Institut Français de Géopolitique (IFG Lab)*, Armelle Jeanne Enders. Pela acolhida, pelas conversas, pelo prestimoso auxílio no desenvolvimento da pesquisa. Especialmente para a elaboração dos capítulos terceiro e oitavo. Ao Professor Alexandre Mansur Barata (UFJF), pelas contribuições advindas da disciplina “Entre a Província e a Corte: leituras sobre o processo de construção do Estado e da Nação no Brasil no século XIX”, da qual acredito ter vindo um dos suportes fundamentais para a construção da crítica epistemológica à historiografia consolidada sobre o Republicanismo e o Advento da República no Brasil, presente nas Considerações Iniciais. À Professora Cláudia Viscardi (UFJF), cujo aconselhamento credito a feitura da primeira parte da Tese, particularmente o capítulo quarto. Foi quem me sugeriu investigar a recepção do Republicanismo brasileiro na França da Terceira República e quem me indicou Armelle como Coorientadora, num possível Doutorado Sanduíche no Exterior. Ao Professor Rodrigo Perez (UFBA), a quem fui apresentado num simpósio temático sobre o pensamento social brasileiro, por ele mesmo organizado, para a XIII Semana de História Política da UERJ (2018). Grande proveito foi retirado da esclarecedora discussão sobre regimes retóricos e sobre a história do discurso político. Dois assuntos tratados com desenvoltura pelo Professor.

Ao bem-avaliado Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF), sem o qual o desenvolvimento de minha carreira profissional provavelmente ocorreria com menor brilho.

À Coordenação do PPGHIS-UFJF, sob a condução do Professor Dr. Rodrigo Christofoletti em particular.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), por meio da qual, desde os tempos do Mestrado, pude desenvolver atividades investigativas da área com certo conforto financeiro, proporcionado por bolsas de estudo. Em particular, agradeço pela bolsa de Doutorado-Sanduíche, a qual me possibilitou a experiência indescritível de viver e estudar em Paris, ao longo de dez laboriosos, porém, intensos e prazerosos, meses.

À gentileza e à educação cordial dos profissionais da *Bibliothèque Nationale de France (BnF)*, do *Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)*, do *Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires*

Étrangères. Nesse último caso, em particular, à Mlle. Carole Huet, ao M. Henri Gouddet e à imprescindível ajuda de M. Sébastien Chauffour.

À Ainoa Chinchilla, colega espanhola conhecida durante os trabalhos nos *Archives Diplomatiques* de La Courneuve. Pelas importantes informações e indicações a respeito do universo de estudos do Republicanismo espanhol.

À Jovita Maria Gerheim Noronha, ex-Professora de Francês Curricular e Literatura Francesa na *Faculdade de Letras* da UFJF. Pelo encontro de nossas trajetórias, pelas conversas, pelos valiosos conselhos diários me recomendados.

A Serge Fadla, por ter me acolhido em seu apartamento, na agradabilíssima Comuna de Villejuif, durante os dez meses de estágio em França. Igualmente, a seu primo, M. Gérard Helleni, por todo suporte com a manutenção do apartamento e pelas práticas do francês corrente.

Ao Cirurgião-Dentista, Dr. Rafael de Oliveira Corrêa, mais do que um médico da família, um amigo desde junho de 2012.

Aos compatriotas paraenses Deyvisson Machado, da Livraria Tucumã de Belém, e Thiago Barros Ferreira. À cordialidade e contribuição indispensável do Professor Dr. William Gaia Farias, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

À notável colaboração da colega do admirável e revolucionário Rio Grande do Sul, a gaúcha Tassiana Maria Parcianello Saccol.

Aos amigos (as) de curso, de área e de viagens, Marta Fittipaldi, Flávia Ferro, Mariane Alves, Rodrigo Morais, Ana Paula Bôscaro, Eliane Nogueira, Valério Negreiros, Tom Barbosa, Thalita Barbosa.

À minha família, meus irmãos, Suelen e Diego, meus sobrinhos, Miguel e Alcía, e minha mãe, Simone.

RESUMO

A partir da contribuição da História Intelectual do Político, este trabalho de caráter revisionista, a contrapelo, tem por objetivo investigar o desenvolvimento de uma Retórica da Revolução, expressa nos atos de fala de remarcados agentes, envolvidos na construção da Propaganda Republicana no Brasil, no intervalo entre os anos de 1869 e 1889. No âmbito do quadro de opções possíveis para solver a questão da forma de governo, assevera-se que a via radical, preanunciada no dilema liberal “Reforma ou Revolução”, inspirado na história política francesa da Monarquia de Julho, não foi descartada no referido recorte espaço-temporal. A despeito de a proposta reformista pacífica e legal ter prevalecido, também no plano discursivo, entre os liberais históricos signatários do *Manifesto do Centro* de 31 de Março de 1869; no programa dos liberais-radicais; entre os signatários do *Manifesto Republicano* de 03 de Dezembro de 1870. À medida em que aproximou o Centenário da Tomada da Bastilha, anualmente celebrado no Império do Brasil ao longo da década de 1880, houve o aumento do anseio pela opção de uma saída alternativa, por parte do núcleo radical dos membros da parcela republicana dos “letrados de 1870”. Em razão do estilo retórico-literário de formação superior dos agentes brasileiros, elementos da matriz francesa do Republicanismo moderno foram apropriados, de sobremodo, na composição do discurso radical hostil à continuidade da Monarquia. Foram considerados fatores explicativos para o progressivo esmaecimento da radicalização republicana os seguintes: o receio de reação repressiva da parte de autoridades ligadas à força pública; a hesitação à violência entre os próprios adeptos da via radical; a vastidão de dimensões continentais do território brasileiro; a ausência de reação monarquista imediata à Conspiração civil e militar, executada no dia 15 de Novembro de 1889; a gradual transformação das estruturas do país, desde meados do Oitocentos; a assimilação teórica da Revolução radical pelo Evolucionismo político. Analisados em conjunto, acredita-se que os fatores apontados contribuem para explicar, nos anos inaugurais da Primeira República, a vitória inicial do projeto liberal conservador, estabelecido pela Carta Constitucional de 1891, litigiosamente tornado hegemônico no decorrer da primeira década republicana.

Palavras-chave: Movimento Republicano Brasileiro. Republicanismo Francês. Retórica da Revolução.

RÉSUMÉ

Sur la base de la contribution de l'Histoire Intellectuelle du Politicien, ce travail révisionniste, en revanche, vise à enquêter sur le développement d'une Rhétorique de la Révolution, exprimée dans les actes de discours d'agents de premier plan, impliqués dans la construction de la Propagande Républicaine au Brésil, dans l'intervalle entre les années 1869 et 1889. Dans le cadre des options possibles pour résoudre la question de la forme de gouvernement, il est affirmé que l'option de la voie radicale, préfigurée dans le dilemme libéral «Réforme ou Révolution», inspiré par l'histoire politique française de la Monarchie de Juillet, n'a pas été exclue dans cette coupure spatio-temporelle. Bien que la proposition réformiste pacifique et légale ait prévalué, également sur le plan discursif, parmi les libéraux historiques qui ont signé le *Manifeste du Centre* du 31 Mars 1869; dans le programme libéral-radical; parmi les signataires du *Manifeste Républicain* du 03 Décembre 1870. À l'approche du Centenaire de la Prise de la Bastille, célébré chaque année dans l'Empire du Brésil tout au long des années 1880, il y eut une augmentation du désir de l'option d'une issue alternative, de la part du noyau radical des membres de la partie républicaine des «lettrés de 1870». En raison du style rhétorico-littéraire de l'enseignement supérieur des agents brésiliens, des éléments de la matrice française du Republicanisme moderne se sont appropriés surtout dans la composition du discours radical hostile à la continuité de la Monarchie. Les facteurs explicatifs de la disparition progressive de la radicalisation républicaine ont été considérés comme suit: la crainte d'une réaction répressive de la part des autorités liées à la force publique; l'hésitation à la violence parmi les partisans radicaux eux-mêmes; l'immensité des dimensions continentales du territoire brésilien; l'absence de réaction monarchiste immédiate à la conspiration civile et militaire du 15 Novembre 1889; la transformation progressive des structures du pays, depuis le milieu des années 1800; l'assimilation théorique de la Révolution radicale par l'Évolutionnisme politique. On pense qu'ensemble analysés, ils contribuent à expliquer, dans les années inaugurales de la Première République, la victoire initiale du projet libéral conservateur, établi par la Charte Constitutionnelle de 1891, rendu hégémonique de manière litigieuse durant la première décennie républicaine.

Mot clés: Mouvement Républicain Brésilien. Republicanisme Français. Rhétorique de la Révolution.

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
---	-----------------------------	----

PARTE I

CONEXÕES FRANCO-BRASILEIRAS DO REPUBLICANISMO REVOLUCIONÁRIO

2	O LEGADO DA TRADIÇÃO REPUBLICANA FRANCESA PARA A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO MODERNO E SUA INSERÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1870 NO IMPÉRIO DO BRASIL.....	39
2.1	TRÊS OPINIÕES, UMA CONSTATAÇÃO.....	44
2.1.1	Tobias Barreto: Não pratiquei o “cancã” republicano no Brasil.....	44
2.1.2	Joaquim Nabuco entre a República e a Monarquia; entre a Revolução e a Moderação.....	49
2.1.3	A antipatia de Rui Barbosa ao Republicanismo jacobino à brasileira.....	53
3	O ELEMENTO DO REPUBLICANISMO FRANCÊS REJEITADO PARA O BRASIL: O MODELO UNITÁRIO E CENTRALIZADO DE REPÚBLICA.....	58
3.1	OS PROJETOS REPUBLICANOS DAS CONSTITUIÇÕES FRANCESAS DE 1793, 1848 E 1875.....	59
3.2	DO REEXAME DO PASSADO REVOLUCIONÁRIO AO DEBATE DA DESCENTRALIZAÇÃO: A REAPROPRIAÇÃO DA RELEITURA OITOCENTISTA DO PENSAMENTO LIBERAL RADICAL FRANCÊS PELOS REPUBLICANOS BRASILEIROS DE 1870, ATRAVÉS DE TAVARES BASTOS.....	65
4	A RECEPTIVIDADE DO REPUBLICANISMO BRASILEIRO NA FRANÇA DA TERCEIRA REPÚBLICA: A RETÓRICA DA REVOLUÇÃO NOS CIRCUITOS OFICIAIS (1869-1889)	70
4.1	SINAIS DE REPUBLICANISMO REVOLUCIONÁRIO CAPTADOS PELA PENA DOS PRESIDENTES DA LEGAÇÃO FRANCESA NO RIO DE JANEIRO.....	71
4.2	“ECOS” DA REPÚBLICA BRASILEIRA NA FRANÇA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE 1789.....	90
4.3	POSSIBILIDADES ENSEJADAS PELA “CURIOSA REVOLUÇÃO” NO BRASIL.....	95

PARTE II

A QUEBRA DE HISTORICIDADE: UM DILEMA MUDANCISTA NOS RUMOS DA HISTÓRIA DO IMPÉRIO DO BRASIL

5	“OU A REFORMA, OU A REVOLUÇÃO” – O DILEMA DOS LIBERAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS DO IMPÉRIO BRASILEIRO NA PASSAGEM DÉCADA DE 1860 PARA A DE 1870.....	100
---	--	-----

6	A RETÓRICA DA REVOLUÇÃO PARA MUITO ALÉM DO <i>MANIFESTO DO CENTRO</i> E DO PROGRAMA DO <i>CLUBE DOS RADICAIS</i>: SALDANHA MARINHO EM <i>O REI E O PARTIDO LIBERAL (1869)</i>	115
6.1	A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA LATENTE NO PANFLETARISMO DE FINAIS DOS ANOS 1860.....	117
6.2	UM CONFLITO DE SOBERANIAS NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA “REVOLUÇÃO DE INDEPENDÊNCIA” E OS LIBERAIS FRENTE AO REI.....	123
6.3	NEM “ANÁRQUICOS”, NEM “SEDICIOSOS” E NEM “DESORDEIROS”: A REPERCUSSÃO DO <i>PRIMEIRO PANFLETO</i> E O DIREITO DE FALAR DE REVOLUÇÃO.....	134
7	ÀS PORTAS D’ <i>A REPÚBLICA</i>: MODERAÇÃO E FEDERAÇÃO EM TAVARES BASTOS....	150
7.1	A RECUSA DA “SIMETRIA FRANCESA” NA OBRA CAPITAL DE UM MODERADO PENSADOR ALAGOANO.....	157
7.2	NÃO QUEREMOS UMA REPÚBLICA UNITÁRIA <i>À LA</i> FRANCESA PARA O BRASIL: A FECUNDIDADE DO PENSAMENTO DE TAVARES BASTOS NA PRODUÇÃO D’ <i>A REPÚBLICA</i>	178
8	O ADVENTO D’ <i>A REPÚBLICA</i> NA IMPRENSA DO IMPÉRIO DO BRASIL E “OS ANOS TERRÍVEIS” EM FRANÇA.....	185
8.1	A IMPLANTAÇÃO DA TERCEIRA REPÚBLICA FRANCESA NAS PÁGINAS D’ <i>A REPÚBLICA</i> BRASILEIRA.....	197
8.1.1	A beligerância dos governos monárquicos: a feroz resistência de uma República “vitimada” pela barbárie de uma Monarquia “invasora”	200
8.1.2	A Comuna de Paris sob o ângulo d’ <i>A República</i> : o dilema liberal “ <i>Reforma ou Revolução</i> ” em meio ao silêncio face à violência revolucionária.....	207
8.1.3	Sobressaltos da República no mundo latino euro-americano: estabilidade na França, nascimento na Espanha e tentativa de empastelamento no Brasil.....	214

PARTE III

O COMPORTAMENTO REPUBLICANO PERANTE O DILEMA LIBERAL NA PRIMEIRA

FASE DA PROPAGANDA

9	CONSIDERAÇÕES SOBRE A RETÓRICA DA REVOLUÇÃO PRESENTE NO DISCURSO REPUBLICANO SURGIDO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO EM 1870.....	231
9.1	REPERTÓRIOS DA FRANÇA REPUBLICANA NO ARGUMENTO RETÓRICO DO <i>MANIFESTO DE 03 DE DEZEMBRO DE 1870</i> E EM ARTIGOS D’ <i>A REPÚBLICA</i>	234

10	MUITO ALÉM DO <i>MANIFESTO DE 70</i> : O DIREITO À REVOLUÇÃO PARA IMPLANTAR A REPÚBLICA NO BRASIL, NA OPINIÃO DE FRANCISCO CUNHA.....	241
11	A “QUESTÃO ACADÊMICA” DO ANO DA COMUNA DE PARIS (1871): A SEDE D’A <i>REPÚBLICA</i> SOB SUSPEITA DE SER O REDUTO DA REVOLUÇÃO.....	260
11.1	A “MARSELHESA ACADÊMICA” E A DUALIDADE DISCURSIVA DOS REPUBLICANOS ATÉ O FIM DO IMPASSE.....	275
12	22 DE MAIO DE 1872 – UM “NOVO 16 DE JULHO”: A “TEMPESTADE REVOLUCIONÁRIA” ÀS PORTAS DO IMPÉRIO?	291
13	OS REPUBLICANOS NA QUESTÃO RELIGIOSA: O POSICIONAMENTO PRÓ REVOLUÇÃO DE SALDANHA MARINHO PARA SEPARAR A IGREJA CATÓLICA DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO	316

PARTE IV

A ASSIMILAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DA REVOLUÇÃO RADICAL PELO EVOLUCIONISMO POLÍTICO: A REPÚBLICA PROCLAMADA EM 1889

14	A RESOLUÇÃO DO DILEMA LIBERAL “REFORMA OU REVOLUÇÃO” NA DÉCADA DO CENTENÁRIO DA QUEDA DA BASTILHA E DO “15 DE NOVEMBRO”: RAZÕES PARA O ESMAECIMENTO DA RADICALIZAÇÃO NO MEIO REPUBLICANO BRASILEIRO	328
14.1	A RADICALIZAÇÃO DA RETÓRICA REPUBLICANA NA “REVOLTA DO VINTÉM”: A MILITÂNCIA DE LOPES TROVÃO NUM ENSAIO DE REVOLUÇÃO NO CENTRO DO IMPÉRIO	329
14.1.1	Um ensaio de “Revolução” contra o aumento da passagem dos transportes? O que nos diz a historiografia.....	331
14.1.2	O ativista Lopes Trovão: do radicalismo ao exílio.....	337
14.1.3	A circulação de ideias entre a escalada e o recuo da marcha revolucionária. Hesitação e repressão policial freiam o carro da Revolução na Corte.....	344
15	EXASPERAÇÃO E DECLÍNIO DA RADICALIDADE NO REPUBLICANISMO POSITIVISTA DA “PROVÍNCIA MARAJOARA” DO EXTREMO NORTE: A REIVINDICATIVA DO DIREITO DOS POVOS À INSURREIÇÃO EM BELÉM DO GRÃO-PARÁ.....	352
15.1	A LIDERANÇA REPUBLICANA POSITIVISTA DE LAURO SODRÉ.....	352
15.2	APORTES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O REPUBLICANISMO PARAENSE: A FUNDAÇÃO E EXPANSÃO DO CLUBE.....	355
15.3	UMA ETAPA DA EVOLUÇÃO E UM “DIREITO DO POVO” À INSURREIÇÃO: A “REVOLUÇÃO” SEGUNDO O <i>MANIFESTO DO CLUBE PARAENSE</i>	357

15.4	A INSURREIÇÃO COMO “DIREITO DOS POVOS” N’A <i>REPÚBLICA</i> PARAENSE DA PRIMEIRA FASE.....	363
15.5	FATORES DE DECLÍNIO DA RADICALIZAÇÃO NO MOVIMENTO PARAENSE	370
16	A OPORTUNIDADE DA REPÚBLICA NO PENSAMENTO RADICAL DE UM SUL-RIO-GRANDENSE: ASSIS BRASIL FAZ DA “REVOLUÇÃO” UM COMPONENTE DA “EVOLUÇÃO”	374
16.1	DAS RAÍZES AO DESENVOLVIMENTO: O PENSAMENTO REPUBLICANO REVOLUCIONÁRIO SUL-RIO-GRANDENSE.....	374
16.2	DAS RELAÇÕES DE ASSIS BRASIL COM O RADICALISMO REPUBLICANO.....	378
16.3	QUE SEJA BRANDA OU VIOLENTA: ASSIS BRASIL ADVOGA PELA REVOLUÇÃO COMO POSSÍVEL SAÍDA.....	382
17	ANTÔNIO DA SILVA JARDIM, UM REVOLUCIONÁRIO CONSERVADOR: O PRELÚDIO DO ECLIPSE DO REPUBLICANISMO RADICAL ENSEJADO NA “REVOLTA DO VINTÉM”....	397
17.1	BREVES APONTAMENTOS SOBRE A LITERATURA ESPECIALIZADA EM SILVA JARDIM.....	401
17.2	“REPÚBLICA” E “REVOLUÇÃO” NO LÉXICO DE UM “VENCEDOR VENCIDO”	404
17.3	COM O “POVO” OU COM A LAVOURA, TERÍAMOS SIDO CAPAZES DE PRODUZIR UMA REVOLUÇÃO DISRUPTIVA NO PÓS 13 DE MAIO? O DEBATE JOAQUIM NABUCO <i>VERSUS</i> SILVA JARDIM.....	412
17.4	A DISPUTA PELA CHEFIA DO PARTIDO COM QUINTINO BOCAIUVA: A REVOLUÇÃO RADICAL DEFINITIVAMENTE ASSIMILADA PELO EVOLUCIONISMO POLÍTICO.....	417
18	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	428
	REFERÊNCIAS	434
	ANEXO A – Fontes manuscritas, impressas e/ou microfilmadas.....	446
	ANEXO B – Periódicos.....	450

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em maio de 2016, o Jornal *Folha de São Paulo* revelou e divulgou o conteúdo de uma conversa gravada em março daquele ano. Trata-se do diálogo estabelecido entre Sérgio Machado, ex-Presidente da subsidiária Transpetro, e o Senador Romero Jucá (antigo PMDB). Em áudio, ambos discutem um pacto para retirar do poder a Presidente reeleita Dilma Rousseff (PT), de modo a paralisar as investigações da Operação Lava-Jato (2014-2021). Na ocasião, o propósito era o de “estancar a sangria” da classe política brasileira, investigada num esquema bilionário de corrupção na Petrobrás:

Jucá- [...] Tem que resolver essa porra.... Tem que mudar o governo pra estancar essa sangria.

Machado- Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

[...]

Machado- É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

Jucá- Com o Supremo, com tudo

[...]

Jucá- [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem ‘ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma].¹

A conversa é reveladora no sentido de apontar uma saída “à brasileira” para a crise política no âmbito de uma negociação, a envolver membros das elites dirigentes, dos poderes do Legislativo e do Judiciário. A referida saída inconstitucional para a crise política e também econômica, a que abateu o país desde o término do segundo turno das Eleições de 2014, encontra paralelos com outros momentos dramáticos de transição em nossa história republicana.² Como são os episódios relacionados às datas de 1889, 1930, 1937, 1964.

Nos estudos desenvolvidos pela historiografia brasileira, consolidada na análise de tais processos mudancistas³, a ênfase na ausência de radicalidade disruptiva entre elites e a subvalorização da possibilidade de participação popular coletiva mais incisiva⁴ se convergem num ponto interpretativo recorrente. Em continuidade com

¹ VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala de pacto para deter avanço da Lava-Jato. **Folha de São Paulo**. Brasília, 23. Maio. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>.

² No que diz respeito à Crise política e econômica brasileira, deflagrada a partir de 2014, abordagens recentes relatam como “Golpe de Estado parlamentar” os acontecimentos em curso no ano de 2016, dos quais resultou o Impeachment de Dilma Rousseff. Ver: BIGNOTTO, Newton. **Golpe de Estado: história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. pp. 21-22. Sobre a relação da Crise de 2014 com as Jornadas de Junho de 2013 e as nuances jurídica e midiática do “Golpe”, sugerimos: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G.; MATTOS, Hebe (Orgs). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2016.

³ Nos referimos particularmente a abordagens que, segundo Edson Nunes, estão entre aquelas a comporem a “gramática política do Brasil”. Ou melhor, “a biografia do Brasil republicano”: FAORO, Raymundo. O Renascimento Liberal e a República. In: **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001, cap. XII; VIANA, Oliveira. Gênese e evolução do ideal republicano. In: **O Ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, Terceira Parte, pp. 81-110; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico: do Império à República. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, v.7, pp. 328-334.

⁴ Apesar de não centrarmos diretamente na problemática da participação popular no Movimento Republicano, nos distanciamos da longa tradição historiográfica baseada na ideia de reação popular “apática”, “indiferente”. Característica taxativa cristalizada, com vigor, a partir do emprego da expressão “bestializado” e, desde então, profundamente arraigada em interpretações da história do Brasil. De igual modo, cientes estamos de

a perspectiva apresentada, outros referenciados trabalhos do campo⁵ prosseguem a enfatizar o caráter conservador consensual da “mudança dentro da ordem”. Processo cuja dimensão política baseia-se em “transições pactuadas”, feitas “por cima”. Com objetivo estratégico de manter estáveis estruturas de dominação e evitar rupturas revolucionárias. Numa atmosfera deliberativa restritivamente reservada à ação das elites dirigentes. Personagens representados com tendência a assumirem protagonismo, quase exclusivo, em cenários da história política do país.⁶

que o uso da expressão abriu margem à tese pró-monarquista da sociedade civil, no período subsequente ao Advento da República. Um argumento propositadamente sustentado, por parcela da tradição historiográfica criada, para justificar presumida “falta” de participação popular no evento. Consequentemente, de modo geral, a tradição tornou a alegada “apatia” / “indiferença popular”, na ocasião do “15 de Novembro”, mais um fato historiográfico do que necessariamente uma verdade histórica. Um ponto de partida para a manobra deliberada identificamos na leitura parcial, com silenciamento de trechos, da Carta de Aristides Lobo publicada no *Diário Popular*, a 18 de Novembro de 1889. De modo mais incisivo, mas ainda com contradições decorrentes do uso quase sinonímico dos termos “ausência” e “exclusão”, José Murilo de Carvalho tem reabilitado a participação popular na história brasileira, em momentos que vão da Independência às variadas fases do Império e da República. Analisa como o alijamento do povo, na participação política, se constituiu num problema central para a República. Ver: CARVALHO, José Murilo. **O pecado original da República**: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. RJ: Bazar do Tempo, 2017, 296 p. Ao reconstruir a cena do desfile promovido na tarde de 15 de Novembro de 1889, na Rua do Ouvidor, Ângela Alonso lembra que a República brasileira foi proclamada em meio “a mobilização civil-militar e gente nas ruas”. Com o posicionamento, se afasta de interpretações a verem no episódio uma simples “quartelada”, para a qual nada teria contribuído a participação popular. Ver: ALONSO, Ângela. *Instauração da República no Brasil*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. SP: Companhia das Letras, 2019, pp. 163-171. Ver mais: ALONSO, Ângela. A instauração da República no Brasil segundo seus personagens. **Serrote**, v. 03, pp. 12-32, 2009. Sobre a “Proclamação Popular” na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ver: QUEIROZ, Maurício Vinha de. Paixão e morte de Silva Jardim (1967) apud FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanistas, 2008, pp. 124-125.

⁵ No nosso entender, por mais colaboradores que sejam nos estudos sobre o Republicanismo brasileiro, os trabalhos citados na nota 3 propiciam uma interpretação historiográfica enfaticamente “conciliadora” sobre os processos políticos transformativos no Brasil. Como decorrente, a referida serve de parâmetro a outros, produzidos em períodos próximos às datas dos Centenários da Abolição e da Proclamação da República: CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. SP: Cia das Letras, 1987; CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da República**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992; SCHULZ, John. **O Exército na Política**: Origens da Intervenção militar – 1850-1894. SP: Editora da USP, 1994. Ver também: CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998; COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. No campo da Sociologia, desde os anos 2000, trabalhos de Ângela Alonso são recorrentemente citados pela produção historiográfica atualizada. Apresentam a relevância de encararem os discursos dos agentes letrados do movimento político-intelectual de 1870 como práticas concretas de intervenção política no debate público da época. Entretanto, observamos na argumentação dos primeiros um sentido a torná-los ainda tributários do ponto de vista reformista consensual, da interpretação historiográfica consolidada, a despeito da proposta de uma saída radical para o estabelecimento da República. A respeito, ver: ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento**: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. SP: Paz e Terra, 2002; ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000. No âmbito exclusivo da Historiografia dos anos 2000, encontramos avanços. No espaço popular das ruas e no mundo dos impressos, destaca-se a aposta na escuta de vozes contemporâneas à “crise de direção” do final do Império, em detrimento de “interpretações modernas”. Todavia, Maria Tereza se concentra mais no entendimento da ideia republicana enquanto “nova concepção de mundo”, isto é, uma cultura democrática e científica “em progressivo consentimento”. Nos parece difícil visualizar um campo republicano conflitivo, aberto à competição entre projetos concorrentes de República. Ver: MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: Cultura democrática e científica no final do Império. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007. Da mesma autora: MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República e o Sonho**. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: pp.121-139, jan./jun. 2011. Em abordagem recente, para explicar o caráter excludente e conservador assumido pelo regime convencionado na Carta de 1891, Heloisa Starling parte da década de 1860 e adota, como eixo analítico, o esvaziamento do sentido de “República” e da tradição republicana ensejada desde o século XVII na América portuguesa. Ao fazê-lo, o estudo construído de igual modo parece desconsiderar a existência de projetos alternativos, em disputa no Império brasileiro desde 1870. A respeito, ver: STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Ser republicano no Brasil colônia**. A história de uma tradição esquecida. 1º ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2018, pp. 262-276. A tese da perda de tradição republicana e do esvaziamento do sentido de “República” também compõe argumento central de outra obra organizada pela autora. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs). **Dicionário da República...**, pp. 11-20.

⁶ Rodrigo Patto destaca “Conciliação” ou “Acomodação” como termos “quase” equivalentes, empregados pela nossa tradição ensaística para fazer referência a uma característica central da cultura política brasileira. Trata-se de estratégia (-s) a envolver relações assimétricas de raças e de classes sociais, a datar do período colonial português. Podendo ser adotada por grupos dominantes, para manterem o poder e evitar o conflito violento radical; pela “massa” popular e por grupos de oposição, para lidarem com a ordem. Se manifesta em processos implementativos de políticas modernizantes autoritárias, como ocorrido a partir da ditadura do Estado Novo e a de 1964. Chama a atenção para a análise das

Constitui objetivo geral da presente história a contrapelo investigar o aporte da matriz francesa do Republicanismo⁷ na promoção de uma Retórica da Revolução, mobilizada pelos elementos mais radicais da propaganda articulada pela parcela republicana do movimento político-intelectual de contestação às estruturas do Império. Um movimento de letrados, emerso na conjuntura do Brasil das décadas de 1870 e 1880⁸, cujos membros adeptos da ideia republicana propuseram substituir a Monarquia de D. Pedro II por uma República.

No campo de uma História Intelectual do Político, tal tarefa implicou em explorar o significado da França republicana de 1792, 1848 e, principalmente, a de 1870, para o incremento da propaganda do Movimento Republicano no país, através das práticas discursivas de seus mais destacados homens de letras.⁹ Jornais, discursos públicos, obras bibliográficas, biografias, correspondências diplomáticas, constituíram a base empírica da investigação.

Na análise da mobilização da retórica republicana revolucionária, demos destaque aos nomes de Saldanha Marinho, Francisco Cunha, Lopes Trovão, Assis Brasil, Lauro Sodré, Silva Jardim. Sabemos que entre eles, nem todos pertenceram de modo declarado ou permaneceram adeptos da corrente radical, defensora de um regime republicano. Outros nomes a empregarem o discurso da Revolução também aparecem esporadicamente no campo republicano, tais como os de Luiz Barboza Silva e Salvador de Mendonça. Por fornecerem testemunhos menos comprometidos com a causa, Tobias Barreto, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco foram selecionados, no propósito de verificarmos a pertinência do alinhamento político-ideológico dos letrados republicanos brasileiros com a matriz francesa do Republicanismo. Por meio das falas de Nabuco de Araújo e de Sayão Lobato, pudemos contextualizar em 1868 o posicionamento da ala moderada do *Partido Liberal* cindido e do *Partido Conservador*, no que diz respeito ao tema da Revolução. Exploramos ainda a contribuição imprescindível do legado de Tavares Bastos à compreensão da linguagem republicana, ensinada a partir dos anos de 1870.

acomodações políticas, sobre setores populares, poder gerar o polêmico discurso do presumido caráter “pacífico e ordeiro” do povo brasileiro. Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018. O autor frisa a importância de evitar exageros na análise de cultura política, caracterizada por estratégias de acomodação, como a brasileira. Isso sob o risco de perdermos a perspectiva da mudança. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Revista Páginas/** año 8 – n° 17 Mayo – Agosto/pp. 9-25 / 2016. Ainda sobre o processo de modernização conservadora, de transição “pelo alto”, ver também: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 13 ed. SP: Editora Brasiliense, 1991, parte I; VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. 4. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, cap. 3. Para uma problematização do caráter negociado de transição da Ditadura Militar (1964-85) no que diz respeito à participação popular, no conjunto do processo de reabertura política da Redemocratização (1985), ver: LACERDA, Gislene. A militância possível: Entre brechas conquistadas e concedidas, a sociedade civil pressionou por abertura. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 10, n 114, pp. 26-28, março 2015.

⁷ Apesar de recorrentemente termos nos valido do termo “matriz”, para referenciar os variados repertórios do Republicanismo francês, não tivemos por pretensão utilizá-lo enquanto ferramenta conceitual. O que acreditamos ter nos desobrigado da necessidade de teorizá-lo.

⁸ O movimento político-intelectual referido foi habitualmente rotulado de “Geração 1870” brasileira. Há outro rótulo emblemático: “Ilustração Brasileira”. Para mais considerações, ver: ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento...**; BARROS, Roque S. M. **A Ilustração brasileira e a ideia de universidade**. SP: Convívio, 1986.

⁹ É sabido que a referência transnacional citada marcou presença semiótica muito além do plano político da linguagem discursiva, falada e/ou escrita. A simbologia republicana, difundida a partir da Primeira Revolução Francesa (1792), foi adaptada por periódicos brasileiros desde a inauguração da propaganda republicana, na Corte imperial de 1870. Ao lado do barrete frígio, a alegoria feminina da República foi o modelo de ilustração mais empregado por caricaturistas, no processo de difusão do credo político. Cf.: LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano**. Rio de Janeiro, 1868-1903. 2010. 423 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Na esteira da Crise Ministerial de 1868, da divisão interna do meio liberal por ela motivada, em plena Guerra do Paraguai, observamos no lançamento da máxima “Ou a reforma, Ou a revolução” – aventada por membros do *Centro Liberal* (1869), inspirados na história política francesa da Monarquia de Julho – um momento de quebra de historicidade. Agentes do *Partido Liberal* cindindo, apoiados numa releitura própria do passado francês, passaram a ver na prerrogativa imperial da dissolução da Câmara dos Deputados, empregada na ocasião, não mais um mecanismo promotor de governabilidade. Mas, antes, um fator de Revolução contra a própria Monarquia parlamentar.

No quadro de circunstâncias da conjuntura descrita, nossa hipótese central considera que uma saída radical para resolver a “Questão do Regime”, no Império do Brasil, não foi descartada dentro do horizonte dos agentes de oposição envolvidos na disputa política, no intervalo dos anos entre 1869 e 1889. A despeito de a proposta reformista pacífica e legal ter prevalecido, no plano discursivo, entre os liberais históricos signatários do *Manifesto do Centro* de 31 de Março de 1869; no programa dos liberais-radicais; e entre os signatários do *Manifesto Republicano* de 03 de Dezembro de 1870. Acreditamos ser sensível a permanência reivindicativa de uma ação radical na própria Corte e, particularmente, em duas províncias geograficamente afastadas do centro político nacional. Situação a impor a necessidade de revisão da presumida dimensão minoritária da corrente revolucionária, no quadro geral do Movimento Republicano, e de sua consensual derrota precoce para a corrente rival. Em decorrência, fez-se imprescindível cogitarmos quais fatores teriam se sobrepostos para evanescerem a radicalidade no âmago da propaganda republicana brasileira, até o “15 de Novembro”.

Numa hipótese secundária, sustentamos que com a proximidade do Centenário da Tomada da Bastilha, anualmente celebrado no Império do Brasil ao longo da década de 1880, houve o aumento do anseio pela opção de uma saída alternativa, que não foi a reformista-evolucionista, por parte do núcleo radical dos membros da parcela republicana dos “letrados de 1870”, a fim de resolverem a polêmica. Tal anseio pode ser encontrado manifesto, mormente, no plano político da linguagem, já que o propósito de definir qual forma de governo, mais conveniente às necessidades, ganhou amplitude no debate público, particularmente na imprensa ilustrada e comercial.

Nessa conjectura, como hipótese terciária, acreditamos que as inspirações, em outros termos, os repertórios da França republicana e revolucionária de 1792, 1848, 1870, orientaram sobremaneira as estratégias dos atores que assim se dispuseram no proceder. Elementos da matriz francesa do Republicanismo funcionaram como combustível político e ideológico devido à característica retórico-literária de formação superior dos agentes letrados. Ora de modo aquiescente, ora de maneira refratária, de acordo com as circunstâncias da conjuntura em que estiveram inseridas suas atuações.

Pensamos que o estudo da corrente revolucionária, da parcela letrada do Movimento Republicano brasileiro, possui utilidade complementar aos estudos sobre a antagonista, a corrente reformista-evolucionista.¹⁰ Conseqüentemente,

¹⁰ Com ponderação, identificamos Antônio da Silva Jardim e Quintino Bocaiúva como exemplos de liderança das correntes “revolucionária” e “reformista-evolucionista”, respectivamente. Consideramos como estudos dedicados à corrente reformista-evolucionista aqueles já citados nas notas 3 e 5.

desenvolvemos uma hipótese quaternária, por meio da qual salientamos a relevância em potencial contida numa compreensão apurada sobre os fatores ligados ao fracasso da primeira, para um melhor entendimento da corrente concebida vitoriosa.

A investigação do percurso da corrente revolucionária através da Retórica da Revolução, entre 1869 e 1889, muito tem a dizer a respeito do percurso da rival. Em outras palavras, explanações sobre o fracasso de agentes ligados àquela corrente, no intento de atingirem seus propósitos, servem para explicarem, de modo complementar, o (-s) porquê (-s) da via sem rupturas radicais ter sido bem-sucedida, vitoriosa a partir da Conspiração a derrubar o Trono em novembro de 1889. A verificação dessa última hipótese corroborou para afastarmos a possibilidade de abertura a quaisquer perspectivas de natureza teleológica e fatalista. Propensas a explicarem a feição assumida pelo regime republicano, entre 1889 e 1891, a partir da perspectiva reformista pacífica e legal, encerrada no *Manifesto de 1870*, e vice-versa.

Nesse sentido, coerentemente perseguimos o desafio de questionar determinadas interpretações da historiografia consolidada sobre o assunto.¹¹ Acreditamos terem sopesado o Movimento Republicano entre os letrados, considerando-o essencialmente pacífico desde 1870, em razão do teor do manifesto na imprensa. Desenvolveram a chave de leitura a nos levar à impressão de já naquela época estarmos diante de um metaprojeto, acabado e definido, de como alcançaríamos, de modo oportuno e obrigatório, a República no Brasil. Isto é, por meio de uma Reforma pacífica e legal das instituições.

Da observação minuciosa de alguns dos mais destacados trabalhos da historiografia especializada na história republicana brasileira, verificamos uma constante. Percebemos que dos anos de 1889, 1930, 1937, 1964, 1985 é enfatizado, acima de tudo, o caráter conservador da “mudança dentro da ordem”, na qual se configuraram os processos de transição política no país.¹²

No período dos anos 30, por exemplo, em abordagens comprometidas com o estudo das modificações ocorridas naquela conjuntura, observa-se a ruptura da ordem republicana oligárquica anterior mediante um rearranjo

¹¹ Cf. notas 3 e 5 dessas Considerações Iniciais.

¹² Acreditamos que o ponto de vista apresentado pode ser orientado a possíveis reavaliações interpretativas da história brasileira, antes mesmo da data do Advento da República. Pode ser retroativamente estendido a 1822, na qualidade de primeira transformação político-institucional de envergadura. A respeito, conferir: LIMA, Marcela Telles Elian de; STARLING, Heloisa Maria Murgel (Orgs.). **Vozes do Brasil: a linguagem política na Independência. (1820-1824)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2021. 404 p. Edições do Senado Federal; v. 287; SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil**. Texto originalmente publicado na coluna *Negros Trópicos* na *DW Brasil*, em 06/09/2021. Para abordagem de temas abrangentes, relacionados à construção do Estado e à luta por cidadania, sugerimos: DANTAS, Mônica Duarte. **Revolutas, Motins e Revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. 2 ed. São Paulo: Alamedas, 2018, 578 pp. Sobre a visão historiográfica enfaticamente conciliadora da história nacional, a qual procuramos repensar no ângulo do aspecto da Independência, ver: MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O Contexto da Independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. SP: Editora SENAC, 2000; MERCADANTE, Paulo. **A consciência Conservadora no Brasil: Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira**. 4 ed. Rio de Janeiro: editora Universidade: Topbooks, 2003. Ver também: “NOSSA independência não foi revolucionária, tampouco romântica”, diz Lília Schwarcz. **UOL**, [S. l.], p. 1, 7 set. 2020. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/12578_nossa-independencia-nao-foi-revolucionaria-tampouco-romantica-diz-lilia-schwarcz.html. Acesso em: 9 set. 2020.

intra-elites. A envolver apenas a alta cúpula política do país, a classe dirigente, o empresariado, as oligarquias regionais e o Exército. Não problematizam acerca de projetos alternativos ao hegemônico e acerca da participação de demais atores no cenário nacional.¹³

Procuramos mostrar que a ênfase excessiva dada à “mudança dentro da ordem”, baseada em concessões e conciliações negociadas, muitas vezes nos impede de vislumbrar maior dinamicidade, em movimentos operados dentro do tecido social brasileiro. Principalmente em meio àqueles segmentos afeitos à defesa por mudanças. Como é o caso dos agentes letrados envolvidos com a propaganda republicana, a despontar num Brasil de importantes transformações capitalistas dos anos de 1870.

No que diz respeito ao período decisivo de mudanças estruturais, iniciado a partir de meados do século XIX¹⁴, e ao Movimento Republicano ensejado naquela conjuntura, em oposição ao regime da Monarquia escravista, desejamos nos contrapor ao aspecto interpretativo descrito. Por nós considerado excessivamente “conciliador”, presente na historiografia consolidada e nos trabalhos citados na nota 5. Pretendemos confrontá-lo com discursos de agentes letrados articulados ao movimento, em ocasiões nas quais discutem a via pela qual se pretendia instaurar a República, em substituição à Monarquia bragantina.

Compreender o ponto de partida da propaganda republicana no Império do Brasil, considerando compulsoriamente o ponto de chegada, qual seja, o desfecho dos acontecimentos ocorridos entre os anos de 1888 e 1889 – a República federal, militarista, oligárquica e excludente – não apenas cria uma interpretação conservadora do processo mudancista, ocorrido em fins do XIX. Em concomitância, tal operação marginaliza agentes que tiveram propostas alternativas de República, e de como concretizá-las, derrotadas.¹⁵ Como é o caso exemplar de Silva Jardim.¹⁶

¹³ Ver: FAUSTO, Bóris. A “Derrubada” das oligarquias. In: **A Revolução de 30: Historiografia e História**. SP: Brasiliense, 1983, cap. III, pp. 86-111; PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a reação republicana: as origens do Tenentismo**. Petrópolis: Vozes, 1994, cap. 3; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, 340p.

¹⁴ Na terceira edição da obra em que interpreta a história brasileira, Armelle Enders aborda a supressão do tráfico de escravos pela Lei de 04 de setembro de 1850, a chamada Lei Eusébio de Queirós – referência ao Ministro da Justiça –, como “uma revolução na história do Brasil”. Para mais detalhes, conferir: ENDERS, Armelle. **Histoire du Brésil**. 3 ed. Paris: Éditions Chandeigne, 2019, pp. 166-171 (Tradução Nossa). Para mais informações sobre o conjunto indicado de transformações sociopolítico-econômicas, as quais abrangem para além da Abolição do Tráfico de escravos, a Tarifa Alves Branco, a Lei de Terras, a Reforma da Guarda Nacional, a criação do Código Comercial, os surtos de industrialização, o crescimento urbano e populacional, o processo imigrantista, a crise política do meio liberal entre 1860-1870, ver: CASALECCHI, J. Ê. **A Proclamação da República...**, p. 19; HAHNER, June E. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil 1870-1970**. Traduzido por Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993; COSTA, E. V. **Da Monarquia à República...**, pp. 463-8, 479; CARVALHO, J. M. **Pontos e Bordados...**, pp. 107, 108-127; SCHWARCZ, Lília K. M. Um debate com Richard Graham ou “Com Estado, mas sem nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política”. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 5, n. 1, pp. 53-74, 2001; ALONSO, Â. **Ideias em Movimento...**, pp. 77-78; MELLO, M. T. C. de. **A República Consentida...**, p. 61; JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da Monarquia: escravos, operários na Corte**. BH: Argvmentvm, 2009, p. 177; GOMES, Amanda Muzzi. **Fragilidade Monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações nas primeiras décadas republicanas (1860-1900)**. 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012.

¹⁵ Ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os Radicais da República/ Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)**. SP: Brasiliense, 1986, p. 09.

¹⁶ Maria Fernanda Lombardi assevera que o processo de institucionalização de uma “República oligárquica”, enquanto projeto hegemônico vitorioso, ofuscou as alternativas postas a ela, no período precedente e posterior à proclamação do novo regime. Tal circunstância torna uma necessidade o resgate de figuras como a de Silva Jardim. Em relação ao menosprezo do conflito, imposto pela historiografia aos anos iniciais da Primeira República, nos alerta para o fato de, após a Proclamação, terem se cristalizado dois “mitos” sobre o acontecimento: o do consenso nacional e o da indiferença da população. Ambos operaram de modo a obscurecerem os conflitos travados entre grupos políticos e sociais

O equivalente observamos para uma perspectiva retroativa engessada, predisposta a enxergar o modelo republicano constitucionalmente vitorioso, em 1891, a partir da opção reformista pacífica e legal manifesta em 1870.

Conquanto não estejamos a tratar de um grupo de oprimidos, aos nossos olhos, ambos os movimentos interpretativos do processo de concatenação dos fatos geram o silenciamento de agentes vencidos na luta política. Impedem-nos de darmos voz a letrados do Republicanismo brasileiro, que acabaram relegados, em algum momento, à marginalidade relativa, quando não menos a graus variados de esquecimento histórico.¹⁷ Francisco Cunha, Lopes Trovão, Aníbal Falcão e, mormente, Silva Jardim, ilustram casos máximos do limite alcançado pelo teor radical da propaganda. Os nomes citados pertencem a personalidades cujas participações pouca relevância foi dada em nossa história, no processo de passagem do Império à República.

Ao concordar com o pensamento de Reinhart Koselleck, em *Experiência da história* (1997), François Hartog nos lembra que a história é escrita pelos vencedores. Porém, por apenas algum tempo. No longo prazo, novos conhecimentos chegam à área por meio de práticas políticas dos vencidos. Destaca uma precípua vantagem do tipo de história desenvolvida, encerrada nessas páginas. Enquanto a história dos vencedores se restringe à perspectiva de apenas um dos lados, a história dos vencidos procura levar em consideração o que passou em ambos os lados. Para uma melhor compreensão.¹⁸

A par de tais reflexões, ampliamos nossa argumentação. Consideramos a instauração e a formação constitucional, em 1891, de uma República inspirada no modelo federativo estadunidense e no princípio conservador de “Ordem” do Positivismo¹⁹ – de uma República de natureza elitista e autoritária, resultante da propaganda dos letrados, porém não apenas dela, como também da intervenção de militares do Exército na política – algo inimaginável. Ou seja, um fenômeno imprevisível por parte dos agentes letrados, em adesão ao movimento a partir dos anos setenta do século XIX.

Exemplo da imprevisibilidade diante da qual se deparavam os republicanos brasileiros, protagonistas na empreitada da divulgação do ideal republicano, a partir daqueles anos, pode ser expresso na famosa frase de uma notória

envolvidos. Generalizou-se assim a versão de que não houve oposição à nova forma de governo e discordâncias entre os republicanos acerca da natureza oligárquica da República implantada. Dos acontecimentos do “15 de Novembro” à presidência de Campos Sales (1898-1902), considera o jogo político um campo aberto em progressivo fechamento, no qual vários projetos estavam em disputa pela hegemonia. Entre eles o da República Jacobina, parcialmente ligado ao projeto radical preconizado por Silva Jardim (FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto...*, pp. 12-14, 199-203).

¹⁷ Exemplo a servir de parâmetro para a argumentação, por nós ensejada, foi encontrado na abordagem desenvolvida por Christopher Hill. Em *O Mundo de Ponta Cabeça*, traz à luz os “excluídos” da historiografia oficial inglesa, dando assim outro enfoque para a Revolução de 1640, o dos grupos radicais. Ao explorar propostas presentes em ideias expressas na fala de agentes desses grupos - diggers, ranters, levellers, quacres e outros –, nos aponta a possibilidade de ocorrência de outra Revolução, completamente diferente da que resultou no triunfo da ideologia burguesa das classes proprietárias. Para maiores detalhes, conferir: HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. Trad. Renato Janine Ribeiro. SP: Cia das Letras, 1991.

¹⁸ HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Trad. Guilherme João Teixeira de Freitas; Colaboração de Jaime A. Clasen. 1. ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, cap. 5, p. 288.

¹⁹ COMTE, Augusto. **Os Pensadores**. Seleção de Textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Vol. 33, p. XVIII.

liderança, Saldanha Marinho. Em momento de desilusão com o regime republicano instaurado em 1891, o líder maçom teria confessado: “Não era essa a república dos meus sonhos.”²⁰

Não tivemos por pretensão demonstrar que em alguma página de nossa história houve uma Revolução, de forte apelo popular, tendo sido capaz de provocar ruptura significativa, e que tal circunstância foi negligenciada por estudos a tratarem de momentos de transição política no Brasil. Mesmo porque os fatos atrelados à história nacional não nos permitem, em hipótese alguma, sustentar tese com tal nível de proporção argumentativa.

Almejamos salientar a compreensão de que a ênfase conservadora, particularmente conferida à passagem do Império à República, sufoca e subestima a possibilidade de observarmos propostas de transição não-convencional, concebida e pregada pelos agentes letrados da propaganda em mobilização política. Por mais de elite que o próprio Movimento Republicano fosse. Num país maculado pelo analfabetismo de grande parte da população, segundo dados do Censo de 1872.

Em termos cronológicos, tanto na análise progressiva quanto na análise retroativa do percurso trilhado pelo Movimento Republicano brasileiro, desde o nascedouro nos anos de 1870, o enfoque tão somente no produto do desfecho da crise a abater a Monarquia, no período subsequente ao Decreto da Lei Áurea (1888) – isto é, na República federal, oligárquica e autoritária dos anos de 1890 –, força interpretações lineares, teleológicas, fatalista, deterministas.²¹ Não menos de viés conservador do processo. Em conjunto, as exequíveis operações suprimem arbitrariamente a possibilidade de observarmos a opção por uma saída que não fosse a convencional para pôr fim à “Questão do Regime”, por parte dos agentes envolvidos.²²

O que se pretendeu dizer é que, no âmbito da investigação sobre a propaganda republicana, o enfoque retido apenas no regime inaugurado no país entre 1889-1891, ou seja, no resultado final do processo, leva a dispensarmos e até mesmo negligenciarmos a Revolução como uma das opções presentes no horizonte de expectativas dos próprios

²⁰ MARINHO, Saldanha. **O Rei e o Partido Liberal**. (Fonte digital/ Digitalização de edição em papel Tipografia e Litografia Franco-Americana, 1869). [S. I.]: ebook Brasil, 1999-2006, p. 5. “Incerteza”, “anarquia” e “experimentação” caracterizaram a primeira década republicana no Brasil. O Governo de Floriano Peixoto (1891-1894) estabeleceu o limite de possibilidade aos projetos alternativos à República oligárquica. A institucionalização desse último modelo, sob a Política dos Governadores adotada por Campos Sales, trouxe decepção àquele que foi líder dos evolucionistas em relação aos rumos definitivos da direção republicana. Ao sofrer uma série de derrotas políticas, Quintino Bocaiúva se afastou do centro de poder. Naquele momento, a República liberal, por ele idealizada, encontrava-se distante do praticado. Revoltado, voltou a crítica contra o Presidente, lhe acusando de ter usurpado o poder e de permitir a submissão da República federal a interesses particulares das oligarquias (FERNANDES, M. F.L., **A esperança e o desencanto...**, pp. 190, 208-209, 233). Sobre o sentimento de desencanto com a obra de 1889, da parte de outros propagandistas, como Alberto Sales (1855-1904) e Alberto Torres (1865-1917), ver: CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. SP: Cia das Letras, 1990, p. 33.

²¹ Com o termo “ucronia”, “não-tempo” em tradução literal do grego, Charles Renouvier nos sensibiliza a respeito da possibilidade de escrita da história “não tal como foi, mas tal como poderia ter sido”. A reflexão abre margem à probabilidade de desenvolvimentos alternativos da história e de criação de histórias paralelas (contrafactuais). Em decorrência, nos coloca em alerta para os riscos do fatalismo histórico e da ilusão da inevitabilidade do fato consumado. Cf.: RENOUIER, Charles. **Uchronie** (L’Utopie dans l’Histoire). Paris: Imprimerie de É. Martinet, 1876, pp. I-XVI.

²² A argumentação traçada para o Movimento Republicano encontra respaldo de projeção analítica conjuntural abrangente, como a desenvolvida por Christian Lynch, na reinterpretação do processo de contestação à ordem imperial. Apesar de nulificar a contribuição da propaganda republicana para a queda do Império, ponto com o qual inteiramente discordamos, Lynch crítica os determinismos causais próprios de abordagens teleológicas, lineares e fatalistas do processo a resultar no “15 de Novembro”. Põe-se em divergência com narrativas historiográficas de Oliveira Viana, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda. Cf.: LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-216, mai./ago. 2018.

agentes republicanos, no contexto de seus discursos. Como se a opção pela Reforma pacífica e legal, apregoada pelo *Manifesto de 1870*, fosse e tivesse permanecido, ao longo do desenrolar de um dinâmico processo de dezenove anos, como a única vitoriosa e concebível. Esse tipo de esforço interpretativo não dá margem à construção de uma abordagem a ponderar o caráter imprevisível, contingencial, aberto às possibilidades, a caracterizar a ação humana em todo e qualquer processo histórico. Especificamente aquele por nós posto sob investigação.

Esperamos ter demonstrado que os agentes letrados da propaganda republicana brasileira vislumbravam um campo de possibilidades no horizonte pessoal de expectativas; que a opção pela “mudança dentro da ordem” estabelecida, de forma negociada, sem rupturas traumáticas, consensual, era apenas uma entre as alternativas concorrentes possíveis, no intervalo entre 1869 e 1889. Pretendemos demonstrar através da análise dos discursos deles que a transição política rumo à República, por via não-convencional, não pacífica, não conciliatória com os poderes instituídos, portanto reivindicativa do emprego da força, foi cogitada e apregoada. Está presente no universo do discurso dos atores em cena, no período balizado.

Não nos contentamos em apenas comprovar a existência da via alternativa radical, visto que tal constatação já foi realizada pela historiografia disponível, ainda que subaproveitada. Firmados em nossa hipótese quaternária, cogitamos prováveis fatores a terem impedido a consecução. Devido à presença de aspectos retóricos e literários na formação da cultura letrada do Brasil oitocentista, consideramos que elementos da matriz francesa do Republicanismo foram predominantes entre os referenciais externos a perpassarem e animarem as estratégias de discurso. Sob o filtro da exemplaridade histórica, orientaram sobremaneira a escolha pela via alternativa à proposta hegemônica de ação política, de maneira aceitável ou refratária. Se apresentaram nitidamente nas práticas políticas dos “radicais da República”, como foram Lopes Trovão e Silva Jardim. Pode se dizer que os propósitos não se resumiram em apenas sustentar uma Revolução suscitada. Mas, qual modalidade de Revolução, moderada ou violenta, quais meios deveriam ser empregados para viabilizá-la na prática?

A leitura acuidosa de documentos históricos, produzidos na conjuntura, permitiu verificar que a opção pela “Reforma pacífica e legal”, pretendida por liberais históricos, entre os quais, Nabuco de Araújo, Zacarias Góis, Teófilo Otoni, Sousa Franco – no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de Março de 1869 – não impôs um ponto final decisório à opção por uma saída não convencional para a crise política sob a qual viviam. Nem muito menos consideramos assim, a solução reformista de igual natureza reivindicada por liberais-radical e pelos republicanos históricos, signatários do *Manifesto Republicano* de 03 de Dezembro de 1870.

Ademais, a partir do *Manifesto de Quintino Bocaiuva ao Partido Republicano Brasileiro* (Maio de 1889), temos definitivamente configurada, no plano discursivo, uma linha de ação a capacitar o argumento de que nem mesmo o líder do grupo reformista-evolucionista, vitorioso na escolha da direção do Partido, na reunião do Congresso

Republicano Federal, ocorrida em São Paulo, excluiu o processo de tomada do poder pela força – como recurso para instaurar um governo republicano no Brasil.²³

Ao assumir uma condição retórica, sustentamos ter a Revolução extrapolado os anos de 1870 e se perpetuado, como possibilidade de ação política, até o desfecho da crise a se abater sobre o regime da Monarquia parlamentar constitucional no Brasil, entre o biênio 1888-1889. Concebe-se assim que a retórica revolucionária foi apresentada para além das diretrizes do programa de um dos partidos parlamentares, o *Partido Liberal*, e do partido extraparlamentar recém-fundado no ano de 1870, o *Partido Republicano*. Esteve presente no discurso dos agentes em meio à mobilização política, no decorrer dos anos. Ainda que apenas enquanto artifício para acirrar ânimos, em prol da derrubada da Monarquia e a almejada substituição pela República. Em determinados momentos foi instrumentalizada pela própria situação monarquista, para acusativamente desabonar o ativismo dos agentes republicanos.

Uma vez interpretado o campo aberto às eventuais possibilidades, estendido à data do “15 de Novembro” de 1889, realçamos desde então que a proposta da via radical de ação alcançou relevante visibilidade, perceptível além do plano abstrato da linguagem política. Assim, passamos a analisá-la em casos pontuais: nas relações diplomáticas estabelecidas entre autoridades da Terceira República Francesa e do Império do Brasil; na propaganda vinculada nas páginas do jornal *A República*; na Questão Acadêmica de 1871; na dissolução da Câmara dos Deputados, em 1872; na Questão Religiosa (1872-1875); na Revolta do Vintém (1879-1880); entre a militância do movimento nas Províncias do Grão-Pará e do Rio Grande do Sul, em particular; finalmente, na praça pública da Corte no biênio 1888-1889. No último caso, devido à atuação militante de “radicais da República”, como Silva Jardim.

Como uma vez dito, a cisão intra-elite, ocorrida no meio político liberal dos anos sessenta do Oitocentos, constituiu o ponto de partida para entendermos a mobilização do discurso de Revolução, atrelada à formação do Movimento Republicano, com suas variantes regionais. A demissão do Gabinete Liberal de Zacarias de Góis (16 de julho de 1868), a conseqüente substituição pelo Gabinete Conservador do Visconde de Itaboraí, em plena guerra contra o Paraguai, fomentou indignação no meio liberal. O que levou o partido à divisão, em duas alas: a moderada e a radical. Reunidos no *Clube Radical* (meados de 1868), agentes da segunda ala citada, em oposição aos moderados congregados no *Centro Liberal*, evoluíram em sua maioria para a ideia republicana. Fato consumado com o surgimento do terceiro partido, integralmente oposto ao regime: o *Partido Republicano* do Rio de Janeiro. A fundação ocorreu primeiro na capital nacional, em dezembro de 1870.²⁴

²³ BOCAIÚVA, Quintino. Manifesto ao Partido Republicano. In: PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A Ideia republicana no Brasil através de documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1873, pp. 146,159. O referido documento parece ter escapado do alcance da análise de Sérgio Buarque de Holanda. Ao comparar o posicionamento de Silva Jardim e de Quintino Bocaiúva, no que diz respeito ao “evolucionismo republicano”, de inspiração positivista, o autor sustenta que “Bocaiúva se dizia ‘evolucionista’, e o será quase até o último instante, ao passo que o tribuno fluminense quer uma evolução que deságue na revolução”. (HOLANDA, Sérgio Buarque. Livro Quinto. A Caminho da República. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico: do Império à República. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, v.7, pp. 337).

²⁴ GOMES, A. M. **Fragilidade Monarquista...**, pp. 18-36. Outra pesquisa revisita o recrudescimento dos efeitos da crise política de 1868 na década de 1880. A abordagem se dá a partir de impactos gerados, no sistema político-partidário do Império, pela radicalização da mobilização

Em São Paulo foi formado um núcleo responsável por dar curso ao movimento em ascensão na Corte. Uma vez constituído, o *Partido Republicano Paulista* foi oficializado na *Conferência de Itu* (1873).²⁵ A esse respeito, precisamos destacar a contribuição de abordagens a compreenderem a existência de propostas alternativas àquela apregoada pela linha evolucionista, na própria província paulista. Assim procedemos, pois, a preferência ao modelo estadunidense da parte dos proprietários rurais, conforme interesses da lavoura, se constitui em argumento para que determinadas interpretações historiográficas enfatizem a vitória prévia do Evolucionismo político e o caráter conservador da mudança de regime. Não apenas na província, mas em extensão a todo o país.

O Evolucionismo político na província paulista também teve em Quintino Bocaiúva um dos líderes articuladores. Por meio da imprensa, Silvana Barbosa procura apreender fraturas internas existentes no Movimento Republicano local. Particularmente por meio da *Gazeta*, do *Diário* e do *Correio de Campinas*, resgata projetos republicanos divergentes aflorados na província, em fins do Império.

O acompanhamento de debates na imprensa revela dissensões, desentendimentos e modelos diferenciados de República, entre os agentes da propaganda. O que contraria a tese da coesão e unanimidade de ideias, arvorada pela historiografia consolidada no assunto, para particularizar o movimento e o *Partido Republicano Paulista* (PRP). Nota-se ter sido o discurso sustentado por tal tese uma retórica de época construída pelos próprios agentes do PRP. O objetivo era o de acentuar a singularidade e a importância do movimento paulista, face aos demais no país. Trata-se de um discurso a alimentar a visão conservadora de que a província teria experimentado a mudança de regime político de forma amena, sem convulsões. Cristalizou a noção de ter existido projeto único de República, expresso pelo próprio partido, centrado nos interesses de classe dos cafeicultores do Oeste Paulista. Sustentada por João Dornas Filho (1939) e por José Maria dos Santos (1942), foi reafirmada em trabalhos posteriores, como os de G. Boehrer (1954) e Emília Viotti (1987).²⁶

Ao partir de contribuições de M. Stella Bresciani (1976) e de José Murilo de Carvalho (1990), há a aposta em resgatar a multiplicidade de falas sobre a República em meio aos paulistas, de modo a romper com a ideia de projeto republicano único. Para além do modelo federalista estadunidense, estiveram disponíveis aos paulistas o popular e o positivista da Primeira e da Terceira República na França, respectivamente. Tal abordagem permite rastrear diferentes projetos de República entre os agentes locais, de modo a perpassar a camada dos proprietários e alcançar setores urbanos da população. Na década de 1870, para além da experiência estadunidense, as de França e de Espanha ajudaram a fazer

de forças extraparlamentares. Entre elas são pontuados os movimentos sociais pela Abolição e pelo alargamento da participação nos negócios públicos. Cf.: RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas**: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). 21/08/2015. 258 f. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: indefinida.

²⁵ Sobre minúcias da relação do movimento organizado na Corte com a variante congênere paulista, ver: LEITE, Aureliano. O Manifesto de 1870 e os paulistas - **R.F.D.** 1970, p. 360. Disponível em: www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download; FILHO, Cândido Motta. O Manifesto Republicano de 1870 e sua repercussão em São Paulo. **R. Ci. pol.**, Rio de Janeiro, 4 (4): 23-28, out./dez. 1970.

²⁶ BARBOSA, Silvana Mota. **República das letras**: discursos republicanos na Província de São Paulo (1870 - 1889). Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP. 1995, pp. 3-28; 208-9.

da “violência/anarquia” tema central no debate da imprensa republicana de Campinas. A preocupação com a moderação não impediu a emergência de propostas aparentadas com a Revolução, ainda que “pacífica”. Para minorar o receio de violência provocado pelo termo, chegou-se a cogitar em “revolução evolucionista”.²⁷

Entre 1870-1889, o movimento precursor na Corte conseguiu estender influência por todo país. Ganhou adeptos em várias Províncias, com a formação de clubes. Além de São Paulo, surgiram variantes regionais nas Províncias de Minas Gerais²⁸, Espírito Santo²⁹, São Pedro do Rio Grande do Sul, Pernambuco³⁰, Grão-Pará, Rio

²⁷ BARBOSA, S. M. **República das letras...**, pp. 208-9.

²⁸ Apesar do *Partido Republicano Mineiro* ter sido tardiamente fundado em Ouro Preto (1888), tem-se registros de organização da atividade republicana no sul da província desde 1869. Tal como no restante do país, “Revolução” (Silva Jardim) e “Evolução” (Quintino Bocaiúva) consistiram nas duas estratégias de ação discutidas pelos agentes em Minas. Apesar de preferir a via pacífica eleitoral, João Pinheiro (1860-1908) não descartava a Revolução, se impossível fosse. A respeito, ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Republicanismo Mineiro. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal, **Anais...** Natal, UFRN, 2013, pp. 1-12.

²⁹ Desde a fundação do *Partido Republicano de Cachoeiro de Itapemirim*, a retórica republicana revolucionária esteve presente no sul cafeeicultor da Província do Espírito Santo. Mobilizada por Bernardo Horta, João Loyola e Antero Almeida, apostou na inserção do povo na política. Silva Jardim e Assis Brasil aparecem ao lado dos elementos da matriz francesa, no conjunto de referenciais. Maiores detalhes, ver: SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O Império das Repúblicas: Projetos Políticos Republicanos no Espírito Santo, 1870-1908**. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: Biblioteca Depositária da UFES, 2016, pp. 172-195.

³⁰ No *Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco (1888)*, assinado em primeiro por Aníbal Falcão (1859-1900), os republicanos pernambucanos são precavidos quanto ao recurso à força para implantar a República no país. Entretanto, não excluem tal possibilidade: “Talvez para a construção majestosa que ideamos seja preciso previamente destruir com violência; mas nós, que buscamos somente a expansão dos nobres sentimentos, faremos quanto possível para prevenir a resistência material. (...) Há de guiar-nos a máxima do estadista da Revolução: - não se destrói senão o que se substitui”. A máxima citada é provavelmente uma referência à participação de “Filipe Igualdade” (Luís Filipe II) no movimento de 1789-99. Para detalhes, ver: FALCÃO, Luís Aníbal. *Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco – 1888*. In: PESSOA, R. C. **A Ideia republicana no Brasil através de documentos...**, pp. 108-113. G. Boehrer descreve o processo pelo qual Aníbal Falcão tomou-se adepto fervoroso da opção revolucionária, encabeçada por Silva Jardim. Segundo o autor, Pernambuco repudiou por completo o Movimento Republicano, pacífico e legalista, oriundo do *Manifesto de 1870*. Ver: BOEHRER, George. **Da Monarquia à República: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)**. Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, p. 199.

Grande do Norte³¹, Amazonas³², Piauí³³, Goiás³⁴, Sergipe³⁵, Mato Grosso³⁶, Santa Catarina³⁷, Paraná³⁸ e Bahia³⁹, Maranhão.⁴⁰ Citamos aquelas cujo estudo sobre o assunto foi revisitado.⁴¹

³¹ Fundado em janeiro de 1889, o *Partido Republicano do Rio Grande do Norte* teve, ainda que “minoritária”, uma ala radical composta de bacharéis de Direito cuja formação no Recife esteve imbuída do Evolucionismo oitocentista. Entre os representantes estavam os irmãos Diógenes e Janúncio da Nóbrega, Braz Mello e Manoel Dantas. Defensores de um “Republicanismo genuíno”, se inspiravam nos tempos da Revolução Francesa através de Lopes Trovão e, principalmente, de Silva Jardim. A respeito, ver: BUENO, Almir Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. 1999. 303 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 1993, pp. 85-91, 157.

³² Sobre a atividade tardia e as semelhanças do Movimento Republicano na Província do Amazonas em relação à vizinha do Grão-Pará, ver: TAVARES NETO, João Rozendo. **A República no Amazonas: disputas políticas e relações de poder. (1888-1896)**. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM/ Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2011.

³³ O adesismo de David Caldas (1836-1877) à proposta de mudança de regime pela via pacífica e legal, isto é, por meio da convocação de uma assembleia constituinte, pode ser explicada pelo receio do redator do *Amigo do Povo* diante do ‘estremecido zelo monárquico da polícia’. Propositadamente, as autoridades piauienses estiveram predisposta a taxarem de “conjuração” o ativismo dos republicanos na Província. Por isso, o publicista procurou defender a mudança de regime sem conflitos armados ou guerra civil. Por meio de uma reforma constitucional, pela via do debate parlamentar. Tratava-se da concepção ideal de Revolução, sustentada na imprensa de Teresina. Tal concepção, pensada para que o Piauí e o Brasil fossem integrados à moderna civilização, refutava a prática de Jean-Paul Marat e exaltava a de contemporâneos, como Gambetta, Castellar e Bocaiúva. Sem desobedecer o ditame da tríade “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Cf.: ARAÚJO, Vinícius Leão. **Impressos de uma monarquia em abandono: modernização, escravidão e propaganda republicana na imprensa piauiense de 1868 a 1889**. 2021. 297 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

³⁴ Cf.: SANTA CRUZ, Fábio S. Movimento Republicano. In: **Província imensa e distante: Goiás de 1821 a 1889**. 1 ed. SP: Paco Editorial, 2019, cap. 17.

³⁵ Assentada na economia açucareira e escravista, Sergipe teve em Laranjeiras o núcleo principal da campanha republicana. Felisbello Freire, Josino Meneses, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, os mais conhecidos republicanos sergipanos, procediam de famílias escravocratas. Na província, a habitual polarização dos republicanos em evolucionistas e revolucionários cedeu espaço a outra espécie peculiar de rivalidade. Próximo ao “15 de Novembro” a disputa estava estabelecida entre republicanos autodeclarados “históricos” e os considerados “adesistas”. A singularidade foi decorrência do íntimo atrelamento da propaganda com a campanha abolicionista, algo cristalizado na conjuntura do decreto da Lei Áurea. Cf.: SANTOS, Mallu Ticiane Conceição dos. **“VIVA A REPÚBLICA”**: análise das disputas pelo poder em Sergipe entre os Republicanos Históricos e os Adesistas (1889-1898). 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2021.

³⁶ Do período da Campanha Republicana até as décadas iniciais da Primeira República, a Província de Mato Grosso englobou os territórios atuais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia. A partir da Guerra da Tríplice Aliança, “Revolução” se tomou termo político corrente em terras mato-grossenses. O discurso do jornal *A República*, fundado em 1883, revela que a experiência revolucionária francesa, ao lado da estadunidense, constituiu referência para o ideário divulgado pelos republicanos atuantes em Cuiabá. Entre os quais destacaram-se Francisco Agostinho Ribeiro, José da Silva Rondon, Joaquim Murtinho e Antônio Azeredo. Progressivamente o termo assumiu sentido sinonímico de ambiente político instável. O que veio concretamente caracterizar o momento inicial do novo regime em Mato Grosso. “Revolução” esteve no rol de termos a referenciar o universo das práticas políticas locais. Foi traduzido na ação de agentes e de grupos políticos em disputa pelo poder. A maior parte da historiografia local abraçou a ideia de que a mudança de regime foi tranquila, se comparada com as primeiras décadas republicanas. Notícias acerca do “15 de Novembro” chegaram em pacote, com vinte quatro dias de atraso. O que revela a precariedade das comunicações entre o Rio de Janeiro e Cuiabá, capital de uma província distante, em tempos anteriores encarada por autoridades do Império como espécie de “exílio” para opositores, no caso de militares, como o Marechal Deodoro da Fonseca. Uma vez proclamada a República, o assentamento da nova ordem foi demarcado por divisões intraoligárquicas e interrupções de mandatos de Presidentes de Estado. Entre 1889 e 1917 ocorreram três enfrentamentos armados (1892, 1899 e 1906), denominados historiograficamente de “revoluções”. Os conflitos foram marcados por disputas entre grupos e partidos das elites locais, concorrentes ao poder. O último conflito exigiu intervenção federal no estado. A respeito, ver: FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A o(r)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização de práticas políticas – 1889-1917**. 231 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –UNESP. Franca-SP, 2014.

³⁷ Apesar de ter feito referência ao “Povo”, em discurso divulgado sobretudo na imprensa – como em *A Voz do Povo* (1885) –, a campanha republicana catarinense o transformou em mera figura retórica, idealizado num público espectador civilizado e letrado, espécie de espectador ativo apenas para aclamar o novo regime. A origem social dos propagandistas, ora ligada a profissões liberais, como a do engenheiro Emilio Blum, ora relacionada ao comércio, como a de Araújo Coutinho, deu o tom afeito à ordem à propaganda, tomando-a tributária da concepção liberal de República, pregada pela ala majoritariamente hegemônica do Movimento da Corte, cuja pauta foi a defesa da proposta reformista-evolucionista. O estreitamento ideológico com a ala hegemônica do movimento no Rio pode explicar a dependência da iniciativa de ação e a ausência de panfletagens, passeatas, ou outro tipo de mobilização popular nos espaços públicos onde o povo comum circulava na cidade de Desterro (atual Florianópolis). A fundação do jornal *A Evolução*, em 1887, por Esteves Júnior, integrante do Clube Republicano da capital, exhibe a feição elitista e o apego ininterrupto à orientação pacífica do Evolucionismo político, desde o começo da propaganda. Cf.: OLIVEIRA, Filipe Carlos de. **A Aclamação da República: imagens do ideário político catarinense**. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 2008.

O marco fundador do movimento propagandista foi o lançamento do *Manifesto de 1870*⁴², na imprensa periódica carioca, com a criação do jornal *A República*. Esse tornou-se folha oficial do *Partido Republicano* no Rio de Janeiro. Publicada a 03 de dezembro de 1870, a edição inaugural trouxe estampado, em primeira página, o documento político mencionado, assinado por cinquenta e oito signatários. Pugnavam por substituir a Monarquia pela República no Brasil. Entre os nomes a assiná-lo, estavam: Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva, Miguel Vieira Ferreira, Salvador de Mendonça, Rangel Pestana e Lopes Trovão.

Para além de folha oficial da propaganda do partido na imprensa da Corte, o periódico *A República* constituiu-se num exemplo de como jornais podiam funcionar como instituições de sociabilidade no espaço público, aberto e em expansão, no período. Permitiu o encontro de letrados em cena nas décadas finais do Império. Entre os redatores não declarados estavam: Saldanha Marinho, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva. Notório catalisador do movimento na capital, o maranhense Miguel Vieira Ferreira também compôs a redação da folha.⁴³

Para a temática e os propósitos da investigação desenvolvida, enfatizamos que o aparecimento do *Partido* e do Movimento Republicano no Brasil, no ano de 1870, foi coevo à instauração da Terceira República na França (1870-1940), a 04 de setembro. Um regime sobrevivendo à queda do Imperador Napoleão III. Após a fragorosa derrota na Batalha de Sedan para forças prussianas, lideradas sob o comando de Otto Von Bismark.

À luz da conjuntura, consideramos que os republicanos brasileiros, em certa medida, estiveram diante de um evento análogo cujas especificidades se apresentavam favoráveis à divulgação de ideais propagandísticos pró-República, em detrimento da forma monárquica de governo a gerir o Império. A queda de Napoleão III na França

³⁸ Cf.: CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e Política no Paraná**: prosopografia e pensamento republicano no final do século XIX. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

³⁹ Concordamos com a perspectiva de que não é possível subestimar o Movimento Republicano na Província baiana. Principalmente se considerarmos a carência de estudos sobre o referido objeto. Em Salvador, o primeiro Clube Republicano foi fundado em 1876, por três doutores, dois estudantes de Medicina, um capitalista, um agente de negócios, um bacharel, um poeta e orador, um ourives-gravador, um artesão e seis pessoas de ocupação desconhecida. Desapareceu naquele mesmo ano em decorrência, sobretudo, da perseguição e repressão policial. Diferentemente do que é sustentado por Boehrer (1954), houve significativa ampliação do movimento para além da capital, rumo ao interior provinciano, no biênio 1888-1889. Às vésperas da Proclamação, a bipolarização no plano nacional decorrente do debate sobre os meios para implantar a República ganhou espelhamento no plano local. Foram constituídas a corrente moderada e a corrente exaltada. Os adeptos baianos da Revolução republicana estavam representados por Deocleciano Ramos e Cosme Moreira. Na ocasião, a hostilidade situacionista não deu trégua ao movimento. Em 15 de junho de 1889, os republicanos baianos enfrentaram violenta reação de partidários da Monarquia, liderados pelo exaltado “Macaco Beleza”. Armados, conseguiram tumultuosamente interromper o comício de Silva Jardim, quando este esteve de visita à Província. Ver: SANTOS, Mário Augusto da Silva. *O Movimento Republicano na Bahia. Série História do Nordeste*, Recife, vol. 1, nº 13, 47-49 – 1990.

⁴⁰ Cf.: FERREIRA, Luiz Alberto. **O Movimento Republicano e a Gênese da Reestruturação Oligárquica no Maranhão (1888-1894)**. Recife, 2002, Dissertação Mestrado em História UFPE-CFCH; SANTOS, Haniery Conceição dos. **“Viva a república”**: os discursos republicanos nos jornais maranhenses 1889-1890. Monografia (Graduação) – Curso de História Licenciatura. Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

⁴¹ Para detalhes minuciosos sobre as variantes surgidas do movimento nas Províncias, nas citadas e nas não citadas, conferir: BOEHRER, G. op. cit., pp. 31-192.

⁴² Ver: BOCAIÚVA, Quintino; MARINHO, Saldanha (et alii). *Manifesto Republicano: aos nossos concidadãos*. In: PESSOA, **A Ideia republicana no Brasil através de documentos...**, pp. 39-62. Para uma análise do Manifesto Republicano de 1870, ver também: VISCARDI, Cláudia. *O Manifesto Republicano de 1870: uma análise a partir da história dos conceitos*. In: MARTINS, Luiz Carlos dos Passos; MUNIZ; Altemar da Costa (orgs.). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE, 2016.

⁴³ LEITE, A. *O Manifesto de 1870 e os paulistas ...*, pp. 351-2.

provocou avivamento do ideal republicano, num momento em que, no Império do Brasil, havia conquistado adeptos numerosos e força suficiente para organizar-se em partido. Segundo José Murilo, a implantação da República Francesa foi o “grande” incentivo externo para a conversão do *Clube Radical* do Rio de Janeiro em *Clube Republicano*.⁴⁴

Quanto ao novo referencial francês em cena, Jean-François Sirinelli chama a atenção para o enraizamento da cultura política republicana na França de fins do século XIX, enquanto “fato social e partidário vitorioso”. Alçada à condição de “cultura política dos vencedores”, encontrou um largo assento sociológico naquele momento e pôde constituir-se, então, no ponto de convergência de dois séculos. Numa espécie de “ecossistema social”.⁴⁵ Essa cultura política, vitoriosa sobre outras culturas políticas concorrentes, instalou um “modelo republicano” sólido. De tal modo a fazer das décadas da Terceira República um momento de “síntese republicana”, a enraizar rapidamente esse modelo.⁴⁶

O esforço revisionista, apresentado na presente Tese de Doutorado, surgiu como extensão de alguns resultados conclusivos, porém, até então muito abrangentes, aos quais chegou o primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado, defendida em 2015, intitulada *Iluminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “Ilustração” brasileira*.⁴⁷

Na Dissertação investiga-se, tão somente através do conceito de “Secularização”, a apropriação e a ressignificação do ideário iluminista e revolucionário da França, por parte das ideias e das práticas políticas do movimento político-intelectual dos letrados brasileiros dos anos 1870; em contestação à ordem do Estado imperial.

Alicerçada em dados empíricos consistentes e na argumentação dos trabalhos de Ricardo Vélez, Ângela Alonso, José Murilo de Carvalho e Maria Tereza Chaves⁴⁸, a análise permitiu chegarmos à constatação de que a inspiração proveniente da Primeira República Francesa sobressaiu em meio às estratégias e às práticas de ação, adotadas pelos membros do movimento político-intelectual brasileiro. Os trabalhos citados do campo da Filosofia, da Sociologia e da História, respectivamente, reconhecem a primazia da apropriação de elementos da matriz francesa do Republicanismo, pela parcela republicana da elite letrada, surgida nos anos setenta do Oitocentos.

Em face de tal resultado, passamos a considerar que uma nova pesquisa, cuja intenção pretendesse investigar a contribuição francesa para as ideias e práticas de ação política dos agentes ligados ao movimento político-intelectual

⁴⁴ LEITE, A. O Manifesto de 1870 e os paulistas ..., p. 353; CARVALHO, J. M. **Liberalismo, radicalismo e republicanismismo nos anos sessenta do dezenove**. Reino Unido, 2007.

Disponível em: <https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/wp87-murilo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁴⁵ SIRINELLI, Jean-François. **Pour une histoire des cultures politiques**: le référent républicain. In.: CÉFAI, Daniel (Dir.). Cultures Politiques. Paris: Presse Universitaire de France, 2001, p. 158. (Tradução Nossa).

⁴⁶ Ibidem, p. 159.

⁴⁷ O referido trabalho encontra-se disponível em formato de livro: VITAL, Dievani Lopes. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira**: a necessidade de secularizar a ordem imperial. NEA: Saarbrücken, 2017.

⁴⁸ A esse respeito, ver: RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **A Revolução Francesa e a República brasileira: aspectos históricos e ideológicos**. (Este artigo foi escrito em 1989 e serviu como texto para uma palestra comemorativa dos 200 anos da Revolução Francesa, pronunciada no Departamento de Filosofia da UFRJ. Informações concedidas pelo próprio autor). Disponível em: www.ecsbdefesa.com.br/fts/ARFRP.pdf de **RV RODRÍGUEZ**. Acesso em: 28 ago. 2015. TYLLY apud ALONSO, A. **Crítica e Contestação**: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000. pp. 50-1; CARVALHO, J. M. **Pontos e Bordados...**, p. 86; CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas...**, pp. 10, 11, 12; ALONSO, Â. **Ideias em Movimento...**, pp. 262, 294, 319; MELLO, M. T. C de. **A República Consentida...**, p. 197.

em questão, obteria maiores avanços se, a partir de então, se concentrasse na parcela republicana. Salvo em casos excepcionais, como os de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Tobias Barreto. Agentes que ainda sim podem contribuir para uma pesquisa como a indicada, por meio de relatos de época menos comprometidos com a causa da propaganda.

Temos assim o marco a definir a diferença entre a presente Tese de Doutorado e a Dissertação de Mestrado. Outro ponto colaborador relevante na estruturação da justificativa historiográfica encontra-se na discordância, já apresentada, em relação a autores por nós identificados como “historiografia consolidada”: Oliveira Viana, Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda. Indubitavelmente reconhecemos a proficiência dos trabalhos dos referidos clássicos do nosso ensaísmo para o avanço do estudo historiográfico referente ao Movimento Republicano brasileiro. Entretanto, não podemos negligenciar consequências epistemológicas da abordagem narrativa, por eles desenvolvida, para a construção do conhecimento histórico do objeto em análise.

Sabemos que o contexto de escrita de *O Ocaso do Império* foi o da Comemoração do Centenário de Nascimento de D. Pedro II, em 1925. Ano de uma década marcada por levantes militares revolucionários, por crescente desilusão com o regime adotado em 1891 e por tentativas de resgate do pensamento conservador do Império. Caracterizada por conferir ao “15 de Novembro” um caráter militar primordial e preponderante, a interpretação de Oliveira Viana antecede compulsoriamente para a década de 1870 as causas determinantes dos acontecimentos ocorridos entre 1888-1889. A ponto de sustentar que o Império, em “sua fase pré-agônica”, esteve “já mergulhado nas sombras de seu ocaso melancólico”. Tal decênio, concebido como a “última fase” do “longo reinado bragantino”, também é considerado o seu “crepúsculo”.⁴⁹

Há evidente esforço de fazer um estudo dos acontecimentos, ocorridos entre 1887-1889, à luz de 1870. Considera que o último período citado já trazia, necessária e obrigatoriamente, todas as “grandes forças” articuladas para a queda do Império, dezanove anos depois. Ou seja, a República de 1889 teria sido resultante direta e obrigatória de 1870. Para a criação dessa perspectiva, há explicação: a busca constante pelas causas primeiras. O ensaio se insere na prática de uma história das ideias com escassos dados cronológicos e biográficos.⁵⁰

Tributário de Oliveira Viana, Raymundo Faoro, com grau de previsibilidade a denotar conhecimento prévio do desfecho, vê na Demissão de Zacarias de Góis, em 17 de Julho do ano de 1868, a projeção da ruína do Império.⁵¹ A primeira conjuntura a conduzir o país ao cenário de 1889 já estaria desenhada desde a vitória dos liberais em várias cidades do Império, nas eleições de 1860. Com o resultado, a “maré democrática” em baixa, a contar da reação monárquica de 1837, consumada com a Maioridade, teria começado a “encher”.⁵² Tratou-se de uma “revolução

⁴⁹ VIANA, O. Gênese e evolução do ideal republicano. In: **O Ocaso do Império...**, pp. 17-18.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 19.

⁵¹ FAORO, R. O Renascimento Liberal e a República. In: **Os Donos do Poder...**, p. 526.

⁵² No trecho citado, Raymundo Faoro parafraseia Joaquim Nabuco em *Um Estadista do Império*.

pacífica”, que passou pela formação da *Liga Progressista* (1862), pela Cisão Liberal de 1868 e pela cristalização do *Partido Republicano* (1870), encabeçado por Saldanha Marinho.⁵³

Ambas as interpretações, além de imprimirem um teleologismo retrospectivo para explicarem a derrocada do regime monárquico no Brasil, em 1889 – uma vez que o destino do Império “em crise” já estaria obrigatoriamente traçado décadas antes –, subestimam a eficácia da atividade propagandista do Movimento Republicano, na totalidade.⁵⁴ Tal representação é acentuada na abordagem de Sérgio Buarque de Holanda.⁵⁵ Numa perspectiva progressiva, aborta toda e qualquer possibilidade prévia de vislumbrarmos uma proposta radical, para mudança de regime no Império do Brasil, já no momento de lançamento do *Manifesto Republicano*.

Mesmo para um texto político do meio dissidente radicalizado, o documento é avaliado “antirrevolucionário e contemporizador”. Sérgio Buarque sustenta que os republicanos, surgidos após o lançamento da máxima dos liberais moderados – “Ou a reforma, Ou a revolução” –, não quiseram terminantemente “a segunda ponta do dilema”. Há a convicção de que a “ditadura”, o “absolutismo franco”, não possuía força o bastante “para provocar uma ação conspiradora e revolucionária”. O que seria motivo de pacifismo para os primeiros republicanos e uma marca na carreira do partido por longo tempo.⁵⁶

Entretanto, o próprio autor nos recorda da Conspiração de 1871, desconhecida do grande público, a ter por objetivo derrubar o Trono, antes da primeira viagem de D. Pedro II à Europa. Um plano articulado pelo Capitão Pompílio de Albuquerque, “em cooperação com elementos do recém-fundado Partido Republicano”.⁵⁷ Além desse fato, pontuamos que a presumida “convicção” da incapacidade do regime monárquico de ter promovido reações radicais pode, por exemplo, ofuscar a ocorrência de projetos mais exaltados, presentes nas variantes do movimento nas Províncias. Como é o caso do *Manifesto Republicano do Clube do Pará* (1886)⁵⁸, em particular.

A interpretação de Sérgio Buarque centra enfaticamente no quadro programático do *Manifesto de 1870*, a ponto de fazer da “revolução pacífica”, da “revolução da ideia”, objetivo permanente de ação e de propaganda.⁵⁹ Ao recorrer a falas isoladas de Saldanha Marinho, no Parlamento de 1879, conclui que a Retórica da Revolução nada teve para além de “força de expressão”. Toda vez que os republicanos falaram em Reforma foi para prevenir a Revolução. Ou seja, apelavam para medidas capazes de tornar supérfluo o recurso à Revolução. Nos parece que com isso a moderação é fixada como marca perpétua do Movimento Republicano no Brasil. A conclusão óbvia é a de que a defesa

⁵³ FAORO, R. O Renascimento Liberal e a República. In: **Os Donos do Poder**..., pp. 513-514.

⁵⁴ VIANA, O. Gênese e evolução do ideal republicano. In: **O Ocaso do Império** pp. 81-110; FAORO, R. op. cit., pp. 532-538.

⁵⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque. Livro Primeiro. Capítulo I - Crise do Regime. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico: do Império à República. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, v. 7, pp. 13-19.

⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque. Livro Quarto. Capítulo III – O Manifesto de 1870. In: **História Geral da Civilização Brasileira** ..., p. 299.

⁵⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque. Livro Quinto. Capítulo III – A Fronda Pretoriana. In: **História Geral da Civilização Brasileira** ..., pp. 374-375

⁵⁸ SODRÉ, Lauro Nina. Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886. In: PESSOA, R. C. **A Ideia Republicana no Brasil através de documentos**..., pp. 67-83. Ver também: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A República como aspiração: uma análise dos discursos políticos dos manifestos republicanos. In: **Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017, cap. 1, pp. 45-63.

⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. Livro Quarto. Capítulo III – O Manifesto de 1870. In: **História Geral da Civilização Brasileira** ..., p. 300.

intransigente de Quintino Bocaiúva – “Evolução, não revolução” – teria prevalecido inalteravelmente vitoriosa nas práticas políticas do referido agente e entre as dos adeptos do *Manifesto de 1870*.⁶⁰

No conjunto de nossas hipóteses expusemos, desde o começo das Considerações Iniciais, variados aspectos pelos quais fomos induzidos a não concordarmos com as argumentações apresentadas, consagradas pela nossa tradição ensaística. Fundamentos mais consistentes o leitor poderá verificar ao longo de todo o trabalho. A discordância em relação aos argumentos da “historiografia consolidada” encontra reforço diretivo na análise empírica e historiográfica da corrente revolucionária do Republicanismo brasileiro, presente em Teses e Dissertações acadêmicas, concluídas desde a época da dupla celebração dos centenários da Abolição da Escravatura (1988) e da Proclamação da República (1989) no Brasil. Os aportes atuais corroboram para relativizarmos interpretações a subestimarem a expansão da ideia republicana por regiões provinciais do Império. Além disso, os referidos enfatizam o conflito na participação popular da última trintena do século XIX.⁶¹

Ao investigarmos a contribuição da matriz francesa do Republicanismo, na promoção de uma Retórica da Revolução, mobilizada pelos elementos mais exaltados da propaganda republicana brasileira, nos valem de explanações acerca do conceito de “apropriação”, na chave interpretativa de Roger Chartier.

Ao discorrer sobre uma sociologia histórica das práticas culturais, Chartier aponta que o mundo das representações é “moldado através de uma série de discursos que o apreendem e o estruturam.”⁶² A problemática se baseia numa reflexão do modo como as representações [configuradas por meio de tais discursos] podem ser apropriados

⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. Livro Quarto. Capítulo III – O Manifesto de 1870. In: **História Geral da Civilização Brasileira** ..., pp. 302-303.

⁶¹ A respeito ver: BUENO, Almir Carvalho. **A trajetória de uma desilusão**: Silva Jardim e Aníbal Falcão: dois positivistas revolucionários na transição império-república (1870-1900). 1991. 118 f. Dissertação (1870-1900) (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991; LEITE, Sidney Ferreira. **A República no Brasil**: Quintino Bocaiúva e Silva Jardim - Trajetórias e ideias. 1993. 188 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo: Biblioteca Depositária: undefined, 1993; BUENO, Almir Carvalho. **Visões de República**: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895). 1999. 303 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 1993. Ver também: PRADO, Edina Ferreira. **Silva Jardim, O Pedro Eremita da República**. 2002. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002; REZENDE, Gustavo Monteiro de. **Abolicionismo popular na Corte do Rio de Janeiro (1879-1888)**. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Biblioteca Depositária: UERJ - Rede Sirius - Biblioteca CEHD, 2009; VASCONCELOS, Rita de Cássia Azevedo Ferreira de. **República sim, escravidão não**: O Republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República (1888-1905). 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea I) - Universidade Federal Fluminense, Niterói: Biblioteca Central do Gragoatá, 2011; ELIAS, Daiane. **Imagens Opostas**: a nova linguagem política republicana e a queda do Brasil Império (1870- 1891). 2012. Dissertação de Mestrado-IFCS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2012; SIQUEIRA, K. S. **O Império das Repúblicas...**; BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **“Ditadura”, Abolição e República**: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889). 2017. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 2017. Ver também: DANTAS, Mônica Duarte (org.). **Revolutas, Motins, Revoluções...**; ALONSO, Ângela. O abolicionista cosmopolita: Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. **Novos Estudos CEBRAP**. Nº 88. São Paulo. Dec. 2010.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300004; ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro. 1º ed. São Paulo: Cia das Letras, 2015; ROSSI, Amanda. Abolição da Escravidão foi votada em 1888 pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador [Luiz Filipe de Alencastro]. **BBC Brasil**. São Paulo. 13 Maio 2018.

Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>.

⁶² CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Guilhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002, p. 23.

pelos leitores dos textos. A apropriação dos discursos coloca-se assim na “[...] maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.”⁶³

Pensamos que esse tipo de leitura nos auxiliou a explicar quais representações definidoras de “República”, associadas à “Revolução”, os agentes republicanos selecionados construíram, em crítica ao regime monárquico-imperial. Como assim procederam através de suas práticas discursivas, a partir de seu espaço de experiência. Particularmente com auxílio do legado republicano de tradição francesa.

Segundo a moderna tipologia das formas de Estado, “República” é um termo contraposto à Monarquia. Contudo, desde a Antiguidade greco-romana, o significado mudou profundamente com o tempo. Assumiu conotações diversas, de acordo com o contexto conceitual em que foi inserido.⁶⁴ A despeito de não termos perdido de vista a noção moderna de “Revolução” – fenômeno de mudança convulsiva e insurrecional da estrutura social e política –⁶⁵, não fizemos de objetivo sistemático a apresentação de uma definição do conceito, por meio da qual obtivéssemos um parâmetro de análise. O mesmo é válido para o conceito de “República”. Quisemos expor a definição apresentada pelos próprios agentes ao discursarem, isto é, em mobilização política. Acreditamos ter tal objetivo nos desobrigado de recorrer e de expor persistentemente uma teorização rigorosa engessada de ambos os conceitos.

Para Settembrini, especialista do pensamento revolucionário dos séculos XIX e XX, o apelo à violência ou a sua recusa pouco contribui para identificar as múltiplas posições a distinguirem, na prática, o “Reformismo revolucionário” da “Revolução pacífica na legalidade”. Visto que “nem sempre as reformas são sustentadas para evitar a revolução, nem a revolução está necessariamente ligada ao uso da violência”.⁶⁶ Em razão dessa elasticidade conceitual, constatável na dinâmica republicana de parcela do movimento político-intelectual, emerso nas décadas de 1870 e 1880, tentamos deixar nítido, em termos vocabular, a diferença entre “Revolução radical/disruptiva”, “Revolução pacífica” e “Reforma pacífica e legal”.

Entendemos que analisar discursos de agentes republicanos, do Brasil da conjuntura finissecular da Monarquia bragantina, significa tratar de práticas concretas de manifestação política por meio do ato de fala. Nesse sentido, recorreremos às concepções da vertente inglesa da História Intelectual do Político. Primeiramente com Quentin Skinner, o qual concebe todo discurso como “ato de fala”, através do qual se transmite o pensamento sobre os fatos. Assim, o discurso dos agentes republicanos brasileiros, presentes nas obras selecionadas, é apresentado não como meras ideias

⁶³ CHARTIER, R. **A História Cultural** ..., p. 24.

⁶⁴ MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C. Variale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, v. I, pp. 1107-1109.

⁶⁵ REVOLUÇÃO. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. SP: Contexto, 2009, pp. 362-363.

⁶⁶ SETTEMBRINI, Domenico. Reformismo. I. Reformas e Revolução. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. op. cit., pp. 1077-1080.

pronunciadas e/ou impressas em papel; mas, como elemento concreto interventor, constituinte de práticas políticas propagandísticas pró-República.⁶⁷

Para além das argumentações skinnerianas, levamos em conta recomendações da análise pockockeana sobre o discurso político. Aos olhos do leitor atento, *Linguagens do ideário político* parece se tratar de um manual metodológico de interpretação do político.⁶⁸ Nessa lógica, concebemos as recomendações de Jonh Pocock, ali ressaltadas, como complementares no tratamento dispensado à análise dos discursos das obras dos atores republicanos selecionados.

Giro Linguístico e história intelectual apresenta dupla contribuição para o trabalho. Uma de compreensão epistemológica e outra de compreensão metodológica. Vale à pena destacar que o livro constitui introdução a uma antologia de textos a traçarem uma série de debates produzidos nos Estados Unidos, na década de 1980. Tenta demonstrar como o “Giro Linguístico”, também chamado de “Giro Interpretativo”, nasceu a partir da crise das hermenêuticas tradicionais (a gadameriana e a ricoeuriana); qual é sua contribuição específica e quais são suas limitações inerentes.⁶⁹

Em outras palavras, pode-se dizer que o Giro Interpretativo consistiu numa série de debates a envolverem questões referidas à teoria e à metodologia de estudo no campo da história intelectual. Trouxe consigo maior valorização e problematização da linguagem, o que implicou num diálogo da História com a Linguística, com a Crítica Literária e com a Filosofia. No campo historiográfico, a guinada epistemológica representada pelo Giro Linguístico reascendeu um debate que, na altura dos anos oitenta do século passado, já se pensava encerrado e resolvido: o estatuto da História em relação à Literatura, no campo acadêmico-institucional. Principalmente devido às contundentes críticas de Hayden White, a cientificidade da História foi reposta em discussão, no âmbito de um debate a nos remeter ao século XIX, com a afirmação da Escola Metódica Francesa.

Por lidarmos com a relação linguagem e realidade, discurso e prática, dispensamos atenção às implicações de tais debates sobre o processo de construção do conhecimento histórico através da escrita. Bem como sobre a forma pela qual pretendíamos conceber os discursos dos agentes selecionados. Isto é, enquanto práticas concretas de intervenção política.

Em que sentido a obra citada pôde contribuir, do ponto de vista metodológico, para o trabalho? Dominick LaCapra é quem nos ajuda a responder à questão, em suas considerações sobre a relação entre a história intelectual e a leitura de textos. O autor aponta que há vantagens em compreender a história intelectual enquanto uma história de textos.

⁶⁷ Sobre a contribuição da vertente inglesa para a história do pensamento político e social, ver: JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **RBCS** Vol. 20 n°57 São Paulo fevereiro/2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbsoc/v20n57/a02v2057.pdf. Acesso em: 31 ago. 2015. Ver também: JÚNIOR, João Feres. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **DADOS – Revista de Estudos Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, n° 3, 2005, pp. 655 a 680.

⁶⁸ Para isso, ver: POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário político**. Sergio Micelli (org); Tradução Fábio Fernandez. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, pp. 23-82.

⁶⁹ PALTI, Elías José. “**Giro linguístico**” e a **história intelectual**. Buenos Aires: Editora da Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 16. (Tradução Nossa).

Para ele, há uma problemática a envolver a relação entre textos e seus diferentes contextos pertinentes.⁷⁰ Entende que todos os contextos são textos, assim como todos os textos estão inseridos em contextos. Nesse sentido, o historiador intelectual não pode se satisfazer em fazer uma história puramente das ideias, do pensamento. Esse corolário extrapola a leitura internalista de uma obra.

LaCapra divide o problema da relação entre textos e seus diversos contextos diferentes em seis áreas de investigação, parcialmente superposta: a relação entre as intenções do autor e o texto; a relação entre a vida do autor e o texto; a relação da sociedade com os textos; a relação da cultura com os textos; a relação de um texto com um corpus do escritor; a relação entre os modos de discurso e textos.⁷¹

Como é possível perceber, o autor reconhece a importância da teoria do ato de fala e das intenções; porém, as seis áreas indicadas, para a investigação do problema da relação textos e contextos, vão além das proposições aventadas pelo método skinneriano da História dos Conceitos. Quanto a isso, LaCapra é claro ao apontar que “a intenção ou intenções do autor podem ser incertas ou radicalmente ambivalentes. Na verdade, em boa parte o autor pode descobrir suas intenções no ato de escrever ou falar.”⁷²

É nessa perspectiva, de para além do pensamento e do método skinneriano, que as proposições levantadas por LaCapra contribuíram no desenvolvimento da história do discurso político revisionista, para o Movimento Republicano no Brasil, por nós encetada. Quisemos pensar a relação texto-contexto no estudo dos discursos dos agentes republicanos brasileiros escolhidos, ao investigarmos a retórica revolucionária por eles mobilizada. Para isso, exploramos a gramática política, a intertextualidade e, quando possível, o fenômeno da recepção.

Dialogamos também com a vertente alemã da História Intelectual do Político. As recomendações teóricas e metodológicas da História dos Conceitos, proposta por Reinhart Koselleck, corroboraram na orientação do estudo diacrônico dos significados de “República” na era moderna.⁷³

No presente estudo, constatamos que no Oitocentos brasileiro a cultural letrada ensejada foi marcada pela presença de vestígios de práticas retóricas. Sobretudo devido à permanência da disciplina Retórica na composição do currículo escolar, das instituições educacionais do país.

O referido dado nos concedeu licença para empregarmos certas características do modo retórico de argumentar, enquanto instrumentos de análise dos discursos dos agentes selecionados. O leitor poderá verificar que tal aspecto metodológico se encontra perfilhado ao longo de todo o trabalho. Porém, ele é explicitamente enfatizado a partir do capítulo quinto, no qual passamos a nos concentrar em textos pré-republicanos.

⁷⁰ LACAPRA, Dominick. Repensar a historia intelectual y ler los textos. In: PALTÍ, E. J. “**Giro linguístico**” e a história intelectual..., pp. 251-252.

⁷¹ Ibidem, pp. 253-276.

⁷² Ibidem, p. 253.

⁷³ Sobre a abordagem da História Intelectual do Político a partir da Escola de Bielefeld, ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado**: para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

Inicialmente não havíamos pensado o(s) discurso (s) dos republicanos considerando os resíduos de práticas retóricas, presentes na própria formação acadêmica disponível aos brasileiros do século XIX. Notamos que esse enveredamento de perspectiva dialoga com fontes teóricas às quais recorreremos para construir a presente história do discurso político, sobre o Movimento Republicano no Brasil. Enfim, dialoga com os pressupostos de método e de teoria da História Intelectual do Político, nas vertentes de Cambridge e Bielefeld, e com aqueles decorrentes do impacto do Giro Linguístico sobre a produção historiográfica, a partir de 1990.

Enquanto gênero historiográfico, recorreremos a biografias dos republicanos brasileiros selecionados, a fim de que pudéssemos melhor contextualizar os atos de fala.⁷⁴ Procedemos de modo a extrair de tais narrações sínteses de elementos caracterizantes do posicionamento de cada indivíduo sobre os temas “Revolução” e “República”. Em casos particulares, como os de Tobias Barreto, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, a reconstituição biográfica foi orientada de modo a revelar pontos de ruptura de trajetória explicativos da não adesão do agente à causa republicana.

Outrossim estivemos atentos aos temas-tabus colocados ao Historiador predisposto a lançar mão do gênero biográfico, tais como: a natureza epistemológica híbrida, que o faz transitar e ao mesmo tempo aproximar os campos da historiografia e da literatura; o teor imaginativo que revela sua dimensão ficcional, presente no romance; os fundamentos ideológicos, muitas vezes ocultos no projeto; o resgate de uma vida a partir de uma base de visão totalizante; a busca pela construção de uma trajetória de vida coerente.⁷⁵ Para superarmos os problemas elencados, recorreremos ao confronto de fontes biográficas diversas, disponíveis de cada agente, de modo a revermos o que é conhecido sobre a vida dos biografados.⁷⁶

A tese compõe-se de **dezesseis capítulos**, distribuídos em **quatro partes**. A **Parte I** precede e abrange conteúdos desenvolvidos nas demais. Portanto, ao terminá-la o leitor poderá ter a sensação de uma sutil quebra de cronologia. A mesma é reiniciada restritamente no plano nacional na parte seguinte. Discutimos no **capítulo segundo** o legado da tradição revolucionária, das diferentes fases do Republicanismo francês, para a formação do pensamento político moderno. Particularmente para a cultura política republicana brasileira, ensejada a partir do Rio de Janeiro dos anos de 1870. O fizemos através do elemento chave de conexão: a Retórica da Revolução. Desenvolvida e explorada principalmente pela “corrente revolucionária” do movimento pátrio.

Para melhor explanarmos demais conexões, recorreremos à reconstituição examinativa dos projetos republicanos presentes nos textos constitucionais franceses de 1792, 1848 e 1875 — **capítulo terceiro**. Através dos referidos,

⁷⁴ Na perspectiva de evitar o risco da “ilusão biográfica” na construção do relato, Pierre Bourdieu alerta para a necessidade de reconstruir o contexto, a “superfície social” em que o indivíduo age, em variados campos, a cada instante. A respeito, ver: BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, cap. 13, pp. 183-191.

⁷⁵ Sobre a indistinção epistemológica da biografia, ver: AVELAR, Alexandre de Sá. Um gênero nas bordas ou sobre a indistinção epistemológica da biografia. In: MARTINS, Luiz Carlos dos Passos; MUNIZ; Altamar da Costa (orgs.). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE, 2016.

⁷⁶ Ver: MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. Desafios conceituais e metodológicos da escrita biográfica: notas sobre a trajetória de Antônio Maciel Bonfim (Miranda). In: MARTINS, Luiz Carlos dos Passos; MUNIZ; Altamar da Costa (orgs.). **História Política...**

discorremos sobre o elemento da tradição republicana revolucionária rejeitado pelos agentes brasileiros: o formato político-administrativo fiscal unitário e centralizado de República. Em complementaridade, tratamos do reexame liberal da Revolução de 1789 e da polêmica em torno do processo de Descentralização, ambos em curso na França oitocentista. Elaboramos um esquadrinhamento preliminar dos reflexos de tais aspectos do debate francês no debate brasileiro do alvor da década de 1870, por intermédio de Tavares Bastos. Os resultados da discussão foram retomados no capítulo sétimo.

Na perspectiva de romper com a noção estanque de “polo produtor” e “polo receptor”, num sentido inverso à tradicional relação hegemônica oitocentista Europa-Brasil, investigamos a receptividade do movimento e da Proclamação da República brasileira na França do regime de 04 setembro de 1870 — **capítulo quarto**. Com o auxílio de correspondências diplomáticas, levantadas no *Centre des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères*, localizado em La Courneuve, analisamos como a Retórica da Revolução, atrelada à ideia e aos eventos da República no Brasil, percorreu circuitos oficiais do poder; como nos levou a averiguar a articulação incipiente de um plano externo de Revolução republicana, às vésperas do “15 de Novembro”. A farta documentação permitiu uma reconstrução sintética de aspectos característicos do recorte temporal investigado. De modo a termos uma visualização antecipadamente sobreposta às demais partes da Tese.

A partir dos capítulos da **Parte II**, tentamos orientar a exposição nos baseando na cronologia da documentação, numa sequência progressiva. Passamos a testar restritamente na conjuntura nacional nossa hipótese central. O fizemos explorando a intertextualidade da produção intelectual, reflexo do ambiente de dissidência política criada, desde a década de 1860, no meio das elites dirigentes, congregadas nos dois partidos políticos do Segundo Reinado. Nesse sentido, o ponto de partida foi a linha do processo histórico responsável pela Cisão Liberal de 1868. Como já dito, na ocasião do lançamento do dilema liberal “Ou a reforma, Ou a revolução”, constatamos ter ocorrido uma mudança de historicidade irreversível, no ponto de vista de agentes da parcela oposicionista das elites políticas.

Particularmente no **capítulo quinto**, analisamos o discurso de réplica do Senador baiano Nabuco de Araújo ao discurso do Senador fluminense Sayão Lobato, na Sessão de 17 de Junho de 1869, do Senado imperial. Na esteira da repercussão do dilema lançado no *Manifesto do Centro Liberal* (1869). No **capítulo sexto**, exploramos a intertextualidade da época no meio liberal radical. Investigamos o emprego da Retórica da Revolução no discurso elaborado por Saldanha Marinho, nos panfletos a comporem *O Rei e o Partido Liberal* (1869). Vislumbramos a possibilidade da obra ter sido escrita como recomendação do autor aos liberais do *Centro*, para que considerassem uma via de ação mais enérgica.

A interpretação feita no **capítulo sétimo** acerca do livro *A Província*, obra capital de Tavares Bastos, complementou a discussão encetada em seção específica do **capítulo terceiro**. Tavares Bastos não advogou pela causa republicana. Porém lhe deixou legados. Em terras brasileiras, remodelou o debate parlamentar francês sobre a Descentralização. Fez do entendimento pessoal das ideias sobre “Federação” componente imprescindível à compreensão da linguagem republicana, no Brasil dos primeiros anos da década de 1870. Na recusa do “modelo simétrico francês”, encontramos um ponto de conexão do discurso do escritor alagoano apropriado pelos republicanos.

A partir do **capítulo oitavo**, nos detivemos em discorrer sobre *A República* do Rio de Janeiro enquanto fonte-objeto. A tipologia empregada permitiu uma abordagem muito próxima à de uma História da Imprensa. Por meio de edições selecionadas, analisamos a relação estabelecida pela atividade propagandística do Movimento Republicano na Corte com ideias e fatos marcantes da Terceira República Francesa, entre 1870 e 1874. No final desse exercício, obtivemos pormenores do vínculo do movimento no Brasil também com o congênere espanhol.

Nos capítulos da **Parte III**, aprofundamos o estudo de apropriação de repertórios franceses pelos agentes brasileiros, na constituição da tópica revolucionária, acionada no mesmo órgão de imprensa oposicionista. Ressalta-se no exame do processo a fundamentalidade dos traços retóricos característicos da cultura letrada, na qual foram formados e estiveram imersos – **capítulo nono**. Analisamos a variação do comportamento republicano face ao dilema liberal, no transcurso da primeira fase da propaganda, em casos específicos: na atuação de Francisco Cunha na imprensa porto-alegrense — **capítulo décimo**; na Questão Acadêmica — **capítulo décimo primeiro**; no episódio da dissolução da Câmara dos Deputados, em 22 de maio de 1872 — **capítulo décimo segundo**; e na participação republicana na Questão Religiosa — **capítulo décimo terceiro**.

Nos capítulos da **Parte IV**, fomos além de perscrutar o emprego da tópica revolucionária pelos agentes em cena na penúltima década do Oitocentos. Nos propusemos expor razões explicativas para a derrota da linha de ação política radical, na articulação da segunda fase da propaganda. Em outros termos, arquitetamos um quadro elucidativo sobre a resolução do dilema liberal, apresentado em 1869. No espaço da Corte imperial dos anos de 1880, investigamos o emprego da Retórica da Revolução e o seu arrefecimento a partir da atividade propagandística de dois exímios radicais da República: Lopes Trovão, entre os anos de 1879 -1882; e Silva Jardim, entre 1888-1889.

Na Revolta do Vintém, explorada no **décimo quarto capítulo**, procuramos demonstrar a centralidade dos referenciais do Republicanismo revolucionário francês, na conformação do discurso radical, empregado por Lopes Trovão em matéria jornalística. Tanto na mobilização coletiva quanto na cobertura dos tumultos urbanos de ocasião. Hesitação e repressão policial foram discutidos enquanto fatores prováveis a terem freado o carro da Revolução no centro do Império. No cumprimento de tais propósitos, selecionamos edições da *Gazeta da Noite*, *d'O Combate*, da *Gazetinha*, do *Jornal da Noite* e da lisboeta *Galeria Republicana*.

Em seguida, momentaneamente nos afastamos do cenário da Corte. Espraíamos a análise do emprego da tópica para duas províncias territorialmente afastadas do centro de gravidade do Império brasileiro. Trata-se do Grão-Pará e de São Pedro do Rio Grande do Sul. Realidades locais onde o conservador Positivismo francês teve considerável permeabilidade na década de 1880. Ao lado de Pernambuco, ambas tiveram em comum núcleos republicanos defensores de uma República Positiva, na acepção comteana de “Ditadura”, para cuja implantação não foi descartada a hipótese de ação política revolucionária. Observamos ainda, nos dois casos, a incorporação da Revolução enquanto etapa do Evolucionismo político. Com destaque para a sofisticada teorização formulada na Província sulista. Apesar da ausência de diálogo direto, apresentaram posicionamento semelhante ao da corrente radical fluminense e

pernambucana, contrárias à crescente dominação paulista. Essa orientada por Quintino Bocaiúva, na liderança nacional do *Partido Republicano*.⁷⁷

Por meio da produção intelectual e do ativismo político do paraense Lauro Sodré e do gaúcho Assis Brasil, tratamos do objetivo almejado. No caso de Lauro Sodré, no **décimo quinto capítulo** procuramos não isolar suas práticas políticas do círculo de correligionários próximos, atuantes no *Clube de Belém*. Para isso, exploramos o teor radical das opiniões e ideias defendidas na qualidade de redator do *Manifesto do Clube Republicano do Pará* (1886) e do órgão paraense *A República*. Ainda escolhemos duas obras bibliográficas: *Atos e Palavras; Crenças e Opiniões*.

De Assis Brasil, no **décimo sexto capítulo** destacamos quatro publicações. A primeira trata-se de um panfleto republicano, fruto de conferência pública intitulada *Oportunismo e Revolução*, proferida no *Clube Acadêmico de São Paulo*, em 16 de junho de 1880. Demos destaque à réplica *Oportunismo e Revolução*, escrita por Alberto Sales e publicada em artigo n' *O Federalista. A República Federal* (1881) constitui segunda obra explorada. Na defesa arvorada em prol da República e do Federalismo para a organização do país, destacamos nela a linha de continuidade argumentativa com o discurso da conferência em São Paulo, no que diz respeito à via de ação revolucionária. Igualmente optamos por dois discursos, pronunciados na Assembleia Provincial sul-rio-grandense, em 1885: *Pela Federação e Pela República*. Ao nosso ver, o conjunto dessa produção se faz precípuo na apresentação do fator compreendido basilar para o arrefecimento da radicalidade, no meio republicano pátrio: a assimilação teórica da Revolução radical pelo Evolucionismo político.

De volta à Corte imperial por meio do **décimo sétimo capítulo**, dos discursos de Silva Jardim, na maioria encontrados na coleção *Propaganda Republicana*, exploramos o que nos pareceu ter sido um “esboço” de ação republicana revolucionária, inspirada nos ideais da Revolução Francesa, uma vez filtrados pela releitura do Positivismo e pela própria experiência brasileira de 1831. Na contradição das opções políticas, expressas nos atos de fala do próprio agente, inquirimos motivos para o esmaecimento definitivo da via revolucionária disruptiva, no cerne da propaganda.

⁷⁷ Ver: BRAGA, F. B. R. da S. “*Ditadura*”, *Abolição e República...*, pp. 17-19.

PARTE I

CONEXÕES FRANCO-BRASILEIRAS DO REPUBLICANISMO REVOLUCIONÁRIO

2 O LEGADO DA TRADIÇÃO REPUBLICANA FRANCESA PARA A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO MODERNO E SUA INSERÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1870 NO IMPÉRIO DO BRASIL

Enquanto doutrina política, constituída numa das mais importantes correntes do pensamento político do Ocidente, não encontramos para o Republicanismo data de origem precisa. Nem sistematização específica intencional da parte de determinado (-s) autor ou autores, situado (-s) numa determinada época. A tradição do pensamento republicano consiste numa construção a envolver autores diversos ao longo dos séculos. Tal percepção nos parece pertinente segundo a análise empreendida em *Matrizes do Republicanismo*, cuja organização coube a Newton Bignotto.

Aspectos conceituais constituintes do vocabulário republicano encontram-se identificados nos escritos de Políbio e de Cícero, na Antiguidade greco-romana; no pensamento de Maquiavel e no dos humanistas da Renascença italiana; ganharam contornos precisos nos processos das Revoluções modernas, ocorridas em Inglaterra, Estados Unidos e França. Nota-se como ao longo dos tempos foi formada uma tradição teórica, que, em diálogo permanente com o passado, procurou apresentar soluções para problemas de cada época, a fim de que fosse criado regime político assentado nos ideais de “Liberdade” e “Igualdade”. Qual seja: a República.¹ Em outros termos, o que conhecemos por tradição republicana foi historicamente forjada a partir de matrizes. Assim temos a matriz (greco-) romana, a italiana (renascentista), a inglesa, a francesa e a estadunidense.²

A respeito da apropriação de certos repertórios das matrizes do Republicanismo pelo Movimento Republicano brasileiro, cujo núcleo inicial emergiu em fins de 1870, na Corte do Rio de Janeiro, de um modo geral a historiografia³ destaca específica e particular predominância de diálogo com dois modelos: o estadunidense e o francês.⁴

¹ BIGNOTTO, Newton. **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

² *Ibidem*, p. 10. Para outra abordagem a trabalhar com a noção de “matrizes de interpretação” da tradição republicana, conferir: SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. SP: Companhia das Letras, 2019, 504 pp.

³ A esse respeito, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. 15ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1990, pp. 8-15; 17-22. CARVALHO, José Murilo. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. In: **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998, pp. 83-106. Ver também: PAMPLONA, Marco A. As ideias de República no Brasil. In: **Revoltas, república e cidadania**. RJ/SP: Editora Record, 2003, cap. 4.

⁴ Apesar das Repúblicas da América Latina terem sido consideradas derivações do modelo estadunidense ou de terem sido rejeitadas em razão da turbulência política que as caracterizou, especificamente aos olhos dos agentes do Movimento Republicano no Brasil (CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas...**, p. 19), não desconsideramos contatos existentes entre esse e a imprensa republicana do Rio de Janeiro. Particularmente com a portenha e com a montevidense. Igualmente não ignoramos referências ao modelo suíço (a Confederação Helvética) e contatos com agentes do Republicanismo espanhol, como Emílio Castelar. Devido à anciandade da ideia de “República” no Brasil, a datar do século XVII, consideramos a formação de uma tradição própria, edificada e expressa na esteira de movimentos emancipacionistas de finais do período colonial: a Conjuração Mineira (1789), a Conjuração Carioca (1794) e a Conjuração Baiana (1798-1799). Em seguida, no decorrer da Revolução Pernambucana (1817), da Confederação do Equador (1824) e das rebeliões do período regencial, como a Sabinada (1837-1838) e a Revolução Farroupilha (1835-1845). Para mais informações acerca de tais apontamentos, ver: PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973, pp. 11-38; MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817-1824. SP: Ed. 34, 2004; PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da Independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir (org.) **A Independência Brasileira**: Novas dimensões. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, cap. 1, pp. 55-97; LYNCH, Christian Edward Cyril; STARLING, Heloisa Maria Murgel. República/Republicanos. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da História dos Conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 226-242; BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, cap. II; LYNCH, Christian Edward Cyril; STARLING, Heloisa Maria Murgel. República-Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández

Sabemos que o estadunidense, impregnado do ideário liberal, fez da Constituição o núcleo central da Revolução Americana. Tornou a carta magna instrumento concentrador de direitos e de liberdades. Encontrou na federação e na representação política soluções para aplicar o Republicanismo a grandes territórios.⁵ Podemos ampliar esse sentido ao apontarmos que, ao se basear na federação, a matriz estadunidense apostou na descentralização do poder. Ou, em outros termos, na multiplicação dele pelos espaços da sociedade em vista da republicanização do aspecto civil, no propósito de incorporar os integrantes do corpo social.⁶

Enquanto na matriz revolucionária estadunidense prevaleceram as ideias de “Federação” e de “Liberdade dos povos”, na matriz do Republicanismo revolucionário em França preponderou a defesa intransigente da “Igualdade” (civil) e da “Soberania Nacional”. A resultante foi uma concepção centralizada e unitária de República. Nela coube à vanguarda atuar na libertação do homem e, de igual modo, na condução dos destinos da sociedade.⁷

Nos primeiros anos, a Revolução Francesa não fez da “República” exigência primordial. Apesar de desde o século XVIII ter existido na França uma linguagem republicana, empregada mais do ponto de vista cultural e moral do que político. Algo anterior às ameaças efetivas contra o regime monárquico. Nos escritos dos representantes do Iluminismo francês, se tornaram frequentes referências à tradição republicana. Prática à qual é atribuída a existência de uma gramática e de um léxico republicanos prévios a 1789. Ainda que os iluministas franceses não tivessem sido republicanos.

Tal foi a constatação obtida por meio da análise das obras de Montesquieu (*O Espírito das Leis*), Voltaire (*Cartas Filosóficas/Cândido/ Tratado sobre a Tolerância*) Rousseau (*Emílio e O Contrato Social*), Diderot e D’Alembert (*Enciclopédia*).⁸ Delas é possível extrair uma noção cara, a remontar à tradição republicana desenvolvida no universo greco-romano antigo: a de “Virtude Cívica”. Essa, por sua vez, abarca um leque de expressões comportamentais, cultivadas desde a Antiguidade clássica: patriotismo, devotamento ao interesse público, reverência pelas instituições, respeito pelas leis, amor à liberdade, aspiração pela igualdade, cidadania.⁹

A linguagem republicana preexistente, paulatinamente forjada não apenas no plano dos conceitos como também no plano simbólico e do imaginário, só pôde ocupar lugar de destaque dominante, no cenário da política, a partir dos anos decisivos da Revolução, quando encontrou solo fértil.¹⁰ O marco inaugural da República na França revolucionária ocorreu

(Dir.). **Diccionario político y social de mundo ibero-americano**: la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, pp. 1251-1371. STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Ser republicano no Brasil colônia**. A história de uma tradição esquecida. 1º ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2018, 376 pp.

⁵ Para maiores detalhes, ver: STARLING, Heloisa Maria Murgel. A matriz norte-americana. In: BIGNOTTO, Newton. **Matrizes do Republicanismo...**, cap. 5.

⁶ PENNA, Lincoln de Abreu. A derrota da República. **Lutas Sociais**. São Paulo. n. 19/20. (2008), p. 57. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/ls/issue/view/1200/showToc>. Acesso em 31 jan. 2020.

⁷ *Ibidem*, pp. 56-57.

⁸ BIGNOTTO, Newton. O léxico republicano: a contribuição do Iluminismo. In: **As aventuras da virtude**: as ideias republicanas na França do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2010, pp. 25-211.

⁹ BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude**: as ideias republicanas na França do século XVIII. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 22.

¹⁰ A tentativa frustrada de fuga para Varennes, por parte de Luís XVI e da família real, tomou-se ponto crucial para que a forma republicana de governo viesse a se constituir definitivamente em alternativa à Monarquia Constitucional, firmada ainda em 1791. A atuação de revolucionários radicais, tais como Robespierre, Saint-Just, foi decisiva no processo de julgamento sem retorno, que considerou o monarca um “traidor”. Sensibilizados pela anterior condição

apenas no período no qual foi abandonado o projeto de Monarquia constitucional. Ou seja, após tentativa frustrada de fuga do rei (1791), o que encerrou a etapa moderada da Revolução.¹¹

O momento da radicalização revolucionária trouxe consigo a necessidade de repensar uma nova organização para a vida política. Propiciou a abertura para que a referência à República, numa concepção “ideal” greco-romana, fosse apresentada aos homens e mulheres da época, surpreendidos pela força dos acontecimentos.¹²

No que diz respeito à relação pouco evidente entre Republicanismo e Jacobinismo, Newton Bignotto desenvolve imprescindível observação quanto ao período da “República Jacobina” (1793-1795). Ou seja, a fase do Terror revolucionário. Na análise isolada do período áureo do poder político dos jacobinos, foi encontrado pelo autor o desenvolvimento do discurso republicano revolucionário. As ocasiões da fuga, do julgamento e da condenação de Luís XVI permitiram a revolucionários jacobinos plasmarem ideais republicanos, preexistentes na Filosofia das Luzes, num discurso radical, cujo eixo principal constituía-se da própria Revolução, em benefício da desmontagem da Monarquia.¹³ Em outras palavras, temos aqui um ponto de referência para o surgimento da Retórica da Revolução, atrelada à promoção da República.¹⁴

Lynn Hunt nos convence de que a Revolução Francesa foi a responsável pelo estabelecimento do potencial mobilizador do Republicanismo democrático. Tal situação só foi possível mediante a invenção da retórica revolucionária. Ou seja, da instrumentalização persuasiva da linguagem – a da tradição republicana, em particular – pela Revolução, com intuito de promover mudança do mundo político-social e, ao mesmo tempo, reconstruí-lo. Nesse processo, a ruptura no plano do simbólico e do imaginário com a tradição de autoridade patriarcal, encerrada na figura sagrada do rei, ocupa papel destacado. Isto é, foi manifestamente realizada e difundida no plano da linguagem política.¹⁵

O capítulo iniciado tem por finalidade introdutória realçar os vínculos da matriz revolucionária do Republicanismo francês com o (-s) Movimento (-s) Republicano (-s) brasileiro.¹⁶ Assim procede a partir de um elemento conectivo chave: a

de “literatos” marginalizados, face aos espaços de consagração do Antigo Regime, na qualidade de líderes jacobinos eles “metamorfosearam” o ideário reformista das “Luzes”, no curso da Revolução. Lhe conferiram radicalidade política disruptiva contra a ordem do Antigo Regime, até então, não existente no pensamento dos iluministas antecessores. Nesse momento da Revolução ocorreu a junção do discurso radical dos jacobinos com ideais republicanos, contra a Monarquia absolutista. A esse respeito, ver: DARTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 25-48; DARTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). **Revolução Impressa**: a Imprensa na França 1775-1800. [Tradução de Marcos Maffei Jordan]. SP: Editora da USP, 1996; BIGNOTTO, Newton. Republicanismo, Jacobinismo e Terror. In: **As aventuras da virtude...**, pp. 295-311. Para uma análise da Revolução Francesa a partir de aspectos relacionados à criação de uma cultura política republicana, tanto no nível da linguagem conceitual quanto no das formas simbólicas da prática política, ver: HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Cia das Letras, 2007.

¹¹ BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude...**, pp. 15-16.

¹² BIGNOTTO, Newton. Republicanismo e Revolução. In: **As aventuras da virtude...**, pp. 212-213.

¹³ BIGNOTTO, Newton. Republicanismo, Jacobinismo e Terror. In: **As aventuras da virtude...**, pp. 292-295. Acerca do modo pelo qual ocorreu a mobilização de ideais republicanos pelas práticas políticas dos revolucionários jacobinos, ver nota 10 desse capítulo.

¹⁴ Claude Nicolet nos recorda que, em 1830, os republicanos franceses passaram a afirmar serem eles os únicos “filhos” da Revolução. Desde então, a República passou a ser definitivamente identificada com o movimento revolucionário na França. Ver: NICOLET, Claude. *Les origines immédiates: la Révolution Française*. In: **L’idée républicaine en France (1789-1924)**: Essai d’histoire critique. Paris: Éditions Gallimard, 1994, cap. II, p. 108. Sobre a reivindicação do legado da República de 1792 por revolucionários republicanos de 1848, ver: AGULHON, Maurice. Por que a República. In: **1848, o aprendizado da República**. Trad. De Maria Inês Rolim. RJ: Paz e Terra, 1991, cap. 1, pp. 9-12.

¹⁵ HUNT, Lynn. A retórica da Revolução. In: **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Cia das Letras, 2007, cap. 1, pp. 41-75.

¹⁶ Em escala nacional, o movimento republicano é interpretado aqui não como um todo homogêneo, mas como movimento diversificado, com expressões regionais próprias para além do seu centro irradiador na Corte a partir de 1870.

Retórica da Revolução. Trata de um mecanismo discursivo suasório estratégico, explorado principalmente pela “corrente revolucionária” do movimento pátrio. A fim de que a República substituísse a Monarquia constitucional dirigida por D. Pedro II. Desde então, pode ser compreendida a ênfase dada aos esclarecimentos acerca da matriz francesa do Republicanismo face à estadunidense.

Como apontamos nas Considerações Iniciais da Tese, não vemos na matriz estadunidense e no aspecto antirrevolucionário da vertente positivista da matriz francesa modelos plenamente vitoriosos no Brasil, antes de encerrados os trabalhos da Constituinte de 1891. Aqui ambas são observadas em concorrência com a vertente jacobina da segunda matriz, no âmbito do universo de escolhas possíveis aos agentes do Movimento Republicano brasileiro; tanto àqueles afeitos à “corrente revolucionária” radical quanto aos ligados à “corrente reformista-evolucionista”.¹⁷

Concordamos com a argumentação de ter sido o Republicanismo no Brasil movimento de elites instruídas, com relativa projeção sobre setores médios das cidades em expansão, no começo da década de 1870. Vislumbramos particularmente nos republicanos uma parcela da elite política letrada urbana, dissidente e *outsider*¹⁸, predominantemente masculina e branca, emergente na segunda metade do século XIX em decorrência da Cisão Liberal de 1868. Uma parcela das elites ilustradas, “de fora” apenas das instituições centrais de comando, a forjar uma cultura política oposicionista aspirante à condição de governo.

Em concordância com a argumentação de Emília Viotti da Costa, sob ponto de vista econômico e social, Marco Pamplona reforça a participação ativa de três grupos, em especial, no movimento. Uma facção militar, composta por grupo de oficiais mais velhos, leais a Caxias desde a Guerra do Paraguai (1865-1870). E por outra parcela, composta por oficiais mais jovens, inspirados em ideais cientificistas do Positivismo sintetizados no lema “Ordem e Progresso”. Defensores de um Executivo forte e intervencionista, os membros dessa última aspiravam a uma República a combinar “Progresso” e “Ditadura”, em substituição à Monarquia. Essa, por sua vez, interpretada como pertencente à fase teológico-metafísica. Tudo de acordo com a teoria dos Três Estados de Augusto Comte.¹⁹

O segundo é o de interesse desse trabalho. Trata-se de um grupo heterogêneo de letrados e indivíduos com alguma instrução, subempregados ou desempregados, saídos de setores médios das cidades. Agregava pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores, estudantes. Compartilhavam a condição de participantes das manifestações públicas promovidas pelos Clubes republicanos. Pamplona destaca a associação do grupo com o Republicanismo de tipo jacobino e a figura de Silva Jardim na luta contra a Monarquia brasileira, identificada retoricamente com o “Ancien Régime” francês.²⁰

¹⁷ Identificamos Silva Jardim e Quintino Bocaiúva como exemplos de liderança das correntes “revolucionária” e reformista-evolucionista”, respectivamente.

¹⁸ Acerca do uso do conceito “*outsider*”, enquanto paradigma empírico de valor universal, aplicável a contextos sociais diversos, indicamos: ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro; Trad. Do posfácio à edição alemã, Pedro Süsskind, apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. RJ: Jorge Zahar Ed., 2000.

¹⁹ PAMPLONA, M. A. As ideias de República no Brasil. In: **Revoltas, república e cidadanias...**, pp. 119-120.

²⁰ *Ibidem*, pp. 121-123.

O terceiro grupo adeso ao Republicanismo foi o dos proprietários rurais, liderados pelos correligionários paulistas. Beneficiada pela expansão da lavoura cafeeira, a província teve em 1873 fundado o *Partido Republicano Paulista* (PRP), que, às vésperas do “15 de Novembro”, foi considerado o partido republicano mais organizado no plano nacional. Insatisfeita com a centralização monárquica, considerada entrave ao desenvolvimento provincial, a elite cafeeicultora local se apropriou da ideia de “Federação”, como resposta à crescente produtividade dinâmica do café. Considerados “moderados”, os republicanos paulistas aceitaram a liderança de Quintino Bocaiuva e, de certo modo, deram continuidade ao trabalho iniciado, na Corte, pelos “republicanos históricos de 1870”. Do modelo republicano-liberal estadunidense, deram ênfase na estrutura e organização do poder. Ressignificaram a ideia de “Federação” como autonomia regional – para os estados – às vistas de interesses particulares.²¹

Ao lado da retórica positivista, empregada especialmente pelo meio militar, Pamplona acredita que a “retórica romântica jacobina” – entende-se assim o discurso republicano revolucionário – dos letrados de setores médios urbanos, criou uma atmosfera benéfica à promoção de mudanças. O que teria atendido diretamente aos interesses dos republicanos paulistas, avessos à intervenção popular direta.²²

É possível constatar que houve complementaridade na apropriação de elementos do modelo republicano estadunidense em relação ao francês, na conformação de uma República a atender às necessidades do Brasil, segundo o pensamento dos agentes do Republicanismo no país. Para José Murilo de Carvalho é incorreto falar em modelo francês, no singular, quando temos em vista as vicissitudes pelas quais passou a República no século XIX da França.²³

Assim sendo, temos duas vertentes constituintes do que estamos a entender por matriz francesa do Republicanismo: o da Primeira República (1792-1804) e o da Terceira República (1870-1945). Acreditamos que nas Considerações Iniciais e ao longo dessa exposição introdutória tenhamos levantado apontamentos o suficiente acerca da apropriação dos elementos de ambas vertentes da matriz em questão, por parte do Movimento Republicano no Brasil; tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto do ponto de vista simbólico do imaginário.

Cabe frisar que temos na Primeira República Francesa, particularmente na fase jacobina (1792-1795), o marco inaugural do emprego, pelo Republicanismo, de um discurso radical, contrário à forma monárquica de governo. Pela primeira vez, “República” e “Revolução” ali se associaram no plano da linguagem para o assédio à Monarquia constitucional.

Ao longo de todo esse trabalho, o leitor constatará a intenção de investigarmos o uso da Retórica da Revolução associada ao Republicanismo, no caso brasileiro. Fazemos isso a partir dos discursos dos agentes da propaganda no país, principalmente daqueles considerados os mais radicais, ligados à “corrente revolucionária”.

A seguir, tomamos testemunhos menos comprometidos de três ilustres letrados. Assim procedemos a fim de averiguarmos conexões políticas e ideológicas do Republicanismo no Brasil com a matriz francesa. Trata-se de testemunhos

²¹ PAMPLONA, M. A. As ideias de República no Brasil. In: **Revoltas, república e cidadanias...**, pp. 124-126.

²² *Ibidem*, p. 125.

²³ CARVALHO, J. M. Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil. In: **Pontos e Bordados...**, p. 86.

insuspeitos, pois os agentes selecionados não defenderam a República. Nem ao menos participaram do movimento preconizador.

2.1 TRÊS OPINIÕES, UMA CONSTATAÇÃO

Evocamos desde agora o testemunho epocal de três vozes contemporâneas à emergência do Movimento Republicano no Brasil, a partir de 1870. A reconstituição sintética de traços das biografias de Tobias Barreto, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa ainda que possa parecer digressiva, não teve por objetivo a ideia de fazer-lhes um centro de interesse em si mesmos. Obedecendo outra lógica, pretendeu tornar inteligíveis momentos imbrincados à ruptura de trajetória, de modo a explicar a não adesão dos referidos agentes ao Republicanismo. Estrategicamente, a abordagem foi orientada a partir da relação de cada biografado com os conceitos de “República” e “Revolução”.

A intenção geral trouxe à argumentação depoimentos menos comprometidos com a causa. Inclusive a reforçarem uma das características do Movimento Republicano brasileiro, perseguida e explorada no terreno da Retórica da Revolução. Tal característica esteve intimamente associada à proposta radical de República para o Brasil: o alinhamento político e ideológico do movimento pátrio com repertórios do Republicanismo revolucionário francês.

2.1.1 Tobias Barreto: Não pratiquei o “cancã” republicano no Brasil

Tobias Menezes Barreto (1839-1889) foi destaque entre os pensadores brasileiros do século XIX. Jurista, filósofo, literário. Sua atuação e obras ajudaram a criar o título “Escola do Recife”, tal como conhecida, até os dias de hoje, a Faculdade de Direito de Pernambuco. A partir da apropriação de ideias do Monismo evolucionista de Haeckel e do Neokantismo de Ludwig Noiré, foi o primeiro a ter dado à doutrina jurídica no Brasil uma filosofia do Direito.

Membro da Academia Brasileira de Letras, Marcos Vilaça vincula o pensamento e as reflexões de Tobias Barreto à tradição do liberalismo brasileiro. Particularmente às datas revolucionárias pernambucanas de 1817, 1824 e 1848. Elas remetem à lembrança Tobias Barreto, em decorrência da obra de crítica filosófica, religiosa, social e política, que o tornou um “de nossos maiores agitadores”, do ponto de vista intelectual. Essa linha libertária teve por característica o apelo à transformação política e às reformas socioeconômicas radicais. Em termos de diálogo externo, o letrado não se dispôs ao contato com a tradição francesa. Considerado o “teuto sergipano”, teria legado ao pensamento brasileiro um germanismo que, na opinião de um de seus estudiosos, Nilo Pereira²⁴, significou a “libertação da francofilia”. A falta de entusiasmo pela República foi outro diferencial na trajetória.²⁵

Mestiço, de origem pobre, filho de Pedro Barreto de Menezes e de Emerenciana Maria de Jesus, nasceu em 07 de junho de 1839 na Província imperial de Sergipe, na Vila de Campos. Até 1854, a incursão inicial no mundo das

²⁴ Para um estudo sobre a relação de Tobias Barreto e o desenvolvimento da Sociologia no Brasil, bem como sobre outras indicações biográficas do letrado, ver: BARBOSA, Ivan. Tobias Barreto e a Sociologia no Brasil. *Cadernos de Estudos Sociais* - Recife, v. 27, no. 1, pp. 049-064, jan./jun., 2012.

²⁵ VILAÇA, Marcos Vinícios Rodrigues. **Tobias Barreto**: Sergipe e Pernambuco. Academia Brasileira de Letras, 2006, pp. 1-3. Disponível em: <http://www.academia.org.br/artigos/tobias-barreto-sergipe-e-pernambuco>.

letras, com especialização em Latim, ocorreu no itinerário entre Campos, Lagarto, Estância e Moroim. De 1856 a 1859 manteve deslocamento contínuo entre as duas primeiras cidades. Ensinou em Itabaiana em 1857. Assistiu a aulas de Filosofia do Frei Itaparica em 1861. Sem condições para sobreviver, retornou a Campos, e, somente no final de 1862, viajou para Pernambuco a fim de cursar Direito na Faculdade do Recife.²⁶

No meio do percurso, em passagem por Maceió, revelou o talento que lhe notabilizaria como poeta em Recife. A chegada à capital pernambucana foi marcada pelo poema *À vista do Recife*, destaque na adesão ao Condoreirismo. Chegou a conclamar o povo para a luta, no calor da Guerra do Paraguai, esperançoso por ver reacesa a esperança dos pernambucanos, após as derrotas revolucionárias de 1817, 1824, 1842-1848.²⁷

Em 1865, ficou em segundo lugar no concurso para a cadeira de Latim do Curso Preparatório, anexo à Faculdade de Direito. Acreditamos ter sido o resultado do concurso para a cadeira de Filosofia do Ginásio pernambucano um dos fatos decisivos para definir as escolhas intelectuais. Apesar de ter conquistado a primeira colocação, em seu lugar foi nomeado José Soriano de Souza, já doutor em Medicina e Filosofia pela Universidade de Louvain, França. A justificativa foi o fato do último ser casado e Tobias Barreto solteiro. O desfecho do concurso pode ser considerado o estopim para o desprezo pela cultura francesa, a partir de então.²⁸

Em 1869, além do casamento com Grata Mafalda dos Santos, filha do proprietário de engenho escadense João Félix, concluiu o curso de Direito no Recife, local onde já havia feito fama de poeta, orador do povo e crítico de religião e filosofia. Ainda que bem casado e formado, teve de enfrentar a realidade da vida, lecionando aulas particulares. Chegou a publicar artigos em *A Regeneração*, *O Vesúvio*, *Correio Pernambucano* e no *Jornal do Recife*. Nos artigos aparecem os primeiros contatos com autores alemães e protestantes. Na década de 1870, por meio de *O Liberal* e *O Americano* expressou profissão de fé política. Defendeu princípios do liberalismo e filiou-se ao *Partido Liberal*. Enfrentou dura polêmica em torno de questões religiosas, contra Pedro Autran da Mata Albuquerque, do jornal *O Católico*. N° *O Americano*, pôde sair em defesa da propaganda abolicionista.

A mudança com a família para a escravocrata Escada, em 1871, e a vivência na pequena cidade da mata sul pernambucana, cercada de cento e vinte (120) engenhos de açúcar, podem ser consideradas o início da fase mais importante da vida.²⁹ Ali revelou o caráter de publicista polemizador. Assumiu a função de Juiz dos Órfãos, e, mais tarde, Juiz Municipal Substituto. Em 1874, criou o primeiro jornal – *Um Sinal dos Tempos* – com tipografia própria. Através dele os autores alemães foram apresentados ao público.

²⁶ BARRETO, Luiz Antônio. Tobias Barreto: Uma bio-bibliografia. In: **TOBIAS Barreto (1839-1889)**. Bibliografia e estudos críticos. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990, p. 3.

²⁷ *Ibidem*, p. 4.

²⁸ *Ibidem*, pp. 4-5. Hermes Lima também dá ênfase ao desagrado de Tobias Barreto em relação ao concurso 1867. A esse respeito, ver: LIMA, Hermes. **Tobias Barreto: A Época e o Homem**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939, p. 8.

²⁹ LIMA, Hermes. Ideias Políticas. In: **Tobias Barreto: A Época e o Homem...**, p. 22.

De fato, em Escada pôde iniciar e aprofundar nos estudos de língua alemã, estreitando os laços culturais. Fundou o Jornal *Der Deutscher Kampfër* (*O Lutador Alemão*) em 1875. De cunho literário e político, destinava-se à expansão do germanismo no norte do Império. Acreditava que com a folha, o país entrava na corrente do movimento intelectual alemão.³⁰ Tal empreendimento revelou ser pioneiro num ambiente marcado pela predominância da influente cultura francesa entre as elites, tal como o era no Brasil do século XIX.

Fundou em 1877 o *Clube Popular escadense*. Em 1878, tentou carreira e foi eleito Deputado Provincial. Ao não conseguir reeleição, entrou em 1879 para a vereança em Escada. Pôde viver na localidade por dez anos. Em 1881, retornou ao Recife por questões de justiça. Envolveu-se na disputa pelo espólio entre os herdeiros do sogro. No ano seguinte, concorreu à cadeira de Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife. Memorável, o concurso repercutiu em todo o país. Nomeado, tornou-se mentor da mocidade acadêmica e contribuiu para a renovação conceitual, filosófica e jurídica, a partir da cultura e da ciência alemãs. Seu germanismo se tornou ferramenta revolucionária.³¹

Em termos de ideias políticas, desde o início do descontentamento dos liberais face ao Imperador em 1864, havia demonstrado sensibilidade às aspirações democráticas do *Partido Liberal*. Numa época em que o alegado “poder pessoal” do Imperador era preocupação inerente a qualquer publicista, escomeceu da fama de “sábio” do monarca brasileiro. Lhe achava um “liberal acomodado”, digno de censura pelas medidas que não executava e procurou lhe expressar a antipatia.³²

Pensava que o ambiente político da Monarquia padecia de vícios. Sendo a escravidão fator a minar não apenas o desenvolvimento e a produção de riqueza, como também o sistema representativo, por causa das condições sociais geradas. Sobre o parlamentarismo britânico, destacou o “caráter inassimilável” em outros climas e a inutilidade do modelo no Brasil, causa de “degradação política e social do povo”. Ressentia o privatismo da alta política pelas elites dominantes e o alijamento popular das lutas sociais. Considerava não existir pressão popular para a promoção de mudanças no país. O povo brasileiro havia aceitado a Monarquia por não ter experimentado forma alternativa de governo. “O monstro da centralização” monárquica foi o outro alvo de combate.³³

O contato inicial com o Positivismo em Escada tornou o tema da inatualidade da Monarquia uma insistência. Ao lado da Igreja, foi considerada “obsoleta”, “antirracional” e “atrasada”. No que diz respeito à “Questão do Regime”, considerou a melhor forma de governo não uma questão de verdade, mas de estética, que em nada tinha a ver com a ciência social. A República podia até ser forma de governo “mais bonita” do que a Monarquia, mas não considerava aquela mais “verdadeira ou mais falsa” do que essa. Entretanto, focou no anacronismo da Monarquia, no aspecto de

³⁰ BARRETO, L. A. Tobias Barreto: Uma bio-bibliografia. In: **TOBIAS Barreto (1839-1889) ...**, p. 5.

³¹ *Ibidem*, pp. 5-6.

³² LIMA, Hermes. Ideias Políticas. In: **Tobias Barreto: A Época e o Homem...**, pp. 48-55.

³³ *Ibidem*, pp. 56-65.

continuidade histórica com a Independência. Viu no princípio da hereditariedade a odiosa “tutela da nação por uma família”.³⁴ A “Questão do Regime” não lhe constituiu problema para a carreira política.

Tobias Barreto permaneceu indiferente tanto em relação ao Abolicionismo quanto ao Republicanismo. O anseio por incorporar-se às esferas dominantes explica o silêncio em relação ao escravo.³⁵ O contato com o Positivismo e, posteriormente, com a releitura alemã do Darwinismo, lhe afastou da Revolução.³⁶ A despeito da literatura francesa, buscou na alemã dos anos de 1870³⁷ elementos para questionar a tradição do liberalismo do Império, o chamado “liberalismo estamental”. Tal movimento fez com que assumisse postura crítica ao próprio pensamento liberal. Por ter fama de “brigão”, enfrentou ainda as pechas de “socialista”, “comunista” e até de “anarquista”.³⁸

Em relação à “Liberdade”, à “Soberania Popular”, aos Direitos do Homem, e, em particular, à “República” e à “Revolução”, confessou uma vez que “tais tolices sacramentais da retórica tribunícia” haviam perdido o encanto diante dos olhos. Nesse sentido, concordamos com Hermes Lima, que considerou Tobias Barreto “voz herética de destaque”. Em meio ao Brasil liberal do século XIX, tratou do lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” de modo diferente, ao ter perseguido uma compreensão menos comprometida desses conceitos. Procurou divorciar-se de “políticos utopistas”.³⁹

Apesar de não ter desenvolvido pensamento político sistematizado, exprimiu o significado para si de alguns dos conceitos mencionados. Por exemplo, “Liberdade” significava “o poder de fazer coisas com as nossas forças e as forças da natureza”. Para disciplinar a ideia de “Liberdade” com a ideia de “Ordem”, a “Soberania do Povo” foi tratada como “questão de metafísica”, “tolice”, “mera farsa”. Quanto à “Revolução”, era um meio anormal, anômalo, bárbaro, a que o povo recorreria para fazer valer direitos. O exercício revolucionário da “Soberania Popular” só fazia acentuar os fatos. Deveria ser visto com desconfiança porque obrigava o “povo” a recuar séculos, a barbarizar-se, e a se tornar cruel, a derramar sangue.⁴⁰

Em relação às teorias políticas revolucionárias, horrorizou-se face à ideia de liquidação social, impressão lhe causada pela Comuna de Paris. Mesma aversão nutria pelas doutrinas socialistas. A Internacional foi concebida como “organização da loucura”. Desde 1870, esteve impressionado com o orgulho nacional germânico, reforçado pela recente vitória sobre os franceses, na Guerra-Franco-prussiana. Tal admiração se traduzia na visão de um povo triunfante, julgado símbolo da disciplina e da ordem, face a um povo vencido ao qual era reputada a responsabilidade pela “algazarra liberal” e pela “inquietação democrática”. Considerando o liberalismo uma “metafísica liberal”, procurou atacar o Republicanismo brasileiro, reconhecendo-o como “um belo pedaço de literatura francesa”. Para ele, os republicanos brasileiros falavam da

³⁴ LIMA, Hermes. Ideias Políticas. In: **Tobias Barreto: A Época e o Homem...**, pp. 65-70.

³⁵ *Ibidem*, pp. 71-2.

³⁶ Acerca das mudanças de trajetória de Tobias Barreto, ver: PAIM, Antônio. A Trajetória Filosófica de Tobias Barreto. In: **TOBIAS Barreto (1839-1889) ...**, pp. 62-74.

³⁷ A esse respeito, ver: MERCADANTE, Paulo. O germanismo de Tobias Barreto. In: **TOBIAS Barreto (1839-1889) ...**, pp. 75-77.

³⁸ LIMA, H. Ideias Políticas. In: **Tobias Barreto...**, pp. 71-73.

³⁹ *Ibidem*, p. 74.

⁴⁰ *Ibidem*, pp. 74-76.

“Liberdade” como uma “deusa ou um fantasma”. Quanto a si, fala a respeito do conceito se baseando numa concepção prussiana, que envolvia noções de honra e de dever.⁴¹

Como pontuamos, de Escada Tobias Barreto mudou-se para o Recife (1881). A permanência na capital pernambucana coincidiu com os últimos dias da propaganda republicana. Conservou-se à distância do movimento. Nada escreveu de modo a demonstrar simpatia republicana. Na luta cujo desfecho foi o “15 de Novembro”, manteve-se indiferente. Nem a Monarquia lhe pareceu digna de defesa; nem a República, de adesão. Enquanto a Monarquia jazia esgotada e cansada, a República estava impregnada de “galicismo político”. Tal era a “metafísica da república” no Brasil. Esse “galicismo” era o “doutrinarismo revolucionário”, que para a época era anacrônico, a seu ver. Foi antipático em relação àquilo que a República no Brasil trazia de francês: a literatura política. Não permitiu que seu sentimento antimonárquico manifestado fosse interpretado como ato republicano. Aqui a República não deixou de lhe parecer um “bonito tema”.⁴²

Desde o começo da propaganda, considerou o *Manifesto de 1870* “vazio”. Ao ver um governo conservador promulgar a Lei do Ventre Livre, havia concluído que os republicanos permaneciam inativos face ao liberalismo professado; incapazes de destruir a Coroa. Indiferentemente, aliavam-se à Igreja e à Maçonaria. Se aliavam também aos abolicionistas, aos grandes proprietários, aos militares, aos inimigos do militarismo. Tachou a retórica da propaganda republicana de “verbalismo”. Nada de novo puderam oferecer à medida em que 1889 se avizinhou. Permanecendo surdo aos chamados da propaganda republicana, criticou aquilo que viu como “excesso de retórica”, em meio às reivindicações democráticas e abolicionistas.⁴³

Tomamos um trecho isolado do prefácio de *Estudos de Direito*, obra publicada em 1892, após a queda do Império. Organizada pelo contemporâneo, o sergipano Sílvio Romero (1851-1914), e a pedido pessoal, a obra compila manuscritos, impressos e todos os escritos jurídicos elaborados nas décadas de 70 e 80 do Oitocentos. Sílvio Romero nos explica através da página quarenta e quatro (44) das *Questões Vigentes de Filosofia e de Direito*, citada no prefácio de *Estudos de Direito*, o sentido contemplativo da simpatia do amigo com a política alemã. Transcreve parcialmente a fala de Tobias Barreto e revalida ao leitor o vínculo que o seu contemporâneo pensava existir entre o Republicanismo francês e o brasileiro:

[...] a *Republique française* não está no meu programa. Sou pouco afeiçoado ao *cancan*, em qualquer de suas manifestações. Isto destoa, bem sei, da intuição comum, ainda que ela não seja das mais seguras. **O republicanismo brasileiro é um belo pedaço de literatura francesa** (grifo nosso). [...] é a verdade tal qual sinto e aproveito a ocasião para repeti-la.⁴⁴

⁴¹ LIMA, H. Ideias Políticas. In: **Tobias Barreto...**, pp. 77-81.

⁴² *Ibidem*, pp. 81-93.

⁴³ *Ibidem*, pp. 94-97.

⁴⁴ BARRETO, Tobias. **Estudos de Direito**. Publicação Póstuma dirigida por Sílvio Romero. Rio de Janeiro: Laemmerte & C. – Editores proprietários, 666, Rua do Ouvidor, 1892, p. XIII. Ver também: VITAL, D. L. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira...**, p. 123.

Na mencionada passagem, síntese do testemunho de Tobias Barreto, o autor não especifica à qual das vertentes da matriz francesa do Republicanismo estava atrelado o movimento nacional. Talvez no momento essa não fosse a preocupação. Lhe importou mais expor a pouca afeição à “*République Française*”. Tratou-se de uma desafeição destoante daquilo que era “intuição comum”. Entendemos, por assim dizer, um comportamento à contracorrente da francofilia cultural compartilhada, como é sabido, pelas elites brasileiras letradas à época. Em particular, por expressões delas dentro do próprio Movimento Republicano. A seguir, passamos ao próximo testemunho.

2.1.2 Joaquim Nabuco entre a República e a Monarquia; entre a Revolução e a Moderação.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu no Recife, em 19 de agosto de 1849. Foi o quarto filho de José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878)⁴⁵ e de Ana Benigna de Sá Barreto. Diferentemente dos contemporâneos, Tobias Barreto e Rui Barbosa, reconheceu ter tido origem “fidalga”, já que cresceu “menino de engenho aristocrático”, e se fez homem público com “vocação pat rcia para a alta política”.⁴⁶

Joaquim Nabuco procedeu de família abastada, tradicional e conservadora. O pai era de origem baiana. Uma vez estabelecido em Pernambuco, se tornou Júri e casou com a sobrinha do Marquês de Recife. Com o casamento, Nabuco de Araújo se alinhou ao poderoso ramo da oligarquia conservadora pernambucana, encarnado na família Pais Barreto. Foi ele quem condenou   prisão perpétua os principais líderes da Revolu o Liberal de 1848, dois dias após o nascimento do filho.⁴⁷

Toda a sucessão da linha paterna de Joaquim Nabuco guardou aversão por doutrinas revolucionárias. Além do pai, teve o tio-av  e o av  como Senadores vitalícios do Império. O imperativo da “ordem” esteve atrelado à forma o de estadistas. Apesar do começo conservador, Nabuco de Araújo veio ser um dos mais importantes líderes do *Partido Liberal*. Foi o autor da pol mica máxima “Ou a reforma, Ou a revolu o”, lançada em 1869 com o *Manifesto do Centro*.⁴⁸

Desde a infância, os cuidados de Joaquim Nabuco foram reservados   responsabilidade da madrinha, Ana Rosa Falcão de Carvalho, dona do engenho de Massangana. O pai partiu para a Corte com a família (1850), após ter sido eleito Deputado Geral por Pernambuco. A infância foi marcada pela convivência com a realidade da escravidão. O escravo logo lhe tornou um interesse.⁴⁹

A morte da madrinha lhe forçou, em 1857, a ir para a capital do Império. Segundo trauma veio com a decisão do pai de lhe enviar para estudar em Friburgo, em 1859. Estudou no Colégio D. Pedro II por cinco anos, concluindo os

⁴⁵ Sobre a trajetória de José Tomas Nabuco de Araújo Filho, conferir: HIDRATA, Alessandro. Notáveis do Direito: Nabuco de Araújo. *Carta Forense*. 2012. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/o-estadista-nabuco-de-araujo/8273>.

⁴⁶ NABUCO, Joaquim. *Minha Forma o*; introdu o de Gilberto Freyre. Brasília: Senado Federal, 1998, pp. 10-14.

⁴⁷ RICUPERO, Rubens. Joaquim Nabuco. In: *DICIONÁRIO da Elite Política Republicana (1889-1930)*. RJ: CPDOC/ FGV, 2017, p. 1. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NABUCO,%20Joaquim.pdf>.

⁴⁸ DE ARAÚJO, José Tomás Nabuco et alli... *O Manifesto do Centro Liberal*. In: BRASILIENSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o 2  Império*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878, pp. XXXI-LVI.

⁴⁹ RICUPERO, R., op. cit., pp. 1-2.

estudos preparatórios em 1865, ao lado de figura como Rodrigues Alves. No ano seguinte, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, pertencendo à turma de Rui Barbosa, Castro Alves, Rodrigues Alves, Afonso Pena.⁵⁰

No âmbito do nosso objetivo, a fase acadêmica é a que mais nos desperta interesse em Joaquim Nabuco. De lá temos registros de relação com o Republicanismo no Brasil, com o radicalismo e com “leituras francesas da mocidade”. É necessário destacar que ele iniciou os estudos jurídicos com pouco entusiasmo, porém se envolveu intensamente nos grêmios político-literários e nos jornais animadores da vida acadêmica. Datam do período as primeiras manifestações do liberalismo progressista a lhe ter animado nas lutas. No quarto ano do curso de Direito, pediu transferência para o Recife, etapa essencial para a posterior vida parlamentar que desempenharia.⁵¹

A geração à qual pertenceu, ingressa no curso de Direito da Academia de São Paulo em 1866, manteve intenso contato com leituras revolucionárias na década de sessenta do século XIX. Quanto a essa fase da vida, destacou que “As minhas ideias eram, entretanto, uma mistura e uma confusão; havia de tudo em meu espírito. Ávido de impressões novas, fazendo os meus primeiros conhecimentos com os grandes autores, com os livros de prestígio, com as ideias livres.”⁵²

Apesar de orientadas num sentido conservador, pelos próprios liberais franceses do Oitocentos, as leituras daquela mocidade acadêmica não deixaram de estar impregnadas de conteúdo revolucionário:

As Palavras de um Crente de Lamennais, a *História dos Girondinos* de Lamartine, o *Mundo caminha* de Pelletan, os *Mártires da Liberdade* de Esquiros eram os quatro Evangelhos da nossa geração, e o *Ahasvérus* de Quinet o seu Apocalipse. Vitor Hugo e Henrique Heine creio que seriam os poetas favoritos. Eu, porém, não tinha (nem tenho) sistematizado, unificado sequer o meu lirismo. Lia de tudo igualmente. **O ano de 1866 foi para mim o ano da Revolução Francesa: Lamartine, Thiers, Mignet, Louis Blanc, Quinet, Mirabeau, Vergniaud e os Girondinos, tudo passa sucessivamente pelo meu espírito; a Convenção está nele em sessão permanente** (grifo nosso).⁵³

Valmíreh Chacon dá ênfase à inclinação de Joaquim Nabuco aos arrojados revolucionários da juventude. Explana o interesse do letrado pernambucano pelo revisionismo historiográfico oitocentista da Revolução Francesa. Concomitantemente discorre como os liberais franceses realizaram um longo processo de reexame da Revolução, para encaminhar os resultados em direção cada vez mais conservadora. Ele parafraseia o biografado apontando que, ao entrar na Faculdade de Direito de São Paulo, naquele ano de 1866, Joaquim Nabuco tinha “imaturas ideias da idade”. Deslumbrava-se ainda pela Revolução Francesa e seus historiadores do século XIX: Lamartine, Thiers, Mignet, Quinet.⁵⁴

⁵⁰ RICUPERO, R. Joaquim Nabuco. In: **DICIONÁRIO da Elite Política Republicana (1889-1930)** ..., p. 2.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² NABUCO, J. **Minha Formação** ..., pp. 33.

⁵³ *Ibidem*, pp. 34-5.

⁵⁴ CHACON, Valmíreh. **Joaquim Nabuco: revolucionário conservador: sua filosofia política**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, pp. 18, 91. Ver também: VITAL, Dievani Lopes. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira...**, p. 244.

Foi um momento em que o letrado esteve indeciso quanto ao seguimento da República ou da Monarquia. Suas ideias “flutuavam” entre uma e outra forma de governo, com preferência pela República. Aliás, em 1868, com dezenove anos, publicou o panfleto intitulado *O Povo e o Trono: Profissão de Fé Política*. O escrito é considerado traço da fase republicana. De teor rebelde e antimonarquista, foi publicado imediatamente à Demissão do Gabinete Zacarias de Góis (julho de 1868) pelo Imperador.⁵⁵ Estava o autor alinhado com os princípios franceses de 1789.

A Constituição Inglesa (1867) de Water Bagehot constitui o livro responsável por ter lhe ajudado a decidir. Ao pequeno volume, pouco lido no Brasil da época, deveu a “fixação monárquica inalterável”. Fez dele ferramenta de atuação na política. O trabalho do jornalista e banqueiro inglês lhe forneceu a ideia de “governo de gabinete”. Ele afirma que sem a aquisição da obra e a concepção de Monarquia parlamentar, que o trabalho lhe proporcionou, “teria sido arrastado irresistivelmente para o movimento republicano que começava.”⁵⁶

Joaquim Nabuco leu o referido livro em 1869, ano decisivo no país para o meio liberal, dividido desde a queda de Zacarias Góis. Sob a Monarquia dos Braganças já pairava o estrepitoso brado liberal de alerta – “Ou a reforma, Ou a revolução” – formulado pelo próprio pai. Nos parece ter sido de fato um momento de indecisão no formular das ideias políticas de um jovem de apenas vinte anos. O ativista Lúcio de Mendonça nos conta a frequência com que a sala do Jornal *A República* foi visitada na Rua do Ouvidor, pelos idos dos anos de 1870. O nome do letrado pernambucano consta entre os dos visitantes ilustres:

Há vinte anos, pelo correr de 1872, a sala da redação da República, na Rua do Ouvidor, onde está a confeitaria Cailteau, era ponto de encontro dos homens de letras do tempo [...] que eram Quintino Bocaiúva, Salvador Mendonça [...], lá iam frequentemente Joaquim Serra, Francisco Otaviano, Machado de Assis, Joaquim Nabuco [...].⁵⁷

Seguramente, o optar pela Monarquia parlamentar e pela moderação política foi um processo de quase dez anos. A marca das leituras radicais da mocidade apareceu no discurso proferido a 20 de maio de 1873, no auditório do Grande Oriente Unido do Brasil no Vale dos Beneditinos, Ordenança maçônica liderada por Saldanha Marinho. Posteriormente publicado com o título *A Invasão Ultramontana*, destaca-se entre os escritos a atestarem envolvimento com a polêmica Questão Religiosa na época.⁵⁸

A depuração do radicalismo aconteceu apenas na primeira viagem realizada à Europa, entre agosto de 1873 e setembro de 1874. A viagem, segundo ele, “[...] destruiu no germen toda e qualquer inclinação republicana, todo indício de fanatismo que eu pudesse ter no segredo da minha natureza.”⁵⁹ Por que tal mudança? Durante a passagem pelo Velho

⁵⁵ A respeito dos ensaios da fase republicana do agente, sugerimos: SILVA, Leonardo Dantas. **Joaquim Nabuco e a República**. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 6, pp. IX-XXVI.

⁵⁶ NABUCO, J. **Minha Formação...**, pp. 35-39, 91.

⁵⁷ MENDONÇA apud SODRÉ, Nelson Wemeck. **A História da Imprensa no Brasil**. ed. 4 (atualizada). RJ: Mauad Editora, 1999, p. 214.

⁵⁸ Para uma análise do referido discurso, ver: VITAL, D. L. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira...**, pp. 240-265.

⁵⁹ NABUCO, N. op. cit., p. 62.

Continente, pôs-se em contato com lideranças conservadoras da França da Terceira República, com a figura marcante do filósofo francês Ernest Renan e com a influência do espírito inglês.⁶⁰

Em seu pensar, a atitude republicana de Adolphe Thiers ajudou a destruir o “germe republicano latente”, “germe de intolerância” e de “fanatismo”. Esse “grande serviço à França moderna” consistiu em acabar com o “antigo monopólio jacobino” sobre a ideia republicana. A nova geração republicana não acreditava numa restauração monárquica, nem muito menos no “ardente republicanismo dos velhos doutrinários”.⁶¹ O papel desempenhado por Thiers e pelos parlamentares monarquistas de centro-esquerda teria sido o de permitir a associação da República com o Parlamentarismo de inspiração inglesa.

A seguir, observemos como Joaquim Nabuco descreve o Republicanismo radical francês, o jacobino. Ele o qualifica “agressivo”, “intolerante”. O associa ao “fanatismo”. Há momento em que quase não dissocia “inclinação republicana” de “fanatismo”. Não consegue ver distinção entre o Republicanismo radical na França e aquele praticado no Brasil a partir de 1870:

Antes de tudo, o republicanismo francês, que era e é o nosso, tem um fermento de ódio, uma predisposição igualitária que leva à demagogia (grifo nosso) – a sua maior figura é Danton, o homem da Setembrizada. [...] Este estreito republicanismo, que confina nos dias de crise com a demagogia, e, exasperado pelo perigo ou excitado pela posse repentina, imprevista, do poder, chega à epidemia sanguinária do terror, é um fato [...]. A intolerância é, ou era, o característico do republicanismo francês, e a intolerância é uma fobia da liberdade e do mundo.⁶²

Para ambas as realidades nacionais, notamos que o letrado pernambucano coloca o Republicanismo revolucionário no plano da linguagem, porque se manifesta demagogicamente. Em outras palavras, por meio do que entendemos por Retórica da Revolução. Na sequência, afirma a probabilidade de em si ter existido o “embrião republicano”. Caso não tivesse origem oligárquica herdada do pai, considera que também teria acompanhado o movimento republicano de 1870.⁶³

Porém, nem tudo foi descartado das leituras revolucionárias dos anos de mocidade acadêmica. Conforme Valmireh Chacon:

Do complexo processo da Revolução Francesa – de moderados girondinos a extremistas jacobinos, até os comunistas e não só socialistas da Conjuração dos Iguais de Babeuf – nesta complexidade Joaquim Nabuco opta pelos girondinos, como se vê na sua escolha pela luta legal, parlamentar, por pronunciamentos eleitorais cada vez mais conscientizados por campanhas políticas entre as massas brasileiras também começando a despertar: “A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais”. A guerra servil seria a guerra civil.⁶⁴

⁶⁰ NABUCO, N. **Minha Formação...**, p. 62

⁶¹ *Ibidem*, p. 73.

⁶² *Ibidem*, pp. 61-62.

⁶³ *Ibidem*, p. 62.

⁶⁴ CHACON, V. **Joaquim Nabuco...**, p. 20.

Na opinião de Izabel Marson, o ágil percurso e a postura moderada desenvolvida no tratamento de problemas políticos e sociais candentes da sociedade brasileira, como o fim da escravidão, as modificações no regime monárquico e o oposicionismo aos primeiros governos republicanos, foram orientados pelo princípio liberal aristocrático: ‘reforma e contrarrevolução’. Nesse sentido, Joaquim Nabuco destaca-se entre as figuras a terem projetado sobre a escravidão e sobre os movimentos populares de matiz republicano jacobino, do passado e do presente, o “perfil de práticas desestabilizadoras da ordem pública.”⁶⁵

Se ao longo da trajetória política Tobias Barreto mostrou-se indiferente ao Republicanismo e Joaquim Nabuco disse não ter aderido ao movimento no país, Rui Barbosa confessou uma vez “nunca” ter advogado pela República. Na sequência, prosseguimos ao arrolar seu testemunho.

2.1.3 A antipatia de Rui Barbosa ao Republicanismo jacobino à brasileira.

Rui Barbosa de Oliveira pertenceu ao ramo pobre de uma antiga família baiana, os Barbosa de Oliveira, originários das ilhas dos Açores, aportados na Bahia em meados do século XVIII. José Barbosa de Oliveira, irmão de seu pai, João José Barbosa de Oliveira (1818-1874), filho mais velho do Sargento-Mor de Ordenanças, Antônio Barbosa de Oliveira (natural da cidade de Porto), foi um advogado notável. Formado em Coimbra, defendeu os réus da Conjuração Baiana de 1798-9.⁶⁶

João J. Barbosa ficou órfão desde muito cedo. Nos estudos, revelou uma inteligência superior. Com a ajuda de parentes, conseguiu fazer o curso secundário e ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia. A formação lhe capacitou mais ao Direito do que à Medicina, numa época em que não havia ainda constituídas as Faculdades no Recife e em São Paulo.⁶⁷ Ambas foram fundadas apenas em 1827.

Pelo fato de a figura paterna ter sido presente e influente na formação de Rui Barbosa, importa destacar a proximidade de parentes próximos com a Revolução emancipacionista e republicana de 1837 na Bahia, a chamada Sabinada, em decorrência do líder, o Dr. Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. No movimento, um tio de João J. Barbosa, João Carneiro da Silva Rego, ocupou a Presidência da efêmera República. O filho de Silva Rego, primo-irmão de João J. Barbosa, foi Ministro da Justiça da Revolução.⁶⁸

Na época, ainda estudante de Medicina, João J. Barbosa entrou para o movimento e serviu no Gabinete do Governo Revolucionário, o que causou indignação e revolta de parentes ricos. Passada a insurreição, ingressou no *Partido Liberal* e tornou-se um dos seguidores do chefe liberal Manuel Pinto de Sousa Dantas. Trabalhou na imprensa partidária, foi Deputado Provincial, Deputado Geral e, durante muitos anos, Diretor da Instrução Pública da Bahia. Foi o organizador do Liceu provincial e a figura política baiana a ter exercido maior influência na personalidade e na formação

⁶⁵ MARSON, Izabel de Andrade. “Reforma e Contrarrevolução”: fundamentos do desempenho político de Joaquim Nabuco (1870-1900). **Revista Espaço Acadêmico** – N°13 – Out. 2010, pp. 1-2.

⁶⁶ LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. SP: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 1.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 2.

⁶⁸ *Ibidem*.

de Rui Barbosa. João Barbosa teve escassa produção. Destacam-se apenas as teses médicas de doutorado e do concurso. Rui sempre cultuou a memória do pai. Dele herdou as dívidas, os rancores políticos, antipatias pessoais e o seguimento da amizade com o chefe liberal, o Conselheiro Sousa Dantas. Tornou-se sucessor político na batalha travada pelo pai: a luta pela difusão do ensino público, pela elevação da cultura e pelos ideais de liberdade defendidos pelo seu partido.⁶⁹

Filho primogênito dos primos João J. Barbosa e Maria Adélia Barbosa de Oliveira (1818-1867), nasceu na Rua dos Capitães, hoje Rua Rui Barbosa, na Freguesia da Sé, município de Salvador, em 05 de novembro de 1849. Desde muito cedo, Rui demonstrou talento para com as Letras. Em 1861, ingressou no curso de Humanidade no Colégio Abílio da Bahia, causando grande admiração nos professores ao concluí-lo em 1864, aos quinze anos. No ano de 1866, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife e, ainda calouro, participou de uma associação acadêmica abolicionista fundada por Castro Alves, Augusto Alves Guimarães (cunhado de Castro Alves), Plínio de Lima (poeta baiano) e outros.⁷⁰

Um incidente desagradável com Meneses de Drummond, professor de Direito, fez com que pedisse transferência para o terceiro ano do curso na Faculdade de São Paulo, em 1868. Embarcou para Santos no mesmo vapor com Castro Alves. Ao chegar na capital, foi recebido pelo Presidente da Província, o Conselheiro Saldanha Marinho. Nome já consagrado na política nacional e amigo de João Barbosa em lutas partidárias.⁷¹

A demissão de Zacarias de Góis e a Cisão do meio Liberal tiveram fortes repercussões no meio acadêmico estudantil. Ao lado do ousado *Manifesto do Centro* de Nabuco de Araújo, que apontou para a Monarquia “Ou a reforma, Ou a revolução”, multiplicaram os clubes liberais-radicalis. Rui se entregou ao ativismo político, tanto na academia quanto na imprensa. Atuou no *Tribuna Acadêmica*, n’ *O Ipiranga* e n’ *O Radical Paulistano*. Diante da onda de críticas ao denunciado “poder pessoal” de D. Pedro II, atendeu ao apelo dos liberais moderados, reunidos em torno do Clube e do Jornal *A Reforma*. No meio das sociedades secretas estudantis, foi eleito orador da *Loja América*.⁷²

A principal figura de coordenação e articulação política do meio estudantil foi o fazendeiro e Secretário do *Clube Republicano* do Rio de Janeiro, Bernardino Pamplona.⁷³ Esse colheu as assinaturas para o *Manifesto Republicano*, assinado em primeiro lugar pelo Conselheiro Saldanha Marinho. Segundo Américo Lacombe, Rui não assinou o documento porque, quando lançado, já havia se retirado para a Bahia por motivos de saúde. O que fez com que antecipasse a formatura, em outubro de 1870. As cartas de Pamplona demonstram que o *Manifesto* consubstanciou tudo o que havia sido debatido nos grêmios estudantis e nas lojas maçônicas da época. O documento foi uma inspiração

⁶⁹ LACOMBE, A. J. *À sombra de Rui Barbosa* ..., pp. 2-3.

⁷⁰ Ver: ALENCAR, José Almino de. Rui Barbosa. In: **DICIONÁRIO da Elite Política Republicana (1889-1930)**. RJ: CPDOC/ FGV, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARBOSA,%20Rui.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2020.

⁷¹ LACOMBE, A. J. op. cit., p. 9.

⁷² ALENCAR, J. A. de. Rui Barbosa. In: **DICIONÁRIO da Elite Política Republicana (1889-1930)** ...; LACOMBE, A. J. op. cit., pp. 9-10.

⁷³ Acerca da repercussão do Manifesto Republicano do Rio no meio acadêmico e político de São Paulo, ver: FILHO, Candido Mota. O Manifesto Republicano de 1870 e sua repercussão em São Paulo – **R. Ci. Pol.**, Rio de Janeiro, 4(4) 23-28, out./dez. 1970. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/59124/57571>. Acesso em 03 mar. 2020.

do que os estudantes liberais haviam planejado: a Abolição, a Federação e a República.⁷⁴ Não temos dúvida de que o meio acadêmico paulistano, já naquela época, se constituía num núcleo ativo de ideias republicanas, em consonância com o movimento desenvolvido na Corte. Daí uma forte razão para, em 1871, ter eclodido a Questão Acadêmica, nosso objeto no décimo primeiro capítulo.

O autor acredita que se Rui estivesse ainda em São Paulo em 1870, provavelmente seu nome estaria entre os signatários do *Manifesto*. Ao chegar na Bahia às pressas, assustou João J. Barbosa com o estado de saúde. Sofria de um peso na cabeça e apatia. Para vencer o torpor, começou a trabalhar na advocacia e no jornalismo. Conduzido pelo pai, entrou para o *Partido Liberal* baiano. O meio político em que o pai atuava denominava-se liberal, mas não se falava em “Revolta” ou em “República”.⁷⁵

Aos poucos, foram tornando menos frequentes as cartas a Bernardino Pamplona, que insistia na publicação do *Manifesto Republicano*. Ativo revolucionário na juventude, João J. Barbosa fez esforços para conter os “excessos” do filho no meio acadêmico de São Paulo. Em decorrência, progressivamente Rui buscou referências no meio letrado britânico: Brougham, Burke, Gladstone. Ideias compartilhadas com os republicanos, como “liberdade religiosa”, “eleição direta” e “Federação”, continuaram na pauta do *Diário da Bahia*. Folha para a qual passou a colaborar como redator não-remunerado, desde o retorno.⁷⁶

Na província natal, estreitou relação com a família Dantas, particularmente com o filho do Conselheiro. Data de 1874 a primeira viagem à Europa. O pretexto foi o de tratar da saúde. Fez estadia em Paris. Descobriu que sofria de subnutrição no regresso a terras baianas. Naquele mesmo ano, João J. Barbosa veio a falecer. Sem vencimentos, contou com a ajuda do Conselheiro Dantas de modo a obter o emprego do pai, como Secretário na Santa Casa de Misericórdia. Contudo, a morte de João J. Barbosa lhe fez tomar a decisão de partir para a Corte. Esse foi o momento em que a política passou a lhe empolgar decisivamente. Apaixonou-se por Maria Augusta Viana Bandeira, de “excelente” origem, mas de família pobre. Com ela decidiu se casar. Na Corte, foi instalar-se na casa de um primo da família, na Rua dos Inválidos. Da viagem trouxe na bagagem uma “bomba” de intensidade. A tradução de um livro considerado terrível contra a Santa Sé de Roma: *O Papa e o Concílio*, de autoria de um dos reputados teólogos da época, o padre católico e historiador alemão Joseph Ignaz Von Döllinger (1799-1890). Esse havia sido afastado da Igreja devido à oposição pessoal ao direcionamento adotado pela mesma, na ocasião do Concílio Vaticano I.⁷⁷

A vida parlamentar do letrado foi marcada pela eleição ao cargo de Deputado Provincial pela Bahia, para a Legislatura 1878-1881. Dedicou todo o ano de 1880 a estudos do projeto de reforma eleitoral. Tornou-se um dos três integrantes da Comissão de Instrução Pública do Império, encarregada de elaborar o parecer e o projeto de reforma do ensino para o país, em 1882. Na qualidade de relator, Rui Barbosa redigiu no mesmo ano *As reformas do ensino*

⁷⁴ LACOMBE, A. J. *À sombra de Rui Barbosa* ..., p. 10.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 11.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 11-14.

primário, secundário e superior. Ao afastar-se do Parlamento a partir de 1885, por ter perdido as eleições de dezembro, inicia a luta pela Abolição da escravidão, em discursos, conferências, comícios e artigos pela imprensa.⁷⁸

Sem sucesso, tentou eleger-se Deputado pela Bahia duas vezes, em 1886 e 1888, e pela Corte, em 1889. Devido aos reveses, afastou-se da política liberal. Desde 1885 até a proclamação da República, a advocacia e o jornalismo tornaram-se atividades predominantes. Assumiu a direção do *Diário de Notícias* e publicou vários artigos cuja compilação, mais tarde, recebeu o título de *A Queda do Império*.

Com o advento da República, tornou-se figura política chave. Participou da comissão do Projeto da Constituinte. Foi Ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca. Senador pela Bahia. Passou pelo exílio na Inglaterra e desempenhou a função de Representante do Brasil, na segunda Conferência de Haia (1907). Figura de destaque na Campanha Civilista de 1910 e nas Eleições de 1919.⁷⁹

Obedecendo aos limites cronológicos do trabalho, não nos estenderemos a pormenores da atuação política no período republicano. Perseguindo o objetivo da subseção, uma característica pessoal nos chamou a atenção. Rui Barbosa era conhecido pela habilidosa capacidade auditiva, que o fez um “coleccionador de palavras e frases”.

Segundo Lacombe, o hábito de compilar termos, frases, palavras, lhe pertenceu. Confirmações a respeito encontram-se na *Casa de Rui Barbosa*: algumas centenas de cadernos, laudas, folhas avulsas, notas de apontamentos de linguagem. Tal hábito era menos questão de gramática do que de semântica e de estética. Alguns cadernos datam do período de curso secundário no Ginásio Baiano, entre 1864 e 1865.⁸⁰

Acreditamos que a prática de anotações de linguagem, em cadernos, não se resumiu apenas à reprodução da fala de outros autores. Rui Barbosa também deixou manifestas impressões de cunho pessoal. *Pensamentos de Rui Barbosa* consiste num conjunto de textos coligidos e prefaciados por Moysés Horta. Como o próprio título sugere, trata-se de anotações grafadas, que nos foram deixadas pelo letrado baiano.

Num apontamento, não deixa rasgos de dúvida quanto ao alinhamento político e ideológico do Movimento Republicano, no Brasil, com a matriz francesa do Republicanismo revolucionário:

A compleição política de nossos republicanos era essencialmente francesa, francesa as suas ideias, franceses os seus modelos. A aspiração que os animou era a da liberdade tempestuosa e precária, que a França revolucionária de 1789, 1848 e 1870 imbui o espírito da família latina; uma liberdade perpetuamente oscilante entre a revolução e a ditadura. Homens públicos nutridos desse mau leite não podiam assimilar facilmente o gênio das instituições americanas, penetrar-se realmente da intuição de um sistema em que o governo se veja limitado pela justiça.⁸¹

⁷⁸ RIBEIRO, Luiz Rezende de Andrade. **Dicionário de conceitos e Pensamentos de Rui Barbosa**. Com uma introdução sobre a vida e o pensamento de Rui Barbosa por Salomão Jorge. SP: Livraria Editora LTDA; Edart – São Paulo, 1967, p. VII; ALENCAR, J. A. de. Rui Barbosa. In: **DICIONÁRIO da Elite Política Republicana (1889-1930) ...**, pp. 3-5.

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 5-14.

⁸⁰ LACOMBE, A. J. **À sombra de Rui Barbosa ...**, pp. 101, 127, 129.

⁸¹ BARBOSA, Rui. **Pensamentos de Rui Barbosa**. Coligidos e prefaciados por Moysés Horta. SP: Irmãos Marrano; Livraria do Globo, [19-?], p. 41. A obra foi consultada diretamente na *Fundação Cultural Casa de Rui Barbosa*, no Rio de Janeiro, em outubro de 2013. A data de elaboração não está registrada na ficha catalográfica. Não há registro dos anos nos quais Rui Barbosa deixou registrado cada pensamento grafado. A consulta em sites de venda de livro corrobora para apontamos 1925 como data provável de publicação.

Nos deixou ainda opinião acerca do Jacobinismo “à brasileira”, praticado pelos radicais da República no país. É evidente na consideração o atrelamento do Republicanismo no Brasil ao exercício da Retórica da Revolução:

[Jacobinismo:] **o inaudito enxerto da demagogia francesa na democracia americana ensaiado pelos nossos radicais é uma absurda tentativa de hibridismo** (grifo nosso). Cujos resultados imprevisíveis seriam a eliminação do fator constitucional pelo elemento intrusivo e subversor. Daí a aversão jacobina ao impulso que tenha lidado por imprimir à praxe republicana. Para medir, porém, todo o alcance deste antagonismo, cumpre ter em vista, que, enquanto o constitucionalismo americano exprime uma regra jurídica, a saber, uma teoria da legalidade, o jacobinismo constitui um partido, a saber, a organização de um interesse [...] O terror, ou o jacobinismo, expressões unívocas à mesma entidade [...].⁸²

Ele confessou uma vez: “Nunca advoguei a República. Antes a declarei sempre intempestiva. O que eu sustentava é que a República seria feita pela obstinação senil do Segundo Reinado e pelo aulicismo congênito do terceiro”. Essa forma de governo no Brasil teria nascido “[...] da obcecação da política imperial em recusar a federação, e regatear a liberdade”. Entendeu que a “A república é a lei em ação. Fora da lei, pois, a República está morta.”⁸³ A partir da experiência brasileira, nos pareceu ter desenvolvido uma concepção própria de “republicano”. Como extensão do conceito de “República”, ser “republicano” significava:

querer uma constituição na sua verdade, na sua realidade, na sua integridade, não é estabelecer o governo pessoal dos monarcas debaixo da sucessão dos déspotas quadrienais, não é apoderar-se de uma máquina pela qual todos os presidentes são sucessivamente subordinados ao domínio de uma facção onipotente. Não é respeitar o voto popular, é permitir que entre nós se estabeleça alguma coisa da realidade democrática, é deixar que todas essas formas tomadas à constituição americana, vem produzir aqui os benefícios apreciáveis [...] que sejamos, enfim, uma nação digna da idade contemporânea.⁸⁴

No capítulo sequencial, discorreremos sobre o que identificamos ter sido o elemento da matriz do Republicanismo francês rejeitado pelos republicanos brasileiros: o formato político-administrativo unitário e centralizado de República. Igualmente, tratamos de um duplo assunto a ter repercutido no debate brasileiro do alvorecer da década de 1870. Ambos passam despercebidos, de um modo geral, pela nossa historiografia: o reexame liberal da Revolução Francesa no Oitocentos e o processo lento, porém gradual, de descentralização em marcha na própria França, desde os primeiros tempos revolucionários. Os resultados preliminares da discussão foram oportunamente retomados no capítulo sétimo.

⁸² BARBOSA, Rui. Obras Completas, Vol. XXIV, T. I, pp. 93-4 apud RIBEIRO, L. R. de A. **Dicionário de conceitos e Pensamentos de Rui Barbosa**..., p. 209.

⁸³ *Ibidem*, pp. 391-2.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 394.

3 O ELEMENTO DO REPUBLICANISMO FRANCÊS REJEITADO PARA O BRASIL: O MODELO UNITÁRIO E CENTRALIZADO DE REPÚBLICA

O presente capítulo possui caráter introdutório e complementar à seção 7.2, do capítulo sétimo da Parte II, intitulada “Não queremos uma República unitária *à la* francesa para o Brasil: a fecundidade do pensamento de Tavares Bastos na produção d’*A República*”. De antemão, oportunamente expomos alguns pontos da discussão realizada mais adiante. Na análise do alinhamento político-ideológico do Movimento Republicano brasileiro com a matriz francesa, ponderamos necessário também levar em conta o elemento rejeitado do último modelo. Nos referimos ao unitarismo centralizador, expressamente ressaltado na fala dos redatores d’*A República*, como exploramos a seguir.

Uma leitura da edição inaugural, do dia 03 de dezembro de 1870, não deveria se concentrar exclusivamente no conteúdo do *Manifesto* do Partido estampado em primeira página. Há naquele número artigos cujos propósitos ampliam o entendimento das intenções do programa dos chamados “republicanos históricos” da Corte. Como é o caso de *A Federação*. Os republicanos são, de certo modo, categóricos:

Devemos explicar aos nossos correligionários de todo Império o modo porque desejamos ver realizar-se a República no Brasil. Não pensamos, sem dúvida, em reproduzir nesta parte da América **a república francesa de 1793 e de 1848 essencialmente centralizadora**. [...] Não tratamos de discutir se nessas duas épocas os republicanos franceses consultaram os verdadeiros interesses de seu país. O que queremos que fique bem definido, bem claro, é que **a república que desejamos e que promovemos para a nossa pátria é de todo o ponto diferente**, fundada sobre outras bases (grifos nossos).¹

Os próprios agentes se dispensaram de elencar e de discutir razões da rejeição feita. Antevimos nesse quadro uma janela de oportunidade para discorrermos sobre os projetos republicanos esboçados nas constituições francesas de 1793, 1848 e 1875. Ainda que pudesse parecer exercício digressivo. Afinal, para uma análise acurada nos pareceu necessário sabermos a respeito da natureza dos objetos refutados, pela propaganda brasileira. Em termos precisos, o que nos referidos textos magnos havia de centralizador uma vez reputado não cabível às necessidades do Brasil.

Para o debate público dos anos de 1870 no país, acreditamos ser imprescindível a releitura crítica feita pelos liberais franceses oitocentistas do passado nacional deles, no condizente à constituição do sistema unitário centralizado. Até o momento, trata-se de assunto despercebido pela historiografia brasileira, de um modo geral. Tal situação torna-se problemática quando notamos a centralidade assumida pelo debate parlamentar francês, o da Segunda República (1848-1851), nos argumentos defendidos por Tavares Bastos, em *A Província*. Por conseguinte, restringe a compreensão da procedência das ideias apropriadas pelo autor e, sequencialmente, reapropriadas pelo discurso republicano da década de 1870.

A análise preliminar de referências com as quais *A Província* dialoga corroborou para nos induzir à constatação de que a historiografia não concedeu atenção ao reexame do passado revolucionário, feito pelos franceses do século

¹ A FEDERAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. *A República*, p. 3.

XIX. Menos ainda à revisão da experiência político-administrativa centralizadora a ter engendrado o modelo republicano de Estado unitário na França. Processos revisionistas inter-relacionados, como veremos.

Frisamos terem os republicanos brasileiros rejeitado tão somente o aspecto centralizado e unitário das Repúblicas francesas, a contar da época da primeira Revolução. Do ponto de vista político, ideológico e até literário, desde a data inaugural o movimento republicano pátrio manteve-se alinhado à forma de governo expressa no lema trinitário da Revolução: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Por acréscimo, sublinhamos que a rejeição de tal aspecto não deve servir de justificativa para concebermos previamente derrotada, em 1870, a vertente radical do movimento republicano brasileiro inspirada no modelo francês. O que pode nos levar a crer interpretações que sobrelevam a vitória do modelo federal estadunidense, na Carta brasileira de 1891, tomando por eixo fixo a proposta sustentada no *Manifesto Republicano*.²

O modelo radical francês e o modelo federal estadunidense, em conjunto com o positivista, devem ser compreendidos e demonstrados concorrentes no campo das possibilidades de opção dos agentes, ao longo do processo propagandista. A tal respeito, as trajetórias e testemunhos de Tobias Barreto, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa não nos deixam incertezas. Na mesma linha de raciocínio, procedemos em relação ao aporte oferecido por Tavares Bastos à discussão dos republicanos sobre o sistema de organização federal para o Brasil.

Passemos à análise das constituições da França republicana.

3.1 OS PROJETOS REPUBLICANOS DAS CONSTITUIÇÕES FRANCESAS DE 1793, 1848 E 1875

Com exceção da Carta de 1824, o Brasil enquanto Estado-nação independente contabiliza seis cartas republicanas, representadas pelos documentos firmados, democraticamente ou não, em 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988.³ À luz de comparação, a França se constitui num país que conheceu grande número de constituições ao longo da história. Atualizando os dados usados, contabilizamos quinze constituições em duzentos e vinte e nove (229) anos. Aproximadamente uma a cada quatorze anos. Cada constituição redigida foi pensada pelos respectivos legisladores para durar um longo período. O cuidado dispensado abrangeu tanto a forma quanto o conteúdo.⁴

Em fins do Antigo Regime, o reino francês ainda não possuía constituição escrita, racional, no sentido entendido pelos “Filósofos”, os especialistas da ciência política. Era dotado apenas de algumas “leis fundamentais” e sobretudo de costumes, que, na segunda metade do Setecentos, passaram a ser vistos em discordância com as realidades sociais. No fim do século, o público culto estava persuadido quanto à necessidade de uma constituição escrita, para

² Sobre a importância do modelo estadunidense para os republicanos brasileiros, sobretudo para os de procedência paulista, e para a organização do poder do novo regime adotado a partir de 1891, ver: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998, pp. 92-3; PAMPLONA, Marco A. As ideias de República no Brasil. In: **Revoltas, república e cidadanias**. RJ/SP: Editora Record, 2003, cap. 4. Ver também: COSER, Ivo. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 4, 2008, pp. 941-981.

³ A respeito, ver: **CONSTITUIÇÕES brasileiras**: — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 16 pp.

⁴ GODECHOT, Jacques. **Les Constitutions de la France depuis 1789**. Paris: Garnier Flammarion, 1979, p. 5. (Tradução Nossa).

tentar dar ao reino organização política, administrativa, social e econômica, em harmonia com o progresso das Luzes. Ou seja, com as ideias políticas, científicas e técnicas da época. Filósofos do círculo de Jean-Jacques Rousseau muito haviam contribuído para formar essa opinião, a partir das noções de “Vontade Geral”, “Contrato Social”, “Soberania Popular”. Outros conceitos como os de “Cidadania”, “Representação” e “*Res Publica*” também contribuíram para forjarem semelhante clima de opinião.⁵

A ideia de redigir uma declaração de direitos, antes da redação da própria constituição, foi inspirada na experiência dos treze Estados independentes na América do Norte. A concepção de “Direitos do Homem” deita raízes profundas. Apareceu na Antiguidade Grega, no Judaísmo e no Cristianismo primitivos. Foi retomada na Idade Média com São Tomás de Aquino. Floresceu na época da Reforma e da Renascença. A Declaração de Direitos de 1789 deu coloração particular à primeira constituição francesa. Possibilitou classificar as seguintes de acordo com os avanços e retrocessos apresentados por cada qual.⁶

A Constituição de 03 de setembro de 1791, a responsável pelo estabelecimento da Monarquia parlamentar, está dividida em sete “Títulos”. Cada “Título” pode se subdividir em artigos e capítulos. Esses podem se subdividir em artigos e seções. As seções ainda se subdividem em artigos novamente. Como preâmbulo, a Carta traz a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 26 de Agosto de 1789. O último documento compõe-se de dezessete (17) artigos. Chama atenção a ênfase na garantia dos direitos naturais e civis de todos os cidadãos. Visa a garantia do exercício de todas as liberdades.⁷

Aqui, mais nos interessa tratar das especificidades das constituições republicanas, em particular as de 1793 e 1848. Tais foram os modelos centralizados de República rejeitados para o Brasil, pelos agentes da propaganda na Corte do Rio de Janeiro, em 1870. Por razões de contemporaneidade, nos importa destacar igualmente alguns aspectos relativos à Terceira República Francesa.

O compromisso de 1791 teve curta duração, não mais do que um ano. Naturalmente os redatores não haviam previsto a situação de guerra em que a França se colocaria contra o restante da Europa, somada aos conflitos entre o Rei e a Assembleia Nacional Legislativa. Todos decorrentes da desconfiança mútua entre os dois poderes. Inspirada nas constituintes estadunidenses, a Assembleia adotou o modelo de Convenção. Essa chegou a perceber falhas na Carta promulgada, como a questão do poder de veto do Rei. Logo se apressou em formular uma nova Constituição para o país. Os trabalhos ocorreram em meio ao cenário de “pátria em perigo”, devido à ameaça de invasão estrangeira. Tal situação deu o tom aos trabalhos. Neles os cidadãos mais revolucionários tiveram ampla participação, resultando na

⁵ GODECHOT, J. *Les Constitutions de la France depuis 1789...*, pp. 5-8.

⁶ *Ibidem*, p. 8.

⁷ M. DELAPARTE. *La Constitution Française, Décrétée par L'Assemblée Nationale Constituante, aux années 1789,1790 et 1791; Acceptée par le Roi le 14 septembre 1791*. Paris: Imprimerie de Didot Jeune, 1791. (Tradução Nossa). Ver também: GODECHOT, op. cit., pp. 15-26.

escolha de Deputados hostis à Monarquia. O rumo tomado foi a Abolição da Realeza em 21 de setembro de 1792. No dia 25 de setembro daquele ano em curso, a Convenção Nacional declarou a “República Francesa una e indivisível”.⁸

Após a execução de Luís XVI, o Comitê de Constituição, eleito em 29 de setembro pela Convenção, foi composto de nove membros, com predomínio inicial dos interesses da facção girondina.⁹ De todos os projetos apresentados, saiu vitorioso o de Condorcet. Um texto de quatrocentos e dois (402) artigos, precedidos de um preâmbulo. Entre os destaques do projeto esteve a idealização de um Poder Executivo forte, composto por sete Ministros e um Secretário, todos eleitos pelo sufrágio universal para mandato de dois anos. Contudo, o de maior relevância foi a tendência ao federalismo. O destaque em particular previa aumento do poder das administrações departamentais. Igualmente dava grande importância às Assembleias Primárias: elas deveriam sediar o centro da vida política, nos campos e nas cidades. Entretanto, a insurreição dos *sans-culottes* parisienses mudou a composição da Assembleia, com a prisão de vinte e nove Deputados girondinos. O fato deu aos jacobinos maioria na Assembleia e primazia sobre a redação do texto final. Entre os cinco novos membros da esquerda radical ingressos estava Saint-Just.¹⁰

A Constituição promulgada em 24 de junho de 1793, a primeira republicana da França, é composta de cento e vinte quatro artigos (124), precedidos pelos decretos dos dias 21, 21-22 e 25 de setembro de 1792. Na sequência, aparece uma *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* melhor elaborada, com trinta e cinco (35) artigos.¹¹ O documento também é conhecido como “Constituição Montanhesa”, devido à preponderância dos interesses de representantes jacobinos – os *montagnards*. Concentra esforços em manter membros dessa facção à frente do governo. Um documento hostil ao regime parlamentar pelo fato de esse ser o regime da Grã-Bretanha, potência rival responsável por liderar a coalisão antifrancesa na Europa. Para desagradarem girondinos materialistas, os elaboradores submeteram a Declaração de Direitos à invocação do “Ser Supremo.”¹²

Expressão da luta dos jacobinos contra o federalismo, o texto procura diminuir os poderes locais. Na seção referente aos “Corpos Administrativos e municipais”, se permite às Comunas terem administração municipal própria e oficiais eleitos pela Assembleia comunal. Os administradores (*Préfets*) devem ser nomeados pelas Assembleias Eleitorais dos Departamentos e Distritos. Apesar da eleição indireta, o Artigo 82 aponta que os administradores (*Préfets*) e oficiais municipais (*Maires*) não têm nenhum poder de representação. Isto é, não podem modificar os atos do Poder

⁸ M. DELAPARTE. *La Constitution Française, Décrétée par L'Assemblée Nationale Constituante, aux années 1789,1790 et 1791...*, pp. 70-1. (Tradução Nossa).

⁹ De modo simplificado e avesso a esquematismos, Newton Bignotto nos aponta que após o fracasso da Constituição de 1791, desenvolveram na França duas vertentes do Republicanismo, cuja posteridade optou por caminhos diferentes. A primeira, denominada “republicanismo girondino”, esteve associada à causa do federalismo, à defesa dos direitos particulares e ao avanço das instituições de direito. Esteve intrinsecamente inspirada pelos ideais e acontecimentos da Revolução Americana. A segunda foi a do “republicanismo jacobino”. Sua defesa era a afirmação da unidade e da solidariedade nacionais. Levantava ainda a bandeira da indivisibilidade do corpo político, o antifederalismo e a proteção do interesse público, face às reivindicações particulares de grupos sociais (BIGNOTTO, N. *As aventuras da virtude...*, p. 293).

¹⁰ GODECHOT, J. *Les Constitutions de la France depuis 1789...*, pp. 70-3. (Tradução Nossa).

¹¹ **CONSEIL Constitutionnel** – Constitution du 24 juin 1793. (Tradução Nossa). Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-lafrance/constitution-du-24-juin-1793.5084.html>. Acesso em 10 nov. 2016.

¹² GODECHOT, J. op. cit., pp. 73-74.

Legislativo e nem suspender a execução. Cabe tão somente ao Corpo legislativo definir as atribuições dos oficiais municipais e dos administradores.¹³

O texto define um Poder Executivo fraco, confiado a vinte e quatro Ministros, eleitos pela Assembleia e escolhidos fora dela, através de uma lista preparada pelas Assembleias Eleitorais dos Departamentos. Grandes poderes são conferidos à Assembleia, considerada “toda-poderosa”. Todos os projetos por ela votados deveriam ser enviados aos Departamentos.¹⁴

Podemos dizer que do ponto de vista político-administrativo, a República Jacobina do Ano I guarda notório vínculo com a perspectiva de administração centralizada da Monarquia parlamentar e censitária, definida na Carta predecessora.¹⁵ Como já ressaltado, a República do Ano I (1793), nascida no período da “pátria em perigo”, foi declarada “una e indivisível”. A par da interpretação do movimento revolucionário desenvolvida por A. de Tocqueville trata-se de um *continuum* histórico, conhecido pelo leitor: o gradual reforço da centralização político-administrativa promovido pela Revolução, em continuidade com o que foi desenvolvido pela administração do Antigo Regime.¹⁶ Tal situação se consubstanciou com a vitória do modelo organizativo unitário e centralizado, defendido pelos partidários jacobinos favoráveis à Robespierre. Em detrimento da “ameaça federalista”, presente na fase de predomínio dos girondinos sob a Convenção.

Houve grande contraste entre o que foi estabelecido pela Constituição Jacobina de 24 de junho de 1793 e a prática do exercício do poder durante a fase do radicalismo revolucionário, conhecido como Terror. Apesar de a Constituição ter dotado a França de um poder Executivo fraco e de um Poder Legislativo exercido por Assembleia numerosa, eleita para governar por um ano, o que ocorreu foi a formação de um governo provisório, que submeteu os franceses à terrível ditadura de “Salvação Pública”.¹⁷

Mesmo pronta a Constituição, por meio de decretos, como o de 04 de dezembro de 1793, a Convenção foi levada a organizar um governo provisório, dito “governo revolucionário”, o qual deveria reger a República até a paz definitiva. Os decretos elaborados pela Convenção reforçaram a centralização e concentraram o poder Executivo nas mãos de membros do *Comité de Salvação Pública* e do *Comité de Segurança Geral*.¹⁸

Passado o Terror revolucionário, a fase seguinte foi marcada pela reascensão dos girondinos ao poder. A Constituição de 02 de agosto de 1795 (Ano III) procurou atender e garantir interesses da alta burguesia francesa contra

¹³ **CONSEIL Constitutionnel** – Constitution du 24 juin 1793, p. 9. ; GODECHOT, J. **Les Constitutions de la France depuis 1789...**, p.74.

¹⁴ **CONSEIL Constitutionnel** – Constitution du 24 juin 1793, p. 8; GODECHOT, J. op. cit., pp. 75-77.

¹⁵ No que concerne à divisão do Reino, o primeiro artigo do Título II é claro: o Reino francês passava a ser “uno e indivisível”, com o território organizado em oitenta e três departamentos, cada departamento subdividido em distritos e cada distrito em cantões. Ver: M. DELAPARTE. **La Constitution Française, Décrétée par L'Assemblée Nationale Constituante, aux années 1789, 1790 et 1791; Acceptée par le Roi le 14 septembre 1791...**, pp. 19-20. (Tradução Nossa).

¹⁶ Ver: TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Trad. Yvone Jean. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1979.

¹⁷ GODECHOT, J. op. cit., p. 93.

¹⁸ *Ibidem*, p. 93.

duas ameaças: a República democrática jacobina e o Antigo Regime. As inspirações girondinas tendiam mais à Monarquia parlamentar e ao federalismo.¹⁹

A Carta apresenta trezentos e setenta e sete (377) artigos, organizados distributivamente em quatorze títulos temáticos. Nela há evocação do “Ser Supremo” e o conteúdo é precedido por uma *Declaração de Direitos e Deveres do Cidadão*, composta de vinte e dois (22) artigos para direitos, e nove (09) para deveres. Há o destaque da formação do *Diretório* (antigo *Comitê de Salvação Pública*), corpo composto de cinco membros intitulados “Termidores”, de mais ou menos 40 anos, eleitos pelo Corpo legislativo. O objetivo foi o de evitar a concentração dos poderes nas mãos de um Presidente, de modo a impedir o retorno de uma “ditadura civil”.²⁰

O Parlamento francês – o *Corpo legislativo* – é definido bicameral. Formado pelo *Conselho dos Antigos* e pelo *Conselho dos 500*. Declara que o território francês está dividido em oitenta e nove (89) Departamentos. Cada um subdividido em Cantões e esses em Comunas. Prevê que as colônias faziam parte da República e deveriam estar submetidas à mesma lei constitucional. As Assembleias eleitorais, formadas pelos eleitos das Assembleias Primárias de cada Cantão, estão incumbidas de escolherem os Deputados a comporem o Corpo legislativo.²¹

Jacques Godechot afirma, de modo genérico, que a Constituição pela qual se organizou o Império de Napoleão I, a do Ano XII (1804), completou o caminho aberto pelas antecessoras, a do ano X (1802) e do ano VIII (1799). Instaurou na França um regime ditatorial militar, mais absoluto do que o regime monárquico de Luís XIV. Conceituamos a afirmação de “genérica”, pois ele não demonstra analiticamente o porquê. Contudo, tal afirmação confirma o que sustenta Tocqueville acerca dos resultados da Revolução, no que diz respeito à concentração do poder político e administrativo na França.²²

O período que segue de 1814 a 1848 é conceituado por Bertrand Goujon como o tempo das “Monarquias pós-revolucionárias”. Atento ao desprezo ao qual foi relegado o período das Monarquias da Restauração (1815-1830) e ao da Monarquia de Julho (1830-1848), destaca entre as inovações políticas a aclimação do Parlamentarismo e a expansão das liberdades civis.²³ Um período de trinta e quatro anos, em que a “ideia” republicana esteve sob predomínio de Monarquias.

No intervalo aparece o emprego da palavra “Partido”, a formação de uma imprensa republicana, em torno da qual se constituíram sociedades/associações secretas, como a *Sociedade dos Amigos dos Povos*. Um período em que o Republicanismo pôde associar-se ao Socialismo, como expressou a militância de Louis Blanc (1811-1882), na resolução da chamada “questão social”. Claude Nicolet considera que os republicanos do período sabiam que estavam

¹⁹ GODECHOT, J. *Les Constitutions de la France depuis 1789...*, p. 94.

²⁰ Para maiores detalhes, ver: **CONSEIL Constitutionnel** - Constitution du 5 Fructidor An III. 31 p. Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/laconstitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-du-5-fructidor-an-iii.5086.html>. Acesso em: 29 nov. 2017. Ver também: GODECHOT, J. Op. cit., pp. 94-166.

²¹ **CONSEIL Constitutionnel** - Constitution du 5 Fructidor An III, pp. 3-7, 7-11, 13-16. (Tradução Nossa).

²² GODECHOT, J. op. cit., p. 184; TOCQUEVILLE, A. de. **O Antigo Regime e a Revolução...**, pp. 73-98, 167-172.

²³ GOUJON, Bertrand. **Monarchies postrévolutionnaires** (1814-1848). Paris: Édition du Seuil, 2012, pp. 7-14. (Tradução Nossa).

inseridos numa tradição histórica, sobrevivente à queda do Antigo Regime: a concepção centralizadora do poder e do Estado.²⁴

O retorno da República em 1848 foi resultado direto da Revolução de Fevereiro. Luís Filipe abdica e a República é proclamada sob imediata formação de um governo provisório, constituído por republicanos e liberais. Entre eles estavam Louis Blanc, teórico socialista, o operário Albert, e o famoso poeta Lamartine, escritor de *Histoires des Girondins*.²⁵

O governo provisório implantado optou por retomar a tradição republicana e redigir a nova constituição por uma assembleia constituinte, como a de 1789 ou a de 1792. E não por uma comissão, como ocorreu com as constituições elaboradas após 1800. A constituinte foi eleita pelo voto “universal” – entende-se masculino. Em 17 de maio, a Assembleia elegeu um “Comitê de Constituição”. Escolheu por Presidente o Visconde Cormenin (1788-1868), um republicano moderado, especialista em Direito Constitucional. A discussão se concentrou, sobretudo, no “direito de trabalho”. A Carta trazia um inédito no que diz respeito à constituição do Executivo: o Presidente deveria ser eleito pelo sufrágio. Quanto ao Legislativo, a Comissão optou pelo modelo de 1791 e 1793, um Parlamento monocameral.²⁶

O grande problema do texto recaiu na tentativa de conciliar o sistema monocamerista, inspirado nas constituições de 1791 e 1793, com o sistema presidencial inspirado nos Estados Unidos. Em parte alguma, há menção quanto à natureza do regime: presidencialista ou parlamentarista. Criou dois poderes fortes, ambos oriundos do sufrágio universal: o Presidente e a Assembleia. A eleição de Luís Napoleão tornou ainda mais frágil o equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo.²⁷

Entre as polémicas geradas pelo texto, damos destaque ao acalorado debate promovido entre defensores e adversários da centralização. O epicentro está na parte *Administração Interior* (capítulo VII). O parlamentar Jules Dufaure (1798-1881), por exemplo, optou pela manutenção da centralização. Evocou o perigo para a França representado na formação de dois Estados centralizados, caso fossem realizadas as unificações de Itália e Alemanha.²⁸

O referido capítulo da Carta mantém a divisão do território em Departamentos, *Arrondissements* (distritos/bairros), Cantões e Comunas. Para cada divisão estabelece as respectivas autoridades executivas e legislativas. Porém, não esclarece o procedimento da lei que determinaria a composição e as atribuições dos Conselhos Gerais, cantonais e municipais. Afinal, onde está o elemento centralizador na Carta? Está localizado no Artigo 80, ao permitir

²⁴ NICOLET, C. L'Éxil intérieur (1799-1870). In : **L'idée républicain en France...**, pp. 133-137. (Tradução Nossa).

²⁵ Para uma compreensão atualizada da crise do regime da Monarquia de Julho, indicamos: GOUJON, B. **Monarchies postrévolutionnaires** (1814-1848) ..., pp. 331-394.

²⁶ GODECHOT, J. **Les Constitutions de la France depuis 1789...**, pp. 153-157.

²⁷ **CONSEIL Constitutionnel** - Constitution de 1848, Ile République, p. 11. (Tradução Nossa) Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank/pdf/conseil-constitutionnel-5106.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016. Ver também: GODECHOT, J. Op. cit., pp. 261-262; NICOLET, C. op. cit., pp. 137-146.

²⁸ GODECHOT, J. op. cit., p. 261.

que os Conselhos Gerais, cantonais e municipais, sejam dissolvidos pelo Presidente da República, sob parecer do Conselho de Estado. A lei deve também fixar o prazo no qual ocorreria a reeleição.²⁹

A “Constituição” republicana de 1875 não é em termos preciso uma constituição. Trata-se de um conjunto de leis constitucionais. Diferente das “congêneres” de 1791, 1793, 1795 e de 1848, abre a possibilidade para que seja submetida à revisão. A facilidade de sempre ser revista permitiu ser transformada totalmente no curso do regime sob ela assentado. Determina a eleição do Presidente pela maioria do sufrágio do Senado e da Câmara dos Deputados, reunidos em Assembleia Nacional. A lei estabelece um regime republicano, bicameral e parlamentar. Dá ao Presidente vastas atribuições, entre as quais o poder dissolver a Câmara dos Deputados. Apenas os Ministros devem ser responsáveis diante da Câmara. Apesar de na fase inicial do regime ter sido aprovados importantes mecanismos descentralizadores – a Lei de 1871 e a Lei Municipal de 1884 –, nenhuma lei constitucional é dedicada a discutir especificamente a administração interior do país.³⁰

Constamos até o momento terem os textos constitucionais da França, de 1793 e de 1848, se mostrado modelos incapazes de atenderem a um anseio premente ao desenvolvimento do Império do Brasil, segundo a opinião pública oposicionista de 1870: o anseio por autonomia local, digamos provincial. Eis a possível explicação para os republicanos, da primeira etapa da propaganda, terem rejeitado o modelo unitário e centralizado de República da França, num artigo intitulado sugestivamente *A Federação*. Aliás, no próprio *Manifesto de 70* não há hesitação em rejeitar a referida tradição administrativa francesa, ao se afirmar que “O nosso estado, é em miniatura o Estado da França de Napoleão III.”³¹

No século XIX francês, o reexame liberal da Revolução, do reforço que ela deu à organização político-administrativa centralizada, herdada do Antigo Regime, teve por desdobramento um acirrado debate sobre a descentralização do poder. Tratamos do assunto a seguir e as implicações decorrentes para o debate congêner, forjado no Brasil dos anos de 1870.

3.2 DO REEXAME DO PASSADO REVOLUCIONÁRIO AO DEBATE DA DESCENTRALIZAÇÃO: A REAPROPRIAÇÃO DA RELEITURA OITOCENTISTA DO PENSAMENTO LIBERAL RADICAL FRANCÊS PELOS REPUBLICANOS BRASILEIROS DE 1870, ATRAVÉS DE TAVARES BASTOS

Uma vez expostos os pontos nodais dos regimes centralizados franceses de 1793 e de 1848 – incapazes de corresponderem a anseios e/ou de inspirarem projetos de autonomia provincial para o Império brasileiro –, nos voltamos para o debate sobre a descentralização ocorrido na França, ao longo do Oitocentos. Para discorrermos sobre o referido,

²⁹ **CONSEIL Constitutionnel** - Constitution de 1848, IIe République, pp. 7-8.

³⁰ **CONSEIL Constitutionnel** - Constitution de 1875, IIIe République. 2016. (Tradução Nossa). Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank/pdf/conseil-constitutionnel-5108.pdf>. Ver também: GODECHOT, J. **Les Constitutions de la France depuis 1789**..., pp. 321-338.

³¹ BOCAIUVA, Quintino; MARINHO, Saldanha (et alii). Manifesto Republicano: aos nossos concidadãos. In: PESSOA, R. C. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos**..., p. 56.

partimos de versão oficial por meio da qual o Senado francês descreve a evolução do seu papel na história do país desde 1795, na qualidade de segunda Câmara do Parlamento.³²

Pretendemos demonstrar que a repercussão chegou ao Brasil do começo dos anos de 1870 por meio do campo liberal moderado, representado pela atuação política de Tavares Bastos. Refrisamos que os modelos franceses mencionados foram rejeitados pelos republicanos brasileiros, no artigo *A Federação* do primeiro número do Jornal *A República*, unicamente no que diz respeito ao aspecto centralizador e unitário.

O debate sobre a descentralização esteve associado à releitura crítica, do passado revolucionário, elaborada pelos próprios liberais franceses do século XIX. Especialmente entre 1845 e 1847, Claude Nicolet percebe que “a história começou a retransmitir a memória.”³³ Refere-se aos efeitos do vigoroso movimento literário cuja sensibilidade se manifestou nas obras de A. Thiers, F. Guizot, A. Lamartine, J. Michelet, F. Mignet. E. Quinet, A. Esquiros, entre os anos de 1830 e os de 1840.³⁴

O referido movimento foi sequencialmente acompanhado por um intenso debate parlamentar sobre a descentralização do poder, na Assembleia da República de 1848, protagonizado por nomes como Odilon Barrot, Robert de Lamennais, Aléxis de Tocqueville, Paul Béchard, Pascal Duprat, Charles de Montalembert, Joseph Benoît, Frédéric Charrassin, Charles Renouvier. A discussão envolveu políticos de tendências diversas, que iam de legitimistas, orleanistas, republicanos convictos, a democratas-socialistas.³⁵

O influxo do movimento literário chegou até ser bem acolhido pela geração acadêmica de Joaquim Nabuco.³⁶ Porém, ao lado do debate da descentralização na França oitocentista, ambos constituem assuntos ainda despercebidos pela historiografia especializada no estudo do Movimento Republicano no Brasil.³⁷ Uma situação que, ao nosso ver, traz implicações para um entendimento melhor nuançado da apropriação das ideias de Tavares Bastos pelo discurso republicano da década de 1870. Precisamente pelo fato da argumentação do autor de *A Província* se inserir num debate ocorrido em ambiente parlamentar predominantemente francês, o da Segunda República.

³² Tal versão recorre a um acervo composto por documentos escritos, sonoros e audiovisuais, disponíveis em: <https://www.senat.fr/histoire/index.html>.

³³ NICOLET, C. Les origines immédiates: la Révolution Française. In.: **L'idée républicaine en France (1789-1924) ...**, pp. 92-95. (Tradução Nossa). Para mais detalhes sobre o processo de resgate e de reflexão do passado revolucionário francês pela historiografia literária dos anos 1840, no quadro de criação de uma memória coletiva pró-republicana, conferir: AGULHON, Maurice. Por que a República? In: **1848, o aprendizado da República**. Trad. De Maria Inês Rolim. RJ: Paz e Terra, 1991, cap. 1, pp. 12-14.

³⁴ **SÉNAT - La Loi Municipale de 1884. 1830-1848 : affermissement des compétences des communes sans remise en cause de la fonction préfectorale**. 2020. (Tradução Nossa).

Disponível em: <https://www.senat.fr/evenement/archives/D18/1830.html>. Acesso em: 11 fev. 2020.

³⁵ Sobre os debates na Assembleia francesa da República de 1848, indicamos: RIEMENSCHNEIDER, Rainer. Décentralisation et régionalisme au milieu du XIXème siècle. In: **Romantisme**, 1982, n°35. Les nationalités, la nation et la province (Tradução Nossa).

³⁶ NABUCO, J. **Minha Formação**, pp. 34-5.

³⁷ Ver notas 3 e 5 das Considerações Iniciais. Ver também: COSER, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. **RBCS** Vol. 26 n° 76 junho/2011, pp. 191-227. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092011000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 29 mar. 2020.

Ver mais: FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e o visconde do Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

É sabido que desde os tempos de Colbert e, principalmente, de Napoleão, a França viveu sob um regime centralizado que, potencializado desde então, tratou com menor importância as coletividades territoriais – Departamentos e Comunas – e seus representantes eleitos. Ambas as realidades da vida local foram colocadas sob tutela na gestão de seus próprios negócios. A Constituição do ano VIII (1799) e, mais ainda, a Lei Consular de 28 Pluvioso do Ano VIII (17 de fevereiro de 1800), relativa à organização administrativa, fazem do Consulado (1802-1804) e do Primeiro Império (1804-1814) o período mais centralizado das instituições públicas na França.³⁸

Contudo, no mundo da política toda ação pode gerar reações, às vezes bastante adversas. Se é constatação válida a primeira Revolução ser um marco no progresso da centralização administrativa no país, de modo a constitui-la num dos princípios fundamentais do contínuo estatal desde a Idade Média, por outro lado, o legislador revolucionário não se esqueceu das liberdades locais. A Lei de 14 de dezembro de 1789 consagra a existência das municipalidades sob base da divisão paroquial. A Lei de 22 de dezembro de 1789 divide o território francês em Departamento, Distrito e Cantão. Com o Decreto de 26 de fevereiro de 1790, a Assembleia fixa o número departamental em oitenta e três (83). A administração de cada um é confiada a um Conselho Geral, ainda que todos estivessem subordinados ao serviço do Estado.³⁹

Do apequenamento das instituições locais, a partir do Consulado (1802), às leis de 1871 e 1884, houve uma marcha lenta rumo à descentralização, pontuada por avanços, estagnações e retrocessos. Diferentes etapas marcaram esse percurso: entre 1815-1830, sob a Restauração, para modificar a organização territorial napoleônica houve ideias e projetos, porém não se tornaram decisões concretas; entre 1830-1848, a Monarquia de Julho empreendeu um primeiro fortalecimento do poder das Comunas; a partir de 1848, projetos ambiciosos de reforma foram postos na ordem do dia; o Segundo Império (1851-1870) transitou do reestabelecimento da centralização a uma liberalização progressiva; na Terceira República, a Lei de reorganização das instituições departamentais de 1871 ao lado da Lei Municipal de 1884 – responsável por uniformizar o regime jurídico das Comunas – são consideradas leis fundadoras do processo de descentralização.⁴⁰

Nesse longo e gradual processo, acreditamos ter sido o período da Segunda República o mais fecundo do ponto de vista ideológico e partidário. O tema da descentralização mobilizou tanto defensores como adversários. Pela primeira vez foi posta em pauta a questão a saber: poderia haver compatibilidade entre o regime republicano e a

³⁸ Acerca de tais considerações, ver: RIEMENSCHNEIDER, R. *Décentralisation et régionalisme au milieu du XIXème siècle...*, p. 115. Ver também: THOMAS Frinault, « La décentralisation : retour sur deux siècles de réformes », *Métropolitiques*, 1^{er} octobre 2012., p. 1. (Tradução Nossa). URL: <http://www.metropolitiques.eu/La-decentralisation-retour-sur.html>. Acerca da Constituição do Ano VIII, ver: **Conseil Constitutionnel - Constitution du 22 Frimaire An VIII**. 2017, 8 pp.

Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank/pdf/conseil-constitutionnel-5087.pdf>; GODECHOT, J. **Les Constitutions de la France depuis 1789...**, pp. 151-162.

³⁹ THOMAS F. op. cit., p. 1.

⁴⁰ **SÉNAT - La Loi Municipale de 1884**: Les sources de la Loi Municipale de 1884. 2020 (Tradução Nossa). Disponível em: <https://www.senat.fr/evenement/archives/D18/sources.html>. Acesso: 11 fev. 2020. Ver também: **SÉNAT - La Loi Municipale de 1884**. 2020. Disponível em: <https://www.senat.fr/evenement/archives/D18/loi1884.html>.

centralização administrativa? A efervescência política e intelectual foi interrompida com o Golpe de Estado de 02 de Dezembro de 1851 e o início da fase mais autoritária do Império de Napoleão III (1851-1861).⁴¹ O movimento a favor da descentralização retornou apenas na fase de progressiva liberalização do regime, a partir de 1861.⁴²

Data do período da Segunda República a famosa e polêmica emenda de descentralização, apresentada pelo Deputado legitimista Ferdinand Béchard, em 18 de outubro de 1848, na tribuna da Assembleia Nacional. A Emenda Béchard causou forte oposição da parte do Deputado orleanista Charles Dupin. O parlamentar a acusou de ser um atentado contra a unidade nacional, lhe vinculando à “ameaça” do federalismo à época da primeira Revolução.⁴³

Apesar de ter tido o “projeto de descentralização integral” rejeitado, Ferdinand Béchard não esteve sozinho na luta. Na crítica ao excesso de burocracia, à ineficácia e à lentidão causados pela centralização, havia repetido posições já formuladas, no comitê da Constituição, por Robert de Lamennais, Odilon Barrot e Aléxis de Tocqueville. Vejamos os temas mobilizados pela fala dos atores em cena na Assembleia de 1848, em favor do assunto. Béchard insistiu na oposição descentralização *versus* centralização. Pascal Duprat denunciou a “hipertrofia burocrática” como corolário da centralização. Odilon Barrot criticou a “tutela” e defendeu a criação do Conselho Cantonal como alternativa.⁴⁴

Todos os temas mencionados podem ser encontrados em *A Província* de Tavares Bastos.⁴⁵ O autor do livro, cujas ideias foram relidas pelos republicanos brasileiros de 1870, discute a descentralização no Brasil, sob o aspecto da federação, atento ao debate parlamentar francês.⁴⁶ Em outros termos, o debate político e ideológico esteve centrado no campo francês e foi desse espaço que ele pôde apresentar à opinião pública brasileira de 1870, particularmente à republicana, o modelo estadunidense enquanto comprovação experimental bem-sucedida.

Para além de Odilon Barrot e Lamennais, Alexandre-François Vivien e Royer-Collard são outros Deputados da Segunda República cujas obras e pensamentos aparecem citados pelo letrado brasileiro de Sergipe. Joaquim Nabuco nos lembra ainda que o maior adepto de Tocqueville, no Brasil, havia sido Tavares Bastos.⁴⁷ *A Província* encontra-se impregnada de diálogo com o debate sobre a descentralização, ocorrido na França da Segunda República.

Nesse sentido, a experiência dos Estados Unidos sobrepesou não tanto pela originalidade teórica, mas por ter sido uma experiência funcional na prática, consensual até no ambiente parlamentar francês. Esses detalhes são de

⁴¹ RIEMENSCHNEIDER, R. *Décentralisation et régionalisme au milieu du XIXème siècle...*, pp. 119,129.

⁴² THOMAS, F. op. cit., pp. 2-3. Após 1861, a necessidade de descentralização foi imposta e reconhecida até mesmo pelo Imperador Napoleão III. Data de 1865 o surgimento do projeto de descentralização intitulado *Programme de Nancy*, elaborado por dezenove notáveis loyais, insurgidos contra a centralização parisiense. Pouco a pouco, o meio republicano da época, encamado em figuras como a de Lucien-Anatole Prévost Paradol (1829-1870), referência citada frequentemente pelos republicanos no Brasil, assumiu a bandeira da descentralização. Acerca dessas considerações, indicamos: **SÉNAT - La Loi municipale de 1884. 1851-1870** : du rétablissement de la centralisation à une libéralisation progressive. 2020. Disponível em: <https://www.senat.fr/evenement/archives/D18/1851A.html>; NICOLET, C. L'exil intérieur (1799-1870). In.: **L'idée républicaine en France (1789-1924)**..., pp. 147-152.

⁴³ RIEMENSCHNEIDER, R. op. cit., pp. 117-122.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 127-128.

⁴⁵ BASTOS, A. C. T. **A Província**: estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Gamier, 1870, pp. V-VII, 3-11, 26, 33, 282, 284, 379.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁷ NABUCO, J. **Minha Formação**..., p. 50.

profícua relevância se levamos em conta ter sido a geração dos “republicanos históricos” de 1870 um dos componentes do público leitor d’ *A Província*. Num espaço cultural brasileiro francófilo. Na análise da apropriação e reapropriação de ideias presentes na obra, é necessário ter ciência de que o debate político e ideológico esteve centrado no espaço parlamentar francês.

Sinal da perspicácia de Tavares Bastos observamos na escolha com qual obra dialogar. Em *A Província*, ao invés de citar *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), o que poderia talvez ter sido apreendido mais como confirmação do reforço do sistema centralizador francês pela Revolução, o autor dialoga com *Da Democracia na América* (1835).⁴⁸ Essa foi a chave por meio da qual pôde, através de um parlamentar da Segunda República Francesa, evidenciar para o Brasil o modelo estadunidense como o modelo empírico acertado. Com maiores detalhes, retornaremos à discussão na seção 7.2, do capítulo sétimo.

Por ora, no capítulo a seguir, investigamos os caminhos trilhados pela Retórica da Revolução no circuito oficial de relações diplomáticas, estabelecidas entre a recém-fundada Terceira República Francesa e o Império do Brasil, a datar dos anos de 1870. Trata-se de esforço investigativo cujo objetivo geral centra-se na receptividade da propaganda republicana brasileira na França. Sobressai ainda a intenção de validar situações particulares, trabalhadas nos capítulos das Partes II, III e IV. Dado que a farta documentação permitiu uma reconstrução sintética de aspectos característicos do recorte temporal investigado. De modo a termos no capítulo uma visualização antecipadamente sobreposta às demais partes da Tese.

⁴⁸ TOCQUEVILLE, Aléxis de. *De la Democratie en Amérique*. Cap. V apud BASTOS, A. C. T. op. cit., p. 4.

4 A RECEPÇÃO DO REPUBLICANISMO BRASILEIRO NA FRANÇA DA TERCEIRA REPÚBLICA: A RETÓRICA DA REVOLUÇÃO NOS CIRCUITOS OFICIAIS (1869-1889)

A abertura do Consulado da França, no Rio de Janeiro de 1815, coube à iniciativa do Coronel Jean-Baptiste Maler – Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral junto ao Príncipe-Regente do Brasil, D. Pedro, desde dezembro de 1814.¹ Até a atual ocupante do cargo, Brigitte Collet, a lista de Embaixadores franceses, em exercício no nosso país, contabiliza sessenta e nove nomes.²

Nesse capítulo investigamos o acolhimento do Republicanismo brasileiro pelas autoridades da Terceira República Francesa, a partir da data fundacional de 04 de setembro de 1870. Especificamente analisamos como a Retórica da Revolução, atrelada à ideia e aos eventos da República no Brasil, se manifestou nas correspondências diplomáticas, trocadas entre o Presidente da Legação Francesa no Rio de Janeiro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Paris, ao longo da sucessão de agentes incumbidos nesses cargos.

Entre 1868 e 1890, pela Presidência da Legação Francesa, estabelecida na Corte imperial do Rio de Janeiro, passaram Joseph Arthur de Gaubinau (Conde de), Paul Hocmelle, Édmond Domet de Vorges, Jean-François Ferdinand Benedetti, Conde Raphaël de Vullantes, Henri Fourier de Bacoût (Conde de), Alexis-Léon Noël, Léon Édouard Amelot de Chaillou (Conde de), Jean Camille Blondel. Em contrapartida, foram Ministros dos Negócios Estrangeiros da Terceira República Francesa, citados na documentação no período indicado: Jules Favre, Charles de Rémusat, Albert de Broglie, Louis Décazes, William Waddington, Charles de Freycinet, Paul-Armand Challemel-Lacour, Jules Féry, Émile Flourens, René Goblet, Eugène Spuller.³

Na satisfação do objetivo apresentado, duas motivações nos levaram a optar por correspondências diplomáticas, ao invés de enveredarmos pela análise da imprensa republicana francesa, do período entre 1869 e 1889. Quais sejam: o destaque dado à primeira viagem do Imperador D. Pedro II à Europa (maio de 1871 a março de 1872) e a preocupação intensa dessa imprensa com a reorganização e os destinos da França, após a derrota para a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana. A respeito da primeira motivação, ela é um sinal para nós do prestígio desfrutado pelo Imperador do Brasil, em meio à opinião pública europeia.⁴

¹ Sobre o livre trânsito de franceses no mundo luso-brasileiro e a influência da cultura da França na Corte de D. João VI, sugerimos: MEIRELLES, J. G. **Política e cultura no governo de D. João VI**: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821). [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, p. 219.

² Trata-se de um número aproximado, pois observamos nas correspondências outros nomes não presentes na lista indicada a seguir. Para maiores detalhes, conferir: **LA France au Brésil**: les anciens Ambassadeur de France au Brésil. 2017. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/Les-anciens-Ambassadeurs-de-France-au-Bresil>. Acesso em: 10 mar. 2020.

³ Para análise da ordem de sucessão dos Presidentes e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Terceira República, indicamos: http://dictionnaire.sensagent.leparisien.fr/Liste%20des%20ministres%20fran%C3%A7ais%20des%20Affaires%20%C3%A9trang%C3%A8res/fr/#Troisi.C3.A8me_R.C3.A9publique. Acesso em: 11 mar. 2020.

⁴ No que diz respeito a essas afirmações, consultamos as edições do *Journal des Débats*, *Le Siècle*, *La République Française*, entre 1870 e 1874. Escolhemos tais folhas pois aparecem recorrentemente citadas n' *A República* no intervalo. Para mais informações sobre os títulos consultados da imprensa da Terceira República Francesa, ver: <https://gallica.bnf.fr/html/und/presse-et-revues/presse-de-la-iii-republique-1870-1940?mode=desktop>.

Nos atenhamos rapidamente a algumas características do universo dos prelos da França no período. O movimento de repolitização da imprensa no começo da Terceira República veio na sequência de mudanças ocorridas com a Lei de 1868, uma das marcas da liberalização do regime do Império de Napoleão III. A repolitização acentuou a abertura do espaço público à cultura e à sociedade. Verificou-se uma profusa oferta quotidiana de jornais de opinião.⁵

Na década entre 1870-1880, a imprensa francesa pode ser classificada de acordo com os grupos políticos de interesse em disputa pelo poder no país. Assim sendo, havia uma imprensa legitimista (*L'Union, La Gazette de France, La France Nouvelle*), uma católica (*L'Univers, Le Monde, La Défense Sociale e Religieuse*), uma orleanista (*Journal de Paris, Le Moniteur Universel, La Patrie, Paris-Journal, Le Soir, le Figaro, Le Soleil*), uma bonapartista (*L'Ordre, Le Petit Caporal, Le Galois, Le Pays, La Liberté, Le Conservateur*). A imprensa republicana, em particular, era representada pelo *Journal des Débats, Le Temps, Le XIXe Siècle, La Presse, Le Bien Public*. Representavam a esquerda republicana *Le Siècle, Le National, L'Opinion Nationale, Le Télégraphe, Le Courrier du soir, Le Nouveau Journal, La France, Le Petit Parisien, La République Française, Le Rappel, Le Voltaire, Le Matin*.⁶ Os editores, redatores e, por extensão, o público d'*A República* do Rio de Janeiro, foram leitores das notícias e dos conteúdos traduzidos e transcritos dessa imprensa republicana estrangeira.⁷

Ao justificarem a não escolha do uso de jornais, é bem verdade que as duas motivações mencionadas não abrangem todo o recorte temporal que adotamos. Referem-se a fatos exclusivos aos anos de 1870. Porém, tal condição por si só já comprometeria nossos objetivos, principalmente em relação à coleta de dados referentes às atividades dos republicanos, envolvidos com o jornal *A República*. Para além disso, as correspondências diplomáticas, consultadas no *Centre des Archives Diplomatiques de La Courneuve*, excederam as expectativas, como vemos a seguir.

4.1 SINAIS DE REPUBLICANISMO REVOLUCIONÁRIO CAPTADOS PELA PENA DOS PRESIDENTES DA LEGAÇÃO FRANCESA NO RIO DE JANEIRO

O primeiro indicativo de que as autoridades francesas estiveram cientes da existência de uma movimentação republicana, politicamente organizada, no Brasil, pode ser encontrado em meio aos esforços da campanha de arrecadação de recursos para formação de uma “Caixa de Repatriamento”, destinada a atender aos feridos franceses da Guerra Franco-Prussiana.

Tal campanha, intitulada “Socorro aos Franceses vítimas da guerra”, foi anterior à participação dos redatores d' *A República*. Contou com colaboração articulada das Sociedades Francesas de Seguros Mutuais e de Ginástica, do

⁵ KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève [et al] (Dir.). **La civilisation du journal**: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe Siècle. Paris : Nouveau Monde Éd., DL 2011, 1 vol. : ill., couv. ill. ; 20 cm, p. 286. (Tradução Nossa).

⁶ Ibidem, pp. 287-288.

⁷ *Avenir National, Vérité e Peuple Souverain* são outras modalidades de folhas republicanas francesas citadas n' *A República*. Ver: **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 119, 05 set. 1871. Europa, p. 3. Ver também: NOTÍCIAS da França. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 660, 13-14 jun. 1871. *A República*, p. 1.

Consulado e da Colônia francesa, todos estabelecidos no Rio de Janeiro. Importante ressaltarmos o envolvimento de várias mulheres, como as senhoras Campas, de Geslin, Julien Lajoux, Martin, Chevalier, Villeroi.⁸

Em 18 de outubro de 1870, as subscrições das Sociedades Francesas e do Consulado da França chegaram a mais de vinte contos de réis (20:000\$000). Enquanto que a Colônia conseguiu arrecadar um caixa de sete contos, oitocentos e oito mil, oitocentos réis (7: 808\$800).⁹ Fazia tempo que a Colônia francesa no Rio reunia esforços para convertê-los em ajuda aos compatriotas na Europa. O Presidente da Legação, Paul Hocmelle, recebeu carta do Ministro Jules Favre através da qual o Governo de Defesa Nacional agradeceu aos residentes franceses, no Rio, pela ajuda e solidariedade prestada aos feridos da guerra.¹⁰ Ainda em visita à Europa, a Princesa Isabel também teria escrito carta, publicada em alguns jornais, com objetivo de estimular os brasileiros a participarem da ajuda às “misérias” da França.¹¹

O envolvimento dos redatores d’ *A República* está destacado nas informações sobre a formação de um Comitê-Diretor, nomeado a 26 de janeiro de 1871 em assembleia geral. Através dele foram lançadas bases de organização da subscrição permanente, em proveito das vítimas francesas. Os cinco membros da direção eram cidadãos franceses, residentes na Corte: “G. Villeroi, presidente - Rua do Ouvidor 40 A; Vallete, vice-presidente, Rua do Ouvidor, 152; C. Bailly, 1º secretário, Rua da Assembleia, 55; Ch. Berry. 2º secretário, Rua da Ajuda, 18; J. J. Lajoux, Tesoureiro, Rua d’ Aquitanda, 187.”¹²

Segundo Paul Hocmelle, o Brasil não ficou atrás. Duas comissões foram formadas no Rio para ajudar os feridos e as vítimas da “invasão” alemã. A redação d’ *A República* esteve na liderança dos esforços:

O Jornal *A República* organizou uma reunião em que uma das comissões foi nomeada por redatores de diversos jornais. Tal comissão se compôs:

Dr. Prado Pimentel, do Jornal *A Reforma*, presidente

Neves Gonzaga, do Diário do Rio de Janeiro

Pinto Correa Júnior, do Diário de Notícias

Dias da Silva Júnior, do Guarani

Flávio Famese, da República.¹³

A agitação estudantil, ocorrida a partir de fins de outubro de 1871, na Academia de Medicina da Corte e de Direito em São Paulo, também chamou a atenção das autoridades francesas. Porém, no relato dos acontecimentos ao Conde de Rémusat, o Encarregado interino dos Negócios da França, Édmond Domet de Vorges, não faz nenhuma

⁸ HOCMELLE, Paul. [**Correspondance Politiques Brésil**] : Caisse française de repatriement. Destinataire: Jules Favre (Paris). Rio de Janeiro. 04 nov. 1870. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 43, pp. 93-112. (Tradução Nossa).

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem, p. 113.

¹¹ Ibidem, p. 114.

¹² HOCMELLE, Paul. [**Correspondance Politiques Brésil**] : Souscription Permanente en faveur des victimes française de la Guerre. Destinataire: Jules Favre (Paris). Rio de Janeiro. 20 jan. 1871, Microfilm. Vol. 43, p. 117. (Tradução Nossa).

¹³ HOCMELLE, Paul. [**Correspondance Politiques Brésil**] : Secours aux victimes française de la Guerre. Destinataire: Joseph- Arthur Gobinaiu (Comte de) (Paris). Rio de Janeiro. 20 jan. 1871, Microfilm. Vol. 43, p. 118. (Tradução Nossa).

correlação entre a contestação dos acadêmicos e o veio radical da propaganda republicana em expansão, conforme expressamos no capítulo décimo primeiro. Inicialmente, a descreve como “motim de estudantes”. Apresenta como motivo um regulamento promulgado no começo de 1871. Informa ser objetivo da nova lei tornar os exames mais “sérios” em relação aos anteriores.¹⁴

As questões colocadas no exame oral eram, até então, indicadas ao candidato 24 horas com antecedência, de modo a ter tempo disponível para preparar resposta. Através do novo regulamento, o tempo passou a ser reduzido para 12 horas. Os estudantes se posicionaram contra essas disposições e acreditaram que as regras do novo regulamento não seriam aplicadas. Desiludido, um certo número de estudantes da Faculdade de São Paulo se absteve de realizar o exame e quis forçar alguns colegas a seguir o ato. No Rio, tal situação resultou num tumulto, do qual decorreu quebra de móveis na Faculdade de Medicina. Tumultuados no primeiro dia, os exames puderam ser aplicados, até naquele momento, sem novo incidente.¹⁵

A correspondência de 14 de dezembro de 1871 traz descrição nuançada da situação política do Império, após a Demissão do Gabinete Liberal de Zacarias de Góis (1868). De Vorges menciona a divergência entre o Primeiro Ministro e o Imperador, fato que teria levado o primeiro à opção pelo afastamento. O Imperador teria sido induzido a entregar os “negócios” nas mãos dos conservadores. Face à hostilidade da Câmara de maioria liberal, tomou como recurso a dissolução da Câmara baixa e a convocação de eleições para formação de uma nova, no prazo de seis meses. Teria assim alcançado o objetivo de obter uma nova Câmara de maioria conservadora.¹⁶

A partir da situação descrita, os adversários do poder teriam começado a se agitarem. Eles eram de três sorte: os ultraconservadores, os liberais e os republicanos. No que diz respeito aos últimos, de Vorges informa ao Conde de Rémusat que “**Os republicanos não são muito numerosos e, pelo fato de estarem fora do Estado, objetivam o poder** (grifo nosso). Mas eles são um apoio para o Partido Liberal. Esse partido demonstra uma grande certeza e uma tendência a tomar o poder pela alta luta.”¹⁷

O Presidente interino da Legação Francesa não emprega o termo “motim” para se referir à agitação estudantil nas academias do país. Chama o processo de “*affaires des étudiants*”, ou seja, de “Questão dos estudantes”. Tal como estava em voga na imprensa da Corte à época. Diz que a questão serve como “meio de agitação contra o governo.”¹⁸

¹⁴ DE Vorges, Édmond Domet. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 23 nov. 1871. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 44, p. 57. (Tradução Nossa).

¹⁵ Ibidem, p. 58.

¹⁶ DE Vorges, Édmond Domet. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 14 dec. 1871. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 44, p. 106. (Tradução Nossa).

¹⁷ Ibidem, p. 107.

¹⁸ Ibidem, p. 108.

Mais uma vez, sem associá-la à proposta radical da propaganda republicana, informa que a questão foi levada ao tribunal correcional e a maneira como ocorreu os engajamentos, por meio de debates, mostrou que o processo se tornou espécie de luta entre o juiz e os advogados de defesa dos estudantes.¹⁹

Entre os Ministros mais atacados estavam: J. Alfredo de Oliveira (Ministro do Interior) e o Barão de Cotegipe (Ministro dos Negócios Estrangeiros). A questão poderia provocar mudanças no gabinete. A opinião mais genérica sustentava que aquele estado de coisas poderia durar até a próxima sessão.²⁰

Apesar de nos anos setenta do Oitocentos Brasil e França terem sido países regidos por formas antagônicas de governo, a rivalidade entre Monarquia e República não impediu aproximação no plano político e diplomático. Do lado dos franceses, nos parece ter havido preocupação crescente com o prestígio da Terceira República, principalmente no âmbito da opinião do Imperador dos brasileiros. Preocupação explicada pela derrota na guerra contra os Estados alemães e a consequente perda de hegemonia na parte continental da Europa.

As argumentações de Claude Nicolet e Arnaud-Dominique Houte confluem para reforçar o ponto de vista apresentado, quanto à preocupação de autoridades francesas com o prestígio do regime republicano fora da Europa. O primeiro afirma que o rebaixamento da França e o isolamento da República, até 1881, estavam indissolavelmente ligados.²¹ O segundo aponta que incertezas a respeito do novo regime eram fortes. O país ficou diplomática, institucional e sociologicamente isolado numa Europa de Príncipes e de Coroas.²²

Em 08 de abril de 1872, de Vorges narra ao Conde de Rémusat a audiência que teve com o Imperador, em conjunto com chefes de missão chegados ao Rio, desde a partida do soberano para a Europa. Na audiência em que lhes contou impressões pessoais da viagem, o monarca “demonstrou uma impressão favorável à França. Ele não pôde dizer diante de mim nenhuma palavra desagradável [...], mas sua polidez me pareceu bastante indiferente. É um resultado natural da má sorte do país.”²³ Contudo, quanto à nação, os brasileiros “demonstraram pela França uma simpatia verdadeira.”²⁴

Outra sorte teve o sucessor de E. de Vorges na Presidência da Legação no Rio. Alexis-Léon Noël teve contentamento em informar ao Conde de Rémusat os termos elogiosos, empregados em correspondências de jornais brasileiros, à França e a seu Governo. Nelas se

¹⁹ DE VORGES, Édmond Domet. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 14 dec. 1871. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 44, p. 108. (Tradução Nossa).

²⁰ Ibidem.

²¹ NICOLET, C. De la République provisoire à la République définitive : Gambetta, Littré et Ferry. *L'idée républicaine en France (1789-1924)*..., p. 247. (Tradução Nossa).

²² HOUTE, Arnaud-Dominique. Bâtir la République (1878-1885). In: *Le triomphe de la République, 1871-1914*. Paris: Éditions du Seuil, 2014, cap. II, p 49. (Tradução Nossa).

²³ DE VORGES, Édmond. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 08 abr. 1872. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 44, p. 221. (Tradução Nossa).

²⁴ Ibidem, 222.

rendem homenagem à habilidade com a qual foi preparado, sem crise financeira para a França, o pagamento completo de uma indenização, sem exemplo a comparar, e aplaudem o sucesso da negociação patriótica, que em breve vem assegurar a curto prazo a liberação do território francês.²⁵

Nos debates das câmaras do Parlamento imperial, desde a abertura da sessão, afirma “cada vez que o nome da França era pronunciado assim ocorria nos termos mais simpáticos aos franceses, em alusão a seus desastres e infortúnios. O prestígio da França não foi tragado.”²⁶

A estima entre o governo imperial brasileiro e o governo da Terceira República Francesa só se fez crescer após Marie Esme Patrice Maurice, Conde de Mac-Mahon e Duque de Magenta, ter sido eleito Presidente pela Assembleia Nacional, em 1873. Na subsecção 8.1.3 do capítulo oitavo, demonstramos que a República liberal conservadora atingiu conformidade e expressão quando a chamada “Ordem Moral” se tornou política de governo, com a chegada do General Mac-Mahon ao poder. Voltada à defesa dos valores católicos ultramontanos e da autoridade, face ao perigo revolucionário da Comuna de Paris, a feição do regime parece ter agradado a D. Pedro II.

Léon Noël informou ao Duque Décazes que o antecessor dele, o Duque de Broglie, lhe havia incumbido de fazer com que o governo brasileiro soubesse da ascensão do Duque de Magenta, à Presidência da República, por meio de decisão da Assembleia Nacional, por período de sete anos.²⁷ A resolução, ao fixar o poder nas mãos do Marechal, “trouxé à França essa segurança indispensável no plano interno e ao exercício de sua influência no plano externo.”²⁸ Léon Noël acrescenta: “Num encontro com D. Pedro II, o Imperador me disse que esse assunto era prova nova da alta estima que inspira universalmente o nome e o caráter do Marechal Mac-Mahon.”²⁹

Os laços de amizade e de cordialidade criados entre D. Pedro II e o segundo Presidente da Terceira República Francesa seguem grafados pelo próprio Mac-Mahon:

À sua Majestade, o Imperador do Brasil, Rio de Janeiro.

Segue bastante reconhecidos os sentimentos expressos por vossa Majestade. Essa via mais rápida de comunicação [referência ao telégrafo] não pode mais do que contribuir a estreitar os laços de amizade que existem entre nossos dois países - O Marechal Presidente da República Francesa - Mac-Mahon.³⁰

Ao ser incumbido da Presidência da Legação, Léon Édouard (Conde) Amelot de Chaillou escreveu ao Duque de Décazes. Lhe descreveu a honra de ser recebido pelo Imperador, em 19 de julho de 1874. Ambos teriam falado

²⁵ NOËL, Alexis-Léon. [Correspondance Politique Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 17 avr. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45., p. 81. (Tradução Nossa).

²⁶ Ibidem.

²⁷ NOËL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Duc Décazes (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 28 dec. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 207. (Tradução Nossa).

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ DE MAC-MAHON, Patrice. [Correspondance Politique Brésil]. Destinataire: D. Pedro II (Rio de Janeiro). Versailles, 25 juil. 1874. 2h 50 min. Du soir. 1 Télégramme. Microfilm Vol. 45, p. 321. (Tradução Nossa).

longamente sobre negócios entre os dois países, por vontade do monarca³¹, e o mesmo teria manifestado “vivas simpatias” pelo governo do Marechal: “Sua majestade professa pelo general de Mac-Mahon uma estima profunda e afetuosa, uma inteira confiança da qual me encontro feliz por transmiti-la aqui a expressão.”³²

Por que nos delongamos em discorrer sobre a relação político-diplomática amistosa entre dois governos cujas formas eram diferentes? Lembramos que houve uma peculiaridade de conformação paradoxal a ter caracterizado os anos iniciais do novo regime republicano francês. Antes da vitória republicana nos escrutínios de 1876 e de 1878, o quadro de forças políticas no Parlamento foi dominado por uma ampla e resistente maioria monarquista. Ou seja, o triunfo da França republicana só pôde ocorrer, de fato, no final da década.³³ No plano externo das relações franco-brasileiras, o fator de parentesco a unir a Casa de Bragança a uma família real francesa, por meio do casamento da Princesa Isabel com o Príncipe Gastão de Orléans, também Conde d’Eu, cimentava a situação pró-monarquista.

Em razão da feição monarquista e antirrevolucionária – nesse último caso, assumido face ao Movimento Comunalista –, o governo republicano francês esteve mais próximo do perfil do governo monárquico brasileiro. Por adotarem ambos uma linha política cujas diretrizes eram conservadoras. Em outros termos, estavam rigidamente comprometidos com a manutenção da ordem. Ao menos para a década de 1870, o ponto de vista encetado afasta, por ora, qualquer expectativa de observar na Terceira República Francesa um regime propenso a incitar revoluções republicanas em outros países. Particularmente no Império do Brasil.

O propósito do compromisso de manter o *status quo* pode ser verificado a partir da narrativa neutra, construída por Léon Noël, acerca do atentado sofrido pela redação d’*A República*, na passagem de fevereiro a março de 1873. Durante festividades celebrativas, organizadas pelos republicanos, em decorrência da Proclamação da República na Espanha.

Conforme Léon Noël informa ao Ministro Conde de Rémusat, a notícia da Proclamação da República em Espanha, quando chegou ao Brasil, provocou uma manifestação da parte do Jornal *A República*, a resultar em seu desaparecimento:

A redação havia sido autorizada pela polícia, ao que parece, a iluminar seu escritório, situado na rua do Ouvidor, a mais conhecida do Rio, mas ela não pôde se contentar com tão pouco. Um retrato do Sr. Castelar apareceu sob um transparente, cercado de diversas bandeiras, entre as quais figurava a bandeira brasileira, mas sem o brasão imperial que lhe forma o centro. O adorno foi amassado por uma multidão diante da casa, onde se podia ver dois oradores que começaram a discursar. O governo afirma que a exibição ofendeu o sentimento público. Do outro lado, a Polícia revogou a autorização que ela mesma havia dado, através de seus próprios agentes. A multidão que estava de fora exigiu que as bandeiras fossem retiradas. Arrancou o quadro com a foto, quebrou vidros e invadiu os escritórios do jornal, apesar da resistência da força pública. A calma somente foi restabelecida com a circulação de fortes patrulhas durante todas as noites.³⁴

³¹ CHAILLOU, Amelot de. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Duc de Décazes (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 25 Juil. 1874. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 336. (Tradução Nossa).

³² Ibidem.

³³ HOUTE, Amaud-Dominique. Bâtir la République (1878-1885). In: **Le triomphe de la République, 1871-1914...**, pp. 23-52. (Tradução Nossa).

³⁴ NOËL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 16 mars. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 47. (Tradução Nossa).

Acrescenta que, no dia seguinte, a redação d' *A República* anunciou, em decorrência do atentado do qual havia sido vítima, não poder contar com mais nenhuma segurança: “Ela cedeu à força e suspendeu sua publicação, aconselhando a seus correligionários das Províncias a seguir o exemplo.”³⁵

Com riquezas de detalhes, Léon Noël descreve ao Conde de Rémusat as repercussões do atentado: “O incidente foi objeto de interpelações nas Câmaras, da parte dos Deputados liberais, apoiadores dos conservadores dissidentes por oposição ao Ministério [do Visconde do Rio Branco]”. Por outro lado, vê nele oportunidade para que o jornal pudesse ter contornado uma presumida situação de falência:

não há dúvidas de que o jornal *A República* vivia dificilmente com suas assinaturas e procurava num jogo os meios de sustentar sua existência. Aproveitou a ocasião para se livrar de seus problemas financeiros de uma maneira que lhe permitisse apresentar seu desaparecimento como um caso de força maior, como resultado de uma violência política.³⁶

Léon Noël estava a par da ascensão de Mac-Mahon e da aposentadoria de Adolphe Thiers, através das correspondências enviadas pelo seu superior, o Conde de Rémusat. De tais documentos nos fala, em particular, de uma carta de notificação oficial do Presidente francês ao Imperador do Brasil.³⁷ Em formato de circular, a correspondência tornou-se de conhecimento do Visconde de Caravelas, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império.³⁸ O Visconde de Caravelas escutou a leitura da circular, com muito interesse, e sua resposta fez com que o Presidente da Legação Francesa pensasse que o governo brasileiro via com satisfação o governo francês adotar, sobretudo em presença da situação da Espanha, uma “política energicamente conservadora.”³⁹

A satisfação do governo imperial brasileiro, face conservantismo adotado pelo governo republicano francês, acontecia num momento em que, segundo Léon Noël, o primeiro ainda não estava seriamente lutando contra “o espírito revolucionário”, ainda que percebesse os primeiros “gêrmens a nascerem” no Império. Quando o Presidente da Legação Francesa fala em “espírito revolucionário” no Brasil, acreditamos que reporta ao Movimento Republicano ativo na Corte e em expansão para Províncias importantes. A autoridade diplomática da França no Rio reforça para nós uma constatação: a preocupação do governo imperial em relação a uma possível inspiração a ser despertada no Brasil pelo movimento revolucionário espanhol, do qual resultou a derrubada de Isabel II e a implantação da Primeira República Espanhola (1873-74).

³⁵ NOËL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 16 mars. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 47. (Tradução Nossa).

³⁶ Ibidem.

³⁷ NOËL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Duque de Broglie (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 06 jul. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 118. (Tradução Nossa).

³⁸ Ibidem, p. 119.

³⁹ Ibidem.

Lembramos ainda que, a despeito da tentativa de empastelamento ocorrida entre fevereiro e março de 1873, em abril *A República* voltou a ter circulação diária. Ou seja, no momento em que Léon Noël escreve, o órgão oficial do *Partido Republicano* na imprensa carioca estava em atividade. Era ele o “gérmen” da Revolução a nascer no Império?

Se era *A República* o “gérmen” da Revolução no Brasil, o regime republicano conservador da França não poderia estimulá-lo, pois, “Quanto à atitude exterior da França, o Marquês de Caravela não teve dúvida em nenhum instante de que se tratava ser sinceramente pacífica.”⁴⁰ Léon Noël diz ter testemunhado a alta estima que o nome e a pessoa do Duque de Magenta inspirava em D. Pedro II. Afirma que “ele não consideraria a falha de uma notificação direta que viesse a alterar as relações oficiais e amigáveis dos dois governos.”⁴¹

A Legação da França na Corte acompanhou com interesse o conflito entre os Bispos ultramontanos e os Franco-maçons no Brasil. Sabia-se das medidas radicais tomadas pelos prelados contra padres maçons. Em particular, da atitude do Bispo de Pernambuco, D. Frei Vital, de interditar confrarias cuja importância para as práticas de caridade pública no país é destacada.⁴² Sabia-se igualmente do embaraço do governo imperial em meio aos rumos da Questão Epíscopo-maçônica.⁴³

De todas as informações, a que absorve a atenção consiste no entendimento de Léon Noël acerca do vínculo entre a Questão Religiosa e o Movimento Republicano. Conforme nos diz, “estas discussões [sobre o conflito entre os Bispos e os Franco-maçons] vem dar à franco-maçonomia uma importância que, se não me engano, ela não teve até o presente. **Ela acaba sendo instrumento do partido político mais avançado** (grifo nosso).”⁴⁴

Na Correspondência enviada ao Duque de Broglie, novo Ministro dos Negócios Estrangeiros em Paris, o Presidente da Legação ressalta que havia duas frações, em meio aos franco-maçons no Brasil. Havia uma “fração conservadora” e “outra mais exaltada”. A “fração do círculo do Lavradio” e a “fração do círculo dos Beneditinos”, respectivamente. A última mencionada desejava se aproveitar das circunstâncias para assegurar preponderância no país.⁴⁵

Em meio à descrição, Léon Noël acaba por expor a intenção do Visconde do Rio Branco de fazer da influência de diretor dos franco-maçons do Lavradio um apoio para seus atos, enquanto Presidente do Conselho de Ministros. A descrição feita sobre a outra Ordenança maçônica é a que mais nos interessa. Ele classifica de “exaltada” a fração maçônica do Vale dos Beneditinos, liderada por ninguém mais ninguém menos que Saldanha Marinho. Agente que naquele momento se esforçava para unir a família maçônica, em luta contra a Igreja:

⁴⁰ NOËL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Duque de Broglie (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 06 jul. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, pp. 119-120. (Tradução Nossa).

⁴¹ Ibidem.

⁴² NOËL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 16 mars. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 49. (Tradução Nossa).

⁴³ NOËL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Duque de Broglie (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 15 jul. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 127. (Tradução Nossa).

⁴⁴ Ibidem, p. 128.

⁴⁵ Ibidem.

a fração separada dos conservadores, em recusa a aceitar como sua a presidência do Visconde de Rio Branco, e escolhendo como Grão-mestre o Senhor Saldanha Marinho, publicou nos jornais de oposição um aviso anunciando, sob o nome de Grande Oriente Unido do Brasil, que vinha, reunido em assembleia geral, concluir o acordo por meio do qual o Conselho Supremo de Charleston, o Grande Oriente Lusitano Unido, o Conselho Supremo da maçonaria portuguesa, o Grande Oriente da França e a Grande Loja Real York da Prússia, reconheciam o Grande Oriente Unido e Conselho Supremo do Brasil, como o único poder maçônico legítimo e regular no Império.⁴⁶

Toda essa “excitação” lhe parecia “lamentável”, tanto do ponto de vista religioso quanto do político:

Elas servem às manobras de partidários de uma mudança de instituições, ainda que o número não seja grande [referência ao *Partido Republicano*] (grifo nosso), e ela provoca dissidências religiosas num país onde o catolicismo tem a possessão de um respeito e de um autoridade talvez os mais incontestes do que em qualquer outro país.⁴⁷

Ao observar que a Questão Religiosa era instrumentalizada pela ala mais radical da Franco-maçonaria, encabeçada por Saldanha Marinho, com propósitos de mudança do regime, Léon Noël evidencia ao seu superior em Paris qual era o papel do *Partido Republicano* no conflito. Conforme trabalhamos no capítulo décimo terceiro, pontuamos que na ocasião, Saldanha Marinho já havia se convertido em liderança de destaque no meio republicano e maçom. Em *A Igreja e o Estado* é sintomático não excluir a possibilidade de Revolução como meio de resolver o embate no Brasil.

As prisões dos Bispos do Recife e de Belém. As dificuldades e estratégias do Gabinete do Visconde do Rio Branco para lidar com o conflito. Todos esses detalhes foram acompanhados, com muito interesse, pelas autoridades republicanas francesas.⁴⁸ Na correspondência em que narra a prisão de D. Frei Vital, Léon Noël ressalta ao Duque Décazes duas ocorrências relevantes no universo republicano: o ativismo incendiário de Saldanha Marinho e o desaparecimento definitivo d’ *A República*.

No cenário de luta contra as investidas ultramontanas da Igreja do Concílio Vaticano I, o radicalismo republicano maçônico e a insistência reivindicativa para separar a Igreja do Estado imperial chamaram a atenção por meio da imprensa:

o Conselheiro Saldanha Marinho, Grão-Mestre da fração maçônica mais avançada, começou a publicar, sob o pseudônimo de *Ganganelli*, uma série de artigos, nos quais ataca o dogma e as instituições católicas de maneira a mais violenta. Recentemente, um deputado liberal popular no Rio, o Sr. Dr. Diaz Cruz, protestou energicamente contra essas doutrinas no jornal liberal *A Reforma*, afirmando que muitos membros iminentes do Partido Liberal pensavam como ele a esse respeito e inclusive que o Sr. Saldanha Marinho foi forçado por si mesmo a reconhecer, a despeito

⁴⁶ NÔEL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Duque de Bloglie (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 15 jul. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p.129. (Tradução Nossa).

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ NÔEL, Alexis-Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 13 jun. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, pp. 100-105. (Tradução Nossa). Ver também: NÔEL, Leon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Duque Décazes (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 04 mar. 1874. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, pp. 251-258. (Tradução Nossa).

da propaganda de demolição, que a religião Católica, Apostólica e Romana estava no coração da nação.⁴⁹

As informações recolhidas por Léon Noël nos levam a concluir que um dos fatores explicativos para o desaparecimento definitivo d'*A República*, em fevereiro de 1874, esteve vinculado à opinião da própria folha a respeito do embate, entre elementos do clero católico e a Franco-maçonaria:

o jornal *A República*, sobre qual já tive oportunidade de falar em uma de minhas correspondências, e que após um primeiro desaparecimento tinha recomeçado sua publicação, veio ser interrompido definitivamente. A redação acreditou dever expor os motivos em uma mensagem endereçada ao Partido Republicano, na qual tinha o pedido para que fosse tal mensagem publicada também em outros jornais.⁵⁰

O Presidente da Legação Francesa nos dá a entender ter tido acesso ao conteúdo da mensagem, endereçada ao Partido. No documento estaria declarado que o insucesso da empresa teve a ver com o “torpor e indiferentismo monárquicos do país”. Estaria ainda, destacado na mensagem, duas outras causas:

A primeira se refere à grande descentralização das forças do partido que, na capital, não pôde contar com nenhum subsídio dos cem mil estrangeiros ocupados com o comércio e que mestres da indústria e de capitais imprimem sua inércia e sua indiferença política na população local. A outra se refere ao efeito pernicioso que produziu a aparição nas colunas da República certos artigos antirreligiosos representando no máximo a opinião isolada de um de seus redatores, mas que fez com que os católicos pudessem concluir, errado, que ele entrou no programa do partido republicano para fazer prevalecer uma intolerante impiedade, de menosprezar as crenças existentes e para, após destruir os funestos privilégios em nome daqueles a monarquia persegue a Igreja, substituir o culto de Deus pelo culto da razão.⁵¹

Não nos parece haver dúvida de que as publicações radicais de Saldanha Marinho contra a Igreja e a religião do Estado, nas colunas d' *A República*, tenham atraído a oposição do meio católico contra a folha. De tal modo a constituir-se num fator a explicar o desaparecimento do jornal face aos olhos do público.

No alvor de 1875, Léon Noël estava impressionado com a capacidade do telégrafo em permitir velozmente saber o estado dos negócios da Europa no Brasil. As correspondências de Paris lhe informavam sobre a situação da Espanha, passada a primeira experiência republicana. Sabia que o Imperador planejava a segunda viagem à Europa. A partida podia ser obstaculizada apenas pelo avanço da Questão Religiosa na Província do Grão-Pará e pelo ativismo

⁴⁹ NÖEL, Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Duque Décazes (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 2 avr. 1874. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 277. (Tradução Nossa).

⁵⁰ Ibidem, p. 278.

⁵¹ Ibidem. A conclusões quase equivalentes chega George Boehrer sobre o desaparecimento do primeiro órgão oficial do *Partido Republicano* no Brasil. Acerca das fontes diversas consultadas pelo autor, ver: BOEHRER, George. **Da Monarquia à República: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)**. Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, pp. 47-48.

republicano nas fronteiras do Império.⁵² Acreditava que o monarca saberia contornar a situação, pois o supunha ter autoridade para conjurar movimentos contestatórios:

A imensa popularidade do imperador; seu tato de falar dos homens e das coisas, um reino longo e consagrado há 30 anos⁵³ seu giro entre os negócios e os estudos lhe asseguram uma supremacia que se impôs aos homens hábeis, independentes, aos vaidosos e difíceis de dominar. Ele governa o país em condições de liberdade irreconhecíveis na Europa. **Ele por si só tem uma autoridade suficiente para conjurar audaciosas eventualidades perigosas** (grifo nosso). Já constatamos aspirações republicanas nas províncias limítrofes dos Estados da Prata e a questão religiosa suscita no Norte verdadeiros embaraços.⁵⁴

A revolta contra o aumento de preço das passagens de bondes, puxados por tração animal, no Rio de Janeiro da virada de 1879 para 1880, foi outro episódio a ter absorvido atenção da autoridade diplomática francesa, alocada na Corte brasileira. O envolvimento de lideranças republicanas na condução do movimento reivindicativo popular e o clima de Revolução, despertado na opinião contrária ao Ministério do Visconde de Sinimbu (5/01/1878-27/03/1880), constituem assuntos das correspondências de Jean-François Ferdinand Benedetti, dirigidas ao Ministro William Waddington, em Paris.

Benedetti afirma que

no momento de partida do correio, soube que uma revolta eclodiu na cidade, mas que ela foi prontamente reprimida. [...] o governo havia estabelecido um imposto novo a partir desse ano sob os passageiros de bondes [...] foi muito malvisto pela população. Um aumento de 10% que foi declaradamente recusado num meeting.⁵⁵

A violência popular recebe detalhamento acuidoso: “Ontem, a circulação dos bondes foi interrompida, carros foram queimados e animais atingidos. Vários agentes de polícia foram feridos. A tropa foi requerida e autorizada a fazer uso de arma de fogo. Houve uma dezena de mortos. Hoje tudo voltou à ordem.”⁵⁶ O Presidente da Legação aponta para a participação do médico e jornalista republicano José Lopes da Silva Trovão (1848-1925), porém, de um modo tímido, pois se reporta a dias anteriores à revolta urbana:

Alguns dias antes, um grande meeting ocorreu e após um longo discurso do Senhor Lopes Trovão, um dos editores da Gazeta da Noite, foi decidido que uma comissão se dirigiria à casa do imperador. Uma vez seguida pela multidão e tendo chegado diante do palácio, a comissão pediu permissão para que sua majestade a recebesse. Mas ele lhe disse que não poderia recebê-la; o povo se retirou tranquilamente sem que a intervenção da polícia fosse necessária.⁵⁷

⁵² NÔEL, Léon. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Comte de Rémusat (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 15 jan. 1875. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 46, pp. 37-8. (Tradução Nossa).

⁵³ Ibidem, p. 39.

⁵⁴ Ibidem, p. 40.

⁵⁵ BENEDETTI, Jean-François Ferdinand. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: William Waddington (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 02 jan. 1880. 1 Lettre. Tome 48, p. 112. (Tradução Nossa).

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ BENEDETTI, Jean-François Ferdinand. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: William Waddington (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 19 jan. 1880. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 48, p. 143. (Tradução Nossa).

Após o diretor da principal linha de bondes, a de Botafogo, ter decidido pelo pagamento facultativo da parte dos passageiros; após a paralisação completa das linhas de São Cristóvão e de Vila Isabel devido ao quebra-quebra de bondes, seguida pelo incidente na Praça de São Francisco, no qual um piquete de cavalaria foi recebido por uma chuva de projéteis⁵⁸; Benedetti relata a ocorrência de uma reunião de Senadores e Deputados de oposição. Entre os articuladores esteve Saldanha Marinho:

Na reunião eles publicaram um protesto contra o governo. Entre os membros dessa reunião se encontravam os Senadores Octaviano, Silveira da Mota, Nunes Gonçalves e os Deputados Saldanha Marinho, Joaquim Nabuco, Leôncio Carvalho, Costa Azevedo e Batista Pereira. Uma deputação que foi encontrar o Ministro da Guerra [Segundo Marquês de Paranaguá] pediu a demissão do Ministro da Fazenda [Afonso Celso], mas ele recusou e o Ministro da Guerra declarou que se seu colega deixasse o poder, seria seguido por todo o gabinete.⁵⁹

Sobre o clima de opinião criado, num Rio de Janeiro convulsionado pelo aumento de preço da passagem dos bondes, ele julga não haver nada de extremamente grave nos eventos para os quais também não acredita saída milagrosa. A seu ver, o Ministério de Sinimbu teria vida longa, ainda que enfraquecido por conta dos fatos. Apesar disso, havia opiniões divergentes, pois “os pessimistas especulavam se tratar do fim do Ministério e o começo da revolução.”⁶⁰

A despeito dos laços de cordialidade e de amizade estabelecidos, na década de 1870, entre o governo monárquico brasileiro e o regime republicano francês, concordamos ter havido, no Brasil do começo da década seguinte, uma atmosfera político-cultural propícia ao desenvolvimento da retórica revolucionária, atrelada ao Republicanismo. A esse respeito, Maria Tereza Chaves sustenta que a difusão de uma cultura democrática e científica, no final do Império, teria criado uma disposição mental e afetiva favorável à ideia republicana. Em linha de concordância com o que sustentamos no capítulo décimo, nos recorda que o republicano sul-rio-grandense, Francisco Xavier da Cunha (1835-1913), em seus debates pela imprensa contra o conservador *Jornal do Comércio*, já tinha dado um “sinal do futuro” ao termo “República”: “Como evolução ou como revolução”.⁶¹

Independente do caráter oficial assumido, as celebrações anuais e ininterruptas do 14 de Julho republicano, promovidas pelo Consulado, pelas Sociedades e pela Colônia Francesa no Rio, corroboraram para a conformação da retórica republicana revolucionária, a partir de 1880. A respeito, devemos salientar que, desde 1869, a celebração do Centenário da Revolução havia se tornado, em França, obsessão para políticos como Léon Gambetta. Como reflexo,

⁵⁸ BENEDETTI, Jean-François Ferdinand. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: William Waddington (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 19 jan. 1880. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 48, p. 144. (Tradução Nossa).

⁵⁹ Ibidem, p. 146.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Para mais detalhes, ver: MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. *Tempo*. 2009, vol.13, n.26, pp.15-31.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 mar. 2020.

em 1881 foi formado um Comitê encarregado da missão.⁶² Antes ainda, os republicanos conseguiram restabelecer *La Marseillaise* Hino Nacional (14/02/1879) e institucionalizaram as comemorações do 14 de Julho, como Festa Nacional (06/07/1880).⁶³

Posto isso, desde 1880 os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Terceira República receberam correspondências da Legação no Brasil. De ano em ano, regularmente foram comunicados a respeito das comemorações festivas, daquela data, na cidade imperial do Rio de Janeiro.⁶⁴ Dos relatos, destacamos a insistente preocupação dos agentes diplomáticos em informar aos superiores, em Paris, sobre a manutenção da ordem. Quanto à primeira festa celebrada na Corte, o Conde Raphaël ressalta para Charles Freycinet: “a ordem a mais perfeita não cessou de reinar ao longo de toda a duração da festa popular para a qual acorreram mais de três mil.”⁶⁵

A Festa Nacional francesa de 1882, em terras cariocas, foi comparada com a ocorrida em Buenos Aires, em 1881. Segundo o Conde Amelot de Chaillou, a última foi mais numerosa do que a primeira. Porém, “A Festa de 1882 no Rio teve um caráter de ordem e dignidade patriótica que produziu a mais viva impressão tanto nos brasileiros quanto nos estrangeiros.”⁶⁶

As Festas contavam com programação prévia, elaborada pelos responsáveis envolvidos, que estabeleciam a ordem dos eventos dos festejos, como a entrada das Sociedades Francesas, a recepção das autoridades, o desfile das patrulhas, o baile de valsa, os cantos, entre os quais estava a Marselhesa. As ruas comerciais cariocas, habitadas pelos residentes franceses, eram enfeitadas com cores da bandeira tricolor.⁶⁷ Sobre a comemoração em 1883, o Encarregado Henri de Bacoürt diz não exagerar “[...] em estimar de 3500 a 4000 o número de inscritos e convidados para a festa, a qual foi assistida por Ministros, pelos Presidentes das Câmaras”. Compareceram pessoas pertencentes às camadas “mais nobres” do Rio.⁶⁸

A Festa de 1884 teria custado trinta mil francos. A seu respeito, o Conde Amelot carrega na tinta, dizendo para o Ministro Jules Férry que “[...] a cidade do Rio de Janeiro ficou brilhantemente adornada no dia 14, [...] o que lhe deu o aspecto de uma cidade francesa. Cada rua esteve decorada de bandeiras: cada casa, quase toda janela esteve adornada com as cores nacionais.”⁶⁹ Quanto à manutenção da ordem durante a reunião organizada pela Colônia Francesa, na

⁶² NICOLET, Claude. Les origines immédiates : la Révolution Française. In: **L'idée républicaine en France (1789-1924)**..., p. 96. (Tradução Nossa).

⁶³ HOUTE, A-D. Bâtir la République (1878-1885). In: **Le triomphe de la République, 1871-1914**..., p. 70. (Tradução Nossa).

⁶⁴ VULLANTES, Comte Raphaël de. **[Correspondance Politique Brésil]**. Destinataire: Charles de Freycinet (Paris). Rio de Janeiro: Légation de la République Française. 15 de juil. 1880. 1 Lettre. Tome 48, pp. 254-255. (Tradução Nossa).

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Charles Freycinet (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 15 juil. 1882. 1 Lettre. Tome 49, p. 45. (Tradução Nossa).

⁶⁷ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**: Fête Nationale du 14 Juillet/Programme. Destinataire: Charles Freycinet (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 15 juil. 1882. Anexe nº 4. Tome 49, pp. 45-46. (Tradução Nossa).

⁶⁸ DE BACOÛRT, Henri Fourier. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Paul-Armand Challemel-Lacour (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 16 juil. 1883. 1 Lettre. Tome 49, p. 125. (Tradução Nossa).

⁶⁹ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Jules Férry (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 15 juil. 1884. 1 Lettre. Tome 49, p. 259. (Tradução Nossa).

Festa de 1885, ele diz para Charles Freycinet que “Pessoas ligadas à sociedade brasileira também compareceram na reunião que, pelo atrativo da programação e também pela boa ordem, produziu o melhor efeito nessa cidade do Rio de Janeiro.”⁷⁰

Em razão da proximidade do primeiro Centenário de 1789, os franceses residentes na capital brasileira se empenharam, desde 1887, numa coleta de assinaturas destinada à fundação de uma escola francesa na Corte. A Sociedade de Beneficência Francesa contava, na ocasião, com sessenta mil francos, aproximadamente. O Conde Amelot supôs ser uma criação muito simpática à Colônia, com “Intenção de propagar a língua e a influência cultural francesas no exterior.”⁷¹

A preocupação das autoridades de além-mar com a manutenção da ordem, durante as Comemorações do 14 de Julho, evidentemente esteve atrelada ao prestígio do regime republicano face aos olhos das autoridades do Império Brasileiro. O receio de que a festa fosse interpretada como ocasião oportuna para manifestações da oposição republicana, e até mesmo a liberal, contra a Monarquia bragantina, cresceu à medida em que o Centenário da Revolução esteve às portas.

O período posterior às comemorações do 14 de julho do ano de 1887 foi caracterizado por “motins”, em decorrência de manifestações liberais. Em correspondência destinada ao Ministro Émile Flourens, o Conde Amelot informa que

A ordem foi perturbada no Rio nesses últimos dias, seguidos de manifestações liberais. Ela foi restabelecida pela força pública. Sob o pretexto de prorrogar um voto da Câmara, sobre a questão definitiva dos escravos, mas que tinha por real finalidade a queda do Ministério Cotegipe, os liberais organizaram um meeting no Campo de Aclamação. Eles esperavam provocar os soldados nesse local. A intenção era formar uma coluna para dirigir a fala ao Palácio de São Cristóvão, em particular à Princesa Regente. Uma intervenção enérgica da polícia dissipou a concentração e fez abortar a manifestação, mas o carro do Ministro da Guerra foi encontrado pela multidão que o quebrou a pedradas, assim como também os candelabros de iluminação à gás.⁷² Uma nova demonstração à luz de tochas inquietou, no dia seguinte, os bairros comerciais. Foi um protesto contra as medidas repressivas da Polícia, considerada um atentado ao direito de reunião. A manifestação se dispersou espontaneamente sob aviso dos líderes que asseguraram que os Deputados Liberais liderariam a próxima demonstração. Os organizadores do movimento provavelmente lançaram telegramas sobre todos os pontos do Império, anunciando a sublevação da população do Rio de Janeiro e o estabelecimento do estado de sítio, antes que ele tenha sido proclamado. Os correios são dúbios, as patrulhas de cavalaria asseguraram que esses movimentos não ficariam sem resposta.⁷³

⁷⁰ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Charles de Freycinet (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 20 juil. 1885. 1 Lettre. Tome 50, p. 230. (Tradução Nossa).

⁷¹ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Émile Flourens (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 29 mai. 1887. 1 Lettre. Tome 52, pp. 56-57. (Tradução Nossa).

⁷² CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Émile Flourens (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 13 août. 1887. 1 Lettre. Tome 52, p. 104. (Tradução Nossa).

⁷³ *Ibidem*, p. 105.

A Festa Nacional de 14 de Julho de 1888 foi celebrada “como solenidade costumeira”. Porém, inegavelmente havia algo de específico naquele agitado ano de Abolição da Escravatura. A atmosfera de luta intensa por liberdade no país estava apenas a pouco mais de um ano do simbólico Centenário da Queda da Bastilha. A Festa foi planejada pela Colônia francesa, já ocupada com a emblemática celebração do ano seguinte.⁷⁴

O Comitê organizador da Festa do 14 de Julho de 1889 declinou de um convite proposto pelo Jockey Clube do Rio, o qual desejou fixar na ocasião a data do *Grand Prix* da cidade. O Comitê pensou na possibilidade de deputações de estudantes e das escolas do governo, ao virem aparentemente no intuito de saudar a França e a República, colocarem em prática o verdadeiro objetivo de gritar “Abaixo a Monarquia. Viva a República federal brasileira.”⁷⁵

O desejo era o de evitar oportunidade para manifestações de republicanos brasileiros contra o governo imperial: “a ideia de um grande banquete, do qual não pudésemos eliminar da imprensa brasileira, certas personalidades ruidosas [provável referência a radicais, como Silva Jardim], cujos discursos deveriam ser pronunciados contra a forma de governo estabelecida, foi abandonada.”⁷⁶

Na perspectiva de impedir a presença de manifestações hostis ao regime de D. Pedro II, o Conde Amelot diz contar com “o bom senso e o tato da colônia francesa e de seu digno Comitê, composto dos mais honoráveis negociantes, para não admitir nenhuma manifestação pública de natureza a comprometê-los face a face com o governo imperial.”⁷⁷

A Festa Nacional de 1889 “foi solenemente celebrada com as reservas impostas pela situação política”. Segundo o que o Conde informa ao Ministro Eugène Spuller, às vésperas do grande dia “Do lado brasileiro, desordens nas ruas do Rio, alguns feridos. No dia 15, na saída do teatro [Sant’Ana], disparos de revólver por um homem [de nacionalidade portuguesa] contra o carro do Imperador. Supõe-se que o mentor sofra de alienação mental.”⁷⁸ Houve indícios de que republicanos estavam envolvidos no ataque: “Um grito de ‘Viva a República’ se fez escutar e a polícia vasculhou as ruas; mas sua Majestade chamou o Delegado e lhe disse ‘deixe as pessoas tranquilas, gosto não se discute.’”⁷⁹

⁷⁴ CHAILLOU, Amelot de. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Émile Flourens (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 13 août. 1888. 1 Lettre. Tome 52, p. 283. (Tradução Nossa).

⁷⁵ CHAILLOU, Amelot de. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Petrópolis: Légation de France au Brésil. 10 juil. 1889. 1 Lettre. Tome 53, pp. 117-118. (Tradução Nossa).

⁷⁶ Ibidem, pp. 118-119.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem, p. 123.

⁷⁹ CHAILLOU, Amelot de. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Petrópolis: Légation de France au Brésil. 27 juil. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 125. (Tradução Nossa). O autor do único atentado sofrido pelo Imperador, durante o longo reinado, foi Adrião Vale, um desempregado português. Confessou ter sido influenciado pela propaganda republicana na tentativa de assassinato (BOEHRER, G. *Da Monarquia à República...*, p. 246).

Prontamente, uma multidão de apoiadores teria cercado o carro da família imperial. A quinhentos metros do Teatro, em que estava o carro com o Imperador, a Princesa Isabel, o Príncipe de Saxe-Cobourgo Gota e seu filho, “uma detonação seca, como um golpe de chicote, se fez ouvir.”⁸⁰

Diante dos fatos, conversas entre os membros das Sociedades e da Colônia francesa foram estabelecidas, a fim de conciliar desejos dos compatriotas residentes com requisitos da Legação e com recomendações do governo imperial. Ficou decidido que o evento ocorreria na “mais bela sala do Rio”, reservada apenas a cidadãos franceses. A Legação, os Consulados do Rio, Bahia, Pernambuco e Santos adornaram seus pavilhões. Se do lado francês “não houve perturbações um instante e nenhuma corporação ou deputação brasileira foi admitida”, por outro lado, nas ruas cariocas, partidários anônimos da República estavam dispostos a saudá-la no Centenário da Revolução: “Uma colônia de alguns estudantes se apresentaram às portas do consulado da França e saudaram a bandeira com o grito de ‘Abaixo a Monarquia. Viva a França! Viva a República!’”⁸¹

Na correspondência em que narra o acontecimento, o Conde Amelot procura isentar a participação francesa no ocorrido, alegando que “O Consulado esteve fechado como a cada domingo. A Legação estava aberta”. Os eventos não pararam por aí porque “Um tumulto se produziu em seguida a uma segunda colônia gritando: ‘Viva a Monarquia’: a refrega foi geral com tiros e facadas, deixando uma vintena de feridos sobre a calçada; um desses recebeu uma bala na planta do pé direito.”⁸²

O Presidente da Legação conceitua os movimentos como “sem gravidade”. Os desvincula de qualquer associação com o atentado contra o Imperador e diz que não houve necessidade do emprego da força para dissipá-lo.⁸³ Acerca do assunto, Eugène Spuller respondeu ao Conde Amelot de Chaillou em setembro de 1889. O Ministro classificou de “lamentáveis incidentes” os ocorridos na ocasião das celebrações da Festa Nacional. Parabenizou os esforços da Legação a fim de evitar que tais manifestações comprometessem a honra da República aos olhos do Imperador. Ainda chamou de “deplorável” o atentado praticado por “alguns descontentes” contra o monarca.⁸⁴

Quando contemplamos a vida e, principalmente, a obra legada por Lopes Trovão e Silva Jardim, constatamos que o modelo de ação política dos propagandistas radicais da República, no Brasil, foi o modelo popular inspirado por 1789. Em outras palavras, nos referimos precisamente ao hábito de discussão dos assuntos em praça pública, na rua, no teatro e na tribuna da imprensa periódica. A contar com a possibilidade de lançar mão do recurso à mobilização popular.⁸⁵

⁸⁰ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Petrópolis: Légation de France au Brésil. 27 juil. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 125. (Tradução Nossa).

⁸¹ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Petrópolis: Légation de France au Brésil. 29 juil. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 127. (Tradução Nossa).

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ SPULLER, Eugène. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Conde Amelot de Chaillou (Rio de Janeiro). Paris: Ministère des Affaires Étrangères. 09 set. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 134. (Tradução Nossa).

⁸⁵ A tal respeito, ver: CARVALHO, J. M. **A Formação das Almas...**, pp. 10-15.

Se a participação de Lopes Trovão não passou despercebida aos olhos da Legação Francesa, durante a Revolta popular do Vintém, no começo de 1880, menos ainda ocorreu em relação ao ativismo radical de Silva Jardim. Sob o rótulo de “desordem”, o Conde Amelot de Chaillou, em Petrópolis, escreveu para seu superior em Paris, o Ministro René Goblet. Lhe inteirou acerca do ataque da Guarda Negra contra os republicanos, reunidos em conferência no prédio da Sociedade Francesa de Ginástica⁸⁶:

Em 30 de dezembro [de 1888], o Sr. “Silveira” [erro de grafia aspeado por nós] Jardim, Deputado, realizou uma conferência republicana no local da sociedade de Ginástica Francesa alugada para esse fim, sob valor de 65 francos. Grupos monarquistas, os quais para a polícia podem não ter sido composto totalmente de estrangeiros, resolveram invadir a sala cuja porta foi barricada. Durante uma hora, atiraram com revólver contra as janelas e o material do Clube despedaçado, serviu de projéteis aos sitiados.⁸⁷

A polícia chegou para recolher oito (8) mortos, uma trintena de feridos, e a tempo para proteger a saída dos republicanos. Patrulhas de cavalaria asseguraram a manutenção da ordem pública que não foi novamente perturbada.⁸⁸

Pelo que consta, o Imperador teria demonstrado “vivo” descontentamento durante uma reunião do Conselho de Ministros. A João Alfredo, Presidente do órgão assessor, teria dito:

‘isso não vai bem; vocês conhecem bem minhas ideias: a liberdade para todos e o direito para cada um exprimir sua opinião. Eu não quero mais essas coisas. Jamais em 44 anos que (eu governo) isso me aconteceu; eu não quero mais sangue derramado, o povo é bom e fácil, jamais ele me escapou; fazem como eu...

... Senhores, o governo tem minha confiança e sabe o que deve ser feito.’⁸⁹

A sala em que a Sociedade funcionava foi alugada sob a autorização do Presidente responsável, Charles Lamothe. Um estandarte da República Francesa e a mobília foram destruídos durante a luta. O Conde Amelot aconselhou Lamothe a reclamar, junto ao governo imperial e à Justiça, a reparação dos danos avaliados em dez mil francos.⁹⁰

Num momento em que o movimento federalista avançava pelas Províncias, o Presidente da Legação Francesa soube, através do Conselho de Ministros, que a Princesa Imperial, acompanhada do Príncipe-Consorte, faria viagem de três meses ao Norte do Império, particularmente à Bahia, Pernambuco e às Províncias amazônicas. Mas a Princesa

⁸⁶ Sociedade criada em 12 de agosto de 1863 e inaugurada definitivamente apenas em 13 de fevereiro de 1874, na altura da rua Travessa da Barreira, n. 9. Voltada para as práticas corporais e para o divertimento da população fluminense, por meio da realização de bailes, festas e eventos. Para maiores detalhes, ver: ROMÃO, Anna Luiza Ferreira. **Entre escolas, clubes e sociedades: as Ginásticas tecidas por professores no Rio de Janeiro (1850-1900)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, pp. 52-58.

⁸⁷ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: René Goblet (Paris). Petrópolis: Légation de France au Brésil. 09 jan. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 10. (Tradução Nossa).

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem, p. 11.

⁹⁰ Ibidem, p. 12

havia declinado da decisão, deixando a tarefa aos cuidados do marido, o Conde d' Eu, e de um ajudante de campo. Na opinião do representante francês:

O sr. Silva Jardim, chefe do Partido Republicano, faltou com prudência ao embarcar no mesmo barco. Ele havia anunciado adotar o mesmo itinerário que o sr. Conde d' Eu, que lhe precederia e faria conferências, preparando assim uma má acolhida da parte da população. Eu creio que o Príncipe não foi agradavelmente surpreendido pelo embarque um pouco turbulento da companhia imprevista e das aclamações de amigos dessa. A polícia não soube, não previu e nem impediu. Mas na Bahia, desde a primeira escala, houve uma ovação com a qual não contava o Sr. Jardim, ele não teve mais do que o tempo de se retirar por conta das ameaças da população. Ele procurou refúgio em uma casa particular.⁹¹

Amelot de Chaillou qualifica o republicano radical fluminense de “líder da extrema esquerda”. Acredita que a sorte poderia sorrir para ele nas “Províncias Amazônicas”, pois pareciam aspirantes de autonomia e independência.⁹² Por meio de telegramas, emitidos de Pernambuco, comunicou ao Ministro Spuller “a excelente recepção feita ao Príncipe-Consorte pela população”. Contudo, “Parece que o Sr. Jardim renunciará de seguir sua viagem de propaganda”.⁹³

Nos meses precedentes ao “15 de Novembro”, percebemos que as autoridades republicanas da França estiveram bem-informadas acerca da situação e dos planos do *Partido Republicano* na Corte do Rio de Janeiro. Jean-Camille Blondel se tornou novo Presidente da Legação e as eleições gerais, ocorridas em 31 de agosto, haviam dado maioria considerável aos candidatos liberais.⁹⁴

Embora o gabinete recém-empossado do Visconde de Ouro Preto tivesse desenvolvido atividades com o propósito de retirar o “torpor do comércio das cidades” e estimular fazendeiros cujas fortunas foram gravemente afetadas pela Lei do 13 de Maio de 1888, um número considerável de fazendeiros deu votos a candidatos republicanos, em expressão de descontentamento. Blondel se inteirou do fato. Ainda que descontentes e até predispostos a agradarem a oposição, os proprietários não corresponderam às esperanças dos adversários do Gabinete de 7 de junho.⁹⁵ Na ocasião, o Partido composto pelos adversários do regime estava à espera de uma oportunidade para tomar o poder:

[...] apesar do apoio de alguns conservadores, podemos dizer que é aquele que mais saiu ferido da luta. Os personagens que são conhecidos por quererem mudar a forma de governo e que não se desesperam, a favor de um evento com o qual contar, de verem suas esperanças se realizarem, fazem de tudo para fazer penetrar nas massas a ideia nova.⁹⁶

⁹¹ CHAILLOU, Amelot de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Petrópolis: Légation de France au Brésil. 16 juil. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 107. (Tradução Nossa).

⁹² *Ibidem*, pp. 108-109.

⁹³ *Ibidem*, p. 110. A decisão de retomar ao Rio, ao invés de seguir viagem rumo à Província do Ceará, se tratou de acertada estratégia de Silva Jardim, após o momentâneo sucesso obtido pela propaganda face a uma ameaça de reação monarquista, contrária à realização de um comício em praça pública no Recife. Para maiores detalhes, ver: FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanistas, 2008, pp. 137-140.

⁹⁴ BLONDEL, Jean Camille. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 11 sep. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 136. (Tradução Nossa).

⁹⁵ *Ibidem*, p.137.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 138.

Se os personagens citados eram os republicanos, a oportunidade consistia na Revolução. Ao menos é o que nos transparece explícito na correspondência em que Blondel confirma, para o Ministro Spuller, o fortalecimento da oposição republicana contra o governo de D. Pedro II. Os republicanos brasileiros se movimentavam para angariar apoio no exterior, com o propósito de instaurarem a República no Brasil, por meio de uma Revolução:

Os principais personagens que tem objetivo substituir a monarquia sentiram que um apoio, pelo menos moral, lhe era necessário vindo de fora, e, na esperança de que uma pressão estrangeira lhes fosse útil, **procuraram para o interesse de sua causa os governos Republicanos da América. Dois emissários foram enviados a Buenos Aires, a Montevideu e a Washington, a fim começar, na imprensa desses países, uma campanha em favor da Revolução que eles meditam** (grifo nosso). Um deles, Sr. Marcondes foi encarregado de ir à França para agir da mesma forma na imprensa francesa.⁹⁷

Blondel diz que pôde seguir os traços do plano adotado em algumas declarações dos Ministros da República Argentina, em Washington e no Rio de Janeiro: “os Srs. Quesada e Moreno não me esconderam que seria desejável, num futuro próximo, uma união aduaneira geral reunir todos os Estados da América do Norte e do Sul e que o estabelecimento da república no Brasil seria de natureza a facilitar essa união.”⁹⁸

Ao buscarem apoio na sociedade francesa, para atingirem o projeto de poder, por meio da Revolução, os republicanos brasileiros não poderiam comprometer os interesses da França. A esse respeito, o Presidente da Legação procurou advertir o governo de Paris:

Eu não estou muito tempo nesse país para perceber que vantagens cada um encontraria em semelhante aliança, mas eu creio dever assinalar à Vossa Excelência essa tendência quer uma união que pode representar para nosso comércio sérios riscos que **não devemos contribuir para apressar a explosão** (grifo nosso); talvez podemos nós, por qualquer tratado, nos prevenir contra **esse tipo de extensão da Doutrina Monroe** (grifo nosso). Vossa excelência encontrará sem dúvida a esse respeito, ferramenta para não encorajar ou pelo menos monitorar as tentativas das quais foi encarregado o Sr. Marcondes para fazer face à imprensa francesa.⁹⁹

Em suma, é possível afirmar, por meio da fala de Blondel, que os agentes da República no Brasil, ao planejarem a tomada de poder por meio da Revolução, não dispensaram recorrer à intervenção da imprensa e de governos republicanos das Américas e da Europa. Para isso, tentaram atrelar seus propósitos a anseios por uma provável liga aduaneira nas Américas. Ideia que para o Presidente da Legação Francesa significaria, na prática, a extensão da política estadunidense do Presidente James Monroe (1817-1825). Expressa no lema “A América para os americanos”:

Além disso, eu tenho motivos para pensar que são feitos, pelos republicanos brasileiros, esforços cujo sucesso parecem contar com Washington, a fim de obter do governo dos Estados Unidos, a **promessa de um apoio material, no caso de uma Revolução vier a estourar no Brasil** ou em

⁹⁷ BLONDEL, Jean Camille. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 11 sep. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 139. (Tradução Nossa).

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Ibidem, p. 140.

caso de uma potência estrangeira vier intervir para proteger os direitos europeus de comércio tão numerosos nesse país (grifo nosso).¹⁰⁰

No transcurso de 1889, o governo francês teve motivos aparentemente concretos para manter cautela. Em julho, Robert Adams Junior (1849-1906) havia se tornado Ministro dos Estados Unidos no Brasil. Em setembro, quando Blondel alertou Paris sobre um provável envolvimento de Washington, o diplomata estadunidense teria recebido pedido de “apoio moral e material”, em caso de “tentativa de revolução para derrubar o governo imperial”. Consta-se que o solicitado teria sido recebido com “simpatia”. O entusiasmo manifesto diante do “15 de Novembro” posteriormente nos revela o pronto interesse dos Estados Unidos no curso do processo. Na ocasião, Robert Adams teria conceituado: “revolução sem derramamento de sangue e continuidade dos negócios ‘o evento mais marcante registrado na história’”.¹⁰¹

Blondel ainda em setembro considerou o representante francês em Washington em melhor condição para informar o Ministro Spuller sobre a acolhida dos emissários enviados, aos Estados Unidos, pelos republicanos brasileiros. Termina a carta sob a promessa de manter seu superior atualizado acerca do “progresso que as ideias novas farão no Brasil.”¹⁰²

A seguir, em seção particular, tratamos dos “ecos” da Proclamação da República brasileira na França de Sadi Carnot, quinto Presidente da Terceira República, de dezembro de 1887 a junho de 1894.

4.2 “ECOS” DA REPÚBLICA BRASILEIRA NA FRANÇA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE 1789

Em junho de 1888, quando o quinto Presidente da Terceira República e sua esposa visitaram o convalescente D. Pedro II, no *Hotel Splendide* de Aix-Les-Bains, Sadi Carnot provavelmente não imaginou o que o destino reservava ao monarca brasileiro, no seguinte ano.¹⁰³

A partir das três horas da manhã primaveril de 15 de Novembro de 1889, da cidade imperial do Rio de Janeiro, telegramas privados foram remetidos curiosamente ao *Ministère des Finances*, em Paris. Informam as autoridades superiores da França sobre a “proclamação” da República no Brasil, tal como segue transcrito:

Rio, 15 9bro 1889 3h 25 min. du M.

¹⁰⁰ BLONDEL, Jean Camille. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 11 sep. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 140. (Tradução Nossa).

¹⁰¹ A respeito, consultar: ALONSO, Ângela. A instauração da República no Brasil segundo seus personagens. *Serrote*, v. 03, p. 11, 2009.

¹⁰² BLONDEL, Jean Camille. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 11 sep. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 140. (Tradução Nossa).

¹⁰³ A visita foi graficamente representada pelo hebdomadário *Le Monde Illustré*. A respeito, ver: PARYS, M. Visite du Président Carnot à l'Empereur du Brésil. *Le Monde Illustré*: journal hebdomadaire, 32^o Anée, n^o 1.635, 28 juil. 1888, p. 55.

Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k63752715/f7.item>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Para mais detalhes acerca da última viagem do Imperador à Europa, a fim de tratar da saúde por conta do agravamento do diabetes, conferir: REZZUTTI, Paulo. O Imperador e o Mundo (1865-1889). In: *Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: LeYa, 2019, III parte.

Sociedade anônima de Trabalhos e empresas no Brasil.
18 rua de Maubeuge
Paris.
Exército, Marinha proclamaram república.¹⁰⁴

Num telegrama do dia 16, os acontecimentos passam a ser designados pelo termo “Revolução”: “Telegrama. Rio de Janeiro anuncia revolução estoura Brasil proclamou República. Exército apoia movimento. Ministério demitido. Governo provisório estabelecido tendo por chefe Fonseca Marechal e Benjamin Constant.”¹⁰⁵ Num outro, do mesmo dia, expedido de Paris duas horas e cinquenta minutos antes, o Ministro Eugène Spuller, ao enviá-lo a Blondel, designa de “movimento revolucionário” os últimos acontecimentos ocorridos no centro do Império brasileiro:

Diversos telegramas privados anunciando um movimento revolucionário, apoiado pelo Exército, a Marinha, que tinha por objetivo derrubar o Império e proclamar a República, até agora sem nenhuma confirmação oficial. Queira urgentemente me informar do que se trata, com todos os detalhes interessantes, o caráter preciso deste evento, o destino do Imperador e da família e o provável resultado; com base nas informações que você tem coletado.¹⁰⁶

O impacto da derrubada da única Monarquia em terras americanas repercutiu na Bolsa de Valores de Paris. O Banco do Brasil teve ações desvalorizadas: “Corre o barulho na bolsa de que a república foi proclamada no Brasil. Essa notícia fez baixar as ações do Banco do Brasil para 50 francos e as do Banco de Paris para 25 depois 40.”¹⁰⁷ A confirmação de que o Governo Provisório da República manteria e firmaria todos os contratos, anteriormente estabelecidos, não se fez demorar a chegar à instituição bancária parisiense: “Novo governo declarou por proclamação, e Ministro das Finanças a visitar nosso banco retificou pessoalmente que todos os contratos feitos pelo antigo governo serão respeitados, executados pelo atual. Todas as repartições públicas funcionando. Ordem perfeita.”¹⁰⁸

Na condição de acompanhante do marido, Diogo Velho – comissário do Brasil junto à Exposição Universal de Paris –, a Viscondessa de Cavalcanti informou o Ministro brasileiro, em Madrid, sobre os eventos ocorridos na capital do Império, denominando-os também de “Revolução”; de “ditadores”, o Marechal Deodoro e o Almirante Eduardo

¹⁰⁴ [CORRESPONDANCE Politiques Brésil]. Destinataire: Societé Anonyme de Travaux au Brésil (18 rue Maubeuge, Paris). Rio de Janeiro. 15 nov. 1889. 3h 25 min. du M. 1 Télégramme. Tome 53, p. 165. (Tradução Nossa).

¹⁰⁵ BELL. [Correspondance Politique Brésil]. Destinataire: Brombéis Naple. Paris: Ministère des Finances. 16 nov. 1889. 4h. 10 min. du Matin. 1 Télégramme. Tome 53, p. 167. (Tradução Nossa).

¹⁰⁶ SPULLER, Eugène. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Jean Camille Blondel (Rio de Janeiro). Paris: Ministère des Affaires Étrangères. 16 nov. 1889. 2h 50 min. du Matin. 1 Télégramme. Tome 53, p. 166. (Tradução Nossa).

¹⁰⁷ [CORRESPONDANCE Politiques Brésil]. Paris: Ministère des Finances. 16 nov. 1889. 2h. 15 min du soir. 1 Télégramme. Tome 53, p. 169. (Tradução Nossa).

¹⁰⁸ BRAZINATIO. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Banco de Paris. Rio de Janeiro. 16 nov. 1889. 4h 5min. 1 Télégramme. Tome 53, p. 170. (Tradução Nossa).

Wandenkolk: “Revolução Rio [ininteligível]. República proclamada. Heleodoro [nome Deodoro grafado errado] e Wandenkolk ditadores. Amélia-Viscondessa de Cavalcanti 56 rua Monceau.”¹⁰⁹

Enviado à França, o primeiro telegrama oficial do novo regime aparece assinado por Rui Barbosa. Esse foi nomeado Ministro das Finanças do Governo Provisório da República. Em francês, descreveu para o Ministro representante dos Negócios do Brasil, em Paris, o seguinte:

O Governo se constitui em República dos Estados Unidos do Brasil. Monarquia deposta. Família Imperial deixou o país. Províncias aderem. Tranquilidade e satisfação gerais. Poder executivo confiado ao governo provisório cujo chefe é Marechal Deodoro, comigo como Ministro das Finanças. República respeitará rigorosamente todos os compromissos, contratos e obrigações do Estado.

Rui Barbosa, Ministro Finanças.¹¹⁰

A respeito da primeira correspondência oficial escrita e enviada a Paris, pelo próprio Presidente da Legação Francesa, encontra-se datada em 16 de novembro de 1889, às 9h. e 50 min. da manhã. Os eventos constituintes do Advento da República nessas terras americanas estão descritos em carta, por Jean Camille Blondel, nos seguintes termos:

A revolução estourou ontem após dois batalhões de infantaria se colocarem em desobediência. A república foi proclamada. Um governo provisório sob a presidência do Marechal Deodoro da Fonseca foi constituído. Todos os poderes públicos estão nas mãos de novos ministros; os antigos estão presos; o Imperador e a família imperial estão mantidos no Palácio, onde ninguém é autorizado a entrar. Um comunicado foi dirigido ao povo nessa manhã pelo Governo Provisório. A calma é completa no Rio. O comércio não foi interrompido. As notícias das províncias são, segundo os jornais, favoráveis ao movimento. Ao imperador foi dado quinze dias para deixar o Brasil.

Eu fico aguardando e Vossa excelência pode contar com minha prudência.

Ministro.¹¹¹

Num telegrama, aparentemente enviado à Rainha da Inglaterra, escrito em francês por quem assina “Nemmurs”, o Imperador e a família imperial são designados “prisioneiros”; os responsáveis pelo movimento que depôs o Trono, de “insurgentes”:

Imperador e a família feitos prisioneiros pelos insurgentes embarcaram para a Europa.

Tais são as últimas notícias recebidas de hoje.

Bem triste e tocado por sua simpatia.

¹⁰⁹ CAVALCANTI, Amélie - Vicomtesse de. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Ministro do Brasil (Madrid). Paris. 16 nov. 1889. 5 h 50 min. du soir. 1 Télégramme. Tome 53, p. 171. (Tradução Nossa).

¹¹⁰ BARBOSA, Rui. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Ministre du Brésil (Paris). Rio de Janeiro: 16 nov. 1889. 7h 40min du soir. Télégramme. Tome 53, p. 172. (Tradução Nossa).

¹¹¹ BLONDEL, Jean Camille. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 16 nov. 1889. 9h 50min. du matin. 1 Lettre. Tome 53, p. 173. (Tradução Nossa).

Nemuurs.¹¹²

Blondel informa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Paris que: “O imperador D. Pedro partiu esta noite embarcado num navio comercial brasileiro. Toda a família imperial o acompanha. Tudo está calmo. Blondel.”¹¹³ Nas correspondências remetidas à capital francesa, é recorrente a perspectiva de frisar a manutenção da ordem e o clima de tranquilidade pública, em que ocorria o processo de instauração do regime republicano no centro do Império. No telegrama de 18 de novembro, escrito por Rui Barbosa e enviado ao Ministério das Finanças da França, lê-se:

República dos Estados Unidos do Brasil está constituída. País inteiro adere; **organização das províncias prossegue sem efusão de sangue** (grifo nosso). Imperador com a família partiu ontem para a Europa sem o mínimo protesto nem dificuldade. Governo provisório lhe atribui uma soma de cinco mil centos de reis (14.150.000 francos) para cobrir despesas de estabelecimento, lhe garante continuação do serviço da lista civil. Programa do Governo de manter religiosamente o crédito público, respeitar todos contratos e compromissos do Estado. Governo composto de: Deodoro da Fonseca Presidente; Dr. Aristides Lobo Interior; Dr. Rui Barbosa nas Finanças; Dr. Campos Sales na Justiça; Engenheiro Demétrio Ribeiro na Agricultura; Coronel Benjamin Constant na Guerra; Chefe de Divisão Wandenkolk na Marinha. Quintino Bocaiúva no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Governo provisório conta com o concurso ativo de vosso patriotismo, de vossa experiência e de vosso crédito na Europa.

Rui Barbosa.¹¹⁴

No telegrama a seguir, é a vez de Blondel retificar a seu superior em Paris o estado de “tranquilidade” no qual ocorreu a aceitação do regime republicano, pelas Províncias do Império:

Os telegramas da província publicam que tudo está tranquilo e que o fato consumado é aceito sem protesto. O governo provisório declara que respeitará todos os compromissos firmados pelo Império.... Ele vai convocar uma constituinte e dissolver a Câmara, O Senado e o Conselho de Estado. A ordem me parece assegurada até o momento, nem competições pessoais se manifestam.¹¹⁵

Sob o título “Révolution du Brésil”, num escrito de nove páginas, frente e verso, descreve para Eugène Spuller, com maior riqueza de detalhes, os fatos ocorridos no país, desde o dia 15 de novembro de 1889. O Presidente da Legação denomina o movimento de “Revolução Militar” e explica razões pelas quais a Monarquia foi derrubada e substituída por um governo provisório republicano. Na fala, destacamos a surpresa do observador diante da celeridade e do sucesso inicial do movimento de mudança de governo:

¹¹² NEMMURS. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: The Majesty The Queen. Paris: Balmoral Castle. 17 nov. 1889. 4h 15min. 1 Télégramme. Tome 53, p. 174. (Tradução Nossa).

¹¹³ BLONDEL, Jean Camille. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 17 nov. 1889. 7h 20min. du matin. 1 Lettre. Tome 53, p. 175. (Tradução Nossa).

¹¹⁴ BARBOSA, Rui. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: A. Bapas de Tenedo (Paris). Rio de Janeiro. 18 nov. 2h 10 min du soir. 1. Lettre. Tome 53, pp. 176-177. (Tradução Nossa).

¹¹⁵ BLONDEL, Jean Camille. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro. 18 nov. 1889. 1. Lettre. Tome 53, p. 181. (Tradução Nossa).

A revolução militar que tão bruscamente derrubou a monarquia brasileira surpreendeu pela rapidez de seu curso e seus resultados saíram tal como o movimento lhes projetou.

Diversas causas tomaram difíceis nas últimas semanas as relações entre o elemento militar e o Ministério, mas a animosidade manifestada nos centros do Exército e da Marinha não alcançava a pessoa do Imperador. Visavam apenas os Ministros.¹¹⁶

De qualquer parte, inclusive entre as mais próximas do monarca, ressalta a ausência de resistência sob a qual iniciou o processo de Banimento de D. Pedro II e da família imperial. Permaneceu resignada grande parcela do povo, “cada um tocado pelo destino verdadeiramente digno de piedade de um soberano que tanto fez pelo seu país”. Nessa altura do relato, o leitor se dá conta da posição tomada por Blondel face aos fatos. Se na França a República levou um século para se tornar fato consumado, no Brasil foi proclamada com relativa facilidade, em horas, e consumada em poucos dias:

Dois mil homens, comandados por um soldado revoltado foi suficiente para operar uma revolução que não estava planejada, pelo menos no momento; minhas informações particulares me permitem afirmar que os vitoriosos, eles mesmos, não previam, no começo do movimento, as consequências radicais que lhes deveria trazer o sucesso tão fácil e sem nenhum protesto imediato. A surpresa era grande.¹¹⁷

A tomada de ação dos republicanos é descrita em termos oportunistas, na acepção mais restrita da ciência política. Eles teriam aguardado as condições sociológicas mais oportunas para intervirem no cenário político, de modo a favorecerem a substituição do regime:

No Partido Republicano tudo estava preparado tendo em vista um futuro que todos pensavam bem remoto; a morte do Imperador devia ser o sinal da Revolução; os eventos abruptamente mudaram a situação; a indolência do povo, a falta de direção no poder, deixaram o campo livre àqueles que queriam apenas substituir o Ministério. **Os republicanos rápida e habilmente se aproveitaram da ocasião e decididamente executaram um plano elaborado para toda eventualidade** (grifo nosso).

Engajados nessa via, eles não podiam logicamente mais recuar e eles terminaram, sem hesitação, a obra começada, de alguma forma por acaso.

Eles rapidamente resumiram os eventos que viram acontecer e que em dois dias, transformaram a organização política do Brasil.¹¹⁸

Interessado em saber das consequências – das vantagens – do novo estado de coisas para o Brasil, Blondel sustenta que a queda do regime imperial foi considerada como “revanche” da parte dos grandes proprietários, que

¹¹⁶ BLONDEL, Jean Camille. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro. 18 nov. 1889. 1. Lettre. Tome 53, p. 182. (Tradução Nossa).

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem, p. 187.

haviam se tornado hostis ao Império, por conta da Abolição da escravidão. Tinha para si que dificuldades aos homens do novo regime não tardariam a aparecer.¹¹⁹ Realça a impressão lhe causada pelos eventos:

De minha parte, [...] eu fui surpreendido com a calma com a qual a maioria do povo aceitou o movimento. [...] faz apenas 24 horas que o soberano deixou o Brasil e dificilmente todos se lembram dele. A transformação aconteceu sem ferocidade e os jomais do Rio são unânimes em aplaudir o sucesso. [...] Um período de agitação sucederá fatalmente a calma aparente que reina hoje.¹²⁰

Na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório republicano, Quintino Bocaiúva enviou a Eugène Spuller uma circular tratando da deposição do Imperante, da supressão da Monarquia, da Proclamação da República, da formação de um Governo Provisório republicano e da função desse. A manutenção de contratos anteriormente firmados é reiterada. Igualmente, o desejo de que França e Brasil mantenham as relações de amizades existentes.¹²¹

Num telegrama anônimo, datado de 20 de novembro, temos conhecimento de que autoridades da Terceira República Francesa sabiam da existência de projetos revolucionários no Brasil. Nada de surpreendente, pois correspondências anteriores nos demonstram isso. A novidade está na afirmação, sem muitos detalhes, de que o governo francês os teria favorecido. Pelo o que consta, a República Francesa esperava a ocorrência de semelhante evento na Espanha.

Se diz [que o] governo francês conhecia desde muito tempo projetos revolucionários [para o] Brasil que ele teria favorecido. Agora ele procuraria estendê-lo à Espanha. Tal será objetivo [da] viagem [de] Castelar.

Alt.

32 Place St. Georges.¹²²

4.3 POSSIBILIDADES ENSEJADAS PELA “CURIOSA REVOLUÇÃO” NO BRASIL

Até aqui, não nos ativemos ao debate acerca da natureza do Advento da República no Brasil. Se teria sido uma “Revolução” ou um “Golpe Militar”, com apoio de grupos específicos da sociedade civil.¹²³ Acreditamos que ambas as dimensões são interpretações construídas sobre o fato e devem ser consideradas. Nossa intenção foi a de observar a

¹¹⁹ BLONDEL, Jean Camille. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro. 18 nov. 1889. 1. Lettre. Tome 53, p. 188. (Tradução Nossa).

¹²⁰ BLONDEL, Jean Camille. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro. 18 nov. 1889. 1. Lettre. Tome 53, pp. 189, 190. (Tradução Nossa).

¹²¹ BOCAIÚVA, Quintino. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: A. Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro. 19 nov. 1889. 1. Circulaire. Tome 53, p. 213. (Tradução Nossa).

¹²² **[CORRESPONDANCE Politiques Brésil]**. Destinataire: Courrière Naples. Rio de Janeiro. 20 nov. 1889. 9h. 16 min. du soir. 1. Télégramme. Tome 53, p. 218. (Tradução Nossa).

¹²³ Para um exercício de reconstrução da história semântica do conceito de “Golpe de Estado”, do século XVI ao XXI, apoiado em reflexões sobre experiências recentes, particularmente as do Brasil, indicamos: BIGNOTTO, Newton. **Golpe de Estado: história de uma ideia**. RJ: Bazar do Tempo, 2021. 384 p.

repercussão do “15 de Novembro” em França, numa perspectiva geopolítica anti-hegemônica. Na imprensa, o fenômeno foi filtrado por folhas de tendência conservadora, republicana e monarquista, como *Le Temps* e *Le Gaulois*, respectivamente.¹²⁴

De tal modo, reabilita-se observações extraídas das correspondências diplomáticas, entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Eugène Spuller, e os respectivos Encarregados da Legação no Rio de Janeiro, o Conde Amelot de Chaillou e Jean Camille Blondel, no calor dos acontecimentos.

A Proclamação da República no Brasil foi tratada com surpresa pela opinião francesa. O emprego designativo do termo “Revolução” gerou estranhamento devido à “calma” e à “tranquilidade” com que os eventos foram processados. Afinal, podia-se coerentemente perguntar: como em pleno centenário da “imortal” Revolução, que derrubou o Antigo Regime e substituiu a Monarquia pela República em França; sob penosos sacrifícios arrastados por um século; um país de dimensões continentais como o Brasil havia realizado feito análogo para resolver a questão da forma de governo? Porém, sem derramamento de sangue? Num espaço de tempo substancialmente curto, de horas?¹²⁵

Inicialmente, a “curiosa Revolução” despertou duas preocupações, quanto ao tipo de República a ser adotado e ao modo pelo qual seria o movimento recebido pelos habitantes das variadas Províncias do Brasil. Numa época marcada pela corrida neocolonial imperialista, entre as grandes potências mundiais, a especulação sobre a possibilidade de Washington ter contribuído para o movimento promoveu apreensão na sociedade francesa. Na medida em que Paris buscava assegurar disputada influência no ultramar.¹²⁶ O receio da formação de uma República permeável aos interesses estadunidenses e, por extensão, a criação de uma liga econômica nas Américas, sob liderança própria dos Estados Unidos¹²⁷, causou apreensão nas potências europeias. Principalmente em decorrência da garantia dos negócios e finanças ligados ao Brasil.¹²⁸

Desse modo, justifica-se certa relutância inicial dos meios políticos franceses em reconhecerem oficialmente de imediato as relações com o novo regime brasileiro. O “15 de Novembro” na França provocou hesitações iniciais, mais por razões econômico-financeiras do que por razões político-ideológicas.¹²⁹ “Curiosamente”, não foi por acaso o envio direto de telegramas ao Ministério das Finanças francês, anunciando a Proclamação da República, como já indicamos.

¹²⁴ MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. La Proclamation de la République au Brésil (15.11.889): sa reconnaissance par la France. **Cahiers du Brésil Contemporain**, 1994, n° 23-24, p. 93 (Tradução Nossa).

¹²⁵ *Ibidem*, pp. 93, 107.

¹²⁶ Sobre a inserção da América Latina na conjuntura do Neocolonialismo do período entre os anos de 1880 e 1930, indicamos: CHASTEEN, John Chaves. Neocolonialismo. In: **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001, cap. 7, pp. 149-175.

¹²⁷ Lembramos que, desde os anos de 1820, a política externa estadunidense direcionada para as demais partes do continente americano esteve expressa no lema “América para os americanos”, síntese da *Doutrina Monroe* (1823). Avessa à pretensão de qualquer intervencionismo recolonizador europeu, da parte da Santa Aliança num primeiro momento, tal política foi posteriormente readaptada para as condições do início do século XX, sob expressão do *Corolário Rooseveltiano da Doutrina Monroe* (1904). Para uma leitura dos documentos de ambas as políticas, indicamos: SYRETT, Harold C. (org). **Documento Históricos dos Estados Unidos**. Trad. de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix, 1980, pp. 141-142; 252-253. Para uma abordagem da ampliação da política externa estadunidense na virada do século XIX para o XX, conferir: PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

¹²⁸ MONTEIRO, C. A. S. La Proclamation de la République au Brésil (15.11.889) ..., pp. 95, 107. (Tradução Nossa).

¹²⁹ *Ibidem*, pp. 96-97.

As informações contidas nas correspondências dos agentes diplomáticos franceses, no Brasil, apontam que a política francesa estava mais interessada, aparentemente, em ajudar o último gabinete imperial, pois foi visto mais favorável aos negócios europeus. O projeto de Monarquia federativa, visado pelo Gabinete Ouro Preto, abria novas perspectivas para os negócios da França nas Províncias, na medida em que as tornavam mais autônomas para desenvolvê-los. Num período de crise financeira e de transição de mão de obra decorrente do fim da escravidão, os imigrantes europeus ainda contavam com a integridade do governo imperial reconhecida na Europa e consolidada por, pelo menos, quarenta e nove anos. Além disso, outra questão às vésperas da mudança de regime estava colocada. O governo central a ser deposto tinha interesse em retomar negociações sobre a fronteira franco-brasileira com a Guiana Francesa. Isso porque na região amazônica era crescente a exploração da borracha, produto rentável para a economia nacional à época.¹³⁰

Ainda de acordo com Cláudio Monteiro, as correspondências dos dois últimos agentes diplomáticos da França no Rio, o Conde Amelot de Chaillou e Camille Blondel, possuem “magras informações sobre o partido ou sobre o Movimento Republicano.”¹³¹ Entretanto, permitem acompanhar o percurso da Retórica da Revolução, atrelada à prática republicana no Brasil, por meio de canais oficiais, desde 1870.

Corroboram com a assertiva de que a proposta da via revolucionária para instaurar um regime republicano no país não foi, em momento algum, descartada. Apresentam razões mais consistentes para o desaparecimento do primeiro jornal carioca *A República*, até então desconhecidas. Ampliam a percepção do espírito revolucionário da fração da Franco-Maçonaria brasileira, liderada por Saldanha Marinho. Proveem informações precisas acerca da atuação dos republicanos “jacobinos”, Lopes Trovão e Silva Jardim. Apesar da ausência de nomes específicos das lideranças envolvidas, agora é possível discutir, com maior densidade, a existência de planos revolucionários, meditados por agentes do *Partido Republicano*, às vésperas do “15 de Novembro”.

Em síntese, possibilitam aprofundar a investigação da Retórica da Revolução atrelada à propaganda republicana, de modo mais concreto no plano nacional, entre 1869 e 1889. A partir dos discursos de seus mais notórios agentes, nos seus respectivos contextos de fala. Abrem espaço para conjecturar motivos pelos quais o radicalismo republicano evanesceu ao longo do processo de concretização da República. E para compreender o sentido de conformação do novo regime.

Nos capítulos da Parte II, na sequência, investigamos a repercussão da máxima de encerramento do *Manifesto do Centro Liberal* (1869) – “Ou a reforma, Ou a revolução – no ambiente político brasileiro, definido pela Cisão Liberal de 1868. Por conseguinte, perscrutamos o aporte conferido pela máxima ao desenvolvimento da retórica revolucionária

¹³⁰ MONTEIRO, C. A. S. La Proclamation de la République au Brésil (15.11.889) ..., pp. 100, 107.

¹³¹ Ibidem, p. 99. Acerca de outro trabalho do autor sobre o mesmo assunto, confrontar: MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. **L’impact et l’image créés en France sur la proclamation de la République au Brésil**. 1993. Dissertação (Mestrado em Histoire Contemporaine). Université Paris-Sorbonne, Paris, 1993.

no meio liberal-radical. E, posteriormente, no meio republicano das décadas de 1870 e 1880. O leitor poderá perceber uma sutil reinicialização da cronologia.

PARTE II
A QUEBRA DE HISTORICIDADE: UM DILEMA MUDANCISTA NOS RUMOS DA
HISTÓRIA DO IMPÉRIO DO BRASIL

5 “OU A REFORMA, OU A REVOLUÇÃO” – O DILEMA DOS LIBERAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS DO IMPÉRIO BRASILEIRO NA PASSAGEM DÉCADA DE 1860 PARA A DE 1870

Às onze horas da manhã de 17 de junho de 1869, na Vigésima Primeira Sessão do Senado Imperial, quarenta e quatro Senadores estiveram reunidos em coro. O campo liberal esteve representado por Silveira da Mota, Francisco de Paula da Silveira Lobo, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis, Teófilo Otoni, José Antônio Saraiva. O lado conservador se manifestou, sobretudo, nas vozes de Sayão Lobato e de João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe). Da presidência da sessão esteve encarregado o Visconde de Abaeté.¹

Os trabalhos da casa foram iniciados com requerimento apresentado por Silveira da Mota, com objetivo de pedir retificação de um alegado erro de impressão: a verificação do verbo conjugado “examinarem” na publicação de um expediente do Ministério do Império, datado de 16 de junho do ano corrente. No documento era recomendado ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para que fizesse reunir os colégios eleitorais, com o fim de “examinarem” – entende-se aqui o governo imperial – a nova lista tríplice a ser apresentada ao Imperador. Caberia ao monarca a escolha de quem ocuparia a vaga do falecido Senador Barão de Quaraim. Sob o termo “superstição”, Silveira da Mota acusou o governo imperial de “fugir” da constituição, no tratamento do assunto.²

O Ministro da Marinha, Barão de Cotegipe, chamou o requerimento de “ato de oposição”. Pediu para que o Presidente desse “uma lição de oposicionista” no requerimento apresentado. Para Silveira da Mota, o expediente havia sido escrito “em termos que ninguém entende, em linguagem que não é constitucional”. Ele pediu ao Ministro para que não se afastasse da linguagem técnica constitucional. Pretendia enviar o requerimento à mesa do Presidente da Sessão, em separado, para não gerar dúvida, pois, naquele momento, “tudo parece oposição”. Antes de aceitar o envio do requerimento, o Presidente interveio. Ressaltou que não era nem “mestre e nem discípulo de oposição.”³

O Barão de Cotegipe se dispôs a votar em favor do requerimento de Silveira da Mota. Assim procedeu devido ao modo no qual o requerimento havia sido escrito. Pelo tom das falas havia um clima de exaltação na instituição senatorial. Os termos “oposição” e “oposicionista” predominavam entre os parlamentares a se manifestarem no recinto.

Na sequência, Silveira Lobo pediu a palavra para apresentar três requerimentos. O primeiro era relativo ao recrutamento e à designação, em decorrência da Guerra do Paraguai. Devido à extrapolação do tempo concedido, o Presidente interveio e Silveira Lobo se limitou a apresentar apenas o primeiro. Na ordem do dia, em três momentos, ocorreram as discussões sobre doze proposições da Câmara dos Deputados. Foi aprovada a concessão de pensões por serviços prestados na guerra.⁴

¹ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão. Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, vol. II, p. 208.

² Ibidem, p. 209.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem, pp. 210-211.

A palavra passou ao conservador Sayão Lobato. Começou afirmando ter sentido, em alguns momentos, estranheza no discurso de Silveira da Mota. Afirmou ter consciência tranquila em relação à coerência mantida aos princípios do *Partido Conservador*. Confessou não ter prestado apoio a alguns atos do Partido, tais como a questão das estradas de ferro e a reforma eleitoral, pois lhe pareciam estranhos à constituição. Afirmou jamais ter se divorciado dele e de ter buscado aliança nas fileiras dos “adversários”. Disse não acreditar na possibilidade de um homem ser eclético, conservador e liberal ao mesmo tempo. Sustentou ser a virtude moral o fundamento do governo do Brasil. Um país de dimensões vastas, de população esparsa, de vias de comunicação dificultadas. O governo merecia ser dirigido por uma “oposição séria”.⁵

A fala do Senador foi momentaneamente interrompida pela do coparlamentar Silveira Lobo. Ao retomar, dirigiu as considerações para uma questão tida como essencial à existência de uma “oposição séria” no país. Se referia à “grande questão de política geral, que na atualidade tem máxima importância e deve merecer, sobre toda, a atenção do Senado”.⁶

Iniciamos o capítulo quinto em busca dos usos retóricos da Revolução, nas páginas de documentos publicados num tempo agitado por dissidências políticas intra-elites, às vésperas de emergir o Movimento Republicano; de passagens em que os agentes da época, em especial os liberais, sob diferentes designações – “históricos”, “novos liberais”, “liberais radicais” –, empregaram a temática da Revolução, em manifestações públicas de posicionamento político.

Na Sessão de 17 de Junho do Senado, por iniciativa de Sayão Lobato, pela primeira vez encontramos Senadores do Império predispostos a discutirem, na tribuna, o programa dos liberais moderados. O referido foi apresentado no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de Março de 1869. A 04 de maio daquele ano, foi complementado e ampliado. O texto final foi posteriormente publicado n’ *A Reforma*.⁷

Para além da Sessão de 17 de Junho, averiguamos não ter havido uma anterior na Câmara alta em que a repercussão do dilema “Ou a reforma, Ou a revolução” estivesse tão bem evidente no meio político. Com o estrepitoso lema expresso, os liberais do *Centro* haviam concluído o documento político, lançado em março e reafirmado em maio. A conclusão encerrada no dilema expõe uma quebra de historicidade irreversível. Com a expressão de efeito, líderes liberais demonstraram terem relido o exemplo histórico oferecido pela política francesa da Monarquia de Julho. Doravante passaram a assinalar especificamente na prerrogativa atribuída a D. Pedro II, para dissolver a Câmara dos Deputados, não mais um mecanismo favorável à governabilidade. Mas um risco real à existência da Monarquia constitucional no Brasil. Isto é, um fator de Revolução.

O objetivo de reconstituir passagens da referida sessão tem como meta inicial a de nos inserirmos no âmbito das circunstâncias a definirem o debate político de transição da década de 1860 para a de 1870, no Império. Em pouco

⁵ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., pp. 212-213.

⁶ Ibidem, p. 213.

⁷ PROGRAMA do Partido Liberal: Aos nossos concidadãos. **A Reforma**. Rio de Janeiro 12 mai. 1869, A Reforma, n. 1, pp.1-2.

mais de quatro horas de discussões, os Senadores imperiais produziram uma sessão na qual os motivos da crise política desencadeada, a agitar o debate da época, foram sinteticamente apresentados.

Recorremos a trechos do discurso do Senador fluminense Sayão Lobato⁸ e do discurso de réplica do Senador baiano Nabuco de Araújo.⁹ Ambos expuseram o posicionamento dos partidos constitucionais. De um lado, referente ao primeiro, tivemos um ferrenho defensor das prerrogativas do Poder Moderador e das ideias do *Partido Conservador*, reascendido ao poder. Do outro, apareceu Nabuco de Araújo, líder dos novos liberais que não aceitavam a substituição do Gabinete de 03 de agosto de 1866¹⁰ pelo Gabinete conservador do Visconde de Itaboraá. Nabuco de Araújo se destacou em meio à onda de ataques à pessoa do Imperador e às denúncias de “falseamento” do sistema representativo. A redação do *Manifesto do Centro* foi de sua autoria.

Cada qual, em seu tempo de fala, havia se colocado na condição de defensor das reformas e da continuidade da forma monárquica do governo. A diferença, contudo, esbarrava numa questão de poder. Tratava-se de definir quem deveria conduzir o processo das reformas: os conservadores ou os liberais? A inopinada substituição ministerial de 16 de julho de 1868 já havia dado, aos agentes do universo da política, a resposta do Imperador. Irreversivelmente os ânimos estavam acirrados.

Sayão Lobato foi impelido a subir na tribuna, não pela necessidade de reformas, pois essa era uma evidência consensual entre os Senadores liberais e conservadores presentes. O que lhe levou a discursar foi a “ameaça de revolução”, que alegou estar presente no programa dos liberais, cujos membros haviam sido deslocados do poder pelo próprio Imperador.

Na fala do conservador está a justificativa para que os presentes no Senado dessem “máxima” importância ao exame do programa do *Centro Liberal*, já que o referido documento havia sido escrito por nove “conspícuos” membros da Casa. A consideração deveria levar em conta o fato da “oposição”, que aspirava ao poder, ter sido governo. Ele tinha a compreensão de que a crise política era resultado do processo iniciado em 1862, quando o último ministério conservador, o do Marquês de Caxias, havia deixado o comando governamental.¹¹

Ao expor o programa das reformas reivindicadas pelos liberais, em tom de denúncia, afirmou que a oposição naquele momento exigia as reformas, ou então haveria uma Revolução: “Reformas ou revolução! É o brado que soa como um verdadeiro *ça ira!*! Se os mandatários do povo não deliberarem pacificamente, não transformarem todas as instituições, quantas existem no país, inclusive a lei fundamental, o povo assumirá sua soberania e por si mesmo o fará.”¹²

⁸ Sobre a vida e publicações do Visconde de Niterói, ver: FRANCISCO de Paula Negreiros Sayão Lobato. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, vol. 3, p. 79.

⁹ Sobre a vida e produção do referido agente, ver: JOSÉ Tomás Nabuco de Araújo. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, vol. 5, pp. 217-218.

¹⁰ Trata-se do Gabinete Liberal de Zacarias de Góis, empossado na data citada e demitido em 16 de julho de 1868.

¹¹ **ANAIS do Senado do Império do Brasil**. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21ª Sessão..., p. 213.

¹² *Ibidem*, p. 215. “Ça ira”, expressão francesa que pode ser traduzida como “Está bem!”, “Vai correr tudo bem!”.

Duas intenções sobressaem na interpretação do programa do *Centro*, por Sayão Lobato: apontá-lo enquanto consequência das circunstâncias e censurar moralmente o alegado “apelo à revolução”, que os liberais, a seu ver, teriam feito ao governo. O Senador interrogou os presentes:

Cabe em razão admitir que seja programa de um partido político, que verdadeiramente aspira ao governo, e o quer ocupar para realizar ideias, esses devaneios até ao apelo à paixão revolucionária - reformas ou revolução?! Quem seriamente quer voltar ao poder, quer influir nele em serviço do país, pode procurar por apoio a opinião a mais exaltada, até ao ponto de fúria revolucionária.¹³

Segue a reprovação: “E ainda mesmo, limitando-se o programa ao de uma oposição, que quer patrioticamente provocar reformas úteis, é tão condenável como contraditório ao fim excitar paixões e pôr em convulsão o país.”¹⁴

Sayão Lobato defendeu que as reformas, das quais necessitavam o Império, só poderiam ser feitas se o país estivesse calmo. Apontou a dimensão da máxima lançada pelos liberais do *Centro*: “Demonstrar iminentemente uma revolução é o mesmo que demonstrar a necessidade de armar a autoridade de meios extraordinários.”¹⁵ Ou seja, reivindicar a Revolução, na ocasião, seria o mesmo que consentir o que entendemos na atualidade por “Estado de exceção”, “ditadura”. Era do conhecimento do Senador fluminense o fato de serem precisamente os signatários do *Manifesto de 31 de Março* os denunciadores da existência de uma “ditadura” no país.¹⁶

Através da leitura dos princípios fundamentais expostos pelos liberais, no referido documento, o discursista disse que a oposição liberal tinha como meta real a supressão do Poder Moderador: “De tropelão pretende-se tudo reformar e até radicalmente a mesma Lei fundamental do Estado em um ponto essencial como seja aquele, que entende com as prerrogativas do poder moderador [...]”¹⁷

A fala foi interrompida por manifestações de apoio das partes de Teófilo Ottoni e Francisco Octaviano. A rejeição aos objetivos dos liberais, descrita na interpretação de Sayão Lobato, veio do Senador Furtado. Zacarias de Góis rebateu ao apontar “Isto é intriga.”¹⁸ Sayão Lobato, em latim, rebateu ao último afirmando ironicamente que a narrativa construída era sobre o ex-Conselheiro liberal.

Em meio ao agitar da campanha pelo Presidente da Sessão, o Visconde de Abaeté, Sayão Lobato retomou a palavra. Perguntou aos presentes se o programa de reformas da “oposição liberal” era admissível face à pretensão de eliminar o Poder Moderador. Discutiu a denúncia feita pelos liberais quanto a existência de uma “ditadura” no país após

¹³ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 216.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ BRASILIENSE, Américo. Partido Liberal (1869) In: **Os Programas dos Partidos e o 2º Império**. São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1878, p. 34.

¹⁷ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 216.

¹⁸ Ibidem.

a demissão do Gabinete Zacarias de Góis e a consequente dissolução da Câmara, em 18 de julho de 1868. Para os ouvintes, procurou justificar constitucionalmente a dissolução.¹⁹

Quanto à exequibilidade do programa dos liberais, esses teriam proclamado reformas que eram irrealizáveis e muito menos aceitáveis. A reforma na “Lei fundamental do Estado”, entende-se do princípio monárquico, constituía num “grave atentado contra a lei fundamental do Estado [...]”. Em seu entender, a reforma pretendida pelos liberais do *Centro* era radical. Foi proclamada “com a ameaça de revolução.”²⁰ Nabuco de Araújo prontamente interveio: “Onde está a ameaça?”²¹

Para demonstrar o quanto ousado era o programa do *Centro*, em relação às prerrogativas do Poder Moderador, Sayão Lobato citou a “idade de ouro do Liberalismo”. Se referiu “às quadras tão agitadas como foi a de 07 de abril de 1831 tão vertiginosa e revolucionária”. Para ele, nem naquele período houve desrespeito às prerrogativas do Poder Moderador. Ao contrário. Ressaltou que sob as Regências foi aprovada a lei a autorizar o Imperante dissolver a Câmara dos Deputados.²²

Antes da retórica republicana se apropriar da imagem do Imperador Napoleão III, para desqualificar a imagem de D. Pedro II no Brasil, Sayão Lobato havia apresentado no Senado uma lógica inversa, na perspectiva de desacreditar o programa do *Manifesto de 31 de Março*. Em meio de muitos “apoiados!”, sustentou ter sido os liberais franceses, insatisfeitos com o regime representativo da Monarquia de Julho, os responsáveis por convulsionar a França ao ponto de a terem levado ao caos revolucionário. Napoleão III teria aparecido para instaurar a ditadura e fazer o país desfrutar novamente do regime representativo. Nesse aspecto, o Senador Saraiva o interrompeu com ironia: “já se vai sentido os efeitos da ditadura.”²³

Em meio a elogios aos progressos da civilização apresentados na França, Sayão Lobato disse que a atitude dos liberais franceses havia sacrificado a “desenvoltura democrática” do país. Voltando para as circunstâncias do Brasil, perguntou aos colegas se eles deveriam tirar lição, ao copiarem e adotarem o que chamou de “máxima revolucionária” – o rei reina e não governa – para negar o princípio monárquico.²⁴

Considerando o princípio monárquico temperado e o sistema representativo dois pilares sob os quais se assentava a máquina política da sociedade brasileira, a República não podia ser admitida no Brasil, pois “a república é agitação e turbulência, é a demagogia e a anarquia com todos seus horrores”. A República implicaria no “jugo do absolutismo.”²⁵

¹⁹ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 218.

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem, p. 219.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem, p. 220.

Passadas duas interrupções feitas por Teófilo Otoni, o orador retomou a palavra. Afirmou que era inconcebível a supressão do Poder Moderador do Imperante, sob a presumida “ameaça de revolução” imposta pelos liberais do *Centro*: “é evidente que nem é concebível a proposição de uma reforma radical, se não por brado revolucionário manifestando efetiva revolução.”²⁶

Na opinião do Senador, o país precisava de colonização, de capitais para desenvolver os meios de transporte e de comunicação. A alegada “ameaça” da oposição tinha um sentido:

pôr em convulsão o país, falar em revolução, **ameaçar com revolução** (grifo nosso) para se provocarem reformas, ainda as mesmas realizáveis, que não foram compreendidas e nem executadas por aqueles que tiveram [...] com todos os meios e nada fizeram, é, Srs. completar a desgraça e ruína do país e tomar impossíveis as reparações de que há mister - é embaraçar a colonização e afugentar capitais espavoridos.²⁷

Com muitos “Apoiados”, Sayão Lobato terminou o discurso pedindo aos colegas, signatários do programa liberal, para que respeitassem a paz interna do país, pois ela era necessária para “cicatrizas as chagas da guerra do exterior [a Campanha do Paraguai].”²⁸

Se há tendência na historiografia consolidada²⁹ em subestimar a possibilidade da via radical para o alcance das reformas no Império do Brasil a partir de 1869, para “homens da ordem” do *Partido Conservador*, cujo exemplo foi apresentado na figura do Senador Sayão Lobato, tal possibilidade deveria ser tratada com considerável grau de seriedade, após o lançamento do *Manifesto do Centro*, apresentado sob a forma de programa em 04 de maio. Ao menos foi o que demonstrou ao defender a existência de uma “ameaça de revolução” no lema de encerramento do referido documento político. Ressaltamos que a fala do Senador fluminense teve muitos “apoiados” no recinto do Senado.

Pretendemos agora esboçar trechos do discurso de réplica do Senador baiano Nabuco de Araújo. Queremos destacar em qual referencial se apoiou para explicar aos membros da Casa o sentido do uso da máxima “Ou a reforma, Ou a revolução”, dirigida ao governo imperial.

Durante a réplica, observamos que o redator do *Manifesto de 31 de Março* recorreu a passagens da história política da França, particularmente a do período da Monarquia de Julho. Essa apropriação de referenciais franceses estava atrelada a momentos revolucionários. Tal parece ter sido o aspecto a ter incomodado Sayão Lobato. Notamos a situação quando, no discurso de interpretação do programa dos liberais, ele hostilizou a “ameaça de revolução” que insistentemente alegou existir no documento do *Centro Liberal*. O conceito negativo de “República”, operado pelo Senador fluminense para defender a forma monárquica de governo no Brasil³⁰, denota alusão refratária ao modelo jacobino, da fase do Terror revolucionário (1793-1794).

²⁶ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 220.

²⁷ Ibidem, p. 221.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Cf. notas 3 e 5 das Considerações Iniciais do presente trabalho.

³⁰ Cf. nota 25 desse capítulo.

Nabuco de Araújo subiu à tribuna com o desejo de fazer “declaração necessária”. Declarou “adesão sincera” à Monarquia constitucional, confirmada como “grande princípio que acompanhou a independência”. Por aderir a ela, desejou que em nada invejasse as Repúblicas das quais estava rodeada no continente. Disse querer para o país a democracia reinante nas Américas, e não as velhas tradições europeias; o tipo de ‘monarquia infeliz’, exemplificadas em França e Espanha, assoladas por revoluções. Disse querer para o Brasil o modelo inglês.

Entrou na questão da responsabilidade dos Ministros pelos atos do Poder Moderador. Esse foi um dos pontos levantados pela fala de Sayão Lobato, durante o exame do programa dos liberais na tribuna. Perguntou aos presentes quem seria o responsável pelos atos a afetarem o país. Deveria haver um responsável, em sua opinião. A partir do pensamento de um escritor inglês, chamado May, discorreu sobre as implicações da máxima “O Rei não faz mal”. Para isso recorreu à situação política francesa como laboratório. Sustentou que os homens da França, ao levarem em conta a máxima, viram na responsabilização direta e pessoal um perigo para a Monarquia e para a nação. Citou uma fala que Adolphe Thiers teria dirigido ao Imperador Napoleão III, no Parlamento francês. Através dela, Nabuco de Araújo quis dizer para os Senadores brasileiros que a Revolução de 1848 teve como um dos fatores a atribuição de responsabilidade à Coroa por parte dos atos do governo.³¹

Nesse instante da fala, recorreu à experiência francesa para fazer alerta aos parlamentares ouvintes. Sustentou que a dissolução da Câmara liberal, tal como recentemente realizada pelo Imperador D. Pedro II, havia se constituído em ato de Revolução na França:

Ainda voltou o nobre senador à questão constitucional do 16 de julho. Sr. presidente, eu sinto voltar a esta questão e não volto a ela senão porque o nobre senador me provocou. **Não é uma questão ordinária, como parece ao nobre senador; é questão que já fez uma revolução na França. (Apoiados). A revolução de 1830 na França não teve outra origem senão a nomeação de Polignac imposta à maioria do parlamento** (grifo nosso): a questão da prerrogativa absoluta da Coroa contra o parlamento é grave. Sr. presidente, o nosso sistema de governo é representativo, e é o governo da maioria (Apoiados). Daqui para o regime absoluto, o que é que resta, senhores? (Apoiados).³²

O poder do Imperador de dissolver a Câmara foi indicado como erro, pois, em sua opinião, o Brasil não era país com eleições livres. Era a “sorite” da qual diz ter falado aos Senadores há quase um ano, em 17 de julho de 1868. Para ele, o raciocínio havia sido aperfeiçoado, após o Ministro da Marinha se intrometer na verificação dos poderes das casas do Parlamento.³³

³¹ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., pp. 222-223.

³² Ibidem, p. 223. Para maiores considerações no que diz respeito ao processo de dissolução da Câmara dos Deputados pelo Rei Carlos X da França, em 16 de maio de 1830, e o conseqüente destronamento durante os “Três Dias Gloriosos”, ver: GOUJON, Bertrand. D’ une Monarchie l’autre (1828-1830). In: **Monarchies postrévolutionnaires (1814-1848)**. Paris : Édition du Seuil, 2012, chapitre IV, pp. 203-256.

³³ Sobre a “Sorite de Nabuco de Araújo”, ver: MOMESSO, Beatriz Piva. “Aide Mémoire” (1843-1862): as origens das ideias no caderno de notas de Nabuco de Araújo. In: XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônico...** Rio de Janeiro: Unirio, 2010. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276737164_ARQUIVO_BeatrizPivaMomesso.pdf. Acesso em: 06 jul. 2019.

Eram inadmissíveis os motivos para a ocorrência do 16 de julho: as necessidades da guerra e as necessidades das finanças.³⁴ Mesmo com a mudança ministerial, nem a guerra havia acabado e nem a situação das finanças havia melhorado. Usando o exemplo da Espanha da *Revolução Gloriosa* (1868)³⁵, afirmou que a ascensão do Visconde de Itaboraí ao poder havia instaurado a “caudilhagem”, fatal ao sistema representativo. A “caudilhagem “levaria à decadência o sistema político. Disso decorria os pronunciamentos militares: “Após vinha a revolução.”³⁶

Percebemos até aqui a intenção de Nabuco de Araújo em inverter a opinião sustentada por Sayão Lobato. A “ameaça de revolução” não vinha do lado liberal; mas sim do ato de dissolução da Câmara praticado pelo Imperador há quase um ano, em 18 de julho. Tal era a prerrogativa do Poder Moderador a capaz de levar o país à Revolução.

Nabuco de Araújo prosseguiu. Apontou as características do novo Ministério formado a partir do 16 de julho e das apreensões despertadas em políticos, que como ele, desejavam as reformas. Sustentou que o interesse do Ministério conservador formado era mais pelo econômico do que pelo político; tinha um caráter moderado que não lhe permitia dominar a situação.³⁷

Observou que o *Partido Conservador* de antes não era o mesmo naquele momento. Aquele era um partido mais afeito à ordem, que não provocava perturbações. Após sequência de interrupções, vindas da parte de Zacarias de Góis, Nabuco de Araújo retomou a fala. Constatou a necessidade de reformas para instituições que permitiam “oprimir” e “escravizar” os cidadãos do país³⁸, sem citar quais.

Após Silveira Lobo afirmar que a escravização e opressão dos cidadãos pelas instituições era “a lógica da nação”, o Senador baiano afirmou ter chegado ao ponto que queria. Com o barulho de numerosos “apoiados”, disse ter chegado ao ponto incontroverso: “Ou a reforma, Ou a revolução!”. Para o Senador Saraiva, aquela era a “a questão”. O Presidente agitou a Companhia no momento. Nabuco de Araújo se dirigiu aos presentes: “Senhores, confesso que senti profundamente as injustas expressões do nobre Senador pela Província do Rio de Janeiro, querendo fulminar-nos como revolucionários, vendo no manifesto do Centro Liberal a ameaça de revolução, se queremos a reforma para conjurá-la?”. Para Saraiva, a ameaça estava na “imprevidência”.³⁹

Nabuco de Araújo prosseguiu: “Dissemos, fundado na natureza das cousas, que se não vier a reforma, virá naturalmente a revolução. **Isto é ameaça da revolução? É uma sentença senhores; será uma profecia. Mas uma ameaça de revolução? Não, não** (grifo nosso).”⁴⁰ O Senador tentou desfazer a polêmica criada pelo discurso de Sayão Lobato. Ilustrou a situação com a Espanha da *Revolução Gloriosa* (1868).⁴¹ Indagou aos colegas se a caso o *Times* havia

³⁴ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 223.

³⁵ Para uma história síntese da Espanha, ao longo do século XIX, ver: CORTÁZAR, Fernando García; VESGA, José Manuel González. **Breve história de España**. 7 ed. Madrid: Alianza Editorial, 2004, pp. 401-422.

³⁶ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 224.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem, p. 225.

³⁹ Ibidem, p. 226.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Cf. nota 35 desse capítulo.

ameaçado de Revolução o país ibérico, quando a noticiou como inevitável diante dos atos “discricionários” dos ministros Luis Gonzáles Bravo e Ramón María Narváez. Em seguida, frisou: “[...] senhores, ninguém ameaça com um mal que não está em seu poder. A revolução é cousa que se decreta? Podemos fazer uma desordem; uma revolução, não, senhores (apoiados); **a revolução depende da nação [...] a revolução não é assim** (grifo nosso).”⁴²

Temos dois aspectos a serem frisados nesse ponto da fala do Senador Nabuco de Araújo. Primeiro, pensamos que o processo de deposição da Rainha Isabel II da Espanha, país europeu de tradição monárquica secular, sobreposou o debate político no Brasil naquele momento. O movimento revolucionário, conhecido como *La Gloriosa* ou *La Septembrina*, foi frequentemente evocado pelos agentes na arguição do discurso político.⁴³

Como indicado na subseção 8.1.3 do capítulo oitavo, os fatos marcantes do período conhecido por *Sexênio Democrático/Revolucionário*, na segunda metade do Oitocentos espanhol, foram acompanhados em debates por órgãos da imprensa da Corte do Rio de Janeiro, em particular pelo jornal *A República*. O referido período situa-se no intervalo entre a *Revolução de Setembro de 1868* e a *Restauração Monárquica de 1874*. Nele surgiu a breve *Primeira República Espanhola* (1873-1874), na qual teve ação destacada o proeminente orador republicano Emílio Castelar (1832-1899). A principal referência transnacional para os republicanos espanhóis esteve do outro lado dos Pirineus, a longeva *Terceira República Francesa* (1870-1940), também recém-proclamada no período.

O outro aspecto a nos reter atenção, o qual retomaremos mais adiante, foi a sugestiva associação que Nabuco de Araújo fez entre “Nação” e “Revolução”. Ele argumentou para o Senado imperial que “a revolução depende da nação”. A sugestividade da afirmativa está no fato de que a Sessão de 17 de Junho de 1869 esteve a exatos treze dias do aparecimento do *Primeiro Panfleto* anônimo intitulado *O Rei e o Partido Liberal*. No próximo capítulo indicamos que um dos recursos usados pela narrativa de Saldanha Marinho, a quem pertence a autoria do panfleto, foi o de identificar o “Partido Liberal” com a “Nação”.

Por ora, cabe ressaltar que, no Senado, Nabuco de Araújo disse não querer a “desordem”. A referência para distinguir “Revolução” de “desordem” foi o austríaco Príncipe de Metternich.⁴⁴ Seguindo o pensamento desse último, ele afirma que a “desordem” seria produto de governos empenhados a prevenir a “Revolução”. Para expor o vínculo entre “Reforma” e “Revolução”, o Senador baiano recorreu aos anais da história francesa:

Direis: ‘O Senado está pronto para fazer reformas’. Senhores, estes sofismas da reforma enganaram outrora, são eles conhecidos desde o tempo da revolução francesa de 1848. Sabe-se que durante os 17 anos da monarquia de Julho o partido liberal de França pretendeu reformas; umas eram repelidas porque sistemáticas, abalavam profundamente o país; outras eram repelidas por parciais e

⁴² ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21ª Sessão..., p. 226.

⁴³ A abstenção dos liberais espanhóis nas eleições ocorridas no país e a inevitabilidade da Revolução foi comentada em páginas do *Manifesto do Centro* de 31 de Março. A esse respeito, ver: DE ARAÚJO, José Tomás Nabuco et alli... O Manifesto do Centro Liberal. In: BRASILIENSE, Américo. **Os Programas dos Partidos e o 2º Império...**, pp. XXXI-LVI.

⁴⁴ Sobre a vida e a formação francesa de Clément-Wenzeslaus, ver: BOUYER, M. A. C (dir.). **Nouvelles biographie des hommes vivants**. Paris: Librairie de A. Courcier, Editeur. 1852, pp.153-156.

incompletas, muitas porque não eram oportunas, e assim, não obstante o partido conservador dizer que queria reformas, nunca chegou a ocasião delas, até que veio a revolução de 1848.⁴⁵

Citou o Conde de Montalembert (1810-1870) para tratar da emancipação dos escravos. Do jornalista, escritor e político Émile de Girardin (1802-1881), transcreveu o trecho de um artigo para ressaltar o que concebia como real propósito do governo conservador do Visconde de Itaboraí: “Sede francos; dizei: não queremos reformas; nem pequenas nem grandes, nem parciais nem totais, queremos a imobilidade.”⁴⁶

Ao enumerar as reformas defendidas pelo programa dos liberais do *Centro*, tratou como incontestável a máxima de Adolphe Thiers – “O rei reina mas não governa”. Embora também acusada de “revolucionária” por Sayão Lobato, sua aplicabilidade era condição para assegurar a paz pública e a estabilidade da Monarquia, defendeu o Senador baiano.

Ao recorrer a passagens do Reinado de Luís Filipe, procurou levantar a validade da máxima responsável por toda a polêmica gerada no Senado imperial:

Senhores, fazei as reformas. **As reformas, como dizia Luís Felipe em 1840, são o melhor meio de conjurar as revoluções** (grifo nosso); as reformas são para as revoluções, como disse Girardin, os mesmos que as pontes para os rios, facilitam as passagens; e a história nos diz que não houve ainda revolução alguma que não fosse devida ou a reformas negadas ou a reformas tardias.⁴⁷

Por oportunidade, retornamos a um dado imprescindível à compreensão do debate político, a ser ensejado nas duas décadas seguintes, em torno da forma de governo para o Brasil. O referencial a inspirar a formulação da máxima liberal “Ou a reforma, Ou a revolução” deitou raízes no universo francês da Monarquia de Julho. Doravante, ponderamos que todo discurso político, viesse do meio liberal radical ou do meio republicano na década de 1870, se recorresse citar a máxima de encerramento do *Manifesto do Centro*, a fim de questionar a coerência de ação dos liberais moderados, deveria expressar conhecimento de sua procedência. Em outros termos, é razoável presumir, da parte do agente do discurso, um conhecimento prévio da natureza dos referenciais empregados por Nabuco de Araújo, ao estruturá-la. A médio prazo, percebemos em tal ponderação um ponto de partida necessário ao entendimento do debate pró-reformas. Extensivo à data do “15 de Novembro” de 1889.

Numa época em que a formação letrada das elites dirigentes lhes capacitava o hábil exercício da persuasão nas práticas políticas desenvolvidas, fosse no ambiente da imprensa ou no do Parlamento, era necessário manter o decoro do discurso, para garantir adesão da plateia. Isto é, era necessário recorrer ao conhecido para convencer. Nesse sentido, no capítulo décimo encontramos pertinência na obstinação de Francisco Cunha para que os liberais cumprissem a segunda parte do dilema, lançado no *Manifesto de 31 de Março*; apesar de Nabuco de Araújo ter explicado ser o sentido o de uma “sentença” e/ou “profecia”, e não o de uma “ameaça”, como defendeu Sayão Lobato.

⁴⁵ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 226.

⁴⁶ Ibidem, pp. 226-227.

⁴⁷ Ibidem, p. 228.

Antecipadamente, explicamos o porquê do correligionário republicano sul-rio-grandense, Francisco Cunha, ter feito alusão a referenciais franceses, quando se predispôs a instrumentalizar a máxima dos liberais, no intuito de convencê-los a agirem. A discussão feita por ele, a respeito se os liberais deveriam ou não se abster das eleições, também remetia ao conteúdo do documento político, formulado pelos próprios liberais.⁴⁸

Uma breve recapitulação do que salientamos no presente capítulo. Ao nosso ver, a máxima de encerramento do *Manifesto do Centro* causou a objeção de “homens da ordem”, como a do Senador fluminense Sayão Lobato, sobretudo, em razão do referencial a inspirá-la. Ao pensar na crise política deflagrada, com a queda do Gabinete de Zacarias de Góis (1868), na qualidade de redator do documento Nabuco de Araújo recorreu a passagens revolucionárias da história francesa do século XIX, a guardarem aspectos análogos com o vivido. Identificamos outro dado de época a ter tornado a referida máxima ainda mais emblemática para o pensamento conservador brasileiro: a situação coetânea da secular Monarquia espanhola. Uma Revolução chamada *La Gloriosa*, para qual confluíram articulação de interesses de republicanos e liberais espanhóis, havia sustado o longo reinado da Rainha Isabel II (1833-1868).⁴⁹

Sayão Lobato teve perspicácia ao apontar o aparecimento do programa dos liberais como resultado das circunstâncias. O *Manifesto de 31 de Março* é documento político cuja pauta se atém a contestar o chamado “poder pessoal” do Imperador, responsabilizado pelo falseamento das instituições representativas. O alvo das críticas também era o Ministério do Visconde de Itaboraí, avesso às reformas ansiadas. Houve a tendência de sobrestimarem a existência de um poder absoluto no Brasil, cuja influência na vida política do país era vista superior à de Napoleão III na França.

Os liberais históricos redatores do documento, Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis, assim procederam ao tratar o objetivo em duas partes intituladas “1º Dos Atos de absolutismo exercidos pelo ministério contra a Constituição do Estado” e “2º Da Reação”. A segunda parte mencionada está subdividida em “1º Demissões”, “2º Nomeações”, “3º Suspensões das garantias da eleição”, “4º Intimidação”, “5º Violências no ato da eleição municipal”, “6º Fraude”, “7º Anulação”, “8º Violência ainda depois da eleição”, “9º Conclusão”. Na conclusão expressaram: “Ou a reforma, Ou a revolução. A Reforma para conjurar a Revolução.”⁵⁰

A substituição ministerial de julho de 1868, foi a responsável por dividir o campo liberal do período em duas alas: a moderada e a radical. A primeira fundou o *Centro Liberal*, em 03 de outubro de 1868. Na presidência esteve

⁴⁸ Vemos no *Manifesto do Centro* que, em 20 de novembro de 1868, os liberais lançaram uma circular a fim de justificarem abstenção nas eleições parlamentares, a ocorrerem em janeiro de 1869. A discussão em torno do liame existente entre abstenção partidária eleitoral e Revolução é anterior às páginas d’ *A República*. Observamos que o ato de discutir a estratégia de ausência nas urnas esteve atrelado a passagens conflituosas da história dos liberais da França e da Inglaterra, no século XIX, e também à abstenção dos liberais espanhóis antes da *Revolução de 1868* (BRASILJENSE, A. Manifesto do Centro Liberal. In: **Os Programas dos Partidos e o 2º Império...**, pp. XXXI-XXXII, XXXV). No capítulo décimo primeiro da Tese, no jornal *A República*, observamos a mesma perspectiva encetada pelos debates de Francisco Cunha, sobre a dissolução da Câmara conservadora, em maio de 1872.

⁴⁹ CORTÁZAR, F. **Breve historia de España**. ..., pp. 401-422.

⁵⁰ BRASILJENSE, A. Manifesto do Centro Liberal. op. cit., p. LVI.

Nabuco de Araújo. Por sua vez, a outra ala fundou ainda em meados de 1868 o *Clube Radical*, o embrião do *Clube Republicano* de 03 de novembro de 1870.⁵¹

Seguimos a linha interpretativa apresentada pela historiografia do período. Consideramos a Cisão Liberal de 1868 uma continuidade da crise ensaiada em 1862. Podemos dizer que 1868 foi o desfecho da fragmentação processualmente desenhada no campo político desde o início da década. Na trilha de Sérgio Buarque de Holanda, Amanda Gomes entende que 1862 e 1868 são partes de um mesmo processo. A primeira cisão, no campo conservador, enfrentou a chamada *Política de Conciliação* entre liberais e conservadores, criada em 1853. A *Conciliação* objetivou o revezamento de ambos os grupos de interesse no poder. Atuou como instrumento do Poder Moderador para tentar controlar as disputas políticas no interior do heterogêneo Estado imperial, em construção.⁵²

Da primeira cisão surgiu o movimento da *Liga Progressista*. Os “Ligueiros” congregaram, lado a lado, conservadores moderados e liberais históricos⁵³, em oposição aos conservadores “emperrados”⁵⁴, avessos às reformas durante o Gabinete do Marquês de Caxias (02/03/1861). A *Liga* se tornou *Partido Progressista* em 1864, passando a ser governo quando Zacarias de Góis assumiu o Ministério, ainda naquele ano.⁵⁵

A crise de 1868, para a autora, acabou por completar o desmonte da lógica da *Conciliação*, pois provocou o afastamento definitivo entre liberais e conservadores, e ainda uma nova cisão entre os liberais. Tanto 1862 quanto 1868 tiveram por personagens centrais Luiz Alves Lima (primeiro Marquês, depois Duque de Caxias) e Zacarias de Góis, sob o arbítrio do Imperador.⁵⁶

Não objetamos que o excesso de fragmentação do campo político, em grupos de interesses, tenha constituído indicativo de um alto grau de politização dos anos de 1860. Procedemos assim tendo em vista, por exemplo, a publicação do panfleto *O Povo e o Trono: Profissão de Fé Política*, pelo jovem Joaquim Nabuco (1849-1910). Trata-se de um ensaio pouco conhecido, escrito aos dezenove anos, em 1868, no qual revela sua fase republicana. Foi escrito em seguida à queda do Gabinete Zacarias. O teor é marcado pela rebeldia de um jovem estudante de Direito da Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, às vésperas de ser transferido para a Faculdade de Direito, no Recife. Caracteriza o opúsculo o clima de rebeldia do autor, tornando-o publicação contrária à Monarquia. Há valores republicanos subentendidos no texto, como a filiação de Joaquim Nabuco a valores da França da primeira Revolução.⁵⁷

⁵¹ Sobre as datas citadas, ver: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CLUBE%20REPUBLICANO.pdf>. Ver também: BRASILIENSE, A. Partido Liberal. In: **Os Programas dos Partidos e o 2º Império...**, pp. 32, 59.

⁵² GOMES, Amanda Muzzi. **Fragilidade Monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações nas primeiras décadas republicanas (1860-1900)**. 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012. pp. 19-29.

⁵³ *Ibidem*, p. 22. Liberais históricos eram os inspirados no Movimento de 07 de Abril de 1831 e no Ato Adicional de 1834, como Teófilo Otoni.

⁵⁴ *Ibidem*. Entre os mais notórios representantes dos “emperrados” destacou-se um dos integrantes da chamada “Trindade Saquarema”, Eusébio de Queiroz (1812-1868).

⁵⁵ *Ibidem*, p. 24.

⁵⁶ *Ibidem*, pp. 29-34.

⁵⁷ NABUCO, Joaquim. *O povo e o trono – Profissão de fé política de Juvenal, Romano da decadência*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia Francesa, 1869. In: SILVA, Leonardo Dantas. **Joaquim Nabuco e a República**. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série

Não ignoramos a radicalização do debate político ocorrida nos anos de 1860. Ao contrário de José Murilo⁵⁸, sustentamos que a compreensão desse processo pode e deve ser estendida à década seguinte, guardadas novas condições. No meio político dos anos de 1870, acreditamos que os efeitos do lema “Ou a reforma, ou a revolução” se estenderam à data de retorno dos liberais ao poder, através da nomeação de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu à presidência do Gabinete de 05 de janeiro de 1878. O debate para a resolução do dilema criado ganhou ainda sobrevida na subseqüente década de 1880.

Antes de avançarmos para o capítulo sexto, completamos o segundo aspecto destacado da fala do Senador Nabuco de Araújo, na Sessão de 17 de Junho de 1869, no Senado. Indicamos ter sido sugestiva a associação, por ele feita, entre “Nação” e “Revolução”, sob a condição da fala do Senador baiano ter estado a treze dias do aparecimento do *Primeiro Panfleto* anônimo intitulado *O Rei e o Partido Liberal*. No capítulo a seguir, ressaltamos que um dos recursos usados pela narrativa de Saldanha Marinho, a quem pertenceu a autoria do panfleto, foi o de identificar o “Partido Liberal” com a “Nação”.

As páginas d’*A Reforma* do dia 19 de junho de 1869 e as do *Jornal do Comércio*, do dia 20⁵⁹, trazem a publicação da sessão ocorrida na Câmara alta no dia 17, com a transcrição da fala de Nabuco de Araújo. Ou seja, tornou-se de conhecimento do público o debate travado com o Senador Sayão Lobato.

Tendo sido Saldanha Marinho agente intrinsecamente associado ao ambiente político da época, *a priori* havíamos presumido a possibilidade de ele ter lido a ata da referida sessão. Através do documento, sabemos que Nabuco de Araújo encerrou sua fala na tribuna ao discursar sobre o voto de graças. Para isso, prosseguiu fazendo alusão a passagens da história política do reinado de Luís Filipe na França:

Senhores, a vossa satisfação não me admira porque os livros santos dizem que há tempo de rir e há tempo de chorar, e diz a história política, que há tempo em que o povo vê indiferente os seus parlamentares caminharem para o exílio, como há tempo em que o povo como acordando do letargo arrasa as Bastilhas e o despotismo que elas significam (Muito bem! muito bem!).⁶⁰

O trecho, que ao nosso ver se constitui numa reafirmação intencional da máxima “Ou a reforma, Ou a revolução”, encontra-se integralmente transcrito no capítulo III do *Primeiro Panfleto* de *O Rei e o Partido Liberal*. Temos registrada ainda a apreciação feita por Saldanha Marinho: “O senador Nabuco de Araújo, um dos poucos defensores das ideias liberais, que conta já o Senado, concluiu o seu brilhante, enérgico e monumental discurso e resposta

República, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 6. Ver também: GOMES, Amanda Muzzi. “O Povo e o Trono” e a iniciação de Joaquim Nabuco na vida política. *Diá-Logos*, Rio de Janeiro/RJ, n.7, novembro de 2013, pp. 54-69.

⁵⁸ CARVALHO, J. M. **Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do dezenove**. Reino Unido, 2007. Disponível em: <https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/wp87-murilo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁵⁹ A esse respeito, ver: CRÔNICA política e parlamentar: Sessão do dia 17. **A Reforma**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, Ano I, n. 148, 19 jun. 1869. *A Reforma*, pp. 1-2. Ver também: SESSÃO em 17 de junho de 1869. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 48, n. 170, 20 jun. 1869. Rio de Janeiro: Senado, pp.1-2.

⁶⁰ **ANAIS do Senado do Império do Brasil**. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 229.

vitoriosa, e esplêndida ao energúmeno conservador [referência a Sayão Lobato] [...] com as seguintes graves palavras, e que envolvem uma profecia que se realizará sem dúvida.”⁶¹

Amparados em tais evidências, vislumbramos a possibilidade de *O Rei e o Partido Liberal* ter sido escrito como recomendação de Saldanha Marinho aos liberais do *Centro*. Em particular, ao redator do manifesto e autor do discurso de réplica da Sessão do dia 17 de junho. Vejamos, se a Revolução dependia da “nação”, como ressaltou Nabuco de Araújo, para Saldanha Marinho o *Partido Liberal* era a própria “nação”, o povo brasileiro.⁶² Seguindo o raciocínio de associações, a Revolução deveria por suposto ter como agente o próprio *Partido Liberal*. Por acaso queria Saldanha Marinho dizer ao Senador Nabuco de Araújo que as condições já estavam lançadas?!

É curioso interpretarmos a obra enquanto possível recomendação de Saldanha Marinho aos membros do *Centro*, para que considerassem uma forma de ação mais enérgica. Desde meados de 1868, como resultante da Cisão Liberal, surgiu o *Clube Radical*. Ao lado de Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho pouco a pouco se afastou da ala moderada do *Partido Liberal* para ingressar na dissidência concorrente.⁶³ O *Manifesto do Centro* chamou a atenção de bacharéis republicanos do *Clube Radical* que usavam os jornais *Opinião Liberal*⁶⁴ e *Correio Nacional* para fazerem suas demandas. O programa do clube foi lançado na imprensa através desses órgãos.⁶⁵ Dirigido por Rangel Pestana e Limpo de Abreu, o *Correio Nacional*, por exemplo, fala desde 1869 que o seu radicalismo correspondia a “reformas profundas e sistematizadas, que [...] não medeia o abismo revolucionário”. Na ocasião, já tratavam da possibilidade de implementação das reformas no país sem a necessidade da Revolução.⁶⁶

Na qualidade de membro de uma agremiação antecipadamente predisposta a reformar a sociedade imperial brasileira, sem o risco de radicalmente revolucioná-la, o autor de *O Rei e o Partido Liberal* expôs posicionamento

⁶¹ MARINHO, Joaquim Saldanha. **O Rei e o Partido Liberal**. (Fonte digital/ Digitalização de edição em papel Tipografia e Litografia Franco-Americana, 1869). [S. l.]: ebook Brasil, 1999-2006, p. 67.

⁶² *Ibidem*, p. 33.

⁶³ Acerca desse dado, ver: FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanistas, 2008, p. 127. Para mais informações sobre o *Clube Radical* e sua transformação em *Clube Republicano* no Rio de Janeiro, ver: CLUBE Republicano. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República**: 1889-1930. Rio de Janeiro: FGV: Editora CPDOC, 2015. Não paginado.

⁶⁴ O jornal *Opinião Liberal*, do qual decorre as ideias do *Clube Radical*, surgiu em 1866 pela ação de dois futuros nomes assinantes do *Manifesto Republicano de 1870*, Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu. Outro nome foi o de José Luiz Monteiro de Sousa. Esse último estava na condição de Deputado à Assembleia Geral pela Província de Minas. Para os trabalhos da folha colaboraram ainda Teófilo Otoni, Cristiano Otoni, Urbano Sabino O. de Mello e José Maria do Amaral. Na Câmara temporária representavam a opinião do jornal: Godoy e Vasconcellos e Joaquim Felício dos Santos. Essas condições permaneceram até 1867. A partir de 1868, entraram para o time novos colaboradores (BRASILIANSE, A. Partido Liberal-Radical (1868). In: **Os Programas dos Partidos e o 2º Império**..., p. 24). Silveira Martins, Lafayette Pereira, Aristides Lobo, Flávio Famese foram outros nomes do liberalismo radical no Rio. Em São Paulo, foram radicais liberais: Luiz Gama, Américo de Campos, Bernardino de Campos, Campos Sales, Prudente de Moraes, Martinho Prado Júnior, Francisco Glicério (FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001, pp. 531-2).

⁶⁵ Em 1866, a *Opinião Liberal* ainda não tinha formulado um programa com propostas sistematizadas. Somente em 1868 firmou-se o programa da escola liberal radical. Entre as propostas estavam: Descentralização; Ensino Livre; Polícia Eletiva, Abolição da Guarda Nacional; Senado temporário e eletivo; Extinção do Poder Moderador; Separação da judicatura da polícia; Sufrágio direto e generalizado; Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; Presidentes da Província eleito pela mesma; Proibição dos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos públicos e igualmente títulos e condecorações (BRASILIANSE, Partido Liberal-Radical (1868), op. cit., pp. 24-25).

⁶⁶ *Ibidem*, p. 28.

político emblemático, ao manter persistente o discurso pró-Revolução na obra. A seguir, passamos à análise minuciosa do conteúdo, cuja divulgação à época ocorreu por meio panfletário.

6 A RETÓRICA DA REVOLUÇÃO PARA MUITO ALÉM DO *MANIFESTO DO CENTRO* E DO PROGRAMA DO *CLUBE DOS RADICAIS*: SALDANHA MARINHO EM *O REI E O PARTIDO LIBERAL* (1869)

Olinda, 04 de maio de 1816. Foi nessa data em que nasceu Joaquim Saldanha Marinho. Filho do Capitão de Artilharia Pantaleão Ferreira dos Santos e Ágata Joaquina de Saldanha. Um ano depois, perdeu o pai vitimado durante a Revolução Pernambucana de 1817. Temos rasas informações acerca da juventude. Contudo, sabemos que aos 16 anos de idade, em 1832, entrou para o curso de Ciências Sociais e Jurídicas da Faculdade de Direito, da cidade em que nasceu. O título de Bacharel na área foi obtido em 15 de novembro de 1835.¹

Após formar-se, foi viver na Província do Ceará, em decorrência de uma nomeação recebida para ocupar cargo na Promotoria de Icó. Ali, residiu por doze anos, passando a considerá-la sua segunda pátria. Nessa oportunidade também exerceu ofício na Promotoria Pública da cidade de Crato. Atuou no magistério como Professor de Matemática, no liceu estadual. Foi Secretário de Governo, Curador de Órfãos e Juiz dos Feitos da Fazenda da capital da província, Fortaleza. Foi ainda no Ceará que o futuro líder republicano ingressou na política. Ao filiar-se ao *Partido Liberal*, pôde exercer atividade de Deputado Provincial por três Legislaturas seguidas.

Insatisfeitos com a falta de autonomia e com o poder centralizado da Monarquia, em 1848 os pernambucanos mais uma vez se lançaram em armas. Fizeram eclodir a “Revolução Praieira”. Um movimento que prometia arrastar consigo outras províncias. Nesse momento, Saldanha Marinho decidiu migrar do Ceará para o sul do país e se estabelecer em Valença, na Província do Rio de Janeiro, onde passaria a desfrutar de grande prestígio. Ainda em 1848, foi eleito Deputado Geral pelo Ceará. Exerceu o mandato por apenas doze meses devido ao fechamento da Câmara naquele ano, com a saída dos liberais do poder.² Foi a primeira vez que pôde perceber, na prática, os efeitos do mecanismo da dissolução, prerrogativa constitucionalmente atribuída ao Poder Moderador.

Uma vez sem o cargo de Deputado, o letrado pernambucano passou a dedicar-se tão somente à advocacia, situação permanente até a década de sessenta do Oitocentos. Em março de 1860, mudou-se para a capital do Império. Assumiu a redação do *Diário do Rio de Janeiro* ao lado do futuro correligionário republicano, Quintino Bocaiuva (1836-1912).

¹ Diferentes fontes biográficas foram consultadas para a reconstituição, em texto próprio, de aspectos da vida de Saldanha Marinho. Tanto para o referido agente quanto para os demais com quem trabalhamos, a reconstituição se baseou no confronto de dados das produções consultadas. Tal cuidado decorre da atenção dispensada às discussões desenvolvidas em torno da biografia enquanto gênero historiográfico. Referências sobre tais discussões encontram-se nas notas 74, 75 e 76 das Considerações Iniciais da presente Tese. Sobre as obras biográficas consultadas acerca do agente, ver: SALDANHA Marinho. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: Editora CPDOC, 2015. 4 pp. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>

Ver também: <http://www.museumaiconicoparanaense.com/MMPRaiz/AcademiaPML/Patro-46.htm>

Ver mais: <https://blog.msma.com.br/saldanha-marinho/>

²Ver: SALDANHA Marinho. In: ABREU, A. A. de, op. cit., pp. 1-4.

Ver também: <http://www.museumaiconicoparanaense.com/MMPRaiz/AcademiaPML/Patro-46.htm>

Ver mais: <https://blog.msma.com.br/saldanha-marinho/>

O exercício da carreira política e das atividades de homem de letras lhe rendeu prestígio. Atestadamente a década de 1860 foi extraordinária para a vida pública desempenhada. Para além do próprio Quintino Bocaiúva, se acercou de nomes como o de Machado de Assis. Ao lado de Teófilo Otoni, Francisco Octaviano, Martinho Campos, venceu as disputadas eleições do período. Em 1861 foi eleito Deputado Geral pelo Rio de Janeiro. A reeleição veio em 1863.³

Articulado à crescente militância política, naquela década encontramos um Saldanha Marinho fortemente enleado à Maçonaria. Estava incumbido do cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil (GOB), já em 1863. Na ocasião, a mais antiga potência maçônica, atuante no país a datar de 17 de junho de 1822, o GOB, encontrava-se dividido. De um lado, havia surgido o Grande Oriente do Lavradio, sob direção do Grão-Mestre Bento da Silva Lisboa, o segundo Barão de Cairu.⁴ Esse havia sucedido o Marquês de Abrantes na condução daquele ramo da instituição, entre 25 de agosto e 26 de dezembro de 1863. Em primórdios da década de 1870, a direção dessa Obediência maçônica ficou sob a custódia de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.⁵

Em contrapartida, havia formado o Grande Oriente do Brasil ao Vale dos Beneditinos. Ala radical afinada com a corrente francesa, composta por quarenta e cinco maçons, entre os quais estava Saldanha Marinho, encarregado da função de Grão-Mestre. Chamamos a atenção para fato de as duas novas Obediências maçônicas terem sido denominadas conforme suas respectivas localizações, na cidade sede da Corte imperial.

O envolvimento protagonizante de Saldanha Marinho com o universo maçom da década de 1860, bem como no da seguinte, explica o porquê de Ganganelli – pseudônimo usado na imprensa – ter se tornado a alma do movimento de resistência maçônica, em luta contra as pretensões da Igreja Católica do Concílio Vaticano I; na chamada “Questão Religiosa” do Império do Brasil (1872-1875). A justificativa para a escolha do pseudônimo esteve no fato de *Ganganelli* ser o sobrenome de Clemente XIV, Papa responsável por ter extinguido a Companhia de Jesus, em 1773.⁶

Se converteria na principal liderança responsável pela unificação da família maçônica brasileira. O que aconteceu em 20 de maio de 1872, como reação ao grave conflito epíscopo-maçônico, no qual a instituição se opôs à ação de Bispos ultramontanos católicos. Porém, antes, no ano de 1865 foi nomeado Presidente de Minas Gerais. Na província atuou agenciando voluntários para a Guerra do Paraguai (1865-1870). No plano cultural, procurou reabilitar o nome de Tiradentes, construindo monumentos de homenagem na cidade de Ouro Preto.

³ Saldanha foi Deputado Geral pelo Ceará em 1848. Deputado Geral pelo Rio de Janeiro entre 1861-1865. Presidentes de Minas: 1865-1867. Deputado Geral por Pernambuco: 1867-1869. Presidente de São Paulo 1867-1868. Deputado Geral pelo Amazonas: 1878-1881. Foi um dos constituintes de 1891. Na República veio a ser Deputado Federal para a Legislatura de 1891-1895. Sobre esses dados, ver: SALDANHA Marinho In: ABREU, A. A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República**..., pp. 1-4.

⁴ Trata-se do filho de Bento da Silva Lisboa (1756-1835), primeiro Barão de Cairu, com Ana Benedita de Figueiredo Lisboa. Nascido em Salvador em 1793 e falecido no Rio em 1864, o segundo Barão de Cairu tem seu nome entre os vinte e sete sócios-fundadores do IHGB. Para mais informações sobre a vida e as obras do referido brasileiro, ver: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/BSLisboa.html>. Ver também: <https://www.gob.org.br/bento-da-silva-lisboa-barao-de-cayru/>.

⁵ Acerca das diferentes fontes utilizadas para reconstruir aspectos da vida de Saldanha Marinho ver notas 1 e 2 do presente capítulo.

⁶ Para maiores detalhes, ver: MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, 2009, vol.13, n.26, p. 21. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100002>. Acesso em: 14 mar. 2020.

A passagem pela província mineira durou até 1867, quando tornou a reeleger-se Deputado, mas, desta vez, por Pernambuco. Momentaneamente, interrompeu a Legislatura 1867-1869 para presidir a Província de São Paulo, onde atuou no desenvolvimento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ainda em 1868, foi eleito Senador pela Província do Ceará, porém a eleição não foi reconhecida. O pleito foi anulado e a escolha da Coroa acabou por ficar sem resultado. Voltaria ao Parlamento apenas na Décima Sétima Legislatura (1878-81), eleito Deputado pelo Amazonas.⁷

Como sabemos, precisamente no ano de 1868 ocorreu a fratura no meio liberal motivada pela demissão do terceiro Gabinete de Zacarias de Góis, com a reascensão dos conservadores ao poder, em torno do Gabinete do Visconde de Itaboraá. Lembramos que, como resultado do evento intrinsecamente relacionado com a política imperial direcionada ao conflito na região do Prata, a Câmara baixa, de maioria liberal, foi dissolvida em 18 de julho. Ou seja, Deputados Gerais com mandato ainda em curso, como Tavares Bastos e o próprio Saldanha Marinho, foram despojados do Parlamento. Pela segunda vez na vida política parlamentar, tal adversidade lhe era imposta em decorrência do mecanismo da dissolução.⁸

Mesmo fora das instituições deliberativas, não deixou de fazer política. A imprensa na época se tornou o meio extraparlamentar para alcance de seus propósitos. Nesse sentido, os dois panfletos *O Rei e o Partido Liberal* surgem num momento em que autor era bastante conhecido. Morando na Corte, já havia atingido elevado grau de notabilidade política. Estamos numa fase em que o experiente letrado pernambucano se encontrava em processo de radicalização, por conta da Cisão Liberal de 68. A agitada situação política lhe levou a participar organizativamente da agremiação republicana, da qual surgiu, em 1870, o partido defensor das ideias republicanas no Brasil.

Nas seções em sequência explanamos aspectos internos, externos e historiográficos relacionados à Retórica da Revolução, presente na obra.

6.1 A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA LATENTE NO PANFLETARISMO DE FINAIS DOS ANOS 1860

Os dois panfletos anteriormente mencionados foram publicados pela Tipografia e Litografia Franco Americana. O primeiro está datado de 30 de junho; o segundo, de 15 de agosto de 1869. Nas publicações originais, o primeiro apresentava sessenta e uma páginas; o segundo, sessenta e quatro. Ambos ganharam reimpressão em 1885, num só volume, com o título *A Monarquia e a Política do Rei*. Contabilizando cento e cinquenta e três páginas, ao todo. Na edição reimpressa, mais dois artigos foram acrescentados: *O Elemento Servil e O Partido Liberal em 1885*.⁹

⁷ Ver: SALDANHA Marinho. In: ABREU, A. A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República...**, pp. 1-2.

⁸ Ao discorrer sobre as atribuições constitucionais do Poder Moderador, George Boehrer indica ter sido a Câmara dos Deputados dissolvida onze vezes por D. Pedro II, entre 1842-1889. Ver: BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 26.

⁹ JOAQUIM de Saldanha Marinho. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: imprensa Nacional, 1898, v. 4, p. 238.

Optamos por nos deter à edição de 1869, visto que foi escrita em meio aos acontecimentos da repercutida crise política, ocorrida um ano antes. A publicação é contemporânea aos eventos responsáveis pelo grande “racha” do *Partido Liberal*. Tal feito promoveu o aparecimento do *Clube Radical*, para o qual confluíram liberais da antiga *Liga Progressista*, em recusa à adesão ao *Centro Liberal*. Fundado em meados de 1868, a 03 de novembro de 1870 tornou-se *Clube Republicano*. Um mês depois, lançou o *Manifesto de 03 de Dezembro*, tornando-se decididamente *Partido Republicano*.¹⁰

A edição de 1869 encontra-se organizada em três partes: *Ao Povo*, *Primeiro Panfleto* e *Segundo Panfleto*. *Ao Povo* funciona como espécie de introdução. O *Primeiro Panfleto* e o *Segundo Panfleto* se subdividem em três e cinco capítulos, respectivamente, numerados em romano.

Perseguimos quatro objetivos em resgatar a linguagem política de Saldanha Marinho. Em consonância com a linha de argumentação apresentada na obra, procuramos evidenciar que a Retórica da Revolução extrapola os limites que poderiam lhe ter estagnado no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de Março de 1869. Haja vista que Saldanha Marinho não esteve entre os elaboradores do referido documento político. Nessa perspectiva encontramos ainda o autor em aparente dissonância com o programa do próprio *Clube Radical*, ao qual aderiu. Esse último, por meio de seus dois órgãos precursores na imprensa, a *Opinião Liberal* (1866) e, principalmente, o *Correio Nacional* (1869), também já havia declarado opção por reformas profundas e sistematizadas, sem recorrer à Revolução armada.¹¹ À contramão do que sustenta Sérgio Buarque de Holanda, vemos no uso retórico da “Revolução” mais do que simples “força de expressão”.¹² Tratou-se de hábil estratégia discursiva, em consonância com a atmosfera de cisão no interior das elites; com propósito de não apenas incitar reformas necessárias, como também de reivindicar qual grupo de interesse deveria conduzi-las à frente do governo.

O segundo objetivo é complementar ao primeiro: a obra parece anunciar mudança na trajetória política do agente, rumo a um liberalismo a renunciar a defesa da forma monárquica de governo. Esse aspecto é sintomático, pois, enquanto produto do seu tempo, ela foi elaborada num momento em que a ala moderada do *Partido Liberal* se aglutinou para formar a agremiação do *Centro*, sem a perspectiva de romper com a Monarquia. Saldanha Marinho, porém, optou por aderir às ideias da outra ala dissidente, o *Clube Radical*, que, em novembro de 1870, se tornou *Clube Republicano*.¹³ Houve razão para tanto: pela segunda vez na carreira havia sido despojado da atividade parlamentar.

O terceiro propósito consiste em expor o liame existente entre a obra e a parte “Consenso Unânime” do *Manifesto Republicano de 03 de Dezembro*. Esse aspecto nos parece não ter sido ainda explorado pela historiografia,

¹⁰ Acerca do processo de formação do *Clube Radical* e sua conformação em *Clube Republicano*, ver também: ALMEIDA, Felipe. **Partidos Políticos**. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial>. Acesso em: 05 out. 2019.

¹¹ BRASILIENSE, A. Partido Liberal Radical (1868). In: **Os Programas dos Partidos e o 2º Império...**, pp. 23-28.

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Livro Quarto. Capítulo III - O Manifesto de 1870. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico: do Império à República. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, v. 7, p. 302.

¹³ Sobre a formação e constituição do *Clube Radical* e sua mudança de nome para *Clube Republicano*, ver: CLUBE Republicano. In: ABREU, A. A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República...**, pp.1-4. Ver também: GOMES, A. M. **Fragilidade Monarquista...**, pp. 78-81.

com devida atenção. Como extensão do propósito, indicamos o quarto e último intento, o qual reflete sobre o significado que “Revolução” tinha para o país em 1869, na opinião de Saldanha Marinho.

Pensamos que a resposta para o quarto propósito volta a esclarecer o vínculo da obra com o *Manifesto* dos republicanos, especialmente nas partes “Exposição dos Motivos” e “Processo Histórico”.¹⁴ Observamos que em *O Rei e o Partido Liberal* a “Revolução” seria a restituição dos poderes soberanos da nação. O que poderia somente ser conquistada pela atuação enérgica de um “Partido Liberal” pouco propenso a ser ludibriado pelo Rei e pelos seus apoiadores.

Expandindo esse sentido, entende-se que a “Revolução” seria o equivalente a um movimento de restituição ao “povo” da soberania que lhe foi usurpada pelos Reis brasileiros, desde os alvares da Independência. A emancipação política é indicada como uma espécie de Revolução continuada, promovida pelo “Partido Liberal da Independência” e interrompida em 1840. Por conseguinte, subentende-se o movimento enquanto garantidor da harmonização entre a “Autoridade” e “Liberdade” no país. Inicialmente a ideia de “Revolução” assume o sentido de retomada de um estado anterior, entendido como “melhor”. Algo que poderíamos sugerir próximo ao sentido de “restauração”, de “retorno”. Todavia, particularmente no *Segundo Panfleto*, encontramos a definição moderna precisa do conceito: mudança de governo, substituição de um governo por outro através de um ato de insurreição.¹⁵

Percebemos que não há como fazer análise de *O Rei e o Partido Liberal*, sob o prisma dos referidos objetivos, se não expormos a releitura da história brasileira inerente à obra. Assim procedemos, pois, é possível encontrá-la integralmente manifesta nas páginas, desde as rebeliões coloniais até os fatos marcantes da década de 1860 no Brasil. A releitura nacional é feita numa perspectiva predominantemente linear, em ambos os panfletos constituintes. O ataque é direcionado à historiografia oficial da Independência, no intuito de reverter a posição desfavorável da soberania da nação frente às prerrogativas da realeza. Assim, para expor a argumentação optamos por seguir os rastros do processo de escrita, através da recomposição enunciativa.¹⁶

¹⁴ Sobre as referidas partes do *Manifesto de 1870*, ver: PESSOA, Reynaldo Cameiro (org.). **A Ideia Republicana no Brasil através de documentos**. SP: Alfa-Ômega, 1973, pp. 40-45.

¹⁵ Sobre a ressemantização do termo “Revolução” na Idade Moderna, ou seja, da passagem do sentido de “restauração” para o sentido de “mudança radical”, especificamente no cenário político, sugerimos: ARENDT, Hannah. O significado de Revolução. In: **Da Revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira; Verificação de trad. Caio Navarro de Toledo. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Editora Ática, 1988, cap. 1, pp. 17-46.

¹⁶ Para isso também estivemos atentos às discussões sobre a chamada “crítica genética” voltada para análise textual: os fenômenos de endogênese e exogênese na constituição dos textos durante o processo de escrita do autor; o que a oposição entre texto e contexto, entre o estudo de uma escritura e o de uma cultura, nos revela sobre a apropriação de dados socioculturais pelo escritor e a presença de estruturas sociais, ideológicas e culturais no texto; a poética da intertextualidade no que diz respeito ao fato de todo texto se referir implicitamente a textos; o significado de “antetexto”; as noções de representação e de textualização; o estatuto e as críticas recebidas; a rica tradição filológica da qual é herdeira; o caráter interdisciplinar do diálogo com o Estruturalismo Linguístico e com a Psicanálise. Para maiores detalhes, ver: HAY, Louis. **Essais de critique génétique**. Paris: Flammarion, 1979, pp. 23-35; 227-236. A respeito do *métier* do Historiador na produção de uma História do Discurso Político, Jonh Pocock levanta indispensáveis considerações acerca das práticas a serem adotadas. No desenvolvimento desse ofício, Pocock sustenta que o Historiador parafraseia o autor do texto. Ele repensa os pensamentos do autor e os expressa em sua própria linguagem, o que dá margem ao distanciamento crítico e histórico, de tal modo que ele passa a dispor de recursos para interpretar o discurso do autor e como esse discurso estava sendo desenvolvido no contexto linguístico ao qual pertence. Acerca desses apontamentos, ver: POCOOCK, J. G.A. O Conceito de linguagem e o “*métier d'historien*”. In: **Linguagens do Ideário político**. Sergio Micelli (org); Tradução Fábio Fernandez. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, cap. II, p. 71.

No centro do esforço de releitura histórica, encontramos a mobilização da Retórica da Revolução por parte de um liberal brasileiro cujas perspectivas indicam radicalização. Numa tumultuada conjuntura de dissídio político, no interior das elites dirigentes. Ao mobilizá-la em momentos precisos da obra, Saldanha Marinho se apropria dos repertórios da França republicana revolucionária do período moderno. Aplica os mesmos na releitura das experiências brasileiras. Entendemos que a escolha dos referidos repertórios estava em estreita consonância com os referenciais, também franceses, da máxima “Ou a reforma, Ou a revolução”, sintetizada pelos liberais moderados.¹⁷

Expor e interpretar essa releitura do passado nacional brasileiro é indispensável para tratarmos o discurso dos demais correligionários. Aqueles selecionados do movimento republicano inaugurado na Corte e de seus homólogos provinciais. Há a necessidade de relevar o fato de Saldanha Marinho ter sido um líder experiente; de influente envergadura política; esteve por longos anos envolvidos com a administração imperial. Sua biografia perpassa quase todo o século XIX. Foi um dos colaboradores na criação do *Manifesto de 03 de Dezembro*. Atuante também na Maçonaria brasileira, arregimentou instrutivamente nomes da corrente republicana revolucionária, como é caso de Silva Jardim.¹⁸ Esteve ao lado do líder da corrente reformista-evolucionista, Quintino Bocaiuva. Sua marca ficou distintivamente cravada no movimento.

Detectamos alguns trabalhos que interpretam *O Rei e o Partido Liberal*, ainda que sem minuciosidade. Em 1970, no Centenário do lançamento do *Manifesto Republicano*, numa nota de rodapé, Reynaldo Pessoa se limita a apontar como certas partes do documento político haviam sido quase literalmente transcritas de *O Rei e o Partido Liberal*. Entretanto, não explora a precípua constatação obtida.¹⁹ Quanto a esse aspecto, reafirmamos ser nossa pretensão analisá-lo em seus pormenores.

Alexandre Mansur Barata discorre sobre a obra partir da edição reimpressa em 1885. Sob uma perspectiva a reabilitar a posição de alinhamento da Maçonaria em relação à vida política do país, destaca que as considerações contidas na mesma estiveram em sintonia com a necessidade de construção de um projeto político, cujo propósito era o de consolidação de uma identidade nacional.²⁰ Com devido cuidado, nos encontramos temporalmente afastados desse ponto de vista. Nos debruçamos sobre a edição publicada em 1869, dezesseis anos antes da segunda reimpressão, um momento em que Saldanha Marinho não havia ainda declarado explicitamente adesão à República.

Se há a indicação da necessidade de construção de um projeto de identidade nacional, pensamos que os termos empregados para o exame desse projeto não podem estar dissociados da problemática pormenorizada pelo próprio Saldanha Marinho. Em outras palavras, entendemos que o autor explora a problemática, com que trabalha, sob um

¹⁷ A máxima foi sintetizada a partir do pensamento do Rei Luís Filipe I, em 1840. Cf. nota 47 do capítulo quinto dessa Tese.

¹⁸ Sobre isso, ver: LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil Político de Silva Jardim**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987, p. 66.

¹⁹ PESSOA, Reynaldo Cameiro. O primeiro centenário do manifesto republicano de 1870. **Revista de História da USP**. São Paulo, v. 41, n. 84 (1970), p. 418.

²⁰ BARATA, A. M. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021, pp.138-140. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20406>. Acesso em: 30 ago. 2022.

âmbito político e constitucional mais denso e preciso, expressamente definido por um confronto entre duas concepções de soberanias distintas.

Por último, no conjunto de ensaios históricos cuja perspectiva tenta aproximar as histórias de Brasil e Portugal após o processo da Independência brasileira, observamos que José Murilo de Carvalho, em *O Rei e a Representação da nação*, se retém tão somente a sublinhar o caráter antimonarquista da obra de Saldanha Marinho.²¹

O objetivo de *O Rei e o Partido Liberal* consiste no desejo de “recordar ao povo sua história até hoje, para fazê-lo compreender os erros cometidos”. As linhas escritas servem para “pôr em relevo as tristes consequências desses erros.”²² A tópica da exemplaridade histórica consiste no eixo transversal da retórica. Outra marca sobressaliente é a constante busca pela verdade dos fatos: “Dessas mesmas linhas a verdade é o seu único mérito.”²³

Em *Ao Povo*, a Revolução inaugura o discurso. É compreendida como meio de alcançar o equilíbrio entre princípios correlacionados na interação entre povos e governos: “Toda revolução na constituição e no governo dos povos tem por fim harmonizar a autoridade e a liberdade, o direito com o fato, condição eterna de ordem e prosperidade.”²⁴

É interessante notar a quem a fala é remetida: ao “Povo”.²⁵ Numa primeira leitura, o discurso aproxima o autor da condição de um adepto do pensamento liberal clássico. Direcionada ao “Povo”, a fala expõe o primeiro significado que a Revolução tinha para si²⁶ – a harmonia entre a “Autoridade” e a “Liberdade”. O autor sustenta esse significado para o conceito num ambiente em que a ala moderada do *Partido Liberal* dividido havia indicado à Monarquia: “Ou a reforma, Ou a revolução!”.

²¹ CARVALHO, José. Murilo. *O Rei e a Representação da nação*. In: CARVALHO, J.M.; DA SILVA, Isabel Correia; RAMOS, Rui (Coords). **A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910):** uma história de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2018, pp. 123-146.

²² MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 10.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*, p. 7.

²⁵ Entre 1750 e 1850, nos mundos ibérico e ibero-americano como um todo, respeitadas as variações, a direção da linha de evolução semântica do vocábulo “povo”/“povos” se caracterizou pelo deslocamento das margens do vocabulário político e social para o centro do discurso político. Ele veio desempenhar uma instância legitimadora do processo de refundação política conhecido pela Europa e pelas Américas na passagem do século XVIII para o XIX. Essa ressemantização do vocábulo, que o transpôs para o centro do discurso político, adveio da necessidade de romper com Antigo Regime e com sua concepção de soberania, baseada no Direito Divino dos Reis. O processo já vinha acontecendo antes mesmo da difusão do Iluminismo e do arrebentar da Revolução Francesa; porém, foi no processo das revoluções liberais, especialmente as independentistas hispano-americanas, que o processo se acentuou. No período de cem anos, desde as revoltas coloniais de fins do Setecentos, o traslado da Corte Portuguesa, a formação do Primeiro Império, as guerras civis regenciais até a emergência do Segundo Reinado, observou-se no Brasil o surgimento do conceito de “povo cidadão” como lugar no qual reside a soberania política, a despeito da permanência dos outros sentidos de Antigo Regime adquiridos pelo vocábulo, no decorrer desse longo processo: conjunto de súditos, vassallos, terceiro estado. Para nós, é o conceito de povo cidadão soberano que Saldanha Marinho está operacionalizando quando trata da tópica revolucionária. Contudo, não se trata de cidadãos comuns. O “povo” em Saldanha Marinho atende pelo coletivo trans-histórico “Partido Liberal”. Sobre o conceito de “povo” no Brasil e nas demais regiões do mundo ibero-americano e ibero-europeu, ver: FERREIRA, Fátima de Sá e Melo. Entre viejos y nuevos sentidos: “Pueblo” y “pueblos” en el mundo iberoamericano entre 1850 y 1850. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano:** la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p. 1117-1118. Ver também: PEREIRA, Luiza Rauter. Brasil: Pueblo. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano...**, pp. 1151-1162.

²⁶ MARINHO, J. S. op. cit., pp. 4-5.

Ao longo da análise, constatamos que o “Povo”, ao qual se dirige, ganha identidade trans-histórica coletiva cada vez mais definida: o “Partido Liberal”. A crítica é direcionada aos contemporâneos ainda correligionários. Desde o *Manifesto do Centro*, no meio liberal moderado havia tornado praxe levantar as bandeiras das reformas como se elas fossem demandas do povo.²⁷ A obra de Saldanha Marinho emprega o mesmo estratagema, porém no âmbito de um sensível movimento de afastamento da linha de ação política moderada do círculo do *Centro Liberal*. Ou seja, rumo a uma radicalização mais acentuada das críticas à Monarquia.

Ainda em *Ao Povo* é criado um quadro no qual demonstra o que acontece quando os interesses do “Povo” deixam de ser atendidos. Para Saldanha Marinho, na constituição e no regime imperial do Brasil dominou a prescrição. Os interesses do “Povo” foram esquecidos. A alegada situação de anormalidade e de desastre que abatia o país era decorrência desse esquecimento.²⁸

O sentido da fala apresenta ao Brasil da época um chamado ao que o autor entende por “revolução na constituição e no governo dos povos”. Analisemos em quais termos é construído o trecho a seguir: “É, pois, indispensável que volvamos ao princípio. Harmonizemos a liberdade com a ordem, o direito com o fato. Nos meios ordinários que temos não há salvação possível com eles, não chegaremos a nenhum resultado benéfico perfeito e duradouro.”²⁹

Consideramos tal trecho uma insinuação para a necessidade de uma Revolução “na constituição e no governo dos povos” no Brasil. Subentende-se que para Saldanha Marinho o Império do Brasil precisava dessa Revolução, diante do delatado quadro de “anormalidade” e de “desastre” em que se encontrava. Uma situação provocada, sobretudo, pelo esquecimento dos interesses coletivos na lei constituinte que o regia.³⁰

O político liberal maçom chama de “Partido Liberal” o defensor da Independência, o ator no momento da separação de Portugal. Ele o responsabiliza pelo estado de coisas descrito, no qual o país se encontrava. Afirma que “o partido liberal da independência consentiu a prevalência da vontade dos que queriam um rei para poupar sacrifícios e chegar a seu fim com maior segurança.”³¹ A intenção do partido foi a de evitar possíveis perturbações decorrentes da oposição portuguesa.

Julga o “Partido Liberal”, que observa existir e atuar no momento da Independência: “[...] a dolorosa experiência de 48 anos, o terá sobejamente convencido de que errou”. Convoca esse partido “a pôr termo à fase perdida [...] para começar a que lhe deve trazer [...] a liberdade a que lhe aspira”. À constituição de 1824 é apontada uma “origem irregular”, “suas imperfeições” e “violações que constantemente sofre”. Ela não podia convir ao Brasil. O autor é

²⁷ GOMES, A. M. *Fragilidade Monarquista...*, p. 42.

²⁸ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 7.

²⁹ *Ibidem*, p. 8.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*, pp. 8-9.

irônico: “Só com irrisão é ela já invocada”. Ele reafirma que o *Partido Liberal* da atualidade estava trilhando um caminho errado: “decepção sobre decepção tem sido a sua vida.”³²

Para um partido que se encontrava, desde 16 de julho de 1868, despojado do poder, “quando a ditadura [...] não procuraram encobrir-se sob qualquer forma”, Saldanha Marinho lhe recomenda “máxima energia, guiada pelo verdadeiro patriotismo, e com refletido plano político.”³³

A seguir, para melhor inteligibilidade da organização interna da obra, bem como da análise feita do conteúdo, optamos por conceder a cada panfleto uma seção particular. Essa predileção obedece às condições do contexto de produção. Apesar da datação de ambos ser do mesmo ano, existe uma sutil e significativa diferença de temporalidade, expressa em meses, a separá-los.

6.2 UM CONFLITO DE SOBERANIAS NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA “REVOLUÇÃO DE INDEPENDÊNCIA” E OS LIBERAIS FRENTE AO REI

O *Primeiro Panfleto* é homônimo do livro – *O Rei e o Partido Liberal*. Foi publicado em 30 de junho de 1869 no Rio de Janeiro, passados treze dias da Sessão de 17 de Junho no Senado.³⁴ Compõe-se de três capítulos, enumerados em romano. Cada qual aborda, em sequência, os três momentos nos quais a história do período monárquico é dividida no Brasil: a Independência e, por extensão, o Primeiro Reinado (capítulo *I*); as Regências (capítulo *II*); e o Segundo Reinado, até 1869 (capítulo *III*).

Ao remontar a história do Brasil ao período de Tiradentes, o capítulo *I* do *Primeiro Panfleto* denuncia a “astúcia” do Rei de Portugal, ao aconselhar o filho D. Pedro a tomar a Coroa primeiro para si, no momento de emancipação política do Reino do Brasil em relação ao Reino português. Chama tal recomendação de “pérfido conselho”, que teve por intenção humilhar um “povo” que se queria “nação livre e independente.”³⁵

Dois aspectos notados estruturam transversalmente o eixo argumentativo de Saldanha Marinho: o fato de conceber a existência de um “Partido Liberal”, no momento da emancipação brasileira, que atuará como um ente quase trans-histórico no curso de 48 anos de existência do país; e o fato de tratar o movimento independentista como uma Revolução, em processo até 1840.

Para o público esclarecido, a par dos meandros da política nacional no Rio de Janeiro do ano de 1869, pressupomos a estratégia argumentativa ter estado em estreita conformidade com o cenário político. Nada mais plausível do que trazer para o cerne do debate a imagem do *Partido Liberal* e o evocativo da “Revolução”, ambos lado a lado, num contexto em que os liberais alarmaram “Ou a reforma, Ou a revolução”, no encerramento do *Manifesto do Centro*.

³² MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 9.

³³ *Ibidem*.

³⁴ A esse respeito, ver: *ANAIS do Senado do Império do Brasil*. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21^o Sessão. Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, vol. II.

³⁵ MARINHO, J. S. *op. cit.*, pp. 11-12.

Esse indicador corrobora para o que afirmamos na introdução do capítulo: a probabilidade de a obra ter sido escrita ao considerar destinatários membros do *Centro Liberal*, em particular o Senador Nabuco de Araújo.

Ainda sobre a emancipação política sustenta: “A revolução da independência, fez efetiva a previsão do rei de Portugal. Fomos liberados da metrópole mal acautelada, porém **incompleta foi essa revolução** (grifo nosso)”. Na sequência vem a opinião quanto aos promotores, qual seja, o “Partido Liberal da Independência”: “os patriotas, que a promoveram [...] confiaram demais em quem, por sua posição e interesse [...] mais poderia ser o chefe patriota [...]”³⁶

Entende que o “Partido Liberal”, “o partido da independência”, “o partido americano”, o “das ideias generosas”, foi vítima de um grave erro. Ao querer transformar a antiga colônia portuguesa em nação independente, o partido teria esquecido que a liberdade da nação dependia, exclusivamente, da forma de governo a ser adotada: “em vez de um chefe brasileiro, tivemos pois, um rei estrangeiro, em vez de um cidadão criado e desenvolvido ao puro ar da liberdade, um homem já formado nas práticas absolutistas [...]”³⁷ Desse modo, “**O partido da independência, o partido liberal, foi, como tem sido, vítima da sua boa-fé e ingenuidade** (grifo nosso).”³⁸ A narrativa faz alusão ao momento da Independência, mas caminha para falar da conjuntura criada pela Cisão Liberal de 1868.

A opinião do balanço de 48 anos de história monárquica é apresentada. Uma opinião pensada e adaptada ao momento de crise política em que mergulhavam os partidos do Império. Uma origem para o *Partido Conservador* é indicada na narrativa: “Foi assim que tivemos o 1º Rei”. Os “absolutistas da metrópole” foram no Brasil convertidos em patriotas e mantiveram aqui sua “posse feudal” e seu domínio. Sua vontade permaneceu como lei.³⁹

As “pretensões democráticas” logo teriam sido desdenhadas pelos “dominadores”, acercados da realeza. Para implantar a Monarquia nas Américas, afirma a necessidade do derramamento de sangue. Os escolhidos para serem sacrificados foram os agentes promotores da “Revolução de Independência”: “Era mister enraizar a planta exótica no solo que a repelia, e desde que só com sangue podia ela medrar e fortalecer-se, não faltaram vítimas, e estas foram escolhidas entre aqueles mesmos que fizeram a revolução para libertar a pátria.”⁴⁰

Contundentemente é criticada a organização do processo constituinte do Brasil recém-independente. A desconfiança das províncias do norte, especialmente Pernambuco, em relação aos “dominadores”, foi confirmada com a eclosão da Confederação do Equador. O movimento teria sido o estopim para que do Rio de Janeiro se levantasse um aparato militar repressor. Mesmo antes das “manifestações patrióticas” nas províncias, a Constituinte teria incomodado os “dominadores”. O acontecimento de 1824 em Pernambuco, teria servido de pretexto, “por amor à ordem”, para burlar as tendências naturais do país: “A Constituinte foi dissolvida!”⁴¹

³⁶ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 12.

³⁷ *Ibidem*, p. 13.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*, p. 14.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 15.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 15-17.

Em *O Rei e o Partido Liberal*, a Retórica da Revolução embasa a perspectiva construída para a história brasileira, desde os momentos iniciais de Independência. Aliás, a própria Independência é chamada de “Revolução”, uma Revolução marcadamente continuada, a se prolongar no tempo através da ação do seu agente principal. O “Partido Liberal” é personificadamente interpretado como o agente. Sua existência e atuação já estariam, desde a ocasião, manifestas na generosidade e também nos “graves erros” cometidos: “A ‘revolução pois, caminhava, e o partido liberal se dispunha reivindicar os seus direitos, e a tomar conta daqueles em que tão imprudentemente havia confiado.”⁴²

Na reavaliação histórica, temos a imagem do “Rei astuto”, ganancioso por poder, um déspota. Em contrapartida, um “Partido Liberal” movido pela “boa” intencionalidade, mas ingênuo a ponto de cometer “graves erros”, aliando-se ao Rei “inimigo”. Habilmente, a releitura do passado nacional próximo é construída. Como parâmetro são exploradas as condições conjunturais do tempo presente: o conflito estabelecido entre a autoridade de D. Pedro II e o terceiro Gabinete Zacarias de Góis.

Em meio ao processo constituinte, a ter outorgado a primeira carta ao país, é indicada a pertinácia do Rei em resistir “às ideias que se manifestavam com maior força e vigor”. O Rei teria procurado, desse modo, “abortar a revolução que se ostentava já”. Para isso, “O Rei se arvorou em poder Constituinte da nação! [...] promulgou ELE SÓ a constituição que publicou em 1824, e que jurou a cumprir e fazer cumprir, [...] quando aliás para ela só a vontade do déspota foi ouvida.”⁴³

Na narrativa de reconstrução de fatos nacionais, a todo momento é apresentado ao leitor um “Partido Liberal” enganado por seus próprios erros. Iludido ora pelo Rei, ora por uma alegada generosidade inata excessiva: “o partido liberal ainda uma vez foi mistificado! Iludiu-se ainda uma vez com as promessas que lhe faziam [...] consentiu sustentar assim esse mesmo rei, confiando em sua boa-fé!”⁴⁴

O argumento cria a imagem de falsificação para o regime constitucional inaugurado em 1824: “a flor de tão bela aparência, [...] era cercada de agudíssimos e pungentes espinhos. [...] Tudo que havia de bom na aparência se nulificava na realidade.”⁴⁵ Sublinhamos um aspecto que não pode passar despercebido para fins retóricos. A temática do falseamento das instituições representativas não surge de uma hora para outra no *Manifesto Republicano* de 03 de Dezembro, como podemos ser induzidos a pensar ao lermos trabalhos a tratarem do período de 1870 em diante. O próprio *Manifesto* confirma essa assertiva na parte “Consenso Unânime”. A tópica já era recorrente na linguagem política da década anterior. Foi explorada tanto por políticos conservadores, como José de Alencar e Sayão Lobato, quanto por liberais, Nabuco de Araújo e o próprio Saldanha Marinho.⁴⁶ Enquanto um dos futuros redatores do *Manifesto*,

⁴² MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 18.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 20.

⁴⁶ Sobre a parte do *Manifesto de 1870* mencionada, ver: PESSOA, Reynaldo Cameiro (org.) *A Ideia Republicana no Brasil através de documentos...*, pp. 48-52.

e vivenciando essa situação, o autor apresenta discurso decoroso à plateia, em consonância com a atmosfera do debate político do momento.

Exemplo do que dissemos acima constitui outra tópica acionada, a crítica ao poder divino e absoluto dos reis; tópica criada e empregada pela retórica do Republicanismo moderno, nascido dos estertores da Revolução Francesa. No Brasil, a referida crítica se resvalou a um dos quatro poderes instituídos no Império, caracterizado como “absoluto”:

Neste monstruoso parto da perfídia, se aninhara o absolutismo astucioso, e tanto que ele ficara sempre armado [...]. [...] foi, nessa intitulada constituição, criado o mais estupendo dos poderes, o denominado - Moderador - e pelo qual o Rei se constituiu o árbitro de todos os outros poderes, e acobertado com prerrogativas de inviolável, sagrado e irresponsável, tem as faculdades de nomear senadores (nulificando o poder legislativo) prorrogar e adiar a assembleia geral, nomear e demitir livremente os ministros, suspender magistrados, perdoar e comutar penas impostas pelo poder judiciário, conceder anistia, etc.⁴⁷

Antes mesmo do *Manifesto de 03 de Dezembro de 1870*, Saldanha Marinho já desenha para nós, em *O Rei e o Partido Liberal*, a crítica de um liberal radical ao poder do Rei: “A um tal poder quem poderá resistir? O que são os outros poderes em presença dele?”⁴⁸

Compara a constituição outorgada em 1824 à constituição promulgada pelas Cortes Portuguesas em 1822, para dizer o quanto esta era mais liberal na prática do que aquela. O poder moderador criado para “nulificar” o Brasil não teria sido tolerado pela portuguesa. Os mecanismos de poder estabelecidos pela carta outorgada, elaboração do próprio D. Pedro I, mecanismos tais como “direito de perdão, o conselho de Estado, eram os garantidores da vontade absoluta.”⁴⁹ O primeiro Rei do Brasil é pintado como pessoa astuta, que teria procurado ter próximo a si quem mais o entendesse, quem fosse mais serviu. Os ministros teriam sido tirados em meio aos seus patrícios, de origem portuguesa: “os brasileiros, cujas tendências eram todas democráticas, foram cuidadosamente esquecidos.”⁵⁰

Ao demonstrar que “O despotismo queria instrumentos fiéis”, nos explica que dessa posição decorria o motivo para que os liberais, geralmente brasileiros, “se constituíssem adversários naturais do governo, ao passo que os retrógrados, em maioria nascidos em Portugal [...] apoiavam zelosos o governo.”⁵¹

Ao encerrar o capítulo *I* do *Primeiro Panfleto*, habilmente o autor mais uma vez reinterpreta os fatos do passado à luz dos acontecimentos do tempo presente: “essa disposição dos liberais, o desenvolvimento democrático [...] se exacerbou pela fatal Guerra da Cisplatina, nascida do capricho do Rei, **como hoje é a que sustenta o Brasil contra o Paraguai** (grifo nosso).”⁵² A força de anseios democráticos, da parte dos liberais, teria feito estremecer o Rei e seus

⁴⁷ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 20.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 22.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 23.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² Lembramos ao leitor que no momento de publicação do *Primeiro Panfleto*, a conjuntura externa no subcontinente foi caracterizada pelo encaminhamento do desfecho da grande Campanha do Paraguai, definitivamente encerrada a 08 de abril de 1870.

satélites: “Desde logo a revolução deixou de ser uma conjectura, um projeto; tornou-se um acontecimento verdadeiro e real; efetuou-se.”⁵³

Saldanha Marinho enxerga a Abdicação do primeiro Imperador brasileiro como ação muito bem calculada a fim de que o mesmo perpetuasse seu sistema absoluto de governo no Brasil. A pretensão teria sido a de iludir, não apenas os liberais, como também o próprio “povo”: “Após intensos sacrifícios, e quando o povo [...] tinha em suas mãos o meio de consolidar [...] a sua liberdade, foi mistificado pela bem calculada abdicação.”⁵⁴

A data da Abdicação é posta como Revolução incompleta, incapaz de ter dirimido o conflito entre concepções de soberania díspares: “**o 7 de abril de 1831, não deu em resultado como era de esperar e devia acontecer, o triunfo completo da democracia sobre a realza de apregoada origem divina!** (grifo nosso). O partido liberal foi ainda enganado; errou não completando a sua obra [...]”⁵⁵

A tática do Rei é assim exposta. Ao ter dado ao “povo” a impressão de desinteresse sobre os negócios de Portugal, o primeiro Imperador teria desejado governar Brasil e Portugal debaixo de uma mesma Coroa, que era sua. No capítulo I do *Primeiro Panfleto*, há uma conclusão: “os que deviam por direito dominar foram dominados em ambas essas épocas memoráveis.”⁵⁶

Está claro que no entendimento de Saldanha Marinho havia um embate entre duas formas de conceber a legitimidade do poder, o direito divino dos reis e a soberania popular: “O rei abdicara o que não tinha, e o povo o que não podia abdicar; aquele uma coroa [...], este um direito inalienável, qual governar-se por sua própria lei.”⁵⁷

No capítulo II do *Primeiro Panfleto*, há a exposição da estratégia adotada, após a Abdicação, pelos “mais favorecidos e entusiastas do primeiro Rei”. Muitos deles teriam se tornado “patriotas exaltados” a fim de manterem suas posições, iludir os liberais, para enfim se reorganizarem. O futuro líder dos republicanos trata a fase da Regência com entusiasmo decrescente: “Essa nova fase, pois, propícia e verdadeira, legítima, e digna emancipação política, em que a democracia se erguera triunfante e respeitável, foi perdida também. Os liberais deixaram-se mistificar ainda.”⁵⁸

Ainda naquela época, os “absolutistas convertidos”, os “retrógrados”, teriam procurado salvar suas “paradoxais doutrinas para aplicá-las no futuro”. Teriam se servido da menoridade do filho primogênito do Rei para “iludir os incautos”. O autor insiste em dizer que mesmo com a reforma promovida pelo Ato Adicional, “os liberais foram mistificados”: “os presidentes das províncias continuaram a ser delegados pelo Rei, quando deveriam ser delegados do povo de cada província.”⁵⁹

⁵³ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 24.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 25.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 26.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 23.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 27.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 29.

Ao demonstrar como “a reação conservadora se ostentou contra os liberais”, ressaltamos outro mencionado aspecto da narrativa, a ter o “Rei” brasileiro e o “Partido Liberal” enquanto agentes centrais. Saldanha Marinho amplia a dimensão coletiva deste último agente. Identifica os liberais, agora, com a “nação”. Ou seja, os próprios liberais se constituíam no agente da Revolução processualmente desenvolvida desde a Independência do país: **“E os liberais, que, pode-se dizer, eram a nação inteira e tinham a possibilidade de lançar mãos dos meios mesmos extraordinários, deixaram de cumprir o seu dever** (grifo nosso), por amor do órfão que lhes havia sido confiado [...]”⁶⁰ Lembramos que em 17 de junho de 1869, foi Nabuco de Araújo quem defendeu ser a Revolução responsabilidade da nação.⁶¹ Em vista disso, o que pretendia Saldanha Marinho, em fins de junho daquele ano, ao associar o “Partido Liberal” com a nação?

Ele aponta um hábito. Desde o governo da Regência de Araújo Lima, os liberais eram vistos como “anarquistas”: “O 2º regente professava as ideias dos homens da ordem! Os liberais, em seu conceito, eram anarquistas, eles portanto pôs-se à disposição dos retrógrados, e as tropelias apareceram.”⁶²

A Lei de 12 de Maio de 1840, a de Interpretação do Ato Adicional à Constituição de 24, é concebida como “reforma retrógrada”. No segmento, é exposto o que entende tratar de um verdadeiro choque entre duas concepções de soberania: a do “Rei absoluto” versus a do “Povo”: “[...] era a revogação insolente, por câmara incompetente, do ato adicional promulgado por câmara devidamente autorizada, era, [...] o primeiro decreto do Rei absoluto contra o decreto constituinte do povo.”⁶³

Ao tratar da estratégia de resgate do poder pelo “Partido Liberal”, diante da reação de retorno dos conservadores, com a Regência Una de Araújo Lima (1837-1840), alega mais uma vez a auto-ilusão, consentida do “Partido” já que “procurou achar no Rei, o remédio aos males causados pelo Rei.”⁶⁴ Insatisfeitos com o governo da Regência Una de Araújo Lima, os liberais teriam procurado acabar com o governo conservador.

A seguir é apresentado mais um indicativo de que a escolha pela via reformista pacífica, feita por liberais moderados no *Manifesto do Centro* de 31 de Março de 1869, ano da publicação de *O Rei e o Partido Liberal*, não esgotou a possibilidade de reivindicação da via revolucionária radical, embora mobilizada restritamente no plano discursivo. Lançamos essa mesma perspectiva na análise do programa do *Clube Radical*, que optou por reformas sem revoluções. Ainda que a solução reformista pacífica e legal tenha prevalecido entre os liberais moderados e liberais radicais, não minimizamos a retomada do tema “Revolução” no interregno entre as datas de lançamento do *Manifesto do Centro* e do *Manifesto Republicano*. Ou seja, entre março de 1869 e dezembro de 1870.

⁶⁰ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 33.

⁶¹ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão. Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, vol. II, p. 226.

⁶² MARINHO, J. S. op. cit., p. 34.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem, p. 35.

Em *O Rei e o Partido Liberal*, não encontramos explícita a recomendação para que os liberais fizessem a Revolução no ano de 1869, no propósito de resolverem o impasse das propostas por eles defendidas, face ao obstáculo constituído na pessoa do Rei. Uma vez diante da alegada concentração imensa de poderes que julgavam o monarca brasileiro ter adquirido desde 1824. Se a recomendação foi desejo real, acreditamos que o método empregado, qual seja, falar dos fatos do passado à luz dos acontecimentos do presente, pode tê-la intencionalmente ocultado. Nesse sentido, o método fez com que a linguagem fosse cuidadosamente empregada para discorrer sobre o assunto, mesmo que a autoria dos panfletos tenha mantido o anonimato.

Por conta da relação estabelecida entre passado e presente na construção narrativa, é satisfatoriamente relevante a confissão feita por Saldanha Marinho, quando discorre sobre o momento conhecido como o “Golpe da Maioridade”. No ano em que os liberais do *Centro* bradaram à Monarquia “Ou a reforma, ou a revolução”, confessa qual tipo acertado de Revolução o “Partido Liberal” deveria ter feito, no momento de derrubada do governo do Regente Araújo Lima.

Dois meios haviam; um era a revolução para entronizar a democracia, como os direitos do homem o prescrevem, e como a índole americana o determina. Seria esse o acerto (grifo nosso). O outro era entronizar o Rei antes do tempo, fazer do menor maior, suprir com a aparência o que a natureza ainda não havia consentido. Era isso um erro, era um meio para resultado negativo, como o futuro o demonstrou.⁶⁵

Em 1869, estamos diante de um Saldanha Marinho, que, por meio panfletário e sob anonimato, confessa ao público ter preferido, como caminho acertado para os liberais da época do Senador Teófilo Otoni (1807-1869), o meio revolucionário radical para terem posto fim ao predomínio da realeza e do *Partido Conservador*. Em outras palavras, 1840 deveria ter sido o ano da “Revolução liberal” brasileira.

Os problemas, pelos quais passavam os liberais no momento em que fala, decorriam do alegado erro de escolha. Um “erro” pelo qual optaram ao entronizarem o Rei, ao invés da “democracia”. As premissas ideológicas e o modo da Revolução a ter ocorrido, sob condução do “Partido Liberal”, deveria ter tido por modelo o francês e o estadunidense, da passagem do século XVIII para o XIX. Afinal, os liberais eram a “nação”, isto é, o povo brasileiro.

No enunciado a seguir, é deixada em suspenso a ação que o “Partido Liberal” deveria dispensar ao Rei. Pelo entendido, o autor parece querer apontar a abolição da Monarquia. O mais importante a frisar é o vaticínio contido no enunciado. O partido teria de fazê-lo em breve: “E o partido Liberal errou assim ainda, não fez então, como mais facilidade, o que há de por força das circunstâncias fazer mais cedo ou mais tarde.”⁶⁶

Encontramos outro lugar-comum, igualmente presente no *Manifesto de 03 de Dezembro*: a incompatibilidade entre Monarquia e Democracia: “**era mister não olvidar que Rei e democracia são coisas que se repelem** (grifo

⁶⁵ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 35.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 36.

nosso); um é o permanente destruidor do outro; e quando, por exceção, se consegue casá-los, dá-se ao mundo um espetáculo repugnante, e sempre irrisório, porquanto um dos consorciados deve nulificar o outro.”⁶⁷

A Revolução iniciada com o processo independentista, levada a cabo por aqueles rotulados de “partido liberal da época”, teria sido consumada com a ascensão de D. Pedro II ao Trono, com apoio e incentivo dos liberais. Entende-se “consumada” por interrompida; num sentido contrário ao curso esperado: “O órfão deixou o berço, e se apossou do cetro, o menino foi declarado homem feito; não se respeitou, pois, nem as verdadeiras conveniências do país, nem as próprias prescrições da natureza. A revolução foi por este modo consumada e o Brasil ... pobre Brasil Teve ainda um Rei!”. Conforme pensa, os Imperadores do Brasil teriam seguido o mesmo caminho; a herança de um para outro teria conservado os mesmos vícios: “O 1º Rei constituiu-se ilegalmente, usurpando direitos do povo, cometendo uma traição a seu pai, e à sua nação, o 2º se fez efetivo demoradamente transgredindo a constituição de seu pai, usurpando também os direitos do povo.”⁶⁸

No limiar do capítulo *III* do *Primeiro Panfleto* encontramos a retomada de uma dupla denúncia: a concentração de poderes na pessoa do Rei; e os “equivocos” cometidos pelos liberais. Nessa parte em que já analisa o Segundo Reinado, acusa a política ministerial, da qual teria se valido a realeza para controlar os partidos e seus homens: “Os amálgamas ministeriais tem sido o corretivo disfarçado com o qual o rei tem procurado neutralizar o efeito das tendências democráticas.”⁶⁹

A recepção dos eventos e das ideias da França revolucionária de 1848, pelos liberais brasileiros, é comentada: “A Europa se agitava, e as ideias democráticas triunfavam no velho mundo. A França repelia de si o rei que a traía. Igualdade, fraternidade e liberdade eram as inscrições da bandeira que dominava. E as testas coroadas estremeceram.”⁷⁰

Diante das ideias e dos eventos revolucionários, os liberais brasileiros de fins da década de 1840 e a própria realeza teriam se posicionado:

A revolução [de 1848 na França] veio dar algum alento, e esperanças ao partido no Brasil, e o Rei, sempre o mesmo, procurou refúgio e segurança no seio desse partido! Tivemos, pois, o ministério de que foi chefe o distinto e honrado brasileiro Paula Souza. Pareceu, pois, então, que a realeza buscava humanizar-se, consorciando-se com a democracia E os liberais erraram ainda, acreditando nisso, e aceitando o governo.⁷¹

Saldanha Marinho interpreta como as histórias de França e de Brasil dialogaram em 1848, sob o intuito de reforçar o argumento do autoengano dos liberais. Para isso, um paralelo entre a história nacional francesa do século XIX é feito em relação a história nacional brasileira. O propósito é o de demonstrar como os liberais, tanto os de lá quanto os daqui, se equivocaram. A denúncia da estratégia do Rei brasileiro em associar-se momentaneamente aos liberais,

⁶⁷MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 37.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 38.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 41.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 42.

⁷¹ *Ibidem*, p. 43.

concedendo-lhes o governo, a fim de evitar a Revolução, não passa despercebida. Antes mesmo do *Manifesto* e do curso tomado pela propaganda nas páginas d'*A República*, ainda em 1869, ele escolhe por paradigma a análise comparativa da situação do Segundo Reinado brasileiro com a do Segundo Império francês. O propósito é o de desabonar o que entende por “poder pessoal”:

A revolução francesa, porém, tomara em 1848 diverso caráter, os liberais, lá, como aqui, se deixaram mistificar, e o poder de Napoleão III, o mais audaz dos déspotas conhecidos, se manifestara. Novo ânimo, coragem maior veio disso aos retrógrados do Brasil, e o Rei desde logo se supôs habilitado a despedir os liberais do poder, e entregá-los aos seus homens da ordem.⁷²

Segundo ele, a despeito de ter o Ministério liberal de Paula Souza (31/05-29/09/1848) grande maioria na Câmara; de ter sido apoiado e contar com confiança; foi substituído, quando menos esperava, o que lhe pareceu um atentado contra o sistema representativo. O Ministério conservador do Visconde de Olinda (29/09/1848) teria aparecido livremente e o Rei atuou de modo a permitir a reação contra os liberais. Fazemos uma pausa para relembramos que, com a dissolução da Câmara em 1848, Deputados da Sétima Legislatura, entre os quais o próprio Saldanha Marinho, tiveram os respectivos mandatos interrompidos, por ação constitucional atribuída ao Imperador.

A política da Conciliação é apontada como meio encontrado pelo Rei para, mais uma vez, iludir o “Partido Liberal”: “Era indispensável, portanto, achar um meio qualquer de o iludir ainda, e em falta de outro vimos proclamada a CONCILIAÇÃO acompanhada das falazes *moderação e justiça*.”⁷³

A aproximação da releitura dos fatos da história nacional com o contexto de escrita acontece. Para o país ter chegado à Conciliação teria sido preciso ao Rei fazer “falazes” promessas aos Andradas e aos liberais, “ligando-se com eles na revolução da maioria”. Observemos que o movimento dos liberais, para declararem o Príncipe D. Pedro de Alcântara maior de idade, não deixa de ser tratado como “Revolução”. Tratava-se da “revolução de independência” “consumada”, num sentido negativamente contrário ao empoderamento soberano da “nação”.

Vejamos como é compreendida a crise processual gestada ao longo da década de 1860 no país, a que levou a cisão das classes políticas: “A conciliação, bem como a lei dos círculos, havia plantado a discórdia entre os conservadores [...] o Rei observava o movimento e estudava os meios de iludir a nova situação que se levantava.”⁷⁴

A ascensão do Gabinete Progressista de Zacarias de Góis (15/01/1864), por escolha do Rei, após a derrota do gabinete conservador na Câmara em 1863, aparece na narração. Saldanha Marinho elogia os esforços feitos pelos gabinetes conservadores, sucessores do Gabinete Furtado (31/08/1864-12/08/1865), para manutenção da dignidade nacional diante dos esforços de guerra. As relações do país com as Repúblicas do Prata teria atingido uma “desgraçada situação”. A Guerra do Paraguai teria sido instrumentalizada pelo Rei em estratégias da política interna. Ao Rei recai a

⁷² MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 44.

⁷³ *Ibidem*, p. 45.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 48.

acusação de ter se aproveitado da guerra para salvar o próprio partido da enorme responsabilidade e fazer pesar sobre os liberais “a odiosidade do mundo”.

A guerra com os Estados do Prata era a “inevitável consequência desses erros acumulados”. Os negócios estrangeiros do país achavam-se agravados por erros cometidos, com o firme propósito de desacreditar os governos republicanos. Ele ressalta que o brilhantismo, adquirido pelo Exército com Osório, passou a assustar o Rei.⁷⁵

Trata também do ápice da crise em 1868. Naquele ano, o Rei teria conseguido o que quis: o “entorpecimento moral” do Gabinete liberal de Zacarias de Góis (03/08/1868). Nas páginas do capítulo *III* do *Primeiro Panfleto*, prossegue descrevendo acontecimentos que levariam as elites dirigentes do país à dissidência liberal de 1868: o empossamento do Marquês de Caxias no comando do Exército. Apesar de responsabilizar o terceiro Gabinete Zacarias por erros cometidos, aponta que as intenções eram boas, a despeito das circunstâncias em que se encontravam o país.

Saldanha Marinho narra o processo de derrocada dos liberais. Havia a convicção de que em julho de 1868 a guerra caminhava para o término. O Rei, percebendo a possibilidade aberta para a realização das “indispensáveis reformas”, as que fariam triunfar boa parte dos princípios democráticos, teria armado situação para impedir esse triunfo e aniquilar os que professassem esses princípios. Para isso, teria armado os homens da ordem para fazê-lo. Notemos como o discurso do letrado pernambucano, apesar de autocrítico, é pró-liberal. Saldanha Marinho mostra como o Rei, com aparente generosidade, utilizou dos serviços de Torres Homem, e, logo em seguida, o desdenhou. Ele “ofereceu combate ao ministério, e livremente o substituiu por gente sua, pondo à testa dos negócios o Visconde de Itaboraá [...]”⁷⁶

Teria sido pretensão do Rei fazer com que as “glórias da paz” coubessem ao seu partido, enquanto que os ódios e os trabalhos da guerra fossem suportados pelos liberais. Para esses, teria tratado de criar toda a sorte de obstáculos. Para os aliados, teria em tudo lhes facilitado. Essa movimentação política é concebida pelo autor como verdadeira reação “conservadora”.⁷⁷

Outra convocação ao *Partido Liberal* Saldanha Marinho volta a fazer no último capítulo (*III*) do *Primeiro Panfleto*. A sugestividade para uma saída revolucionária aparece latente. Não é no repertório estrangeiro que busca referências para fazer invocação a uma passagem da Revolução Francesa, na incitação ao partido.

Nabuco de Araújo (1813-1878), liberal moderado articulado ao *Centro*, é o referido nome. Trata-se da já mencionada transcrição da resposta dada por Nabuco de Araújo ao ferrenho defensor da Monarquia, o “senador absolutista”, Sayão Lobato, em discurso no Senado: “A história nos diz que há tempos em que os povos veem risonhos e indiferentes caminhar seus parlamentares para o exílio; mas acordando ao letargo destroem as Bastilhas que personificam o despotismo. O povo brasileiro acordará do letargo em que tem jazido.”⁷⁸ Saldanha Marinho acreditava na possibilidade dessa “profecia” acontecer no país.

⁷⁵ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., pp. 48-49, 50-52.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 56.

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 57-58.

⁷⁸ ARAÚJO, Nabuco apud MARINHO, J. S. op. cit., p. 67.

No capítulo quinto, pontuamos que a mencionada transcrição nos remete ao discurso de Nabuco de Araújo no debate do dia 17 de junho de 1869 no Senado. Na ocasião, o então Senador baiano defendeu ter sido o lema de encerramento do *Manifesto do Centro* – “Ou a reforma, ou a revolução” – uma “sentença”. No máximo uma “profecia”, mas não uma “ameaça” de Revolução, tal qual sustentou Sayão Lobato. Acreditamos na possibilidade de Saldanha Marinho ter se inspirado na fala do Senador baiano quanto à afirmação: “a revolução depende da nação.”⁷⁹ No *Primeiro Panfleto O Rei e o Partido Liberal*, com habilidade, o autor identifica a “nação” com o “Partido Liberal”.

Desejamos fazer notar a intencionalidade de criar a expectativa numa provável comoção contra o alegado despotismo do Rei. Mesmo que sinceramente os agentes não ansiassem ou cressem na ocorrência de Revolução disruptiva na prática, é perceptível o hábil emprego retórico do conceito como meio de advertir adversários políticos enquistados no poder, naquela agitada e politizada conjuntura. Mais significativo ainda foi a severa hostilidade com que as autoridades conservadoras do Império, como Sayão Lobato, trataram esse tipo de discurso.

Ao invés de absolutamente discordar de José Murilo de Carvalho, e enfatizar a década de 1870 no Império como “mais” politicamente agitada do que a anterior⁸⁰, queremos entender essa agitação política dentro de um processo contínuo e crescente, a começar em 1862. Entender que as agremiações políticas vinham, desde aquele ano, quando a política de Conciliação sofreu fragoroso revés, em progressiva escalada de radicalização e de fragmentação. O ápice do processo foi atingido com a máxima “Ou a reforma, ou a revolução!”, fixada pelo *Manifesto do Centro* de 31 de Março. Com a máxima, os liberais do *Centro* aventaram a inevitabilidade da Revolução, caso não fossem atendidas as reformas. No ano de 1869, os agentes em cena tinham ainda o exemplo da Revolução de 1868 na Espanha – *La Gloriosa*.

Acreditamos assim que a radicalização e a consequente fragmentação do campo político se prolongaram. A opção por uma via não consensual não foi anulada com a opção da “reforma para conjurar a revolução”, como escolheram os liberais moderados. Igualmente não se ausentou das perspectivas de membros do *Clube Radical*, apesar do seu programa ter preferido por “reformas sem revoluções”. Nesse sentido, é representativo *O Rei e o Partido Liberal* de Saldanha Marinho, pois a retórica revolucionária apresenta-se mobilizada por um liberal radical da época, no tratamento da pré-anunciada “Questão do Regime”.

Mais uma citação sustenta a intencionalidade de criar expectativa numa admissível saída revolucionária, aparentemente “popular”, para resolver a situação política e institucional. Um ano antes da fundação do *Partido Republicano* na capital. Saldanha Marinho transcreve o argumento de um jornalista anônimo:

De três hipóteses seguintes uma se realizará, disse-o um dos mais notáveis jornalistas contemporâneos; ‘Ou os mercadores hão de fugir do templo que estão profanando; Ou se hão de converter à verdadeira religião nacional. Ou a incontestável e santa **onipotência da nação** (grifo nosso) há de arrasar o profanado templo com o fim de reedificá-lo em terreno purificado e santo.’⁸¹

⁷⁹ ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão..., p. 226.

⁸⁰ CARVALHO, J. M. **Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do dezenove**. Reino Unido, 2007. Disponível em: <https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/wp87-murilo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁸¹ MARINHO, J. S. **O Rei e o Partido Liberal...**, p. 68.

No encerramento do último capítulo (*III*) do *Primeiro Panfleto*, encontramos o sentido para o “popular”. Uma convocação é dirigida à agremiação política cindida, à qual ainda pertencia: “**Cumpra o partido liberal o seu dever** (grifo nosso). Sirva-lhe a experiência dolorosa que tem tido de lição bastante para não continuar a ser mistificado.”⁸²

É possível identificarmos a reação do público quanto à divulgação do *Primeiro Panfleto*, dentro da própria obra. A reação de adversários dos liberais é manifesta no *Segundo Panfleto*. O autor lhes rebate com a tréplica. A próxima seção trata a respeito.

6.3 NEM “ANÁRQUICOS”, NEM “SEDICIOSOS” E NEM “DESORDEIROS”: A REPERCUSSÃO DO PRIMEIRO PANFLETO E O DIREITO DE FALAR DE REVOLUÇÃO

O *Segundo Panfleto*, o qual também é homônimo da obra – *O Rei e o Partido Liberal* –, data de 15 de agosto de 1869; encontra-se dividido em cinco capítulos, enumerados em romano. Consiste numa flagrante constatação de época acerca da existência de um discurso da situação, a tachar de “revolucionários” os partidários liberais. Antes mesmo da conversão ao Republicanismo de parcelas de seus quadros. Temos a reação do autor às críticas lhe endereçadas pelos adversários, em decorrência da publicação do *Primeiro Panfleto*, passado um mês e meio. A situação é melhor constatável no capítulo *III* do *Segundo Panfleto*, em que há o retorno da ironia à Abdicação do primeiro Imperador.⁸³

Saldanha Marinho sustenta haver no momento a deturpação da história, por parte da historiografia oficial, com o propósito de favorecer o Rei:

Deturpa-se a história da pátria para lisonjear o Rei! A inversão dos fatos, o descrédito dos autores da nossa independência, a negação de patriotismo àqueles mesmo que, muito antes de 1821, alentando já a esperança de ver libertada a nossa terra, por esta nobre ideia se sacrificaram, tudo vai sendo empregado para iludir o povo, persuadindo-o de que a presente situação não é só legítima, é a única conveniente à prosperidade pública!⁸⁴

Continua com ironia: “**revolução, revolução, exclamam hoje, a um tempo** (grifo nosso), os Erasmos, e os Divinos, os velhos retrógrados, e os absolutistas noviços! E os revolucionários somos nós, que aliás nos limitamos dizer a verdade!”. Se pronunciando pelos pares, Saldanha Marinho diz que não lhes amedrontava o brado dos “servos da realeza”. Prosseguiriam firmes no desempenho do dever ao qual se propuseram.⁸⁵

A vontade de contrastar a historiografia criada pelo Império lhe faz citar um dos mais proeminentes nomes da literatura nacional do período, José de Alencar, militante do *Partido Conservador*: “O Brasil não há de esquecer o que

⁸² MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 68.

⁸³ *Ibidem*, p. 99.

⁸⁴ *Ibidem*, pp. 70-72.

⁸⁵ *Ibidem*.

deve à sua origem americana.”⁸⁶ Ainda no começo do capítulo *I* do *Segundo Panfleto*, o texto expõe um dado de época importante: os significados do conceito de “Revolução” mobilizados pelos adversários políticos: “**Como se lhes afigura horrível a revolução! Anarquia, desordem, aniquilamento, são, atualmente, as palavras de ordem dos dominadores!** (grifo nosso) Querem persuadir aos incautos e desprevenidos que pretendemos a anarquia, a dissolução da sociedade em que vivemos!”⁸⁷ Percebamos que a radicalidade é o sentido atrelado aos significados do conceito.

Acusa os adversários de tentarem incutir tal opinião no espírito público, num momento em que ele e seus copartidários desejavam ver firmada a sociedade e restabelecida em seus direitos: “Avaliam bem as conseqüências inevitáveis da revolução como a entendemos, como deve ser, relativamente aos seus interesses individuais, a seu egoísmo, e daí o receio”. Assevera que eram chamados de “sediciosos”, pois tinham como pretensão dizer a verdade.⁸⁸

Percebemos uma contradição da parte do autor. Talvez deliberada a fim de manter, por ora, a extensão e o controle do debate. Ela inclusive pode explicar a insistência dos adversários em acusá-lo de “revolucionário”, juntamente com o círculo político dos liberais. Ora, se desejava ver a sociedade restabelecida em seus direitos e mantinha o argumento da Revolução, como via de alcance do propósito, então por que negar a acusação lhe dirigida? Por casualidade, havia receio de represálias? Certamente, nos pareceu assunto delicado que não podia ser tratado em aberto. Caso contrário, ousaria avançar sobre o pilar do regime.

Vejamos. O argumento persuasivo empregado pelo futuro líder dos republicanos traz o gérmen da dessacralização do poder real. No plano simbólico, promove a desconstrução do poder da realeza brasileira e ao que tudo a ela estava ligado. A exposição nua da pessoa do Rei se traduz na exposição do pilar central do regime.

A desnaturalização do poder sagrado do monarca brasileiro, pela crítica ácida, aparece: “E sendo homem [o Rei], como outro qualquer de sua espécie, é pecável, tem defeitos, erra, é suscetível de paixões, e, como outros, tem suas feições, seus ódios, que o arredam da vereda do justo e do honesto!”⁸⁹ Pensamos aqui estarmos diante de alguns aspectos nos quais se baseou o discurso republicano brasileiro da década de 1870 em diante: a crítica ao absolutismo; a reivindicação dos direitos da nação; a teoria da origem divina dos reis versus soberania popular; o falseamento do sistema representativo; o constrangimento dos partidos políticos; a asfixia das províncias pela centralização.

Nesse sentido, *O Rei o Partido Liberal* é obra fundamental para previamente compreendermos as tópicas — as imagens por elas evocadas —, as representações de mundo, que moldariam o discurso de contestação à Monarquia, por parte da propaganda republicana e dos seus agentes:

E este governo de um só homem é o melhor dos governos possíveis na opinião dos dominadores! Eles, para resguardarem seus interesses pessoais, humilham-se ante o poder de emanação divina, não delegado, não dependente, não subordinado na ação ao único Rei nos países livres - O POVO.⁹⁰

⁸⁶ ALENCAR, José apud MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 71.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 71.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

Vasculhando as entrelinhas do *Segundo Panfleto*, vemos nele uma obra pré-republicana a confirmar, outra vez, nossa perspectiva. A indicação de uma saída revolucionária para resolver a crise política e institucional, aberta em 1868, extrapolou o marco cronológico indicado no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de março de 1868. O propósito de reformar sem a necessidade de revolucionar, inicialmente presente no programa do *Clube Radical*, também não pôs termo à questão. A Revolução prosseguiu presente nos atos de fala de liberais em via de radicalização política, como é o caso de Saldanha Marinho. A defesa por mudança na ordem política começou a ser levada à alçada do juízo público.

Não falta alusões à história das revoluções francesas quando trata do assunto. A escolha dos fatos ligados a essa história serve como fonte de argumentos para a interpretação da história da jovem nação sul-americana emancipada. Por outro lado, incrementa e incorpora o discurso da Revolução. No projeto de reformas reivindicado pelos liberais, o povo brasileiro aparece identificado com o próprio *Partido Liberal*. É ele próprio a “nação inteira”; em outros termos, o agente promotor de uma Revolução continuada, desde os primórdios da Independência nacional.

Houve a intenção de criar a expectativa na probabilidade de uma Revolução, tratada por “popular”, isto é, liderada pelos liberais, para fazer sucumbir o alegado “despotismo do Rei”, com o Poder Moderador e o círculo dos conservadores a apoiá-lo. Se o autor não acreditou sinceramente em tal probabilidade, dadas as condições de um país de dimensões vastas, de relações produtivas escravistas e de população predominantemente iletrada, ao menos quis fazer quem o lesse acreditar. E mais, não se referiu ao “Povo” no sentido lato do termo, mas a homens de elites, seus correligionários liberais. Acreditamos estar diante de um produto intelectual por meio do qual é possível captar a mudança de posicionamento político do autor.

Aos princípios da virtude cívica, aos *Direitos do Homem e do Cidadão* e à soberania popular, temas caros à matriz francesa do Republicanismo democrático, Saldanha Marinho recorre para contestar a origem divina, inviolável, irresponsável e sagrada do Rei no Brasil:

o cidadão pacífico, o brasileiro pensador refletido, reconhece a verdade do que escrevemos e a independência e o desinteresse que a ditou. Ele não pode deixar de indignar-se ante o desvio estudado [...]. Não pode, esse cidadão deixar a sua felicidade, os seus nobres sujeitos, suas patrióticas aspirações à “sujeição humilde a um senhor que reina, governa e administra, irresponsável e sagrado, superior ao povo, e não seu delegado! **Os que compreendem dos direitos do homem** (grifo nosso) aqueles que amam a pátria e sabem desprezar os benefícios ocasionais e degradantes do servilismo, esses não podem ficar silenciosos cúmplices da nefanda tentativa de destruição de um grande princípio político - *o governo do povo pelo povo - diariamente agredido nas reuniões, nos jantares, na imprensa e até na tribuna parlamentar!*⁹¹

O objetivo no *Segundo Panfleto* está traçado nas linhas que seguem: “Compulsando a história do país, traçamos algumas linhas, sem outra pretensão, que não a de expor ao povo as suas relações com a realeza, com o

⁹¹ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 73.

governo “- não seu delegado - em convencê-lo de seus erros com a lição da experiência”. Há exposto o desejo de mostrar ao governo que “deve tomar outro caminho tendo em vista a sua salvação e o engrandecimento da pátria.”⁹²

Ele defende a si e aos seus copartidários das acusações daqueles que lhes chamavam de “sediciosos” e “anárquicos”: “seja a verdade que escrevemos averbada de desejo sedicioso, e anárquico, não embarça isto a marcha dos acontecimentos, o natural desenvolvimento das ideias, a condenação final do CORRUPTOR, e o desprezo aos corrompidos.”⁹³

Há a explicação para o público de que o propósito da luta contra o poder e a política do Rei e de seus aliados, os conservadores, é uma questão de salvação nacional. Desse modo, é interessante ressaltar que a mística republicana de salvação nacional é evocada em *O Rei e o Partido Liberal*, antes mesmo de estar presente em *A Igreja e o Estado* de 1873, quando o líder maçom já havia se convertido ao Republicanismo. No último título citado, estrategicamente no âmbito discursivo, ele prega a Revolução para separar a Igreja Católica do Estado Imperial brasileiro. A situação é discutida no capítulo décimo terceiro da Tese.

Ao encerrar o capítulo I do *Segundo Panfleto*, recorre à opinião de João Francisco Lisboa (1812-1863)⁹⁴, “o Timon Maranhense”. O faz a fim de discutir a necessidade de Revolução. Trata-se do âmago da tática do autor também no âmbito da luta de representações travada contra a versão da história oficial. Num momento em que Saldanha Marinho e seus copartidários estavam sendo chamados de ‘anárquicos’ e ‘sediciosos’, nada mais plausível do que sustentar a Revolução empregando a voz de quem foi membro do *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (IHGB) e um crítico da *História do Brasil*, elaborada por Adolfo de Varnhagen:

Épocas há, lê-se no Jornal de Timon, em que o estado é tão mal dirigido, e caminha tão evidentemente à perdição, que **a ideia de derrubar, mudar ou modificar o governo e as leis acode espontânea a todos os espíritos** (grifo nosso); e em outras, o mal, muito mais grave e profundo, torna até necessário indispensável revolver os íntimos fundamentos da sociedade...⁹⁵

A semântica do conceito de “Revolução” empregado obedece ao padrão lexical da época. É concebida como mudança de governo; substituição de um governo por outro através de um ato insurrecional.⁹⁶

Ainda no capítulo I do *Segundo Panfleto*, há reflexos do impacto da publicação do *Primeiro Panfleto* na imprensa, a 30 de junho de 1869. Nesse último, Saldanha Marinho construiu enredo narrativo em que debruçou sobre a relação entre a realeza e o “Partido Liberal”, desde os primórdios da Independência. Foram ressaltados a

⁹² MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 75.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Acerca da vida e da obra do referido jornalista e historiador, consultar: JOÃO Francisco Lisboa. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, vol. 3, pp. 433-435.

⁹⁵ MARINHO, J. S. op. cit., p. 75. O *Jornal de Timon* foi uma série de folhetos inicialmente publicada de modo mensal em São Luís do Maranhão, de 1852 a 1854. Tratou especialmente de história política, não só do Maranhão, mas também da Europa, desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea. Para mais detalhes, ver: JOÃO Francisco Lisboa. In: BLAKE, A. V. A. S. op. cit., loc. cit. Ver mais: <https://www.bn.gov.br/es/node/329>. Acesso em 09 abr. 2021.

⁹⁶ A esse respeito, ver: REVOLUÇÃO. In: VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*. Editado por Ernesto Chardron e Bartholomeu H. De Moraes. Porto: Tipografia de José da Silva Teixeira, 1871-1874, 5. v., p. 285.

“ingenuidade”, as “ilusões”, e, por consequência, os “graves equívocos” cometidos pelos liberais, identificados com a “nação”. Isso no que diz respeito à política do Rei e de seus aliados, os conservadores. Era o “Partido Liberal”, “a nação”, “o povo”, o agente da Revolução continuada operada desde 1822 e interrompida pela Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1840.

Devido a essa narrativa, no fim da qual foi aventada a possibilidade da Revolução contra o alegado “poder pessoal” do Rei, ainda que escrevendo em anonimato, Saldanha Marinho e seus copartidários, por extensão, foram imputados com as pechas de “revolucionários”, “anárquicos”, “sediciosos”: “A doutrina do nosso primeiro folheto não é perigosa, é real e única que pode fazer a felicidade pública; a exposição dos fatos aí recordados é verdadeira; e a apreciação dos caracteres imparcial.”⁹⁷

À história mais uma vez recorreu para construir a versão dos fatos julgada “verdadeira”: “Vamos à história, vamos aos princípios”. A visão ciceroniana da história *magistra vitae* e a tópica da exemplaridade histórica são duas reivindicações para o enredo narrativo em construção: “a definição exata da nossa realidade política não pode ser sinistra. É lição a aproveitar.”⁹⁸

Verificamos se houve recepção do *Primeiro* e do *Segundo Panfleto* pela imprensa da época. Optamos por privilegiar dois órgãos: *A Reforma* e o *Jornal do Comércio*. O primeiro foi o principal canal de expressão dos liberais moderados do *Centro*. Quanto ao tradicional jornal de Júlio Villeneuve, sempre manteve destacada posição pró-governista. Procuramos ocorrência de publicidade dos panfletos nas edições de ambas as folhas, entre junho e agosto de 1869. Para o *Jornal do Comércio* pudemos estender a procura a algumas edições de outubro. No geral, em ambos não houve menção ao título dos panfletos.

Além do formato panfletário de publicação, encontramos um dado já referido que acrescenta para explicar a ausência de menção, em dois dos destacados veículos da imprensa política da Corte: o recurso à escrita sob anonimato.⁹⁹ Todavia, a busca por detalhes da repercussão dos dois panfletos, em fontes externas à obra, ao menos garante a existência de uma reação, da parte de políticos conservadores, contra o posicionamento dos liberais frente ao governo imperial. Publicações anônimas e discussões no Parlamento imperial, publicados no *Jornal do Comércio*, confirmam a

⁹⁷ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 76.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ CARVALHO, J. M. O Rei e a Representação da nação. In: CARVALHO, J.M.; DA SILVA, Isabel Correa; RAMOS, Rui (Coords). **A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)** ..., pp. 123-146. Pocock sustenta que a escrita secreta demonstra a intenção de um autor em querer selecionar os leitores. Já a escrita pública demonstra o abandono da tentativa de querer determinar o público. A respeito, ver: POCOCK, J. G.A. **Linguagens do Ideário político**. Sergio Micelli (org); Tradução Fábio Fernandez. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, pp. 53-55. Acreditamos que essa argumentação corrobora para nos certificarmos do fato de o *Segundo Panfleto* de *O Rei e O Partido Liberal* realmente ter sido escrito num contexto em que Saldanha Marinho travava, com diligência, um debate acirrado contra seus oponentes, na perspectiva de falar de Revolução, com o respaldo do direito de não ser acusado sob os rótulos de “desordeiro”, “anárquico”, “sedicioso”.

existência de um discurso conservador, a tachar políticos liberais de “anárquicos”, “facciosos”, “sediciosos”, “partidistas exaltados.”¹⁰⁰

Na introdução do capítulo *II* do *Segundo Panfleto* é refutada a visão conservadora compartilhada por “um retrógrado noviço”, cujo o nome não é mencionado. A refutação consiste em mais um dado do que demonstramos. Enquanto liberal em via de radicalização, é o próprio Saldanha Marinho quem combate a visão conservadora da história nacional, que tenta negar a Revolução enquanto uma possibilidade na história brasileira; como meio opcional possível para resolver impasses:

A ideia de independência, acaba de escrever um noviço retrógrado, não germinava no Brasil; a conspiração de Minas, em 1787, não teve o caráter de revolução para a independência; Tiradentes não foi herói nem mártir; e se houve injustiça nos tribunais que o condenaram, não houve perversidade da realeza.¹⁰¹

O combate é contra a versão que enxergava na Independência brasileira concessão benevolente de um “D. João VI [...] rei magnânimo”, de uma história que desejava “[...] conservar a atual ordem de coisas [...] para que o rei irresponsável, inviolável e sagrado, REINE, GOVERNE E ADMINISTRE”. Eis a luta que empenha no capítulo *II* do *Segundo Panfleto*: “**Não consentiremos que proposições tão arriscadas quanto inexatas passem em julgado. Examinemos a história** (grifo nosso).”¹⁰²

Num momento em que no Império brasileiro a conjuntura externa caminhava para o desfecho da Campanha do Paraguai; ao mesmo tempo em que se deparava com as consequências de mais uma dissidência intra-elite; acreditamos que nesse momento, que é de crise política e institucional, abria-se um acirrado campo de luta em que os agentes, através de seus discursos, tentavam impor aos adversários a representação de mundo que acreditavam ser a mais adequada. O reflexo disso está no trecho anteriormente apontado de *O Rei e o Partido Liberal*.

¹⁰⁰ Sobre as edições d’ *A Reforma* em que aparecem discussões em torno da atuação de Saldanha Marinho, entre junho e setembro de 1869, ver: 01/06/1869, p. 2; 08/06/1869, p. 2; 19/06/1869, p. 1; 06/07/1869, p. 3; 15/07/1869, p. 1; 28/07/1869, p. 3; 06/08/1869, pp. 1,3; 12/09/1869. Dois assuntos destacam-se nessas edições: a exclusão do Senado e os atos executados quando exerceu a função de Presidente das Províncias de Minas e de São Paulo. Em relação ao *Jornal do Comércio*, destacamos as seguintes edições: 01/07/1869, p. 6; 03/07/1869, p. 5; 14/07/1869, p. 1; 21/07/1869, p. 2; 24/07/1869, p. 1; 03/08/1869, p. 1; 15/08/1869, p. 2; 02/09/1869, p. 2. Duas situações encontradas na última folha mencionada permitem acompanhar os discursos de reação contrária à atuação dos liberais na imprensa e no Parlamento. Trata-se do artigo *Fração Anárquica*. Nele, o autor anônimo tece contundentes reprovações aos atos da “oposição progressista capitaneada no Senado pelo sr. Zacarias”. Na edição de 29 de setembro daquele ano encontra-se a discussão sobre *Prorrogação do Orçamento*, em sessão da Câmara dos Deputados, na qual tem destaque a fala do cearense Alencar Araripe. O Deputado conservador subiu o tom de voz contra Senadores liberais, acusando-os de impedirem os trabalhos de votação do projeto de orçamento na casa, também em discussão no Senado. Passagens da sua intervenção confirma a postura dos conservadores de associarem a ação dos liberais a práticas “fora da ordem”: “O Sr. Alencar Araripe: [...] Eu sei Sr. Presidente, que uma minoria, que não duvidarei denominar **facciosa** (muitos apoiados), no Senado tem, por meios inaceitáveis, obstados a passagem do orçamento. (Muitos aplausos). [...] Este procedimento o país reprova (muitos aplausos), **este procedimento é anárquico** (apoiados), e não pode deixar de ser estigmatizado com força e veemência pela nação e por seus legítimos representantes. [...] Se assim o fizerem, não são senadores, **são partidistas exaltados, e homens sediciosos**, saem do augusto recinto do Senado para trocar a posição respeitável de sustentadores das leis pelo censurável papel de **perturbadores da paz pública** (grifos nossos)” (A *FRAÇÃO Anárquica*. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 48, n. 268, 27 set. 1869. Publicações a Pedido, p. 1).

¹⁰¹ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 77.

¹⁰² *Ibidem*.

Ao que indica, havia uma luta de representações da realidade por parte dos discursos dos agentes.¹⁰³ A disputa pela interpretação verídica dos fatos da história está latente. No quadro de radicalização política, Saldanha Marinho não nega a opção revolucionária para resolução de impasses. Trata-se de um dado importante a ser frisado. No enredo narrativo construído, não a negou desde o momento da Independência nacional. Não a nega naquele ano de 1869, quando chama à ação um “Partido Liberal” identificado com a “nação”, em conformidade com o discurso do Senador Nabuco de Araújo.¹⁰⁴ Não nega a possibilidade de que a ela fosse necessário recorrer no futuro, como resposta ao alegado “despotismo do Rei”.

No capítulo II do *Segundo Panfleto*, há de modo mais incisivo a pretensão de inserir no universo narrativo, através do qual nos reconta a Independência nacional, o dado da Revolução. Para isso, o autor regressa à Coimbra de 1786, onde descreve um grupo de estudantes brasileiros interessados em regenerar politicamente o “país”. Vai à França daquele mesmo ano e vê o mineiro Vidal Barbosa estabelecer tratativas com o recém-instituído governo dos Estados Unidos, com o mesmo propósito. Enquanto o povo do Rio de Janeiro é apresentado deixando-se iludir por Luís Vasconcellos, o povo mineiro, acabrunhado sob a prepotência de Luiz da Cunha, conspirava pela independência.¹⁰⁵

Três referências são empregadas para reconstituir a história e sustentar o argumento de que a via revolucionária, para resolução dos impasses, foi abertamente tomada não só na Colônia como também naquela conjuntura mundial. Joaquim Manoel de Macedo, John Armitage e José de Alencar¹⁰⁶ são os nomes citados. Saldanha Marinho é insistente em ver na Inconfidência um movimento de emancipação nacional, em molde revolucionário, que tinha por finalidade obter a Independência do Brasil e implantar um sistema democrático, nos moldes dos Estados Unidos: “**Como, pois, ousa dizer que não teve o caráter de revolução de independência a conspiração de Minas?**” (grifo nosso).¹⁰⁷ Tiradentes, o líder dos inconfidentes, é retratado como vítima do “nefando despotismo da Rainha de Portugal”, a culpabilizada por seu martírio.

Ao mesmo tempo em que escarnece da interpretação da história do Brasil, que entende ter sido D. João VI o agente responsável pela Independência nacional, crê que o “povo brasileiro” reverteria a situação de opressão na qual afirma vê-lo fazer: “**mas o povo jogará a última cartada, e ai dos que até hoje o têm flagelado**” (grifo nosso). Dar caráter de virtude à ação D. João VI, por ter outorgado a Independência ao Brasil, “É muito mentir à história”, argui.¹⁰⁸

¹⁰³ A esse respeito, ver: CARVALHO, J. M. O Rei e a Representação da nação. In: CARVALHO, J. M.; DA SILVA, Isabel Correa; RAMOS, Rui (Coords). *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)* ..., pp. 123-146.

¹⁰⁴ Ver: *ANAIS do Senado do Império do Brasil*. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21ª Sessão. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, v. II, p. 226.

¹⁰⁵ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal...*, p. 78.

¹⁰⁶ Apenas *História do Brasil* (1836), de John Armitage, e *História do Brasil* (1861), de Joaquim Manuel de Macedo, são citadas em nota de fim de página, com precisão.

¹⁰⁷ MARINHO, J. S. op. cit., p. 80.

¹⁰⁸ *Ibidem*, pp. 81-82. Nesse intervalo, para desqualificar D. João VI no exercício da realeza, Saldanha Marinho recorre aos argumentos de Francisco de Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim (1812-1876), no panfleto *O Libelo do Povo*, publicado em 1849, após A Revolução Francesa de 1848 e a Revolução Praieira em Pernambuco. Escrito quando o autor atuava como jornalista liberal, sob o pseudônimo *Timandro*, *O Libelo* revolucionário consiste num ataque virulento contra a dinastia portuguesa dos Braganças e a dos Bourbons. Saldanha Marinho o cita na nota oito (8) de *O Rei e o Partido Liberal* (*Ibidem*, pp. 82,139). Para maiores detalhes acerca do panfleto, indicamos: MAGALHAES

O capítulo III do *Segundo Panfleto* mantém a narrativa para os acontecimentos da Independência. Sustenta que nunca foi a intenção de D. Pedro I a separação completa do Brasil em relação à antiga metrópole. A referência citada é a inacabada *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, do Visconde de Cairu¹⁰⁹, um dos mais proeminentes homens do Primeiro Reinado brasileiro, do círculo de José Bonifácio.¹¹⁰ Ao citar dados da obra, indaga: “Em vista de tudo isso, como se ousa dizer que Pedro I queria independência do Brasil com sua emancipação da metrópole.”¹¹¹ João Manuel Pereira da Silva, em *A Fundação do Império Brasileiro*, é outra referência a que ele recorre para discutir o processo.

Afirma que se a Independência fosse uma ideia generosa, na mente do Príncipe Regente, a Revolução teria sido diferente: “se a declaração fosse nele uma ideia generosa, um ato de proibidade política, outro seria o desenvolvimento que se daria à revolução.”¹¹² Nessa suposição, o Príncipe Regente enquanto patriota desinteressado teria convocado os “escolhidos do povo para que deliberassem sob a forma de governo a adotar e nomeassem o seu chefe supremo.”¹¹³

José Clemente Pereira teria ajudado D. Pedro I a apresentar-se na qualidade de Rei do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi em meio a essa manifestação que as inspirações dos liberais teriam sido iludidas e o Príncipe Regente aclamado Primeiro Imperador. Para escrever a passagem, recorre aos trabalhos de Manuel Joaquim Macedo, de Pereira da Silva, do Visconde de Cairu e de João Armitage. O autor indica ao leitor como que D. Pedro I teria começado a “pear a liberdade”, censurando a imprensa, perseguindo a Maçonaria. Essa última, em sua opinião, “muito havia concorrido para a revolução da independência.”¹¹⁴

Ironizando as ações do primeiro Rei, exclama: “Eis o homem a quem os dominadores, os senhores do Brasil, os endeusadores do Rei ousam apelidar de amante da liberdade, autor da independência liberal, modelo das virtudes políticas, devotado sincero a esta terra.”¹¹⁵ Um salto temporal faz com que a crítica se dirija do Primeiro para o Segundo Reinado: “E esse podre incenso queima-se ainda em 1869 para conquistar as graças do 2º”. Para desqualificar mais a atuação do Príncipe Regente, no processo da emancipação brasileira, é citado o trabalho de Souza Monteiro.¹¹⁶

Ele reinterpreta o 07 de Abril de 1831. O episódio é retratado como “conspiração”, em que sobressaiu a vontade popular em detrimento da vontade do Rei, com o crescimento do poder dos liberais: “A conspiração não se ocultava já, e os acontecimentos se precipitavam, sem que mais pudesse a vontade do povo ser

JÚNIOR, Raimundo. O Libelo do Povo. In: **Três panfletários do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, pp. 7-121.

¹⁰⁹ Trata-se de José da Silva Lisboa (1765-1836), o primeiro Visconde e Barão de Cairu, pai de Bento da Silva Lisboa (1793-1864), o segundo Barão de Cairu. Para mais informações sobre este último ver nota 4 do presente capítulo.

¹¹⁰ MARINHO, J. S. **O Rei e o Partido Liberal...**, pp. 88-89.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 91.

¹¹² *Ibidem*, p. 93.

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ *Ibidem*, pp. 94-96.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 98.

¹¹⁶ SOUSA MONTEIRO. História de Portugal (1838) apud MARINHO, J.S. op. cit., p. 98.

superada”. Vislumbra na Abdicação de D. Pedro I um processo de Revolução popular em curso, motivado pelos “desregramentos”, “arrogância” e “absolutismo” do primeiro monarca:

Não consegui; e não aparecendo o ato de reintegração do gabinete demitido, que os amotinados exigiam, a agitação cresceu sobremaneira; **o caráter da revolução se tornara medonho** (grifo nosso), e nesta conjuntura, sem um só soldado, pois que nem um deixou de incorpora-se ao povo, atormentado, irritado, fatigado, em extremo, e perdida toda a ideia de salvação, pelas 2 horas da manhã de 7 de abril, sem consultar os seus fidalgos ministros, escreveu o ato de Abdicação.¹¹⁷

Observa-se o próprio agente de época insistindo para não descartar o conflito na história brasileira, cujo protagonismo cabia ao “povo”, no momento em que as circunstâncias forjavam o fim do reinado de D. Pedro I: “Se parte da tropa de linha continuasse à sua disposição, neste caso correria infalivelmente muito sangue, mas, sem dúvida, o do Rei nessa ocasião se confundiria com o dos homens do povo, e a humanidade de ambos ostentaria sua natural igualdade.”¹¹⁸

Motivado pela resposta que desejou dar aos adversários, quis desmontar a narrativa histórica que contemplou na Abdicação do Rei um ato de moderação: “Tais são os fatos ante os quais não é lícito afirmar, não é decente escrever, que o ato da abdicação do 1º Rei foi espontâneo e para poupar sangue brasileiro.”¹¹⁹

Nota-se persistente inconformidade com perspectivas a minimizarem a Revolução como saída para resolver momentos de crise na história nacional. E, por extensão, vemos contestada a tentativa de negar a presença da ação popular violenta. Tal postura desponta ao contestar o discurso conservador em voga, contra o qual em resposta escreve, afirmando em meados daquele ano de 1869 não serem os liberais os “anárquicos”, os “revolucionários”, os “sediciosos”.

Há o reforço da imagem da Revolução para pôr fim ao impasse gerado pela crise política vivenciada no fim do Primeiro Reinado: “Fique, portanto, bem firmada a ideia de que **Pedro I abdicou forçado pelas circunstâncias, pela revolução** (grifo nosso) a que não pôde de modo algum resistir.”¹²⁰ O que teria evitado o derramamento de sangue nos dias 06 e 07 de abril de 1831 foi o arrependimento do Rei: “da consciência dos seus erros, e dos males que causara à liberdade dos brasileiros, o arrependimento de haver criado tantos traidores.”¹²¹

Nos parece ser *O Rei e o Partido Liberal* uma espécie de antessala¹²² do *Manifesto de 03 de Dezembro* no que diz respeito à intenção dos republicanos de explorarem o trauma gerado pela dissolução da primeira constituinte, em 1823. O capítulo IV do *Segundo Panfleto* retrata o assunto.

¹¹⁷ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 101.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 102.

¹¹⁹ *Ibidem*.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Para mais detalhes da relação entre ambas as produções, ver também: LEITE, Aureliano. *O Manifesto de 1870 e os paulistas - R.F.D.* 1970, p. 354. Disponível em: www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download.

Na referida parte sobressaem mais uma vez respostas às tentativas de estigmatização feitas pelos adversários. O autor deseja aquilatar o “valor da resposta, pela verdade dos fatos”. Descreve os fatos da seguinte maneira. Uma vez obtida a independência, foi preciso estabelecer as regras que deveriam reger a nação. Uma assembleia constituída pelos eleitos do povo seria a única autoridade suprema do país, mesmo com o Rei aclamado antecipadamente. Apresenta-se refratário em aceitar o estigma de “sediciosa” atribuído à constituinte de 1823, já que “As ideias democráticas logo tomaram conta da Constituinte.”¹²³

Consta-se com clareza a manutenção da coerência do método de abordagem e de reconstrução dos fatos, tal como fez para o *Primeiro Panfleto*. Expõe acontecimentos do tempo passado à luz dos acontecimentos do presente, se dedicando a captar o tempo futuro. Ao voltar ao momento de dissolução da Constituinte, ressalta que na época as “ideias de liberdade” eram entendidas como “sedição” e “anarquia”: “A essas legítimas tendências da Constituinte os absolutistas chamaram sedição. As ideias de liberdade foram logo encaradas como prenúncio de destruidora anarquia.”¹²⁴

Não era exatamente isso que estava acontecendo naquele ano de 1869 no Império? Não estavam os seus opositores, os conservadores aliados da realeza, tachando a si e a seus copartidários liberais de “anárquicos”, “sediciosos”, “revolucionários”?

Em comparação ao que escreve e sustenta no *Primeiro* e no *Segundo Panfleto*, entendemos que da parte dos opositores conservadores não faltavam motivos para o discurso estigmatizante dispensado ao autor, como resposta. Afinal, no momento em que reinterpreta o “Golpe da Maioridade”, o líder maçônico confessa ter sido aquele o momento oportuno para que os liberais de 1840, identificados com o “povo”, tivessem promovido uma Revolução nos moldes ideológicos da francesa, seguindo a procedência americana. De modo a terem extirpado a possibilidade de um Segundo Reinado no Brasil.

Inadequação e hostilidade foram posturas que teriam caracterizado a relação de D. Pedro I com as ideias liberais do constitucionalismo. A Assembleia teria sido coagida pela força do poder militar concentrado pelo primeiro Imperador, que detinha à disposição tropas portuguesas munidas de pólvora e bala, estacionadas no Paço de São Cristóvão. O método narrativo empregado, para inserção no debate político da passagem da década de 1860 a de 1870, é reconfirmado na nota trinta e quatro (34): “No segundo Reinado tem-se por mais de uma vez dado este escândalo [referência ao uso da força praticado por D. Pedro I].”¹²⁵

A dissolução da Constituinte pelo Imperador, sob o uso da força, é constatada como “uma infrene ditadura”. O “crime de Pedro I” teria sido tratado como virtude. Termina exclamando: “Tal é a verdade!”. Ao justificar o objetivo por traz da dissolução da primeira Constituinte, reinterpreta os fatos do passado brasileiro diante da crise político-institucional de fins da década de 1860. A medida autoritária teria acontecido “Para manter um Rei que reina, governa

¹²³ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., pp. 102-103, 104.

¹²⁴ *Ibidem*, p.105.

¹²⁵ *Ibidem*, p.106. Para narrar a dissolução da Constituinte, Saldanha Marinho recorre à obra *A Constituinte perante a História* de Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo (1837-1918).

e administra, irresponsável e sagrado, absoluto pelo poder moderador. **A mentira de hoje não pode manter-se senão com a mentira de ontem!** (grifo nosso).”¹²⁶

No encaminhamento final do capítulo *IV* do *Segundo Panfleto*, o questionamento à tradição historiográfica oficial é sobrepesado. Acusa os contestadores, não identificados, de terem recorrido a ela para enaltecerem a pessoa de D. Pedro I. Ao colocar em relevo a via revolucionária e “popular” para resolução de problemas em momentos de impasse, desde 1822; ao reescrever a história nacional como uma luta dos anseios despótico da realeza brasileira contra os representantes do povo – no caso os liberais –; ele questiona a legitimidade dos próprios letrados do IHGB. Em outros termos, adota questionar a legitimidade da história oficial como estratégia para intervir no conflito entre duas concepções distintas de soberania. De modo a dar resposta à crise política realimentada em 1868.

Na estratégia de interrogar a interpretação oficial, responsável por favorecer a realeza em prejuízo da “ação popular”, aparece o nome a quem teria recorrido os contestadores do *Primeiro Panfleto* para lhe negarem veracidade na reinterpretação dos fatos. A fonte usada pelos contestadores teria sido Monsenhor Pinto de Campos (1819-1887)¹²⁷: “E quem são os instrumentos do 2º Rei, que assim acometem a verdade da história? São, em parte, parentes próximos, protegidos de vítimas ilustres do 1º Rei!”. Continua: “Em falta de autoridades insuspeitas que endeusem os seus ídolos cita o defensor de Pedro I ... a quem? Ao historiador Pinto de Campos!”¹²⁸

O último capítulo (*V*) do *Segundo Panfleto* indica o estado no qual se encontrava a vida política brasileira em 1869, na opinião de quem o escreve. Há o esforço de validar a tese do “poder pessoal”, da “onipotência do imperialismo”. Ao seu ver: “Um fenômeno notável se dá na imprensa de todos os partidos do Brasil, como no seu parlamento. Não há divergência de opinião acerca do ponto mais importante de nossa vida política.”¹²⁹

No entender, o “absolutismo do Rei” era algo incontestável à sensibilidade do mundo político, marcado pelos rumos tomados pela Campanha do Paraguai e pela ruptura do meio liberal, após a demissão do terceiro Gabinete de Zacarias de Góis: “Todos tem dito a mesma coisa acerca de um fato essencial. Não temos governo representativo, só há uma vontade, o governo é um só homem, o poder pessoal se ostenta; e o poder pessoal é o absolutismo. O Estado é ele!”¹³⁰

¹²⁶ MARINHO, J. S. **O Rei e o Partido Liberal** ..., pp. 108-109.

¹²⁷ Filho de José Manoel de Campos e de dona Tereza Firmina Campos, o prelado nasceu a 04 de abril de 1819, em Flores, na ainda Capitania de Pernambuco. Faleceu a 05 de dezembro de 1887, em Lisboa. Joaquim Pinto de Campos foi orador, publicista, professor, político, Comendador da Ordem da Rosa e Comendador da Ordem da Conceição de Vila Viçosa, de Portugal, Cavaleiro da Ordem de Malta, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e de outras associações culturais. Sobre a vida e as obras do religioso, ver: JOAQUIM Pinto de Campos. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, vol. 4, pp. 224-229; COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.; MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia Brasileira**. Los Angeles: UCLA; Rio de Janeiro: Kosmos, 1983. 2 v. (Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=1616>).

¹²⁸ MARINHO, J. S. op. cit., p. 109.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 110.

¹³⁰ *Ibidem*.

Era de conhecimento de todos, “liberais, conservadores, homens do povo”, que “[...] o Rei, o Rei só - REINA, GOVERNA E ADMINISTRA [...]”.¹³¹ A retórica do autor opõe “verdade” e “mentira”, no âmbito de um jogo desejoso por demonstrar a veracidade da tese a defender a existência de um “poder absoluto” no Império. Para isso, ele vai buscar em meio ao público, forças para o argumento.

Alguns dos textos citados, sobre o assunto, aparecem integralmente reproduzidos no *Manifesto de 03 de Dezembro de 1870*. Podemos dizer que a parte “Consenso Unânime” do manifesto foi literalmente transcrita de *O Rei e o Partido Liberal*, quase na totalidade. Trechos idênticos extraídos d’*O Diário do Povo* de 12 de Julho de 1858, d’*O Correio Mercantil*, d’*O Conservador* e d’*O Diário do Rio de Janeiro* de 1868, expõem atestadamente a relação entre a obra e o manifesto. Constituem autores cujos textos também se encontram identicamente transcritos em ambos: Eusébio de Queirós, D. Manoel de Assis Mascarenhas, Barão de Cotegipe, José de Alencar, Barão de São Lourenço, Tavares Bastos.¹³²

Entre estudiosos dedicados ao estudo do *Manifesto de 1870*, Reynaldo Pessoa se apresenta como um dos poucos a relevar, ainda que de modo tímido numa nota de rodapé, o nexos existente entre o documento político dos republicanos e a obra de um Saldanha Marinho ainda liberal-radical.¹³³ Numa análise esparsa, reduzida a um parágrafo, José Murilo se limitou a ressaltar o caráter ácido da crítica antimonárquica, presente na obra do letrado de Pernambuco.¹³⁴

Enquanto ator político do cenário, acreditamos que Saldanha Marinho tinha consciência de que a crise de 68 era um decisivo evento nos rumos da política nacional, até então ditada pela *Conciliação*. Na nota quarenta (40) de fim de página, afirma que “a conciliação foi a ideia do Rei para aniquilar os partidos políticos.”¹³⁵ A demissão do gabinete liberal não teria passado de mera opção do Rei pelo capricho. Quanto à ascensão do Visconde de Itaboraí, através do Gabinete de 16 de julho, a denomina “ousada inversão da política no país.”¹³⁶

Ainda a refutar a pecha de “anárquicos”, de “desordeiros”, de “sediciosos”, de “revolucionários” – termos com os quais os adversários atacavam a ele e aos copartidários liberais – recorre à citação de um argumento vindo do meio conservador, inserido em frase de José de Alencar. O notório romancista e político salienta o que havia feito o povo francês para se livrar dos incômodos provocados pelo “Rei Burguês”, em 1848:

se os atos do poder moderador irritam o espirito público, é inútil atravessarem por diante qualquer barreira; a opinião há de rompê-la para ir à vontade superior *fonte exclusiva dos decretos soberanos. A autoria lhe pertence*. O povo francês entendeu que Luís Felipe não tinha bem governado, cassou-lhe a sabedoria, e desaforou-o da pátria.¹³⁷

¹³¹ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 110.

¹³² *Ibidem*, pp.111-119,120-121.

¹³³ PESSOA, R. C. *O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870...*, p. 418.

¹³⁴ CARVALHO, J. M. O Rei e a Representação da nação. In: CARVALHO, J.M.; DA SILVA, I. C.; RAMOS, R. (Coords). *A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910)* ..., pp. 123-146.

¹³⁵ MARINHO, J. S. op. cit., p. 141.

¹³⁶ *Ibidem*, pp.113,116, 128.

¹³⁷ ALENCAR apud MARINHO, J. op. cit., p. 119.

Em nota de fim de página, Saldanha Marinho parece querer justificar o direito de uso da retórica revolucionária. Para isso, com a fala do conservador José de Alencar rebate ironicamente a acusação de serem os liberais os “revolucionários”: “E somos nós somente os SEDICIOSOS E ANARQUISTAS! Somos nós os que provocamos a revolução!”¹³⁸

É quase uma missão defender-se das acusações feitas pelos rebatedores, mantidos no anonimato. No final do último capítulo (*V*) do *Segundo Panfleto*, enfatiza a estratégia de citar outros políticos conservadores vinculados à administração imperial, como é o caso de Tristão de Alencar Araripe (1821-1908).¹³⁹ É mencionada a postura do escritor, advogado e político na Assembleia Provincial do Ceará, no momento em que exigiu a convocação de uma constituinte. Ele transcreveu a opinião do letrado cearense sobre a possibilidade da Revolução: “A sociedade ressent-se tanto pela violação de seu pacto, como pelo desprezo de suas mais palpitantes necessidades; e o monarca que inacessível aos reclamos de um povo amargurado, se não presta caridoso a aliviar seus sofrimentos, sujeita-se a uma experiência dolorosa.”¹⁴⁰ Na nota quarenta e quatro (44) há a exposição irônica do alívio de consciência diante de seus julgadores: “Uma opinião tão valiosa salva-nos da pecha de anarquistas, sediciosos, desordeiros, maus cidadãos, etc.”¹⁴¹

Nas linhas finais, a argumentação concentra-se em reafirmar a existência do “poder pessoal”: “Nenhum jornal do país em uma ou outra ocasião tem deixado de manifestar a convicção, que se acha fundada no espírito de todos os brasileiros, da existência perigosa, insuportável do governo pessoal, do poder absoluto do Rei.”¹⁴² Mais adiante diz: “Nem aqueles que mais se mostram dedicados ao rei, se arrojam a negar que ele governa. O homem quer, o homem não quer – são palavras usadas pelos criados do Rei. O atual presidente do conselho afirma que o rei reina, governa e administra.”¹⁴³

Por causa do alegado poder absoluto, o sistema representativo “acha derrocado pela base” entre nós: “Enquanto isso é livre o exercício do fatal moderador, a livre nomeação de ministros. A constituição encontra-se

¹³⁸ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., p. 141.

¹³⁹ Trata-se do primeiro Tristão de Alencar Araripe, o pai. Este foi filho do Tenente Coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, o Presidente do grande Conselho Provincial na República do Equador. A mãe foi dona Ana Tristão de Araripe. Ele nasceu na cidade de Icó a 07 de outubro de 1821, na Província imperial do Ceará. Formou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de São Paulo, tendo cursado parte do mesmo curso em Olinda. Representou o Ceará em quatro Legislaturas na Assembleia Geral: 14^a (1869-1872), 15^a (1872-1875), 16^a (1878) e 20^a (1886-1889). Presidiu as Províncias do Pará e do Rio Grande do Sul. Na República, atuou como Ministro da Fazenda do Marechal Deodoro da Fonseca, ocupando cargo da Justiça e Negócios Interiores. Descobrimos não ser de Tristão Araripe Júnior (1848-1911), o filho, a fala transcrita por Saldanha Marinho, pois o mesmo exerceu a atividade de Deputado Provincial apenas no biênio de 1872-1875, ou seja, três anos depois da publicação de *O Rei e o Partido Liberal*. Para mais informações, ver: TRISTÃO de Alencar Araripe. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, vol. 7, p. 320-326.

¹⁴⁰ ARARIPE, Tristão de Alencar apud MARINHO, J. S. op. cit., p. 120.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 142.

¹⁴² *Ibidem*, p. 121.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 123.

morta.”¹⁴⁴ Há o pedido ao público para que deixe as leis de convenção e as teorias abstratas, para submeter o Rei “ao juízo do povo, que o tem de julgar”. Quer a responsabilização não apenas do Rei como também a dos ministros.¹⁴⁵

José de Alencar foi destacado para argumentar que o Rei ficará sob juízo da história: “A constituição, escreveu ele, dirigindo-se ao rei, vos fez sagrado e inviolável, a corrupção desta épica eliminou o salutar princípio e vos responsabiliza ante a nação... Aflija-vos embora a verdade ... a história vos julgará com severidade.”¹⁴⁶

Na sequência, Saldanha Marinho indica o que restava do edifício político em que “embalaram” o país até a data de 1869: “O rei; o Rei só! E o Rei só e o absolutismo. Até aí chegou o Brasil.”¹⁴⁷

*

* *

Acreditamos que em meados de 1869 estamos diante de um Saldanha Marinho, político liberal e líder maçom, no caminho da radicalização. De um liberal em distanciamento relativo dos pares moderados. Aparentemente mais propenso à segunda ponta do dilema “Ou a reforma, Ou a revolução”. O indicativo está na constituição de *O Rei e o Partido Liberal*. Produção elaborada no calor dos eventos marcantes da dissidência do partido, decorrente da demissão do terceiro Gabinete de Zacarias de Góis e da dissolução da Câmara de maioria liberal – julho de 1868 –, em plena Campanha do Paraguai. Motivos subjetivos para extravasar ressentimentos haviam. Pela segunda vez na vida política, se encontrava despojado das funções parlamentares, em razão de prerrogativas constitucionais atribuídas ao Imperador.

Em forma de panfletos anônimos, a obra citada apareceu ao público havia pouco mais de dois meses e meio do lançamento do *Manifesto do Centro* de 31 de Março e havia treze dias do discurso do Senador Nabuco de Araújo, na polêmica Sessão de 17 de Junho, no Senado imperial. Nela há um esforço de releitura da história brasileira, desde primórdios da Independência, com propósito claro e definido de inserção pontual no debate político.

A Retórica da Revolução alicerça a história nacional reinterpretada. A emancipação política é chamada de “Revolução”. Uma “Revolução” marcadamente continuada até 1840, num prolongamento temporal em que teve destaque a ação do seu principal agente: o “Partido Liberal”. Observado em atuação desde 1822, em sua generosidade e também em seus “graves erros” de ação política. Um ator ora “iludido” pela astúcia do Rei e dos aliados conservadores dele; ora permissivo à “ilusão”. Nos pontos mais altos do discurso, o “Partido Liberal”, ente quase trans-histórico e coletivo da nova narrativa, é identificado com a própria “nação”. Em outros termos, com o “povo” e com os interesses dos brasileiros. Há momento em que o autor se apresenta em explícita conformidade com a norma lexical vigente, no que diz respeito ao conceito mobilizado de “Revolução”: “derrubar, mudar, modificar o governo”.

¹⁴⁴ MARINHO, J. S. *O Rei e o Partido Liberal* ..., pp. 125-126.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 127.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 129.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 130.

O dispositivo metódico empregado, uma espécie de “passo a passo”, transparece ao longo da construção da narrativa. Como meio de inserção no debate político, os fatos do passado brasileiro são reinterpretados face aos acontecimentos relacionados à crise político-institucional, em curso na década de 1860. Saldanha Marinho fala de acontecimentos do tempo passado à luz dos acontecimentos do tempo presente, se dedicando a captar o tempo futuro.

Interna ao método, temos a estratégia de confrontar a versão da história brasileira, criada pela historiografia oficial da época, produzida e reproduzida por homens alocados no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Uma história cujo sentido denunciado aponta para a Independência política como concessão do Príncipe Regente, à revelia da ação popular.

Através de crítica à historiografia oficial, o autor observou uma versão dos fatos do passado nacional em que a vontade da soberania popular teria sido anulada, em benefício da vontade do Rei. Nesse sentido, é sintomática a aposta na Independência como uma “Revolução” sob perspectiva continuada, ainda que interrompida em 1840. Trazer a Revolução para o cenário político, dentro da história nacional, é sinônimo de restituir ao “Povo” o protagonismo de ação em cena; de reabilitá-lo enquanto fonte da qual emanam os poderes políticos da nação. Quem assim escreve o faz oportunamente identificando o “Povo” brasileiro, em seus desejos e aspirações, com o “Partido Liberal”. Ao mesmo tempo, convida este à ação.

Aventamos a possibilidade de Saldanha Marinho ter escrito a obra tendo por destinatários os liberais do *Centro*, em particular Nabuco de Araújo. Na Sessão de 17 de Junho de 1869 no Senado, foi de autoria do Senador baiano a seguinte afirmativa: “a revolução depende da nação”. Na provável perspectiva de incitar os correligionários moderados a agirem, coube a Saldanha Marinho apenas a tarefa de dizer, através de polêmicos panfletos, que a “nação” era o próprio “Partido Liberal”. Ou seja, nada mais lhes faltava para se lançarem à ação de fato.

No que diz respeito ao campo narrativo, acreditamos ter havido esforço do autor em estabelecer uma luta de representatividade, cujo propósito foi a desconstrução, não apenas do discurso histórico oficial; mas da própria legitimidade do poder do monarca brasileiro, em benefício da soberania popular. Do ponto de vista internacional, a recente destronização da rainha Izabel II pelo levantamento revolucionário espanhol, *La Gloriosa* de 1868, inspirada no Republicanismo radical do liberalismo francês, avolumava clima propício a qualquer prática política enérgica antimonarquista.

Antes do aparecimento do *Manifesto de 03 de Dezembro*, a narrativa criada em *O Rei e o Partido Liberal*, para deslegitimar os fundamentos da historiografia do IHGB, põe em rota de colisão duas noções de soberania: a soberania do direito divino dos reis contra a soberania do povo. O conflito é velado quando trata do “Golpe da Maioridade”. O autor vislumbrou na data de 1840 o momento adequado para que os liberais da época, uma vez identificados com o “Povo”, tivessem promovido uma Revolução ideologicamente nos moldes da francesa e da “indole” americana. Teriam assim extirpado a possibilidade de um Segundo Reinado no Brasil. Encarnado no “Partido Liberal”, era o “Povo” quem deveria ter assumido o governo do país.

Em várias passagens, a retórica revolucionária desenvolvida recorre a repertórios da política francesa, especialmente a episódios de 1848, para sustentar o ponto de vista. O autor não hesitou de tirar da fala dos próprios conservadores menções a essas referências, na tática de driblar a acusação imposta pelos adversários aos liberais, quando foram tachados “sediciosos”, “anárquicos”, revolucionários”, “desordeiros”.

A primeira edição conjunta dos panfletos *O Rei e o Partido Liberal* é inequívoca inspiração do tempo. Por que não dizer pré-republicana?! Foi uma tentativa de leitura crítica e interessada do momento, da parte de um político liberal pela segunda vez despojado do Parlamento, por ação do Poder Moderador; de um liberal em via de radicalização, que, em breve, se tornaria líder de ação destacada no Movimento Republicano, inaugurado na Corte, a pouco mais de um ano. Por estar temporalmente situada no intervalo entre o lançamento do *Manifesto do Centro* de 31 de Março de 1869 e o *Manifesto Republicano* de 03 de Dezembro de 1870, a obra confirma a nossa assertiva quanto à opção reformista pacífica e legal, reivindicada na imprensa por aqueles dois documentos políticos. Da mesma forma procede quanto à opção por reformas, sem necessidade de Revolução, defendida no programa do *Clube Radical*.

O discurso ensejado revela que a opção por Reforma, feita por liberais moderados, liberais radicais, e, posteriormente, por republicanos, expressa oficialmente nos seus respectivos programas publicados na imprensa, não esgotou e/ou anulou a possibilidade dos agentes de cogitarem o emprego de meios radicais para promoverem reformas reivindicadas por parcelas insatisfeitas da sociedade política brasileira coeva; inclusive a substituição da Monarquia por um regime republicano. Assim procede o argumento ainda que a ação tenha se restringido ao universo do discurso. Afinal, a opção pela via reformista pacífica e legal também estava no discurso. Nos parece que para Saldanha Marinho havia uma crescente certeza em relação às ideias defendidas pelo *Centro Liberal*: a de que o caminho progressivo das reformas só seria possível sem a Monarquia.

No capítulo subsequente, tratamos da obra capital do brasileiro cujo pensamento inspirou os republicanos na Corte. Trata-se de uma continuidade com a linha argumentativa desenvolvida na seção 3.2, intitulada “Do reexame do passado revolucionário ao debate da descentralização: a reapropriação da releitura oitocentista do pensamento liberal radical francês pelos republicanos brasileiros de 1870, através de Tavares Bastos”, do capítulo terceiro.

A construção da “República” enquanto sinônimo de “Federação”, presente na propaganda dos republicanos, nos parece melhor inteligível a partir da síntese teórica formulada por Tavares Bastos. A seguir, entendemos que a escolha do modelo de República Federal dos Estados Unidos da América, pelos republicanos brasileiros, passou pela análise comparativa e pela releitura do modelo francês, ambas operações realizadas em *A Província*.

7 ÀS PORTAS D' A REPÚBLICA: MODERAÇÃO E FEDERAÇÃO EM TAVARES BASTOS

Tendo no desembargador José Tavares Bastos e em dona Roza Tavares Bastos os progenitores, Aureliano Candido Tavares Bastos¹ nasceu na Província de Alagoas, em 20 de abril de 1839.² Naquele ano do período das Regências, em que Alagoas passava pelo processo de mudança da sede de sua capital, o cenário político da região estava definido pelo ciclo de perigosas lutas políticas clônicas, a lhe convulsionarem desde o ano anterior.

A sangrenta consequência de tais lutas levou ao extremo os velhos ódios das facções. A transferência da Tesouraria da Fazenda da capital, a chamada Cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro), para a próspera e portuária Vila de Maceió, medida decorrente de uma ordem do governo imperial, havia deflagrado a crise. Ao então Presidente de Província, Agostinho da Silva Neves, cujo primeiro governo se estendeu de 08 de abril a 29 de outubro de 1838, coube apenas acatar a polêmica ordem.³

Tavares Bastos nasceu nesse momento agitado em Alagoas. Seu pai, homem da geração de Saldanha Marinho e correligionário do Deputado Provincial Manoel Mendes da Fonseca (1785-1859), teve grande destaque enquanto líder da população local. Os habitantes da antiga capital ficaram insatisfeitos com a transferência do órgão administrativo para a Vila de Maceió, por decreto imperial. A inopinada situação causou comoção, a ponto da insatisfação popular resultante ser capitaneada pela eloquência oratória do então Deputado Provincial, José Tavares Bastos. Homem de formação latinista e professor de filosofia.⁴

Líderes da antiga capital haviam concretamente aderido às armas para depor o Presidente. Agostinho da Silva acabou por ser capturado em confronto e foi mantido preso. Diante do quadro de acefalia do governo provincial, cujo Presidente havia sido, de praxe, nomeado pelo poder central, a Câmara local convidou o pai daquele que seria o futuro autor de *A Província* para assumir o poder. José Tavares foi empossado no governo, na condição de Primeiro Vice-Presidente. O governo teve duração oficial de apenas um dia, de 29 a 30 de outubro de 1838.⁵

A situação se complicaria ainda mais. A crise na Província de Alagoas colocou, aos 28 anos de idade, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, futuro Visconde de Sinimbu, em rota de colisão com a liderança de José Tavares Bastos. Sinimbu já estava na Vila de Maceió quando foi informado da rebelião. Conclamando os municípios à defesa e à manutenção da ordem constitucional, ele assumiu, ali mesmo, na qualidade de Primeiro Vice-Presidente, o governo

¹ Quanto à reconstituição de aspectos da vida do agente, procedemos tal como feito para Saldanha Marinho no capítulo anterior. Diferentes obras biográficas foram consultadas para reconstituir, em texto próprio, aspectos de sua vida. Assim procedemos quanto aos demais com os quais trabalhamos. A reconstituição se baseou no confronto de dados de obras biográficas de Tavares Bastos. Tal preocupação é decorrência da atenção dispensada às discussões realizadas em torno da biografia enquanto gênero historiográfico. Referências sobre as discussões encontram-se nas notas 74, 75 e 76 das Considerações Iniciais do presente trabalho.

² AURELIANO Cândido Tavares Bastos. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, v. 1, pp. 370-371.

³ Para uma maior compreensão da Rebelião Alagoana (1838-9) e do envolvimento da família Bastos no conflito, ver: PONTES, Carlos. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875**. SP: Companhia Editora Nacional, 1939. Nota – Na Obra: São Paulo – Rio – Recife – Porto Alegre.

⁴ *Ibidem*, p. 8.

⁵ *Ibidem*, p. 11.

provincial, a despeito da Câmara da capital – ainda a Cidade das Alagoas. Estabeleceu o impasse entre as autoridades de dois Vice-Presidentes, um nomeado pela Câmara da capital local; o outro, pelo governo imperial.⁶

Foram constituídos dois governos paralelos: o da Cidade das Alagoas, com José Tavares Bastos no comando; o da Vila de Maceió, sob liderança de Sinimbu. Esse se apossou dos recursos possíveis para preparar a contrarrevolução. Pediu auxílio às forças da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco. As forças mobilizadas pelo rival obtiveram pouco apoio das demais localidades da Província alagoana. Em decorrência do isolamento gerado, José Tavares Bastos foi preso em meio aos combates juntamente com Major/Deputado Manoel Mendes da Fonseca e outras cabeças. A capital – Cidade das Alagoas – foi retomada. No dia 14 de novembro de 1839, Agostinho da Silva Neves reapossou-se da Presidência. Para 1º de dezembro, a Assembleia Provincial preparou reunião extraordinária, na qual foi proposta e ficou definitivamente decidida a mudança de sede da capital.⁷

A capital foi transferida para Vila de Maceió a 16 de dezembro de 1839. O fato encerrou a turbulência numa província em que a população da Cidade das Alagoas havia aguerridamente pegado em armas para depor o Presidente, nomeado pelo poder central; um Presidente a nutrir sentimentos de antipatia e de hostilidade contra a população nativa.

Trata-se de uma animosidade sintomática. A Rebelião Alagoana era fruto do tempo: o conturbado período das Regências. Nesse ambiente nacional e local, concomitantemente revolucionário e separatista, visto que historicamente sentia-se ainda os reflexos da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824, nasceu o futuro pensador Aureliano Cândido Tavares Bastos.

Apesar de politicamente ter escolhido pela via da moderação, pela Reforma pacífica a despeito da Revolução radical, não se pode deixar de destacar ter o pensador alagoano nascido num ambiente agitado pelas armas; convulsionado pela resistência às imposições afirmativas do poder central do Rio de Janeiro. Aliás, em que pesasse a formação letrada, o próprio pai foi um dos líderes revoltosos. Em suma, proveio de um ambiente típico dos tempos da Regência, em que qualquer movimento de caráter contestatório, ao poder central, era visto negativamente como “anárquico”, “rebelde” e/ou “revolucionário”.

Num conjunto de cinco irmãos, foi o primogênito da família Bastos: Américo, nascido em 1840; Edméa, em 1842; Teonila, em 1843; Cassiano, em 1844; Maria, em 1847. Cassiano foi um dos senadores alagoanos na Assembleia Nacional Constituinte de 1890. Depois, Desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal (Rio de Janeiro).⁸

A infância de Tavares Bastos transcorreu em meio de violentas paixões políticas e ódios extremos. Ambos os sentimentos foram resultados das ambições dos clãs locais. De tal situação veio mais tarde o repúdio devotado a esse

⁶ PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, pp. 12-15.

⁷ *Ibidem*, pp.17-19.

⁸ Sobre Cassiano Cândido Tavares Bastos, consultar: BASTOS, Cassiano Cândido Tavares. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2020.

tipo de comportamento político.⁹ De José Tavares veio o contato com os primeiros estudos. Foi o pai quem lhe deu as primeiras noções de humanidades. De posse da base letrada familiar, concluiu os estudos preparatórios em Olinda.¹⁰

Em 1854, aos quinze anos de idade, matriculou-se com licença especial na Faculdade de Direito de Recife, no mesmo instante em que ocorreu a mudança da instalação do curso de Olinda para a capital da província pernambucana. No ano seguinte, ao terminar a carreira política em Alagoas, o pai foi removido para São Paulo, na qualidade de Juiz de Direito. Lhe acompanhando no movimento, Tavares Bastos se transferiu para a Academia de Direito de São Paulo, onde estabeleceu contato com toda uma geração de brasileiros ilustres: Ferreira Vianna, Paulino de Souza, Antônio Carlos - o segundo - Lafaiete, Silveira Martins, Andrade Figueira, Affonso Celso (pai), e outros: Macedo Soares, Pedro Luiz, Couto de Magalhães, Bittencourt Sampaio, Francisco Belizário de Souza, Thomaz Coelho.¹¹

Todos compuseram a mocidade da Academia de Direito de São Paulo dos anos de 1850. Formaram a geração de Tavares Bastos, fortemente influenciada pelo mal do século através da literatura de Álvares de Azevedo. Contudo, constituíram uma geração cujos estudos estiveram orientados para o Direito Público; mais precisamente, para a política. A inserção no circuito acadêmico do centro-sul proporcionou ao jovem estudante amadurecimento intelectual e contato com futuros estadistas, que saíam de sua geração. Como seriam Francisco Souza, Lafaiete, Ferreira Viana.¹²

Os ensaios literários do *Atheneu Paulistano* e a revista mensal do *Ensaio Filosófico* foram os principais órgãos de publicidade dos trabalhos acadêmicos. Ainda com dezesseis anos, mais parecia uma criança devido à estatura baixa, franzina e ao rosto imberbe. Apesar da complacência física não ser a indicada pelo ideal do orador perfeito, pensado por Tácito, sua capacidade de reflexão, em breve, se impôs aos demais. Lhe fez uma liderança.¹³

Desde muito cedo, mostrou preocupação crítica em relação aos problemas a tomarem o Brasil e lhe perturbarem o desenvolvimento. Antes mesmo de entrar para o mundo acadêmico, já havia publicado uma série de artigos, nos quais se destacaram dois estudos de Direito Criminal na *Revista Mensal*. Em 1853 havia escrito *Esboço de Psicologia e Emancipação da Escravatura*. Além de ter publicado muitas poesias, prática comum entre a juventude de seu tempo.¹⁴

No mundo acadêmico, ao mesmo tempo em que ganhava notabilidade, destacava-se por excelentes notas. Participou da Fundação do *Instituto Acadêmico* em 1858, ano em que também se bacharelou em Direito. Aos 20 anos obteve o diploma de doutor na área.¹⁵ Recém-egresso da vida acadêmica, veio a ocupar na Corte imperial o modesto cargo de Oficial da Secretaria da Marinha, por conta da união com elementos do *Partido Conservador*. A partir da

⁹ PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, p. 75.

¹⁰ *Ibidem*, p. 76.

¹¹ *Ibidem*.

¹² FERREIRA, Ricardo B. da Silva. Um outsider no império: o pensamento político de Tavares Bastos. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol. 7 | N. 1, pp. 63 – 83, dezembro 2016.

¹³ *Ibidem*, pp. 76-9.

¹⁴ *Ibidem*, p. 66.

¹⁵ PONTES, C. op. cit., pp. 91-3; AURELIANO Cândido Tavares Bastos. In: BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro...**, pp. 370-1. Consultamos também: http://cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_bastosaureliano.html.

experiência adquirida no órgão, começou a rejeitar a centralização administrativa. Não se manteve por muito tempo no cargo, pois foi demitido em meio a uma discussão, na qual agrediu verbalmente o Ministro da pasta, Joaquim José Ignácio. O enjeitamento de práticas centralizadoras tem estreito elo com a rápida passagem pelo órgão administrativo. A exoneração do cargo ocorreu apenas em 16 de setembro de 1861, quando já estava investido de mandato parlamentar.¹⁶

Em 1860, sob a Lei dos Círculos, apresentou-se candidato pelo primeiro círculo eleitoral das Alagoas. Muito moço, a contar vinte e um anos de idade, sem qualquer contato com o eleitorado da terra, lançou ao povo alagoano um manifesto, datado de 18 de outubro de 1860, no qual apresentou a candidatura. Na nova empreitada, para além do peso político do sobrenome, reconhecido pela atividade política do pai, teve à disposição o afeto e a experiência política do Conselheiro José Antônio Saraiva (1823-95). Nas eleições para a Décima Primeira Legislatura, saiu eleito por quase unanimidade. Curiosamente, foi o antigo adversário do pai, Sinimbu, quem deu suporte aos anseios do jovem alagoano, ao ver no filho do antigo antagonista um gênio promissor de Alagoas.¹⁷

O pensador alagoano ascende politicamente numa conjuntura em que a Conciliação se desfigurava. O Governo Ferraz já havia sido substituído pelo Governo Caxias. Nesse último, em 1861 teve início a Décima Primeira Legislatura da Câmara temporária. Novas forças estavam prontas para entrar no jogo e imprimir novos rumos à política do país.

Tavares Bastos era o mais jovem dos Deputados eleitos. Completava 22 anos quando o Parlamento Imperial retomou os trabalhos legislativos. Desde muito cedo, procurou manter independência frente a liberais e a progressistas. Nutria grande admiração por José Bonifácio, o moço. A inspiração para escrever o panfleto antirrevolucionário e antirrepublicano, *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*¹⁸, lhe sobreveio ao assistir a um debate parlamentar, em que Teófilo Otoni fulminou o Gabinete Caxias, antes da réplica do Ministro da Fazenda José da Silva Paranhos. Na mesma oportunidade, José Bonifácio expôs a centralização do poder, destacando-a enquanto “vício” a afligir a política do país. O primeiro discurso relevante de Tavares Bastos foi proferido somente a partir da Sessão de 18 de Julho, quando foi discutido o projeto de fixação de força naval.¹⁹

Durante seis meses no *Correio Mercantil*, publicou periodicamente cartas sob o pseudônimo de “Solitário”. Nelas discutiu os graves problemas da política brasileira. Entre os nomes aos quais foi atribuída a autoria esteve o do

¹⁶ AURELIANO Cândido Tavares Bastos. In: BLAKE, A. V. A. S., **Dicionário Bibliográfico Brasileiro...**, pp. 370-1.

¹⁷ PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, pp. 91-93, 96, 98-99.

¹⁸ Obra em que Tavares Bastos atribui ao colonialismo e à herança absolutista portuguesa a origem de todos os males brasileiros. Nela, rejeita terminantemente a opinião de pessimistas da época que acreditavam que “só uma revolução pode regenerar o Brasil”. Considera que a Revolução social e política já estava feita no país, desde o “07 de Abril” de 1831, com a formação de uma Monarquia “extremamente livre”. O pensador associa de modo inequívoco “Revolução” e “República” à “Anarquia”: “A revolução [particularmente a republicana] leva à anarquia, a anarquia ao despotismo, e o despotismo à revolução... Eterno círculo vicioso, a que parecem condenados, no século XIX, os povos da raça latina [alusão à França e aos Estados hispano-americanos], sobre cuja cabeça ainda se não ergueu o verdadeiro sol da liberdade!” (BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro**. Prefácio de Cassiano Tavares Bastos. SP: Companhia Editora Nacional, 1939, pp. 27-28, 31, 41-47). Ver também: GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. **Entre trabalhadores imigrantes e nacionais: Tavares Bastos e seus projetos para a nação**. Tese (mestrado) – UFF/ Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007. 189f.

¹⁹ PONTES, C., op. cit., pp. 105, 118.

Visconde de Jequitinhonha, Francisco Montezuma. Somente os donos do *Correio*, Francisco Octaviano, Muniz Barreto, juntamente com o Conselheiro Saraiva, sabiam a identidade do “Solitário”. Em maio de 1862, o volume apareceu em primeira edição, rapidamente esgotada por conta da boa recepção. Concomitantemente ao surgimento das *Cartas*²⁰, publicou no *Correio Mercantil* quatorze artigos sobre a exposição nacional, todos assinados com as iniciais. Na *Atualidade* começou série nova sem assinatura, intitulada *Libelo Inédito*.²¹

Do fim do Gabinete Caxias à ascensão do primeiro Gabinete Zacarias, Tavares Bastos viveu todo o processo a culminar na crise política de 1862, precursora da crise de 1868. Recebeu bem o Gabinete do Marquês de Olinda, a 30 de maio daquele ano, mesmo porque Araújo Lima era parente pelo lado materno. Em meio ao processo político a definir a cisão nos meios liberal e conservador do período, o decreto imperial de número 3.092 de 12 de maio de 1863 dissolveu a Câmara dos Deputados e convocou outra imediatamente. Tavares Bastos foi reeleito Deputado numa bancada renovada. Aristides Lobo e José Ângelo Mareio estavam entre os homens. Moço de 23 anos, o alagoano voltou ao Parlamento com a autoridade de ter enfrentado o Marquês de Caxias e José da Silva Paranhos, em debates.²²

Nesse momento, muitas ideias foram defendidas pelo jovem tribuno: emancipação da cabotagem; fim da política de proteção da indústria pelo privilégio; liberdade de navegação dos grandes rios, vias fluviais e terrestres, ambas entendidas como grandes artérias pelas quais fluíam o progresso social; defesa do estímulo ao aumento da produção. Defendeu a implantação do telégrafo submarino no Brasil, dez anos antes do Barão de Mauá ter posto em prática o empreendimento. O almejo de Tavares Bastos quanto à linha atlântica telegráfica era o de ligar o país de norte ao sul, às republicas do Rio da Prata e ao mundo.²³

Com a ascensão do Gabinete Progressista de Zacarias de Góis, a 15 de janeiro de 1864, abriu-se mais uma oportunidade ao jovem talento. O conselheiro Saraiva foi convidado, pelo Primeiro Ministro, para missão especial no Rio da Prata. Saraiva não vacilou, escolheu Tavares Bastos como secretário na missão.²⁴

A tão sonhada viagem à Amazônia ocorreu no ano seguinte, a 08 de julho de 1865. Naquele momento, estava de férias parlamentar. A excursão já era há muito ambicionada. Deixou o Rio de Janeiro nos primeiros dias de

²⁰ O livro debruça-se sobre as seguintes pautas: reforma administrativa, tráfico dos escravos, africanos livres, ensino religioso, liberdade de cabotagem, comunicações com os EUA e abertura do Amazonas. Numa segunda edição foram acrescentados novos artigos, no Rio de Janeiro de 1863. (AURELIANO Cândido Tavares Bastos. In: BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro...**, pp. 370-1.). Sustenta uma ideia geral: a liberdade do trabalho, entendida como independência, abastança individual, fortuna pública, verdadeira grandeza. Na segunda edição, Tavares Bastos indica ao público qual Revolução cabia aos brasileiros fazer: “e há, com efeito, para os povos que começam, para os habitantes dos novos continentes, uma grande escola que erigir, um apocalipse que anunciar, uma revolução que empreender: a repulsa dos prejuízos hereditários’. ‘Cortar a tradição? Aniquilar a história? Subtrair ao futuro os seus antepassados, o presente e o pretérito?’ ‘não, mas, desarraigar a rotina, parasita do movimento: substituir à imobilidade do prejuízo de raça o incitamento humano do progresso indefinido; apagar o fogo estéril dos ódios de classes e dos ódios de povos, e levantar, do meio das nações, o luzeiro esplêndido dos princípios fecundos” (BASTOS, Tavares apud PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, pp. 149-151).

²¹ *Ibidem*, pp. 133,138.

²² *Ibidem*, pp.184-186.

²³ *Ibidem*, p. 174.

²⁴ AURELIANO Cândido Tavares Bastos. In: BLAKE, A. V. A. S. *op. cit.*, *loc. cit.*

setembro.²⁵ Entre as duas viagens, a de Montevideu, na missão Saraiva, e a da Amazônia, havia se passado pouco mais de um ano; mas, nesse pequeno período, acontecimentos políticos de impacto se produziram: caíram dois ministérios, o de Zacarias e o do sucessor Furtado. No âmbito da geopolítica do subcontinente, o Império do Brasil entrou em guerra contra o expansionismo agressivo da República do Paraguai, comandada por Solano Lopez.

O político alagoano fez verdadeira campanha pelo direito à livre navegação e à cabotagem do Amazonas, ideias a lhe renderem oposição, inclusive no Parlamento, devido à preocupação imensa com a defesa externa a tomar o país. Ainda teve tempo de constatar a situação da Província do Pará. Da viagem àquela longínqua região do Império surgiu mais uma produção: *O Vale do Amazonas*²⁶, impresso em 1866. Naquele mesmo ano, apareceu a primeira edição de *A Revolução e o Imperialismo*, obra inicialmente não lhe atribuída. Nela encerra dura crítica à gestão imperial, desde a resistência em aproximar-se dos Estados Unidos até à apatia com que o Império vinha conduzindo as questões platinas, inclusive a falta de respostas às agressões paraguaias contra a Província do Mato Grosso.²⁷ Os principais meios através dos quais ocorreu a difusão dessas ideias no Império foram o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*. Os críticos de suas publicações eram os homens ilustres da política do tempo, especialmente os parlamentares da Câmara.²⁸

Outras questões se impuseram às reflexões do político alagoano. A escravidão foi uma delas. Para aquele que foi reconhecido como um dos “mais precoces abolicionistas do Brasil e dos mais persistentes”, tratava-se de um grave problema nacional. Ao abordar a “questão servil”, abordava simultaneamente a questão imigratória, a organização do trabalho. Por sua vez, cada um dos referidos assuntos se via condicionado à série de outras tantas medidas. Aliás, o estudo de conjunto, visando resultados gerais, foi marca do método empregado. Abolição e imigração foram assim entendidas como questões complementares. Sempre lhe interessou a sorte dos escravos. Via no negro elemento de contribuição à nossa formação étnica e se inquietava com o seu destino. Inclusive chegou a defender a instrução do escravo liberto em *A Província*.²⁹

Importa dizer que Tavares Bastos viveu intensamente a agitada conjuntura de crise ministerial cujo cume atingiu 1868. Para a Décima Terceira Legislatura (1867), foi reeleito pela província de origem. Nas férias parlamentares, viajou com a esposa para Europa, onde contraíram tifo. Ambos foram acolhidos por Francisco Octaviano em Bordeaux. Recuperado, regressou apreensivo ao Brasil.³⁰ A Campanha do Paraguai dominava os espíritos, e, em torno dela, se

²⁵ PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, pp. 190-212.

²⁶ O livro traz um estudo sobre a livre navegação no Amazonas, se apoiando em estatísticas, produções, comércio e questões fiscais do Vale do Amazonas. O prefácio traz ainda o decreto de nº 3.749, que declarava abertos à navegação os rios Amazonas, Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e S. Francisco, aos navios mercantes de todas as nações, em 07 de dezembro de 1866 (AURELIANO Cândido Tavares Bastos. In: BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro...**, pp. 370-1.).

²⁷ Ver: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **A Revolução e o Imperialismo**. “À venda nas principais livrarias da Corte e Províncias”, 1866. Rio de Janeiro: Tip. Uni. De Laemmert, rua dos Inválidos, 61B, in 8º -30pp.

²⁸ PONTES, C. op. cit., pp. 220-3.

²⁹ *Ibidem*, pp. 241-265.

³⁰ *Ibidem*, pp. 275, 277-278.

fazia política. A crise ministerial de 1868 foi decorrência última do estado de guerra externa em que vivia o país.³¹ Para o próprio Tavares Bastos e colegas de profissão, a ascensão dos conservadores ao governo foi resultado direto da custosa guerra contra o expansionismo de Solano Lopez.

A guerra contra o Estado guarani do Prata, em todo intrincado jogo político e diplomático, agitou as instituições, os partidos e as alianças no Império. Mesmo liberal, Tavares Bastos fez oposição ao Ministério de 03 de agosto, devido aos antagonismos de ideias. Em vários momentos no Parlamento, se indispôs com a aversão demonstrada por Zacarias de Góis às ideias modernas defendidas. O chefe de Gabinete lhe chegou a caçoar da baixa estatura.³²

Na ocasião, Tavares Bastos já estava desiludido com as práticas do regime. Estamos num ponto preciso de curva em sua trajetória. Sete anos de atividades parlamentares estavam prestes a serem encerrados com a dissolução da Câmara liberal. Não era segredo a espera de Tavares Bastos pela queda de Zacarias de Góis e pela ascensão de um gabinete dirigido por liberais históricos. Como já discorremos, o Ministro pediu demissão em 14 de julho de 1868. Na contramão das expectativas pessoais, a 16 de julho é empossado o Gabinete conservador do Visconde de Itaboraí. A 18 daquele mesmo mês, a Câmara majoritariamente liberal é dissolvida, sob forte reação do meio liberal. Diante da situação adversa, os liberais, inclusive o próprio Tavares Bastos, optou pela abstenção do voto no pleito seguinte; num movimento cuja expressão se traduziu no manifesto *Ao Povo Fluminense* de 08 de setembro de 1868.³³

Devido à dissolução da Câmara de maioria liberal, Tavares Bastos foi despojado do mandato, ao lado dos demais coparlamentares, em julho de 1868. Tal fase lhe gerou a acentuada desilusão com o regime. Apesar do despojo parlamentar, por conta do acontecimento político de grande magnitude, repercutida no meio oposicionista como arbitrária e prova da intervenção do “poder pessoal” do Imperador; apesar de desiludido com a situação política e com o organismo ressentindo de um mal do qual já padecia; não desistiu da luta. Como Saldanha Marinho, se voltou para a atividade na imprensa.

Chamada pelo meio liberal de “golpe de julho de 1868”, a ação do governo imperial lhe interrompeu os sete anos de vida parlamentar. O *Diário do Povo* se tornou na imprensa órgão de resistência e de combate dos liberais ao governo conservador, ascendido ao poder. Os rumos da Campanha do Paraguai se constituíram em fator decisivo para a virada política experimentada pelo país. Acompanhado de outros ex-Deputados, Tavares Bastos mergulhou em

³¹ A demissão do Gabinete de Zacarias esteve intrinsecamente atrelada à política imperial direcionada à Guerra do Paraguai (1865-1870). A nomeação do General Caxias, de posição conservadora, havia desagradado o meio liberal. Suas estratégias de condução da guerra foram maciçamente criticadas pelos liberais. Na escolha da lista tríplice de Senador para a Província do Rio Grande do Norte, o Imperador optou por Torres Homem, seu preferido, o qual nutria inimizades com Zacarias de Góis. Eis a oportunidade para esse exonerar-se do cargo. A demissão do Ministro Zacarias promoveu reação na Câmara de maioria liberal. Em 18 de julho de 1868, ela foi dissolvida pelo Imperador para, na eleição de maio de 1869, ser eleita uma nova câmara, de maioria conservadora, afinada com o novo Gabinete do Visconde de Itaboraí. Nesse processo, os liberais se dividiram em duas alas, a moderada (*Centro Liberal*), e a radical. A última reuniu-se em torno do *Clube Radical*, do qual emergiu o *Clube Republicano* em novembro 1870. Sobre a relação entre a demissão de Zacarias de Góis e a Guerra do Paraguai, ver: PESSOA, Reynaldo Cameiro. **O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p. 403.

³² PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, pp. 266-279.

³³ FRANCO, Bernardo de Sousa et al. *Ao Povo fluminense*. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 47, n. 251. Publicações a Pedido, p.1, 09 set. 1868.

atividades extraparlamentares bem representadas pelo jornalismo impresso. Foi na imprensa que os copartidários liberais, também despojados do poder, passaram a fazer resistência ao governo do Visconde de Itaboraí.³⁴

Sem voz no Parlamento, o jornal mencionado lhe tornou canal para extravasamento da ira política. Atuante no *Diário*, não se limitou a acompanhar os acontecimentos. Procurou doutrinar através dos artigos publicados. No acirrado clima de radicalização política, a preocupação com interesses gerais se manteve nos propósitos do pensador alagoano. O jornal teve vida curta, mas interessante. Foi adquirido pelo próprio Tavares Bastos, mas a escritura se passou em nome de outrem, um “testa de ferro”. A conduta desse anônimo se tornou tão desagradável a ponto de ter obrigado os colaboradores a deixarem o órgão sob a direção única do “falso-proprietário”. Desprestigiado com a saída de colaboradores tão ilustres, o jornal oposicionista pouco tempo teve de existência.³⁵

Uma vez perdida a enérgica arma de combate, os liberais procuraram novos instrumentos de ação. Nesse instante, surge a ideia do *Clube da Reforma*. Francisco Otaviano e Tavares Bastos deixaram o *Diário do Povo*, e, desde 23 de março de 1869, trataram de fundar *A Reforma*, surgida em 12 de maio. Notemos que tal momento foi de extrema efervescência político-intelectual. Estamos no intervalo entre o lançamento do *Manifesto do Centro Liberal* e o surgimento dos polêmicos panfletos, divulgados por Saldanha Marinho, intitulados *O Rei e o Partido Liberal*. O *Clube da Reforma* nasceu na casa do próprio Tavares Bastos, a 07 de abril daquele ano.³⁶

Observamos que a breve passagem de Tavares Bastos pela redação d’ *A Reforma*, contabilizada em cinco meses, funcionou como espécie de antessala para a elaboração intelectual d’ *A Província*. Destacaram-se nessa fase os artigos *O Ato Adicional*, *Governo Interior dos Estados Unidos*, *A Emancipação e o Governo Imperial*, *Descentralização e Federação*.³⁷ O percurso é anunciação da obra-prima. Para os objetivos do presente trabalho, o combate à “simetria francesa” consiste no ponto forte da obra capital do autor. Tratamos do objeto na seção a seguir.

7.1 A RECUSA DA “SIMETRIA FRANCESA” NA OBRA CAPITAL DE UM MODERADO PENSADOR ALAGOANO

A Província constitui trabalho de fôlego, bastantemente elogiado pela crítica devido ao talento do autor. Foi escrita num espaço de tempo em que o pensador alagoano já estava com saúde fragilizada.³⁸ Por ora, se deparava ainda face à perspectiva do ostracismo político, já que havia sido despojado da função parlamentar.

A obra capital foi produzida no ambiente solitário do gabinete de um pensador que, desde de 1861, havia atuado na política institucionalizada do Império. Havia ganhado notoriedade ao participar de missões no exterior. Já

³⁴ AURELIANO Cândido Tavares Bastos. In: BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro...**, pp. 370-1.

Ver também: http://cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_bastosaureliano.html.

³⁵ PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, pp. 290-1.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*, p. 295.

³⁸ Somente na viagem de 1875 à Europa ficou constatado que, até aquela data, havia padecido do figado e tinha o baço comprometido.

havia visitado terras da vasta região amazônica, no norte do país, e que inclusive havia assistido, em meio à atmosfera da Campanha do Paraguai, à demissão do adversário, Zacarias de Góis, e à reascensão dos conservadores.

Em pouco mais de quatro meses, a publicação antecede o começo do Movimento Republicano na Corte carioca, centro agitado politicamente pelas consequências da crise ministerial de 1868. Para nossos propósitos, é importante ressaltar que aparece na imprensa no período em que, numa Europa predominantemente monárquica, é detonada a Guerra Franco-prussiana – 17 de julho de 1870 –, a envolver o Segundo Império francês de Napoleão III e o Reino da Prússia de Otto Von Bismarck.

Surgiu num momento oportuno para homens cujas ideias defenderiam uma nova forma de organização político-institucional para o país. Ainda em meados de 1870, tornou-se a maior novidade já surgida na literatura política do Brasil, desde então. Através das páginas d' *O Americano* de Recife, ao lado de Minervinho Leão, Tobias Barreto deixou estampada a crítica à obra e ao talento do autor.³⁹ Como as demais, a produção surpreendeu e escandalizou os contemporâneos devido ao ar de novidade trazido.⁴⁰ Apesar de ter sido escrita numa atmosfera extraparlamentar envoltivamente romântica, a atividade foi orientada pelo escritor de maneira objetiva e voltada às questões práticas.

No contexto de escrita, de publicação e de recepção d' *A Província*, diferentemente de Saldanha Marinho em *O Rei e o Partido Liberal*, Tavares Bastos desde a juventude familiar havia se decidido sobre as duas pontas do dilema “Ou a reforma, Ou a revolução”. Ao seu ver, a Revolução já havia sido realizada em 07 de Abril de 1831, quando a Monarquia se tornou “livre”.⁴¹ Posto isto, foi sintomática a não adesão ao liberalismo radical no decorrer da década de 1870. Um dos biógrafos descreve a escolha pela moderação de modo a não gerar dúvida:

A célebre fórmula do Manifesto do Centro - *reforma ou revolução* - não era para ele, apenas, uma fórmula de sonoridade ameaçadora. Emprestava-lhe sentido real. Das pontas do dilema, há muito, se decidira pela primeira, e toda a sua atividade se orientara sempre naquela direção. Quando pleiteava certas medidas ousadas, fazia-o, antevendo as exigências do futuro. **A revolução não o tentaria** (grifo nosso). Espírito afeito à ordem, com a vocação de construir, compreendia como o pensador francês, que ‘uma revolução faz em dois dias a obra de cem anos e perde em dois anos a obra de cinco séculos’.⁴²

Ângela Alonso nos chama a atenção para o fato de *A Província*, com a tese defendida, ter se constituído em livro-síntese de um grupo particular da “geração 70” brasileira, identificado por ela como “liberais radicais”⁴³: Saldanha Marinho, Salvador de Mendonça, Quintino Bocaiúva, Lúcio de Mendonça, Lopes Trovão e os demais adesistas do *Manifesto de 03 de Dezembro*. Não tão somente os “liberais radicais” do movimento leram Tavares Bastos, como

³⁹ PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, pp. 300-305.

⁴⁰ Acerca da repercussão da obra na imprensa de todo o país e da consagração do autor por causa dos méritos auferidos, ver: FERREIRA, R. B. da S. Um outsider no império..., p. 71.

⁴¹ Ver nota 18 do presente capítulo.

⁴² PONTES, C. op. cit., pp 340. A frase é atribuída a Ambroise-Paul-Toussaint-Jules Valéry (1871-1945). Paul-Valéry foi filósofo, escritor e poeta francês da escola simbolista cujos escritos incluem interesses por matemática, filosofia e música. A respeito, ver: <https://kdfrases.com/frase/156498>.

⁴³ ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. SP: Paz e Terra, 2002, p. 198.

também o republicano positivista e abolicionista paraense Lauro Sodré; o abolicionista Joaquim Nabuco; o liberal de origem baiana Rui Barbosa⁴⁴; apenas para citar mais outros nomes específicos.

Nos ativemos ao vínculo e ao fato de Tavares Bastos não ter podido participar do Movimento Republicano, tanto por opção quanto pela precocidade do falecimento na cidade francesa de Nice, em 03 de dezembro de 1875, aos 36 anos de idade. A par das informações, nos perguntamos aqui como se estruturam as ideias constituintes da contribuição legada pelo letrado alagoano aos seus coetâneos, no que diz respeito a propostas de implantação de uma organização político-administrativa e fiscal, baseada no federalismo para o Brasil. Fazemos isso em vista da parcela específica do público a ter recebido e se apropriado de suas ideias, através da leitura d'*A Província*. Quais sejam: os republicanos brasileiros.

No cerne da contribuição, buscamos pôr em relevo, dentro das possibilidades encontradas, aquelas proposições identificadas com o ideário das três primeiras fases da República Francesa; ou pelo menos com aspectos da atmosfera intelectual republicana da França, a servirem a Tavares Bastos para que discutisse a necessidade de implantar, no Brasil, uma estrutura de molde federativo.

Para alcançarmos tal propósito, selecionamos algumas partes da obra. Na edição original, *A Província – Um Estudo sobre a descentralização do Brasil* possui prefácio datado de 14 de agosto de 1870. Logo a seguir, subdivide-se em três grandes partes temáticas. A primeira, intitulada *Centralização e Federação*, compõe-se de seis capítulos. A segunda, composta por sete capítulos, intitula-se *As Instituições Provinciais*. A última parte denomina-se *Interesses Provinciais* e compõe-se de oito capítulos. Temos a conclusão e um apêndice: “O Norte e o Sul”.

Da primeira parte, selecionamos todos os capítulos, de um ao seis. Da segunda, apenas o capítulo um. Não avançamos para a terceira parte porque as ponderações do autor sobre o modelo de organização do Estado francês, e suas implicações com relação ao modelo brasileiro, foram mais trabalhadas nas duas primeiras partes.

Tratar de uma obra sem falar de seu autor é negligenciar a abertura a nos permitir acesso ao quadro circunstancial do processo de produção da escrita. Para nós significa ficarmos refém de análise maximamente internalista, na totalidade. Tais justificativas explicam o porquê de nos termos detido em reconstruir momentos chaves da trajetória do pensador alagoano, na introdução do presente capítulo.

No prefácio, *A Província* inicia com a alegação de não ser um livro inspirado no conservadorismo, mas no oposto doutrinário, o liberalismo. Esse estava baseado numa tradição de lutas políticas: “Quisera a robusta geração de 1831 descentralizar o governo confederando as províncias; e, fundindo nas atribuições do executivo as do poder

⁴⁴ Ver: SODRÉ, Lauro. *Crenças e Opiniões*. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1896, p. 33. Ver também: BRASIL. Assembleia Geral. Câmara dos Deputados. Comissão de Instrução Pública. **Sociedade brasileira do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública: Parecer e projeto da Comissão de Instrução Pública composta por Rui Barbosa (relator), Thomaz Bomfim Espínola e Ulysses Pereira Vianna. Relator, Rui Barbosa**. RJ: Tipografia Nacional, 1883. Câmara dos Deputados, Sessão de 12 de Setembro de 1882, n. 224, pp. 48, 53; NABUCO, Joaquim, 1849-1910. **Joaquim Nabuco** / textos de Munhoz da Rocha Netto e Gilberto Freire e seleção de discursos de Gilberto Freire. – 2. ed., ampl. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010, pp. 204-206; CHACON, Valmireh. **Joaquim Nabuco: revolucionário conservador: sua filosofia política**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, pp. 50, 189.

moderador, suprimindo, o Conselho de Estado, fazendo temporário o Senado, tornar a monarquia uma instituição inofensiva.”⁴⁵

As referidas medidas, previstas no Ato Adicional de 1834, alargaram a Constituição outorgada em 1824, segundo o autor. A Lei de Interpretação do Ato Adicional à Constituição teria colocado fim à “revolução” iniciada a partir de 1831: “Homens sem fé nos destinos da democracia e na missão providencial da América, varões eminentíssimos, é certo, alguns deles ornamentos das nossas assembleias, fecharam infelizmente a escola revolucionária de 1831 para consagrarem templos ao ídolo restaurado em 1840.”⁴⁶

A chamada “política da ordem e da moderação” teria suprimido ou esquecido a liberdade; não teria lhe dado glória. O autor diz ver o país atravessando os primeiros episódios de uma longa crise econômica, com os sinais de terror por toda a parte. O país deveria volver-se à democracia e não abandoná-la. Dolorosas experiências haviam suscitado a liberdade em inúmeros de seus defensores. Ao escrever há quase um mês da deflagração da Guerra Franco-Prussiana, a 19 de julho de 1870 na Europa, expõe anseios para o Brasil frente à conjuntura europeia. A França estaria reeditando os princípios de 1789, aos olhos do país e do restante do mundo. Em decorrência, a situação constitucional brasileira exigia mudança:

Queremos, sem dúvida, reformas constitucionais. Só nas estagnadas sociedades d’Ásia são invioláveis as instituições dos povos. Quando a gótica Alemanha constituiu e reconstituiu os seus governos e os seus parlamentos, donde os burgueses começam a expelir os magnatas; quando a Grã-Bretanha diluiu o resto do venerável palimpsesto do Rei sem-terra, e a França dá periodicamente uma edição de luxo dos princípios de 89, como havemos nós acatar supersticiosamente a carta outorgada em 1824?⁴⁷

O Brasil não estava longe da França de 1870. Aproveitando o ensejo, coloca um dos princípios trinitários da Revolução de 1789 como centro combatente na luta travada no país: “Ora, a grande questão que no Brasil se agita, resume-se na eterna luta da liberdade contra a força, do indivíduo contra o Estado.”⁴⁸ A descentralização é concebida como meio de reduzir o poder ao seu legítimo papel e de emancipar as nações da “tutela” dos governos. Não era apenas questão administrativa, mas fundamento e condição de êxito de quaisquer reformas políticas. Era a base sólida das instituições políticas. Acerca do objetivo do livro, nos explica: “Limitar o poder, corrigi-lo desarmando-o das faculdades hostis à liberdade, eis a ideia donde este livro nasceu.”⁴⁹

É possível captarmos a excepcionalidade do momento. No prefácio, constatamos ter a escrita ocorrido num ambiente, em que através de um projeto de interpretação em andamento, o qual não é identificado, novas restrições ao

⁴⁵ BASTOS, A. C. Tavares. **A Província**: estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Gamier, 1870, p. V.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ *Ibidem*, p. VI.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ *Ibidem*, p. VII.

Ato Adicional foram cogitadas.⁵⁰ O autor convida o meio liberal a opor os princípios de 1831 ao que denomina “doutrinas de 1840”.

A *Primeira Parte*, intitulada *Centralização e Federação*, tem como ponto de partida o capítulo *A obra da Centralização*. Em nítida alusão aos tempos da Revolução Francesa, nos quais os ideais de unidade, de indivisibilidade da nação, cimentavam as aspirações republicanas dos jacobinos, encontramos uma visão tendente a anunciar a superação histórica do unitarismo centralizador. Tanto por monarquias quanto por repúblicas:

Longe vão as eras em que os povos sonhavam a fundação de poderosas monarquias. Longe vão esses tempos belicosos em que fora a unidade garantia da independência, condição da força e grandeza. Uma e indivisível parecia então dever ser a própria república. Caem os Girondinos vítimas dessa ‘paixão’ funesta. Calam-se as assembleias da Revolução: não há mais que um amo, símbolo vivo da unidade nacional; um só pastor e um só rebanho. Deslumbrado pelos esplendores da própria grandeza, o déspota converte a França em açoite da Europa.⁵¹

A respeito do poder absoluto constituído na França, sacudida pelo levante revolucionário, indaga: “Jamais se viu tão absoluta onipotência! Mas tamanho poder, exercido por um gênio, o que é que construiu duradouro? Pôde ao menos preservar imarcescíveis os louros de uma glória imensa?”⁵²

Ainda no que diz respeito à centralização, empreendida na França pela Revolução e pelo Império do primeiro Bonaparte, é apresentado parecer: “França e a Europa volvem dessa ilusão fascinadora; começam os povos a compreender que é absurdo esperar a liberdade e a prosperidade de um regime que os sufoca.”⁵³

É possível ao leitor perceber que o processo de centralização do poder estatal na França, num primeiro momento promovido pelo regime monárquico absolutista, e, posteriormente, levado adiante pela República e pelo Primeiro Império, torna-se parâmetro do qual o pensador alagoano se apropria para introduzir a tese. Antes de avançarmos nas linhas que seguem, é importante salientar que Tavares Bastos percebia sinais de reversão do processo historicamente edificado. A tentativa de reversão avançava na Europa e na própria França de 1870. Trata-se do reexame do passado revolucionário pelos liberais franceses oitocentistas e do debate da Descentralização. Em caráter introdutório, discorreremos sobre ambos os assuntos na seção 3.2, do capítulo terceiro.

Dois proeminentes políticos da Segunda República Francesa são citados para demonstrar que a centralização, enquanto modelo de organização político-administrativo dos regimes, passava em França pelo crivo da revisão. Para

⁵⁰ Miriam Dolhnikoff discorre acerca da última tentativa de interpretação do Ato Adicional no Império. Se tratou da comissão formada por senadores e deputados, em 1861, cujo propósito era o de formular um projeto de Lei de Interpretação. Entretanto, o trabalho não foi adiante e não houve mais nenhuma nova interpretação do Ato Adicional, além da promulgada em 1840. Apesar daquele insucesso, em 1869, o Visconde do Uruguai, na qualidade de Ministro dos Negócios, propôs novo projeto de interpretação, no qual constava a mesma pauta de discussão da comissão de 1861. O projeto seguiu sem votação pela Câmara até 1889. A respeito, ver: DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005, pp. 233-243.

⁵¹ BASTOS, A. C. T. **A Província...**, p. 3.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Ibidem*.

Odilon Barrot⁵⁴, a descentralização era assunto que “[...] está de novo na ordem do dia, não só em França, mas por toda a parte; enche os escritos sérios de política, encontra-se no fundo de todos os problemas agitados no mundo.”⁵⁵

Até mesmo no seio da Igreja, com o Concílio Vaticano I, observou revolverem sentimentos independentistas. Queria o “jesuitismo” transformar a Igreja em Monarquia universal, sob a autocracia do Papa. O quinto capítulo de *De la Democratie en Amérique*, clássico de Alexis de Tocqueville, é também citado: “Desfeita ao choque de estrondosas decepções, a miragem da centralização não ilude mais. Fora escusado deter-nos na crítica de um sistema decrépito, acometido de todos os lados, condenado desde o livro clássico de Tocqueville.”⁵⁶

Conforme Tavares Bastos, o patriotismo enquanto virtude cívica somente poderia ser aquecido sob o exercício da liberdade. Dá a entender que “Centralização”, enquanto antípoda de “Liberdade”, amortece o amor à pátria. Argumenta que era em meio ao povo que a democracia francesa procurava apoio para enfrentar o Império de Napoleão III.⁵⁷ Essa afirmativa introduz suas considerações sobre o vínculo entre “Despotismo” e “Centralização”.

O “Despotismo” aparece como consequência necessária da “Centralização”: “A centralização não corrompe o caráter dos povos, transformando em rebanho as sociedades humanas, sem sujeitá-las desde logo a uma certa forma de despotismo mais ou menos dissimulado.”⁵⁸ Para o alagoano, a centralização não pode coexistir com a República. Aquela foi transplantada do Império Romano, cresceu com o absolutismo nas Monarquias modernas, e, com ele, perpetuou-se em todas, exceto na Inglaterra: “**Por isso é que não pode coexistir com a República uma semelhante organização do poder** (grifo nosso). Assim, absolutismo, centralização, império, são, neste sentido, expressões sintomas.”⁵⁹

Ainda em referida alusão à experiência histórica dos franceses, confronta a centralização com os Direitos do Homem, tomados como “direitos do povo”, a fim de afirmar que sob a Monarquia centralizada pouco importa a própria soberania popular. Como Tocqueville, o letrado alagoano identifica a liberdade nas instituições locais:

Em monarquia centralizada pouco importa, portanto, que se haja feito solene declaração dos direitos do povo, e se tenha construído um mecanismo qualquer destinado a exprimir os votos da soberania nacional. Aí, sejam embora sonoras e estrondosas as palavras da lei, o delegado do povo

⁵⁴ Hyacinthe-Camille Odilon-Barrot nasceu em 1791, em Villefort (Lozère). Faleceu em 1873 em Bougival (Yvelines). Atuou como monarquista liberal desde a Restauração de 1814. Foi Deputado liberal durante a Monarquia de Julho (1830-1848). Após a Revolução de 1848, que derrubou Luís Filipe do Trono, se acercou do grupo de republicanos moderados. Nomeado Chefe de Governo e Ministro da Justiça por Luís Napoleão, a dezembro de 1848, em outubro do ano seguinte foi expulso do governo. Após o Golpe de 02 de Dezembro se tornou momentaneamente preso político. Posto em liberdade, se retirou da vida política. O retorno aconteceu em 1871, na qualidade de Vice-Presidente do novo Conselho de Estado, já sob o regime da Terceira República. Sobre a vida e as obras publicadas de Odilon Barrot, ver: https://data.bnf.fr/fr/11890368/odilon_barrot/. Acesso em 13 jul. 2019.

Ver também: BARROT, Odilon (1791-1873). *Encyclopedia Universalis* [en ligne], consulte le 13 juillet 2019.

URL: <http://www.universalis-edu.com/encyclopedie/odilon-barrot/>.

⁵⁵ BARROT, Odilon. *Études Contemporaines. De la Centralisation et ses effets*, p. 18 apud BASTOS, A. C. T. **A Província...**, p. 4.

⁵⁶ TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la Democratie en Amérique*. Cap. V apud BASTOS, A. C. T. op. cit. loc.cit.

⁵⁷ BASTOS, A. C. T. op. cit., pp. 6-7.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 8.

⁵⁹ *Ibidem*.

é que é o soberano. Em sociedades tais, amortecidas ou extintas as instituições locais, foco da liberdade, desaparece a liberdade.⁶⁰

O pensamento de Royer-Collard⁶¹, orador do período da Restauração na França, é referenciado para ilustrar o processo de crescimento da autoridade de um poder centralizado: “Tendo a centralização por alvo tudo dominar, esta necessidade impõe-lhe, como elemento indispensável, um número ilimitado de agentes, organizados com a hierarquia militar, que é seu tipo e seu ideal.”⁶² Através do que pensa o orador francês, Tavares Bastos concorda que o referido processo cria um país oficial, onde o governo domina o parlamento e o sufrágio. Será que naquele momento, para o publicista alagoano, estaria o Império do Brasil longe da realidade descrita? De modo algum, é o que nos parece.

A partir do argumento do orador francês temos a demonstração de como a autoridade centralizada ganha extensão e força, a ponto de se transformar “monstruosa”. O raciocínio é reforçado com a argumentação de Odilon Barrot: “Transformado o funcionalismo em polícia de comícios, ‘a administração deixa de ser o meio de distribuir com justiça e discernimento os recursos do Estado; ela consagra-se exclusivamente à tarefa de conquistar e conservar maiorias no parlamento [...]’.”⁶³

A historiografia oitocentista da Revolução Francesa é citada para sustentar que “Não menos arriscada do que monstruosa é essa ‘apoplexia no centro e paralisia nas extremidades’ de que falava Lamennais. **A centralização – quem pode já duvidá-lo? – não desvia, antes precipita as tempestades revolucionárias** (grifo nosso)”. Na sequência do raciocínio, complementa pontuando que sob a centralização o poder assume toda a atividade nacional e uma responsabilidade esmagadora. Para além de fator de Revolução, como quer Lamennais, a indica como causa de corrupção: “Corrompendo a nação, corrompe-se a si mesmo; mais e mais inferior à sua tarefa ingente, vê recrescerem os perigos na razão da sua debilidade. A ruína, as desgraças públicas, a miséria doméstica lhes são atribuídas.”⁶⁴

Há ênfase explícita na procura de referenciais da Segunda República Francesa, de modo a exemplificar autoridades que deixaram de defender a centralização enquanto modelo administrativo. Um trecho dos *Études Administratives*, de Alexandre-François Vivien⁶⁵, está transcrito. Através dele, encontramos o reposicionamento de um

⁶⁰ BASTOS, A. C. A. **Província...**, p. 8.

⁶¹ Pierre Paul Royer-Collard nasceu em Sompuis (Mame), no ano de 1763. Filho de um modesto proprietário agrícola, teve uma educação clássica jansenista. Foi professor de História da Filosofia pela Sorbonne em 1811. Ali pôde introduzir na França a doutrina espiritualista de Thomas Reid e Stewart. Foi Deputado pela localidade da qual nasceu de 1815 a 1842. No espaço parlamentar, inspirou o grupo partidário da Monarquia temperada. Foi Presidente da Câmara entre 1828 e 1830. Permaneceu na Assembleia até 1839, sem participar dos debates. Faleceu em 1845 em Chateaufieux (Loir-et-Cher). Para maiores detalhes da vida e sobre outras obras produzidas por Royer Collard, ver: https://data.bnf.fr/fr/12522929/pierre-paul_royer-collard/. Ver também: BERTHIER DE SAUVIGNY, ROYER-COLLARD, Pierre paul – (1763-1845), Eiciclopaedia universalis [em ligne], consulté le 13 juillet 2019. URL. : <https://www.universalis.fr/encyclopedie/pierre-paul-royer-collard/>

⁶² ROYER-Collard. La vie politique de R. C., por de Barante, tom. 2º, p. 230 apud BASTOS, A. C. T. op. cit. loc.cit.

⁶³ BARROT, Odilon. De la Centralisation, p. 188 apud BASTOS, A. C. T. op. cit. p. 9.

⁶⁴ BASTOS, A. C. A. op. cit., p. 10.

⁶⁵ Alexandre François Auguste Vivien de Goubert nasceu em Paris, em 1799, e faleceu na mesma cidade, em 1854. Filho do advogado de Goubert. Preferiu a advocacia à carreira militar. Foi Procurador-Geral de Amiens (10 de agosto de 1830), Prefeito de Polícia de 21 de fevereiro de 1831 a 17 de setembro do mesmo ano. De tendência centro-direita, exerceu pelo Departamento de Aisne quatro mandatos consecutivos na Câmara dos

ex-defensor entusiasta da centralização; desiludido com a mesma diante do “triste” espetáculo oferecido por sua pátria, corrompida por ela e aviltada pelo “despotismo”:

Conseqüências extremamente prejudiciais ao país, escreve Vivien, tem-lhe acarretado a centralização administrativa. Colocou ela o governo sob o peso de uma solidariedade que não tem sido estranha às agitações políticas destes últimos tempos. Nada fazendo-se por assim dizer, no município ou no departamento, senão com autorização, em virtude de ordem ou em nome do governo, achou-se este envolvido em todos os negócios, e, por uma conseqüência necessária, se lhe imputaram todas as faltas cometidas, todas as delongas experimentadas, todos os acidentes supervenientes. [...] a ele acusaram dos desvios dos seus agentes, os orçamentos em déficit, das desordens financeiras, do mau estado dos caminhos, da ruína dos edifícios, da polícia malfeita, da escola mal dirigida [...].⁶⁶

No encerramento do primeiro capítulo, o autor diz não ter exagerado ao apontar que a centralização cria deplorável situação moral; não exagerou sobre a “perversidade” de suas tendências políticas: “[...] ela começa corrompendo e acaba anarquizando: por isso é que o Novo Mundo, fugindo do ídolo imperial a que o Velho sacrificará a liberdade, fez a federação paládio da democracia. Vamos vê-la, alastrando-se por toda a parte, a moderna forma de governo.”⁶⁷

Não é exaustivo reenfatar que para Tavares Bastos a centralização é fator condicionante da “anarquia”. De acordo com a norma lexical da época, podemos dizer que para ele a centralização é fator responsável pela Revolução. Nesse sentido, observamos a subversão de toda uma tradição de pensamento criada desde os fins da Regência, quando a concessão de autonomia às partes, no Brasil, passou a ser interpretada como motivo para desordem.⁶⁸

Antes de prosseguirmos com a análise dos próximos capítulos da primeira parte, ressaltamos mais algumas considerações acerca do primeiro. Ele é um demonstrativo de como o pensamento do publicista apropria referenciais franceses para questionar a viabilidade da centralização político-administrativa, numa Europa predominantemente monárquica.

Percebemos no primeiro capítulo um esforço de procurar, na França da República do sufrágio universal, nomes ilustres da literatura política corroboradores, naquele momento, para desabonar a centralização enquanto modelo

deputados, entre 1833 e 1849. Ainda em 1833, foi nomeado Conselheiro de Estado, em serviço ordinário. Com a queda da Monarquia de Julho, no último mandato como Deputado, participou dos trabalhos da Constituinte de 1848. Durante a Segunda República Francesa, foi Ministro dos Trabalhos Públicos. Com o Golpe de 02 de Dezembro de 1851, afastou-se da vida política. Foi autor de várias publicações na *Revue des Deux Mondes*. Para maiores detalhes da vida Alexandre-Vivien, ver:

[http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/\(num_dept\)/9369](http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/(num_dept)/9369).

Ver também: <http://www.sfhp.fr/index.php?post/2009/03/03/Notice-biographique-Alexandre-Vivien-de-Goubert>.

Para o conjunto de suas obras, recomendamos: https://data.bnf.fr/fr/12291462/auguste_vivien/.

⁶⁶ VIVIEN, Alexandre François Auguste. *Études Administratives*. Paris: Guillaumin, Libraire, 1845, tom. 2, p. 15 apud BASTOS, A. C. T. *A Província...*, p. 11.

⁶⁷ BASTOS, A. C. T. op. cit. loc.cit.

⁶⁸ Para uma análise da evolução do conceito de “Federalismo”, ver: COSER, Ivo. Federal/Federalismo. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da História dos Conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 91-116. Acerca do longo debate sobre “Federação” versus “Centralização” no decorrer do Oitocentos brasileiro, indicamos: COSER, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. **RBCS** Vol. 26 n° 76 junho/2011, pp. 191-227. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092011000200011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 29 mar. 2020.

administrativo. Certamente pensando nas condições gerais do Império do Brasil, Tavares Bastos busca precisamente naquela tradição argumentos de autores que a defendiam, mas deixaram de fazê-lo devido a “nefastas” consequências: a corrupção, o despotismo, a inoperância e até mesmo a Revolução, num sentido negativo de “anarquia”.

Doravante, os agentes do liberalismo radical no Brasil tinham à disposição basilar argumentação a ser extraída de Tavares Bastos: a centralização era incompatível com a República. Era “cria” do Império de Roma. Para um império nas Américas a constituir-se enquanto Monarquia centralizada e unitarista, cujas elites eram francófilas, nada mais razoável do que ir buscar na própria França testemunhas na literatura política a desacreditarem a centralização. É exatamente isso que ele fez. Selecionou na literatura francesa, que revisava e se reposicionava sobre o assunto, argumentos de crítica e de combate contra o próprio processo de centralização. Os trouxe para os quadros da realidade brasileira.

No capítulo dois – *O governo nos Estados Modernos* –, da *Primeira Parte*, há a exposição da forma federativa de governo enquanto fato político em quase todo o Novo Continente. As metrópoles colonialistas europeias não teriam ousado manter um poder centralizado em suas possessões. Teriam estabelecido autoridades locais, independentes. A “Federação” constituía-se naquele momento em princípio dominante dos sistemas políticos erigidos nos Estados Unidos, no México, nos Estados Unidos de Colômbia, nos Estados Unidos da Venezuela. Ele discorre sobre a situação do Peru. A adoção do modelo constitucional estadunidense pela República da Argentina era um fato. Somente países, para ele “acanhados”, como Chile, Uruguai e Paraguai, dispensaram o modelo federativo.⁶⁹

Tavares Bastos norteia suas ideias nos preceitos do determinismo geográfico, muito em voga na época, para explicar o motivo a ter levado as novas organizações nacionais do continente a se constituírem sob modelo federativo.⁷⁰ Indo de encontro à realidade pátria, sustenta que tudo concorria para impossibilitar, nas regiões americanas, o sistema de governo no qual foram secularmente fundamentadas as Monarquias europeias: “Tal era a profunda convicção dos nossos revolucionários de 1831. ‘O governo do Império do Brasil será uma *monarquia federativa*’, dizia a primeira das reformas constitucionais propostas pela Câmara dos Deputados.”⁷¹

Na própria Europa, repleta de Monarquias militaristas, observa a ocorrência de uma tendência descentralizadora, em prejuízo da unidade fundada pelo absolutismo do período medievo. Descreve variados exemplos: o estado federal no caso inglês; a situação da Suíça; o caso belga; o caso holandês, em 1848; a Prússia e o modelo adotado de assembleias eletivas; a situação austríaca após a Revolução de 1848; a unidade sob a qual se construiu a Itália, confrontada com a ideia futura de dividir a península em regiões confederadas; a própria Espanha pedia um governo federal após a queda dos Bourbons.⁷²

⁶⁹ BASTOS, A. C. T. *A Província...*, pp. 12-13.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 13.

⁷¹ *Ibidem*, p. 15.

⁷² *Ibidem*, pp. 15-16.

Observamos, na leitura do segundo capítulo da primeira parte de *A Província*, um cuidado ao falar da situação francesa diante de um mundo cujas tendências exigiam a adoção do sistema de organização federal dos Estados. O autor parece ter objetiva noção da tradição unitária e centralizadora, presente no processo de organização do Estado Francês, desde os tempos do Rei Sol, passando pela Primeira Revolução Francesa e pelo Primeiro Império. Apesar de ser modelo dos efeitos negativos da centralização, ele acreditou numa reabilitação da França:

Resta, sem dúvida, a França no campo adverso; e este só exemplo agorenta a alegria do espetáculo que tantos povos oferecem (grifo nosso). Mas é a França acaso fiel aos seus primeiros amores, à tradição desse poder ilimitado de que são representantes históricos Richelieu e Napoleão? **Lá, iam buscar tristes conselhos os inspiradores e os adeptos da monarquia centralizada; mas, nós o esperamos, é ela agora que vai fornecer-nos, neste e outros assuntos, o meio seguro de determinar o curso das ideias novas** (grifo nosso).⁷³

Na expectativa de que o país europeu se tornasse liderança das “novas” ideias, enumera tímidas medidas descentralizadoras executadas por Napoleão III, face aos sucessivos “desastres” decorrentes do regime centralizador a acometerem o país, desde a data da primeira Revolução. Mais do que isso, expõe clamores da opinião esclarecida para que o governo promovesse mecanismos descentralizantes:

Decretos de Napoleão já haviam descentralizado, em 1852 e 1861, o despacho de negócios locais, cometendo aos delegados do governo imperial a faculdade de decidi-los. Não é nada isso, lhe disseram de todo os lados: o essencial é reconhecer no município e no departamento autonomia legislativa e executiva quanto aos próprios negócios. Esclarecidos por sucessivos desastres desde 1789, alguns espíritos ilustres, vão mais longe. Recordando as províncias anteriores à revolução, Vivien e Chevillart condenaram a estreiteza das atuais circunscrições administrativas.⁷⁴

No âmbito dessa perspectiva, perguntamos: queria Tavares Bastos se acercar da garantia de que o Império do Brasil brevemente teria na própria França um modelo descentralizado de organização administrativa, ao qual deveria cuidadosamente se ater? Com tal indagação, de modo algum negamos aos Estados Unidos o vanguardismo na experiência do modelo republicano federativo, no mundo moderno. Apenas não deixamos de salientar que o pensamento do publicista alagoano, preste a inspirar os nossos republicanos naquela passagem de década, não descartou a possibilidade da França ascender enquanto poderoso exemplo do quão acertado era a descentralização, sob insígnia do sistema federativo.

Aliás, ao tratar dos modelos concorrentes derrotados no processo de institucionalização da República Oligárquica em 1891 – regime inspirado no modelo estadunidense, em que pese as diferenças –, Maria Fernanda Lombardi advoga que a vitória do último teria obscurecido alternativas impostas a ele antes do advento do novo regime. Isto é, o modelo constitucional vitorioso em 1891 teria ofuscado o real modelo de referência dos republicanos brasileiros: a

⁷³ BASTOS, A. C. T. *A Província...*, p. 17.

⁷⁴ *Ibidem*. O segundo nome citado pode se tratar do Deputado Joseph Louis Victor Chevillard de Marlioz (1757-1836), eleito pelo Departamento de Mont-Blanc, durante o Primeiro Império e a Restauração. A respeito, ver: [http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/\(num_dept\)/14143](http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/(num_dept)/14143).

França dos séculos XVIII e XIX. Também para a autora, o referencial a ter guiado os republicanos brasileiros teria vindo do outro lado do Atlântico Norte.⁷⁵

Se estivermos certos quanto às expectativas de Tavares Bastos em relação ao modelo francês, podemos dizer que ele, desse modo, reforçou sua tese ao apontar para o Império do Brasil que até a França, país que havia servido aos estadistas brasileiros como modelo europeu bem-acabado de Monarquia unitária centralizada, estava bem perto de assumir uma guinada rumo à descentralização. Afinal, o autor quis ou não convencer a opinião política do Império?

O que afirmamos no parágrafo anterior é constatável a seguir. Olhando para a situação do Segundo Império na França, assevera:

Rende-se indefesa a centralização naquele país justamente onde ela fora, mais do que um facto legislativo, uma teoria política, uma paixão nacional. Doravante, **os adversários do mais deplorável sistema administrativo encontrarão, nas reformas encetadas em França, valiosos argumentos contra o resto de obstinados, que ainda rodeiem ídolo do cesarismo no período de seu irreparável declínio** (grifo nosso).⁷⁶

Reafirmamos que Tavares Bastos enxerga, de modo bifurcado, a tradição sob a qual foi erigido o modelo formativo do Estado francês. Essa tradição resistia, como um contraponto, às tendências a apontarem para a implantação de sistemas de organização federal nos Estados modernos, da Europa e das Américas. Entretanto, ele estava na expectativa de que da crítica e da revisão da referida tradição pudesse sair um modelo exemplar de sistema descentralizado de administração.

Podemos dizer que o centralismo criado no Estado francês, desde a época dos Bourbons, passando pela Revolução Francesa de 1789 e pelo Primeiro Império Napoleônico, se constitui em dado sistematicamente explorado pelo autor, que se detém a explicá-lo em várias linhas do capítulo dois da primeira parte d' *A Província*. O propósito perseguido em apropriá-lo consiste em convencer negativamente a opinião dos estadistas brasileiros contra a centralização.

O capítulo três – *A centralização e as Reformas* –, da *Primeira Parte*, é iniciado com expressa convicção de que os desastres da experiência francesa, causados pela centralização do poder da nação em torno de sua capital, servia de exemplo a não ser seguido pelo Brasil:

Se na França, onde o gênio nacional fundou através dos séculos uma verdadeira e indisputada capital, realçada pelas ciências, pelas artes, pelas letras, pelos homens ilustres que de lá influíram na civilização do mundo; si aí mesmo descobre-se agora a causa de tantos atrasos, como havia o Brasil de encetar uma obra que a experiência condenara na terra de que essa empresa podia prometer-se o êxito mais lisonjeiro?⁷⁷

Face às referidas considerações, há o lamento pela “amputação” do Ato Adicional de 1834. Apesar de ter se decidido pela moderação, confessa crer que apenas uma Revolução poderia fazer o que àquele mecanismo foi impedido:

⁷⁵ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanistas, 2008, pp. 17-18.

⁷⁶ BASTOS, A. C. T. **A Província...**, p. 19.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 21.

Debalde a reforma, que pelo seu caráter radical, como soe acontecer, só uma revolução poderá realizar (grifo nosso), debalde a reforma de 1834 tentou confederar as províncias brasileiras. [...] Assim, depois de rápido eclipse, consolidou-se a centralização no Brasil, enquanto o resto da América experimentava ou fundava instituições de mui diversa natureza.⁷⁸

Enfatiza: “Recusam, todavia, reconhecer esse vício europeu [a centralização] em nossa administração aqueles que a comparam com a mais exagerada das organizações do mesmo gênero, o sistema francês.”⁷⁹ Ou seja, o sistema criado na França era e permanecia do agrado dos defensores da centralização no Brasil.

Ao seu ver, o sistema administrativo centralizado e uniforme francês não era totalmente reproduzido no Império, apesar de observar semelhanças entre os sistemas dos dois países. A superioridade de um método de governo sobre o outro não poderia ser estabelecida com tais analogias; mas, diante do interesse de cada um dos países em questão. Tendo em vista os interesses do Brasil na ocasião, questiona: “Não será tempo de rever as leis e os decretos parasitas que amputaram a reforma de 1834, renovando a centralização contra a qual se insurgiram as províncias?”⁸⁰

Ao apequenar a relevância das semelhanças existentes entre os modelos de França e Brasil, num primeiro momento parece querer desiludir o encanto dos defensores da centralização no país. Focado em interesses objetivos imediatos e nos efeitos negativos da organização centralizadora construída na França, a partir da capital, volta a questionar:

Será justo que nenhum quilômetro de caminho de ferro se possa construir na mais remota parte do império, sem que o autorize, sem que o embarace, ou demore ou o condene o governo da capital? (Grifo nosso) Será razoável que o Pará, há mais de 14 anos, solicite uma ponte para a alfândega; Pernambuco, desde 1835, a construção do seu porto; e o Rio-Grande do Sul, desde a independência, um abrigo na costa?⁸¹

Para sustentar a inadequabilidade do sistema centralizado a partir da capital, para um país da dimensão territorial do Brasil, cita as transações comerciais do Maranhão. Se vale de dados do sistema de correspondência nacional, os Correios da época, justificando como era desigual a comunicação da capital com as diversas partes do Império. Expõe preocupação no que diz respeito à extensão do litoral atlântico. Analisa as condições das províncias setentrionais, distantes e em completo isolamento em relação ao Rio de Janeiro. Afirma que percorrer a região da foz do São Francisco dava aparência de estar em outros Estados. A língua no vale do Amazonas era outra. Pergunta se essa poderosa causa física poderia ser negligenciada.⁸²

Ao conceber a uniformidade enquanto característica do sistema centralizado de administração do Império, atribui a ela a responsabilidade pela falência de todas as tentativas de reformas, empreendidas desde então: a Lei Municipal de 1828, o Juiz de Paz, o magistrado popular. Em sua opinião: “A uniformidade, vício inerente à centralização,

⁷⁸ BASTOS, A. C. T. **A Província...**, p. 21.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*, p. 22.

⁸² *Ibidem*, p. 24.

lentamente transformou o Brasil em monarquia europeia.”⁸³ O Segundo Reinado teria imposto restrição à liberdade celebrada pela chamada “Revolução de 1831”, ao sujeitar as províncias ao freio da centralização. Afirmo o autor: “Saciadas de uma **tutela** (grifo nosso) humilhante, elas aguardam a reforma do pacto social como a sua derradeira esperança.”⁸⁴

Para Tavares Bastos, o ímpeto uniformizador imposto às províncias pela administração centralizadora, dando feição europeia à Monarquia, era contrário à natureza geográfica do país. Tal situação tolhia a prosperidade e obstava o desenvolvimento das partes. Pergunta aos liberais como diante dessa situação se limitaram apenas a pedir uma lei eleitoral. Ao seu ver, seriam insuficientes reformas que não invitessem a desordem das instituições imperiais.⁸⁵

Ao enxergar na centralização “fonte perene de corrupção”, indica que não bastava apenas a qualificação do eleitorado para evitar o falseamento do voto. Era necessário permitir ao sufrágio manifestar sua eficácia. Ele elenca variadas esferas da vida pública em que os efeitos “corruptores” da centralização se manifestavam: polícia concentrada; o juiz dependente do governo; a guarda nacional militarizada; administração civil hierarquicamente montada; governo das províncias preso por mil liames ao governo supremo.⁸⁶

À semelhança de Saldanha Marinho em *O Rei e o Partido Liberal*, recusa o primado da Coroa sobre a vontade da nação. Critica o “ciúme” da prerrogativa da Realeza e sua resistência em relação às “ideias novas”. O autor exige a autonomia da província. Federalizar o Império significaria tornar as províncias autônomas. Entende consistir numa marca dos povos da modernidade a limitação do Poder Executivo ao exercício apenas das funções políticas.⁸⁷

Princípio cuja data de iniciação para o autor foi 1789, “Liberdade” é tomado como antítese de “Centralização”. Federalizar o país implicaria em salvaguarda, nessas terras, aquele princípio do lema trinitário da Revolução. Por isso, pede: “Descentralizai o governo; aproximai a forma provincial da forma federativa; a si próprias entregai as províncias; confiai à nação o que é seu; reanimai o enfermo que a centralização fizera cadáver; distribui ávida por toda a parte: só então a liberdade será salva.”⁸⁸

A chamada “Revolução de 1831” teria dado o primeiro passo na tentativa de implantar a “Liberdade”, por meio da descentralização: “A liberdade pela descentralização, que é objeto do estudo que empreendemos sobre a Província no sistema político do Brasil, qual existe, e qual tentara organizá-lo a revolução de 1831.”⁸⁹

Objecção é o título do quarto capítulo da *Primeira Parte*. O autor recorre ao ano da primeira Revolução Francesa no resgate da determinação popular:

⁸³ BASTOS, A. C. T. *A Província...*, p. 25.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 26.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 27.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 29.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 29-30.

Estamos bem longe, portanto, de “declarar um povo para sempre incapaz em razão de uma enfermidade orgânica e incurável”. Fora negar o progresso ou afirmar a imobilidade dos destinos; fora esquecer a grande data da iniciação da liberdade e da igualdade, 1789. Desde então, em política, como em tantas cousas já não há impossíveis.⁹⁰

O exemplo de 1789 é utilizado para questionar o argumento dos conservadores. Do ponto de vista moral, pensa que povo e governo deveriam ter o mesmo valor. Melhorar as condições morais de um povo, sob um sistema político que não o favoreça, seria um absurdo. As concepções do projeto de modernidade para o Brasil ecoam pelo discurso. Podemos dizer que para o autor d’*A Província* o princípio revolucionário da “Liberdade” também se constitui em condição imprescindível para o aperfeiçoamento do homem, o qual aparece na figura do “Povo”. Contudo, não investe numa descrição mais elaborada do último conceito.

A associação dos dois conceitos iluministas de “Civilização” e de “Progresso”, associação efetivada no século XIX, ganha expressão e aplicação para o Brasil no argumento: “Ora, para que um povo se aperfeiçoe e aumente em virtudes, é mister que seja livre. É a liberdade que excita o sentimento da responsabilidade, o culto do dever, o patriotismo, a paixão do progresso.”⁹¹

Tais considerações acerca do princípio revolucionário de “Liberdade” são direcionadas para o entendimento da situação das províncias do Império brasileiro. Com elas expõe contradição na atitude do governo: “Exigem que as nossas províncias progridam, e lhes tolhem as mãos; que deixem de repousar na iniciativa do governo central, e não lhes concedem a iniciativa precisa.”⁹²

Na esteira do raciocínio, é cabível dizer que a liberdade provincial era condição sem a qual não poderia haver progresso para o Império do Brasil em 1870. A política centralizadora do governo imperial teria matado lentamente as províncias, o que implicou no tolhimento do progresso, na supressão da liberdade. O autor acrescenta: “A instrução, a imigração, a emancipação, não perderam menos com essa ausência de espírito provincial, do que os melhoramentos que mais ferem a vista, as estradas, os canais, os vapores.”⁹³

Observemos os dois conjuntos sinonímicos opostos construídos. A “Descentralização” equivale à liberdade provincial, o que é contrário à “Centralização”, que significa o despotismo do governo central em relação às partes. Pensamos que nesse jogo de sinônimos estão lançadas as bases para o lance⁹⁴ operado, pelo autor, no que diz respeito ao conceito de “Federação”.

Ao analisarmos a obra na totalidade, uma tópica aparece de maneira sutil: a tópica da tutela do governo imperial no exercício do poder de controle sobre as províncias. O termo “tutela”⁹⁵ serve para descrever a submissão das

⁹⁰ BASTOS, A. C. T. *A Província...*, pp. 29-30.

⁹¹ *Ibidem*, p. 32.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Acerca da concepção de “lance”, ver: POCKOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário político*. Sergio Micelli (org); Tradução Fábio Fernandez. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, pp. 29-30.

⁹⁵ Anteriormente grifado na citação da nota 84 desse capítulo.

vinte províncias brasileiras ao governo central do Rio de Janeiro. Igualmente foi elemento estruturante do argumento de liberais franceses, defensores da descentralização durante a Segunda República. Conforme indicamos na seção 3.2, do capítulo terceiro. Realçamos esse aspecto, pois, “tutela” é o termo técnico precisamente empregado pelos republicanos no artigo *A Federação*, da primeira edição d’ *A República*, como reveremos na seção subsequente.

Respalado pelo argumento da soberania dos povos, Tavares Bastos afirma que ao país é dado o direito de governar-se por si próprio. A “tutela” do governo o condenava: “Toda a tutela prolongada produz infalivelmente uma certa incapacidade, e esta incapacidade serve de pretexto para continuar a tutela indefinidamente.”⁹⁶

O conteúdo do quarto capítulo – *Objeção* – termina com um assunto a ser mais explorado no seguinte, qual seja, a “simetria francesa”. O termo serve para referenciar o sistema de centralização político-administrativa uniforme, característico do modelo governamental francês, antes mesmo da Revolução de 1789. Na passagem a seguir constata-se, mais uma vez, que o modelo mais bem-acabado de centralização, para Tavares Bastos, estava do outro lado do Atlântico Norte:

Diga-se embora, como em 1831, que o Brasil ficará sendo ‘monarquia federativa’: não nos embarcem palavras. Centralização e federação, cada um destes dois modos de governo suporta gradações. **Tipo mais perfeito do primeiro é o império francês** (grifo nosso). Do segundo encontramos na própria Europa, variantes mais ou menos consideráveis.⁹⁷

No capítulo quinto – *A federação nos Estados Unidos* – demoradamente discorre sobre a “simetria francesa”, opondo-lhe o modelo administrativo estadunidense. Como já pontuamos, não é nossa pretensão contestar a vitória desse modelo de República federal, indicado como mais adequado ao Brasil, no pensamento do publicista alagoano.⁹⁸ Pelo contrário, intencionamos demonstrar que a opção por tal modelo ocorreu pelo fato de Tavares Bastos ter recorrido, como estratégia suasória, à comparação entre os modelos de França e Estados Unidos.

É exatamente através da comparação que ele opta pelo modelo estadunidense, sem desconsiderar que a própria opinião política letrada da França, desde a Segunda República, estava a rever posições quanto à defesa da centralização governamental. Reputamos a esse método comparativo a responsabilidade, em grande parte, pela eficácia persuasiva do discurso, em meio à opinião brasileira da época, especificamente a liberal e a republicana. Para convencer, ele não se limitou a rejeitar *a priori* um modelo de organização centralizada, para o qual se voltaram homens da administração do Império.⁹⁹

⁹⁶ BASTOS, A. C. T. *A Província...*, p. 33.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 35.

⁹⁸ Quanto à predileção de Tavares Bastos pelo modelo republicano federal estadunidense para o Brasil, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Federalismo e Centralização no Império Brasileiro: História e Argumento*. In: **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998, pp. 155-188.

⁹⁹ No Brasil do Oitocentos, um dos mais notórios nomes do pensamento político centralizador foi o do Deputado, Presidente de Província, Senador, Ministro da Justiça, Paulino José Soares de Souza (1807-1866), o Visconde do Uruguai. Sua obra clássica sobre o assunto, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, apareceu em 1862. Entre os referenciais a fundamentarem os estudos sobre o fenômeno estão, em particular, os trabalhos de escritores do Direito Administrativo da França (DE SOUSA, Paulino José Soares. **Ensaio sobre direito administrativo**. Tomo I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862, pp. III-XXII). Para mais informações sobre a vida e a obra do referido pensador, ver: BLAKE, Augusto

Em outras palavras, pensamos que não foi a simples rejeição do modelo simétrico francês, para o Brasil, a causa da aceitabilidade do discurso, mormente entre os republicanos. O assenso decorreu da comparação com o modelo da próspera e territorialmente extensa República da América do Norte. Tavares Bastos pôde assim expor para o leitor vantagens factíveis da federação, face a prejuízos e desastres da centralização.

No âmbito do exercício comparativo, entendemos que de maneira refratária o pensamento francês inspira o pensamento brasileiro, na escolha pelo modelo federativo dos Estados Unidos. Apresentamos na próxima seção, como essa marca indelével do raciocínio de Tavares Bastos chegou ao pensamento republicano, expresso nas páginas d' *A República*.

Não estamos a falar de um Tavares Bastos que se apropria aleatoriamente de modelos e os transplanta à sociedade brasileira; mas, de um publicista que criativamente os seleciona e os compara, indicando qual seria o modelo mais adequado de organização para as necessidades do Brasil em 1870. De acordo com suas amplas realidades territoriais enquanto Estado-nação. As obras de Deputados franceses, envolvidos nos debates acerca da descentralização, ocorridos no Parlamento da Segunda República Francesa, se constituíram num filtro imprescindível em tal operação.

No que diz respeito à antítese formulada “Federação” versus “Centralização”, afirma o autor:

Quão opostos aos tristes efeitos da centralização os magníficos resultados da federação! Uma aquebranta, outra excita o espírito dos povos [...]. Uma é incompatível com instituições livres; a outra só pode florescer com a liberdade. Uma é a expressão moderna do império pagão; a outra é o ideal do governo na sociedade criada pela doutrina da consciência livre e da dignidade humana.¹⁰⁰

Dessa antítese, vemos mais uma vez ser a liberdade condição imprescindível à organização federal de um governo, enquanto que a centralização seria o despotismo. A federação permite “a expansão de todas as aptidões, de todas as atividades, de todas as forças, o sistema federativo é sem dúvida a maior das forças sociais.”¹⁰¹ Enquanto a centralização matava os povos da Europa, a federação fundava um poderoso Estado na América do Norte. É o próprio autor quem justifica a necessidade de ter se atido ao que chama de “**estéril admiração da simetria francesa** (grifo nosso).”¹⁰²

Pergunta se poderia o sistema político do Brasil vir a ser confundido com a organização dos Estados Unidos, caso o país se convertesse numa Monarquia federativa, com presidentes eleitos. Em sua opinião, na República estadunidense o Estado era entidade anterior à União. Dessa circunstância procedia a característica do sistema federal

Victorino Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, v. 6, pp. 354-356. Sobre a participação do Visconde do Uruguai no processo de construção de um Estado monárquico centralizado, no Brasil do século XIX, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. SP: HUCITEC, 1987; COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008, 432 p.

¹⁰⁰ BASTOS, A. C. T. **A Província...**, p. 37.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² BASTOS, A. C. T. **A Província...**, p. 38.

vigente no país. Entende que o governo de cada Estado era regido por leis provinciais e não nacionais simétricas.¹⁰³ Não havia uniformidade jurídica e legislativa extensiva. O autor procura convencer de que o texto constitucional tentava impedir a simetria nas leis num país de vastas proporções.¹⁰⁴

Talvez pensando na escolha dos responsáveis pela construção do Estado imperial brasileiro, em tom irônico e interrogativo, Tavares Bastos confronta o modelo administrativo estadunidense com o francês. O último julgado um modelo simétrico e administrativamente hierárquico:

Onde ficam, à vista de um fato semelhante, as estreitas doutrinas dos publicistas franceses sobre a simetria e hierarquia administrativas? Onde fica o princípio de que os agentes da administração dependem do poder executivo somente, como delegados da autoridade, como mandatários da sua confiança?¹⁰⁵

No quinto capítulo encontra-se o quadro geral das instituições jurídicas e administrativas dos Estados Unidos, que, segundo ele, funcionam sob o princípio geral da soberania dos povos. Tais instituições são comparadas às realidades do Império. A grande diversidade cultural, abrigada pelo sistema federativo, não tolhia a prosperidade do país do norte, muito menos era fator de instabilidade: “O primitivo anglo-americano, o imigrante [...] se congregaram, naquele mundo em miniatura, produzindo, sem a uniformidade de leis, sem a unidade de crenças, sem a identidade de línguas, a mais robusta República que viu os séculos, o mais florescente dos estados do globo.”¹⁰⁶

Entende assim que não seria a federação fator desagregador para o Brasil, país onde ele enxerga haver mais unidade: “será acaso a autonomia administrativa das províncias que há de anarquizar o Brasil, onde aliás subsistem tão poderosos elementos de unidade moral e social?”¹⁰⁷

O autor denuncia o pouco empenho dos liberais brasileiros para com a descentralização: “Tanto não aspiram, sem dúvida, os liberais do Brasil. Quando reclamam ‘a descentralização no verdadeiro sentido do *self-government*’, pouco pedem, com efeito, si compararmos as suas aspirações com os fatos dos Estados-Unidos.”¹⁰⁸

No último capítulo – *A autonomia das colônias inglesas* – da *Primeira Parte*, é dada sequência à argumentação em favor da autonomização das províncias imperiais do Brasil, frente ao poder central do Rio de Janeiro. Sustenta que, sem instituições garantidoras da liberdade, Monarquia e República se tornam mera questão de forma. De fato, mostra-se menos preocupado com o sistema político de governo do que com os moldes nos quais se organiza em

¹⁰³ Esse traço do raciocínio de Tavares Bastos tem inspiração no pensamento de Alexis de Tocqueville. É o autor *Da Democracia na América* (1835) quem faz a diferença entre a centralização governamental e a centralização administrativa, no âmbito da organização federal dos Estados Unidos. A esse respeito, ver: CARVALHO, J. M. de. *Federalismo e Centralização no Império Brasileiro...*, p. 175.

¹⁰⁴ BASTOS, A. C. T. op. cit., pp. 39-47.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 49.

¹⁰⁶ *Ibidem*, pp. 50-57, 58.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 58.

¹⁰⁸ *Ibidem*, pp. 58-9.

termos administrativos e fiscais.¹⁰⁹ Quanto a essa afirmação, se baseando no pensamento da Segunda República Francesa, defende: “Não há mais que duas espécies de governo, observa o Sr. Odilon Barrot: Governos que absorvem as forças individuais, ou que lhes deixam pelo contrário a mais plena expansão.”¹¹⁰

Sobre a forma de governo, aponta para uma possibilidade que poderia perfeitamente ser tomada como conselho pelas elites do Império. Para ele, a sobrevivência da Monarquia no mundo moderno estaria relacionada à capacidade que os seus mentores tivessem para a converterem em instrumento flexível às exigências do progresso. Contudo, externa favorabilidade à supressão da Monarquia, caso ela se torne entrave ao progresso dos povos.¹¹¹

O autor mensura a distância que, em seu entender, separava as províncias a comporem o Império do Brasil das colônias do Império Britânico, em termos de autonomia.¹¹² Concorda que as províncias brasileiras, bem como as das Repúblicas espanholas, tenham conquistado com a independência as liberdades civis e políticas, outrora negadas pela metrópole. Porém, a Monarquia no Brasil teria reclamado a herança dos Reis de Portugal. Com isso, as partes do país teriam apenas mudado de senhor, mas não de sistema que as governou, a centralização. Ele procura evidenciar o contraste entre o estágio das províncias brasileiras e o progresso verificado nas colônias da Inglaterra.¹¹³

Ato Adicional é o nome dado ao capítulo um da *Segunda Parte – Instituições Provinciais*. Consideramos imprescindível o seu enfoque, visto que nele temos a identificação feita entre o “modelo simétrico francês” com o sistema político-administrativo do Segundo Reinado no Brasil. O pensador alagoano sustenta que a Monarquia teria lutado na lei e na administração pela construção de um sistema de centralização simétrica no país.

O início da centralização, através do poder monárquico, teria advindo com a Constituição imposta à nação em 1824: “[...] a constituição outorgada por Pedro I atara as províncias à capital do império”. Para ele, “Em 1831 uma revolução nacional tentara quebrar o molde antigo que comprimia o Brasil, e imitar francamente os modelos americanos.”¹¹⁴

Nota-se que nas propostas apresentadas há movimento de retorno a uma presumida idade de ouro do país, menos mítica do que legal. Falamos do período das Regências inaugurado, segundo o autor, por uma “revolução

¹⁰⁹ Conforme a Teoria Sequencial de Descentralização proposta, Tulia Faletti entende que a descentralização é um processo de reforma do Estado composto por um conjunto de políticas públicas que transferem responsabilidades, recursos, autoridade dos níveis mais altos de governo aos mais baixos. Pode inclusive aumentar ou diminuir o poder dos funcionários regionais, dependendo da maneira sequencial em que for operada a transferência do poder. Nesse sentido, ela entende que há três tipos de descentralização que podem compor a sequência: a administrativa, a fiscal e a política. São precisamente os interesses e objetivos em jogo que ditam a ordenação da sequência, podendo ser: política-fiscal-administrativa; administrativa-fiscal-política; administrativa-política-fiscal; fiscal-política-administrativa; política-administrativa-fiscal. Para a leitura e compreensão da obra de Tavares Bastos, levamos em consideração os apontamentos feitos pela autora no que condizem aos três tipos de descentralização e a aplicação combinada entre elas. Acerca da referida abordagem, ver: FALETTI, Tulia G. Una Teoría Secuencial de la descentralización: Argentina y Colombia en perspectiva comparada. *Desarrollo Económico – Revista de Ciências Sociais*, Buenos Aires, vol. 4, n° 183, octubre-diciembre 2006, pp. 317-352. (Tradução Nossa).

¹¹⁰ BARROT, Odilon apud BASTOS, A. C. T. *A Província...*, p. 61.

¹¹¹ BASTOS, A. C. T. op. cit., p. 62.

¹¹² *Ibidem*, p. 63.

¹¹³ *Ibidem*, pp. 69-75.

¹¹⁴ BASTOS, A. C. T. *A Província...*, pp. 80-82.

nacional” encabeçada pelos liberais da época. Uma abordagem a lhe aproximar da linha argumentativa defendida por Saldanha Marinho, em *O Rei e O Partido Liberal (1869)*. Ele se refere ao momento da história nacional quando foi redigido, por Bernardo Pereira de Vasconcellos, o Ato Adicional à Constituição de 24. Caberia aos liberais da “nova Geração” propor a volta das medidas visadas pelo Ato Adicional.¹¹⁵

Defende que o Ato Adicional seja complementado e que os liberais, ao oferecerem reformas, deveriam se filiar à tradição existente no passado nacional. Deveriam reaver o legado que lhes haviam deixado os estadistas de 1831. Isso implicaria em reaver as liberdades estabelecida a partir daquela data; mas que foram aniquiladas, até o momento em que escreve, pela reação conservadora.

Ao apontar aos correligionários a necessidade de se inspirarem na tradição do passado nacional, a fim de que propusessem reformas, que visassem acabar com os males criados pela centralização, um paralelo é estabelecido entre o resgate dos valores da Revolução de 1789, feito pela França naquele momento, e o que deveriam fazer, no Brasil, os liberais em relação a 1831.

A doutrina liberal não é no Brasil fantasia momentânea ou estratégia de partido; é a renovação de um fato histórico. Assim considerada, tem um valor que só a obcecação pode desconhecer. **Como a França voltando-se agora para os princípios de 89, nós volvemos a um ponto de partida bem distante, o fim do reinado de Pedro I** (grifo nosso); queremos, como então queriam os patriotas da independência democratizar nossas instituições.¹¹⁶

Tavares Bastos colocou ao seu partido uma missão. Qual seja, a de resgatar a “Liberdade” estabelecida no país a partir da Abdicação do primeiro Imperador. Trata-se do resgate da própria descentralização do poder suplantada pela reação Conservadora – a de 1840. Em termos de filiação político-ideológica, não por acaso, a “Liberdade” dita conquistada no Brasil, a partir da “Revolução de 1831”, é mesma para qual ele dá como data de iniciação 1789.

Uma vez responsabilizada por submeter as províncias a girarem em torno do eixo fixo da capital, a centralização criada pela Monarquia Bragantina, se mantida, consistiria na perpetuidade do “despotismo”. Tal situação seria um prejuízo ao princípio de “Liberdade”, iniciado pela Revolução e estabelecido, no país, com o fim do Primeiro Reinado:

De sobra termos visto uma nação jovem oferecer aos olhos do mundo o espetáculo da decrepitude impotente. Na América, onde tudo deverá de ser novo, pretendem que o despotismo se perpetue perpetuando a centralização, O que somos nós hoje? Somos os vassalos do governo, da centralização.¹¹⁷

¹¹⁵ *Ibidem*, p.109.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ BASTOS, A. C. T. *A Província...*, p. 111.

O Brasil de 1870 deveria ouvir o mesmo que Alexis de Tocqueville, em “iguais circunstâncias”, dizia para a França em 1835. O Brasil deveria despertar o interesse do homem para os destinos da pátria. A mudança na lei de organização era imprescindível: “Quando as nações chegam a tal ponto [de indiferença do habitante em relação ao seu país], é forçoso que mudem de leis e de costumes, ou que pereçam; pois a fonte das virtudes cívicas está nelas esgotada [...]; Cada geração que surge no seio delas é como um povo novo. Que vem oferecer-se à mão do legislador.”¹¹⁸

*

* *

No contexto de produção de *A Província*, estamos diante de um pensador alagoano, que, desde a juventude em ambiente familiar, esteve inclinado a refutar a segunda perna do dilema liberal – “Ou a reforma, Ou a revolução”. Pouco mais de um ano havia se passado desde o ato por meio do qual liberais históricos o lançaram como advertência à Monarquia, no *Manifesto de 31 de Março de 1869*.

Foi em meio ao afastamento forçado da vida parlamentar, em benefício do ativismo na imprensa, aos desgostos da política e à deterioração do quadro de saúde, que Tavares Bastos escreveu a obra-prima, na qual melhor pôde expressar o talento de sua cognição perceptiva, a respeito do debate coevo transfronteiriço sobre a descentralização do poder.

A Província não teve outra intenção senão a de pensar o Império do Brasil e os problemas a lhe grassarem as vias do progresso, na última trintena do Oitocentos: os relativos à centralização governamental, à escravidão, à imigração, à instrução, às vias de comunicação terrestres e marítimas. Certamente funcionou como manual, onde tanto liberais da Monarquia quanto republicanos dos anos setenta puderam buscar inspiração para campanhas políticas.

Especificamente para um republicano de 1870, o livro trazia formidável aparato argumentativo para rejeitar o modelo de organização centralizada e uniforme, a caracterizar a constituição do Estado francês na Modernidade. Esse modelo é identificado sob o rótulo de “simetria francesa”, a qual serviu de inspiração a homens de envergadura política como a do Visconde do Uruguai.¹¹⁹

Entretanto, o estudo revisionista da centralização realizado pela própria opinião letrada francesa, a partir da Monarquia de Julho e da Segunda República, não muito menos os acontecimentos decorrentes da instauração da Terceira República na década de 1870, se constituíram em fatores a levarem Tavares Bastos a afirmar, para os apreciadores das páginas do seu livro, que a França “reeditava os princípios de 89” naquela oportunidade. Do ambiente político francês retirou argumentos para indicar, como mais adequado ao Brasil, o modelo de organização federal dos Estados Unidos da América. Ainda conseguiu inverter o argumento de defesa da centralização, ao indicar essa enquanto o verdadeiro fator de “Anarquia”, num sentido negativo de “Revolução”.

¹¹⁸ TOCQUEVILLE, A. *Democratie en Amérique* apud BASTOS, A. C. T. op.cit. loc.cit.

¹¹⁹ DE SOUSA, P. J. S. *Ensaio sobre direito administrativo...*, pp. III-XXII.

Desde o Gabinete de Itaboraí (16/07/1868-29/09/1870), através da imprensa, o publicista alagoano acompanhou o restabelecimento dos conservadores no poder, por via do Gabinete do Marquês de São Vicente (29/09/1870-07/03/1871) e o de seu sucessor, o Visconde do Rio Branco (07/03/1871-25/06/1875). Se posicionou acerca da Lei de 28 de Setembro de 1871, receitando a interferência da Coroa no governo. Acerca da libertação do ventre escravo, considerou ter o governo dos conservadores feito o que já estava encaminhado pelo *Partido Liberal*.¹²⁰

O estímulo para que retornasse à vida política veio da parte do Barão de Cotegipe, nas eleições de 1872. Contudo, nas eleições de agosto, Tavares Bastos preferiu abstenção.¹²¹ O próprio panorama, marcado pela divisão entre os conservadores, a desarmonia entre os liberais e a emergência dos republicanos, lhe desestimulou.

Antes de embarcar para a última viagem feita em vida à Europa, no ano de 1875, escreveu carta endereçada ao Conselheiro Saraiva. Escrita a 23 de dezembro de 1871 e publicada em março de 1872, foi apresentada ao público em forma de livro com cinquenta nove páginas, formato in-octavo, sob o título de *A situação e o partido liberal*.¹²² A data de publicação situa a obra a dois meses da dissolução da Câmara conservadora do Império pelo Gabinete Paranhos. Fato a ter atizado a mobilização da retórica revolucionária pela opinião republicana na imprensa, como veremos no capítulo décimo segundo.

Na carta, focaliza questões do momento, procura descobrir causas dos males nacionais e apontar soluções. Ela foi resposta a outra, lhe enviada pelo Conselheiro. Nela constatamos ter sido Tavares Bastos partidário da eleição direta. É um documento no qual há a reprovação da “simetria francesa”. A Monarquia de Julho e o Segundo Império francês constituem o parâmetro para questionar a centralização política e administrativa, tal como acontecia no Império brasileiro. Era algo a ser rejeitado.¹²³

A reforma eleitoral, escrita e publicada em 1873, foi recebida com louvores pela imprensa da capital do Império. Foi comentada pelos nossos republicanos na edição de 07 de agosto de 1873.¹²⁴ Quando os males físicos se agravaram e demandaram tratamento mais sério, Tavares Bastos se decidiu pela segunda viagem à Europa. Seria a última. Com a situação financeira reparada, após o desastre comercial de um dos parentes, fato que lhe havia afetado a

¹²⁰ BASTOS, A. C. T. *A Província...*, p. 331.

¹²¹ *Ibidem*, pp. 324-325.

¹²² AURELIANO Cândido Tavares Bastos. In: BLAKE, A. V. A. S. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro...*, pp. 370-1.

¹²³ “[...] gozava a França, sob Luís Felipe, de liberdade eleitoral que poderíamos invejar, conquanto o censo fosse loucamente restrito: acaso realizou a França, sob esse regime honesto, o ideal do sistema representativo, acaso pôde evitar as sortes do governo pessoal? Queixavam-se os liberais do censo elevado, atribuindo-lhe o malogro das esperanças de julho; veio o sufrágio universal de Napoleão III, e este reinado foi o modelo da mistificação. A organização administrativa, política, militar e religiosa da França permitira ao imperador, não só exagerar a influência que seu antecessor também exercera nas assembleias francesas, mas dirigir as escolhas do povo e esmagar os mais ilustres nomes com aplauso da sua plebe rural” (BASTOS, Tavares. *A Reforma eleitoral* apud PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, p. 328).

¹²⁴ “Todos os órgãos da imprensa desta capital já manifestaram a sua opinião sobre o livro do sr. Tavares Bastos. [...] com relação à ideia republicana o sr. Tavares Bastos pode ser assinalado como o nosso mais considerável inimigo. Tanto mais considerável quanto que é ele de todos os homens públicos deste país que militam ainda nas fileiras dos partidos monárquicos, o que está mais próximo de nós” (DA CUNHA, Francisco Xavier. *O livro do Sr. Tavares Bastos*. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n.705, 07 ago. 1873. *A República*, p. 334).

vida, lhe obrigando a mudar hábitos e conforto, o publicista alagoano rumou em viagem acompanhado pela família, a 23 de abril de 1874.¹²⁵

Em 20 de abril de 1875, completou seus 36 anos instalado em Paris; depois de ter passado por Londres, Saboya, St. Gervais, Carlsbad, Boêmia e Viena. À distância teve notícias da situação política do país. Chegou a afirmar que os liberais não deveriam aderir à Revolução. Esperava pela abdicação de D. Pedro II, mediante formação de uma nova Câmara de maioria liberal, em 1875: “assim, e uma vez que os liberais não podem nem devem recorrer a meios revolucionários, é nas próximas eleições que lhes incumbe concentrar todos os esforços. Do Imperador não há nada absolutamente que esperar, senão a sua abdicação.”¹²⁶

Esteve Tavares Bastos na expectativa de ver o Imperador descer do Trono, sem derramamento de sangue. Ou seja, sem o cumprimento do segundo ponto do dilema liberal “Ou a reforma, Ou a revolução”, como forma de resolver a crise política do reinado: “que ele desça do trono tranquilamente, e sem derramar-se mais sangue que o que for preciso para comprimir mais uma vez as eleições! *sic fato fuerunt.*”¹²⁷

Curiosamente, foi na data do quinto ano de fundação do Movimento Republicano na Corte, a 03 de dezembro de 1875, que Tavares Bastos veio a falecer em Nice; vítima de uma pneumonia, meses após ter realizado, na França, o tratamento que lhe havia livrado da moléstia do fígado e do baço. As notícias do ocorrido, o traslado do corpo e o enterro no Cemitério São João Batista, foram acompanhadas de perto pela imprensa periódica da época, com repercussão pelo país todo, em meio aos pesares da comoção do público. Apesar da morte física, suas ideias seguiram empolgando uma geração de letrados, decididos a substituir o regime de D. Pedro II pela forma de governo inspirada no dogma trinitário “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. A seguir, tratamos a respeito.

7.2 NÃO QUEREMOS UMA REPÚBLICA UNITÁRIA À LA FRANCESA PARA O BRASIL: A FECUNDIDADE DO PENSAMENTO DE TAVARES BASTOS NAS PÁGINAS D’A REPÚBLICA

Biógrafo de Tavares Bastos, Carlos Pontes ressalta a influência política exercida, pelo autor d’ *A Província*, sobre um dos mais destacados líderes do Movimento Republicano, um dos pais fundadores da nossa República, Quintino Bocaiúva. Ao tratar do entusiasmo do pensador alagoano com a fundação da *Sociedade Internacional da Imigração* (1866) e com um trabalho de próprio punho, *Reflexões sobre a Imigração*, diz o biógrafo: “Em torno do propagandista alagoano congregaram-se, em todo caso, alguns nobres espíritos, animados dos mais patrióticos propósitos, distinguindo-se entre eles o jovem e brilhante jornalista que seria no futuro um dos gloriosos fundadores da República - Quintino Bocaiúva”.¹²⁸

¹²⁵ O episódio ocorrido em 1871 lhe forçou a deixar a instalação na Chácara de S. Clemente. Depois mudou-se para o Largo do Rocio, indo finalmente residir em Santa Tereza, dividindo vizinhança com Zacarias de Góis, o antigo adversário político (PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, p.333).

¹²⁶ BASTOS, apud PONTES, C. op. cit., pp. 348-349.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ PONTES, C. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875...**, pp. 255-6.

A fecundidade do pensamento desenvolvido por Tavares Bastos, em *A Província*, desponta visivelmente na propaganda republicana brasileira, já na primeira edição do jornal *A República*, em 03 de dezembro de 1870. No *Manifesto* do Partido, sem menção direta, observamos a consagração de ideais preconizados pelo parlamentar alagoano. Encontramos a defesa da federação de maneira categórica, como nenhum outro programa político-partidário havia feito até então. Sobre o despontar do Movimento Republicano e sua relação com a obra capital de Tavares Bastos, se observa que

No dia 3 de novembro, funda-se o Clube republicano e precisamente um mês após surge o seu órgão *A República* - trazendo o célebre manifesto, conhecido na história, como o manifesto de 70. Quem ler esse famoso documento, não terá dúvidas de que a fonte próxima foi o livro de Tavares Bastos. Mais do que a influência, sente-se nele a presença das ideias. E isso não escapou ao autor da *Província*, que o assinala em um dos seus cadernos íntimos.¹²⁹

Em seus escritos, Salvador de Mendonça, um dos expoentes do *Manifesto*, ressaltou elos a unir os republicanos ao legado intelectual lhes deixado por Tavares Bastos:

Nestas obras estão encerradas todas as ideias matrizes que nós outros republicanos procuramos desenvolver durante o período da nossa propaganda e é fora de dúvida que se vivesse mais vinte anos, Tavares Bastos teria sido o melhor propugnador da república a que teria dado uma direção mais prática e mais de acordo com as instituições, que sem o necessário preparo fomos copiar do grande modelo.¹³⁰

Em linha de continuidade com a exposição apresentada na seção 3.2, temos nas arguições citadas acima justificativa para inter-relacionarmos o conteúdo de *A Província* com o artigo *A Federação*, da edição número um de *A República*. É sensivelmente perceptível a existência de nexos. Acreditamos que tais elementos não podem ser ignorados por uma crítica atenta, a explorar diálogo entre textos cujos contextos de produção se inserem numa mesma conjuntura.

A apropriação do pensamento de Tavares Bastos pelos republicanos se manifesta, sobretudo, no que diz respeito à aversão ao modelo simétrico de organização político-administrativa e fiscal, dos regimes monárquicos e republicanos, da história moderna francesa. Tais regimes estiveram baseados na centralização e na uniformidade. Vamos mais além. A par do repertório, os republicanos elaboraram uma síntese sinonímica quántupla, se assim nos for permitido expressar. Nela se destaca a associação dos conceitos de “República”, “Federação”, “Descentralização”, “Democracia” e “Liberdade”.

Na edição inaugural da folha republicana, os redatores deixam para o público, sem sombra de dúvidas, qual modelo de organização republicana queriam evitar no país: “Devemos explicar aos nossos correligionários de todo império o modo porque desejamos ver realizar-se a República no Brasil. Não pensamos, sem dúvida, em reproduzir nesta parte da América a república francesa de 1793 e de 1848 essencialmente centralizadora (grifo nosso)”.¹³¹

¹²⁹ Ibidem, pp. 304-5

¹³⁰ MENDONÇA, Salvador de. Causas do meu Tempo - Imparcial de 6 de abril de 1913. Rio apud PONTES, C. op. cit., pp. 304-5.

¹³¹ A FEDERAÇÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. *A República*, p. 3.

Na sequência, prosseguem: “Não tratamos de discutir se nessas duas épocas os republicanos franceses consultaram os verdadeiros interesses de seu país. O que queremos que fique bem definido, bem claro, é que a república que desejamos e que promovemos para a nossa pátria é de todo **o ponto diferente**, fundada sobre outras bases (grifo nosso)”¹³².

Às vistas de uma abordagem despreocupada em descartar imediatamente o aporte do modelo republicano francês, para a propaganda republicana brasileira, sentimos ter no trecho um argumento irrefutável. Entretanto, a despeito da afirmação categórica, entendemos que, entre os concorrentes, os referenciais franceses permaneceram diretivos nos projetos de República em construção no Brasil. Ao nosso ver, o processo ocorreu especificamente de um modo refratário no que diz respeito, tão somente, à forma de organização. Isto é, ao “ponto diferente” mencionado grifado na citação. Não deixamos de ver coerência no descarte da “simetria francesa”, já que significava desacreditar um dos alicerces teóricos do próprio sistema monárquico unitário e centralizador, edificado no país.

Se as experiências da República Jacobina de 1793 e da República do sufrágio universal masculino de 1848 apresentavam-se a eles como modelos de República a não serem seguidos, no que diz respeito ao caráter centralizador de suas respectivas organizações, o mesmo não podemos sustentar do ponto de vista político-ideológico e literário. Além disso, nada foi asseverado a respeito da nova fase republicana coeva, proclamada no país europeu em 04 de setembro de 1870.

Na conjuntura mundial do início da década, em que o polo de poder hegemônico, ou seja, a Europa, era ainda predominantemente monárquico, com exceção da própria França e da Suíça, o primeiro país mencionado ainda se constituía enquanto parâmetro para que nossos agentes pudessem pensar qual modelo organizador de República era aceitável ou não ao Brasil.

Se os cantões suíços, muitas vezes congregados sob o título de Confederação Helvética, e, principalmente, os Estados da admirada “União Americana” foram escolhidos como modelos de organização federal da República, a serem seguidos; isso só foi possível mediante comparação com outros dois parâmetros teoricamente associados: os resultados da experiência da centralização na França, em seu passado recente, e os efeitos da centralização, particularmente monárquica, sobre as províncias do Brasil.

No artigo, os republicanos brasileiros não confessam explicitamente, mas, o que pretendem repelir, assim como Tavares Bastos em *A Província*, é o modelo simétrico francês de organização político-administrativa e fiscal. Porém avançam conforme convicções políticas atreladas à forma de governo defendida. Se voltam para o caso particular de um regime que o queriam assentado em moldes republicanos. Asseveram de tal maneira tomando como dados os efeitos negativos da centralização na experiência histórica francesa.

Como observado, tal aspecto não esbarra e não compromete necessariamente o diálogo com repertórios da tradição ideológica e literária francesa. Vale ressaltar que na relação entre EUA e Brasil, construída pelo pensamento de

¹³² Ibidem.

Tavares Bastos, um francês se sobressai como intermediador. Trata-se do historiador e parlamentar da Segunda República Francesa, o crítico da Revolução, Alexis de Tocqueville. Ele permaneceu como um dos autores franceses favoritos do autor d' *A Província* na mediação do debate.

Nos chama atenção o fato sutil de os redatores, diferentemente de Tavares Bastos, não mencionarem, no artigo, estudos revisionistas produzidos pela opinião letrada francesa acerca da centralização política e administrativa, a partir da Monarquia de Julho, da Segunda República e dos acontecimentos decorrentes da instauração da Terceira República, na década de 1870. Talvez presumissem ter considerações o suficiente do pensador alagoano quanto a esse respeito. Por conseguinte, estavam suficientemente convencidos da opção pelo modelo estadunidense cujo êxito era passível de ser comprovado na prática.

Por traz do anseio pela “completa autonomia das províncias”, estava o discurso da liberdade, para a qual Tavares Bastos assinalou 1789 como data de nascimento no Ocidente: “Assim como reclamamos a maior liberdade para os indivíduos, assim como queremos que nenhuma polas sejam postas ao seu desenvolvimento, assim também queremos a completa autonomia dessas agregações de indivíduos, em determinadas parcelas do território brasileiro, a que chamamos províncias.”¹³³

Se considerarmos o fato de os republicanos brasileiros terem lido, em Tavares Bastos, “Federação” como sinônimo de “Descentralização” e de “Liberdade”; de terem, repetidas vezes, rotulado “República” de “ideia democrática”; podemos asseverar que a equação “República” = “Federação” = “Descentralização” = “Liberdade” está formulada na propaganda:

Para nós a república não estará fundada senão quando cada província for um verdadeiro Estado, senhor de seus destinos, podendo dispor de todos os seus recursos sem dependência da **tutela da capital. Para nós a república é - a federação** (grifos nossos). Sem federação no Brasil não há república.¹³⁴

Para além da equação, o trecho citado é significativo por demonstra um argumento muito enfatizado pelo pensador alagoano: o domínio da capital sobre as partes no Brasil, tal como ocorreu por séculos na França. Contabilizamos que em *A Província*, Tavares Bastos emprega o termo técnico “tutela”, corrente no debate parlamentar francês de 1848, oito (8) vezes para se referir ao controle exercido pelo poder central do Rio de Janeiro sobre cada unidade das partes integrantes do vastíssimo território do Império brasileiro. Essa “tutela” é analisada em implicações políticas, administrativas e fiscais. Em *A Federação*, o termo também se manifesta, porém, para descrever especificamente a situação fiscal:

E para que a tutela? Não podem as províncias com muito mais acerto e aproveitamento dispor das suas rendas, aplicá-las às obras que mais úteis lhe aparecem? É crível que um sábio do conselho de Estado conheça melhor das necessidades de uma província que nunca viu, do que todos os seus

¹³³ A FEDERAÇÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. *A República*, p. 3.

¹³⁴ *Ibidem*.

habitantes? A tutela como a temos deportado até hoje não significa só resignação, significa mais alguma coisa.¹³⁵

Os redatores expõem ao público a disputa ocorrida entre as diversas partes integrantes do Império, para que cada qual pudesse ter direito a uma parcela no orçamento. Disputavam até mesmo o que sobrava dos orçamentos da Guerra e da Marinha: “Todas as províncias clamam contra a centralização e todas a um tempo olham para o paternal governo da Corte para disputarem um pedaço do pão do orçamento. Exclamam: Mendigos, sim! Eis o que tem sido as províncias no regime monárquico.”¹³⁶

À Federação é atrelada a ideia de interesse¹³⁷ e, por extensão, o progresso das províncias. Ela ganha mais um sinônimo, o de “unidade”. O elaborado vai à contramão do ponto de vista desenvolvido pelo discurso oficial vigente na década de 1830. Devido à turbulência política do período regencial, a República foi depreciativamente associada à “anarquia”, à “desordem”, à “sedição” e ao “separatismo”.¹³⁸ Consideram os redatores que

A condição essencial para o desenvolvimento das grandes riquezas que encerram este país a condição de que depende a união do grande todo que na geografia chama-se Brasil - é a federação. Governem-se as províncias como entenderem melhor para os seus interesses, disponham-se livremente, sem a tutela dos seus recursos, seja verdadeiros estados autonômicos, ligados pelo laço da federação e a união brasileira cada vez mais se fortificará.¹³⁹

Em acordo com o raciocínio de Tavares Bastos, os redatores prosseguem com a inversão do quadro configurado pelo discurso oficial conservador, gestado na década de 1830 e vitorioso a partir de 1840.¹⁴⁰ A centralização deixa de ser sinônimo de “unidade” e se torna fator de separatismo. Observemos como a contestação do poder central, sediado na capital, se mostra vigorosa: “Atadas como se acham à capital do império a separação é um fato necessário e não se fará esperar por muito tempo. Para nós e para o nosso partido a república é a – federação.”¹⁴¹

Se avançarmos na leitura das páginas de outras edições de *A República*, é factível encontrarmos a presença do mesmo combate realizado por Tavares Bastos contra o “modelo simétrico francês”. O correligionário do órgão republicano no Rio Grande do Sul, o ex-liberal Francisco Xavier da Cunha, numa série de debates travados com os

¹³⁵ A FEDERAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. *A República*, p. 3.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ Acerca da ideia de interesse provincial no Brasil do século XIX, conferir: COSER, Ivo. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 4, 2008, pp. 941-981.

¹³⁸ Para mais considerações sobre a evolução semasiológica diacrônica do conceito “República” no Brasil, de 1750 a 1850, ver: LYNCH, Christian Edward Cyril; STARLING, Heloisa Maria Murgel. República/Republicanos. In: JÚNIOR, João Feres. **Léxico da História dos Conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 226-242.

¹³⁹ A FEDERAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. *A República*, p. 3.

¹⁴⁰ Quando falamos de discurso oficial conservador, nos referimos particularmente àquele ensejado pelo pensamento do Visconde do Uruguai (1807-1866), autor do clássico de 1862, *Ensaio sobre o direito administrativo*. Para mais informações sobre a vida e a obra do referido pensador, ver: PAULINO José Soares de Sousa. In: BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, v. 6, pp. 354-356. Acerca do debate entre centralizadores e federalistas no Brasil do século XIX, ver: COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil - 1823-1866**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/IUPERJ, 2008. 432 p. Ver também: COSER, Ivo. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. ..., pp. 941-981.

¹⁴¹ A FEDERAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. *A República*, p. 3.

redatores do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, acerca de qual melhor forma de governo, Monarquia ou República, deu realce ao assunto. Seus artigos foram frequentemente publicados na principal seção do jornal, homônima do título. Sua trajetória encontra-se melhor descrita no capítulo décimo desse trabalho.

Na edição de 14 de janeiro de 1872, o correligionário procurou responder ao conjunto de críticas que lhe fez um dos redatores do *Jornal*, a respeito do artigo intitulado *Organizemo-nos*. Na tréplica, elenca vários aspectos em que a Monarquia negava o espírito de progresso. Esse sistema não “[...] acredita na soberania do povo [...]. Não admite a separação da Igreja do Estado [...]”. Em suas crenças “[...] os privilégios que são conferidos à religião oficial suscitam embaraços à minha vida civil, se a não professe [...]”. O ensino livre não existe porque está todo ele nas mãos do Estado [...]”. Quanto à centralização, “[...] ideia querida da Monarquia, impera absoluta em todos os ramos da administração, matando a iniciativa particular e debilitando os meios de ação das províncias.”¹⁴²

Francisco Cunha se tornou voz paladina da Revolução no meio republicano, ainda quando a propaganda do movimento dava passos iniciais. Na tréplica, por exemplo, prenuncia o crescimento do descontentamento dos brasileiros frente à situação desenhada no quadro político da Monarquia: “Chegadas as coisas ao ponto em que estamos, acham-se aglomeradas de muitos anos as nossas queixas e os nossos sofrimentos. O acervo dos nossos males fermenta e cresce: **é preciso dar-lhe extravasão salutar, sob pena de voar na explosão quem a preparou** (grifo nosso).”¹⁴³

Quanto à crítica formulada contra a “simetria” e a “tutela da capital”, pergunta: “Porque o Rio Grande e o Pará hão de reger-se pelas mesmas leis, ditadas pelo centro, quando se acham nas extremidades deste vasto país, sob clima diverso, com produções e indústrias diversas, com costumes diversos?”¹⁴⁴

Havia um atributo a mais a acompanhar o sistema centralizador, identificado na trajetória francesa por Tavares Bastos, a uniformidade. Eis o outro ponto por Francisco Cunha questionado na Monarquia brasileira, encarada como sistema de governo em franca oposição ao avanço do progresso no Brasil: “Se não fosse a uniformidade absurda que a Corte tem estabelecido com obstinação e perseverança em todas as províncias, o progresso entre elas seria diferente e de acordo com as condições peculiares de cada uma.”¹⁴⁵

Ao criticar a “simetria francesa”, Tavares Bastos a contrapôs ao modelo da “União Americana”. Para descredenciar a Monarquia de D. Pedro II, Francisco Cunha, por sua vez, se vale do mesmo raciocínio ao associá-la intrinsecamente ao modelo simétrico de organização: “E assim de todas as leis que tem por fim a **simetria** (grifo nosso) as quais sendo da esfera provincial, dela foram arrancadas [pela Monarquia] para fortalecer a centralização.”¹⁴⁶

¹⁴² CUNHA, Francisco Xavier da. Ao Jornal do Comércio: de Porto Alegre. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, nº 236, 14 jan. 1872. *A República*, p. 3.

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ CUNHA, Francisco Xavier da. Ao Jornal do Comércio: de Porto Alegre. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, nº 236, 14 jan. 1872. *A República*, p. 3.

Na contrarréplica, apresenta um acabamento definitivo do pensamento republicano frente ao formulado por Tavares Bastos, no âmbito da relação entre a forma de governo e o sistema organizativo: “A república para o Brasil é a descentralização, é a vida. A monarquia é a centralização, é a morte.”¹⁴⁷

No último capítulo da **Parte II**, a seguir, tratamos do jornal *A República* como fonte-objeto. A tipologia de fonte empregada, a contemplar nossos objetivos, nos levou a uma abordagem muito próxima à de uma História da Imprensa, na seção introdutória. A concomitância do ressurgimento da forma republicana de governo na França, em 1870, com a campanha aberta no Brasil, atraiu a atenção e o interesse dos agentes do lado de cá. Em decorrência, investigamos como na imprensa republicana da Corte brasileira foram recebidas notícias vinculadas ao fenômeno francês; como acontecimentos do outro lado do Atlântico Norte foram interpretados e mobilizados em favor da causa articulada em propaganda.

O objetivo geral, implícito em toda a exposição, consiste em apresentar a prevalência do discurso da Revolução, como aspecto constituinte da intervenção dos republicanos no debate público da época. Por extensão, situá-lo em meio à propaganda oposicionista enquanto elemento inerente à repercussão do dilema, lançado em manifesto, pelos liberais moderados do *Centro*.

¹⁴⁷ Ibidem.

8 O ADVENTO D'A REPÚBLICA NA IMPRENSA DO IMPÉRIO DO BRASIL E “OS ANOS TERRÍVEIS” EM FRANÇA

O jornal *A República* resultou da fusão de três folhas da propaganda liberal-radical atuantes na imprensa dos anos de 1860: *O Correio Nacional*, de Limpo de Abreu e Rangel Pestana; *A Opinião Liberal*, fundada por ambos e, posteriormente, repassada a Godoy de Vasconcelos; e *O Radical Acadêmico*, redigido pelos estudantes de Medicina Miranda de Azevedo, Ramiro Barcelos e Lopes Trovão.¹

A primeira edição foi lançada na Corte Imperial na data de sábado, 03 de dezembro de 1870. No cabeçalho, se autointitulava “Propriedade do *Clube Republicano* do Rio de Janeiro”. Esse havia sido fundado um mês antes do lançamento do *Manifesto* pela nova folha, a 03 de novembro, num sobrado da Rua do Ouvidor, nº 29. Foi fruto da união dos liberais radicais, dissidentes da crise política de 1868, entre os quais Quintino Bocaiúva. Inicialmente contou com quinze (15) sócios. À cargo da Comissão Diretora estiveram ainda Saldanha Marinho, Lafayette Rodrigues Pereira e Aristides da Silveira Lobo.²

Tentamos reconstituir a ordem de sucessão dos redatores-proprietários a conduzirem o primeiro periódico de cunho republicano, até então criado no centro do Império. Nos cinco primeiros meses de existência, a folha contou com pelo menos cinco colaboradores, os quais listamos nas próximas linhas. Em agosto de 1871, assumiu a chefia da redação o paulista Luiz Barboza da Silva.³ Desde então, outro nome apareceu ao seu lado, o do fluminense bacharel em Direito e literato Salvador de Mendonça.⁴ A edição conjunta dos dias 23 e 24 de setembro de 1872 traz o comunicado ao público: “Salvador de Mendonça, José Ferreira Menezes⁵ e Luiz Barboza da Silva declaram que por mútuo e amigável acordo

¹ LEITE, Aureliano. O Manifesto de 1870 e os paulistas - **R.F.D.** 1970, p. 355. Disponível em: [www.revistas.usp.br > rfdusp > article > download](http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download)

² Para mais informações, ver:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOCAIUVA.%20Quintino.pdf>, p. 3.

Sobre a intencionalidade da fundação do *Clube Republicano*, seus mentores confessam: “Criamos um Clube Republicano para desenvolvermos a ideia democrática” (CLUBE Absolutista. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, nº 7, 17 dez. 1870, p. 2).

³ Luiz Barboza da Silva nasceu no ano de 1840 em Bananal, Província de São Paulo. Filho de Antônio Barbosa da Silva e dona Maria Arruda Barbosa. Bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de São Paulo, em 1860. No ano seguinte, abriu um escritório de advocacia no Rio. Antes de chegar à condição de redator d'*A República*, presidiu a Província do Rio Grande do Norte, de 1866 a 1867 (LUIZ Barbosa da Silva. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, vol. 5, p. 368). Observar que n' *A República* o sobrenome “Barboza”, do referido jornalista, aparece com “z” e no dicionário é grafado com “s”.

⁴ Salvador de Mendonça, filho de Salvador Furtado de Mendonça e dona Amélia Drummond de Mendonça, nasceu em Itaboraí no ano de 1845. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1913. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Para além disso foi literato e jornalista. Antes de atuar na imprensa republicana, como um dos idealizadores do movimento, serviu como Cônsul Geral do Brasil em Nova York para a Monarquia (SALVADOR Furtado de Mendonça Drummond. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, vol. 7, p. 186).

⁵ Percebemos durante a maior parte do tempo em que *A República* ficou sob o comando de Mendonça & Barboza, como assinavam na folha, o nome de Ferreira de Menezes ficou oculto. Esse nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1845 e faleceu na mesma localidade em 1881. Assim como Luiz Barboza e Salvador Mendonça, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Exerceu primeiramente o cargo de Promotor Público. Somente ao retornar à Corte imperial, passou a dedicar-se com fervor ao jornalismo. No Império do Brasil destacou-se enquanto distinto jornalista, orador e poeta (JOSÉ Ferreira de Menezes. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, vol. 4, pp. 426-427).

resolveram que ficasse este último de hoje em diante o proprietário único da empresa tipográfica jornalística da República.”⁶

Em outubro daquele mesmo ano, na principal seção do órgão, foi a vez de Luiz Barboza dizer “constrangido pelo mau estado de minha saúde retiro-me hoje da gerência e da redação da República.”⁷ Numa mensagem à parte no mesmo corpo do texto, Salvador de Mendonça aparece expressando solidariedade ao companheiro e também a José Ferreira. Aproveita para comunicar a própria saída: “essa solidariedade de amizade recíproca [aos dois amigos de trabalho], que cimentou ainda mais a nossa solidariedade política, guia-me, pois, pela última vez a estas colunas.”⁸

Na edição do dia nove daquele mesmo mês, o nome do líder da corrente republicana defensora da substituição da Monarquia pela República por via reformista pacífica e legal, Quintino Bocaiúva, aparece como redator do órgão.⁹ À direção dele seguiu a do “arauto” da Revolução, na Província do Rio Grande do Sul, Francisco Xavier da Cunha. Quando da chegada ao Rio de Janeiro para assumir a gerência da folha, a convite do próprio Bocaiúva, o correligionário sul-rio-grandense foi recebido e homenageado com banquete político no *Hotel Europa*.¹⁰

Inicialmente, as publicações da folha oficial do Clube circularam três vezes por semana, a saber: às terças-feiras, às quintas-feiras e aos sábados. Da data de fundação do jornal, desde o lançamento da primeira publicação, até maio de 1871 (Ano I), a administração e a redação ficaram estabelecidas na rua Primeiro de Março, número treze (13).

Como já dissemos, nos primeiros cinco meses de existência, a redação contou com a colaboração de pelo menos cinco signatários do *Manifesto*. É o que nos informa a seção *Notícias Diversas* do primeiro número: “A redação da República, no semestre de dezembro a maio compõe-se dos Srs. Aristides da Silveira Lobo, Dr. Miguel Vieira Ferreira, Flávio Farnese, Lafayette Rodrigues Ferreira e Pedro R. Soares Meirelles.”¹¹

A partir de maio, a administração e a redação foram transferidas para a Rua da Ajuda, número vinte (20). A ausência de publicação na terça-feira é justificada na edição de número 73: “Em razão da mudança das nossas oficinas, deixou de ser publicada a folha de terça-feira, que aliás hoje compensamos com o duplo da matéria do presente número.”¹² Como indicado, em agosto de 1871, Luiz Barboza da Silva veio a tornar-se o principal redator, proprietário e também financiador.¹³

⁶ DA SILVA, Luiz Barboza; MENDONÇA, Salvador de; MENEZES, José Ferreira de. Ao Público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 477, 23-24 set. 1872. A República, p. 1.

⁷ DA SILVA, Luiz Barboza. Ao Público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 489, 07-08 out. 1872. A República, p. 3.

⁸ MENDONÇA, Salvador de. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 489, 07-08 out. 1872, p. 3.

⁹ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 490, 09 out. 1872, p. 1.

¹⁰ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 532, 28 nov. 1872, pp. 2-3.

¹¹ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 12 dez. 1870, p. 3. Nelson Wemeck Sodré aponta que entre os redatores não declarados da primeira fase do jornal estava também Quintino Bocaiúva (SODRÉ, Nelson Wemeck. **A História da Imprensa no Brasil**. ed. 4 (atualizada). RJ: Mauad Editora, 1999, p. 244).

¹² **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 73, 25 mai. 1871, p. 1.

¹³ Sobre isso, ver: BARATA, Carlos Eduardo Almeida. **Manifesto Republicano de 1870: subsídios biográfico-genealógicos**. 2012. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/manifesto-republicano.pdf>.

Na Corte Fluminense e na cidade de Niterói, as assinaturas anuais eram cobradas no valor de 14\$ 000 réis. A assinatura por seis meses custava a metade desse valor, 7\$000 réis. Durante três meses, a mesma saía por 3\$500 réis.¹⁴ À luz de comparação importa dizer que na data de fundação d'*A República*, as assinaturas anuais do *Jornal do Comércio*, folha de tendência monarquista e de propriedade de Júlio Constâncio de Villeneuve¹⁵, nas localidades indicadas respectivamente, custavam 30\$000 réis. Nove meses: 22\$500 réis. Seis meses: 15\$000 réis. Três meses 8\$000 réis.¹⁶ Obviamente, no caso d' *A República*, os valores citados sofreram alterações até fevereiro de 1874, ano em que a circulação da folha foi definitivamente interrompida.

A assinatura d' *A República* em regiões de outras províncias do Império tinha valor fixado e quase proporcional ao valor das assinaturas na Corte. A anual custava a importância de 16\$000 réis. Por seis meses, podia ser obtida por 8\$000 réis. Por três meses, a assinatura era adquirida por 4\$000 réis. Comparados aos valores da assinatura do *Jornal do Comércio* nas províncias, nota-se a vantagem de custo d' *A República* sobre o da folha de Villeneuve. Por ano, a assinatura nas províncias custava 34\$000 réis. Nove meses: 27\$000 réis. Seis meses: 18\$000 réis. Três meses: 10\$000 réis.¹⁷

Na primeira fase visivelmente identificável, entre dezembro de 1870 e primeiro de setembro de 1871, do anunciante era exigida a importância de 80 réis a linha para anunciar. Cada número avulso podia ser obtido no valor de 120 réis. O periódico já tinha formato padrão, medindo 75 por 60 centímetros, com quatro páginas.¹⁸

À época, a principal fonte de renda dos jornais era a assinatura. Porém, não só no Brasil, como em outros lugares, a imprensa periódica passava pela mercantilização. Ou seja, pelo processo que, segundo Habermas, submeteu a imprensa identificada com a opinião pública a interesses privados. Aliás, o referido processo data da segunda metade do Oitocentos quando a imprensa politizada, surgida em fins do século anterior, cedeu espaço à imprensa caracterizada pela manipulação associada à vendagem comercial.¹⁹ Os anúncios n' *A República* eram preferencialmente colocados no fim da terceira página e, às vezes, ocupavam toda a folha da quarta página.

Aos leitores e aos anunciantes era dirigida a seguinte mensagem: “toda correspondência deve ser dirigida ao gerente da folha, no Clube Republicano”. No transcurso das publicações do ano de 1871, percebe-se que a estrutura de montagem do conteúdo – a ordenação das notícias, os assuntos, as colunas, a seção de anúncios – é parecida com o que era feito no *Jornal do Comércio*.

¹⁴ Valores observados para as edições d' *A República* entre dezembro de 1870 e setembro de 1871.

¹⁵ Também conhecido como Conde Villeneuve pela Corte de Roma, nasceu no Rio de Janeiro em 1834. Filho de Junius Constâncio de Villeneuve. Bacharel em Letras e Ciências. Licenciado em Direito pela Universidade de Paris. Atuou como diplomata do Brasil nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra. Foi secretário da Legação Brasileira na Rússia, encarregado de Negócios na Suíça, Ministro residente em Hesse Darmstadt de 1870 a 1873. Foi Secretário na Exposição de Paris (1865) e Delegado do Império na de Antuérpia (1885). Recebeu títulos de diversas ordens religiosas. Para mais informações sobre sua vida e obra, ver: JÚLIO Constâncio de Villeneuve. In: BLAKE, Antonio Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, 5. v., p. 253.

¹⁶ **JORNAL do Comércio**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 49, n. 331, p.1, 03 dez. 1870. Esses valores foram observados nas edições do *Jornal do Comércio* até primeiro de setembro de 1871.

¹⁷ Valores observados para as edições do *Jornal do Comércio* até primeiro de setembro de 1871.

¹⁸ MARTINS, Camila Pereira. **Republicanismos**: Rio de Janeiro e Lisboa (1870-1891). 2015. Dissertação (Mestrado em História Política e Social) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015, p. 38.

¹⁹ HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Trad. Flávio R. Kothe. 2. ed. RJ: Tempo Brasileiro, 2003, pp. 216-217.

De maneira geral, até o início de 1872, *A República* manteve certa constância no modelo padrão de publicação. No transcorrer das edições, constata-se cada vez mais a busca por assemelhá-lo ao modelo de formatação, de disposição, de organização dos conteúdos, do órgão de notícia pró-governo. De fato, foi a partir da edição de primeiro de setembro do ano anterior que a formatação havia ganhado acabamento mais definido.

Entre as seções de conteúdo, com probabilidade de aparecerem nas quatro colunas das quatro páginas do jornal, destacamos: *Telégrafo; Finanças e Comércio; Cultos; Folhetim da República; Notícia; Informações; América; Notícias da Europa; Ineditoriais; Parlamento; A República; Anúncios. Perfis Históricos e Galeria Política* apareciam ocasionalmente.

A seção *Telégrafo* trazia telegramas comerciais de praças de comércio, como a do Porto de Santos. Em algumas vezes antecedia *Finanças e Comércio*, na qual eram veiculadas cotidianamente informações acerca das movimentações financeiras e econômicas, do mercado nacional e dos mercados estrangeiros, dos quatro primeiros anos da década de 1870, anos nos quais circularam as edições d' *A República*. Dados acerca dos mercados da Europa, da América e das províncias do Império brasileiro eram apresentados. Quanto aos mercados nacionais, informações eram repassadas acerca das importações e exportações de gêneros básicos da agricultura (sacas de café, de algodão, tabaco, açúcar mascavo, couro de boi).

Das principais praças de comércio do país eram ressaltados os valores do câmbio, fundos públicos, o mercado monetário, a cotação das ações de companhias, a movimentação alfandegária, a movimentação do porto (entrada e saída de vapores e de navios de carga, no caso do Rio), boletins semanais, notícias marítimas. Através dessa seção, temos a impressão inconfundível de estarmos diante do Rio de Janeiro enquanto cidade portuária, já impactada por alguns dos efeitos tecnológicos da Segunda Revolução Industrial.

Diferentemente do *Jornal do Comércio*, que nas colunas da primeira página trazia anúncios de alugueis de escravos, para os mais diferentes tipos de trabalho, a mácula da escravidão passou despercebida pelas colunas do órgão republicano. Exceto, é claro, quando era para denunciar o sistema, associando-o à Monarquia. Ou quando as discussões da ordem do dia exigiam, como foi o momento do debate em torno da Lei do Ventre Livre.²⁰

Produto nascido do jornal a fim de atrair público, o folhetim como elemento específico do Romantismo europeu não deixou de marcar presença numa das seções d' *A República*.²¹ Foram publicados os seguintes: *O processo dos Césares*, por Charles Ernest Beulé (15/12/1870-04-07/1871) (89 capítulos); *O Rossi* – De Salvador Mendonça (06-08/07/1871); *A carta do Sr. F. Octaviano* (11/07/1871); *Francia*, por Georg Sand (12/09/1871-14/10/1871); *O gladiador*, por Mery (15/10/1871); *Lokis*: O Manuscrito do professor Wittembach (18/10 - 29/10/1871); *Uma festa em Santa Cruz* (03/11-04/11/1871); *As Willis*, por Affonso Karr (08/11- 09-11/1871); *Til Romance Brasileiro*, por José de

²⁰ Na seção *A República* do primeiro dia de setembro de 1871, em que anunciavam o alcance de 2000 exemplares diários, em comunicado ao público, os redatores afirmam: “A República desconhece a escravidão e anúncios do tráfico de cativos. Folhetins, notícias diversas, peças teatrais vem para amenizar a rudeza da propaganda do partido” (AO PÚBLICO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n.116, 01 set.1871, p. 3).

²¹ Acerca da contribuição do romance-folhetim para a formação de um crescente público leitor consumidor na Europa do século XIX, em particular na França, ver: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève [et al] (Dir.). **La civilisation du journal**: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe Siècle. Paris : Nouveau Monde Éd., DL 2011, 1 vol. : ill., couv. ill. ; 20 cm, pp. 28-29, 42.

Alencar (63 capítulos. Encerrado em 20/03/1872); *O Tronco do ipê* (31/12); F. Octaviano. *Carta a J. de Alencar* (01/01/1872); *Julia Delepierre* (04/03/1872); *Fausto*, por P. de Alm. (1) (01/03/1872 e 06/04/1872); *O último concerto*, por Julia Delepierre (19/03/1872); *A condessinha*, por Octavio Feuillet. (20/03/1872- 11/04/1872); *As mãos cheias de rosas, cheias de ouro e cheias de sangue!* Conto Filosófico por Arsene Houssaye (17/04 e 18/04/1872); *Desmoroamento*, por Emilio Gaboriau (201 capítulos) (27/04/1872-09/02/1873); *Apresentação* (06/05); *A Abolição da Escravatura* (12/02 a 13/02/1873); *A Boca de Ferro*, por Paulo Téval (68 capítulos) (15/02 a 26-27/02/1873 e de 15/02 a 10/08/1873); *Sete de Setembro* (07/09/1873); *O Crime de Orcival* (11/09-12/11/1873); *As Cartas de Veillot* (14/09-21/09-28/09-12/10-26/10-01/11-09-11/1873).

Na seção *Cultos* era comum ser publicados avisos acerca do expediente do bispado, das festividades que caracterizavam a religião oficial do Império (horário de celebrações de missas), falecimentos, proclamas (anúncio de casamento em igreja), provimento de cargos eclesiásticos, procissões, festas de santos, quermesses, novenas. Também eram noticiadas informações sobre os cultos de outras denominações cristãs, como os das Igrejas evangélicas. Excepcionalmente, a seção trazia algum artigo de relevância sobre o Ultramontanismo, com certa dosagem política, tal como aconteceu à medida em que acentuaram os fatos a exporem ao país a Questão Religiosa.

Na seção *Notícias* eram emitidas informações sobre as principais atividades ministeriais praticadas ordinariamente. Eram mencionadas atividades do Ministério do Império, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do Ministério da Guerra, Ministério da Marinha, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Justiça. Podia trazer assuntos variados: fatos ocorridos nas localidades provinciais; falecimentos de pessoas ilustres; manumissões; notícias sobre o renomado Colégio D. Pedro II; sobre exames aplicados pela Escola de Medicina da Corte e seus resultados.

Por trazer elevada pluralidade de informação, na referida seção pode-se verificar maior número de transcrições de notícias de outros jornais. Até dados de observações meteorológicas eram divulgados. Assim também ocorria na seção *Informações*. Essa podia informar o leitor na Corte e nas províncias acerca da doca da alfândega, da Estrada de Ferro D. Pedro II, da Diretoria dos Correios, do Banco do Brasil, sobre alugueis, anúncio de empregos, vendas, leilões, espetáculos teatrais, venda de bilhetes de loteria, lista com o nome de passageiros a embarcarem e desembarcarem em paquetes, notícias sobre a Santa Casa de Misericórdia, obituários, missas.

Nas seções *América e Europa*, como os títulos sugerem, eram veiculadas notícias acerca dos principais fatos ocorridos nos países dessas regiões do globo. Destacamos que nelas é possível verificar a importância desempenhada pelos paquetes (navios dos pacotes, do inglês *packet boat*); navios a vapor de carga e de passageiros responsáveis por trazer os correios dessas regiões para o porto do Rio. Em *América* era veiculadas notícias sobre os principais ocorridos nos Estados nacionais do continente, especialmente os Estados da Bacia do Prata – a Confederação Argentina, o Paraguai, o Estado Oriental (atual Uruguai). Percebe-se grande relevância dada, pelos redatores, a informações que provinham das referidas regiões, recém-saídas da grande Campanha do Paraguai.

Recordamos que a seção *Europa* se constitui em nossa fonte principal de informações. Através dela nos é permitido saber de onde e como os republicanos brasileiros se tornavam cientes dos passos dado, do outro lado do Atlântico Norte, pela França dos anos iniciais do regime da Terceira República, sob a condução do primeiro Presidente, Louis Adolphe Thiers (1870-1873). Devido às distâncias continentais, nota-se a existência de uma periodicidade para o aparecimento dessa seção na folha, difícil de precisar devido à variação; mas, podemos afirmar que ocorria segundo o itinerário dos paquetes. De Lisboa vinham, em sua maioria, paquetes ingleses e franceses da linha do Pacífico, de Marselha ou de Southampton, trazendo datas dos meses correntes; segundo o que é informado no parágrafo inicial da seção.

Geralmente, na seção *Ineditoriais* eram publicados artigos sobre conferências populares. Por meio dela, Quintino Bocaiúva, Salvador de Mendonça, Miguel Vieira Ferreira, tiveram discursos de suas conferências publicadas nas colunas do jornal. Alguns dos nomes mais destacados da política e do pensamento da Terceira República Francesa se fazem ali traduzidos. Entre os quais destacamos: Édouard Lefèvre de Laboulaye (1811-1883), admirador do sistema político republicano federativo dos EUA; Lucien-Anatole Prévost Paradol (1829-1870), ensaísta e jornalista defensor da descentralização do poder; e o republicano Jules Barni (1818-1878).²²

Outra figura da política europeia, notabilizada pelos redatores d' *A República*, foi o orador espanhol Emílio Castelar, o penúltimo Presidente da Primeira República Espanhola (1873-1874). Das correspondências dessa referencial personalidade vieram as análises mais minuciosas sobre o conflito franco-alemão, entre as edições de janeiro a março de 1871.

A seção *Parlamento* apareceu na edição de 01 de setembro de 1871.²³ A redação se dava em estilo de ata. Falava-se sobre quem abriu a sessão. Quais parlamentares estiveram presentes tanto nos trabalhos do Senado quanto nos da Câmara temporária. Dois importantes acontecimentos foram muito apresentados. O decreto da Lei de 28 de Setembro de 1871, lei que libertou o ventre escravo, e o decreto de número 4.965 de 22 Maio de 1872²⁴, que dissolveu a Câmara temporária do Império. A dissolução da Câmara Imperial dos Deputados havia ocorrido pela última vez, desde então, em julho de 1868.

A República compõe o editorial da folha. Nela encontra-se a espinha dorsal do ponto de vista, não apenas dos redatores como também dos correligionários nas províncias, como foi o caso notório de Francisco Cunha, em Porto Alegre. A mencionada seção foi o local onde procuravam os redatores sintetizar todo o pensamento dos republicanos

²²Jules Barni foi um liberal republicano, kantiano quase profissional, historiador dos filósofos do século XVIII. Curiosamente, descobriu Condorcet apenas mais tarde. Graças à experiência helvética, pôde meditar sobre a moral prática da democracia, antes de escrever, em 1871, a pedido de Léon Gambetta, o “melhor” *Manual Republicano* do tempo, que resume, anuncia de maneira perfeita e lógica as ambições, o programa e o futuro da Terceira República. Convicto idealista, sua filosofia política é estritamente laica. De maneira nítida, fez da educação do sufrágio universal a chave de todo o sistema desenvolvido. Enquanto esteve no exílio em Genebra, entre 1861 e 1870, Barni contou Montesquieu como um dos precursores dos novos tempos (NICOLET, Claude. **L'idée républicaine en France (1789-1924):** Essai d'histoire critique. Paris: Éditions Gallimard, 1994, pp. 155-6). Damos destaque a Jules Barni, pois se constitui em importante referência republicana da França citada em *A República*. Na folha carioca, *Manual Republicano* foi publicado em partes, distribuídas em edições entre maio e agosto de 1872.

²³**A REPÚBLICA**, Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n.116, 01 set.1871. Parlamento, p. 3.

²⁴**A REPÚBLICA**, Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 362, 23 mai. 1872. Parlamento, p. 2.

da época; isso no que diz respeito à necessidade de mudança de regime político para o país. O faziam no estilo mais pedagógico possível.

Nela, as principais tópicos e os principais argumentos do programa, defendidos no documento político de 03 de dezembro de 1870, eram, de tempos em tempos, reafirmados. E, ao mesmo tempo, reatualizados à luz das novas experiências que se sucediam com o passar dos dias, dos meses, dos anos de vigência da folha.

Com a análise da referida seção ao longo das edições, quisemos avançar em nossa argumentação. Pensar que através dela ocorreu simplesmente reafirmação e reatualização dos princípios do programa do partido, nos soa como negligenciar a dinâmica experiência vivida pelos republicanos na época. Isto é, torna propositivamente estática e fossilizada a propaganda. Nos induz a redundar na argumentação de que a proposta pacífica e legal da corrente reformista-evolucionista, para a mudança de regime, foi, desde os primeiros momentos inaugurais do movimento, a proposta vencedora.

Conforme exposto nos capítulos da **Parte III**, o presumido imobilismo propositivo desaparece quando deparamos com artigos escritos e enviados de Porto Alegre (RS), por Francisco Cunha, para os redatores d' *A República*, na Rua do Ouvidor (RJ). Desaparece quando deparamos com o conjunto de acontecimentos denominado “Questão Acadêmica”, sobre a qual recaiu a atenção em seções das colunas d' *A República* por seguidas edições, de novembro de 1871 a janeiro de 1872.

Do mesmo modo procede quando observamos o episódio da inopinada dissolução da Câmara dos Deputados, em 22 de maio de 1872. Nas situações pontuadas foi evocada a proposta revolucionária, com emprego da violência. Elementos ligados aos repertórios da França, do passado e do presente, foram acionados pelo discurso dos republicanos para contestarem o regime monárquico e discutirem as situações em que os agentes se inseriam. A fala de Nabuco de Araújo na Sessão de 17 de Junho de 1869, no Senado Imperial, nos situa na essência do debate e constitui indicativo do porquê da experiência histórica francesa ter sido exemplarmente evocada pelos textos da imprensa republicana, para discutir a “Questão do Regime”. Afinal, o repercutido dilema liberal “Ou a reforma, Ou a revolução” foi inspirado na conjuntura política da Monarquia de Julho. Encerrado o presente capítulo, nos ateremos especificamente a cada uma das situações brasileiras mencionadas.

Por ora, nos voltamos às especificidades da folha. Com o objetivo de se colocar em estreito contato com as “classes” da sociedade da época, o jornal adotou a estratégia de ampliação do público leitor. Por meio de significativa redução de preços, tanto na vendagem por assinatura quanto na avulsa. Tal artifício garantia para si o preço mais acessível entre os impressos da Corte. Na edição de número 114, do dia 29 de agosto de 1871, a página traz a seguinte informação: “Do dia 1º de setembro em diante a República será publicada diariamente. Como folha diária dará o mais amplo desenvolvimento à parte noticiosa e à parte industrial e comercial, além da ativa interferência nas questões políticas e sociais.”²⁵

Num âmbito particular, a nova fase confirma que, no início dos anos setenta do Oitocentos brasileiro, a imprensa periódica começava a experimentar o processo de aperfeiçoamento; de expansão e de ampliação do público

²⁵ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n.114, 28 ago.1871. Parlamento, p. 1.

leitor diário, fato marcante daquele período. Enquanto órgão oficial do recém-fundado *Partido Republicano* na imprensa da Corte, *A República* não deixou de testemunhar fatos atrelados ao fenômeno, largamente explorado pela literatura especializada no assunto.²⁶

Nos parece pertinente sustentar que a equipe, por detrás da administração e da redação, já experimentava as novidades da terceira fase do desenvolvimento da imprensa nacional.²⁷ A inspiração do estilo dos opúsculos produzidos na ocasião foi, em parte, pautada no tom jacobino e na retórica clássica da tradição panfletária proveniente do Primeiro Reinado e da Regência. Assim sustenta A. Alonso²⁸, responsável por ter copiosamente levantado variadas publicações do período.

De modo mais amplo, queremos asseverar que no decorrer dos anos iniciais da primeira metade da década de 1870, constatamos ter a folha vivenciado as mudanças operadas no Império do Brasil pela modernização implementada pelo Gabinete conservador de José da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco (1871-1875). Numa conjuntura pós-Guerra do Paraguai. Entre as mudanças podemos destacar a introdução do cabo telegráfico submarino, cujo projeto fora noticiado na edição de 29 de dezembro de 1871. A implantação definitiva, na edição do dia 24 de dezembro de 1873. A tecnologia conectava a capital do Império não apenas à Europa, como também a interligava às capitais provinciais da costa litorânea atlântica do país. Se estendia até Belém do Grão-Pará.²⁹

Prometendo publicação diária em primeiro de setembro de 1871, exceto às segundas-feiras, o jornal aponta que a partir do início do ano de 1872 (Ano II) as assinaturas passariam a ter o valor fixo de 10\$000 réis, invariavelmente ao longo de todo o ano indicado. Nos últimos quatro meses de 1871, até 31 de dezembro, a assinatura da folha custaria 3\$000 réis e o número avulso poderia ser adquirido pela importância de 40 réis. Foi posta como pretensão da administração introduzir todos os melhoramentos adotados nos grandes centros urbanos, quer das Américas, quer da Europa à época.³⁰

²⁶ SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil** ..., pp. 53, 182, 256. Sobre a história da imprensa no Brasil Oitocentista, ver: LESSA, Mônica Leite (org.). **Entre monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. RJ: EdUERJ, 2008.

²⁷ SODRÉ, N. W. op. cit., pp. 231-284.

²⁸ ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000, p. 48.

²⁹ Sobre o assunto, asseveraram os republicanos: “O projeto de um cabo telegráfico transatlântico, que nos ponha em comunicação direta com o velho mundo, entra de novo em discussão nas praças da Europa. Tratando-se dessa notável empresa, dos esforços de levá-la ao efeito, escreve um comerciante do *Times* em 13 do passado. Procura-se ligar um dos portos da Europa com Brasil” (O NOVO cabo transatlântico. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 222, 29 dez. 1871. Finanças e Comércio, p. 1). Para além disso, era informado que 3.600 milhas necessitariam serem superada para ligar Lisboa a Pernambuco. Denunciava-se a “incúria” do governo imperial em relação a uma possível falta de capitais. Argumentava-se que o cabo se destinava a pôr em comunicação as províncias do litoral brasileiro. Na edição do dia 25 de dezembro de 1873, a redação relata a “emoção da população quando chegou o *Hooper* trazendo o cabo telegráfico que deve pôr-nos em contato com o resto do mundo”. A inauguração da tecnologia ocorreu no Hotel dos Estrangeiros (O CABO elétrico. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 819, 25 dez. 1873. *A República*, p. 1). O relato da inauguração do cabo telegráfico submarino na Corte do Império encontra-se na edição conjunta dos dias 02 e 03 de janeiro de 1874.

³⁰ AO PÚBLICO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 115, p. 1, 31 ago. 1871. Em outubro de 1871, a folha já exhibe orgulhosamente em suas páginas de anúncio o fato de ter conquistado tiragem diária, enquanto afirmava ser “A mais interessante, mais barata e a mais popular do Rio de Janeiro” (**A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 157, 19 out. 1871. Anúncios, p. 4).

Para cada publicação de anúncio, a importância de 60 réis passaria ser exigida do anunciante. Cada notícia passaria a ser publicada mediante o valor de 1\$000 réis. Duas declarações marcaram a 116ª edição no dia primeiro de setembro, ambas estampadas no lado esquerdo ao título. Diz que “Toda a notícia que vier a esta redação, desde que tenha interesse, pagar-se-á ao preço de 1\$000 réis, três dias depois de publicada e não desmentida”. Acrescentava ainda que “Toda a publicação sobre questões pessoais e odiosas, embora legalmente responsabilizada, não tem inserção em nossas colunas.”³¹

Na nova fase de publicação diária, havia treze agências de vendas avulsas espalhadas pela Corte: Rua Gonçalves Dias (79); Rua da Prinha (18); Rua da Imperatriz (141); Rua do Livramento (72); Rua de São Cristóvão (04); Rua dos Barbonos (21); Rua da Lapa (15); Largo do Machado (220); Praia de Botafogo (196); Laranjeiras (no ponto dos bondes); Catumbi (em frente ao Cemitério local)³²; Rua do Ouvidor (87); Rua Larga de São Joaquim³³; Largo da Carioca (4); Rua Nova de São Pedro (52); Rua Nova de São Diogo (25); Rua do Parto (96)³⁴; Saco do alferes (12) (armazém de secos e molhados).³⁵

Por mais uma vez, o escritório do jornal sofreria mudança de endereço na data de 04 de outubro de 1871, quando a redação e oficinas foram transferidas para a Rua do Ouvidor, na altura do número 132, “prédio onde existiu por muito tempo o estabelecimento das Bichas Monstro.”³⁶ Juntando nossos dados, sabemos ter sido o prédio um sobrado localizado no local. Duas portas do estabelecimento fechavam-se às 10 horas da noite. A terceira que dava entrada para a redação, localizada no primeiro andar do sobrado, e para as oficinas, situadas no andar térreo, não se fechava.³⁷ Luís Barboza da Silva ainda permanecia como um dos principais redatores e proprietários, ao lado de Salvador de Mendonça. Nessa nova fase, o jornal alcançava a tiragem diária de três mil exemplares.

Até dezembro daquele ano, já apresentava agências centrais espalhadas por várias províncias do vasto Império Brasileiro. Tal fato nos leva a reafirmar a necessidade de rever as perspectivas de Oliveira Viana e de Raymundo Faoro. Ambos enfaticamente subestimam a capilaridade do movimento. No caso de *A República*, ignoram a existência de agências representantes da matriz nas províncias.³⁸

A despeito de apresentar demonstração empírica mais consistente, a argumentação de Boehrer segue a tendência de atenuar a intensidade do movimento em razão do caráter numérico diminuto. Mesmo nas províncias mais centrais. As variantes aparecem como movimentos tardios em relação ao núcleo precursor, organizado na Corte do Rio

³¹ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n.116, 01 set.1871, p. 1.

³² **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n.116, 01 set.1871, p. 4.

³³ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 117, 2 set. 1871. Anúncios, p. 4.

³⁴ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 125, 12 set. 1871. Anúncios, p. 4.

³⁵ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 133, 21 set. 1871. Anúncios, p. 4.

³⁶ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 152, 13 out. 1871. Notícias, p. 2.

³⁷ **NÓS e os detratores. A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 297, 16 mar. 1872. A República, p. 2.

³⁸ VIANA, Oliveira. Gênese e evolução do ideal republicano. In: **O Ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, pp. 81-110; FAORO, R. O Renascimento Liberal e a República. In: **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. Ed. São Paulo: Editora Globo, 2001, pp. 532-538.

de Janeiro. A tendência geral foi a de uma resposta ao estímulo dado pelo centro, com a organização de jornais de curta duração na imprensa. Os fenômenos ganham fôlego apenas na década de 1880, mormente nas proximidades do “15 de Novembro”.³⁹ Acreditamos que o critério de análise do número de agências pode ter validade na investigação de outros títulos, de igual tendência política, até 1889. Ainda que aceita a caracterização de um movimento geral numericamente pouco expressivo, podemos dizer que, na totalidade, ele provocou incômodos na situação.

Em artigo direcionado “Ao Público”, diz (-em) o (-s) redator (es): “Até agora acham-se apenas estabelecidas as seguintes agências, que, graças à espontânea e eficaz boa vontade de prestimosos correligionários, tem prestado e continuarão a prestar importantes serviços”. A seguir, demonstra (-m) a relação:

Província de Alagoas

Maceió – Antônio Ulysses de Carvalho.

Pilar – Alexandre Mariz da Fonseca e coronel José Alves de Aguiar.

Passo de Camaragibe – Dr. José Paulino de Albuquerque Sarmento.

Província de Pernambuco

Recife – Drs. José Maria de Albuquerque Mello e Minervino A. De Souza Leão.

Província do Rio Grande do Norte

Natal - Dr. Joaquim Theodoro Cisneiros de Albuquerque.

Província do Maranhão

S. Luís – Antonio Ennes de Souza.

Província do Rio Grande do Sul

Porto Alegre – Francisco Cunha (grifo nosso)

Província de S. Paulo

Santos, S. Paulo e Jundiá – Dr. Américo de Campos, Luiz Gama e Vicente Rodrigues.

Campinas – Drs. Francisco Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos, Manoel Ferraz de Campos Salles e Jorge Miranda.

Amparo – Dr. Bernardino de Campos e Joaquim Caetano Leme.

Itú – Dr. Antonio Francisco de Paula Souza

Constituição – Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Norte de S. Paulo – Dr. Braz Barbosa da Silva

Província de Minas

Serro e Minas – Dr. Antonio Felício dos Santos.⁴⁰

³⁹ BOEHRER, George. **Da Monarquia à República**: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889). Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, pp. 173, 192.

⁴⁰ Ao Público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 201, 05 dez. 1871. A República, p. 3.

Desde a fundação até meados de 1872, contabilizamos dezessete publicações intituladas *Adesão*, na principal seção. As adesões vinham de diversas partes do país.⁴¹ Muitas traziam textos e com os abaixo-assinados dos adelistas às “ideias democráticas”, como gostavam de expressar os redatores.

A partir de 14 de janeiro de 1872, a folha traz a seguinte notícia “Atenção: de hoje em diante será publicada a república ininterruptamente todos os dias, mesmo às segundas feiras”. O número de exemplares chegou a 5.500 nessa edição de n. 236.⁴² Na edição do dia 16 de janeiro daquele mesmo ano, o número saltou para 6.200 exemplares diários.⁴³ Era o maior número de exemplares, produzidos e divulgados pela folha, até então.

Na edição de número 257, *A República* alcança a elevada produção de 12 mil exemplares. Oferece gratuitamente a distribuição do produto do meio dia em diante. A edição apresenta grande importância para fins heurísticos. Através dela podemos comprovar que Luiz Barboza da Silva e Salvador Mendonça se constituíam, até naquele momento, os redatores proprietários do jornal.⁴⁴

Percebe-se que ambos renovam o objetivo traçado desde a edição de primeiro de setembro do ano anterior, o de ampliar o número de leitores e a circulação da folha. Para isso empregaram a estratégia de oferecer “grandes prêmios aos assinantes”, cuja distribuição era prevista para maio. Diz em letras garrafais o anúncio na primeira página:

No legítimo intuito de vulgarizar a leitura desta folha, elevando-lhe a circulação ao mais alto grau de desenvolvimento a que pode aspirar em vista de sua crescente prosperidade e geral aceitação, resolvemos destinar uma parte dos lucros, que nos promete a empresa, ao estabelecimento de prêmios que sirvam de incentivo à aquisição de novos leitores, atraídos pelas vantajosas condições de nossa assinatura.⁴⁵

Os recibos entregues aos assinantes lhes dariam direitos a prêmios de 10 contos, 1 conto e 100 mil reis, de acordo com o valor do número “da primeira sorte grande extraída em maio deste ano”. No total, *A República* prometia dar aos seus assinantes 13 contos de réis, em valor total de prêmios, a partir do seu escritório à altura do número 132, na Rua do Ouvidor.⁴⁶

O primeiro esforço censitário com pretensão de abranger todo território brasileiro à época imperial, o censo demográfico de 1872, nos oferece o número aproximado da população com habilidade lectoescrita e, se podemos assim dizer, de ter em mãos um jornal naquele momento na capital do Império. A partir de tais dados é possível mensurarmos o tamanho aproximado do potencial público consumidor, diante do qual os nossos republicanos se deparavam, para a apreciação e apropriação das ideias pregadas. Em outros termos, podemos enxergar de maneira mais concreta a

⁴¹ Em fevereiro de 1872, *O Argos*, periódico da cidade de Manaus, declarou adesão à imprensa republicana da Corte (**ADESÃO. A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 256, 03 fev. 1872. *A República*, p. 3).

⁴² **ATENÇÃO. A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 236, 14 jan. 1872, p.1.

⁴³ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 238, 16 jan. 1872, p.1.

⁴⁴ **GRANDES prêmios aos assinantes. A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 257, 04 fev. 1872, p.1.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ Sobre a estratégia para o aumento de público, ver: **AO público. A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 260, 07 fev. 1872. *A República*, p. 3.

dimensão do tamanho do público, em relação ao número de exemplares diários produzidos, que atendia não apenas à Corte como também aos assinantes de algumas províncias, como Minas e São Paulo. Da análise, nos defrontamos outrossim com a extensão alcançada pelo empreendimento empresarial jornalístico.

Sediada no Município Neutro e composta por 19 freguesias, a Corte da Monarquia brasileira totalizava 226.033 habitantes no quadro geral da população livre. A englobar aspectos relacionados a sexo, estado civil, raça, religião, nacionalidade e grau de instrução. Condizente ao quadro geral da população escrava, considerando os mesmos aspectos, o centro deliberativo da nação possuía 48.939 escravos. Da soma dos números relativos das duas populações, nosso primeiro registro censitário geral indica que, em 1872, o Município Neutro possuía 274.972 habitantes. Tomando a população adulta livre e escrava, de ambos os sexos, o mesmo aponta que 65.384 homens (entre os quais 220 eram escravos) e 34.101 mulheres (entre as quais 109 eram escravas) sabiam ler e escrever. Ou seja, de uma população de 274.972 habitantes, tínhamos uma população com capacidade de leitura a totalizar 99.485 habitantes.⁴⁷

Aceita a condição de que escravos não compravam jornal para consumo pessoal, o número da penúltima soma cai para 65.164 homens livres e 33.992 mulheres livres a saberem ler e escrever. Da soma desses dois valores, sem levar em conta o poder aquisitivo dos integrantes a comporem o conjunto, pode-se dizer que 99.156 habitantes compunha o total aproximado da população, com capacidade de ler e de ter um jornal em mãos na Corte, em 1872.⁴⁸ Se assim admitido, pode-se dizer que essa era a dimensão do público potencial na capital do Império diante do qual se deparavam os responsáveis pela folha republicana, que chegara de janeiro a maio daquele mesmo ano à média de produção de 7.581,1 exemplares e à média de assinatura de 6.837,6 assinantes, num universo total de 140 edições.⁴⁹ À luz de comparação, o *Jornal do Comércio* naquela fase possuía de 14 a 15 mil leitores, e sua publicação atendia a Corte e as províncias.⁵⁰

Dessa relação, a revelar a dimensão significativa assumida pela folha oposicionista, podemos compreender o anseio dos redatores proprietários, Salvador de Mendonça e Luís Barboza da Silva. Torna-se inteligível o anseio por

⁴⁷ Sobre tais dados, extraídos do Censo Geral de 1872, ver: **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger, [1874?], 12 v.

⁴⁸ **RECENSEAMENTO do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger, [1874?], 12 v.

⁴⁹ Para chegar ao resultado empregamos o cálculo da média aritmética. Somamos as médias de produção das edições resultante de cada mês entre janeiro e maio de 1872 e dividimos por cinco. Para a média de leitores, extraímos a média de assinantes de primeiro de março a 31 de maio. O fizemos assim para o último caso pois o número de assinaturas só começou a ser indicado, na primeira página do jornal, a partir das edições de março de 1872. Isso por conta do sorteio de prêmios promovido pelo jornal. Nosso objetivo foi o de confrontar as dimensões d'*A República* em relação ao órgão pró-governo na imprensa, o *Jornal do Comércio*.

⁵⁰ AO público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 260, 07 fev. 1872. *A República*, p. 3. Destacamos que especialmente na edição citada confirma-se que *A República* experimenta os reflexos do novo momento da imprensa nacional. O jornal deseja ampliar o público leitor, deseja aumentar a circulação, para isso barateia os preços, procura atrair mais assinantes através do sorteio de prêmios. Enfim, é possível confirmar com a edição de número 260 o que anunciava e queria o jornal desde 1º de setembro de 1871. Para além do quadro de expansão da imprensa, podemos observar algo a mais. O jornal quer aumentar o número de leitores e estender seu raio de circulação diária tendo em vista o alcance dos propósitos propagandísticos. Percebe-se que por detrás do intento revela-se o projeto de poder de nossos republicanos, que, sem sombra de dúvidas, é um projeto de caráter político e ao mesmo tempo pedagógico, pois aposta na comunicação jornalística impressa para ser promovido; desejavam aumentar a consciência pública através do incentivo à leitura, queriam instruir a nação: “Ser muito lido, ser lido por todos, se for possível, isto é o que faz de um grande jornal um instrumento social ao serviço de todos, colaborador de todos, conselheiro e guia de todos na sua vida de perpétua comunhão”. Isso no propósito último de desbaratar a Monarquia e substituí-la pela forma republicana de governo.

expandirem ao máximo a circulação do produto empreendido, com a expectativa do conseqüente aumento de leitores e partidários das ideias republicanas na Corte e fora dela.

Quando a República foi proclamada em 04 de setembro de 1870 na França, em meio a Guerra contra a Prússia, o jornal não havia ainda aparecido na imprensa do Rio de Janeiro. Lançada a primeira edição do órgão de oposição à forma monárquica de governo no Brasil, o interesse pelos eventos ocorridos do outro lado do Atlântico Norte se fez crescente entre os republicanos da Corte. Afinal, a empreitada da propaganda para instaurar um regime republicano aqui pretendia contar com o exemplo de experiências bem-sucedidas.

Seguindo a pretensão dos próprios republicanos brasileiros, exploramos na próxima seção o relacionamento da propaganda com o processo de instauração da Terceira República na França. Aproveitamos para acrescentar na análise outros aspectos relativos à história do jornal, cuja publicação última ocorreu em fevereiro de 1874.

8.1 A IMPLANTAÇÃO DA TERCEIRA REPÚBLICA FRANCESA NAS PÁGINAS D'A REPÚBLICA BRASILEIRA

Passados vinte anos de exílio, em 05 de setembro de 1870, o autor dos clássicos *Notre Dame de Paris* (1831) e *Les Misérables* (1862) regressou à capital francesa fustigada pela Guerra Franco-Prussiana e às vésperas de uma sangrenta guerra civil. Victor-Marie Hugo (1802-1885) nasceu em Besançon, Departamento de Doubs. Filho do General Conde Hugo, oficial do Exército Napoleônico, com a católica e monarquista Sophie Trébuchet. O notório reconhecimento artístico-literário, conquistado ao longo da carreira, esteve intimamente vinculado ao envolvimento com a dinâmica da política nacional. De romancista, havia se tornado ativo defensor dos direitos na França.⁵¹

Muito tempo havia decorrido desde o mandato parlamentar, interrompido pelo Golpe de Estado de 02 de Dezembro (1851), consumado por Luís Napoleão. Aliás, a “reedição do 18 de Brumário”, tal como retratado por Karl Marx⁵², foi responsável por forçá-lo a refugiar-se na Bélgica e por torná-lo inimigo declarado de Napoleão III. Do país vizinho pôde endereçar ao Imperador o triste panfleto intitulado *Napoléon Le Petit*.⁵³

L' Année Terrible apareceu na capital francesa em 20 de abril de 1872. Trata-se de uma coletânea de poemas na qual Vitor Hugo faz evocação a eventos marcantes na França, particularmente em Paris, entre os anos próximos de 1870 e 1871.⁵⁴ Por meio da literatura, representou a guerra contra a Prússia, a derrota francesa, o cerco da cidade, a

⁵¹ Sobre a vida e obras de Vitor Hugo, ver: DUBOIS, L'Abée Pierre. **Bio- Bibliographie de Victor Hugo de 1802 a 1825**. Paris: Librairie ancienne Honoré Champion, Éditeur, 1913. Sobre a relação do poeta com os homens da política e da literatura da época, ver: HUGO, Victor. 1871: Thiers et Rochefort. In: **Oeuvres Inédites de Victor Hugo: Choses Vues**. Paris : G. Charpentier et Cie, éditeurs, 1888, pp. 361-365.

⁵² MARX, Karl. “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte”. In: Obras escolhidas. Lisboa; Editora Avante, 1982.

⁵³ BOUYER, M. A. C (Dir.). **Nouvelle biographie des hommes vivants : notice sur les hommes éminents de la politique, de l'église, de l'armée de terre et de mer,... pour servir à l'histoire du XIXe siècle / par une société d'hommes de lettres, de savants, d'artistes**. Paris : Librairie de A. Courcier, Éditeur, 1852, pp. 83-87.

⁵⁴ Para uma abordagem ilustrada de tais eventos, sugerimos: FESTJENS, Jean-Louis. *L'illustration: Le plus grand journal de l'époque. Le Siècle de Paris (1845-1945)*. Paris: Éditions Michel Lafon, 2017, pp. 22-35.

queda do Império, o advento da Terceira República. Do mesmo modo, a insurreição popular da Comuna, atrozmente reprimida pelo Exército do Governo republicano de Louis Adolphe Thiers (1797-1877).⁵⁵

Sem esconder alusão ao poeta, Arnaud-Dominique vê na República francesa do período a filha de *L'Année Terrible*. O nascimento ocorreu sobre as cinzas de uma derrota militar e de uma guerra civil. A sociedade da época estava assombrada pelo espectro da divisão e diante de um regime compreendido frágil e ameaçado. A República recém-instituída teve de amadurecer fazendo escolhas, numa França transformada por uma modernização acelerada.⁵⁶

Na chave de leitura de Quentin Deluermoz, *L'Année Terrible* se estende do verão de 1870 ao outono de 1871. Foi o período em que a França esteve sob tormenta. O país foi agitado. Trata-se da qualificação dada a um tempo de oscilação, de violência, de “balbuciar” possibilidades e de angústias seculares. Nesse intervalo, a guerra rivalizada entre França e os Estados alemães, sob a liderança da Prússia, interrompeu bruscamente a experiência do Império liberal. Seguiu-se a mudança de regime e a eclosão do terceiro movimento revolucionário do século XIX francês. Menos amplo do que o de 1848, mas não menos significativo.⁵⁷

Nos anos iniciais da década de 1870, os republicanos do Rio de Janeiro perceberam um ponto de convergência no debate público, ensejado no Império do Brasil, em relação ao que ocorria no alvor da Terceira República Francesa. Podemos dizer que o vínculo identificado dizia respeito à natureza do regime político. Da porção sul-americana do Atlântico Sul à porção europeia do Atlântico Norte, a “Questão do Regime” foi dado destacável no debate público.⁵⁸ As disputas sobre qual forma de governo convinha à organização da sociedade política moderna, República ou Monarquia, ganharam constância nas discussões do Parlamento e da imprensa no Ocidente.⁵⁹

⁵⁵ LA GAZETTE de la Troupe du Théâtre de L'Épée de Bois. *L'Année Terrible de Victor Hugo*. Courts Extrait. Octobre 2018. (Tradução Nossa).

Disponível em: <https://www.epeedebois.com/un-spectacle/lannee-terrible/>. Acesso em 09 ago. 2019.

⁵⁶ HOUTE, Arnaud-Dominique. Sept ans de Fondation (1871-1878). In: **Le triomphe de la République, 1871-1914**. Paris: Éditions du Seuil, 2014, cap. I, pp. 7-11. (Tradução Nossa).

⁵⁷ DELUERMOZ, Quentin. 1870-1871, l'année terrible: la France dans la tourmente. In: **Le crépuscule des révolutions 1848-1871**. Paris: Éditions du Seuil, 2012, cap. IX, p. 307. (Tradução Nossa).

⁵⁸ Trata-se de uma das características marcantes da imprensa da década de 1870, tanto no Brasil quanto na Europa, o emprego disseminado do termo “questões”, para se referir a assuntos agitadores da ordem do dia no debate público (MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo** [online]. 2009, vol.13, n.26, p. 19).

⁵⁹ No exercício do Governo Provisório de Defesa Nacional, Adolphe Thiers transformou a Prefeitura de Versalhes em seu palácio. O local se tomou teatro de discussões e negociações. Foi formada uma equipe ministerial composta de republicanos moderados, notadamente Jules Favre e Jules Simon, e de orleanistas, como Jules Dufaure, que tomou-se Vice-Presidente do Conselho. Muitas vezes o governo assumiu perfil parlamentar. A Assembleia eleita em fevereiro encamou a caricatura de uma França tradicional, o fantasma dos reinados de Carlos X e Luís Filipe. Mais de 400 monarquistas foram eleitos face à minoria de 150 republicanos. A direita conservadora detinha dois terços dos assentos. Nela havia os bonapartistas, partidários do retorno de Napoleão III, exilado na Inglaterra. Os legitimistas cujo representante era o Conde de Chambord, neto de Carlos X da dinastia dos Bourbons. Os orleanistas, que por sua vez, defendiam os direitos do Conde de Paris à Coroa, sob o título “Louis Phillippe II”. Entre os republicanos havia os moderados e pelo menos 40 declarados radicais (gambetistas). A conformidade desse quadro político-institucional é essencial para entender a insatisfação que levou à insurreição comunalista, principalmente na capital. Acerca do quadro das forças políticas em disputas na França em 1871, ver: HOUTE, A-D. Sept ans de Fondation (1871-1878)...., pp. 23-27; DELUERMOZ, Q. 1870-1871, l'année terrible: la France dans la tourmente...., p. 327. Ao longo de todo o capítulo terceiro exploramos as dissidências políticas no Brasil entre as décadas de 1860 e 1870. Para tal compreensão, ver: GOMES, Amanda Muzzi. Dissidências políticas de fins do Império. In: **Fragilidade Monarquista....** 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012. pp. 18-83.

Por meio do referido ponto de convergência, na presente seção procuramos caracterizar a relação estabelecida pela propaganda republicana, no Brasil, com o processo de instauração institucional e de consolidação política do regime congênere na França, de 1870 a 1874. Assim procedemos a partir da ótica interpretativa dos republicanos brasileiros sobre o novo regime francês em construção. Para tanto, nos valem de edições do jornal *A República*.

Demonstramos como eles enxergavam o novo regime; discorreram sobre eventos responsáveis por sua formação; quais personagens da nova fase da República Francesa lhes inspiravam; quais valores, defeitos ou qualidades apreciavam e a maneira pela qual instrumentalizaram notícias sobre o processo, convertendo-as em peças-chave de propaganda política contra a Monarquia Bragantina. A abordagem segue rastros da perspectiva estratégica encetada pelos próprios redatores do jornal, ao articular fatos locais a fatos externos.

Como procedemos na coleta e na leitura analítica dos dados extraídos? Num primeiro momento, relativo às edições de dezembro de 1870 a maio de 1871, escolhemos aquelas nas quais pudemos relacionar diretamente o conteúdo da seção *A República*, em que a situação política nacional recebeu cuidadosa atenção editorial, com as notícias do exterior veiculadas. Tais notícias são apresentadas nas seções *Notícias*, *Imprensa Europeia* e *Europa*. *Conferências Populares* é outra seção em que é revelado notório o nexu intelectual estabelecido pelos republicanos brasileiros com os homens da Terceira República Francesa. Desde 1870, eles transcreveram as falas de Édouard de Laboulaye, exímio crítico das tradições políticas da França e admirador declarado da República federativa, em construção na América do Norte. Nela também encontramos conferências ministradas por alguns republicanos brasileiros acerca do processo francês.

Nas edições selecionadas do período indicado, foi evidente a tendência dos redatores de *A República* de mobilizarem o conflito entre o Governo francês de Defesa Nacional e a Prússia bismarckiana, para discutirem a “Questão do Regime” no Brasil. Contrapuseram o império monárquico, edificado no país, à imagem de uma República, cuja inspiração externa vinha da resistência nacional francesa. Em outros termos, criaram a imagem de um povo brasileiro soberano, resistente à Monarquia bragantina, essa associada à figura do invasor prussiano. Estratégia coerente já que a reivindicação do direito soberano da nação face à soberania do rei foi pedra de toque da propaganda. Igualmente os redatores expuseram opiniões controversas e divergentes quanto ao que pensavam sobre o movimento revolucionário da Comuna de Paris.

Entretanto, à medida em que as edições do jornal avançaram pelo ano de 1871, notamos cada vez menos possível estabelecer relação direta entre o conteúdo da seção *A República* com informações dos acontecimentos em França, presentes nas seções de notícias estrangeiras. Houve motivo para isso. As circunstâncias da Guerra Franco-Prussiana, cujas notícias ocuparam por muito tempo destaque na primeira página, pouco a pouco cedeu espaço à cobertura sobre a reorganização nacional, às tentativas de assegurar a sobrevivência institucional e a consolidação política da Terceira República. Tal cobertura cada vez mais se restringiu às seções de notícias do exterior.

Não sendo possível mais associar diretamente a seção *A República* da folha com as seções *Notícias, Imprensa Europeia e Europa*, a partir das intenções editoriais do próprio jornal, fizemos o demorado esforço de dar sequência ao mesmo procedimento para os anos entre 1872 e 1874.

Uma vez coletados e analisados os dados disponíveis, organizamos a discussão sobre o assunto tratado pelos republicanos brasileiros em três momentos distintos, entre as edições de dezembro de 1870 e fevereiro de 1874. Para cada momento, criamos uma subseção cujo título procura ilustrar a opinião da folha acerca do processo francês. A primeira fase é identificada ao momento em que na França ocorreu o Armistício, a formação do Governo de Defesa Nacional e a Ascensão de Thiers ao poder. Outra fase segue de março a maio de 1871, período em que ocorreram, nas ruas da capital francesa, os conflitos civis violentos decorrentes da Comuna de Paris.

A terceira fase alcança o período pós-Comuna. Trata-se da mais abrangente devido, sobretudo, ao recente lançamento da folha na Corte do Rio de Janeiro. Quando a guerra contra Prússia eclodiu, em julho de 1870, e a República foi proclamada pacificamente na Praça do *Hôtel de Ville* de Paris, a 04 de setembro daquele mesmo ano⁶⁰, a folha republicana não havia contado edições na imprensa carioca. A última fase referida é a de reorganização nacional no pós-guerra, sob a presidência de Adolphe Thiers. Observamos que nela os redatores de *A República* brasileira se valeram, com maior constância, das disputas entre as facções políticas, no Parlamento francês, para fomentarem a discussão da “Questão do Regime” no Império.

A partir de fevereiro de 1873, referências revolucionárias do Republicanismo francês passaram a coexistir, na propaganda, com o exemplo do processo constitucional relativamente pacífico de substituição da Monarquia pela República na Espanha.

8.1.1 A beligerância dos governos monárquicos: a feroz resistência de uma República “vitimada” pela barbárie de uma Monarquia “invasora”

Na edição inaugurante do jornal, o interesse pelos ocorridos na França está manifesto nas seções *Exterior e Notícias da Europa*. Ela é dedicada exclusivamente a tratar do Armistício cogitado por franceses e prussianos. As notícias vieram de Lisboa a bordo do paquete *Eneita*. O Armistício ainda não havia sido acordado por recusa da França em aceitar a exigência prussiana de interromper o abastecimento de Paris, no decorrer dos vinte e cinco dias de duração do acordo. Não aceitou também a imposição de que a região ocupada da Alsácia-Lorena não concorresse para a eleição da Assembleia Nacional francesa. Para o Governo da Defesa Nacional, era algo inaceitável.⁶¹

Naquela altura, sabiam os republicanos da Corte que Thiers havia tomado a frente das negociações com Rei da Prússia na sede do governo, a cidade de Versalhes. Havia indícios de que a Prússia iniciaria o bombardeamento de

⁶⁰ Para a descrição do clima relativamente pacífico em que ocorreu a chamada Revolução de 04 de Setembro, na capital francesa, conferir: FESTJENS, J.-L. *L'illustration: Le plus grand journal de l'époque. Le Siècle de Paris (1845-1945) ...*, pp. 24-25.

⁶¹ NOTÍCIAS da Europa. *A República. A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. Exterior, p.4.

Paris. Tiveram curiosidade em saber a quanto tempo em distância estavam os prussianos da cidade e o que estava impedindo o Rei prussiano de lançar seus canhões contra aquela que tratam ser “a grande capital do mundo moderno”.

Eles sabiam que uma “defesa enérgica” na capital francesa havia sido organizada a ponto de fazer com que as ações dos exércitos prussianos se limitassem a assassinar “pacíficos e inermes cidadãos” e a incendiar aldeias. Se apropriam dos horrores da guerra europeia para emplacar o teor antimonarquista da propaganda: “Até quando o mundo ficará em guerra por causa dos reis?”⁶²

Igualmente acompanhavam a movimentação de cobertura da própria imprensa na Europa. A partir da opinião do francês *Gironde*, consideraram que a folha inglesa *Spectator* fazia “um trabalho muito judicioso”. De tendência pró-francesa, o autor do artigo do jornal inglês teve por objetivo responder aos compatriotas, que queriam ver nas desgraças da França prova de decadência completa. Os republicanos da Corte publicam a opinião de um autor a considerar os acontecimentos em França “uma consequência da revolução”, fruto do “sentimento de patriotismo que domina tudo.”⁶³

Vejamos a tendência da opinião d’ *A República*. Ao se apropriarem do quadro beligerante europeu, em que é visível o tratamento favorável à Terceira República Francesa, vista como regime valoroso capaz de salvar a França da guerra estrangeira, legada do Segundo Império, os republicanos quiseram saber em que região estava a se fazer mais guerra; numa Europa ainda majoritariamente monarquista, ou na América repleta de Repúblicas instituídas: “A monarquia no Brasil conta tantas revoluções quanto as nossas províncias. Acrescente-se a isso a observação de que as repúblicas não fazem guerras umas às outras.”⁶⁴

De exemplos extraídos da Europa em guerra, e porque não da recém-encerrada guerra no Prata, a propaganda estava orientada a enfatizar o caráter belicoso das Monarquias frente à forma republicana de governo. Os males das guerras e das revoluções foram lançados como pesos no histórico dos regimes monárquicos, tanto na América quanto na Europa. A exemplo da França, onde a República era concebida como o governo capaz de salvação nacional, os republicanos da Corte pensavam na mesma sorte para o Brasil: “A imprensa de todo o império revela que o espírito público vai-se esclarecendo, e que os brasileiros em sua maioria já se vão convencendo que da monarquia não podem esperar a salvação.”⁶⁵ Até então, o que observamos na propaganda foi a reafirmação da proposta pacífica para alcançar a substituição da forma de governo.

O sítio de Paris, a rejeição do Armistício pela França e a derrota dos prussianos em Orléans aparecem com destaque na seção *Exterior*, em continuidade à argumentação da impossibilidade de salvação nacional com a Monarquia. A capacidade de resistência da população parisiense é realçada. O Armistício foi rejeitado devido às exigências de Bismarck de contrapô-lo ao abastecimento da capital. O discurso da derrota dos prussianos, proferido por

⁶² NOTÍCIAS da Europa. *A República*. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. Exterior, p.4.

⁶³ GIRONDE, 01 nov. 1870 apud A Situação da França. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 2, 06 dez. 1870. *A República*, p. 2.

⁶⁴ AS REPÚBLICAS da América. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 2, 08 dez. 1870. *A República*, p. 1.

⁶⁵ *Ibidem*.

Léon Gambetta em Tours, estimulava o combate ao invasor: “Estais hoje a caminho de Paris, não esqueceremos que Paris nos espera, e que a nossa honra nos manda arrancá-la dos bárbaros que ameaçam com a pilhagem e o incêndio.”⁶⁶

A República era vista pelos líderes franceses não apenas como o governo capaz de assegurar a salvação nacional. Era a garantia de desforra ao inimigo externo, encarnado nos soldados prussianos do Rei Guilherme. Da transcrição da circular de Júlio Favre, endereçada ao corpo diplomático das quatro potências neutras (Inglaterra, Rússia, Áustria, Itália), vinha forte argumentação contrária à figura da Monarquia Guilhermina, vista como a responsável por arrastar os alemães para uma guerra cuja motivação assentava-se em interesses pessoais da realeza prussiana.⁶⁷

Da transcrição unilateral de discursos dos republicanos franceses, os brasileiros passavam para o público a imagem de uma Alemanha governada por um Rei que tinha por objetivo assolar Paris com a fome, para enfim aniquilar a França e a própria República nascente. A mensagem chegada ao público foi certamente pró-francesa, haja vista que o governo prussiano, à semelhança do Império no Brasil, se constituía enquanto Monarquia. Segundo as notícias do pacote *Nemesis*, após o desastre de Sédan, os ânimos na Europa se sobressaltaram diante da atitude da Prússia. Os estados da Europa pensaram que o Rei Guilherme se daria por satisfeito ao ver a prisão de Napoleão III e a instituição de um exército regular alemão. Contudo, os “invasores partiram em demanda para Paris.”⁶⁸

A opinião do jornal tratou os prussianos por “invasores” e considerou a existência de uma opinião pró-francesa unânime na Europa: “Tornou-se então bem claro que a guerra não era movida ao Bonaparte perturbador da paz da Europa. Não era a queda da monarquia, mas o abastecimento da França o que queria o rei da Prússia. A opinião da Europa começou a tornar-se a causa francesa.”⁶⁹

Observemos que o discurso construído procurou vitimizar a França. Não a França de Napoleão III, mas a da Terceira República. Ao sustentarem a existência de uma opinião europeia unânime pró-francesa, os republicanos brasileiros constroem em torno do conflito argumentação altamente favorável à forma republicana de governo, particularmente a pregada em pleno centro político da Monarquia brasileira. A imagem de covardia e de barbárie é amalgamada à Monarquia a partir da atitude prussiana no conflito: “Mas desde que foram conhecidas as atrocidades cometidas pelos exércitos prussianos sobre populações inermes [...] As potências hoje vão reconhecendo e deploram a indiferença com que tem assistido à desgraça da França.”⁷⁰

Eles recorreram à opinião da própria imprensa Alemã, especificamente o *Tages Presse* de Frankfurt, para rebaixar a atitude da Alemanha Guilhermina no conflito: ““principiamos, diz o referido jornal, a compreender o fim, a

⁶⁶ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 2, 08 dez. 1870. Exterior, p. 2.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

intenção criminosa que presidiu à intriga espanhola e o segredo da cruel injúria infligida à França na pessoa do seu embaixador.”⁷¹

Das notícias do britânico *Times*, expõem a mudança de opinião dos súditos da Rainha: “O *Times*, tão favorável à Prússia no princípio da guerra, exprime agora as suas armas mais terríveis contra esta nação e contra a Alemanha toda, isto é, a Inglaterra principia a deplorar a maldade com que permitiu o abatimento da França pela Prússia.”⁷² Na própria Prússia, o povo apareceu contra o oportunismo do Rei: “o povo principia ver com horror as crueldades inauditas que se cometem no solo francês [...] O povo murmura em voz alta a cada comboio que parte para a França.”⁷³ Ao construir narração desfavorável à “águia Guilherme”, os republicanos brasileiros atacavam a forma monárquica de governo com exemplos da experiência assistida.

A primeira vitória francesa contra a Prússia, em Orléans, aparece como atributo da nova forma de governo adotada: “A vitória obtida pelos franceses em Orleans tem produzido excelente efeito sobre o espírito das populações.”⁷⁴ A opinião do *Jornal Havre* confirma: “Finalmente tivemos a nossa primeira vitória. Não são invencíveis esses malditos prussianos. [...] Bastou o sopro puro e vivificante da república para restituir às almas patriotismo perdido.”⁷⁵

A persistência em manter um informativo desfavorável à Alemanha Guilhermina prossegue na edição do dia 13: “Sintomas de fome que manifestam na Prússia batem às portas do governo e ameaçam sufocar os gritos de alegria que se fazem ouvir à propósito das vitórias sobre os franceses.”⁷⁶ Ressaltar o recuo da Monarquia ante à organização republicana do governo passou a ter, na guerra, um colaborador: “Os fáceis triunfos da Prússia paralisaram-se ante a atitude patriótica que assumiu a França com a energia republicana; o exército do rei Guilherme reconheceu a dificuldade de esmagar um povo que ama as prerrogativas da liberdade.”⁷⁷

A seção *Notícias da Europa*, do dia 20, traz extensa abordagem de notícias do cenário bélico. Intitulada “Guerra Franco-alemã”, a síntese destaca os “últimos combates sangrentos e pertinazes travados entre o exército francês do Loire e as forças alemãs”. De certo modo, contribuem para sustentar a narrativa pró-francesa. Do periódico *Correspondencia*, os republicanos no Brasil identificam certo desvio dos rumos da guerra, com a resistência parisiense e as significativas vitórias em Orleans e no Vale do Loire. A tendência em relativizar a vitória dos prussianos, diante das novas perspectivas, é tomada com cuidado. Estavam eles preocupados em transmitir a verdade dos fatos: “Não diremos como os crédulos que as armas francesas alcançaram vitórias decisivas e que os prussianos estão a ponto de ver perdido todo o fruto dos seus grandes triunfos.”⁷⁸ Recorreram à transcrição de telegramas recebidos para fazerem a cobertura e

⁷¹ TAGES PRESSE apud **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 2, 08 dez. 1870. Exterior, p. 2.

⁷² TIMES apud **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 2, 08 dez. 1870. Exterior, p. 2.

⁷³ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 2, 08 dez. 1870. Exterior, p. 2.

⁷⁴ JORNAL Havre apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 4, 10 dez. 1870. Exterior, p. 2.

⁷⁵ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 4, 10 dez. 1870. Exterior, p. 2.

⁷⁶ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 5, 13 dez. 1870. Exterior, p. 3.

⁷⁷ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 7, 17 dez. 1870. Exterior, p. 3.

⁷⁸ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 8, 20 dez. 1870. Notícias da Europa, p. 1.

emplacarem a própria opinião: “O melhor modo de indicar ao leitor o que se passou é transcrever os telegramas dos últimos dias [...] percebe-se que não ficamos longe da verdade nas apreciações que acima fizemos.”⁷⁹

Os esforços dos redatores d’*A República*, em construir uma visão de resistência para o comportamento da República francesa, podem ser constatados na seleção das notícias publicadas. Através de informações obtidas do *Times*, acalentaram a expectativa de uma vitória contra os prussianos, com a seguinte apreciação:

Há provisões em Paris que chegam até janeiro e que podem durar mais [...]. A França continua a receber valiosos suprimentos e recursos de toda a parte [...], a situação em França está muito longe de ser desanimadora. É possível que muito em breve haja uma completa mudança na situação militar e a França alcance uma vitória brilhante.⁸⁰

Do Jornal francês *Gironde* há a retransmissão do mesmo quadro de otimismo com a resistência: “A França continua a não desesperar da vitória e com as armas na mão corre inteira a medir-se com o **invasor** (grifo nosso). [...] a situação militar em geral é animadora; nunca foi mais inteira nem mais firme a nossa fé no triunfo final”. Observemos a procura de opiniões em que o soldado do Rei da Prússia aparece como o “invasor”. Um correspondente de Lisboa diz: “A 18 procedeu-se ao recenseamento de todos os moradores da capital para assegurar uma distribuição equitativa da carne fresca. Apesar de tudo, a França está resolvida a antes continuar a luta do que ceder território.”⁸¹

A intenção de criar uma narrativa menos favorável possível aos alemães é explícita: “A Alemanha não experimenta entusiasmo pelo novo império germânico, edificado sobre as ruínas das cidades francesas. O parlamento que consentiu nesta comédia é objeto de burla.”⁸² A carta de Guizot, em mensagem dirigida ao público inglês do *Times*, reforça a ideia de que a França, apesar dos reveses da guerra, resiste. O país estava disposto a impor à Prússia feroz resistência: “Creio que o público inglês ilude acerca dos dois pontos [em aconselhar rendição]. O exército prussiano sitia Paris. E por que ali não entra? Porque Paris oferece uma resistência unânime. [...] na maior parte do país arde a nação no fogo do patriotismo. É por isso que a França não quer submeter-se à conquista e nem conquistar.”⁸³

A República Francesa foi apropriada como símbolo de democracia. Por outro lado, a Prússia de Bismarck se transformou em país “invasor”. Não por acaso. Tratava-se de um Estado alemão conduzido por um Rei: “Continua de modo admirável e heroico a resistência da França republicana. [...] **Saibamos esperar e confiemos na vitória da democracia sobre os exércitos do despotismo prussiano** (grifo nosso).”⁸⁴ Na condição de “invasor”, a Prússia de Bismarck ao lado da pessoa do Imperador Napoleão III tornaram-se ambos inimigos da República. Eram exemplos do desastre representado pelas monarquias às nações. Quanto aos males praticados escrevem:

⁷⁹ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 8, 20 dez. 1870. Notícias da Europa, p. 1.

⁸⁰ **UM SOLDADO** Americano. *Times* apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 18, 12 jan. 1871. Notícias da Europa, p. 1.

⁸¹ **GIRONDE** apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 20, 17 jan. 1871. Notícias da Europa, p. 1.

⁸² A UNIDADE alemã. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 23, 24 jan. 1871. Notícias Diversas, p. 3.

⁸³ CARTA do Sr. Guizot. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 24, 26 jan. 1871. Imprensa Europeia, p. 1.

⁸⁴ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 26, 31 jan. 1871. Imprensa Europeia, p. 1.

As monarquias de todos os tempos e de todos os países são sempre as mesmas, sacrificam constantemente os interesses e os direitos dos povos, em benefício do seu egoísmo e de suas vantagens individuais. Enquanto isso, a vida das repúblicas [...] apresenta-nos constantemente prodígios de valor, de virtudes e de desinteresses.⁸⁵

Nesse sentido, a República Francesa deveria resistir, pois “a sua causa é duas vezes sagrada, porque ela representa a causa da pátria e a do futuro da humanidade.”⁸⁶

Nos elogios de um Garibaldi⁸⁷ à resistência do país, encontraram argumentos para desabonar a Monarquia diante do público da Corte brasileira: “o núcleo cosmopolita que a república francesa atrai dentro de si, composto de homens escolhidos de todas as nacionalidades, representa o porvir da humanidade. A nação está de pé e breve fará que se arrependa o velho autocrata do seu intento de continuar a carniçaria de homens.”⁸⁸

Os agentes da redação d’ *A República* se envolveram numa campanha de arrecadação de fundos para as vítimas francesas da guerra, tal como expusemos na seção 4.1, do capítulo quarto. A campanha foi iniciativa da Colônia do país europeu estabelecida no Rio de Janeiro, com a participação do Consulado. A estima d’ *A República* brasileira pela França, apresentada como vítima de guerra, decorreu da nova organização pela qual optou o país. Em comunicado, os redatores reafirmaram pertença à tradição libertária do Republicanismo francês:

Vários cidadãos franceses residentes nesta capital acabam de organizar uma comissão para o fim de agenciar socorros às vítimas da guerra, da sua nacionalidade. [...] *A República* folga de associar-se cordialmente a essa manifestação humanitária. A França abatida e desolada tem jus à nossa simpatia e à nossa coadjuvação. Nem uma nem outra faltarão a ela que tantas vezes soube derramar generosamente o seu sangue pela causa da civilização e da liberdade em outras terras. Hoje que a encontramos, porque agora, sim, é que vemos a França! Hoje que a encontramos radiante, viril, purificada no sangue e no martírio, alimentada pelo mais santo dos entusiasmos, o entusiasmo do amor pátrio [...] hoje que a vemos, a nossa França, a França de 89, a França da república e dos direitos do homem, a França da regeneração social e da fraternidade humana, hoje que a vemos assim, mais pura, mais santa, pertencem-lhe a nossa simpatia e a nossa adesão. [...] Já não são os choques tremendos dos grandes exércitos os que vêm nos ferir os ouvidos, são os ecos dos angustiosos gemidos de famílias inteiras reduzidas à miséria.⁸⁹

Interessante notar que a despeito de devotarem apoio à França, não se colocaram contrários ao povo alemão, mas sim à Monarquia prussiana, já que “a guerra cruenta [...] assola a França e dessangra a Alemanha.”⁹⁰ Na sala da redação d’ *A República*, na Rua da Direita, número 13, Quintino Bocaiúva, Miguel Vieira Ferreira, Flávio Farnèse,

⁸⁵ OS MALES das Monarquias. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 30, 09 fev. 1871. *A República*, p. 1.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ A Proclamação da República na França provocou um surto patriótico. Trinta mil e quinhentos foi o número de engajados em setembro de 1871. O fenômeno atraiu voluntários na Europa e nas Américas. O mais célebre entre os entusiastas foi o italiano Giuseppe Garibaldi (DELUERMORZ, Q. **Le crépuscule des révolutions 1848-1871...**, p. 312).

⁸⁸ OS MALES das Monarquias. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 30, 09 fev. 1871. *A República*, p. 1.

⁸⁹ BOCAIÚVA, Quintino et alii. Subscrição Popular. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 31, 11 fev. 1871. *A República*, p. 1.

⁹⁰ *Ibidem*.

Antônio da Silva Neto, Lafayette Rodrigues Pereira, Aristides Lobo e Salvador de Mendonça se predispuseram a receber cidadãos dispostos a contribuir com os socorros à causa francesa.⁹¹

A atuação dos republicanos nos esforços de criar uma comissão, com tal propósito, ocorreu ao lado dos liberais, organizados em torno do jornal *A Reforma*. Na ocasião, o posicionamento dos republicanos da Corte, no que diz respeito ao conflito entre a França republicana e o Reino da Prússia, esteve explícito. Se dirigem aos franceses lhes tratando por “nossos irmãos da França”:

Acedendo no convite que tivemos a honra de dirigir-lhes, reuniram-se vários de nossos distintos colegas na sala de nossos trabalhos e deliberaram nomear uma comissão que ficasse encarregada de organizar uma grande reunião popular, onde se solicite o auxílio público em favor dos nossos irmãos da França, hoje em desgraça. A comissão ficou composta dos seguintes srs.

Dr. Prado Pimentel pela redação da Reforma.

Gonzaga pela redação do Diário do Rio de Janeiro.

A. Pinto Correa Júnior pela redação do Guarani.

Flávio Famèse pela redação da República.

Oportunamente daremos notícia do dia da reunião e dos oradores inscritos para falarem da reunião.⁹²

Eles entenderam que a vitória germânica na guerra significava o fim do “imperialismo napoleônico” na Europa e o início de outro: o dos Hohenzollern. Acreditaram ser o bombardeamento de Paris “uma devastação friamente premeditada e tem objetivo semear o terror na povoação civil.”⁹³ O questionamento feito à esmagadora vitória da Prússia no início do conflito recaía sobre o fato de o Rei prussiano insistir em avançar sobre uma Paris considerada “a capital do mundo moderno”, a despeito da derrota e do aprisionamento do Imperador dos franceses pelos exércitos de Bismarck. Desse modo, a ambição do futuro Guilherme I foi instrumentalizada para atacarem a Monarquia, enfatizando um presumido caráter belicoso e ambicioso.⁹⁴

Em *O Princípio da resistência* associam a oposição de um povo à invasão estrangeira com a resistência à tirania. Tratam de associar a situação do Brasil com a da França. Se a República Francesa resistia ao avassalador avanço das tropas do Rei Guilherme sobre Paris, no Brasil, não se podia permitir à Monarquia destruir o princípio de resistência do povo brasileiro:

⁹¹ BOCAIÚVA, Quintino et alii. Subscrição Popular. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 31, 11 fev. 1871. A República, p. 1.

⁹² SOCORRO aos franceses vítimas da guerra. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 32, 14 fev. 1871. A República, p. 1. A mobilização pode ser verificada nas correspondências diplomáticas trocadas entre o Presidente da Legação Francesa no Rio e o seu chefe, o Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Terceira República em Paris. A respeito, ver: HOCMELLE, Paul. **[Correspondance Politiques Brésil]: Secours aux victimes française de la Guerre**. Destinataire: Joseph- Arthur Gobinau (Comte de). Rio de Janeiro, 20 jan. 1871, Microfilm. Vol. 43, p. 118. Na seção notícias diversas da edição do dia 14, temos a seguinte informação: “O produto da conferência do Sr. Salvador de Mendonça no Teatro Fênix foi em nome do Club Republicano, oferecido às vítimas francesas da guerra que a pouco se findou. Vai ser entregue à caixa francesa de subscrição permanente a quantia arrecadada”.

⁹³ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 32, 16 fev. 1871. Notícias da Europa, p. 1.

⁹⁴ *Ibidem*.

Um povo que resiste à invasão estrangeira de um inimigo do mesmo modo que uma corporação política resiste à usurpação das faculdades que são a própria essência da sua vida, não fazem ato de rebelião, porque não há rebeldia contra a violência e a opressão, faz ato de civismo e hombridade em defesa da sua soberania. Contra o princípio da resistência só se concebe outro princípio ativo, o princípio da tirania. A submissão de um povo livre à autoridade executiva do governo não é senão a obediência às leis, que o mesmo povo fez. **Entre nós a escola monárquica tem não somente destruído, mas também desmoralizado o princípio da resistência** (grifo nosso). Negar à sociedade o direito de resistência à pressão da tirania e da força fora condená-la ao suicídio, à negação da sua própria existência.⁹⁵

O exemplo republicano de resistência do povo parisiense foi utilizado numa releitura da história nacional. Apontam que o povo brasileiro também já havia aplicado o mesmo princípio contra um Rei, recorrendo à Revolução:

A resistência não é somente um direito é também um dever [...]. Desde que se inverteu a colocação da pirâmide, desde que a soberania passou do povo para o monarca, só este tem o direito de resistir, tendo aquele à obrigação de obedecer. O inverso só ocorreu na revolução de 7 de abril.⁹⁶

A próxima subseção explora o segundo momento da discussão do processo francês pelo campo republicano brasileiro. Ela abrange edições d'*A República* de março a maio, se estendendo a meados de 1871. O movimento insurrecional *communard* eclodiu em Paris, e, inicialmente, a repercussão ocorreu em meio a uma silenciosa, mas atenta opinião. Os republicanos brasileiros expressaram posicionamento somente após a repressão sangrenta do terceiro movimento revolucionário do Oitocentos francês.

8.1.2 A Comuna de Paris sob o ângulo d'*A República*: o dilema liberal “*Reforma ou Revolução*” em meio ao silêncio face à violência revolucionária

Do anúncio oficial do Armistício (28 de janeiro) à vitória monarquista nas eleições para a Assembleia Nacional (08 de fevereiro), seguida pela nomeação de Thiers à condição de “Chefe Executivo da República”, em Bordeaux (17 de fevereiro)⁹⁷, os republicanos da Corte do Rio de Janeiro estiveram, a princípios de março, diante de uma opinião da imprensa estrangeira a considerar morto o “culto” napoleônico na França. Discutia-se na Europa qual forma de governo o agitado país deveria adotar.

Na sessão *Imprensa Europeia*, temos o seguinte ponto de vista formulado em Londres:

Evidentemente o primeiro passo deverá ser a criação de um governo que legitimamente represente o povo francês. **O culto napoleônico está morto assim como o culto dos reis** (grifo nosso). Entretanto, qualquer que seja a forma de governo que a França adote, temos esperança de que lhe proporcionará uma longa carreira de liberdade e paz.⁹⁸

⁹⁵ O PRINCÍPIO da resistência. **A República**. Tipografia da República, Ano I, n. 37, 25 fev. 1871. *A República*, p. 1.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ DELUERMORZ, Q. *Le crépuscule des révolutions 1848-1871...*, p. 382; HOUTE, A.-D. *Le triomphe de la République, 1871-1914...*, p. 399.

⁹⁸ AS CONSEQUÊNCIAS da paz. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 42, 09 mar. 1871. *Imprensa Europeia*, p. 1.

Antes ainda do encerramento dos trabalhos para o acordo de paz com Alemanha, os republicanos brasileiros sabiam da movimentação que teve por fim convocar uma constituinte francesa.⁹⁹

Os passos finais de conclusão do acordo foram noticiados em meados do mês de março de 1871. As notícias lhes faziam supor a existência de grandes chances para que a República fosse definitivamente implantada: “Está em vias de conclusão o tratado de paz entre França e Alemanha, e com este desfecho da guerra franco-prussiana há toda a probabilidade de firmar-se a república em França.”¹⁰⁰

Lembremos que tal garantia só podia ser vista como trunfo para as ideias a serem promovidas no Império do Brasil. Vislumbravam no sucesso da “ideia democrática”, do outro lado do Atlântico Norte, a possibilidade de êxito da causa a ser defendida no centro político e institucional da Monarquia dos Braganças.¹⁰¹ Devemos pontuar que, a partir de então, uma peculiaridade nos passou a chamar a atenção: a ausência de notícias sobre a insurreição comunalista de Paris, iniciada em 18 de março. Como veremos, a peculiaridade chegou, até certo ponto, a ser uma constante nas edições tratadas a seguir.

O movimento *Communard* nasceu numa conjuntura baseada em tripla desilusão – patriótica, republicana e municipalista. O primado do movimento não coube à cidade de Paris de 1871. Historicamente, assentou raízes na experiência da Comuna revolucionária do Ano II, da Primeira República e do período do Terror. Ideologicamente era herdeiro das revoluções anteriores. E mais, a Comuna de 1871 havia sido proclamada com antecipação em Marseille, Saint-Étienne e em Bordeaux. Malgrado a falta de primazia, as experiências de maior ressonância daquele ano ocorreram de fato na capital.¹⁰²

Uma vez deflagrado, o movimento resultou na constituição de um inédito governo operário, cuja duração se estendeu a maio, setenta e dois dias ao todo. O projeto comunalista de socialismo associativista se inspirou em textos que iam desde Joseph Pierre Proudhon, Pierre Leroux, Théodor Dezamy, Charles Renouvier, Constantin Pecquer, à tradição jacobina francesa dos escritos de Robespierre. Pôde contar com imprensa própria, o *Journal Officiel de la Commune*, *Le Cri du Peuple* e *Le Père Duchêne*.¹⁰³ A Revolução popular parisiense, e de outras regiões, se constituiu em levante contra disposições preliminares do tratado de paz, assinado pelo conservador governo de Thiers, surgido com o Pacto de Bordeaux. Igualmente, foi reação contra o caráter predominantemente monarquista e católico assumido pela Assembleia recém-constituída.¹⁰⁴

⁹⁹ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 43, 11 mar. 1871. Notícias da Europa, p. 1.

¹⁰⁰ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 45, 16 mar. 1871. Notícias da Europa, p. 1.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² DELUERMOZ, Q. 1871. À la croisée de chemin, une nouvelle république? In: **Le crépuscule des révolutions 1848-1871...**, cap. X, pp. 307, 331-332.

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 336-338, 341.

¹⁰⁴ A eclosão da Comuna em março foi desencadeada pelas primeiras decisões da conservadora Assembleia Nacional eleita. Ela revogou a moratória dos alugueis e efeitos de comércio, estabelecidos desde agosto de 1870. Tal medida aumentou a indignação entre artesãos, trabalhadores e a pequena e média burguesia parisiense. Além disso, por decisão de Thiers, a Assembleia que se preparava para deixar Bordeaux,

Dede março de 1871, aquela considerada pela historiografia como terceira e última Revolução do Oitocentos francês¹⁰⁵ não é encontrada noticiada nas páginas d' *A República*. Na seção *Notícias da Europa* de 04 de abril, lê-se: “A França conserva-se em paz. O general *Paladine*, ao assumir o comando dos guardas nacionais, publicou uma declaração dizendo que há de reprimir energicamente qualquer tentativa de distúrbio.”¹⁰⁶

No tom das notícias veiculadas, o conflito é de todo amenizado: “Há insurgentes entrincheirados em *Montmartre* e *Belleville*, mas não alteram a ordem. Tolain propôs em assembleia nacional a derrogação das leis que restringem a liberdade de associação.”¹⁰⁷ Apenas em abril, os percalços pelos quais passava o início de implantação da República, diante do quadro de insatisfação e de violência popular, veio tornar-se objeto exclusivo da atenção, numa das seções do jornal:

Os parisienses julgam-se traídos, pois veem de um lado o governo provisório da república incerto e vacilante nas medidas que deve tomar e do outro uma assembleia desprestigiada que se tem mostrado digna do despeito da França e da Europa, pela sua incapacidade e pelo seu espírito metucioso e covarde de que tem dado tantas provas. De modo, que a França continua em guerra.¹⁰⁸

A discussão sobre a guerra acompanhou pontos de vista tímidos. Um artigo de autoria de Padre Jacinto, proferido em discurso na Inglaterra, trouxe estupefação diante dos fatos: “Há quase cinco meses que a Europa assiste ao mais formidável choque dos tempos modernos.”¹⁰⁹ No anseio pelo retorno da paz ao Velho Continente, o prelado tenta explicar os esforços de uma Inglaterra que não conseguiu evitar a guerra, mas fazia “pródigos” esforços para diminuir os horrores provocados. Na edição em que foi publicada o artigo, a linha editorial enfatizou: “Na França continuam os sucessos da guerra civil sem novidade de maior monta”.¹¹⁰

Observemos que os redatores sabem da ocorrência da Comuna, do conflito travado entre o Governo de A. Thiers e os *Communards*, porém, as notícias divulgadas ao público são escassas. Tal abordagem faz entender que pouca mudança havia ocorrido na conjuntura francesa de guerra civil. Diante do comportamento editorial, perguntamos: houve receio face a uma possível associação direta da forma republicana de governo com a Revolução disruptiva em curso na Europa, algo que poderia ser alardeado negativamente pela situação monarquista no Brasil?

rumo à Paris, foi instalar-se em Versalhes. Imersa num crescente ódio popular, Paris estava às vésperas da Comuna “descapitalizada” e fortemente humilhada. Os primeiros combates físicos, entre forças oficiais do Exército da República e membros da Guarda Nacional, ocorreram no bairro de Montmartre. A seguir se espalharam de Belleville à Bastilha, locais onde apareceram as barricadas. O movimento de conquista se deu do norte para o sudeste, rumo ao centro da capital parisiense. Rapidamente as forças insurgentes ocuparam a Prefeitura, o Ministério da Justiça e o Hotel de Ville. O último foi transformado em sede do Comitê Central da Comuna (DELUERMOZ, Q.1871. À la croisée de chemin, une nouvelle république? In: *Le crépuscule des révolutions 1848-1871...*, cap. X, pp. 331-333).

¹⁰⁵ A respeito da discussão sobre a natureza política, econômica, social e histórica da Comuna de Paris, sugerimos: JR., Armando Boito (org.). Comuna republicana ou operária? A tese de Marx posta à prova. In: *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Xamã, 2001, pp. 47-66.

¹⁰⁶ *A REPÚBLICA*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 53, 04 abr. 1871. Notícias da Europa, p. 1.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ *A REPÚBLICA*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 60, 22 abr. 1871. Notícias da Europa, p. 1.

¹⁰⁹ FRANÇA e Alemanha. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 70, 16 mai. 1871. Notícias da Europa, p. 1.

¹¹⁰ *Ibidem*.

No âmbito dos líderes da militância, não é possível estabelecer um consenso a respeito. Vejamos os motivos. No momento em que o novo regime francês enfrentava reveses da Comuna, um dos percalços para assentar-se institucionalmente de modo definitivo, um destacado membro do Partido associou a República à Revolução. Na quinta conferência popular, realizada por Miguel Vieira Ferreira, no dia 14 de maio, no Teatro Ginásio, temos interessante declaração. Ao tratar do tema “Justiça”, o conferencista asseverou que no dogma trinitário da Revolução Francesa se assentava os princípios da República: “Quis ocupar-me da Justiça, ideia que deveria estar profundamente gravada no coração humano, que é o fundamento da divisa que tem de um lado – Deus e meu direito, e do outro – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – ideia sobre a qual se baseiam todos os princípios republicanos.”¹¹¹

Porém, na qualidade de membro do Partido e redator d’*A República*, houve quem, talvez por precaução, reprovou os acontecimentos em França e veio a público falar por seus pares. É o caso convicto do líder da corrente reformista-evolucionista, Quintino Bocaiúva. Na sexta conferência no mesmo Teatro Ginásio, ao falar dos problemas culturais dificultantes da empresa republicana no Brasil, tal como o elevado índice de analfabetismo da população, tratou de argumentar sobre “Liberdade”: “A grande lei que eu vejo reger tanto a expansão dos homens como a expansão dos produtos naturais, é a lei da liberdade. E a liberdade é o fundamento da democracia, é a própria essência da ideia republicana.”¹¹²

A resistência contra o avanço do Republicanismo só poderia ser combatida de dois modos: “restituindo a plena soberania ao povo e educação das massas.”¹¹³ Somente assim, a “Liberdade” devolvida ao povo poderia ser empregada na promoção do bem comum. Ele mira o argumento de adversários que recorriam ao exemplo da França, de primórdios da Terceira República, para denegrirem a causa pela qual lutava:

A vista do desgraçado espetáculo que oferece ao mundo a França agonizante, eu bem vejo que os reacionários de toda a parte batem palmas e esfregam as mãos de contentes, confundindo uma guerra social com uma revolução política. E dizem: Vede o que são os republicanos! Querem destruir a religião! A autoridade! A família! A propriedade! São os proletários que querem apossar-se dos bens dos ricos! É a guerra dos que nada tem contra os que possuem alguma coisa!”¹¹⁴

O republicano fluminense oferece ao público um modelo liberal e conservador de República, digamos uma República capaz de conciliar “Liberdade” com “Ordem”. Por extensão, um modelo capaz de manutenção da propriedade privada, numa perspectiva antissocialista. Em favor da propaganda, minimiza os impactos negativos causados pelo conflito encarniçado entre o governo de Adolphe Thiers e os *Communards*, numa França ainda sob ocupação alemã:

¹¹¹ DISCURSO do Dr. Miguel Vieira Ferreira. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 73, 25 mai. 1871. Conferências Populares, p. 2.

¹¹² DISCURSO do Sr. Quintino Bocaiúva. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 76, 01 jun. 1871. Conferências Populares, p. 2.

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ *Ibidem*.

Direi, contudo, senhor, que nem eu nem meus correligionários podemos aplaudir esses atos de recíproco delírio que estão cavando, mais fundo ainda, o abismo em que foi despenhada a França. O nosso republicanismo tem outra origem, segue outra marcha. Queremos a ordem social. Quanto à propriedade, enfim, queremos, sem dúvida, a sua subdivisão, mais como uma condição econômica do que como uma lei absoluta. Porém, o princípio da subdivisão do trabalho e essa doutrina profundamente democrática já estão impostos, pela necessidade, às próprias constituições monárquicas.¹¹⁵

Para aquele que era à época mentor intransigente da perspectiva reformista pacífica e legal, de substituição da Monarquia pela República no Brasil, o ataque contra a propriedade privada, promovido pelo governo revolucionário da Comuna de Paris, era inaceitável: “A propriedade, senhores, é legítima, é sagrada porque representa o trabalho humano, e o trabalho é mais do que uma lei econômica, é a grande lei moral que rege as sociedades modernas e que as firma na base sólida e perdurável da prosperidade comum.”¹¹⁶ Nesse sentido, entende como legítima toda riqueza derivada como produto do trabalho.

Diferentemente do correligionário fluminense, o sul-rio-grandense Francisco Cunha sustentou visão otimista e elogiosa da Comuna; fato de curta duração, mas suficiente para acirrar os ânimos político-ideológicos de uma França republicana ainda sob ocupação prussiana. Demonstramos no capítulo décimo que o futuro redator-chefe da folha carioca veio ser porta-voz da proposta revolucionária para resolver a questão sobre a forma de governo apta a reger o Brasil.

Sua opinião apareceu em tom quase poético. O objetivo foi o de refutar argumentação negativa recebida sobre a Comuna, por via de correspondências da Europa, endereçadas ao país:

Chegam-nos de Paris ecos pavorosos. A comuna levantou estandarte vermelho, chamou a seu grêmio os oprimidos de todos os povos, organizou exércitos formidáveis, dá batalhas e derruba privilégios. As correspondências da Europa, dirigidas ao Brasil, regurgitam de injúrias e de invectivas contra a demagogia, contra o império da vil canalha.¹¹⁷

Em defesa do movimento “responsável por ter concebido a república no mundo moderno”, isto é, a própria Revolução, Francisco Cunha procura desconstruir a associação que atrelou a Comuna à anarquia. A Comuna de Paris era, em seu entender, a continuidade do movimento que levaria à evolução:

Enquanto alguns morrem ignorados outros se recheiam com os proventos da conquista. Os privilegiados se mantêm no poder fazem as guerras internacionais, sufocam as aspirações das classes que lhes servem de pedestal. Em outro campo estão todos maltrapilhos, atordoados tanto pela miséria quanto pelo sofrimento. A sociedade pode ter melhor organização, a igualdade não é uma utopia. O que ninguém de boa-fé pode ver e menos afirmar, sob pena de afirmar uma falsidade, é que os revolucionários de Paris sejam uma malta de assassinos, de bandidos, de ladrões, de bêbados, de todos os países da Europa, combinados para lançar a França e a mesma Europa no caos da anarquia, do latrocínio, da mais pavorosa inversão política, moral e social. A revolução de

¹¹⁵ DISCURSO do Sr. Quintino Bocaiúva. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 76, 01 jun. 1871. Conferências Populares, p. 2.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ CUNHA, Francisco. A Revolução de Paris. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 82, 15 jun. 1871, p. 1.

Paris é a continuação, através dos séculos, desse movimento constante carreira, que a deve conduzir a evolução.¹¹⁸

Ao estudar a análise de Francisco Cunha sobre a Revolução Francesa de 1871 e seus desdobramentos na França, Helga Piccolo ressalta a repercussão causada pelo posicionamento pró-revolucionário do agente. Pontua que não foi sem razão terem os adversários lhe acusado de “socialista”, ao ‘querer inverter a ordem social’ em defesa do proletariado, e, por extensão, do direito do povo de ir à Revolução.¹¹⁹ No caso apresentado em particular, o posicionamento ideológico do correligionário é compreendido em função do teor das notícias trazidas da Europa. A reação ao enviesamento desfavorável dado à Comuna sobressai a uma mera tentativa de pregar o Socialismo.

Na seção do editorial da mesma edição, os republicanos brasileiros deram ao público o conhecimento da derrota dos *Communards*:

Empenhou-se finalmente o fatal duelo entre as forças de Versalhes e as forças insurgentes de Paris, sendo esta capital ocupada à viva força pelas tropas regulares. Paris já não é Paris, mas um acervo de ruínas, de cadáveres e de sangue. A comuna está vencida. Resta saber se a vitória pertencerá de agora em diante a um princípio ou a outra facção.¹²⁰

Percebemos que, do momento da eclosão do movimento revolucionário operário, em Paris, ao seu eclipse, poucas foram as notícias veiculadas pela folha. Informações divulgadas sobre o conflito, entre forças oficiais da República e os *Communards*, são esparsas, superficiais e noticiosas. Não aprofundam no conflito. Somente na fase de repressão ao movimento, como constatamos nas edições de maio a junho de 1871, começam a aparecer posicionamentos de ativistas da propaganda.

As falas de Miguel Vieira, Quintino Bocaiúva e Francisco Cunha revelam que a opinião republicana no Brasil não era monolítica referente ao processo de implantação da Terceira República. Tal divergência parece ter refletido o embate de propósitos perseguidos pelas diferentes facções em luta pelo poder na França. Notícias da experiência dramática da França Republicana dos anos de 1870 chegaram ao Império do Brasil. Foram filtradas pela crítica expressa no posicionamento dos que defendiam a Reforma e dos que defendiam a Revolução para implantar aqui a República.

Um unísono e enérgico posicionamento de defesa da Comuna de Paris aparece sustentado apenas em *Pas trop de Zéle*. O artigo expressa forte reação contrária do editorial à postura de um Deputado ao ter apresentado uma moção (proposta) ao governo imperial para que esse felicitasse o governo republicano francês pelo massacre da Comuna de Paris. Na reação, denuncia-se a parcialidade da imprensa pró-governo da Corte na cobertura dos fatos:

Na câmara temporária apresentou o Sr. João Manoel Pereira da Silva uma moção para que se felicitasse o governo francês pela queda da comuna de Paris. Não podemos deixar sem reparo essa expansão de fervor monárquico e enfezado obscurantismo por parte dos que se dizem ou acreditam

¹¹⁸ CUNHA, Francisco. A Revolução de Paris. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 82, 15 jun. 1871, p. 1.

¹¹⁹ PICCOLO, Helga I. L. A Crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. **História Unisino**. Vol. 14. Nº 1 - janeiro/abril de 2010, p. 28.

¹²⁰ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 82, 15 jun. 1871. Notícias da Europa p. 2.

órgãos legítimos do povo brasileiro. Não, o povo brasileiro a quem a imprensa retrógrada se incumbe de transmitir com meditada parcialidade as cenas cruentas de uma guerra civil, condena os excessos da revolução de Paris, mas sabe que eles são a explosão do direito postergado aberto pela mão popular na densa camada de opressão e despotismo que ainda hoje esmaga nacionalidades inteiras. Dizem que os comunistas da França não respeitaram o direito sagrado da propriedade, mas esquecem-se que o próprio imperador [Referência a D. Pedro II] já fez isso.¹²¹

Nas páginas d' *A República* seguiu manifesta a ocupação do meio republicano da Corte com o pedido feito por políticos do Império para que o governo monárquico brasileiro saudasse o governo de Thiers (o governo de Versalhes) pela vitória sobre os *Communards* parisienses.¹²² Os redatores nos dão detalhes da indignação contra Deputados monarquistas, satisfeitos com o massacre promovido pelas tropas do Governo sediado em Versalhes:

Que alguns dos idólatras do atual regime façam as manifestações do estranho júbilo com que as monarquias da Europa acolheram o ruído sinistro dos desastres de Paris, não é coisa de estranhar. O que motiva as nossas reflexões, o que exige o nosso protesto, é o modo como correu o debate de tão delicado assunto. A palavra comunista leva consigo um estigma. Não é esse o caminho da política sincera.¹²³

O momento de júbilo de Deputados monarquistas, satisfeitos com a represália contra os comunistas franceses, é o mesmo em que os republicanos insinuaram oportunamente uma tomada do poder diante da ausência do Imperador, em viagem pela Europa. Apontam que seria um bem se tomassem a regência, destituindo a Regência de D. Isabel: “A ausência do imperador é um bem e o seria completo se nós compreendendo os nossos direitos e os nossos deveres, fizéssemos também ausentar-se a regência e assumíssemos a direção dos negócios.”¹²⁴

Uma vez conhecida a derrota do movimento revolucionário francês, em *A Missão do Partido Republicano*, artigo da autoria de Théodore Karcher, os republicanos apresentaram ao público a primeira análise da situação pós-Comuna. A partir de então, encontraram na França republicana situação familiar: apareceu no país europeu a “Questão do Regime”, em meio ao desfecho da guerra civil fratricida que lhe arrastou, ainda sob ocupação alemã.

Eles transmitem a imagem de uma opinião a considerar a República na França à beira de um “verdadeiro abismo”. Há a tentativa de denunciar o regime das delações, as prisões ilegais e execuções sumárias, todas ocorridas no “coração da civilização ocidental”. Em meio ao caos, a “Questão do Regime” estava posta: “Ao partido republicano, tão poderoso nas cidades, cabe reagir contra essa emoção pungente, e resguardar a França de uma nova usurpação que seria para logo seguida de uma nova revolução. Se a nossa voz não encontrar eco, a república cai e a França se tornará ainda mais desgraçada.”¹²⁵

¹²¹ PAS TROP de Zéle. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 87, 27 jun. 1871. *A República*, p. 1.

¹²² AS FELICITAÇÕES de Versalhes. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 90, 04 jul. 1871. *A República*, p. 1.

¹²³ AS FELICITAÇÕES de Versalhes. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 92, 08 jul. 1871. *A República*, p. 1.

¹²⁴ VIAGEM Imperial **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 97, 20 jul. 1871. *A República*, p. 1.

¹²⁵ KARCHER, Th. A missão do partido republicano. *Courier de l' Europe* apud *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 92, 08 jul. 1871. *A República*, p. 3. Théodore Karcher (1821-1885) foi jornalista francês, redator do *Jornal Républicain des Ardennes* (1848).

A expectativa dos republicanos brasileiros, em relação à experiência francesa, melhorou somente em julho, quando divulgaram os resultados das eleições parciais à Assembleia Nacional. Constataram o sucesso republicano: “As últimas notícias que nos chegam fazem-nos esperar a consolidação da democracia pura no solo francês. O resultado das últimas eleições, que acabam de dar maioria aos sustentadores da política de Thiers e, dentro de Paris, deram uma cadeira na representação nacional a Leão Gambetta.”¹²⁶

Frisamos que aos republicanos brasileiros na Corte muito lhes interessava o êxito da implantação da República em terras do Velho Continente. Afinal, era a confirmação da crença alimentada quanto à predestinação dessa forma de governo em substituir a Monarquia. Quando tentava se consolidar na França, a República despontou na Espanha e foi alvo de linchamento no Brasil. Tais ocorrências constituem o assunto da próxima subseção.

8.1.3 Sobressaltos da República no mundo latino euro-americano: estabilidade na França, nascimento na Espanha e tentativa de empastelamento no Brasil

Intencionalmente, nessa subseção não distinguimos República enquanto instituição de “República” enquanto ideia. Assim optamos, pois, o Brasil da década de 1870, diferentemente de França e de Espanha, não passou por experiência equivalente cuja resultante fosse a alçada do Movimento Republicano, de cultura política dissidente e oposicionista, à condição de governo. Na esteira do dilema liberal “Reforma ou Revolução”, damos sequência à apropriação de ideias e de fatos da Terceira República Francesa pelos homens da propaganda brasileira, por meio da folha carioca *A República*. Tratamos agora da terceira fase da discussão. Ela se estende de edições selecionadas de meados de 1871 a janeiro de 1874.

Em meio à Guerra Civil, a 10 de maio foi assinado o Tratado de Frankfurt. À França foram impostas bilionária indenização por danos de guerra à Alemanha e cessão do território da Alsácia-Lorena. Ultrajados, os franceses tiveram ainda de assistir à Coroação de Guilherme I e à Proclamação do II Reich, em pleno Palácio de Versalhes. No condizente ao número de vítimas do massacre da chamada *Semana Sangrenta*, há debate na historiografia. Há estimativas a apontarem para dezenas de milhares, entre civis e militares. Para os últimos, contam-se elementos do exército sob ordens de Thiers e o exército da Comuna, a Guarda Nacional.¹²⁷

Passada a atroz repressão, o governo emplacou um processo propenso a reconstruir o país. Para isso, foi necessário assegurar a estabilidade institucional de um regime conservador, que se tornaria politicamente republicano apenas com a vitória no escrutínio de 1876, para o Senado e a Câmara dos Deputados.¹²⁸ No correr do processo esteve a necessidade de definir os poderes do Presidente e da Assembleia; o julgamento de líderes da Comuna; as negociações para

Na imprensa republicana francesa, foi colaborador da *République Française*, cronista da *Petite République Française*. Para mais informações, consultar:

<https://www.medias19.org/outils-et-ressources/index/journalistes/theodore-karcher>. Acesso em 03 set. 2022.

¹²⁶ A REPÚBLICA em França. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 99, 25 jul. 1871. A República, p. 1.

¹²⁷ DELUERMOZ, Q. 1871. À la croisée de chemin, une nouvelle république? In: **Le crépuscule des révolutions 1848-1871...**, pp. 356-360.

¹²⁸ HOUTE, A-D. Sept ans de Fondation (1871-1878). In: **Le triomphe de la République ...**, chapitre I, p. 37.

a evacuação do território sob ocupação militar prussiana; o desenvolvimento de uma política de créditos. Paralelo ao esforço de reabilitação nacional, a República teve de enfrentar anseios de restauração, da parte das direitas monarquistas, e o avanço do Catolicismo ultramontano.

Por meio da *Loi Rivet*, em 31 de agosto os poderes Adolphe Thiers foram definidos e ele se tornou definitivamente o primeiro “Presidente da República”; mas a natureza precisa do regime permaneceu incerta.¹²⁹ Da Corte imperial do Rio de Janeiro, os republicanos brasileiros acompanharam, com muito interesse, o andamento do processo francês de construção de uma República liberal e, ao mesmo tempo, conservadora.

Na edição 104 do mês de agosto afirmam: “As últimas notícias da Europa trazem-nos a certeza da consolidação da república em França.”¹³⁰ Informações transcritas do *Jornal do Comércio* de Lisboa lhes apontam o sucesso das últimas eleições preliminares e aproximação de dois grandes líderes, A. Thiers e L. Gambetta: “efetivamente triunfaram quase em todos os círculos as candidaturas republicanas mais ou menos moderadas. A aproximação de Gambetta e Thiers enche de satisfação a França, que no velho e leal patriota e no moço e enérgico democrata vê consorciadas as suas aspirações livres.”¹³¹

Dando destaque ao discurso em que L. Gambetta afirmava ser “preciso acabar a revolução” e “só pensar na França”, por meio do *Siècle* destacam o líder radical a se posicionar em favor da “revolução pelas ideias”: “Já dissemos depois da primeira leitura, e repetimo-lo hoje com a mais profunda convicção: é o manifesto republicano mais brando e mais sensato, é o discurso mais eloquente que se pode ler a favor da instrução em todos os graus, da dupla educação do espírito e do corpo”. As notícias fazem crer numa França a ressuscitar na medida em que a República institucionalizada ensaiava acomodação política.¹³²

Doravante, a defesa da República no Brasil passava a contar com êxitos paulatinamente alcançados no campo francês, pois constituíam certeza de que “A tendência universal é para a república.”¹³³ A Monarquia deveria ser considerada forma ultrapassada de governo: “Não nos iludamos, a realeza neste mundo já teve a sua época, começando a entrar, de 1789 para cá, no caminho da sua decadência. E é compreendendo esta verdade, que os homens ilustres patriotas da Europa procuram tornar a forma republicana uma realidade, como se vê atualmente na França.”¹³⁴

Em meio ao processo de (re-) construção da República Francesa, os agentes brasileiros encontraram, na opinião de Émile Girardin (1806-1881)¹³⁵, proposições defendidas no *Manifesto de 1870* para a organização da forma de governo desejada. O jornalista, publicista e político francês foi crítico das peripécias enfrentadas pelo sistema do seu

¹²⁹ DELUERMOZ, Q. 1871. À la croisée de chemin, une nouvelle république? In: **Le crépuscule des révolutions 1848-1871...**, pp. 382.

¹³⁰ A REPÚBLICA em França. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 104, 05 ago. 1871. A República, p. 1.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ibidem.

¹³³ OPINIÃO insuspeita. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 108, 08 ago. 1871, p. 1.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Sobre a atuação de Émile Girardin no desenvolvimento da imprensa na França, ver: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève [et al] (Dir.). **La civilisation du journal: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe Siècle**. Paris: Nouveau monde Éd., 2011, vol. 1, pp. 39-40.

país em boa parte do Oitocentos, alternando ora em Monarquia ora em República. Ele pergunta: “O que quer a França? Quer a República? Que República? Quer a Monarquia? Que Monarquia?”¹³⁶

Ao seu ver, as votações desde de abril de 1848 indicavam que o país não sabia o que queria para alcançar o êxito: “Será debaixo da forma republicana centralizadora? Foi ensaiada duas vezes, em 1793 e em 1848, e outras tantas vezes deu o contrário do que se esperava.”¹³⁷ A República do sufrágio só poderia ser exitosa sob a forma federal. Ele não aceita a associação entre “República” e “Revolução”, pois, entre ambas acreditava haver uma ‘pedra de toque’, a “liberdade”. O modelo organizativo a ser seguido deveria ser o estadunidense e o suíço:

Se a república centralizadora não pode nunca suportar a experiência da liberdade, é porque evidentemente não passa de um pseudônimo da revolução e aí ao contrário da liberdade não é nenhuma outra parte tão completa e tão bem garantida como nos Estados Unidos e na Suíça, onde a república federal conta séculos de existência.¹³⁸

Se na opinião de É. Girardin a República centralizadora francesa não servia de modelo do ponto de vista organizacional, ao menos o país continuava a ser a centelha ideológica, o fermento da difusão do Republicanismo, das ideias democráticas, da liberdade para todos os povos. Incontestavelmente seguia como centro irradiador: “Todos os dias o exercício das instituições republicanas vem revelar mais uma face de sua incontestável superioridade sobre o regime monárquico. Ao vigor prodigioso dos princípios democráticos pede a França atual a sua miraculosa ressurreição.”¹³⁹

O ponto de vista de Girardin é sustentado pelos republicanos brasileiros, empolgados com a recuperação do país europeu sob a condução de A. Thiers: “Ainda perduram as oscilações do profundo abalo, por que passara a desgraçada França, e já as instituições republicanas, posto que mal seguras e incessantemente combatidas pela conspiração dos reis, geram a estabilidade e fazem renascer a confiança.”¹⁴⁰

Não foi por acaso os republicanos brasileiros terem recorrido ao pensamento reavaliador de Émile Girardin, para defenderem a necessidade de uma República organizada em molde federal. Sabiam dos resultados das eleições dos Conselhos Gerais, antiga denominação dos Conselhos Departamentais.¹⁴¹ Os republicanos franceses haviam obtido maioria frente à direita conservadora, dividida em bonapartistas e legitimistas.¹⁴²

Em meio à cobertura da Questão Acadêmica, detalhada no décimo primeiro capítulo, a redação do jornal publica carta em que Léon Gambetta responde ao sr. Corall, membro do Conselho Geral de Allier. O destinatário quis saber qual era a opinião do líder republicano acerca das eleições que há pouco haviam sido efetuadas e sobre qual

¹³⁶ GIRARDIN, Émile. O que quer a França. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 150, 11 out. 1871. Imprensa europeia, p. 3.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem, p. 4.

¹³⁹ DOIS regimes. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 158, 18 out. 1871. A República, p. 3.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ GODECHOT, Jacques. **Les Constitutions de la France depuis 1789**. Paris: Garnier Flammarion, 1979, p. 342.

¹⁴² GAMBETTA, Léon. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 174, 05 nov. 1871. Europa, p. 3.

procedimento deveriam adotar os eleitos da democracia nos Conselhos Gerais. Segundo o líder republicano, as últimas eleições teriam ocorrido de modo a impedir uma restauração monárquica. Era propósito da “reação” se valer das eleições gerais para “empurrar o partido republicano para fora da administração pública, de organizar e apressar, graças à combinação das influências locais sabiamente agrupadas, o próprio derrubamento da forma republicana; essas eleições vieram confundir todas as esperanças retrógradas.”¹⁴³

As eleições teriam retirado dos Conselhos Gerais, assembleias locais, a influência dos agentes do poder central, especificamente dos representantes da Monarquia deposta. Não podiam ser mais instrumentos dóceis nas mãos dos Prefeitos e dos agentes da restauração monárquica na França. L. Gambetta considerou as eleições democráticas, uma contribuição afirmativa da soberania popular. O resultado teria sido “um grande passo, talvez o maior que se tenha dado, para o estabelecimento e organização da república.”¹⁴⁴

Como demonstrado, havia na República europeia aspectos que, para os republicanos brasileiros, eram comuns ao debate público a ocorrer no Brasil. O país se encontrava em plena contestação republicana nos meios acadêmicos contra decretos interventores do governo do Gabinete do Visconde do Rio Branco: a questão da forma de governo, República ou Monarquia, e a descentralização do poder. Desse modo, as eleições dos Conselhos Gerais foram acompanhadas com interesse, pois tiveram efeitos significativos para a organização político-administrativa da República Francesa. Serviu de referência para a discussão a ocorrer por aqui. Elas foram “A primeira experiência do sistema descentralizador e, portanto, tão auspiciosa, quanto se podia desejar.”¹⁴⁵ A questão da forma do regime era uma chama acesa tanto no debate público no Império do Brasil quanto na Terceira República em França.

Da *Gazeta de Reynolds*, transcreveram a tradução de um artigo a abordar o estado de avanço do Republicanismo francês, do começo da década de 1870. A publicação discorre sobre a acirrada disputa pelo Trono na qual estavam envolvidos representantes e partidários de três casas dinásticas: bonapartistas, bourbons e orleanistas. As debilidades do governo republicano, sobre a presidência de Thiers, são reveladas. Inclusive a delicada relação entre o chefe do Executivo Nacional e o radical democrata Léon Gambetta. O *self-government* estaria ganhando força na República a dar seus primeiros passos.

Ativemos ao fato do quadro político geral do regime recém-instituído, pela primeira vez, ter ganhado uma análise densa nas colunas da folha. Os redatores intervieram comentando ou se posicionando no texto, de modo que o conteúdo traduzido foi transcrito na íntegra. Novamente constamos ter havido um repertório comum, compartilhado pelos republicanos brasileiros. Buscavam inserção num debate amplo, extra-fronteiriço, sobre formas de governo. Fosse na Europa ou nas Américas.

¹⁴³ GAMBETTA, Léon. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 174, 05 nov. 1871. Europa, p. 3.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 201, 05 dez. 1871. Europa, p. 3.

Percebe-se que a retórica ensaiada no jornal, as tópicas apresentadas, as desvantagens da Monarquia, a belicosidade, o privilégio, a corrupção, a concentração de poder, estavam inseridas numa tradição compartilhada pelas correntes de pensamento republicano, que iam desde *La Republica*, do Rio da Prata, Emilio Castelar, na Espanha, a Léon Gambetta na França.¹⁴⁶

O interesse pelos rumos da recente República Francesa era grande. Através do *Journal des Débats*, Louis Ratisbonne¹⁴⁷ lhes colocou a par da movimentação do governo republicano; da política creditícia, para indenizar a Alemanha. Ratisbonne fala de um sentimento desperto de forma súbita no ânimo nacional que estaria a se espalhar e a ganhar a consciência dos franceses. O objetivo era o de resgatar a França, invadida pela Alemanha, após a derrota em Sedan. Surpreender o mundo era necessidade para o país. Isso só poderia ocorrer através de um empréstimo, tomado pelo governo ao crédito nacional, para indenizar os alemães por danos de guerra. Há apelo à boa vontade e à união dos franceses para a causa.¹⁴⁸

A evacuação do território, por parte dos exércitos prussianos, cujo processo terminaria em setembro de 1873, também foi alvo de especulação dos republicanos brasileiros: “Na França o governo não cessa de se ocupar dos meios de apressar a evacuação do território por parte do exército alemão, mas nada pode fazer sem que tenha efetuado o pagamento da quarta prestação de meio milhão.”¹⁴⁹ Acompanharam o julgamento e a condenação dos envolvidos com a insurreição comunalista: “O conselho de guerra de Versalhes tem condenado 4. 242 comunistas, dos quais 36 à pena capital.”¹⁵⁰

Contudo, a ocupação era com a estabilidade da República, com a sua perenidade. Do *Jornal do Comércio de Lisboa*, a redação informou sobre a queda de Adolphe Thiers e a substituição pelo General Mac-Mahon (Duque de Magenta) na Presidência.¹⁵¹ Tal acontecimento refletiu na política interna de outros Estados, como Portugal e Espanha. A folha portuguesa deu destaque à disputa acirrada entre legitimistas, orleanistas e bonapartistas, pela posse do poder e para restaurarem o Trono. Do outro lado da corrida estavam os socialistas, responsáveis pela Comuna. Os republicanos se agrupavam em moderados e em radicais. Os primeiros, de postura conservadora, estavam ligados a Thiers. Já os radicais, estavam reunidos em torno de Léon Gambetta.¹⁵²

¹⁴⁶ O PROGRESSO do republicanismo em França apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 261, 08 fev. 1872. Imprensa Europeia, p. 3.

¹⁴⁷ Sobre vida e obra do escritor e bibliotecário estrasburguense Louis-Fortuné-Gustave Ratisbonne ver: <https://www.senat.fr/evenement/archives/leconte1/collegues/ratisbonne.html>. Acesso em 21 ago. 2019.

¹⁴⁸ RATISBONNE, Louis. A indenização de guerra. *Journal des Débats* apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 286, 05 mar. 1872. Imprensa Europeia, pp. 3-4.

¹⁴⁹ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 289, 08 mar. 1872. Europa, p. 3.

¹⁵⁰ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 302, 22 mar. 1872. Europa, pp. 3-4.

¹⁵¹ Coube ao Duque Albert de Broglie a responsabilidade pela articulação que levou à queda de Adolphe Thiers. O nobre teve por intenção reunir as direitas monarquistas em torno do nome dele (HOUTE, A-D. *Sept ans de Fondation (1871-1878) ...*, p. 30).

¹⁵² A SITUAÇÃO da França. *Jornal do Comércio de Lisboa* apud **A República**. A República. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 670, 27 jun. 1873. A República, pp. 2-3. A respeito das diversas tendências republicanas existentes na França, a partir de 1869, no final do Segundo Império, ver: NICOLET, Claude. *L'Éxil intérieur (1799-1870)*. In: **L'Idée républicaine en France (1789-1924)**. Paris: Éditions

A imprensa portuguesa deu aos redatores e ao público da folha carioca um parecer quanto à situação francesa: a República sobreviveria. A narrativa é otimista: “sim, sobreviverá, em meio a contraditoriedades, mas sobreviverá.”¹⁵³ O artigo apresenta aspecto propagandístico antimonarquista útil, já que responsabiliza a ação política dos monarquistas, em França, pelas revoluções e guerras às quais o país foi lançado desde 1830.¹⁵⁴

Os redatores da folha carioca expressaram opinião própria quanto à possibilidade de que uma das casas dinásticas ascendesse ao Trono. Atentos ao jogo complexo da política europeia, que, como sabemos, conduziu o continente à guerra total de 1914, em *Vantagens da Monarquia* sustentam que a reascensão do Trono poderia trazer nova guerra à França: “se o Conde de Chambord chegar ao trono, perde-se o reconhecimento da unidade da Itália e a guerra seria declarada tendo o rei Victor Emanuel por aliado o imperador Guilherme I.”¹⁵⁵ Porém, sabiam que uma união entre orleanistas e legitimistas já estava descartada.¹⁵⁶

Os receios despertados por rumores de uma provável restauração monárquica decorreram dos progressos da candidatura do Conde de Chambord. Ele era interpretado como representante do direito divino. E mais, havia entre facções monarquistas, orleanista e legitimista, em particular, o consenso de que somente um rei de raça real podia assegurar a “Ordem Moral”.¹⁵⁷ A restauração poderia sinalizar ameaça à Itália unificada, já que poderia confirmar a possibilidade de restituição dos territórios outrora sob jurisdição papal.¹⁵⁸

Arnaud-Dominique nos indica outubro de 1873 como marco do fracasso das tentativas de restauração monárquica na França.¹⁵⁹ Do pacote francês *Níger, A República* no Rio de Janeiro recebeu notícias da Europa cujo conteúdo descreve a impressão provocada pela carta do Conde de Chambord no ambiente político:

Ainda sobre a impressão causada pela carta com que o conde de Chambord, derrocando o castelo de intrigas elevado pelos monarquistas, veio mostrar a impossibilidade de uma restauração tão antinômica com o espírito da França atual, abriram-se no dia 5 as sessões da Assembleia Nacional Francesa.¹⁶⁰

Gallimard, 1994, Première partie, cap. IV, pp. 152-157. Acerca dos representantes de cada facção das direitas monarquistas, ver nota 59 do presente capítulo.

¹⁵³ A SITUAÇÃO da França. Jornal do Comércio de Lisboa apud **A República**. A República. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 670, 27 jun. 1873. A República, pp. 2-3.

¹⁵⁴ Ibidem.

¹⁵⁵ VANTAGENS da monarquia. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 747, 27 set. 1873. Crônica Política, p. 2.

¹⁵⁶ **A REPÚBLICA**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 747, 27 set. 1873. Notícias da Europa, p. 2.

¹⁵⁷ A Comuna foi um movimento insurrecional cujo programa político pregou a separação entre Igreja e Estado. Na luta contra a República sob o governo de Thiers, os *communards* sequestraram e executaram o Arcebispo de Paris, Monsenhor Darboy. Desde então, ganhou força na França, já sob os efeitos da Questão Religiosa do século, um pensamento conservador apoiado na moral religiosa católica e monarquista. A “Ordem Moral” se tornou política de governo com a chegada do General Mac-Mahon à Presidência, sob promessa de defesa dos valores religiosos e da autoridade. A República conservadora na França atingiu, assim, conformidade e expressão. Aliás, data dessa época a proposta de construção do monumento, considerado pelos republicanos, símbolo da reação clerical ultramontana, a Basílica do Sacré-Coeur, em Montmartre, bairro onde a Comuna foi deflagrada. A esse respeito, ver: HOUTE, A-D. *Sept ans de Fondation (1871-1878) ...*, pp. 41-45; BRULEY, Yves. **L'État et les religions au milieu du XIX^e Siècle**. In: *La laïcité française*. Paris: Éditions du Cerf, 2015, pp. 86-91.

¹⁵⁸ JORNAL do Comércio de Lisboa. A restauração monárquica em França apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 792, 21 nov. 1873. Notícias, p. 2. Ver também: JORNAL do Comércio de Lisboa. A restauração em França apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 797, 27 nov. 1873. Notícias, p. 2.

¹⁵⁹ HOUTE, A-D. **Le triomphe de la République, 1871-1914...**, p. 400.

¹⁶⁰ FRANÇA. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 797, 27 nov. 1873. Europa, p. 3.

A conjuntura de guerra externa, na qual a República foi proclamada com relativa pacificidade em França, guarda relação com a Revolução de 1868 na Espanha. O movimento revolucionário espanhol foi responsável por ter destronado a Rainha Isabel II e por ter inaugurado o período chamado Sexênio Democrático (1868-1874).¹⁶¹ Afinal, a corrida desencadeada pela sucessão do Trono espanhol vago envolveu interesses opostos de Otto Von Bismarck e de Napoleão III. Situação a resultar no imbróglio do Despacho de Ems, do qual surgiu o pretexto para que o chanceler alemão obtivesse a tão desejada declaração de guerra dos franceses.¹⁶²

No intervalo de anos do Sexênio Democrático, por meio de um processo constitucional promovido pelas Cortes espanholas, em 11 de fevereiro de 1873, a República – a Primeira – foi proclamada na Espanha, seguindo molde federal. O político e advogado barcelonense Estanislau Figueras (1819-1882)¹⁶³ foi eleito Primeiro Presidente. Para os Ministérios de Estado e da Governação foram indicados dois republicanos de renome: Emilio Castelar (1832-1889)¹⁶⁴ e Pi y Margall (1824-1901)¹⁶⁵, respectivamente.

Na ocasião, o único redator-chefe d' *A República* no Rio de Janeiro, Francisco Cunha, anunciou entusiasmamente a instalação do novo governo, logo após o Rei espanhol de origem italiana, Amadeu I (1870-1873), ter abdicado. O entusiasmo decorria do fato da proclamação ter ocorrido no maior país da Península Ibérica, sem comoção e sem violência.

Curiosamente, tal sentimento foi expresso da parte de quem, até então, havia atuado como porta-voz de uma possível saída disruptiva para resolver a “Questão do Regime” no Brasil: “VIVA A REPÚBLICA! VIVA A ESPANHA! Tal é o grito que hoje vem dos peitos republicanos. Sem comoção, sem abalo social, sem o derramamento de uma só gota de sangue, está felizmente instalado o governo republicano na Espanha.”¹⁶⁶ Do *Jornal do Comércio de Lisboa*, transcreveu todo o discurso do primeiro Presidente da República espanhola.

A redação d' *A República* teve também à disposição informações vinculadas por outra folha portuguesa, *O Diário Popular* de Lisboa. Nela, a experiência republicana francesa esteve fortemente presente na discussão da chamada “crise espanhola”. As catástrofes da guerra externa contra os prussianos, conjugadas com a guerra civil interna, teriam

¹⁶¹ Tratou-se de um período revolucionário na Espanha do século XIX de singular efervescência política. Diferentes projetos travaram lutas simbólicas nos espaços públicos em decorrência do aumento das liberdades vividas, desde então. Nesse quadro, sobressaiu a utilização intensa das ruas, tanto por republicanos quanto por monarquistas. A respeito, ver: COLLANTES, Sergio Sánchez. *Luchas simbólicas por el espacio público en el Sexenio Democrático: republicanos y monárquicos en las calles españolas, 1868-1874*. **Crisol**. Série numérique, nº 5, Université Paris Nanterre, pp. 203-219, 2019. (Tradução Nossa).

¹⁶² DELUERMOZ, Q. 1870-1871, l'année terrible: la France dans la tourmente..., pp. 308-311.

¹⁶³ Sobre vida e obras, ver: SAMPER, María de los Ángeles Pérez. **Estanislao Figueras y Moragas**. Real Academia de la Historia, 2018. Disponível em: <http://dbe.rah.es/biografias/9628/estanislao-figueras-y-moragas>. Acesso em 16 ago. 2019.

¹⁶⁴ Sobre a vida e obras, ver: CUENCA-TORIBIO, José Manuel. **Emílio Castelar y Ripoll**. Real Academia de la Historia, 2018. Disponível em: <http://dbe.rah.es/biografias/11398/emilio-castelar-y-ripoll>. Acesso em 16 ago. 2019.

¹⁶⁵ Sobre a vida e obras, ver: GARCÍA, Jorge Vilches. **Francisco Pi y Margall**. Real Academia de la Historia, 2018. Disponível em: <http://dbe.rah.es/biografias/9354/francisco-pi-y-margall>. Acesso em 16 ago. 2019.

¹⁶⁶ MANIFESTAÇÃO de regozijo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, Boletim, 28 fev. 1873. *A República*, p. 1.

forjado uma experiência traumática, marcante sobre as consciências ilustradas da época, particularmente as do país ibérico vizinho.¹⁶⁷

Até então, para os republicanos brasileiros, a França havia sido o modelo republicano a fornecer maiores demonstrações de arrebatamento e de radicalismo no campo político e social. Porém, o modo conservador e pacificador com que Adolphe Thiers manejava os negócios políticos do governo republicano serviu paulatinamente para arrefecer a negatividade emanada por tal imagem. Um tanto quanto desfavorável à recém-instituída República Francesa.

Ademais, a França vinha se constituindo numa experiência republicana vizinha, referência para a Espanha. Os principais nomes do Republicanismo espanhol encontravam-se, antes mesmo da abdicação do Rei de procedência italiana, em intenso contato com republicanos franceses. Haja vista a proximidade de E. Castelar com Léon Gambetta.¹⁶⁸

No que diz respeito à característica da abordagem desenvolvida pelo jornal carioca, sobre a proclamação da República na Espanha, nos chamou a atenção o viés editorial adotado por Francisco Cunha. Tal abordagem retratou o desfecho da “crise espanhola”, a abdicação do monarca e a mudança da forma de governo, como mudança política ocorrida dentro da constitucionalidade e da pacificidade.

O modo como o processo ocorreu no interior de um ambiente institucional, no qual se constituía o Parlamento espanhol – as Cortes –, a ausência de comoção nas ruas, a forma “resignada e honrosa” com a qual abdicou Amadeu I e sua condução para fora das fronteiras do país; a própria postura moderada noticiada acerca dos republicanos espanhóis. Todos esses detalhes mostram a característica do viés editorial ao qual recorreu Francisco Cunha para abordar a situação, no boletim da edição do dia 28. Certamente ele quis desconstruir a imagem radical emprestada à forma republicana de governo, especialmente por conta das experiências francesas, como apontamos anteriormente. Lembramos que diante do exemplo espanhol não havia nenhum modelo empírico precedente, de substituição da Monarquia pela forma republicana, cujo meio tivesse ocorrido através da via institucional-legal. A partir de fevereiro de 1873, a Espanha de Castelar se tornou uma garantia no âmbito do espaço latino euro-americano.

¹⁶⁷ MANIFESTAÇÃO de regozijo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, Boletim, 28 fev. 1873. *A República*, p. 1.

¹⁶⁸ Existem trabalhos recentes a investigarem tal proximidade. Em franco diálogo com a nova história política francesa, através de Marie-Agèle de Orobon e Maurice Agulhon, Sergio Sánchez Collantes estudou culturas políticas do Republicanismo espanhol a partir da produção simbólica. No componente transnacional de referências do movimento autóctone sobressaiu a predominância da tradição revolucionária do Republicanismo francês. Segundo o autor, passada a Revolução de 1868, ocorreu uma rica produção de símbolos republicanos que alimentaram o discurso visual de um projeto nacional alternativo. Existente durante o reinado isabelino, o conjunto simbólico produzido foi codificado no transcurso do Sexênio Democrático. Símbolos republicanos foram assimilados por homens e mulheres, promovendo a agitação do imaginário popular. O gorro frígio, as alegorias femininas, as bandeiras, tricolores ou não, a Marselhesa, foram os elementos mais visíveis da apropriação do legado simbólico da República Francesa, pelo campo republicano do movimento revolucionário espanhol. Em decorrência da brevidade da República de 1873, o autor sustenta que tal conjunto simbólico não foi completamente institucionalizado, tendo tido limitado uso oficial pelo governo. Por outro lado, foi amplamente instrumentalizado pelas municipalidades, ao ter desempenhado papel de destaque na socialização política do projeto republicano, em luta contra a Monarquia. Esse aparato simbólico teve melhor expressão no espaço público, constituído pelas ruas em numerosas cidades espanholas, entre os anos de 1868 e 1874. Desse modo, os símbolos de patente francesa contribuíram para a republicanização física, acústica e estética dos espaços públicos na Espanha do Sexênio. A esse respeito, ver: COLLANTES, Sergio Sánchez. *La construcción del republicanismo español en el Sexenio Democrático. Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea* (IH), nº 37, pp. 132-174, 2017. (Tradução Nossa). Ver também: COLLANTES, Sergio Sánchez. *Las alegorías republicanas en la España contemporánea: de la representación simbólica a las Mariannes de carne y hueso*. en *Iberic@l. Revue d'Études Ibériques et Ibéro-américaines*, nº 11, CRIMIC-Université Paris-Sorbonne, pp. 33-48, 2017. (Tradução Nossa).

Ao ter em vários momentos recorrido à tópica revolucionária para incitar, no debate, a necessidade de reformas no Império do Brasil, nos perguntamos: até que ponto isso não foi uma sinalização, de Francisco Cunha, à ala a defender a substituição da Monarquia no país pela forma republicana de governo, por meio de um trâmite constitucional? Tal ala era representada pela corrente reformista-evolucionista, intransigentemente encabeçada pelo antecessor na condução d' *A República*, o fluminense Quintino Bocaiúva. Os republicanos brasileiros, que assim procediam, não tiveram a partir de então, no caso espanhol, um processo concreto no qual puderam se inspirar para conduzirem as propostas defendidas para o Brasil, sem que isso implicasse numa ruptura total com o modelo revolucionário francês?

Pensamos que o começo de possíveis respostas ao questionamento se encontra no próprio boletim do dia 28. Além de transpassar a existência de certo espírito de unidade entre os republicanos da Corte, em torno do ocorrido, a redação explica o significado do modo pelo qual na Espanha havia chegado à República:

Vários correligionários nossos, vivamente satisfeitos com as notícias relativas à proclamação da república na Espanha e sobretudo ao modo honroso e incruento com que se pôs termo ao interregno monárquico nesse país, deliberaram fazer uma manifestação de regozijo, pacífica e sisuda. Para esse fim solicitou-se do sr. Dr. Chefe de Polícia [da Corte] a permissão necessária para que uma banda de música percorresse as ruas. [...] **A conquista pacífica da república no seio da Espanha dinástica, da Espanha das obsoletas tradições, é para nós uma lição e um exemplo** (grifo nosso), porque ela foi resultado da propaganda enérgica, mas sisuda e perseverante e atesta ao mundo a vitória da mais nobre das causas pelos meios mais honrosos e eficazes.¹⁶⁹

Os republicanos da Corte organizaram uma comemoração para festejarem o surgimento de mais uma República, numa Europa ainda dominada por Monarquias. A frente do edifício na Rua Ouvidor, número 132, havia sido iluminada e ornada com as bandeiras “das repúblicas amigas” – a da Espanha, a dos Estados Unidos, a da França, a da Suíça, a da Confederação Argentina, a do Estado Oriental e uma bandeira com as cores nacionais, sem símbolos, sem nenhum dístico.¹⁷⁰ A decoração contou ainda com um retrato de Emilio Castelar.¹⁷¹

¹⁶⁹ MANIFESTAÇÃO de regozijo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, Boletim, 28 fev. 1873. *A República*, p. 1.

¹⁷⁰ MARINHO, Joaquim Saldanha et alii. Manifesto ao país. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 610, 01 mar. 1873. *A República*, p. 1.

¹⁷¹ Víctor Peralta sustenta que a visão política do pensamento castelariano respondeu a um postulado liberal-católico. Tal postulado dominou a fórmula do progresso criada por E. Castelar cuja síntese era o desenvolvimento da democracia, sob a forma republicana no século XIX. Castelar orientou esse paradigma de modo a propor projeto cujo propósito foi o de criar uma confederação transcontinental hispano-latina, envolvendo as Repúblicas hispano-americanas, Portugal, Espanha, França e Itália. Tal propósito procurava fazer frente à expansão da raça anglo-saxônica, representada pelos avanços da República federativa nos Estados Unidos, e às pretensões imperiais da Monarquia dos Braganças no Brasil. O autor ressalta dois pontos aos quais damos destaque. O primeiro diz respeito ao fato do paradigma do progresso, no pensamento de E. Castelar, está relacionado com o dogma trinitário do Republicanismo revolucionário, ou seja, com as ideias de “Liberdade”, “Igualdade” e “Fraternidade”. Outro ponto indica que o orador gaditano escreveu, ao logo da vida, vários livros e artigos referentes à América Latina e manteve nutrida correspondência com políticos e escritores latino-americanos. Inclusive remeteu colaborações sobre política europeia a importantes periódicos do novo continente. Nesse sentido, acreditamos que *A República* carioca esteve entre os destinatários, haja vista as publicações de textos da autoria de Castelar realizadas pelo jornal. Para melhor compreendermos as motivações por trás do ataque de que foi alvo a sede do jornal, em fins de fevereiro de 1873, Víctor Peralta faz importante observação. Destaca o desprezo cultivado por E. Castelar em relação ao governo monárquico do Brasil e também o ódio à dinastia dos Braganças. Historicamente acusou a dinastia portuguesa de haver contribuído para o fim da unidade ibérica ao independizar-se do Reino da Espanha, em 1640. A raiva à dinastia teria aumentado quando comprovou que, no Brasil, ela agia tendo por objetivo se opor a projetos republicanos na Europa. E. Castelar sempre recordaria que o Imperador do Brasil, D. Pedro II, não apenas perseguiu os simpatizantes da Primeira República Espanhola, como também promoveu campanha contra o referido projeto político,

O motivo de tanta comemoração despertou a fúria das autoridades imperiais, na ocasião. Os acontecimentos daí decorrentes foram graves. Sob forma de boletim, a edição de primeiro de março de 1873 traz, em primeira página, um *Manifesto ao País*. No documento, os republicanos narram ao público uma série de ataques da qual foi alvo a frente do edifício no qual estava instalado o equipamento tipográfico do jornal, na altura do número 132, da tradicional e concorrida Rua do Ouvidor. Quase houve enfrentamento entre os presentes no recinto e os responsáveis pelo ataque. O inaudito fato ocorreu entre os dias 27 e 28 de fevereiro, com forte impacto sobre a produção e divulgação das edições da folha, nas semanas subsequentes.¹⁷²

Desde a “Questão Acadêmica” (outubro-dezembro de 1871), tal como será abordado no capítulo décimo primeiro, o governo imperial alimentou a suspeita de serem as instalações d’*A República* a provável sede de uma Revolução contra as instituições e autoridades do Império. O ataque sofrido na passagem entre os dois dias finais de fevereiro do ano de 1873 corrobora com essa interpretação. Houve indisposição do Chefe de Polícia da Corte, Ludgero Gonçalves da Silva, em permitir que a banda de música percorresse as ruas do centro carioca, em comemoração à Proclamação da República Federal na Espanha. Ademais, foram os sectários da Monarquia os agentes responsáveis por atacarem a sede do jornal, com respaldo da própria força pública, que segundo o relato, se apresentou nas proximidades das instalações do jornal para dar “vivas à monarquia”.¹⁷³

O atentado a pedradas e garrafadas contra o edifício das instalações tipográficas d’*A República* teve por consequência material imediata o interrompimento da produção e da circulação da folha, entre o primeiro dia de março e o dia 15 de abril de 1873. Nesse intervalo, circulou como Boletim Republicano, nas edições dos dias 03, 05 e 08 de março. A respeito dizem: “o Boletim republicano é o produto natural da situação anárquica e violenta criada pelo governo. Assim o querem, assim o tenham. A república era um órgão de propaganda pacífica. O Boletim é apenas um grito de indignação.”¹⁷⁴

através da imprensa monárquica. O rancor do orador gaditano contra o Imperador do Brasil fez com que evitasse encontrá-lo quando ele esteve pela primeira vez em viagem à Europa, na década de 1870: “Eu não frequentei os mesmos lugares que ele, como as Academias, para não me encontrar com pessoa que se passando por liberal e ainda democrata, guerra tão implacável declarou desde o Trono a um governo como o nosso [a Primeira República]”. Para maiores detalhes, ver: RUIZ, Víctor Peralta. Emilio Castelar y el Hispanoamericanismo del siglo XIX. In: BUSTAMANTE, Jesús; QUIJADA, Mónica (Eds.). *Elites intelectuales y modelos colectivos: mundo ibérico (siglos XVI-XIX)*. Madrid: RUMAGRAF, S. A., 2002, pp. 285-304. (Tradução Nossa).

¹⁷² MARINHO, Joaquim Saldanha et alii. Manifesto ao país. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 610, 01 mar. 1873. *A República*, p. 1.

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ BOLETIM Republicano. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Boletim da República, 03 mar. 1873. O ataque sofrido pela folha carioca, ao comemorar a proclamação da República na Espanha, repercutiu na imprensa oposicionista e pró-governista. *A Reforma* e o *Diário do Rio de Janeiro* prestaram solidariedade aos colegas d’*A República*, como expressão de defesa da liberdade de imprensa. Os responsáveis pelas duas folhas ofereceram, em suas colunas, espaço para publicação republicana. *A Reforma* acompanhou a mobilização de patrulhas policiais na Rua do Ouvidor um dia antes. Responsabilizou o Ministro Paranhos e o Visconde Mauá pela autoria do ataque. Expressou indignação chamando-o de “masorca” e disse que responderia se fosse suas instalações o próximo alvo. Tanto *A Reforma* quanto o *Diário* criticaram a postura de folhas pró-governo como o *Jornal do Comércio*, o *Jornal da Corte* e a *Nação Restaurada*, órgãos nos quais os entrelinhados aprovaram a truculência policial. No Parlamento, Silveira Lobo criticou habilmente o governo. Censurou-o pela conivência da polícia e o apelo ao recurso à violência. O ataque gerou muitos boatos. Acusações diversas vindas de várias partes do meio republicano. Acusaram o Ministério Paranhos, o Barão de Mauá – identificado como “banqueiro do Império” –, comerciantes locais, os Chefes da polícia. Nos boletins publicados nos dias seguidos ao ataque, os republicanos vieram à imprensa responder, por meio da redação de Francisco Cunha,

Do ponto de vista estratégico, a investida das autoridades fez consolidar uma certeza na consciência republicana: por ora, as práticas políticas do movimento deveriam ser pautadas na moderação. Traços do ocorrido em relação aos *Communards* na França são mobilizados no comunicado da Comissão Central do Partido aos correligionários:

Ordem, moderação, paciência! Tal é ainda e sobretudo hoje, a senha do nosso partido. A vitória da nossa causa depende da nossa conduta. O que tão ansiosamente buscam os nossos inimigos é afastar-nos desse terreno onde a sua derrota é certa, transportarmo-nos, pelo excesso das provocações, ao terreno sangrento da luta civil, a fim de poderem apontar-nos à sociedade como subversores da ordem social, como os demolidores da propriedade, como os sectários energúmenos da religião do ódio e do terror.¹⁷⁵

Uma vez conhecida as condições em que ocorreu o advento da nova forma de governo na Espanha, a opção pela passagem da Monarquia à República, por via da Reforma pacífica e legal, havia ganhado exemplo empírico efetivamente bem-sucedido. Um pouco diferente da instituição da França republicana, que, apesar da proclamação igualmente pacífica, havia enfrentado os horrores da guerra externa e de uma guerra civil interna, motivada pela agitação revolucionária comunalista. A Espanha republicana de Castelar se esforçou num exemplo alternativo poderoso. Reforçou a viabilidade da proposta reformista pacífica e legal face à revolucionária radical para resolver a questão da forma de governo no Império do Brasil.

Conjugado ao exemplo espanhol, o ataque à sede do jornal carioca confirmou a certeza prática na viabilidade da moderação, na recusa à violência. Ademais, não ter respondido com violência à tentativa de empastelamento praticada pelas autoridades imperiais contribuiu para a retórica de inversão em prática. Desde a Questão Acadêmica (1871), a estratégia adotada foi a de associar a autoridade instituída à violência, à repressão, à desordem, à sedição; de tal modo a não serem os sediciosos os republicanos.¹⁷⁶

A Nossa Bandeira é um artigo no qual foi relançado o *Manifesto de 03 de dezembro*, na edição de 15 de abril de 1873. À luz de comparação com primeiro texto de 03 de Dezembro de 1870, o relançamento não traz assinaturas. Tratou-se de gesto simbólico da parte editorial. Uma resposta ao ataque a pedradas e garrafadas do qual foi alvo o estabelecimento nas noites de 27 e 28 de fevereiro. A intenção foi a de marcar a retomada da produção diária da folha, interrompida há pouco mais de um mês. Mais do que isso, foi ato político a fim de reafirmar a opção por propósitos

os boatos construídos em tomo dos graves fatos. Sobre as edições consultadas d'*A Reforma*, ver: A TOLICE policial. **A Reforma**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, Ano V, n. 47, 28 fev. 1873. A Reforma/Crônica Geral, p. 1; POLÍCIA de apedrejadores. **A Reforma**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, Ano V, n. 48, 01 mar. 1873. A Reforma, p. 1; REGIME do terror. **A Reforma**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, Ano V, n. 49, 02 mar. 1873. A Reforma, p. 1; A POLÍCIA que mente depois de apedrejar. **A Reforma**. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, Ano V, n. 50, 04 mar. 1873. A Reforma, p. 1. Sobre as edições do *Diário do Rio de Janeiro* consultadas, ver: O FUTURO. A ordem pela desordem. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, Ano 56, n. 60, 3 mar. 1873. Publicações a Pedido, p. 2. Sobre o pronunciamento de Silveira Lobo no Senado, ver: BOLETIM Republicano. Boletim Republicano. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, 03 mar. 1873. Interpelações no Senado, p. 1. Sobre a repercussão no meio republicano, ver: BOLETIM Republicano. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, 05 mar. 1873, pp. 1-2; BOLETIM Republicano. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, 08 mar. 1873, pp. 1-4.

¹⁷⁵ MARINHO, Saldanha et alli. A Comissão central do Partido Republicano aos seus correligionários. Boletim Republicano. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, 05 mar. 1873, p. 1.

¹⁷⁶ A esse respeito, conferir o capítulo décimo primeiro desse trabalho.

moderados e pacíficos, na condução da propaganda e do movimento político pelo campo republicano, ao menos naquele momento.

Havia um significado definido em tal opção. Concretamente significava abrir mão de meios incruentos para atingirem o objetivo desejado. Isso implicava numa crença incontestada no poder da “ideia”. No âmago dessa perspectiva, encontra-se reafirmada a crença republicana no poder da opinião; ou melhor dizendo, na crença do governo republicano enquanto um governo da opinião, regido por ela:

Temos, é certo, uma bandeira republicana [...] essa não poderá ser apedrejada pela polícia: essa é a bandeira ideal [...] Essa bandeira é o Manifesto publicado a 3 de dezembro de 1870. É essa bandeira a que hoje erguemos de novo, como uma represália nobre e digna aos atos de agressão e de violência de que fomos vítimas e como uma nova afirmação da nossa fé inabalável nos princípios que nos servem de programa e de guia.¹⁷⁷

Seguindo a republicação do Manifesto, aparece *A República na Espanha*, confirmando quais eram os dois referenciais a empolgar a propaganda republicana, em abril de 1873. De um lado, a contraditória experiência pacífica da proclamação da República na França, em meio a uma catastrófica guerra contra Prússia acompanhada pela guerra civil interna, no meio da qual emergiu o primeiro governo operário de inspiração socialista da história. Do outro, a Espanha de Castelar cujas lideranças republicanas eram notórias admiradoras da Terceira República Francesa. Apesar dessa admiração, eles obtiveram façanha inédita em solo europeu. Os líderes republicanos espanhóis vivenciaram a implantação da *República*, na Península Ibérica, de maneira pacífica e ordeira, através de uma mudança constitucional, favorecida, sobretudo, pela renúncia pessoal do Rei Amadeu I ao Trono.¹⁷⁸

Tal fase marcou um período na propaganda em que a discussão dos meios empregados, para implantar a República no Brasil, esteve mais pujante do que discutir a organização política e administrativa do futuro sistema de governo desejado. Nesse sentido, a discussão político-ideológica em torno do dilema “Reforma ou Revolução” ficou mais evidente, o que fez dos exemplos de França e Espanha o foco das atenções; a despeito dos sucessos obtidos pela República federal nos Estados Unidos. Nessa esteira, os republicanos brasileiros forjaram imagem favorável aos dois primeiros governos da República na França, ressaltando, sobretudo, a consolidação institucional do novo regime e o sucesso obtido pela política de reparação por danos de guerra à Alemanha. Se o fenômeno republicano era abundante nas Américas, nota-se, a partir de então, seu aparecimento numa Europa ainda predominantemente monárquica.

*

* *

A partir de fevereiro de 1873, a proclamação da República na Espanha deu atestado de comprovação empírica à corrente reformista-evolucionista, encabeçada por Quintino Bocaiúva. Assim procedeu no que diz respeito à validade

¹⁷⁷ A NOSSA Bandeira. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 610, 15 abr. 1873. *A República*, p. 2.

¹⁷⁸ AO NOSSO posto. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 610, 15 abr. 1873. *A República*, pp.1-2.

do meio mais cogitado, no interior da propaganda, para a mudança de regime no Brasil. Qual seja, a possibilidade de transformação da Monarquia brasileira em República, pela via de ação legal parlamentar.

No país ibérico, o advento da nova forma de governo foi resultado ativo da Assembleia Nacional, reunida em Cortes. Isto é, foi fruto da ação deliberada do Parlamento espanhol. Diferentemente de França, onde a República, ainda que pacificamente proclamada em 04 de setembro de 1870, ressurgiu em meio às notícias externas da derrota dos exércitos de Napoleão III, nas batalhas de Metz e de Sedan, contra o exército da Prússia de Bismarck.

A despeito de ter sido resultado de Revolução branca, pacífica, “incurta”, ou na melhor expressão interpretativa dos republicanos brasileiros, “sem derramamento de sangue”, a Primeira República Espanhola (11 de fevereiro de 1873 a 29 de dezembro de 1874) nasceu sem força para legitimar-se. Ao contrário da referencial e vizinha congênera francesa, em que pesaria o caráter longevo, a primeira experiência republicana espanhola teve por marca a brevidade.¹⁷⁹ Passadas as comemorações da proclamação e iniciados esforços de institucionalização do novo regime, sobreveio um período de acentuada instabilidade cujo desfecho foi a restauração do Trono, em 1874.

A debilidade interna para ser firmada teve como fonte dois fatores políticos conjugados. O primeiro diz respeito às divisões entre os próprios republicanos espanhóis. Juan Sisino salienta que, no século XIX, a ideia de “República” na Espanha se converteu em sinônimo de “Federação”. Os republicanos espanhóis, em sua maioria, foram “federais”.¹⁸⁰ Contudo, isso não impediu o surgimento de dissidências. Exemplo disso foi o radicalismo dos republicanos federais intransigentes, que pregavam a imediata implantação da República federal, sem a necessidade de esperar a elaboração de uma Constituição de mesma natureza. Tal postura resultou nas Revoluções Cantonais, sufocadas durante o governo de Nicolás Salmerón.¹⁸¹ Outro fator decorreu das reações do Carlismo, movimento monárquico restaurador contrário a tudo que representava *La Gloriosa* e a República de 1873. Legitimista e antimacônico, defendeu o retorno da dinastia dos Bourbons ao poder.¹⁸²

¹⁷⁹ COLLANTES, Sergio Sánchez. **La construcción del republicanismo español en el Sexenio Democrático...**, p. 56.

¹⁸⁰ GARZON, Juan Sisino Pérez. **Contenidos e significados del republicanismo en España contemporánea**. In: GARZON, Juan Sisino Pérez (Ed.). **Experiencias republicanas en la historia de España**. Madrid: Catarata, 2015, cap. 1, p. 22. (Tradução Nossa). Desde os primórdios, o Republicanismo na Espanha se caracterizou por dupla via nas lutas pela “causa democrática”: a insurrecional e a da atuação legal. Entre os federais, o próprio Castelar foi adepto da Revolução para implantar a República. Após a queda do regime em 1873, experiência pessoalmente qualificada como “politicamente frustrante”, seu ideário republicano mudou de modo radical. Doravante, passou a rejeitar a Revolução como método para assentar a “Liberdade” e tomou preferência pelo legalismo, como única forma para satisfazer as necessidades sociais. “Ordem” e “estabilidade” passaram a ser princípios de sua nova postura de ação política. O período de fins do século XIX, no país ibérico, foi marcado pelo retorno do insurrecionalismo republicano. Os republicanos federais espanhóis passaram a defender a via revolucionária, adotando uma espécie de militância. Tratou-se de uma das chaves de evolução do antigo partido do orador gaditano. Entre os republicanos espanhóis também existiu a corrente defensora de um projeto unitarista, em oposição aos federais. Entre os partidários do unitarismo se destacaram: Manuel Luiz Zorilla e Eugenio Garcia Ruiz. Acerca desses apontamentos, ver: RUIZ, Víctor Peralta. **Emilio Castelar y el Hispanoamericanismo del siglo XIX...**, p. 295; GARZON, Juan Sisino Pérez (Ed.). **Experiencias republicanas en la historia de España**. Madrid: Catarata, 2015. Resenha de: COLLANTES, Sergio Sánchez. **Revista Espacio, Tiempo y Forma**. Serie V Historia Contemporánea, 28, 2016, pp. 331- 376.

¹⁸¹ Sobre a vida e a obra, ver: GARCÍA, Antonio Fernández. **Nicolás Salmerón y Alonso**. Real Academia de la Historia, 2018. Disponível em: <http://dbe.rah.es/biografias/6156/nicolas-salmeron-y-alonso>. Acesso em: 21 de ago. 2019.

¹⁸² COLLANTES, Sergio Sánchez. **Luchas simbólicas por el espacio público en el Sexenio Democrático...**, p. 204.

Do outro lado dos Pirineus, os esforços para promover a estabilização republicana foram dirigidos a ponto de dar conotação cada vez mais conservadora à natureza do novo regime. No Rio de Janeiro de meados de 1873, os redatores d' *A República* sabiam que estavam diante da construção de uma República a conciliar, na França, princípios liberais e conservadores. Em outros termos, de um governo baseado na noção de “Ordem Moral”.

Antes ainda da queda de Thiers e da ascensão do General Mac-Mahon, foi inaugurado um período cujas diretrizes de governo estiveram pautadas, por um lado, na promoção do engajamento numa política social fundada em valores cristãos. O empenho esteve voltado para a libertação do território e para o restabelecimento da ordem no país. Por outro lado, a “Ordem Moral” se caracterizou por vigorosa reorientação à direita e por luta acirrada contra as ideias republicanas. Com ela veio a vigilância sobre Prefeitos e Magistrados, a censura da imprensa e a repressão policial contra símbolos e escritos republicanos, considerados sediciosos. Essa luta antirrepublicana contou com o reforço de setores clericais, representantes do Catolicismo ultramontano, desejosos por dupla restauração, monárquica e religiosa.¹⁸³

O sentido da República liberal conservadora pode ser apreendido por meio da perspectiva encetada pela linha editorial d' *A República*, nas edições 672 e 673. Acompanhado da mensagem do Presidente Estanislau Figueiras às Cortes Espanholas¹⁸⁴ aparece o discurso de A. Thiers, na Assembleia Nacional Francesa. Nessa disposição, a redação da folha transmite ao público leitor a seguinte opinião:

a república é o governo da tranquilidade, precisa sê-lo! A república deve ser o governo da moderação e da estabilidade. Não deve ser agitadora, revolucionária ou “assustadora”: É necessário, repito, que a república em lugar de assustar, tranquilize, a sua sorte depende apenas desta condição (aprovação na direita). [...] Para que seja tranquilizadora é necessário que seja paciente.¹⁸⁵

Na fala do então primeiro Presidente francês, a relação entre a defesa da “Ordem Moral” e a questão da forma do regime na França expõe os contornos assumidos pela nascente República:

A ordem moral atualmente não se pode perturbar senão por causa da questão que nos divide, isto é, pela forma de governo. Esta questão, república ou monarquia, fez correr ondas de sangue [...] Como vós [parlamentares] sou conservador e podeis prová-lo [...] Não desisti de nenhuma de minhas convicções e é, pois, a república conservadora porque estou persuadido que é o que o país quer.¹⁸⁶

Obviamente trata-se do discurso de quem queria agradar um parlamento francês constituído, em sua maioria, por monarquistas. Não fica menos evidente a defesa de uma República liberal conservadora, indisposta em aceitar a eclosão e o prosseguimento de levantes, como o da Comuna de Paris. Infensa ao radicalismo, deveria se constituir num governo garantidor da liberdade dentro da ordem; combatente da desordem, fosse da parte de onde viesse.

¹⁸³ HOUTE, A-D. *Sept ans de Fondation (1871-1878). Le triomphe de la République ...*, chapitre I, pp. 30-34.

¹⁸⁴ FIGUERAS, Estanislau. Mensagem apresentada ao Congresso espanhol. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 672, 29 jun. 1873. *A República*, p.1.

¹⁸⁵ O ESPÍRITO da França. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 673, 30 jun. e 01 jul. 1873. *A República*, p. 2.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

Sob direção única de Francisco Cunha, a redação d'*A República* soube tirar proveito das experiências desse universo republicano franco-espanhol e depreender a natureza dos dois modelos republicanos surgidos no cenário político, do início da *Belle Époque* europeia. A partir de ambos, pôde aprimorar o modelo de República desejado para o Brasil.

Na República Espanhola de início de 1874, à semelhança da congênera francesa, especulações acerca da probabilidade de uma restauração monárquica da parte do próprio Presidente, o General Serrano, esteve na pauta do dia. A República Espanhola estava naquele momento diante do grande dilema do século XIX, criado desde 1789: a conciliação entre “Ordem” e “Liberdade”. Para a redação: “A marcha política da Espanha vai de hoje em diante pautar-se pela da França, pois a situação dos dois países é idêntica em mais de um ponto e notável a afinidade das circunstâncias que há um e há outro.”¹⁸⁷

Logo os republicanos brasileiros compreenderam que a demissão de Emilio Castelar da Presidência, em 03 de janeiro, e a ascensão do General Serrano, significavam para o país ibérico um caminho rumo ao da situação francesa. A República estava se unitarizando de modo a ser “um recuo para a causa da liberdade e da democracia.”¹⁸⁸ O caso brasileiro tinha lição para dar: “Felizmente não temos no Brasil o elemento de que se formaram os intransigentes espanhóis e os comunistas franceses. [...] O mal-estar das classes laboriosas é origem desses partidos extremos, que querem refundir em um dia a obra defeituosa de muitos séculos.”¹⁸⁹

Da análise do universo republicano franco-espanhol, constata-se que a verdadeira democracia teria que ser, por excelência, a República constituída em molde federal, pois somente com ela a “Liberdade” estaria compatibilizada com a “Ordem”. Particularmente face à experiência da Comuna de Paris, a República federal no Brasil deveria garantir o melhoramento das condições das “classes trabalhadoras”, sem atentar contra a propriedade privada: “Aqui não há elementos nem para intransigentes, nem para comunistas, porque aqui as classes trabalhadoras acharão na república federal necessárias garantias para melhoramento de sua sorte, sem haver mister de atentar contra a propriedade das classes mais favorecidas.”¹⁹⁰

Observemos que a “ordem” pregada decorreria da própria República federal, enquanto organização política capaz de conciliar “capital” e “trabalho”, tendo em vista a melhor solução para o futuro. Num país em que naquele momento as elites tinham na propriedade de terras e de escravos a fonte geradora de riquezas, para nós, divulgar a imagem de uma República federal, guardiã da “Liberdade” e da “Ordem” – entende-se da propriedade privada –, bem pode ser interpretado como aceno, dos republicanos da Corte, a essa camada privilegiada da sociedade imperial, em prol de apoio à causa defendida.

O senso de conservação da ordem, identificado na Europa e no Brasil nesse período, já foi objeto de análise de alguns estudiosos. Ao observar a permanência de estruturas agrárias, nobiliárquicas, pré-burguesas do Antigo Regime

¹⁸⁷ A ESPANHA. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano IV, n. 844, 28 jan. 1874. *A República*, p.1.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

numa Europa em pleno processo de modernização capitalista, entre 1848 e 1914, Arno Mayer ressalta o caráter aristocrático assumido pela Terceira República em França. Ao longo de todo o século XIX pós-Revolução Francesa, teria faltado à aristocracia no país a garantia legitimadora de uma Coroa hereditária, consagrada pela Igreja. Mesmo sem ter recuperado suas amarras políticas, a aristocracia teria conseguido se perpetuar e se reproduzir, de tal modo que duques, marqueses, condes e barões puderam ocupar, na República, posições tão proeminentes quanto os grandes burgueses. O mundo aristocrático teria permanecido sedutor a muitos banqueiros. Não houve a intenção de estreitar canais de acesso às antigas elites. O reconhecimento oficial de títulos honoríficos foi mantido. Na virada do século, antigas elites mantiveram influência no meio da alta classe governante.¹⁹¹

Em termos de avanços, José Murilo de Carvalho aproveita o ensejo para diminuir a distância da sociedade brasileira do período em relação à europeia. Em sua opinião, o que A. Mayer diz para a Europa poderia ser dito com mais razão para o Brasil. Até a eclosão da Primeira Grande Guerra, o país teria se constituído numa sociedade agrária, exportadora de produtos primários, controlado por uma oligarquia latifundiária, com uma elite desdenhosa em relação ao quadro geral da população, formada em sua maioria por pobres, negros e analfabetos.¹⁹²

Apesar do senso conservador mantido por culturas políticas republicanas, na Europa e no próprio Brasil, nos capítulos das duas Partes seguintes investigamos como a Retórica da Revolução foi acionada em momentos oportunos, pelo discurso republicano brasileiro, até o “15 de Novembro” de 1889. Isto é, investigamos o comportamento de agentes na primeira e na segunda fase da propaganda diante do dilema liberal “Reforma ou Revolução”, ao longo das décadas de 1870 e de 1880.

No capítulo nono da Parte III, a partir de peculiaridades do modo retórico de argumentar, dos agentes comprometidos com o debate sobre a forma de governo conveniente ao país, apresentamos no *Manifesto de 1870* e em artigos selecionados d’*A República* como a tradição revolucionária do Republicanismo francês foi apropriada.

Uma vez apoiados nessa análise geral, atinente à natureza do discurso, exploramos casos específicos marcantes no debate da primeira fase da propaganda: a atuação de Francisco Cunha na imprensa porto-alegrense — capítulo décimo; a Questão Acadêmica — capítulo décimo primeiro; o episódio da dissolução da Câmara dos Deputados, em 22 de maio de 1872 — capítulo décimo segundo; e a participação republicana na Questão Religiosa — capítulo décimo terceiro.

¹⁹¹ MAYER, Arno J. As classes dominantes: a burguesia se inclina. In: **A Força da Tradição**: a persistência do Antigo Regime (1848-1914); Trad. Denise Bottman; Consultor dessa edição Francisco Foot Hardman. SP: Cia das Letras, 1987, cap. 2, pp. 108-113.

¹⁹² CARVALHO, José Murilo. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: **Pontos e Bordados**: escritos e história política. BH: Ed. UFMG, 1998, p. 125.

PARTE III
O COMPORTAMENTO REPUBLICANO PERANTE O DILEMA LIBERAL NA PRIMEIRA
FASE DA PROPAGANDA

9 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RETÓRICA DA REVOLUÇÃO PRESENTE NO DISCURSO REPUBLICANO SURGIDO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO EM 1870

No percurso do século XVIII para o XIX, como experiência de longa duração no tempo, a instituição retórica passou por processo de importantes mutações na Europa¹; no Brasil, temos indícios de que a cultura letrada ensejada no Oitocentos foi marcada pela presença de vestígios de práticas retóricas, em decorrência da disciplina Retórica ter permanecido como requisito de base curricular. A singularidade caracterizou a formação da nossa cultura letrada até fins do Império.

Dois trabalhos se mostram precípuos para discutirmos alguns pontos quanto a tal aspecto: o de José Murilo de Carvalho e o de Roberto Acízelo de Souza. Entende-se que o primeiro apresenta uma contribuição ao tema, a partir do ponto de vista histórico e metodológico. Para o caso do segundo autor, a relevância recai sobre o fundamento empírico comprobatório.

Com o auxílio de ambos os trabalhos citados, a partir do presente capítulo, damos ênfase ao propósito de investigar a contribuição da matriz francesa do Republicanismo na promoção de uma Retórica da Revolução autóctone, mobilizada pelos elementos mais radicais da propaganda republicana no Brasil, dos anos de 1870 até o “15 de Novembro” de 1889.

Especificamente no capítulo nono, apresentamos o objetivo de utilizar a retórica não enquanto experiência de longa duração no tempo, mas como cenografia de uma instituição a ter sofrido alterações no funcionamento. Por extensão, nos valem de algumas características do modo retórico de argumentar, a fim de identificar os argumentos de persuasão presentes no discurso dos agentes da propaganda republicana no Brasil, no alcance de seus propósitos. Uma estratégia analítica verificada ao longo desse e dos capítulos subsequentes. Procedemos assim para uma melhor compreensão do *modus operandi* da fala dos agentes, sobretudo no que diz respeito às tópicas, aos lugares-comuns, à

¹ Na primeira modernidade europeia, ser moderno significava “imitar” autores da Antiguidade Clássica. Na transição de século do XVIII para o XIX, já numa fase mais avançada da Modernidade, a perspectiva paulatinamente se modificou. Aos poucos, “imitar” deixou de ser qualidade e passou a ser defeito. Se transformou em plágio, e, atualmente, em crime. Naquela passagem, nos deparamos com o ataque ao recurso de recorrer obrigatoriamente à autoridade dos antigos – autores das antigas Grécia e Roma –, no âmbito de uma irreparável implosão da *auctoritas* com a emergência da noção romântico-liberal de “autor”. Em suma, tratou-se da mutação daquilo que sempre foi um dos principais elementos da instituição retórica, a *imitatio*. Sobre mais apontamentos para discutir as modificações do princípio da imitação, a *auctoritas*, e o surgimento da nova interpretação, ver: TODOROV, Tzvetan. **Teorias do Símbolo**. Trad. Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1977. pp. 125-160. Lembra-se ao leitor que, no âmbito da instituição retórica, todo autor citado não é apreendido enquanto um sujeito psicológico individualizado, mas sim enquanto uma *auctoritas* – unidade mínima do ato de fala –, em tomo da qual se organiza um conjunto de textos e à qual se atribui a autoria do mesmo. Roger Chartier sustenta que a ideia da “função autor”, marcada pelo nome próprio, é uma função de classificação dos discursos “que permite as exclusões ou inclusões num corpus, atribuível a uma identidade única”. Ressalta ainda que ela é fundadora da própria noção de obra (CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. Florianópolis: EdUFSCar, 2012, p. 29). Acerca do processo constitutivo da instituição, ver também: ARÍSTOTELES. **Retórica**. 2. ed. Prefácio e introdução Manuel Alexandre Junior; Trad. e notas Manuel Alexandre Junior, Paulo Farnhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. INCM: Lisboa, 2005, pp. 15-21; AUERBACH, Erich. **Ensaio de Literatura ocidental: filologia e crítica**. Organização Davi Arrigucci Jr. Tradução Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariano de Macedo. São Paulo: Editora 34, 2007, 380 p.; SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do Orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9,23**. 2009. 313 f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayara; BAGOLIN, Luiz Armando. **Retórica**. Instituto de Estudos Brasileiros, IEB. USP. Universidade de São Paulo. São Paulo: Editora Annablume, 2012; TÁCITO. **Diálogo dos oradores**. Tradução de Antônio Martínez de Rezende e Júlia Batista Castilho de Avellar. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

seleção de referenciais e de autores estrangeiros. Particularmente no último caso, nos referimos a referenciais atrelados à matriz francesa do Republicanismo.

Pensamos que estamos diante de letrados brasileiros cuja formação lhes capacitou o hábil exercício da persuasão em suas práticas escritas, especificamente no debate pela imprensa. No âmbito desse universo, os agentes da propaganda foram retóricos, não num sentido clássico restrito de imitação dos autores da Antiguidade greco-romana; mas, num sentido moderno.² Isto é, de diálogo com autores contemporâneos à Modernidade, coevos ou não, no Brasil e/ou na França.³ Assim procederam com a finalidade de convencer tanto o público leitor quanto os adversários sobre a importância da necessidade de mudar o regime político do país.

Sabe-se que no Brasil do período colonial houve a apropriação de aspectos da cultura escolástica portuguesa, predominante no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra, ambos controlados por jesuítas desde 1555. Durante a administração pombalina (1750-1777), aulas régias foram criadas na metrópole e na colônia para prepararem candidatos ao ingresso naquela Universidade. A Retórica esteve entre as disciplinas incluídas no ensino ministrado nas aulas.⁴

Enquanto métodos modernos de investigação e raciocínio avançaram nas regiões mais setentrionais da Europa, a Bíblia, Aristóteles e São Tomás de Aquino permaneceram autoridades nos debates escolásticos. Os mesmos eram travados nas instituições portuguesas mencionadas, dominadas pelos membros da Companhia de Jesus.⁵

Ainda que tenha afetado ambas instituições de ensino, a reforma anti-jesuítica levada a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, antes de esvaziar o espaço ocupado pela Retórica no ensino, a reforçou em importância. Inclusive ampliou o seu alcance. Baseada na obra do Frade oratoriano Luís Antônio Verney (1713-1792), a reforma pombalina atacou vários pontos da oratória portuguesa, entre os quais vale à pena destacar devido à sua apropriação no Brasil: o excesso de ornamentos estilísticos, a afetação, o abuso dos tropos de linguagem, o excesso de citações de frases e de autores, as citações fora de propósito, as repetições inúteis, a exibição fútil de erudição, os títulos excêntricos e obscuros e a imperícia na elocução. Deve-se ressaltar que a retórica portuguesa jesuítica, por esses tempos, já passava pelo processo de tropificação, ou seja, de redução às figuras de linguagem.⁶

Na primeira metade do Oitocentos, muitos membros da elite política e letrada brasileira receberam formação no Colégio das Artes e na Universidade de Coimbra.⁷ Aliás, desde o traslado da Corte do Príncipe Regente D. João

² Para uma discussão a respeito da concepção moderna de retórica com a qual trabalhamos, ver: JÚNIOR, Luiz César de Sá. A querela dos antigos e modernos: panorama historiográfico. *Antíteses*. v. 9, n. 18, p. 503, jul./dez. 2016.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/26356>. Acesso em 24 mar. 2020. Ver também: CANO, Jefferson. Antigos e Modernos. In: **O fardo dos homens de letras: o “orbi literário” e a construção do império brasileiro**. Campinas; São Paulo: [s.n.], 2001, cap. II, pp. 103-170.

³ Acerca de tais possibilidades, ver: CANO, Jefferson. Nunca fomos tão modernos? In: **O fardo dos homens de letras...**, epílogo, pp. 379-389.

⁴ CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, 2000, p. 130.

⁵ *Ibidem*, p. 131.

⁶ *Ibidem*, pp. 132-133.

⁷ *Ibidem*, p. 130.

para o Brasil, se observou um esforço na divulgação dos estudos de Retórica. Entre os exames preparatórios exigidos para o ingresso nas Escolas de Direito de São Paulo e de Olinda, ambas fundadas em 1827, estavam os relacionados à disciplina de Retórica. Em 1837 no Rio de Janeiro, cria-se o Colégio D. Pedro II, congênere do Colégio de Artes de Coimbra. Entre as cadeiras, estava uma reservada àquela disciplina, a qual deveria ser preenchida mediante concurso.⁸

Como foi asseverado, o trabalho de Roberto Acízelo possui um fundamento empírico o qual não deve ser apartado da discussão. De publicação anterior ao de José Murilo, o trabalho reforça a existência, no século XIX brasileiro, de uma cultura letrada da qual o ensino da disciplina Retórica foi um dos componentes.

Acízelo expôs a importância dos manuais de Retórica e a centralidade do Colégio D. Pedro II no ensino dessa disciplina ao longo do Oitocentos.⁹ Citado inclusive por José Murilo, fez o levantamento de trinta e quatro (34) publicações sobre retórica e poética, todas elaboradas entre 1810 e 1886. Entre os autores dessas obras estão: Silvestre Pinheiro, Lopes Gama, Frei Caneca e professores do Pedro II.¹⁰

Sustenta que durante todo o período de existência do Império houve expressivo interesse pelos estudos de Retórica, manifesto em várias publicações, e pela inserção da disciplina nos currículos escolares. Apesar disso, a bibliografia versada sobre o assunto se apresenta muito restrita. Na formação intelectual dos colégios (de padre) brasileiros oitocentistas, à cultura foi imprimido um caráter predominantemente literário e retórico. A tendência a esse caráter foi uma peculiaridade que a cultura letrada portuguesa teria legado à nacional.¹¹

Assim, o ensino no país seguiu caracterizado pelo amor à forma pela forma, pelo requinte, pelo rebuscamento, pelo gosto aos debates, pela tendência ao exagero, e, principalmente, pelo excesso de citações de frases e de autores. Não obstante o surgimento das primeiras escolas de ensino superior profissionalizante, o sistema de ensino imperial conservou os fundamentos instituídos durante o período colonial.¹²

A pesquisa documental feita pelo autor – referente ao ensino de Letras no Colégio Pedro II, abrangendo a quinta, sexta e sétima séries, entre 1850 e 1900 –, mostra que os ensinamentos de Retórica e de Poética permaneceram estabilizados. Ambas disciplinas mantiveram a posição de principais referências no campo das Letras.¹³ Esse quadro foi alterado apenas em 1892. Esse ano ficou marcado pela vitória da corrente historicista, de tendência mais nacionalista, sobre a corrente retórico-poética, no currículo de ensino oficial. O desaparecimento do próprio Império se constituiu em fator, de natureza histórica, responsável pela extinção da disciplina Retórica do ensino, em fins do século XIX brasileiro.

⁸ CARVALHO, J. M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura..., p. 133.

⁹ Pensado para ser estabelecimento padrão do ensino secundário, o Colégio Pedro II teve os mais destacados homens de letras do país a compor o seu corpo docente, durante o século XIX e boa parte do XX. Serviu de modelo para outros congêneres construídos no Brasil.

¹⁰ SOUZA R. A. de apud CARVALHO, J. M., op. cit., p. 135.

¹¹ SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999, pp. 1-3.

¹² Ibidem, pp. 24-25.

¹³ Ibidem, pp. 32-33.

Em que sentido pode se dizer que o banimento da vertente retórico-poética do sistema de ensino coincidiu com o fim do regime que nos governou de 1822 a 1889? No advento do regime republicano de inspiração positivista, que encarnava o ideal de modernização do país, se passou associar o ensino daquelas disciplinas à indesejável sobrevivência do “antigo regime”. Conseqüentemente, a mudança de regime político-institucional acarretou em alterações nos livros, no currículo e no programa adotados. Até o Colégio Pedro II foi “[...] republicanamente renomeado Ginásio Nacional”, em 1892.¹⁴

Na seção seguinte, detidamente exploramos a apropriação dos repertórios da França republicana a partir de características do modo retórico de argumentar, empregado pelos republicanos brasileiros em escritos selecionados. Tais características já foram citadas e se referem aos seguintes recursos: (I) o emprego de lugares-comuns (tópicas) de longa duração, emulados conforme as necessidades do *Manifesto de 1870* e da propaganda em geral; (II) a citação de autores (referências); e a centralidade da (III) noção de *exemplum*, vinculada ao gênero histórico.

9.1 REPERTÓRIOS DA FRANÇA REPUBLICANA NO ARGUMENTO RETÓRICO DO *MANIFESTO DE 03 DE DEZEMBRO DE 1870* E EM ARTIGOS D’A *REPÚBLICA*

A ideia de “República” existe no Brasil desde o século XVII. Entretanto, a cisão intra-elite ocorrida no meio político liberal dos anos sessenta do Oitocentos brasileiro se constitui no ponto de partida para serem compreendidas a formação e expansão do seu movimento politicamente organizado. Assim concebemos em vista da apresentação pública de um programa definido, a apresentar a República como alternativa à Monarquia. A cisão permitiu uma abertura da qual pôde emergir o primeiro partido decididamente contrário à natureza política e institucional do regime monárquico, em vigência naquele momento.

O esforço reflexivo nessa seção centra, especificamente, na análise dos argumentos de persuasão do discurso republicano do alvor da década de 1870. Usamos como base o próprio *Manifesto de 03 de Dezembro* e conteúdos do jornal *A República*. Por que apenas o discurso desse período? É necessário dizer que o Movimento Republicano, em escala nacional, é interpretado não como um todo homogêneo; mas, como um movimento diversificado, com expressões regionais próprias, para além do centro irradiador alocado na Corte. O que poderemos melhor contemplar em capítulos da Parte IV da Tese.

Além disso, e respondendo diretamente à pergunta, o movimento inicialmente ensaiado pelos republicanos do Rio serviu de inspiração e de modelo para congêneres, fundados em algumas das mais importantes províncias imperiais, ao longo da década de 1870 e da década seguinte. Por ter servido de referência aos congêneres provinciais, ele foi o escolhido.

¹⁴ SOUZA, R. A. de. *O Império da Eloquência...*, pp. 36-37.

Observamos nos republicanos de 1870 uma parcela da elite política letrada dissidente e *outsider*.¹⁵ Predominantemente masculina e branca, emergente na segunda metade do século XIX, em decorrência da Cisão Liberal de 1868. Entendemos que a cultura letrada brasileira oitocentista, da qual fazia parte essa parcela dissidente das elites ilustradas, “de fora” apenas das instituições centrais de comando, preservou vários aspectos retóricos, já mencionados, da tradição da segunda escolástica portuguesa.¹⁶ Ainda que a instituição retórica estivesse em pleno processo de mutação no século XIX, a disciplina Retórica permaneceu como integrante da base curricular do sistema de ensino do Império. Concebemos os republicanos como agentes operantes nessa cultura, pois a formação por eles obtida era tributária das escolas de ensino superior da época.

Alguns vestígios retóricos na cultura literária do Brasil oitocentista foram ressaltados na introdução do presente capítulo. Eles são retomados para melhor serem situados na presente discussão. Constituíam traços característicos dessa cultura: a pompa; a redundância; o exagero; a verborragia; o gosto pelo requinte; pelo rebuscamento; pelos debates (principalmente na imprensa periódica); a citação profusa de autores.

Se levarmos em consideração a característica retórica e literária do ensino oficial do Império, é plausível afirmar que a forma de discurso dos republicanos brasileiros, educados no país, e até mesmo com formação complementar no exterior, compartilhava características semelhantes à forma da elite estabelecida nas instituições imperiais de poder político. Afinal, estamos falando de partes diferentes de uma ínfima camada de privilegiados na sociedade imperial; diferenciados entre si mais pelo status político e posições ideológico-partidárias do que pelo nível de formação letrada. A educação de nível superior foi uma constante para ambos os grupos.

Para termos ideia, o *Manifesto de 1870* foi assinado por 58 apoiadores, entre os quais havia: 15 advogados; 9 médicos; 9 negociantes/capitalista e fazendeiros; 8 políticos; 8 jornalistas; 5 engenheiros; 3 servidores públicos; 2 professores; 10 signatários sem informação profissional. Esses dados analisados nos indicam estarmos diante de um grupo composto por lideranças políticas, intelectuais e econômicas do Império. Na opinião de Claudia Viscardi

A grande maioria dos signatários do Manifesto pertencia à elite intelectual e econômica do Império, pois eram ou portadores de título de nível superior, ou integrantes dos setores produtivos, este último em menor número. O expressivo percentual de advogados se explica por ser a formação em Direito o caminho mais rápido para a construção de carreiras políticas no Brasil, bem como por nossa elite ter na ocasião sido composta majoritariamente por bacharéis.¹⁷

¹⁵ Acerca do uso do conceito “*outsider*” enquanto paradigma empírico de valor universal, aplicável a contextos sociais diversos, indicamos: ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro; Trad. Do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind, apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. RJ: Jorge Zahar Ed., 2000.

¹⁶ CARVALHO, J. M. de. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura...**, p. 132.

¹⁷ VISCARDI, Cláudia Maria Riberio. **Unidos perderemos**: a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017, pp. 28-29.

Levantadas tais considerações sobre singulares aspectos sócio-históricos do Movimento Republicano brasileiro, passemos à análise textual propriamente dita. Nessa análise pensamos nos (I) lugares-comuns, nas referências e nas tópicas, presentes no discurso republicano e transmitidas (-os) através do documento político de 1870.

A noção “lugar-comum” foi entendida por Cícero, e depois repetida por Erasmo de Roterdã, como ‘sede do argumento’ que se memoriza e que se aplica para falar e escrever bem”. O lugar comum é diferente do “clichê”. No caso do último, o uso se dá através da repetição mecânica; no caso daquele, estamos tratando de uma variação elocutiva, feita a partir da emulação de discursos, que já tinham usado os lugares que eram repetidos numa nova situação.¹⁸

João Hansen expõe que o “lugar-comum” é usado para que o discurso atinja máxima eficácia. Em outras palavras, deve ser composto por conceitos já compartilhados por todos (pela audiência) para que o discurso pelo qual é operacionalizado atinja a finalidade, qual seja, a persuasão. Persuasivamente falando, só se pode convencer alguém de uma coisa da qual se conhece ou se sabe.¹⁹ Esse modo de compreensão do “lugar-comum” é fundamental para constataremos a presença do elemento retórico, num sentido moderno, no âmbito do discurso republicano brasileiro.

O *Manifesto* foi muito bem escrito e cuidadosamente redigido pelos moldes do estilo do tempo, na opinião de Raul de Andrada. Os autores foram sensíveis aos primeiros “estalidos” e “brechas”, que já começavam a corroer o sistema monárquico-imperial, e aproveitaram a oportunidade para lançar o documento. Tratava-se de uma análise do sistema político brasileiro. Entretanto, sustenta ter faltado ao *Manifesto* o entusiasmo capaz de emocionar o público e causar efeito imediato, mesmo sendo um texto político. Apesar da ressalva, o autor ressalta uma marca retórica de sentido moderno inconfundível: a habilidade dos republicanos de invocarem a opinião de “abalizados homens públicos”, monarquistas notórios e convictos, para discutirem a relação do Poder Moderador com os homens de governo, o exercício do poder pessoal e a ruína do sistema representativo, e a reponsabilidade governamental.²⁰ Outros estudiosos do assunto descrevem, como no conteúdo, os republicanos incorporaram ideais presentes no debate pró-reformas, promovido pelos liberais da década de 1860.²¹

O *Manifesto de 1870* divide-se em oito partes: “Aos nossos Concidadãos”; “Exposição dos Motivos”; “Processo Histórico”; “O sofisma em Ação”; “Consenso Unânime”; “Federação”; “A verdade Democrática”; “Conclusão”.²² A terceira e a quinta partes atendem aos propósitos dessa seção. Por enquanto, analisemos “Consenso Unânime”, pois, identificamos nessa parte o argumento de persuasão exposto de forma nítida através das tópicas presentes no discurso. Ademais, é nela que encontramos (II) referência a várias personalidades políticas, trazidas ao

¹⁸ HANSEN, J. A. **Lugar-comum**, pp. 160-161, 167.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ SILVA, Raul de Andrada e. Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais. *Revista de História da USP*. São Paulo, v. 41, n. 84 (1970), pp. 439, 443-444. G.

²¹ Cf.: BOEHRER, George. **Da Monarquia à República**: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889). Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, p. 216; LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990; CARVALHO, José Murilo. *República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891*. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 27, n° 45: pp. 141-157, jan./jun. 2011.

²² Para uma análise sintética dessas partes ver: VISCARDI, C.M. R. **Unidos perderemos ...**, p. 29.

texto para justificarem a proposta republicana; por meio da exposição de um consenso, já formado em meio à opinião esclarecida sobre o assunto.

Em “Consenso unânime” são encontradas as tópicas contínua e incisivamente empregadas pelo discurso republicano brasileiro, são elas: o poder pessoal; o absolutismo; o falseamento do sistema representativo; a corrupção; a centralização. Em 1870, os agentes compartilhavam um conjunto de conceitos já inseridos no universo do discurso político nacional Ou seja, antes mesmo da fundação do *Partido Republicano*. As referências remetem não somente à década anterior como se estendem aos anos de 1840.

Estamos diante de clara estratégia persuasória, ou melhor dizendo, de uma estratégia retórica em sentido moderno. Retoricamente, é apresentado um discurso decoroso, adequado à audiência, na maioria composta de notórios monarquistas. Vejamos. Para falarem do “poder pessoal” do Imperador, citam Eusébio de Queiroz, Firmino Silva (*Correio Mercantil* de 10/05/1868), D. Manoel de Assis Mascarenhas, Francisco Octaviano (redator *Correio Mercantil*). Para falarem do absolutismo, citam Nabuco de Araújo (1868), Francisco Octaviano. Para falarem da corrupção, citam o Visconde Camaragibe, Pinto de Campos (*Constitucional de Pernambuco* de 1868). Para falarem do falseamento das instituições, citam Sayão Lobato e Firmino Silva (ambos do *Correio Mercantil*), Silveira Mota (1856) e Francisco Octaviano (ambos do *Diário do Povo* de 1868), e José de Alencar. Para falarem da centralização, citam Antônio Carlos, o velho (1841), Barão de São Lourenço.²³

Como mostra José Murilo de Carvalho, ao invés de vício, a citação de autores e de obras, especialmente do estrangeiro, deve ser vista como estratégia de persuasão presente nas práticas letradas da cultura brasileira oitocentista. Trata-se da apropriação de um dos aspectos da tradição da segunda escolástica portuguesa, na qual o recurso à citação era generalizado. Aliás, na retórica da segunda escolástica portuguesa, recorrer à autoridade era recurso obrigatório.²⁴

No *Manifesto*, a única referência externa citada é uma frase do discurso do advogado e político republicano francês Léon Gambetta (1838-1882). Gambetta teve papel central na consolidação da Terceira República Francesa. Ele é trazido ao texto devido à atuação importante na elaboração da constituição republicana da França. Como já foi exposto, o recurso à citação exaustiva de autores teve, na cultura brasileira do século XIX, caráter persuasivo instrumental. Estamos cientes de não se tratar de dependência, de subalternidade intelectual, de mimetismo ou desonestidade; mas, da apropriação e da instrumentalização de um aspecto da cultura letrada portuguesa.

Não se tratava de citar por citar; mas de citar para convencer, para persuadir através do uso de um argumento de autoridade. Era evidente estratégia suasória. Diferentemente do que nos aconselha José Murilo, devido à temática que aqui é explorada, torna-se interessante nos reter na citação ou no seu conteúdo. Por outro lado, não se ignora a necessidade de ir além. Ou seja, de fazer uma lista dos autores mais citados. A citação enquanto elemento do argumento

²³ BOCAIUVA, Quintino; MARINHO, Saldanha et alli. Manifesto Republicano: aos nossos concidadãos. In: PESSOA, Reynaldo Cameiro. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos**, pp. 48-52. Ver também: O MANIFESTO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1870. Manifesto, pp. 1-3.

²⁴ CARVALHO, J.M. de. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura...**, pp. 137, 147.

persuasivo do discurso dos nossos republicanos ajuda certamente a construir o cânon de autores, de modo a expressar o pensamento político e filosófico no qual se basearam. Ao nosso ver, isso leva a análise para além do texto fundador do movimento. Desse modo, pensamos numa rápida leitura analítica de algumas edições d' *A República*, como caminho auxiliar.

A edição de 08 de fevereiro de 1872 traz transcrição do periódico madrileno *La Discusión*. Informa sobre o discurso pronunciado por Léon Gambetta em Toulon, durante um banquete para o qual foi convidado, ocorrido no Grande Hotel da cidade francesa. Na ocasião esteve presente a autoridade municipal, um senhor de nome Allégre. A intervenção consisti numa resposta à saudação elogiosa do Prefeito. A noção apresentada do conceito de “República” traz a respiração do tempo em que vivia, a traumática passagem do Segundo Império Napoleônico para a República:

Apesar das fraquezas das faltas cometidas das traições, podemos dizer que nosso único objeto, **nossa única preocupação é exaltar e regenerar o país por meio de uma aplicação sincera das ideias e dos princípios democráticos. Estas patrióticas conservamo-las ainda, porque cremos só na República que residem os elementos da nossa salvação nacional**; porque cremos que, depois das numerosas desgraças que a monarquia ocasionou à França, não podemos chegar ao termo da obra da **nossa regeneração**, senão pelas sendas da **verdadeira democracia**, pela ciência do progresso e pelo emprego eficaz da **verdadeira liberdade** (grifos nossos).²⁵

Na qualidade de expressão do pensamento republicano francês da década de 1870, podemos constatar que Léon Gambetta associa o significado do conceito de “República” a duas noções, quais sejam, “Democracia” e “Liberdade”. A compreensão de “República” como sinônimo de “ideia democrática”, e, por sua vez, de “Liberdade”, também era um procedimento recorrentemente operado pela mentalidade republicana emergente no Império brasileiro. Assim procede quando lemos a principal coluna homônima d' *A República*, particularmente quando trazia a transcrição dos artigos de Francisco Cunha, em Porto Alegre, ou notícias sobre adesões à causa republicana.²⁶

Com a leitura do jornal *A República* até 1872, salta aos olhos a existência de um repertório comum, compartilhado pelos agentes. O conjunto lhes permitia inserção num universo mais amplo, extra-fronteiriço, se assim podemos dizer, do pensamento e do discurso republicano; fosse ele na Europa, fosse ele nas Américas. Percebe-se que na retórica empregada, as tópicos apresentadas – as desvantagens da Monarquia, a sua belicosidade, o privilégio, a corrupção, a concentração de poder –, lhes inseriam numa linha pragmática de pensamento compartilhada pelas correntes republicanas, politicamente organizadas, que iam desde *A República* do Rio da Prata a Emilio Castelar, na Espanha, chegando até Léon Gambetta na França.²⁷

²⁵ LA DISCUSIÓN apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 261, 08 fev. 1872. Notícias, p. 2.

²⁶ Essa situação pode ser comprovada através das edições de 20/05, 08/09, 20/09, 12/10, 18/10, 07/11, 11/11, 12/11, 18/11, 15/12, todas do ano de 1871.

²⁷ Sobre a relação do movimento brasileiro com o Republicanismo do Rio da Prata (Montevideu e Buenos Aires), ver: A IMPRENSA do Prata e os republicanos brasileiros. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 258, 05 fev. 1872. A República, pp. 3-4; A IMPRENSA platina e os republicanos brasileiros. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 283, 02 mar. 1872. A República, pp. 3-4.

O Manifesto de 70, na parte “A Verdade Democrática”, na sequência em que se encontra citada a frase de Gambetta, já afirmava ser a Monarquia incompatível com a “Democracia”. Devido ao princípio do poder vitalício e hereditário, “[...] o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático.”²⁸

Em nenhuma outra edição, se não na de 20 de fevereiro de 1872, a vinculação de “República” com “Democracia” e “Liberdade” aparece tão desenvolvida e acabada. Sabemos por meio dela que os republicanos brasileiros apreendiam a “República” como sinônimo de “Democracia”, que por sua vez significava o triunfo da própria “Liberdade”, num sentido moderno. Tal era o objetivo a ser alcançado para o Brasil.

O artigo *Democracia* trata da saudação celebrada, pelos agentes da Corte, à folha *Da Democracia*. Órgão republicano surgido na imprensa porto-alegrense, sob direção de Francisco Xavier da Cunha (1835-1913). Os republicanos reabilitam no conceito a concepção clássica (Grécia e Roma): “**A democracia, a república** (grifo nosso), é o remédio que nos há de salvar”. Em linhas mais adiante, falam o que significa o lançamento da folha na Província do Rio Grande do Sul: “A democracia será nesta província, o centro, o elo primeiro desse trabalho preliminar, no qual deveremos em breve o **triunfo da liberdade** (grifo nosso).”²⁹

Uma vez identificadas (I) as tópicas (lugares-comuns) e (II) as referências do argumento de persuasão, em textos da propaganda republicana, nos voltamos para o terceiro elemento ao qual frequentemente recorreram: (III) a tópica da exemplaridade histórica. Na parte “Processo Histórico” do *Manifesto de 70*, os autores fazem um mergulho no passado monárquico recente brasileiro, para explicarem o processo a ter levado o país à ausência de liberdade, de democracia e de soberania popular: “Para bem apreciar as causas que hão concorrido para o relaxamento moral que se observa, e conhecer-se até que ponto a ideia do direito foi desnaturada, é necessário remontar à origem histórica da fundação do Império.”³⁰ Lembramos que Saldanha Marinho, enquanto relator do *Manifesto*, havia outrora se predisposto à tarefa semelhante em *O Rei e o Partido Liberal* (1869), obra em determinadas partes integralmente transcritas para o *Manifesto*. Sistemáticamente mobilizou a Retórica da Revolução para denunciar a autoridade do Rei face à inercia dos liberais, identificados com a “nação”.

Da mesma forma, os elaboradores do *Manifesto* se reportaram aos tempos revolucionários da Independência; ao recuo da democracia diante da emergência do Primeiro Reinado; à dissolução da Assembleia Nacional Constituinte de 1823 pela força das armas; à “Revolução” de 07 de Abril de 1831; ao Regresso Conservador de 1837 e à Lei de 1841 de Interpretação do Ato Adicional de 1834.

Sobre a relação com Emilio Castelar, ela aparece nas páginas d’ *A República* nas edições de 07 de dezembro de 1871 e das dos dias 09, 13, 18, 19, 23, 24 e 26 de janeiro de 1872, sob a forma de *A Internacional: o discurso de Castelar*. Trata-se de uma série de discursos realizados pelo político e orador nas sessões do Parlamento espanhol.

²⁸ BOCAIÚVA, Quintino; MARINHO, Saldanha et al. *Manifesto Republicano: aos nossos concidadãos*. In: PESSOA, Reynaldo Cameiro. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos** p. 59.

²⁹ A “DEMOCRACIA”. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 272, 20 fev. 1872. *A República*, p. 3.

³⁰ BOCAIÚVA, Quintino; MARINHO, Saldanha et al. *Manifesto Republicano: aos nossos concidadãos*. In: PESSOA, Reynaldo Cameiro. op. cit., p. 42.

Nas páginas das edições d'*A República*, o recurso à exemplaridade da história é mais explicitamente reivindicado. Os redatores não perderam a oportunidade de mobilizarem a tópica da utilidade da história. Na edição 131, confessam fazer parte da estratégia a busca, na história passada e na história contemporânea do século XIX, de fatos a lhes possibilitarem confirmar opiniões próprias a respeito da constituição e da índole dos governos monárquicos: “Não carecemos de pedir exemplos à história ou lembrar os fatos contemporâneos das nações monarquizadas.”³¹

A seguir, o recurso da exemplaridade, tomado muitas vezes por Francisco Cunha em seus discursos, nos dá acesso a dados os quais nos auxiliam a investigar a contribuição da matriz francesa do Republicanismo na formulação de uma proposta revolucionária para resolver a “Questão do Regime”. Relembramos que a máxima de encerramento do *Manifesto do Centro* – “Ou a reforma, Ou a revolução” –, incisivamente rememorada aos liberais por Francisco Cunha, remetia à passagem revolucionária de 1848 na França. Foi o próprio mentor, o Senador Nabuco de Araújo, quem a justificou na Sessão de 17 de Junho de 1869, no Senado imperial.

³¹ ASPECTOS monárquicos. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 131, 19 set. 1871. *A República*, p. 3.

10 MUITO ALÉM DO *MANIFESTO DE 70*: O DIREITO À REVOLUÇÃO PARA IMPLANTAR A REPÚBLICA NO BRASIL, NA OPINIÃO DE FRANCISCO CUNHA

Investigamos a inserção do republicano sul-rio-grandense, Francisco Cunha, no debate político dos anos de 1870. Publicados nas páginas d'*A República*, seus artigos nos indicam que a opção pela via moderada reformista, pretendida por liberais históricos, signatários do *Manifesto do Centro* de 31 de Março de 1869, e pelo programa dos liberais-radicais, não colocou um ponto final decisório na opção por uma saída não convencional, para debelar a crise política vivida no período. Muito menos a reivindicada pelos republicanos históricos, signatários do *Manifesto Republicano* de 03 de Dezembro de 1870.

Aliás, como já exposto no capítulo sexto, no intervalo temporal a separar as datas de lançamento dos dois manifestos, aquele que veio a ser um dos principais líderes dos republicanos brasileiros, Saldanha Marinho – num momento de radicalização em sua trajetória, ainda enquanto político liberal – deu sequência ao discurso da Revolução. Fato verificado de junho a agosto de 1869, nos panfletos homônimos constituintes da primeira edição de *O Rei e o Partido Liberal*.

Desde agora, entramos num ambiente republicano publicamente declarado afeito à Reforma pacífica e legal. Contudo, ao aprofundarmos na leitura das colunas d'*A República*, os discursos de Francisco Cunha corroboram para dizermos que a opção pela via revolucionária radical, a fim de resolver a “Questão do Regime”, permaneceu um campo aberto; muito além do programa moderado previamente traçado e do marco cronológico assinalado pelo *Manifesto de 03 de Dezembro*. Entendemos agora que o ex-liberal sul-rio-grandense trilhou por vereda anteriormente explorada por Saldanha Marinho.

Francisco Xavier da Cunha nasceu em 1835, na cidade de Porto Alegre. Ao lado de Félix da Cunha¹, foi filho de Maria Quitéria de Castro e Cunha com o Brigadeiro imperial homônimo seu. O referido foi comandante legalista durante a Revolução Farroupilha. Pereceu em combate, quando o filho tinha apenas quatro anos. A família de Francisco Cunha guardou estreitos vínculos com autoridades do Império. O agente teve por padrinho de Crisma o próprio D. Pedro II, quando o Imperador esteve em visita ao Rio Grande do Sul, em 1845, por ocasião do término da guerra civil na província. No ano seguinte, aos 10 anos de idade, Francisco Cunha entrou para o 2º regimento.²

Em 1853, sentou praça no Exército imperial na condição de soldado. Em 1855, recebeu Galões de Alferes. Entretanto, atendendo a razões de saúde, teve de deixar a vida militar e passou a se dedicar à vida civil. Para nossos propósitos, vale ressaltar a ligação de comprometimento político estabelecida e mantida por sua família, desde muito

¹ Acerca da vida e da obra, ver: FÉLIX Xavier da Cunha. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, v. 2, pp. 336-337.

² Para acesso aos dados utilizados na construção do perfil biográfico de Francisco Xavier da Cunha, ver: MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ED. Da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978, p. 172; FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**, Sérgio da Costa Franco; Mario Rosano (org.). Porto Alegre: Suliani letras & Vida, 2010, p. 71. Ver também: FRANCISCO Xavier da Cunha. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, v. 3, p. 137.

cedo, com o *Partido Liberal* gaúcho. O irmão, Félix da Cunha, nasceu em 1833, em Porto Alegre, e faleceu aos 32 anos na mesma cidade. Realizou preparatórios no Colégio D. Pedro II e, em 1854, diplomou-se em Direito pela Academia de São Paulo. Foi um dos organizadores do *Partido Liberal* na província, em conjunto ao General Osório e a Gaspar Silveira Martins. Foi Deputado Provincial nas Legislaturas de 1856/57, 1858/59 e 1862/63; bem como Deputado Geral na Legislatura de 1861/64.³

Na década de 1860, quando já afastado da vida militar, Francisco Cunha comprou *O Mercantil*, órgão do *Partido Liberal* no Rio Grande do Sul, substituindo José Cândido Gomes na redação. Ao tornar-se Diretor-redator, passou a publicar ao lado de Félix da Cunha. O início do envolvimento com a propaganda republicana ocorreu na folha.⁴ O encerramento dessa etapa veio com a morte do irmão, em 1865. Nesse ano, passou a desempenhar o cargo de Inspetor Geral das Colônias do Rio Grande do Sul. Situação não prolongada devido à eclosão da Guerra do Uruguai (1864-1865). Em decorrência do conflito, reingressou às fileiras militares. Logo em seguida, foi servir na Guerra do Paraguai (1865-1870).

Terminado o maior conflito armado da história da América do Sul, F. Cunha mudou-se para Montevideu e, em seguida, voltou a Porto Alegre. Como é explorado pela historiografia de um modo geral, os condicionantes da década de 1870 revelaram-se extremamente fecundos para o empreendimento jornalístico em todo país.⁵ Conseguimos perceber reflexos dessa situação no Rio Grande do Sul, a partir da biografia de Francisco Cunha.

Uma vez de volta à capital da província natal, se tornou redator d' *A Reforma*. Logo depois, passou a sê-lo no *Jornal do Comércio*. Na primeira folha mencionada, publicou a série de artigos intitulada *O Nosso Atraso*, retomando a defesa da República iniciada n' *O Mercantil*. Entre os anos de 1870 e 1871, produziu vários artigos que mais tarde, em 1878, foram publicados no Rio de Janeiro, sob o título *As Minhas Crenças e Opiniões*.

Na qualidade de membro do *Partido Liberal*, escreveu para a Revista do *Parthenon Literário*, associação de tal clivagem sediada em Porto Alegre, entre 1869-1885, e estreitamente articulada com a política gaúcha. Na edição número um da revista, julho de 1872, foi publicada a série de artigos intitulada *A religião nas sociedades modernas*. Naquele momento, a publicação dava ressonância a uma das vozes a fazer oposição ao Ultramontanismo no Rio Grande do Sul. O autor aparecia como defensor das liberdades laicas.⁶

Enquanto homem de letras na imprensa, num primeiro momento foi colaborador. Depois, em novembro de 1872, tornou-se redator do jornal *A República* do Rio de Janeiro, a convite de Quintino Bocaiúva.⁷ Além disso, foi o

³ FÉLIX Xavier da Cunha. In: BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**..., pp. 336-337.

⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Tempo**. 2009, vol.13, n. 26, p. 16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100002>. Acesso em: 01 abr. 2020.

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. ed. 4 (atualizada). RJ: Mauad Editora, 1999, pp. 53, 182, 231-284.

⁶ DA SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. **Dois pra lá. Dois pra cá**. O Parthenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. 2008. Dissertação de Mestrado. 189f. IFCH-UFRGS, Porto Alegre, 2008, p. 61.

⁷ A REPÚBLICA. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 532, 28 nov. 1872, pp. 2-3; Ver também: MELLO, M.T.C. de. op.cit. loc.cit.

fundador do primeiro jornal dessa linha política em Porto Alegre. Trata-se d' *A Democracia* (1872-79)⁸, autodeclarado órgão do *Partido Republicano*. A folha circulou na capital gaúcha por cinco meses em 1872, e de novembro de 1874 a maio de 1875.⁹

Uma vez correligionário e representante do programa dos republicanos da Corte na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Francisco (Xavier da) Cunha prestou notáveis contribuições ao Jornal *A República*. Da imprensa porto-alegrense, o responsável pela agência local do órgão carioca escreveu vários artigos para o editorial, elaborado no Rio de Janeiro. Assim pôde proceder graças ao talento jornalístico dos ilustres redatores-proprietários, Salvador de Mendonça e Luiz Barboza da Silva, em edições de 1871 e 1872.

“F. Cunha”, tal como assinava no final dos artigos publicados, em sua maioria na principal seção homônima d' *A República*, pode ser identificado como um dos porta-vozes da Revolução no ambiente republicano da época. Na fase inicial de ativismo, a defendeu como um meio através do qual o *Partido Liberal*, na qualidade de agente, retomaria o poder do qual foi “expulso” pelo Imperador, com a demissão do terceiro Gabinete de Zacarias de Góis, em 1868. A exoneração do Ministro Zacarias constituiu-se no evento responsável pela Cisão Liberal de fins da década de 1860, da qual resultou a formação do próprio *Partido Republicano* no decênio seguinte.

Até o ano de 1872, teve destaque no discurso de Francisco Cunha a exigência para que os liberais do Império retomassem o governo por meios violentos, como cumprimento da máxima – “Ou a reforma, Ou a revolução” – com a qual concluíram o programa formulado no *Manifesto do Centro*, apresentado a 31 de março de 1869 no *Jornal do Comércio*. Ele lhes criticava constantemente por não reivindicarem a Revolução enquanto um direito, já que as reformas por eles apregoadas eram incompatíveis com a Monarquia; e por isso, inaplicáveis segundo a ótica das autoridades imperiais.¹⁰

Antes de analisarmos algumas edições d' *A República*, nas quais é demonstrada, com minuciosidade, a exigência revolucionária feita por Francisco Cunha ao *Partido Liberal*, e também a defesa da Revolução enquanto um direito, apontamos uma observação útil à compreensão adequada da trajetória do agente. Observamos nele uma personalidade política com livre trânsito entre o circuito liberal e o circuito republicano da época. Ao mesmo tempo em que aparece como agente declaradamente republicano, suas relações com o meio liberal são reveladas. Sua história foi marcada pelas consequências da Revolução Farroupilha e pelos incidentes a envolver a política imperial, orientada aos países do Rio da Prata. Para além de referenciais franceses, aspectos da própria história revolucionária da Província gaúcha orientaram suas explicações acerca da via radical, pela qual deveriam optar os liberais na consecução dos propósitos deles.

⁸ Para acesso aos dados utilizados na construção do perfil biográfico de Francisco Xavier da Cunha, conferir nota 2 desse capítulo.

⁹ Informação possível de ser averiguada no site da *Hemeroteca Digital*.

¹⁰ Entre as reformas exigidas pelos liberais no período, de um modo geral, estavam: a emancipação dos escravos; a relativa ao sistema eleitoral; a descentralização política administrativa; a reforma política envolvendo o fim da vitaliciedade do Senado, a responsabilidade ministerial; o fim das funções políticas do Conselho de Estado; a promoção da instrução privada e expansão da pública; independência do poder judiciário (DE ARAÚJO, José Tomás Nabuco et alli... O Manifesto do Centro Liberal. In: BRASILIENSE, Américo. **Os Programas dos Partidos e o 2º Império**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878, pp. 37-39, 43).

Obras a lhe retratarem biograficamente evidenciam pontos de ruptura na trajetória, no decorrer da década de 1870. Se nos anos iniciais do período encontramos um Francisco Cunha colaborador d' *A República*, representante da agência desse órgão na imprensa gaúcha e, logo em seguida, seu principal redator na cidade do Rio de Janeiro, o mesmo não se observa a partir da segunda metade do decênio. Não se afirmar isso ao ter em vista o fim da circulação do jornal, em fevereiro de 1874. A razão tem a ver com a trajetória política traçada pelo próprio agente no Rio Grande do Sul.

Acontece que, inopinadamente, Francisco Cunha veio a tornar-se Deputado da Assembleia Provincial, para a Legislatura de 1877/78.¹¹ Eleito pelo próprio *Partido Liberal*, a quem tanto criticou na imprensa republicana. Há estudo a afirmar que no decurso do mandato voltou a declarar-se republicano.¹²

A respeito do discurso realizado na Sessão de 16 de Março de 1877, o já então Deputado liberal revelou um traço significativo do Movimento Republicano no Rio Grande do Sul. O Rio da Prata teria exercido influxo considerável no pensamento político, seu e local. Apesar das constantes comoções internas, viu naquela região progresso acentuado e forte vitalidade nacional, ambas qualidades atribuídas à organização republicana. Face a isso, alegou ser o movimento fraco no Rio Grande devido a duas marcas: ao caráter urbano e ao analfabetismo das massas, um obstáculo à propaganda.¹³

Exposta tal especificidade, a qual retomaremos no décimo sexto capítulo, atenhamos ao que interessa aos propósitos do capítulo em curso. Isto é, à proposta da via revolucionária por Francisco Cunha apresentada nos primeiros anos da década de 1870, nos quais escreveu frequentemente para *A República* do Rio de Janeiro, na qualidade de colaborador e de representante da agência em Porto Alegre. Tomando o republicano sul-rio-grandense como modelo, sustentamos que a Retórica da Revolução extrapola os anos de 1870. Se perpetua como possibilidade ao perpassar estratégias traçadas e os marcos cronológicos assinalados nos manifestos lançados por liberais do *Centro* e pelos próprios republicanos.

Ao investigar as particulares clivagens ideológicas do Republicanismo no Rio Grande do Sul, para além da mera adesão ao *Manifesto de 1870*, Helga Picollo concorda que, ao lado de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Xavier da Cunha defendeu constantemente o direito à Revolução, na fase inicial de sua propaganda. Criticou o *Partido Liberal* por não fazer uso de tal direito, já que o havia inscrito como lema ao formular programa em 1868, sintetizado em “Reforma ou Revolução”. A autora nos indica outro detalhe: a persistência em instigar os liberais à desfiliação partidária, à qual estavam vinculados. Como justificativa, alegava incompatibilidade entre a Monarquia brasileira e as reformas exigidas pelos antigos copartidários.¹⁴

Contudo, escapa à análise como pôde Francisco Cunha ter feito do direito à Revolução, exigido aos liberais, o centro de sua propaganda num ambiente particular, declarado moderado: a imprensa republicana na Corte do Rio de Janeiro. Cientes dessa lacuna, selecionamos algumas edições d' *A República*, de outubro a novembro de 1871 e de

¹¹ MARTINS, A. *Escritores do Rio Grande do Sul*..., p. 172.

¹² FRANCO, S. da C., *Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)* ..., p. 71.

¹³ PICCOLO, Helga I. L. A Crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. *História Unisino*. Vol. 14. Nº 1 - janeiro/abril de 2010, p. 25.

¹⁴ *Ibidem*.

janeiro de 1872. Em tais edições consta a intervenção do agente no debate, gerado na imprensa, em torno das consequências da crise política enfrentada pelo Império.

Na edição 144 da folha republicana, a coluna *Imprensa americana* traz o artigo *As cousas por seu nome*. Nele há apreciação do fim da sessão legislativa do ano de 1871, pautada na análise do panorama político do Império. No balanço, sobressai a situação dos três partidos em disputa pelo poder: o *Partido Conservador*, o *Partido Liberal* e o *Partido Republicano*. Para o autor, o “partido bastardo”, do qual era chefe o Ministro José da Silva Paranhos, não podia cair por meios legais. Era uma ilusão supor que naquela altura a eleição poderia apeá-los do poder.

O “partido bastardo” referido era os sectários da Coroa, a própria Monarquia brasileira. Sustenta: “A monarquia está em luta contra os três partidos reais e organizados deste país”. Os conservadores não governavam: “Temos estes três fatos: oposição do partido conservador, oposição do partido liberal, oposição do partido republicano.”¹⁵ Ao seu ver, o *Partido Conservador* estava mudo e extenuado. Para o *Partido Republicano* era impossível à Coroa lhe conceder o poder. Já o *Partido Liberal* “[...] é o mais forte e vigoroso deste país. Seu programa estava publicado: “reforma ou revolução”.¹⁶ O programa desse em relação ao Imperador é apresentado como sendo incompatíveis.

Francisco Cunha encerra frisando que não havia saída legal. A Coroa faria a próxima eleição para garantir uma maioria conservadora no Parlamento: “A câmara futura será janízara.”¹⁷ Nessa circunstância, pergunta o que cumpriria aos partidos fazerem. Como veremos, nos próximos publicados em *A República*, ele mesmo se encarregou de dar resposta à pergunta feita.

Pode-se afirmar que os redatores-chefes d’ *A República*, Luiz Barboza da Silva e Salvador de Mendonça, estiveram de acordo com as proposições levantadas pelo correligionário sul-rio-grandense. Prova disso encontramos na disposição em que o artigo de Francisco Cunha, intitulado *Os partidos ante o governo pessoal*, aparece na edição de 20 de outubro de 1871. O mesmo é precedido por *O Partido Liberal*, na seção principal da folha.

No último artigo mencionado, a opinião do jornal questiona o comportamento do *Partido Liberal*. Ela afirma que o partido, até naquela data, havia lavrado a ata da abdicação. A agremiação partidária recuava diante das exigências do tempo, adotando um comportamento dúbio: “Na imprensa o partido invoca a luz, no Clube [da Reforma] retrai-se à sombra dos expedientes já condenados. Na imprensa é ativo e ameaçador; no Clube é submisso e tímido.”¹⁸

¹⁵ CUNHA, Francisco Xavier da. *As Cousas por seu nome*. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 144, 04 out. 1871. *Imprensa Americana*, pp. 3-4.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ O PARTIDO Liberal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 158, 20 out. 1871. *A República*, p. 3. Como vimos no capítulo sétimo, na casa de Tavares Bastos, o *Clube da Reforma* surge em 1868 como decorrência da crise política inaugurada com a queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góis. A finalidade era congregar, sob mesma bandeira, liberais e progressistas. Inaugurada a 12 de maio de 1869, *A Reforma* tomou-se a voz da agremiação na imprensa durante os dez anos em que circulou, entre 1869 e 1879.

Já no artigo de Francisco Cunha, há explícita tentativa de denunciar o que entende por abatimento dos partidos monárquicos diante da “onipotência imperial”. A contradição observada na postura do *Partido Liberal* aparece. Esse se diz perseguido. Seus membros são expulsos das Câmaras Gerais, das províncias, das Assembleias paroquiais. Se dizem “colocados neste dilema: abstenção ou resistência armada”, porém “O sistema do qual se diz vítima é o mesmo sistema com o qual tem governado até aqui”. A opinião da folha é enfática na argumentação: “Falta-lhes o **direito de reclamar contra os abusos e contra as violências** (grifo nosso) de que se dizem vítimas, porque tais abusos e violências são inerentes ao regime que querem sustentar.”¹⁹

No nosso ponto de vista, os redatores tomaram as proposições levantadas por Francisco Cunha, em *Os partidos ante o governo pessoal*, para sustentarem opinião frente à situação política. Há a criação de uma intencional linha de convergência de pensamento e isso explica a disposição em que aparece o artigo do correligionário sul-rio-grandense na principal coluna da folha, na 158ª edição. Tanto em Porto Alegre quanto na Corte houve reafirmação da impossibilidade de quaisquer um dos partidos, em disputa, de vencerem as eleições diante da “ vaidade ” do governo imperial, encabeçado pelo Ministro Paranhos, o Visconde do Rio Branco.²⁰

Vamos ao artigo de Francisco Cunha. Ao comparar as figuras do Imperador e do Ministro Paranhos às figuras de Guilherme I e do Chanceler Bismarck, respectivamente, o correligionário afirma que “em falta de país rico a que fazer a guerra para tomar-lhe território e dinheiro, farão o contrário, nos endividarão.”²¹ A fala alude à Guerra Franco-prussiana, conflito armado entre Prússia e França que levou, por um lado, à concretização da unificação alemã, e, por outro, à queda de Napoleão III e ao estabelecimento da Terceira República Francesa.

Quanto ao protagonismo popular, não vacila: “Povo pobre e ignorante não faz revolução, arrasta o seu jugo mansamente. É o estado em que está e tende a ser agravado.”²² Ou seja, da parte do correligionário o primado e a conduta da mobilização somente poderia caber aos agentes congregados nos partidos. A Revolução popular era inviável sem a orientação de lideranças partidárias.

Para ele, o *Partido Conservador* de José de Alencar não estava maduro para o governo. Quanto ao *Partido Liberal*, não deveria ter a ilusão de ser chamado ao poder. Muito menos a de se impor através de eleições, sem antes uma retratação do programa de reformas defendido. Mesmo querendo pleitear as eleições, não poderia vencer, pois não venceria partido algum contra a vontade do governo. Era certo que seria repellido pelas urnas. A questão era saber o que lhe restaria fazer. Segundo F. Cunha, para as possibilidades política da época “Há três alvites a escolher. Coalizão dos

¹⁹ CUNHA, Francisco Xavier da. Os partidos ante o governo pessoal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 158, 20 out. 1871. A República, p. 3.

²⁰ No momento de fala de Francisco Cunha, as pessoas dos imperantes, D. Pedro de Alcântara e D. Tereza Cristina, não se encontravam no país. Ambos estavam em viagem pela Europa, desde maio de 1871, e só retomariam ao Brasil em março do ano seguinte. Na ausência dos monarcas, quem assumiu a chefia do Estado, de maneira plena, foi a Princesa consorte herdeira do Trono, D. Isabel. Foi a primeira regência das três que teria. Por seu turno, a chefia do governo ficou sob o comando do Primeiro Ministro, o Visconde do Rio Branco.

²¹ CUNHA, Francisco Xavier da. Os partidos ante o governo pessoal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 158, 20 out. 1871. A República, p. 3.

²² *Ibidem*.

partidos ante a urna. **Abstenção do voto e revolução** (grifo nosso). Fusão de todos os homens honestos e patriotas com o partido republicano federal.”²³

O primeiro indicativo de que aprofundaria na tese da Revolução enquanto direito está no artigo intitulado *Coalisão dos Partidos*. Por meio desse, voltou a explicar para o público d’ *A República* a situação dos três partidos legítimos do Império. A ação combinada das três organizações, com objetivo de pleitearem as urnas, é vista como ato regular e frequente da vida política. Todos apresentavam um único objetivo, o de alcançar o poder. As primeiras críticas ao regime que dispensou Zacarias de Góis da chefia ministerial aparecem: “[...] Constituição [...] não passa de uma manhosa outorga do despotismo. Quem derruba ministros, quem muda situações? É o imperador. Uma vez ostensivamente e de sobrecenho carregado, como quando despedira o senhor Zacarias.”²⁴

Discorre sobre uma possível “coalisão” dos três partidos legítimos, uma “confederação” partidária frente à urna eleitoral. Para ele, uma liga entre o *Partido Republicano* e o *Partido Liberal* seria possível e até natural: “Nada pois mais natural do que o apoio dos republicanos aos liberais”. Inicialmente, o tom do discurso denota que F. Cunha procurava se colocar numa posição de observador político neutro, entre republicanos e liberais, talvez pelo vínculo que ainda possuía em relação aos últimos. Porém, fala enquanto republicano: “Nosso partido ainda está longe das honras, dos proveitos, das seduções do poder.”²⁵

No transcurso das proposições, a opinião do autor muda drasticamente. Passa a pedir o abandono da ideia de liga, por conta da inutilidade: “Já se vê que a coligação dos partidos, quando possível não levaria ao resultado “[...] o de subjugar, pelos meios pacíficos, o poder pessoal dos partidos”. Em seguida indica o que discutiria no próximo artigo a ser publicado: “Examinemos o segundo alvitre: abstenção e revolução.”²⁶

Em *Abstenção e Revolução* sugere abertamente ao Partido Liberal o uso da força para tomar o poder, a fim de satisfazer o anseio por mudanças no país. Num jogo de pergunta e resposta, expõe o dilema diante do qual se colocava a si mesmo o partido, desde o *Manifesto do Centro de 69*: “O que quer o partido liberal? Quer reformas. Qual é o meio de fazer reformas? É a posse do poder. Como há de chegar ao poder? Pela vontade do Imperador (ilegalmente) ou pela eleição (legalmente).”²⁷ O correligionário sustenta que o Imperador não colocaria ao seu lado um inimigo; o partido não teria como vencer uma eleição por conta da força desfrutada pelo “partido áulico”.²⁸ Desse modo, responde à pergunta feita sobre não haver outro meio do antigo partido alcançar o poder:

²³ CUNHA, Francisco Xavier da. Os partidos ante o governo pessoal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 158, 20 out. 1871. *A República*, p. 3.

²⁴ CUNHA, Francisco Xavier da. Coalisão dos partidos. **A República**, Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 163, 25 out. 1871. *A República*, p. 3.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ CUNHA, Francisco Xavier da. Abstenção e Revolução. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871. *A República*, p. 4.

²⁸ Entendemos que por “partido áulico” queria o correligionário se referir ao núcleo duro do *Partido Conservador*, identificado na década de 1860 pelo rótulo de “emperrados”, discordantes dos conservadores moderados, aos quais se juntaram os liberais históricos para em 1862 e em 1864 formarem, respectivamente, a *Liga Progressista* e o Partido de mesmo nome. A linha dura do *Partido Conservador* caracterizou-se por ser

Tem um único: a revolução (grifo nosso). Efetivamente. Quando este partido foi expulso do governo pelo imperador, formulou seu programa, e o substanciou neste **imperioso dilema: - Reforma ou revolução** (grifo nosso). A reforma não se pode fazer, porque o partido não tem possibilidade de chegar ao poder, e porque, desde a manifestação solene de suas ideias reformadoras, colocou-se em luta com a monarquia.²⁹

F. Cunha sinaliza para um arrefecimento do ideal dos membros do partido e para um subsequente esvaziamento de suas fileiras, em benefício do alargamento das do *Partido Republicano*. As contínuas adesões, cheias de assinaturas, que a folha do partido recebe na sede imperial, tornando-se “o jornal mais bem dirigido do Brasil”, com publicação diária e de circulação crescente, lhe parece ser sintomático.

Chega no artigo a criticar qualquer saída legal apresentada pelo ex-partido; critica até mesmo possíveis disputas retóricas que seus membros viessem travar no Parlamento imperial: “É inútil. Aos brilhantes discursos dos liberais os áulicos o porão outros também muito brilhantes.”³⁰ A conclusão é a de que os esforços do *Partido Liberal* na eleição seriam inúteis e desperdício de forças. Não alcançaria o objetivo, o poder. Convinha a abstenção: “A abstenção significa acumular no coração do partido, enfeitar em um conjunto as indignações, os rancores, que excita toda opressão, que fomenta todo mal-estar social.”³¹

É perfeitamente compreensível a insistência de Francisco Cunha quando exige do *Partido Liberal* que promovesse a Revolução, tal como havia expresso no *Manifesto do Centro*. Notamos que ele tendia observar na máxima “Ou a reforma, Ou a revolução” mais do que uma simples sentença, como a quis Nabuco de Araújo na Sessão de 17 de Junho de 1869, no Senado Imperial. Deu a ela um tom de promessa feita pelos liberais ao governo. Nesse sentido, o correligionário procurou ser coerente com o processo histórico. À dissolução da Câmara liberal em 18 de julho de 1868, se seguiu um clima de desilusão e de descontentamento no meio liberal, numa atmosfera tendente à radicalização, tanto da parte do governo quanto da oposição. Como demonstramos no capítulo quinto, em 09 de setembro daquele mesmo ano, os liberais publicaram um manifesto dirigido “Ao povo fluminense”, no qual afirmavam que poderiam ter respondido com violência à força empregada pelo governo para fraudar as eleições municipais, a ocorrerem no momento. Porém, preferiram abandonar a eleição, ou seja, preferiram a abstenção.³² Conhecedor desse processo, Francisco Cunha insere seus discursos nessa lógica. Em 1871, retoma a exigência de uma posição política enérgica dos liberais face às ações do governo imperial.

completamente avessa a quaisquer tipos de reformas contrárias à ordem institucional do Império, no Segundo Reinado; e por serem leais fiadores dos interesses dinásticos da família reinante no Brasil. Para mais informações acerca do rótulo, conferir notas 53 e 54 do capítulo quinto. Sobre os integrantes da chamada “Trindade Saquarema”, Eusébio de Queirós, Paulino José Soares e Joaquim José Rodrigues Torres, ver também: MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. SP: HUCITEC, 1987.

²⁹ CUNHA, Francisco Xavier da. Abstenção e Revolução. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871. A República, p. 4.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² Cf.: FRANCO, Bernardo de Sousa et alli. Ao Povo fluminense. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 47, n. 251. 09 set. 1868. Publicações a Pedido, p. 1.

Em linhas mais adiante, à abstenção do *Partido Liberal* nas eleições, Francisco Cunha mostra que haveria de vir o dia da explosão das forças em longa continência. O uso da Revolução para a tomada do poder usurpado é tido como um direito sagrado, do qual nenhum povo deveria se furtar:

[...] o partido liberal necessita de toda a sua força de **ação para realizar o segundo termo de seu dilema – a revolução**. Com efeito. Não julga o partido liberal que é chegado o momento de levantar a bandeira da resistência, guardada em seus arraiais, como a suprema salvação do país? Para quando guarda **o uso desse sagrado direito** (grifo nosso), de que nenhum povo pode abrir mão, sob pena de abraçar-se com a escravidão e com a morte? O que espera ainda?³³

Indaga aos liberais se esperavam conciliação com D. Pedro II, por meio de mútuas concessões, e se queriam que a “Revolução”, com que ornou seu programa, fosse entendida apenas como um “cuco”; um “fantasma”, para assustar o monarca. Para o leitor não fica difícil desvendar à qual tipo de Revolução fez alusão Francisco Cunha, quando a exigiu como meio de ação, “prometido” pelo *Partido Liberal* no *Manifesto do Centro de 69*. Dentro do próprio discurso é possível detectar não apenas o entendimento do significado do conceito, como também o modelo de Revolução, se necessário fosse recorrer a ele.

Vejamos primeiramente. O republicano pergunta aos liberais se havia ou não chegado o tempo oportuno para que o partido deles promovesse a Revolução, a segunda perna do seu dilema: “**Se já chegou a oportunidade, não há mais do que proclamá-la** abertamente pela imprensa e organizar os meios com energia” (grifo nosso).³⁴ Na indagação feita aos liberais brasileiros, há uma velada referência ao Oportunismo, doutrina política e filosófica desenvolvida pelas lideranças republicanas positivistas da Terceira República na França. Tal doutrina pregava a necessidade de aguardar o momento sociológico propício à intervenção política.³⁵

Quanto ao significado do conceito, é plausível dizer que é pensado num sentido de ruptura. De ruptura com a Monarquia de D. Pedro II. Isso é inteligível a partir do modo como está representado no universo do discurso: “Dissipe-se do ânimo do povo o vão receio, que lhe inspira a reivindicação, mesmo violenta, de seus direitos.”³⁶ Perguntamos, se “povo pobre e ignorante não faz revolução”, então a que “povo” está a fazer alusão? Por acaso Francisco Cunha não estava seguindo a mesma praxe liberal, explorada por Saldanha Marinho nos panfletos de 1869, qual seja, a de associar as reivindicações reformistas dos liberais aos interesses do povo?

No que diz respeito ao modelo de Revolução, um substantivo e um adjetivo nos são palavras-chave, quais sejam, “povo” e “violenta”. Nos parece que o republicano sul-rio-grandense cobra do *Partido Liberal* que esse, na

³³ CUNHA, Francisco Xavier da. Abstenção e Revolução. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871. A República, p. 4.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Acerca do Oportunismo enquanto doutrina política e filosófica, alicerçada no Comtismo, e sua relação com as lideranças republicanas da Terceira República Francesa, ver: NICOLET, Claude. De la République Provisoire à la République définitive. Gambetta, Littré, Ferry. In: *L'idée républicain en France, 1792-1924*. Essai d'histoire critique. Paris: Gallimard, 1994, Première Partie, Chapitre IV, pp. 187-249.

³⁶ CUNHA, Francisco Xavier da. Abstenção e Revolução. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871. A República, p. 4.

impossibilidade de ascender ao poder através da conciliação ou promoção, execute a Revolução prometida no dilema de 69 – “Ou a reforma, Ou a revolução” – no momento oportuno.

Para tanto deveria lançar mão da mobilização popular. Mesmo a despeito de o próprio Francisco Cunha ter afirmado em *Os Partidos ante o governo pessoal* que “povo pobre e ignorante não faz revolução”. Num primeiro momento, o conceito de “Revolução” operacionalizado remete, em pleno Oitocentos, ao ideário da revolução popular liberal do século XVIII. Ela consiste no caminho para concretizar a emancipação: “Diga-lhe que não há outro caminho para chegar ao bem-estar e à liberdade.”³⁷

Uma Revolução do *Partido Liberal*, em sua ótica, levaria “Necessariamente a modificar as condições da Monarquia, ou com o mesmo sr. d. Pedro II, ou com a sra. sua filha, d. Isabel”. Onde terminasse tal missão do *Partido Liberal* começaria “a do grande partido nacional – o republicano federal.”³⁸

Nas edições de 04, 23 e 24 de novembro de 1871, temos a publicação do artigo *O Partido Republicano Federal* em três partes, uma em cada edição. Francisco Cunha culpabiliza e responsabiliza a Monarquia constitucional representativa, vigente há cinquenta (50) anos no país, pelo insucesso da Federação. Considera ser tendência nacional a República e a Federação.³⁹ Expõe melhor a relação imbrincada entre o programa apresentado pelo *Partido Liberal* e a “Questão do Regime”. Sobressai nas proposições feitas ao público, o alargamento da compreensão por ele apreendida no que concerne à via radical de mudança de regime.

Da mesma maneira que em Tavares Bastos, é habitual observarmos a França imperial de Napoleão III servir de parâmetro decaído para os republicanos questionarem a centralização monárquica, no Império do Brasil:

As nossas prerrogativas federais tem por apoio e por garantia um presidente, delegado e criatura do centro administrativo, um verdadeiro prefeito do Império *Sedânico*, quero dizer, do defunto império francês, e uma eleição tão submissa, tão crassamente estúpida e maleável, como o famoso sufrágio universal do mesmo infeliz artista, o herói de Wilhelmshöhe.⁴⁰

Ao selecionarem o artigo de Francisco Cunha, os republicanos da Corte lançam mão da tópica dos efeitos deletérios da centralização monárquica para atacarem o governo de D. Pedro II no Brasil, regido pela Princesa Isabel devido à viagem do pai à Europa. Diferentemente do que pensava o publicista das Alagoas, Tavares Bastos, “Monarquia” e “Centralização” para o correligionário sul-rio-grandense eram obrigatoriamente duas faces de uma

³⁷ CUNHA, Francisco Xavier da. Abstenção e Revolução. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871. A República, p. 4.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 173, 04 nov. 1871. A República, pp. 2-3.

⁴⁰ CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 191, 23 nov. 1871. A República, p. 3. O **Schloss Wilhelmshöhe** (Palácio do Alto de Guilherme) é um palácio alemão, localizado num parque de montanha com o mesmo nome, o *Bergpark Wilhelmshöhe*, em Kassel, no Hesse. Local para o qual foi levado Napoleão III, após ter sido derrotado e capturado na Batalha de Sedan, pelas forças do chanceler alemão Otto von Bismarck. Desse modo, serviu de prisão para o segundo Imperador dos franceses entre setembro de 1870 e março de 1871, quando o mesmo seguiu para o exílio na Inglaterra, para Chileshurst, atualmente um distrito suburbano no sudeste de Londres. Não deixamos de notar o tom irônico empregado nessa metáfora.

mesma moeda: “A Monarquia é centralizadora por índole, porque descentralizar é libertar, é dar largas ao desenvolvimento individual, e por consequência, ao desenvolvimento social”. A descentralização significava libertar o Brasil do poder monárquico, de sua influência: “Descentralizar é arrancar a esse poder os meios de estender a sua seção e a sua influência sobre todos os pontos do corpo social.”⁴¹

Por que lançamos mão dessa discussão nutrida por F. Cunha em torno da tópica dos efeitos deletérios da centralização monárquica? Assim o fazemos, pois, é precisamente nesse ponto que o correligionário indica o cerne da inadequação do programa defendido pelo *Partido Liberal* em relação à Monarquia da casa dos Braganças:

O partido liberal labora num erro grave, qual o de pretender descentralizar a monarquia brasileira. O partido liberal exige do sr. Pedro II o mais doloroso e difícil sacrificio. Quer reduzir o monarca brasileiro, tão admirado, por sua alta sabedoria e variada luzes, ao papel do famoso eleitor do abade de Siéyès, que na frase enérgica de Napoleão era um – cerdo no engorde⁴².

O rei, tal como queria o *Partido Liberal* pelas reformas que projetava, consistiria num ente “nulo” e “ocioso”, relegado ao desprezo, o que comprometeria a Monarquia e propiciaria sua queda. A Monarquia, tal como é enquadrada pelo programa dos liberais, seria a forma de governo oposta: “O sistema monárquico, tal como o quer o partido liberal, é a república federal de fato; pois o chefe dos ministros, que governará por quatro anos com a câmara que o apoiar, é um presidente da república.”⁴³ Aqui temos a intenção de trazer os liberais à adesão ao Republicanismo.

A recapitulação das ideias contidas em artigos anteriores consiste no mais importante ponto a ser exposto na quarta parte de *O Partido Republicano Federal*, publicado a 24 de novembro. Ao fazê-lo, Francisco Cunha reincide em exigir Revolução, como cumprimento da máxima de encerramento do *Manifesto do Centro*. Face à incapacidade de reformar a ordem monárquica, tal como os liberais defenderam; já que para isso não haviam satisfeito o intento da tomada do poder; o *Partido Liberal* deveria recorrer à “outra perna do dilema”, a fim de cumprir uma promessa. De modo mais sistematizado, em cinco pontos ele recapitula todas as ideias sustentadas:

1º Estamos em pleno regime do poder pessoal.

2º Esse poder está em luta com os três partidos legítimos desse país: o conservador, o liberal, o republicano.

3º Esse poder apoia-se em um quarto partido de sua emanção, o partido áulico ou absolutista.

4º Os três partidos, ainda mesmo unidos para a eleição, são impotentes para vencê-la, em razão das leis compreensivas do voto.

5º O único alvitre que resta a esses partidos para não anular inteiramente a sua ação, é abstenção do sufrágio e revolução (grifo nosso).⁴⁴

⁴¹ CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 191, 23 nov. 1871. A República, p. 3.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 192, 24 nov. 1871. A República, pp. 2-3.

A cobrança pelo emprego do “direito sagrado” é dirigida aos liberais: “Quando falo em revolução, dirijo-me especialmente ao partido liberal, pois que inscreveu em sua bandeira esse extremo recurso”. Era chegada a hora de preparar a reação contra as “invasões do poder pessoal”, em sua opinião. A Revolução deveria vir após o pleito. Ele chega a um ponto importante da sistematização, ao perguntar ao *Partido Liberal* se: “**chegado ao extremo da revolução, extremo que não pode evitar** (grifo nosso), sob pena de anular-se, vai empreendê-la para substituir no trono um membro da família reinante, ou para mendigar ao estrangeiro, como a Espanha dos Prins⁴⁵ e dos Serranos⁴⁶, um rei que nos faça esmola de governar?”⁴⁷ A Espanha da *Revolução Gloriosa (1868)* ofereceu no momento a concretização de um processo de derrubada da Monarquia, para o qual confluíram a articulação de interesses republicanos e liberais.⁴⁸

Com aquela pergunta, o correligionário entende que a causa do problema não estava em D. Pedro II ou na Regente D. Isabel, visto que “Arrancaríamos o fruto venenoso, mas deixaríamos em pé a árvore funesta que o produziu, sob pena de envenenar-nos mais tarde”. Segundo ele, “O partido liberal ao conservar o trono depois de fazê-lo passar pelas forças caudinas⁴⁹ da revolução, mentiria à sua índole e tendências; faria o papel de um general pusilânime, que, depois da vitória, não a soubesse aproveitar.”⁵⁰ Onde queria chegar o correligionário com tais proposições programáticas levantadas? Indicamos que nos levarão mais uma vez ao alargamento da compreensão do significado da “Revolução”, tanto cobrada ao antigo partido:

Se ele [o *Partido Liberal*] não tem outro caminho para o poder se não a revolução, a revolução não se fará para reproduzirmos os resultados do 7 de abril. **A revolução se fará para mudarmos a forma de governo** (grifo nosso), e acabarmos para sempre com essa pesada necessidade que a si tomam os povos regidos pela monarquia, qual de desinfetar periodicamente as regiões do governo.⁵¹

Não faria a Revolução sozinho o *Partido Liberal*. Antes, deveriam seus membros engrossarem as fileiras do *Partido Republicano* para, então, poderem agir através de um ato patriótico: “Adiantem-se até o campo da vanguarda, em que nós republicanos já tiroteamos o inimigo; engrossam as nossas fileiras, e debaixo de uma única bandeira, a da

⁴⁵ Referência a Juan Prim y Prats (1814-1870), militar e político espanhol progressista muito influente na política espanhola de meados do Oitocentos.

⁴⁶ Referência a Francisco Serrano y Domínguez (1810-1885), político espanhol que ocupou o cargo de Presidente do governo de Espanha. Foi o último Presidente da Primeira República Espanhola (1873-1874). Acerca de aspectos da história política da Espanha ao longo do século XIX ver: CORTÁZAR, Fernando García; VESGA, José Manuel González. **Breve historia de España**. 7 ed. Madrid: Alianza Editorial, 2004, pp. 401-511.

⁴⁷ CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 192, 24 nov. 1871. *A República*, pp. 2-3.

⁴⁸ CORTÁZAR, F. G.; VESGAS, J. M. G., op. cit., loc. cit.

⁴⁹ Referência à tribo dos samnitas, povo indo-europeu habitante da Península Itálica contra o qual os romanos combateram em 325 a.C. É Tito Lívio quem narra o conflito entre a República Romana e os samnitas em *Ab Urbi Condita Libri* (História de Roma desde sua Fundação). Ao mencionar o primeiro e mais formidável adversário dos romanos, pensamos que Francisco da Cunha quis fazer alusão ao caráter implacável, irresistível de uma Revolução.

⁵⁰ CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 192, 24 nov. 1871. *A República*, pp. 2-3.

⁵¹ *Ibidem*.

república federal, salvemos este país, **regeneremos a nossa pátria** (grifo nosso) e façamo-la grande, digna do respeito do nosso amor.”⁵²

Verificamos que a Revolução é um extremo, “um extremo que não se pode evitar.”⁵³ Não deseja ele que esse extremo fosse utilizado para apenas substituir um rei por outro, como ocorrido na história do Império sob o movimento de 07 de Abril de 1831. Desse modo, a Revolução constitui-se num meio para “mudarmos a forma de governo.”⁵⁴ Ou seja, para substituir a Monarquia bragantina pela República federal. A Revolução assume o caráter de instrumento de mudança de governo para salvar o país, para “regenerar a nossa pátria.”⁵⁵

Em síntese, compreendemos que para Francisco Cunha a Revolução significa um meio de mudança de governo com claro propósito salvacionista; de regeneração pátria. O agente da Revolução caberia ao protagonismo dos membros do *Partido Liberal*, uma vez ingressos nas fileiras do “partido republicano federal”. Nota-se que no íntimo, o conceito de “Revolução” mobilizado remete à camada temporal da transição do século XVIII para o XIX. Em outros termos, é sinônimo de ruptura com determinada forma de governo.

Temos mais pista para sustentar que a crença numa possível solução radical, para resolver o impasse de natureza político-institucional no Império, teve expressão no meio republicano muito além da opinião de Francisco Cunha. Novamente tornou-se elemento integrante no posicionamento político dos próprios redatores-chefes d’ *A República*, Luiz Barboza da Silva e Salvador de Mendonça, no início de 1872. Na edição de primeiro de janeiro, a principal seção do jornal traz o seguinte artigo: *O dilema da realeza*. Com ele, o (-s) redator (-es) comemora (-m) o avanço da ‘ideia democrática’. Fala-se das adesões e sobre a consideração de ter o *Partido Republicano* despertado o ânimo nacional.

Os republicanos inauguram o primeiro dia do ano com clara admoestação ao governo de Sua Majestade imperial: ou aceitavam a propaganda republicana, ora rotulada de “ideia democrática” ora de ‘liberdade’; ou então enfrentariam a Revolução. Nas palavras de quem redige: “A Monarquia está condenada no Brasil. Ou faz amanhã concessões à liberdade, e mal consegue procrastinar a queda, ou atira-se na via ominosa da reação ousada e precipita a revolução.”⁵⁶

Naquela ocasião é impossível deixar de constar que a Revolução radical, para os nossos republicanos, permanecia como alternativa possível a despeito de, contraditoriamente, terem optado pela Reforma pacífica e legal como meio de levar a República à realização. Tal como categoricamente expresso no *Manifesto Republicano* de dezembro.

Desse modo, identificamos substancial contradição no discurso dos agentes brasileiros. É apresentado “antirrevolucionário” e “contemporizador” no *Manifesto de Dezembro*; mas, ao longo do desenrolar da propaganda na imprensa, da sucessão de fatos

⁵² CUNHA, Francisco Xavier da. O Partido Republicano Federal. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 192, 24 nov. 1871. *A República*, pp. 2-3.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ O DILEMA da realeza. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 225, 01 jan. 1872. *A República*, p. 3.

nos quais se envolvem os redatores do jornal e seus correligionários, o referido discurso admite a possibilidade de Revolução radical para pôr fim à Monarquia.

Percebemos que a Revolução, por via da qual seria promovida a República, configura-se num movimento que necessariamente envolveria um levante popular, pois “a ideia oprimida e subjugada transporá em um só dia de **cólera popular** (grifo nosso) os diques da realeza”, caso não aceite o caminho da convivência com a propaganda republicana. Os redatores advertem ao rei, em viagem pela Europa, quanto à aceitação da propaganda: “Recue ou persista: a democracia por-lhe-há no encaço a propaganda ou **a revolução** (grifo nosso).”⁵⁷

Nas edições dos dois primeiros meses de 1872, o órgão carioca passou a publicar artigos a nos oferecerem a dimensão de um debate travado na imprensa do sul, entre o correligionário e um dos colunistas do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre. Trata-se de uma resposta dada pelo primeiro ao artigo escrito pelo colunista do *Jornal* na capital gaúcha, artigo datado de 31 de dezembro de 1871. O debate travado gira em torno da discussão sobre qual a melhor forma de governo, a republicana ou a monárquica.⁵⁸

Francisco Cunha rebate as argumentações do *Jornal do Comércio* a respeito da caracterização que o mesmo constrói sobre o regime republicano. No contra-argumento, em que é visível a associação estabelecida entre a trajetória da França e a do Brasil, a leitura histórica de Francisco Cunha interpreta as revoluções ocorridas no primeiro país como bem-sucedidas, fundantes do regime republicano. A Revolução Farroupilha é vista como a “nossa revolução”, que não conseguiu fundar a República em terra pátria. Ele tenta desconstruir a visão anárquica, edificada pelo *Jornal*, a respeito da imagem da República. Implicitamente, justifica o emprego da violência revolucionária, tanto no caso francês quanto no caso brasileiro, como recurso necessário em resposta à opressão monárquica, a que se queria combater em ambos os casos:

Quanto às datas que me cita de 1791, 1847, 1871 datas das três revoluções francesas que tentaram e estabeleceram a república por fim, e quanto à nossa revolução que não conseguiu fundar a república, pergunto-lhe – *quid inde?* [e então?] Pensa o jornal que os povos firmam seus direitos e conquistam a liberdade sem dar em sacrificio o melhor de seu sangue e de seu ouro ao vampiro sanguissedento da monarquia?⁵⁹

O artigo publicado no dia 27 de janeiro de 1872 coroa a compreensão do debate na imprensa sul-rio-grandense. Ao mesmo tempo, o texto sintetiza e exemplarmente encerra a polêmica. Por isso nos centraremos nele. Chamamos a atenção para o fato da 249ª edição do órgão republicano carioca mais uma vez confirmar o fato de Francisco Cunha ter sido, até então, o porta-voz da Revolução na principal seção do jornal. Ao remeter implicitamente à máxima liberal “Ou

⁵⁷ O DILEMA da realeza. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 225, 01 jan. 1872. A República, p. 3.

⁵⁸ A série de debates travados, entre Francisco Cunha e os redatores do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, pode ser encontrada nas edições de 1872 d’ *A Republica*, nos dias: 14/01; 24/01; 25/01; 26/01; 27/01; 28/01; 29/01.

⁵⁹ CUNHA, Francisco Xavier da. Devoção Monárquica. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 246, 24 jan. 1872. A República, pp. 3-4.

a reforma, Ou a revolução”, do *Manifesto do Centro (1869)*, assegura a estratégia de cobrar dos liberais ação política revolucionária, já que não conseguiram assumir o governo do Império e emplacar as reformas necessárias.

Ao explicar em quais pontos de divergência destoa do seu “contendor” do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, é na análise de episódios revolucionários da França republicana, e, em particular, na análise de episódio congênere da nossa história nacional, que busca argumentos para sustentar a implantação da República no Brasil, por meios violentos; se a eles fosse necessário recorrer. De acordo com a extensa argumentação, o recurso da violência era necessário para alcançar a liberdade almejada, em face da “prolongada (...) compressão do despotismo”⁶⁰, que era imposto ao país pelo regime monárquico.

Liberdade de consciência, Liberdade de ensino e Descentralização: eis os três pontos do programa do *Partido Liberal* com os quais diz está em concordância com o redator do *Jornal*. Onde está divergência? “**Está apenas nos meios** (grifo nosso)”⁶¹, responde a si mesmo. Francisco Cunha sustenta que é impossível ao Imperador conforma-se com a redução de seus poderes: “O *Jornal* acredita, como os liberais, que é possível fazer retrogradar aquele formidável colosso de que falei acima, o nosso Imperador [...] impondo-lhe **as reformas que são urgentíssimas** (grifo nosso) para que este povo não depereça de inanição.”⁶² Em sua visão, o rei não pretendia ceder e seus opositores não tinham outra via, se não a extralegal para concretizar as liberdades necessárias ao país: “Se o imperador não cede, e tudo induz a crer que ele não cederá pelas nossas boas maneiras, não me dirá o *Jornal* como havemos de alcançar essas liberdades e franquias que o *Jornal* e eu queremos de mútuo e perfeito acordo.”⁶³

Afirma está disposto a deixar a bandeira republicana se “**o partido liberal, subindo ao poder, reduzisse a monarquia a uma sinecura inofensiva** (grifo nosso).”⁶⁴ Na fala seguinte, “o fim” refere-se à implantação da República; e “os meios”, à tomada do poder pela força, através da Revolução: “O meu dissentimento com o jornal está portanto, em que **ele quer o fim mas não quer os meios, e eu quero o fim e quero os meios** (grifo nosso). O *Jornal*, pois, bem como os liberais, é republicano indireto, eu e os meus correligionários somos republicanos diretos.”⁶⁵

O correligionário concorda com quem discute o fato de as revoluções sobrepujarem o alvo a que deveriam conter-se. Exemplo para tal argumentação busca na história da França dos Bourbons, do Iluminismo e da Revolução:

A França do feudalismo, do direito divino e da corrupção bourbônica estourou um dia com a sua formidável revolução. A Europa incubava uma grande transformação política, aquecida pela filosofia dos dois últimos séculos. Sob os velhos pergaminhos do despotismo, da nobreza e do clero germinara a liberdade e crescera, com tanto mais vigor quanto que desde que a sufocou Cézár nos braços da Roma prostituída, ela apenas tivera rápidas e efêmeras inflorescências.⁶⁶

⁶⁰ CUNHA, Francisco Xavier da. República e Monarquia: Ao “*Jornal do Comércio*” de Porto Alegre. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 249, 27 jan. 1872. A República, p. 3.

⁶¹ Ibidem.

⁶² Ibidem.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ Ibidem.

Pode-se dizer o correligionário não era um entusiasta às cegas do radicalismo revolucionário. Pelo contrário, na resposta rebatida ao contendor, aponta criticamente os erros do processo tomado por referência. A primeira Revolução Francesa teria realizado dois erros capitais: a falta de unidade no governo e o despotismo de muitos, exercido por um numeroso corpo deliberante.

O mal, no entanto, poderia ter sido reparado com a constituição de 1795 ou do ano III, devido aos grandes cidadãos [Pierre Claude François] Daunou e Boissy d'Anglas. Mas as forças da grande nação estavam dessangradas, o espírito público desalentado e descrente, e a constituição, aliás uma das melhores que tem tido a França, padecia ainda de um defeito capital, a falta de unidade no governo, que ao invés de ser confiado a um chefe, caiu nas mãos de um diretório de cinco membros.⁶⁷

A fim de compreender a releitura da história realizada por Francisco Cunha, não se deve perder de vista a interpretação feita, ao mesmo tempo, das três revoluções francesas, para o crítico monarquista do *Jornal do Comércio*:

Dessa revolução [a de 1789] no entanto data o progresso do mundo europeu; quanto ao progresso americano a sua data é mais antiga. Os Estados Unidos completavam a sua admirável organização justamente no ano em que a França quebrava o trono do seu rei. A revolução francesa de 1848 participou de um vício da sua predecessora, o poder legislativo confiado a uma só câmara, vício que infelizmente ainda achaca a república atual; mas que já se trata de remediar. Um mal latente desde certo tempo na Europa derrubou a república de 1848 e não esteve longe de destruir a de 1871, esse mal que toma proporções enormes, é o que se denomina geralmente socialismo e modernamente, coletivismo.⁶⁸

Assim como houve na história revoluções sobrepujantes do ideal pregado, o correligionário também reconhece, na resposta em que dá ao defensor da Monarquia no *Jornal*, aquelas que ficaram aquém do ideal defendido. Procura na história nacional, mais precisamente em 07 de abril de 1831, e na Revolução de 1830 na França, exemplos a demonstrar. A manutenção do regime monárquico, após a queda do primeiro Imperador brasileiro, era motivo para reivindicar, por meio da Revolução radical, as liberdades que foram extorquidas:

Tal foi a nossa revolução de 7 de abril, que nos teria feito um grande serviço deixando ir com seu pai o *sagrado penhor* [referência ao Imperador D. Pedro II] que nos deixou e que hoje nos coloca na dolorosa necessidade de **apelarmos para a revolução** (grifo nosso) se quisermos reconquistar

⁶⁷ CUNHA, Francisco Xavier da. República e Monarquia: Ao “Jornal do Comércio” de Porto Alegre. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 249, 27 jan. 1872. A República, p. 3. Tanto François Antoine de Boissy d'Anglas (1756-1826) quanto Pierre Claude François Daunou (1761-1840) se posicionaram a favor do banimento de Luís XVI. Adeptos da postura moderada dos Girondinos e próximos de Robespierre, se posicionaram contra a política do Terror revolucionário. Ambos foram os principais redatores da Comissão autorizada, pelo governo da Convenção, para dar à França nova Constituição, a Carta republicana de 22 de Agosto de 1795 (Ano III da Revolução). Sobre a vida e formação de ambos, ver: BRASME, Pierre. **Dictionnaire des révolutionnaires français**. Paris: CNRS Éditions, 2014, pp. 45-47; 132-134. Sobre aspectos gerais da « República Girondina », eles estão presentes no capítulo terceiro da presente Tese.

⁶⁸ CUNHA, Francisco Xavier da. República e Monarquia: Ao “Jornal do Comércio” de Porto Alegre. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 249, 27 jan. 1872. A República, p. 3. Acreditamos na passagem ter Francisco Cunha feito referência negativa ao processo da Comuna de Paris, ocorrido entre março e maio de 1871.

as liberdades usurpadas. Tal foi a revolução de 1830 em França que deu-lhe, em vez de um governo estável e livre, um rei usurário e dissimulado, que foi mais tarde anojado do poder.⁶⁹

Encerrando a polémica com o opositor na imprensa do sul, numa passagem a nos remeter às concepções do determinismo geográfico, muito em voga no pensamento da época, F. Cunha sustenta que nosso clima, nossa índole, a extensão do país, o meio político cercado de Repúblicas vizinhas, sem aristocracia e clero tradicionais, “enfim tudo nos fala de liberdade e de grandeza.”⁷⁰ Ou seja, tudo no país conspirava a favor da forma republicana de governo.

*

* *

Consideramos a estratégia de Francisco Cunha – a de buscar nos repertórios da França revolucionária argumentos para convencer os membros do *Partido Liberal* a cumprirem a segunda parte da máxima “Ou a reforma, Ou a revolução” – em estreita sintonia com os referenciais mobilizados pelos próprios liberais para intervirem no debate político, ensejado pela crise de 1868. Particularmente, com aqueles aos quais recorreu o Senador Nabuco de Araújo, um dos redatores do *Manifesto do Centro*. Podemos dizer que retoricamente a argumentação do correligionário sul-riograndense manteve-se decorosa, na perspectiva de sustentar a via radical para implantar a República no Brasil; passados cinquenta anos de regime monárquico.

Sobressai na análise do discurso do representante da agência d’*A República*, em Porto Alegre, o sentido moderno de história compartilhado: a República, mesmo que viesse por via revolucionária disruptiva, conduziria necessariamente o país à “Liberdade”. Para chegarmos a esse ponto, foi imprescindível o estudo em conjunto dos artigos publicados na folha.

Depreendemos quais significados do conceito estava ele a mobilizar, em contenda na imprensa contra um dos redatores não identificado do *Jornal do Comércio*. “República” certamente implicava na organização política-administrativa federal do Estado brasileiro. “República” e “Federação”, ambas indissociáveis, eram sinônimo de autonomia administrativa para as províncias e para os municípios, o que, por sua vez, significava “Liberdade”. Ou seja, o que conseguimos captar do pensamento de Francisco Cunha através do jornal, nas edições entre 1871 e 1872, pode ser resumido nas seguintes palavras: a República federal implantada no Brasil através de meios violentos, se necessário fosse, já que os liberais não se tornaram governo e não emplacaram as reformas, traria a liberdade ao país. Estamos certamente diante de dois passos dados em relação ao programa moderado de Tavares Bastos, em *A Província*. No que

⁶⁹ Outro exemplo do tipo de Revolução, citada por Francisco Cunha, remete à ocorrida em 1868 na Espanha, a chamada *La Gloriosa*, que resultou no destronamento da Rainha Isabel II. Ver: CORTÁZAR, F. G.; VESGAS, J. M. G. **Breve historia de España**, pp. 401-422.

⁷⁰ CUNHA, Francisco Xavier da. República e Monarquia: Ao “Jornal do Comércio” de Porto Alegre. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 249, 27 jan. 1872. *A República*, p. 3.

diz respeito à definição da forma de governo aceita como mais apta à organização federal e à via de ação política para alcançá-la.

Na leitura do jornal *A República* até 1872, constata-se ter havido um repertório comum, compartilhado pelos republicanos, entre os quais o próprio Francisco Cunha. Um repertório que lhes inseria num universo mais amplo, extra-fronteiriço, se assim podemos dizer, do pensamento republicano. Fosse na Europa ou nas Américas. A retórica dos republicanos, as tópicas apresentadas, entre as quais, as desvantagens da Monarquia, sua belicosidade, o privilégio, a corrupção, a concentração de poder, estava inserida numa linha de pensamento político compartilhada pelas correntes de movimentos republicanos, que iam desde *A República* do Rio da Prata a Emilio Castelar na Espanha, chegando até Léon Gambetta na França. “Democracia” e “Liberdade” eram entendidos como termos sinônimos de “República”, especificamente no caso do político francês mencionado.⁷¹

Nos atos de fala do correligionário, identificamos “Revolução” concebida num sentido de ruptura; ruptura com a Monarquia de D. Pedro II. A Revolução não era esperada apenas para substituir um rei por outro, como em 07 de abril de 1831. Isso é inteligível a partir do modo como é representada no universo do discurso: aparece enquanto maneira violenta de reivindicação dos direitos, dos direitos da nação. Quanto ao modelo de Revolução, o agente demanda aos membros do *Partido Liberal*, uma vez convertidos nas fileiras do Republicanismo, para promovê-lo. Aliás, essa é exigência recorrente em seus textos. Tal dado lhe aproxima da linha de raciocínio defendida em *O Rei e o Partido Liberal* (1869), por Saldanha Marinho.

Face à impossibilidade de ascender ao poder através da conciliação ou promoção, o antigo partido deveria executar a Revolução preanunciada no dilema de 69 – “Ou a reforma, Ou a revolução” – no momento oportuno, lançando mão da mobilização popular. A despeito do ambiente brasileiro conservador do século XIX, “violência” e “Povo” são dois termos que aparecem em momentos da fala do correligionário; nos remetem ao imaginário da revolução popular liberal do século XVIII. Em seu pensar, a “Revolução” é vista como o caminho para a liberdade do Brasil. Seus propósitos atendem a fins claramente salvacionistas, de regeneração da pátria.

A presença inusitada de reivindicação revolucionária, para promover mudança de regime no Brasil, vinda do meio republicano declarado reformista moderado, ainda em pleno começo da década de 1870, particularmente da posição de Francisco Cunha, nos suscita uma constatação. No conjunto de argumentos apresentados pelo correligionário – aceitos e publicados na principal seção homônima d’ *A República*, pelos redatores-chefes Luiz Barboza da Silva e Salvador de Mendonça – aparece o contraditório do discurso republicano brasileiro em relação à proposta reformista, inicialmente defendida no texto fundador, o *Manifesto de 03 de Dezembro*.

O cerne de tal contradição encontra-se na indignação do meio republicano com a postura adotada pelos liberais, em relação ao lema “Ou a reforma, Ou a revolução”. É certo que o seguimento do partido, reunido em torno do *Centro Liberal*, não levou adiante o ato despreendido como corolário prático da máxima. Em outras palavras: não conseguiu

⁷¹ Cf. notas 25 e 26 da seção 9.1, do capítulo nono dessa Tese.

liderar a reforma do sistema e nem muito menos se rebelou contra a Monarquia bragantina. É fato os liberais não terem conseguido conduzir o movimento das reformas naquele momento, uma vez que haviam sido deslocados do governo. Entretanto, pelo que parece também não se apresentavam dispostos a cumprirem a “promessa” de Revolução, atitude política moderada também defendida no *Manifesto Republicano*. A proposta evolucionista, de transição pacífica e legal da Monarquia para a República, está explicitamente impressa no documento político.⁷²

Desse modo, não passou despercebido tal rasgo de contradição no desapontamento dos republicanos em relação à atitude do *Partido Liberal*. Ora, esperavam eles, os republicanos de 1870, já decididos pela moderação, que os liberais executassem a Revolução radical? Podiam eles, declarados adeptos da via reformista pacífica e legal, cobrar dos liberais atitude sediciosa em relação ao governo da Monarquia, que não se reformava, na ocasião, pela ação do *Partido Liberal*? Enfim, queriam de fato a concretização do ato insurrecional, apesar de o terem negado no plano do discurso?

Enquanto membro de um partido recém-instituído, aderido à moderação, como pode Francisco Cunha cobrar de um dos partidos monárquicos a Revolução, que, inicialmente, seu próprio partido afirmou não querer fazê-la; inclusive a ponto de chamar liberais para engrossarem as fileiras republicanas, antes de se lançarem à ação? Afinal, resta-nos inquirir sobre qual foi a verdadeira intenção dos nossos republicanos, por detrás dessa atitude contraditória.

No documento político de 03 de Dezembro, teriam eles escondido reais intenções? Tratou-se de ato oportunista, no sentido filosófico estrito do termo? Quanto à Revolução radical, eles se aproveitaram do ensejo dado pelos liberais em 69 para pregá-la? Se sim, qual (-is) motivação (-ões) lhes teria (-m) levado a não declararem abertamente seus propósitos? No ambiente agitado da Questão Acadêmica do ano da Comuna de Paris de 1871, fomos procurar possíveis respostas para as indagações levantadas.

⁷² Nas palavras do *Manifesto de 03 de Dezembro*: “Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, **não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos** (grifo nosso). Nosso intuito é esclarecê-la”. Mais adiante lê-se: “As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, postos ao serviço de uma convicção sincera, bastam, no nosso entender, para a vitória da nossa causa [...]” (BOCAIUVA, Quintino; MARINHO, Saldanha et al. *Manifesto Republicano: aos nossos concidadãos*. In: PESSOA, Reynaldo Cameiro. *A ideia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p. 40). Analisando trabalhos a tratar do assunto, parece que a via reformista-evolucionista se daria através da convocação de uma nova Assembleia Constituinte a viabilizar a mudança de regime no país. Algo semelhante ao ocorrido na Espanha em 1873. Porém, se daria após a morte de D. Pedro II.

11 A “QUESTÃO ACADÊMICA” DO ANO DA COMUNA DE PARIS (1871): A SEDE D’A REPÚBLICA SOB SUSPEITA DE SER O REDUTO DA REVOLUÇÃO

Desde os artigos do correligionário sul-rio-grandense Francisco Cunha, publicados em seções d’*A República*, apostamos insistentemente na facticidade para dizer que a Retórica da Revolução ressoou pelas edições do órgão republicano, à medida em que pela imprensa avançou a propaganda.

Episódios do cotidiano político da movimentada capital do Império, com os quais se depararam e tiveram que lidar os agentes da publicidade republicana, não permitem a construção de uma análise estática, a subestimar e a imobilizar estratégias de ação dos republicanos brasileiros. Tais estratégias não podem ser limitadas à perspectiva reformista-evolucionista, a qual foi considerada por abordagens mais consolidadas¹ como opção definitivamente vitoriosa já no *Manifesto de 03 de Dezembro*.

A ocorrência do discurso de Revolução transpôs o marco temporal acima indicado. Esteve presente na fala de Francisco Cunha. De igual modo, esteve presente na batalha discursiva travada ao longo da chamada “Questão Acadêmica”, no ano em que a França republicana se tornou palco de uma terceira explosão revolucionária sangrenta, a Comuna de Paris de 1871. Para verificar essa batalha foi crucial a leitura, ainda mais acurada, das páginas de edições do órgão porta-voz da propaganda, no principal meio de comunicação da época.

Da edição de número 169 à edição 217, condizentes ao intervalo entre as datas de 31 de outubro a 23 de dezembro de 1871, uma sucessão de eventos tomou as páginas d’ *A República*, por via da seção homônima do título da folha e da seção *Ineditoriais*. Divulgado como “Questão Acadêmica”, o conjunto de acontecimentos teve repercussão imediata na Corte e fora do epicentro político do país. As Províncias de São Paulo, Bahia e Pernambuco foram alcançadas pela agitação.

Nas províncias citadas haviam importantes centros de formação de ensino superior, por conta da presença das Faculdades de Direito (nos casos de Recife e São Paulo) e de Medicina (na cidade do Rio e em Salvador). Devido à amplitude da repercussão, o imbróglho chamou a atenção até de autoridades diplomáticas da Terceira República Francesa, estabelecidas no Rio. Como já discorrido na seção 4.1 do capítulo quarto desse trabalho.²

O estopim da agitação acadêmica decorreu do Decreto imperial de número 4.806, emitido pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, a 22 de outubro de 1871.³ O ato do Poder Executivo modificou as disposições do Decreto de número 4.675 de 14 de janeiro, relativo ao “processo que se deve seguir nos exames de estudantes das Faculdades de Direito e de Medicina.”⁴

¹ Cf. nota 3 das Considerações Iniciais desse trabalho.

² Cf. : DE Vorges, Édmond Domet. [**Correspondance Politiques Brésil**]. Destinataire: Comte de Rémusat. Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 23 nov. 1871. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 44, p. 57; DE Vorges, Édmond Domet. [**Correspondance Politiques Brésil**]. Destinataire: Comte de Rémusat. Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 14 dec. 1871. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 44, p. 106.

³ Acerca das disposições do Decreto de 22 de outubro de 1871, ver: IMPÉRIO DO BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871**. Tomo XXXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, pp. 589-592.

⁴ Acerca das disposições do decreto de 14 de janeiro de 1871, ver: IMPÉRIO DO BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871**. Tomo XXXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, pp. 32-33. A intervenção do governo imperial, no processo de exame das faculdades do Império, vinha sendo discutida desde o início de 1871, antes de explodir na forma de resistência estudantil, entre outubro daquele ano e janeiro de 1872. Para maiores detalhes, ver: REPRESENTAÇÃO às Câmaras. A Propaganda. São Paulo, 05 abr. 1871 apud. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 58, 18 abril 1871. Imprensa Americana, p. 2. Ver também: REPRESENTAÇÃO às Câmaras.

As disposições do novo decreto reforçaram alterações promovidas pelo anterior. Em conjunto, ambos introduziram modificações nos processos de exames do ensino superior, para desgosto geral da comunidade acadêmica das principais faculdades de Medicina e de Direito do Império. Tornavam a exequibilidade dos exames difícil e, por extensão, a própria aprovação. Essa era a queixa. A polêmica foi intensamente catalisada em torno do estabelecido no terceiro artigo do decreto de outubro, o qual determinava sobre como os pontos para as provas, oral e escrita, deveriam ser dados, no processo avaliativo do corpo docente.⁵

Em reunião ocorrida no Teatro Ginásio, a 30 de outubro, os estudantes de Medicina da Corte resolveram exigir da congregação dos lentes atitude contrária à execução do decreto. Sob direção compartilhada por Salvador de Mendonça, José Ferreira Menezes e Luiz Barboza da Silva, *A República* noticia o fato no artigo *Terrores do governo*. Em tom denunciativo, os redatores procuraram expor a reação violenta do governo frente à reunião em que os estudantes deliberaram oposição ao intervencionismo governamental: “Um dos caracteres distintivos do absolutismo constitucional é a covardia. A mais leve resistência, aos seus olhos, assume as proporções de uma revolta.”⁶

Afirmam que o governo imperial, diante da mobilização estudantil, contrária às disposições do novo decreto, interpretou a reunião como foco de sedição. Para lhe fazer frente, chegou a ponto de mobilizar a força pública: “Dizem-nos que a propósito da reunião popular anteontem celebrada a convite dos estudantes de medicina, **o governo teve alguns batalhões aquartelados e de cartuchame embalado à espera da revolução** (grifo nosso)”⁷

Apesar de terem considerado “ridícula” a postura da Monarquia, eles a tomaram como sintoma de decadência do poder. Mais grave consideraram o ocorrido na Repartição dos Telégrafos, na mesma data de 30 de outubro: “Ontem, porém, foi embargada na repartição dos telégrafos a expedição de um singelo despacho dos estudantes da faculdade de medicina aos seus colegas da faculdade jurídica de São Paulo.”⁸ A causa é apresentada: “O telegrama foi naturalmente considerado sedicioso. Invocou-se o art. 277 do regulamento dos telégrafos [...]”⁹ A fim de colocar sob o apreço da opinião o quanto de “sedicioso” havia no despacho embargado, num tom objetivo, os republicanos transcreveram o documento:

À redação da *Imprensa Acadêmica*, em S Paulo. – Houve ontem reunião dos estudantes de medicina no teatro Ginásio, onde resolveu-se representar à congregação para que ela se oponha à execução do decreto. No caso negativo far-se-á parede.¹⁰ Julgamos de nosso dever fazer esta

A Propaganda. São Paulo, 05 abr. 1871 apud. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 59, 20 abril 1871. Imprensa Americana, pp. 2-3.

⁵ Art. 3º. Os pontos para as provas escrita e oral serão dados, no fim do ano letivo, pelos lentes substitutos que regerem as cadeiras, e divididos em duas séries, compreendendo cada uma as matérias explicadas durante o ano: uma das séries para a prova escrita e a outra para a prova oral. Nas Faculdades de Medicina haverá uma terceira série de pontos para a prova prática nas disciplinas para as quais está estabelecida (IMPÉRIO DO BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871*. Tomo XXXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, p. 389).

⁶ TERRORES do governo. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 169, 31 out. 1871. *A República*, p. 3.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ Segundo o léxico da época, a locução “fazer parede”, “entre estudantes, é não entrar na aula a ouvir a lição do lente; unirem-se para qualquer ato de insubordinação” (VIEIRA, Fr. Domingos. *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*. Editado por Ernesto

comunicação ao Ilustrado corpo acadêmico de S Paulo, a quem pedimos que dirijam à redação da República as comunicações que nos houverem de fazer – Rio, 30 de outubro de 1871 – Os estudantes de medicina.”¹¹

No documento está a justificativa a levar os redatores d’ *A República* a enxergarem, num tom irônico, o motivo do embargo da correspondência. O funcionário responsável pela Repartição, organismo sob custódia do governo, teria visto na sede do jornal o reduto da subversão em marcha contra o regime: “Queremos crer que a razão do susto do telégrafo foi a indicação do escritório da República para receber a resposta dos estudantes de S. Paulo. **O telegrafista oficial supôs talvez que ia proclamar-se a queda das instituições e por tanto a dos empregos, e arrepiou-se todo, transido de horror!** (grifo nosso).”¹²

Apesar da ironia, a passagem registrada evidencia a desconfiança dos agentes da Monarquia frente ao recém-instituído Movimento Republicano e sua relação com os espaços acadêmicos.¹³ Presumivelmente, tal desconfiança recaía sobre o órgão porta-voz na imprensa. Sob a ótica dos agentes oficiais, a sede d’ *A República* passou a ser encarada como uma espécie de “reduto” da Revolução. Em termos semânticos, é notório os republicanos mobilizarem uma das camadas temporais do conceito “Revolução”, tal como o retrata a normatividade léxica da época: “Mudança violenta na política e no governo de um estado.”¹⁴

Observemos a insistência na pacificidade do caráter do movimento contestatório dos estudantes da Corte e de São Paulo: “Entre a redação d’ *A República* e o movimento pacífico e legítimo, que se opera no seio da classe acadêmica, só há o laço da simpatia e da consideração devida à expansão de um direito indisputável e de sentimentos que fazem honra aos briosos jovens estudantes.”¹⁵ Naquele dia, os republicanos esperavam o ato deliberativo da corporação, pois a comissão nomeada na reunião entregaria à congregação dos lentes uma representação. E asseveraram: “por enquanto o

Chardron e Bartholomeu H. De Moraes. Porto: Imprensa Literário Comercial Editores, 1871-1873, 4. v., p. 667). No calor dos acontecimentos, os agentes republicanos chegaram a definir a expressão: “*Fazer parede*, isto é, retirar-se dos atos acadêmicos, no caso de que o governo desentendesse e desairasse à corporação dos seus mestres” (A QUESTÃO Acadêmica. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 183, 14 nov. 1871. A República, p. 2).

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ A fundação do Movimento Republicano na Corte foi recebida com inquietação da parte do Marquês de São Vicente, quando ainda presidia o Conselho de Ministros (29/09/1870- 07/03/1871). É Sérgio Buarque de Holanda quem nos conta com detalhes a situação. O Ministro esteve “assustadíssimo” diante do fato e chegou a antecipar “graves perigos com o movimento subversivo. Chegou mesmo a cogitar na adoção de medidas enérgicas para a defesa da Monarquia ameaçada” (HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) Livro Segundo. Capítulo III – Fim do Segundo “Quinquênio Liberal”. In: **O Brasil Monárquico**: do Império à República. Introdução Sérgio Buarque de Holanda. ed. 7. RJ: Bertrand Brasil, 2005, v. 7, pp. 152-153). Em meados de 1873, o Presidente da Legação Francesa no Rio, Léon Noël, comunica a seu superior em Paris sobre a existência de um “espírito revolucionário” cujos “primeiros gémens” estavam a nascer no Império. Certamente, se refere ao Movimento Republicano ativo na Corte e em expansão pelas Províncias (NOËL, Alexis-Leon. **[Correspondance Politiques Brésil]**. Destinataire: Duque de Broglie. Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 06 jul. 1873. 1 Lettre. Microfilm. Vol. 45, p. 118. Tradução Nossa).

¹⁴ VIEIRA, Fr. Domingos. **Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa**. Editado por Ernesto Chardron e Bartholomeu H. De Moraes. Porto: Tipografia de José da Silva Teixeira, 1871-1874, 5. v., pp. 284-285.

¹⁵ TERRORS do governo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 169, 31 out. 1871. A República, p. 3.

papel que nos cabe é o de noticiadores, informando o público sobre todas as ocorrências, que se derem, relativas a esse assunto.”¹⁶

A edição de primeiro de novembro afirma que o decreto de 22 de outubro, modificando e alterando disposições do decreto de 14 de janeiro, havia introduzido perturbação no seio das faculdades de Direito e de Medicina do Império. Os redatores nos explicam o motivo: “O decreto foi expedido nas vésperas dos atos de finais de ano acadêmico. O inopinado da resolução. A surpresa do arbítrio.”¹⁷

A repercussão do ato ministerial, considerado um “desmando governamental”, foi imediata na província vizinha a oeste, outro importante centro de formação superior. Em São Paulo, a notícia sobre o novo decreto havia chegado a 27 de outubro: “Hoje é notícia do movimento nobre e digno com que a briosa mocidade acadêmica de S. Paulo reage contra as absurdas disposições do governo.”¹⁸

Na Província paulista, a congregação dos lentes da Faculdade de Direito havia suspenso os exames, já marcados para o dia seguinte. No dia 28 havia se reunido para deliberar sobre o que fazer, em vista das ordens da Corte. Na ocasião, passadas horas de impaciência, os acadêmicos souberam que a maioria da congregação havia resolvido executar as instruções do governo. Adveio de tal atitude um movimento geral de indignação. Como resposta, destruíram utensílios, mesas e bancos, segundo o que nos informa *A República*.¹⁹

Para agravar a situação, o Presidente Provincial requisitou forças de Santos, Jundiaí e Campinas: “deu-se à cidade o aspecto de uma praça em estado de sítio.”²⁰ Diante do quadro de acirramento dos ânimos, os acadêmicos decidiram se retirarem todos e abandonar a faculdade até que fosse revogado o decreto; ou aprovado pelo poder que consideravam competente no assunto, o Poder Legislativo. Os republicanos da Corte acreditaram estarem diante do primeiro passo para um significativo progresso em matéria de instrução do ensino livre no país.

No artigo *Atitude Digna*, aparece a reação do Ministério Paranhos, representado pelo Ministro João Alfredo, à insatisfação estudantil de São Paulo: “Corre de boca em boca que o gabinete prepara remessa de forças para S. Paulo e resolve desatender a qualquer representação que agora lhe seja feita pela congregação da faculdade de medicina da Corte.”²¹

Percebemos o momento como oportuno para que a opinião republicana endossasse o movimento, avaliando a conjuntura por meio da retórica revolucionária: “Mandar tropa à província heroica da ocasião, senão ordenar conflitos e desordens, é rematada inépcia. Estarão porventura pensando os srs. ministros que estamos em 1842?”²² O tom da

¹⁶ TERRORES do governo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 169, 31 out. 1871. *A República*, p. 3.

¹⁷ A MOCIDADE reage. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 170, 01 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

¹⁸ *Ibidem*. No final do artigo há a transcrição do protesto dos acadêmicos de São Paulo. A respeito, ver: A ACADEMIA de São Paulo ao público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 170, 01 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

¹⁹ A MOCIDADE reage. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 170, 01 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ ATTITUDE digna. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 171, 02 nov. 1871. *A República*, p. 2.

²² *Ibidem*.

advertência traz certo senso de ameaça: “Asseveramos ao governo que o primeiro sangue derramado por uma baioneta do rei naquela terra livre, farta de opressão e cônica de seus destinos, será o começo do fim. Experimentem e verão.”²³

O movimento acadêmico na capital fluminense e em São Paulo reivindicava a suspensão do decreto ou a sua aprovação pelo Parlamento. Para isso, contaram com o apoio dos republicanos: “Dando hoje alarme em nossas colunas à representação dos estudantes de medicina, como ontem o fizemos com o protesto dos estudantes de S. Paulo, prestamos sinceramente o nosso apoio aos dignos moços que na atitude que assumiram prometem cidadão à sua pátria.”²⁴

O movimento despertava o interesse na opinião republicana de que traria um remédio para a situação imposta ao país. Os redatores voltam a advertir o governo quanto à criminalização d’ *A República* e à pecha de “revolucionários” que lhes queria imputar: “E aconselhando, não nos tome ninguém por fautores de pronunciamentos sediciosos.”²⁵

Ao elogiarem a luta das duas corporações e criticarem o “caminho errado” do governo imperial, encetaram um discurso, que, ao nosso ver, levemente resvala na dualidade. Ao mesmo tempo em que afirmam “Entre a prepotência e a resistência não há para nós vacilação”, pedem moderação aos acadêmicos do Rio e de São Paulo, no trato da questão.²⁶ Ou seja, apelaram à moderação dos estudantes, mas, de modo ambivalente, não se opuseram que lançassem mão da resistência contra ações do governo imperial.

A dualidade observada aparece na empolgação com a qual descreveram medidas e atitudes tomadas pela comunidade acadêmica, contra a intervenção do poder ministerial de João Alfredo. Na edição de 03 de novembro, noticiaram a reunião realizada pela congregação da Faculdade de Medicina e discorreram sobre a representação dirigida pelos acadêmicos à corporação. Acerca do documento, falam da tentativa de reação da mocidade “contra o absurdo e contra a violência”. Ao questionarem sobre como resistiriam os acadêmicos, emitem opinião dual: “De que modo pensa toda essa briosa juventude resistir ao despotismo constitucional? Com as armas na mão? **Não, por ora, ao menos** (grifo nosso).”²⁷

Entende-se que para os republicanos, se a mocidade deixasse de resistir contra a “vontade prepotente de um ou de sete secretários do rei”, tal como o “povo” se permitia, não haveria futuro, nem “estímulos literários”, nem “brios” e nem “honra”: “A mocidade é quem hoje reage contra a tirania exercida pelo governo executivo na esfera do ato do ensino profissional.”²⁸

²³ ATITUDE digna. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 171, 02 nov. 1871. *A República*, p. 2.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*. No final do artigo, os redatores transcreveram a representação dos Estudantes de Medicina. No documento, a Congregação da Faculdade de Medicina do Rio mostra-se indignada com a promulgação do decreto de 22 de outubro de 1871, que modificava o plano, até então seguido, para a aplicação aos exames da Faculdade. A instituição procura ver atendidos os seus direitos e as suas reclamações. Ainda diz que era impossível a realização do plano de exames dado pelos decretos mencionados. Provas dessa natureza não podiam ser exigidas nem aos que se destinavam às altas funções do magistério, muito menos daqueles que apenas possuíam rendimentos das ciências médicas, cujo o estudo carecia de tempo e só podia ser adquirido com o correr de muitos anos e com os frutos de uma longa experiência e demorada observação. Apresenta a indignação ao tratamento dispensado aos estudantes de faculdades estrangeiras em detrimento dos nacionais, que não possuíam os benefícios do ensino livre.

²⁷ A QUESTÃO do dia. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 01 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

²⁸ *Ibidem*.

O problema exposto pela juventude aos olhos de todos era um problema social e político, atrelado ao progresso e à vitalidade intelectual do país, pois esbarrava na liberdade do ensino e no regime da livre frequência dos cursos literários. Ainda acusam a centralização monárquica de reduzir o corpo docente a um papel secundário; de transformar os cargos dos lentes em meros empregos públicos, em “meios de sedução para favoritos e meios de recompensa para protegidos.”²⁹

Elencam uma série de acusações ao governo imperial, o qual por meio do decreto de 22 de outubro teria: ferido o prestígio das congregações ao lhes negar critério na escolha definitiva dos candidatos por elas examinados; aberto as portas do patronato oficial através das listas obrigatórias, dando preferência aos candidatos de sua afeição; aumentado o prestígio governamental em proveito da desmoralização das congregações.³⁰

Em *Estudantes de Medicina*, retomam a defesa do direito dos acadêmicos de resistirem ao ato ministerial através da pacificidade: “Os espíritos calmos, quando advogam a causa da justiça, não tem necessidade de recursos extremos, trabalham seguros de sua vitória [...]”³¹ Há a tentativa de refutar o posicionamento “dos partidários do rei” a respeito das intenções pretendidas pelos republicanos. Para “os áulicos”, os adversários tentavam “tirar partido” do movimento reivindicativo da mocidade.

Não aceitando a pecha de “oportunistas”, reafirmam “Os republicanos não são amigos da desordem social, nem tão pouco da provocação àqueles que vivem desassombrados.”³² Consideram que o problema da mocidade acadêmica, diante do “absurdo decreto de 22 de outubro”, tinha ganhado simpatias até entre os menos simpáticos à “causa democrática”. Ou seja, entre os menos simpáticos ao Republicanismo.

É compreensível a perseverança dos redatores em reafirmarem constantemente o comprometimento d’ *A República* com a pacificidade, em meio ao embate entre os acadêmicos e o governo imperial, representado pelo Ministro João Alfredo. Havia em meio à opinião esclarecida, favorável ao governo, sensível desconfiança em relação às ideias republicanas. Essa situação está confessada em *Aberração*, publicado no dia 03: “Alguns ilustrados colegas que não partilham a nossa crença política mostram-se apreensivos com o progresso das ideias republicanas. [...] espantam-se alguns de que o governo tolere a publicação da *República* e pedem a vigilância oficial sobre nossas inofensivas pessoas.”³³

Buscaram no *Manifesto de 03 de Dezembro* argumentos para sustentarem o posicionamento moderado: “Como dissemos em nosso manifesto exercitamos o direito de discutir porque ele nos subtrai à necessidade de conspirar. Provocamos acaso a revolta? Aconselhamos o emprego da resistência armada contra a opressão e a desmoralização que

²⁹ A QUESTÃO do dia. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 01 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ ESTUDANTES de Medicina. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871. Ineditoriais, p. 4.

³² *Ibidem*.

³³ ABERRAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

sufocam este país? Nada disso.”³⁴ Associamos o trecho ao sentido de “Revolução” expresso na edição do dia 31 de outubro. Obtivemos um sentido mais abrangente do conceito empregado. A Revolução enquanto “queda das instituições monárquicas do império”³⁵ podia ter como meios de cumprimento a “conspiração”, a “revolta” e a “resistência armada”.

Outro apontamento levantado a respeito consiste em pensar na possibilidade dos agentes da propaganda estarem, mais uma vez, se valendo estrategicamente da declaração pública, pela opção reformista moderada, para se esquivarem da animosidade das autoridades imperiais. Ao que parece, elas estiveram constantemente vigilantes.

Ao reafirmarem o comprometimento com práticas moderadas de ação política, não estariam tentando evitar preventivamente uma escalada de indisposição com partidários do governo, como já ocorria naquele instante³⁶, ou até mesmo dissuadir uma provável reação violenta vinda de agentes da situação? Razão havia para se manterem sob cautela. No momento inaugural da propaganda, o Marquês de São Vicente havia demonstrado pronta aversão ao movimento. No futuro daquele passado, o ataque ocorrido contra as instalações do jornal, na ocasião de 28 de fevereiro de 1873, tal como discorrido por nós na subseção 8.1.3, do capítulo oitavo, revela que os apoiadores da Monarquia estiveram à espera de uma oportunidade para reprimirem antecipadamente o que Embaixador Léon Noël descreveu, para o Duque de Broglie, ser os “gérmenes” do “espírito revolucionário” a nascer no Império.³⁷

Ao enfatizar o caráter pacifista do movimento reivindicativo estudantil, diante de um decreto considerado “arbitrio” do governo imperial, a propaganda expôs a crescente simpatia despertada na opinião. Recorreu, por exemplo, ao testemunho de um indivíduo chamado Epaminondas, presente numa reunião dos acadêmicos ocorrida no auditório da Escola de Medicina: “Atitude nobre, calma e serena assumida pelos estudantes da faculdade de medicina [...] soube conquistar as simpatias e as adesões da imprensa e de todo o público do Rio de Janeiro”. Em nuance elogiosa, a testemunha afirma que é admirável ver como os jovens “[...] não se deixando levar por nenhuma sugestão estranha se tenham inspirado sempre e somente nos conselhos da moderação e da ordem, para a enérgica e brilhante defesa dos seus direitos.”³⁸

Assume o sentido de autorrecompensa o esforço persistente de demonstrar ao público o quão ordeiro operava o movimento. A manifestação moderada dos acadêmicos deveria ser apreendida como decorrência dos conselhos recebidos dos apoiadores, os próprios republicanos no caso. Segundo a testemunha consultada, “Ainda anteontem a mocidade acadêmica reunida na frente do edifício da escola ofereceu um belo espetáculo e deu solenes provas do espírito ordeiro de que se acha possuído nesta grave questão, e que muito a recomenda a consideração pública.”³⁹

³⁴ ABERRAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 172, 03 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

³⁵ Cf. nota 12 desse capítulo.

³⁶ Cf. nota 13 desse capítulo.

³⁷ Cf. nota 13 desse capítulo. Ver também: Notas de 36 a 40 da seção 4.1 do capítulo quarto dessa Tese.

³⁸ EPAMINONDAS. Escola de Medicina. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 174, 05 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

³⁹ *Ibidem*.

Numa situação em que autoridades imperiais governistas presumiram estarem os republicanos mancomunados com estudantes acadêmicos, para promoverem Revolução, o ponto de vista da testemunha prosseguiu evocado. A fim de descaracterizar o discurso oficial acerca da natureza do movimento estudantil na Corte:

Quietos, tranquilos e cheios de confiança aguardavam todos os estudantes a deliberação da Congregação que trabalhava em uma das salas da escola: terminada a sessão e conhecida sua deliberação à qual aderiam os estudantes unanimemente, foram todos os professores, ao saírem, objeto das mais decisivas e eloquentes provas de simpatia, consideração e respeito por parte do corpo acadêmico. E, entretanto, nada, absolutamente nada, se deu que viesse perturbar o merecimento dessa louvável e esplêndida manifestação.⁴⁰

Noticiados desde 22 de outubro de 1871, os eventos descritos até o presente momento ganharam denominação de “Questão Acadêmica”, na imprensa republicana. Precisamente na edição de 05 de novembro. Tal denominação aparece como o título de outro artigo escrito por um acadêmico cujo nome era Marius. Acreditamos provavelmente se tratar de pseudônimo.

Marius traz ao público a informação de que, naquela data, seus pares se reuniram para escolherem atitude definitiva a ser adotada, perante as reformas do Ministro João Alfredo. Estava cômico o representante dos estudantes de que a medida tomada “contra nossos briosos irmãos de S. Paulo, demonstra que o sr. João Alfredo obstina-se a manter os seus decretos, o que não é admirável.”⁴¹

Como forma de resistência à “onipotência do ministro do absolutismo”, recomenda aos colegas estudantes a abstenção de participar nos exames: “abstenhamo-nos de comparecer. A parede significa reação passiva, mas enérgica, de nossa parte”. E continua: “A resistência passiva é a força dos fracos. A parede, pois, é o único expediente possível. Abstendo-nos de obedecer aos decretos descomunamente absurdos do ministro de sua majestade, [...] teremos provado que nós [...] sabemos lutar com o vento contrário que [...] é o despotismo.”⁴²

Em *A Questão do Dia*, os redatores afirmam que o governo continuava a resistir e a reagir contrariamente ao movimento dos estudantes de São Paulo e da Corte. Por outro lado, os últimos mostravam-se dispostos a resistirem e reagirem contra a prepotência governamental. Reiteram o compromisso com o pacifismo: “Se a nossa missão, como alguns pretendem, fosse a demolição e desordem, aí nos oferecia o governo um belo ensejo para a expansão do mais instinto que nos emprestam.”⁴³ Nessa edição, os redatores respondem aos governistas “exaltados” e aos colegas do jornal liberal *A Reforma* quanto à possibilidade de ser resolvido o impasse, substituindo o Ministério. Contudo, acreditavam como saída plausível a revogação do decreto.

⁴⁰ EPAMINONDAS. Escola de Medicina. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 174, 05 nov. 1871. *A República*, pp. 3-4.

⁴¹ O ACADÊMICO. Marius. Questão Acadêmica. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 174, 05 nov. 1871. *A República*, p. 4.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ A QUESTÃO do dia. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 176, 07 nov. 1871. *A República*, p. 2.

Nos informam que no dia anterior houve reunião do Conselho de Estado para tratar do assunto. Advertem que a intimação às congregações importaria para os professores um “desar”; para os acadêmicos, uma “violência”. O emprego da força continuava como possibilidade devido à própria resistência da autoridade instituída: “a menos que o governo não esteja disposto a fazer arcabuzar mil e tantos estudantes, não compreendemos como alguém possa aconselhar a impolítica resistência do gabinete.”⁴⁴

Em 08 de novembro, na linha editorial fica mais explícito o hábil emprego da retórica revolucionária para orientar a veiculação das notícias. Os redatores dedicaram uma seção completa, intitulada *Questão Acadêmica*, para transcreverem informações divulgadas por folhas paulistas, as quais inteiravam o público sobre o andamento do conflito entre o governo imperial e os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo.

A referida seção é antecedida pelo editorial designado *Insurreição*. Nele os republicanos se posicionam a respeito de uma ocorrência: a sublevação de mil trabalhadores em algumas lavouras, os quais teriam assassinado cinco ou seis feitores. Como resposta à subversão, os trabalhadores teriam sido atacados à força de armas. Muitos entre eles teriam sido mortos: “Pretos refugiaram-se em uma mata”. Através da notícia tentavam os republicanos aconselhar as autoridades: “Deve o governo compreender [...] que [...] seja indispensável prover de alguma força irregular esses centros do interior da província, onde se vem totalmente desamparados, pela incúria e imprevidência dos senhores de terra.”⁴⁵

Para nós, não é possível naturalizar as intenções da linha editorial. No âmbito da inquietude estudantil, o quão podia ser oportuno falar de “insurreição”? O quanto podiam os republicanos manter a dualidade em tom conciliatório? Ao nosso ver, ao mesmo tempo em que não queriam confirmar o discurso oficial, também não estavam dispostos a desagradar a simpatia da mocidade estudantil. Principalmente devido à necessidade de angariar novos acólitos para a ideia republicana.

Aliás, a existência de adeptos ao Republicanismo no espaço acadêmico explica o pronto apoio dos redatores à causa estudantil. Passados três meses desde o primeiro decreto, responsável por alterar o processo de exames das faculdades, foi inaugurado a 14 de abril de 1871, na Academia de Direito de São Paulo, o jornal republicano intitulado *A Propaganda*.⁴⁶

Os redatores d’ *A República* transcreveram notícias do *Correio Paulistano*, do *Diário de S. Paulo*, da *Revista Comercial de Santos* e da *Imprensa Acadêmica* para informar ao público o andamento dos fatos na Província de São Paulo. Tentaram demonstrar negativamente a postura do governo de Sua Majestade face à questão. A autoridade teria

⁴⁴ A QUESTÃO do dia. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 176, 07 nov. 1871. *A República*, p. 2.

⁴⁵ INSURREIÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 177, 08 nov. 1871, p. 2.

⁴⁶ Tratou-se de um semanário, logo seguido de *O Rebate* (1874) e *A República* (1876-86). Acerca do órgão republicano fundado na Academia de Direito de São Paulo, consultar: LEITE, Aureliano. O Manifesto de 1870 e os paulistas - **R. F. D.** 1970, p. 360. Disponível em: www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download; A PROPAGANDA. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 196, 29 abr. 1871. *A República*, p. 2. Ver também: TAUNNAY, Affonso d’Escragnolle. A Cidade de São Paulo e o Abolicionismo. *A Propaganda Republicana*. In: **História da Cidade de São Paulo**: Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004, cap. XXXIV, v. 23, p. 309.

tratado o movimento estudantil como um “ato de rebelião”, contra o qual era necessário recorrer ao uso da força bruta para sufocar.

Do *Correio Paulistano*, demonstram o esforço feito pelo movimento estudantil, entre outubro e novembro de 1871, para esclarecer os propósitos pacíficos da causa defendida. A atitude denota o quanto o movimento estava sob os olhos suspeitosos das autoridades do Império. Era incessantemente acusado de ‘desordem’, ‘sedição’: “Não há cabeças de sedição; o corpo acadêmico é responsável coletivamente, sendo a sua divisa – Um por todos e todos por um.”⁴⁷

Com edição de outra data da mesma folha, sabiam que os paulistas tinham conhecimento da imobilidade dos atores no conflito na Corte: “Do Rio nada consta, que se falha. O telégrafo, ao que nos dizem, está vedado aos acadêmicos”. O mais emblemático está na seguinte informação: “Consta-nos que foram recolhidas de Santos 10 praças do corpo de permanentes que ali estavam destacadas e de Jundiá, isto em razão das reiteradas instâncias do diretor da academia, sr. Pires da Motta, junto ao governo.”⁴⁸ E complementam com outra transcrição do dia 04: “Partia ontem do Rio a canhoneira de guerra Belmonte trazendo para esta província 300 ou 400 praças de linha.”⁴⁹

Da *Revista Comercial de Santos* temos: “Corveta de Belmonte – desde a chegada do vapor S. José corre a notícia de dirigir-se ao nosso porto, procedendo do Rio, este vaso de guerra nacional que vem em comissão especial do governo para esta província”.⁵⁰ Da edição do *Correio Paulistano*, do dia 05 daquele mês, os republicanos tentam demonstrar a gravidade da reação hostil do governo aos estudantes da Academia de São Paulo: “Enquanto à Belmonte e seus 300 fuzileiros ainda não consta que chegassem. Fala-se em contra ordem. [...] O terror pânico do dito governo e seus agentes é que transparece a cada passo”. Tais transcrições revelam a indisposição do governo em ceder diante das reivindicações acadêmicas de São Paulo:

O espetáculo anunciado para hoje no nosso S. José foi suspenso por ordem da polícia, dizendo ela que **nos teatros não principiado muitas revoluções** (grifo nosso). É impagável esse medo de fantasmas, próprio de todos os governos despóticos. Dizem até que já proibiram a venda de querosene na cidade [...].⁵¹

Da edição de 05 de novembro do *Correio Paulistano*, vinha até a sede do jornal republicano as primeiras informações sobre a desistência da causa estudantil, da parte de um grupo dos acadêmicos: “Do seio, porém da academia desertou [...] e vilmente um grupo de indivíduos, desses por aí que preferem de instinto rastejar ao encaço do interesse

⁴⁷ A QUESTÃO Acadêmica. *Correio Paulistano*. 31 out. 1871 apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 177, 08 nov. 1871, p. 2.

⁴⁸ A QUESTÃO Acadêmica. *Correio Paulistano*. 01 nov. 1871 apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 177, 08 nov. 1871, p. 2.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ CORREIO Belmonte. *Revista Comercial de Santos* 04/11/1871 apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 177, 08 nov. 1871, p. 2.

⁵¹ A QUESTÃO Acadêmica. *Correio Paulistano*. 05 nov. 1871 apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 177, 08 nov. 1871, p. 2.

próprio por desvios escusos a colocarem-se na atitude enérgica nobre dos que presam a dignidade e os brios.”⁵² No final da transcrição são citados nove nomes “dos indivíduos notados de infâmia”, que teriam traído a causa acadêmica.

Em *Questão do dia*, temos a sensação de que a retórica utilizada pelos republicanos tendia ampliar o clima de insatisfação gerada contra o decreto do governo. A fala procura transmitir a agitação não apenas no meio acadêmico, como também entre a opinião: “A agitação lavra em todos os espíritos. O acontecimento já não está limitado aos recintos acadêmicos. A comoção produzida pelo ato violento do governo já repercute em outras esferas.”⁵³

Ao tratarem da resistência da Congregação dos lentes da Faculdade de Medicina da capital carioca, os agentes da propaganda oportunamente buscaram, num conflito estudantil da França de Napoleão III, argumentos para convencerem o governo imperial brasileiro a respeito de como deveria proceder:

Napoleão III foi no seu tempo o tipo dos monarcas infalíveis. Mas a sobrançeria do autocrata em um conflito igual idêntico teve de curvar-se ante a serena majestade da ciência ultrajada na pessoa dos seus apóstolos. A Faculdade de Medicina de Paris, mais afortunada do que a do Rio de Janeiro, triunfou na questão dos professores homeopatas contra o orgulho e contra a onipotência do czar do Sena.⁵⁴

Para os republicanos, a situação brasileira era mais grave do que a parisiense: “A questão hoje está mais melindrosa do que ontem”. Entendemos que havia uma inclinação deles à radicalização na experiência prática daquele revolucionário ano de 1871, o da Comuna de Paris. É inegável que afirmam serem favoráveis ao pacifismo do movimento; à resolução moderada do problema. Porém, havia uma flexibilidade: estavam dispostos a mudarem de posição, caso o governo respondesse com agressividade e renitência ao impasse.

A efervescência do meio estudantil, em resposta ao decreto expedido por João Alfredo, foi instrumentalizada enquanto força motriz para agitar e alavancar a simpatia pela propaganda republicana, no meio acadêmico. As edições d’ *A República* só faziam reforçar a dificuldade circunstancial: “[...] a situação é dessas, que pela sua obscuridade e gravidade, não permite prever qual seja no futuro sua solução.”⁵⁵

A denominada “Questão Acadêmica” de outubro/novembro de 1871 reforçou a desconfiança das autoridades imperiais em relação à tendência política do recém-inaugurado Movimento Republicano na Corte. O jornal no qual se expressavam era o “reduto da Revolução” contra o regime de Sua Majestade. Tal quadro mobilizou a opinião republicana, que, por sua vez, se envolveu no curso dos eventos. Ao mesmo tempo foi desafiada a rever o posicionamento político no que diz respeito à moderação. Quando ultrapassadas as expectativas de uma ação tolerante e dialógica, da parte do governo, hesitaram cuidadosamente ao indicar a solução: “Se é tempo, recue o governo,

⁵² A QUESTÃO Acadêmica. Correio Paulistano. 05 nov. 1871 apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 177, 08 nov. 1871, p. 2.

⁵³ A QUESTÃO do dia. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 176, 08 nov. 1871. *A República*, p. 3.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

enquanto pode fazê-lo sem desar. Mas se a sua intenção é absolutamente agressiva e renitente, a situação será outra e a nossa posição também.”⁵⁶

Em *O governo e os estudantes de medicina* temos um aceno de como acirrados estavam os ânimos entre as autoridades monarquistas e os acadêmicos da Corte, apoiados pelos republicanos na imprensa. No artigo, cuja autoria provavelmente pertenceu a alguma liderança entre os acadêmicos, o tom foi elevado na perspectiva de diluir o discurso dos altos escalões do Império, que lhes impunham a pecha de “desordeiros”, “sediciosos”, “revolucionários”. Eles perseveraram em reafirmar o caráter calmo do movimento estudantil e em exaltar a simpatia adquirida em meio à opinião. Lhes impressionava que no meio da efervescência provocada “pela mais justa indignação”, o gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco carregasse os erros de um dos seus membros, João Alfredo. Há a denúncia da reação armada do governo contra os acadêmicos:

É um dever do governo atender à tranquilidade pública quando esta correr perigo, mas conservar tropas em armas, colocar batalhões nos becos próximos à Escola de Medicina, e mandar dois soldados de cavalaria postarem-se em frente a 500 pessoas, cujos espíritos não podem estar calmos, é um crime, indigno de homens que ocupam uma posição elevada.⁵⁷

Sustentam que o gabinete lhes preparava uma armadilha com a finalidade de lhes afastar do caminho da moderação. Queria colocá-los “em um terreno onde fisicamente possamos ser esmagados, eis a tática dos governos desmoralizados.”⁵⁸ Ao resistirem à troca de posição, os acadêmicos desconfiavam de que o governo planejava estimulá-los a saírem às ruas para o enfrentamento. Por isso afirmam: “A luta não se travará nas ruas desta cidade, nesse erro depositam a esperança os que desejam a perda do nosso futuro, mas fique o público sabendo que o provocador é um moço cujas únicas habilitações para altos cargos [referência ao Min. João Alfredo] não passam de bons serviços prestados a um fazendeiro do norte.”⁵⁹

Acusam o governo imperial de ter forjado a tentativa de incêndio na Faculdade de Medicina⁶⁰, de modo a poder lhes responsabilizar pelo ocorrido:

Nem os laços, que maliciosamente nos armam o governo imperial, nem o desejo de quem quer que seja, de nos fazer passar por incendiários, mandando para a escola uma grande lata de água raz,

⁵⁶ A QUESTÃO do dia. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 176, 08 nov. 1871. *A República*, p. 3.

⁵⁷ A VOZ da Verdade. O governo e os estudantes de medicina. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 176, 08 nov. 1871. Ineditoriais, p. 4.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ No dia 07 de novembro ocorreu o início de um incêndio no edifício que abrigava a Faculdade de Medicina na Corte. O quase acidente foi descoberto pelos acadêmicos e combatido. Em relação à força pública atuante na segurança do local, o ocorrido gerou desconfianças por parte dos acadêmicos, que negaram a responsabilidade do fato por atitude do corpo discente: “No entanto, os policiais que vigiam noite e dia os arredores da escola, conservaram-se impassíveis. Se o fito da policia é provocar-nos a desordens por meio de seus agentes, quer públicos, quer secretos, afiançamos-lhes que não estamos resolvidos a sujeitar-nos às suas incitações” (ESCOLA de Medicina: ao público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 178, 09 nov. 1871. Ineditoriais p. 4).

produzirão o resultado que desejam obter. Do nosso lado, está a justiça da causa que defendemos; o incêndio é uma arma indigna, que não pode ser manejada senão pelos nossos inimigos.⁶¹

Os republicanos prestaram importante contribuição à mobilização reivindicativa dos acadêmicos. Noticiaram deliberações tomadas em reuniões efetuadas pelos acadêmicos, como a que ocorreu no dia 08, com a presença do 4º, 3º e 1º ano médico, e 3º e 11º ano farmacêutico. No evento, os estudantes decidiram de modo unânime pela abstenção nos exames.⁶²

No processo da Questão Acadêmica também atuaram divulgando transcrição de documentos oficiais. Foi o caso das cartas trocadas entre o Ministro Conselheiro João Alfredo e José Martins da Cruz Jobim⁶³, Diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro desde 1841. Nas correspondências, ambos discutem acerca do incêndio provocado na instituição acadêmica da Corte.⁶⁴

Na Província de São Paulo, a primeira reviravolta no movimento estudantil proveio de um revés imposto pela própria Congregação dos lentes aos estudantes: “Os acadêmicos de S. Paulo sofreram a mais cruel decepção. Aqueles que ensinavam os deveres da honra e da dignidade, que diziam a interpretação das leis, dobraram-se ao capricho estólido e aprovaram o absurdo e o vergonhoso”. O corpo acadêmico desejava sair em resistência contra a atitude da Congregação de ceder à vontade do governo imperial, materializada no decreto de 22 de outubro. A primeira medida adotada foi: “[...] O corpo acadêmico de S. Paulo resolveu eliminar de seu seio os seus membros corruptos, como o enfermo faz com a parte gangrenada.”⁶⁵ A principal folha pró-governo na Corte não ficou de fora do debate: “[...] no Jornal do Comércio de ontem apareceu um artigo assinado por um desses indivíduos que a própria consciência persegue.”⁶⁶

⁶¹ ESCOLA de Medicina: ao público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 178, 09 nov. 1871. Ineditoriais p. 4.

⁶² FACULDADE de Medicina: ao público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 178, 09 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 1.

⁶³ Cf.: JOSÉ Martins da Cruz Jobim. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, vol. 5, pp. 82-84.

⁶⁴ DOCUMENTOS Oficiais. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 179, 10 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 1.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ OS ACADÊMICOS de São Paulo e o sr. José Luiz de Almeida Nogueira. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 179, 10 nov. 1871. Ineditoriais, p. 3. Na edição de 06 de novembro, o *Jornal do Comércio* publica um artigo em que o autor, identificado por Manlio, num tom leve de advertência, exorta os republicanos a discutirem com calma, sem radicalidade as suas ideias. Estamos diante de uma resposta dos redatores do *Jornal* à intervenção republicana na Questão Acadêmica, em favor dos estudantes de Medicina na Corte e de Direito em São Paulo: “O direito de discutir pela imprensa, **assim os atos do poder público como o merecimento das instituições** (grifo nosso), é uma das formas da liberdade política [...], indispensável [...] à vida e conservação da sociedade, [...] seu desenvolvimento e progresso”. Manlio diz não estranhar que o pensamento republicano se organize enquanto partido e denuncie as imperfeições do sistema monárquico vigente: “Desde que seu órgão se mantenha na altura do espírito que o anima, sem declinar jamais da discussão sisuda e calma, o que cumpre é aplaudir, que não condenar, essa expansão da vida pública”. Sobre a atitude de incitação revolucionária, afirma que: “[...] a ideia de uma transformação radical, que se dirige às bases em que se assenta toda uma ordem política, impõe sérios deveres aos que abraçam, e promovem sua realização prática. Designando “República” por “democracia absoluta”, o autor pensa que o círculo das ideias dos republicanos se encontrava ainda muito estreito para a satisfação dos seus objetivos. Para ele, não bastava os elementos da virtude republicana - brilho, talento, pureza de intenções - exporem os problemas do momento presente. Parte em defesa da Monarquia: “o regime monárquico não é estreme de defeitos, mesmo de vícios, porque as cousas do mundo [...] a instituição não corresponde nunca ao ideal”. O autor diz que cabia à *República* sair do círculo de ideias e exibir o seu programa, as vantagens do pensamento que defende; trazer para uma discussão profunda provas robustas da superioridade do regime republicano. Quanto à procura dos republicanos por novos adeptos à sua causa, o autor não vacila: “Manter-se no terreno inglório da demolição [...] é recrutar sectários entre os ignorantes, é promover o proselitismo das paixões [...]” (MANLIO. *A República*. **Jornal do Comércio**. Rio de

Em *Os estudantes de medicina ao público*, segundo os acadêmicos, as autoridades imperiais estavam associando a mobilização dos acadêmicos a uma “articulação republicana”, em conjunto com os liberais:

A República e A Reforma patrocinaram a causa da mocidade, porque combatem o abuso e a tirania; fizeram-no com independência, e por isso conquistaram a gratidão eterna e o reconhecimento dos acadêmicos, porque eles ainda não corruptos, nutrem todos os sentimentos nobres. O despotismo, porém, teme que o povo, reconhecendo de que lado está o proceder, nobre e legítimo, abandone o caminho errado e siga novos trilhos.⁶⁷

Através do principal órgão dos republicanos, os acadêmicos denunciam o governo imperial, desejoso por colocar a opinião contra *A República e A Reforma*. Entretanto, afirmam que tal objetivo produziu efeitos contrários. A autoridade ministerial tinha por intenção atrair apoio contra o movimento estudantil: “**Espalharam que tramavam os acadêmicos uma revolução, uma violência contra o ministério, contra a princesa, e contra a sociedade** (grifo nosso)”.⁶⁸

Numa época em que o polêmico lema liberal, “Ou a reforma, Ou a revolução”, ainda retumbava pelos circuitos do quadro político cindido, taticamente o governo atrelou o movimento estudantil à ação de republicanos e liberais, os adversários políticos. Em revide, o discurso oficial foi acusado por lançar, sobre as costas dos adversários, a trama de uma Revolução. Os republicanos passaram a endossar o argumento dos estudantes:

Esses boatos apenas explicam o pânico que acometeu o ilustrado sr. Ministro do império, a atitude provocadora dos esbirros policiais, a falta de cortesia e de verdade dos artigos governamentais, e a quixotesca bravura do comandante do corpo de bombeiros. Em vez de ocupar-se com infames calúnias, era mais prudente que o ministro do império resolvesse a questão pendente, que a polícia não fosse à academia de medicina provocar ostensivamente os estudantes, e que os espoletas não levassem aí a tentativa de incêndio para fazer acreditar que seus autores eram estudantes.⁶⁹

Apesar de se colocarem no lado da pacificidade, tanto os estudantes quanto os republicanos vacilam no discurso. A dualidade é uma marca constante. Os republicanos pontuam que “O corpo acadêmico, a despeito dos desejos e provocações da polícia e do governo, não sairá da calma e da prudência em que até agora se tem mantido”. Contudo, encerram fazendo uma advertência às autoridades: “Ouçam a voz da verdade e não caluniem: o ferro se voltará contra os que o empunham.”⁷⁰

Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 50, n. 307, 06 nov. 1871. Publicações a Pedido, p. 1). Essa intervenção no debate nos dá a certeza de que a havia naquele momento uma atmosfera de receio em relação à possibilidade da propaganda republicana cogitar a via das armas, para eliminar a Monarquia. Sobre manifestações acerca da Questão Acadêmica no *Jornal do Comércio*, conferir as edições dos dias: 01/11; 03/11; 08/11; 09/11; 16/11 e 23/11/1871.

⁶⁷ OS ESTUDANTES de Medicina ao público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 180, 11 nov. 1871. Ineditoriais, p. 4.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

Num momento em que a Congregação dos lentes da Faculdade de Direito de São Paulo resolvia por acatar as determinações do decreto imperial, a contragosto dos estudantes, e preparava-se um “processo acadêmico contra os quebradores de mesa”, um acadêmico de nome Rienzi foi à imprensa queixar-se e reivindicar liberdade de ensino: “o corpo docente das nossas academias jurídicas fornece deputados a todas as legislaturas, e ministros a todos os ministérios. [...] nossos mestres [...] o que tem feito até hoje em favor dessa reforma palpitante, reclamada há tanto tempo pelas necessidades e progresso do ensino.”⁷¹

Apesar de considerar o sistema de ensino do Império péssimo, Rienzi via no meio acadêmico o despontar do desenvolvimento do espírito de independência. Tal espírito havia encontrado oposição no sistema de ensino do país: “um movimento de reação pronunciou-se entre nós.”⁷² A escrita do estudante relata como o decreto de 22 de outubro prejudicou o corpo discente das academias:

Esse movimento do espírito acadêmico [...] acentuou-se no ano que vai terminar, em virtude de novos vexames que nos foram impostos pelo decreto de 14 de janeiro. Este decreto nos sobrecarregou de todo o ônus do ensino livre, sem nos conceder uma de suas vantagens; obrigou-nos a provas finais e rigorosíssimas, mas não deixou a escolha dos meios para satisfazê-las. Os esforços que a Academia de São Paulo empregou, durante o ano inteiro, para remover de seu caminho, pelos meios legais, o tal decreto [...] estão na memória de todos, assim como o nenhum resultado que obtivemos.⁷³

Em meio ao impasse entre o governo e o corpo estudantil, os acadêmicos do Rio prepararam uma recepção a seus pares de São Paulo. Esses decidiram partir para a Corte. Foram ao encontro tanto de seus pares quanto das sedes de redação d' *A República* e d' *A Reforma*. Desembarcando em Santos, quase todos se dirigiram à capital do Império.

A bordo do vapor Paulista, chegaram de São Paulo quarenta e seis (46) estudantes da Faculdade de Direito, no dia 11 de novembro. Os republicanos nos contam que “Desde as 10 horas da manhã, todo o corpo acadêmico do Rio de Janeiro, sobressaindo em número os estudantes da faculdade de medicina, aguardava na ponte das barcas Ferry o sinal de entrada do vapor de Santos”. Quando o telégrafo assinalou a chegada do vapor vindo do litoral paulista, oitocentas (800) pessoas, acompanhadas de uma banda de música, foram ao encontro descrito a seguir:

Ao aproximar-se do Paulista, prorromperam os vivos nos acadêmicos de S. Paulo, subiram no ar inúmeras girândolas de foguetes, e, entre os dos bordos dos vapores já unidos, trocaram-se flores e aclamações por entre os sons festivos da banda de música. Pouco depois, abraçando-se reciprocamente, já a bordo do Paulista, já na coberta da barca de Ferry, na sua expansão do júbilo demonstravam os dignos moços os sentimentos de união e apreço, que mutuamente se votam às faculdades brasileiras.⁷⁴

⁷¹ RIENZI. A nossa causa. Imprensa Acadêmica apud **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 181, 12 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 2.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ OS ESTUDANTES de Medicina ao público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 180, 11 nov. 1871. Ineditoriais, p. 4.

⁷⁴ CHEGADA. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 181, 12 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 2.

O encontro dos estudantes acadêmicos de São Paulo e do Rio com a redação do jornal não deixou de ter menos apreço, da parte dos redatores d' *A República*:

Ao chegarem diante do nosso estabelecimento, e ao saudarem a redação da *República*, um dos redatores levantou vivas à briosa corporação acadêmica, à mocidade brasileira, e ao ensino livre. Os srs. Miranda Azevedo e Matta de Araújo, distintos estudantes de medicina, e o sr. João Monteiro, distinto estudante de direito, pronunciaram de nossas sacadas eloquentes discursos. Todos os oradores foram recebidos com animados aplausos. Depois foram os estudantes até o estabelecimento dos nossos ilustrados colegas da *Reforma*, onde os srs. Joaquim Serra e dr. Climaco Barbosa saudaram os dignos moços agradeceu-lhes, por parte de seus colegas, o acadêmico sr. Malta de Araújo.⁷⁵

Nos parece ter sido grande a simpatia dos acadêmicos aos republicanos e aos novos liberais, devido ao apoio dado por ambas agremiações à reivindicação da causa acadêmica. Essa simpatia incomodou o governo imperial a ponto de fazê-lo sustentar, inclusive por meio de órgãos apoiadores na imprensa⁷⁶, o discurso de uma articulação entre o movimento estudantil com ambos os segmentos partidários; a fim de juntos promoverem uma Revolução contra o regime.

O modo como os redatores encerram *A Chegada* é indicativo. Reafirmam o caráter pacífico e ordeiro do movimento estudantil apoiado: “Em seguida dispersou-se o ajuntamento, tendo reinado verdadeira ordem durante todo o trajeto, o que era de esperar da fina educação e espírito culto dos distintos acadêmicos. Em tudo foi recepção digna dos que a fizeram e dos que a souberam merecer.”⁷⁷

A seguir, expomos o ideal republicano a ter animado os agentes da propaganda no apoio oferecido à causa acadêmica. Parecendo refletir a atmosfera política encerrada no dilema liberal “Ou a reforma, ou a revolução”, a dualidade do discurso republicano permaneceu uma constante, até o termo do conflito entre estudantes acadêmicos e agentes do governo imperial.

11.1 A “MARSELHESA ACADÊMICA” E A DUALIDADE DISCURSIVA DOS REPUBLICANOS ATÉ O FIM DO IMPASSE

⁷⁵ CHEGADA. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 181, 12 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 2.

⁷⁶ Nos referimos aqui ao *Jornal do Comércio*, cujos redatores só não acompanharam os acontecimentos como também intervieram na imprensa através de debates polêmicos com os republicanos, em torno da questão dos estudantes. A edição do dia 06/11 daquela folha é significativa quanto a esse respeito. Os republicanos tinham uma visão nitidamente definida quanto à folha situacionista. No artigo *O Jornal do Comércio Amuado*, os redatores são incisivos: “Aliado constante do poder pessoal, alimentando e aquecido aos seios do despotismo, boca da coroa e olho do rei, haurindo toda a sua força no regime dos privilégios que a seu turno sustenta, alheio aos partidos para auferir de todos o provento, altivo e sobranceiro aos olhos do povo quando é rasteiro e submisso nos caminhos escusos do poder, sócio da indústria na grande comandita que explora a nação, infenso à democracia que pode liquidar-lhe as propinas, amigo da ordem porque para si a ordem e o que não lhe perturba a digestão, o *Jornal do Comércio*, bordão do cego de S. Cristóvão há sido até hoje o braço direito do sistema que nos rege” (O JORNAL do Comércio Amuado. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 1, 03 dez. 1871. *A República*, p. 2).

⁷⁷ CHEGADA. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 181, 12 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 2.

Em *Questão Acadêmica*, os redatores resumem como foi, até então, o proceder do governo imperial no que diz respeito ao movimento estudantil, contrário ao decreto de 22 de outubro: “O governo inverteu a ordem natural dos acontecimentos. O governo começou pela imposição, e pela violência; e a apelou, agora, para a discussão e para o raciocínio.”⁷⁸ O governo havia tratado as representações moderadas das congregações como gesto de desobediência à autoridade instituída. Quanto aos estudantes, decidiu por processá-los. Nos apontam a nova tendência do *status quo* político para contornar o problema gerado: “o governo busca hoje fazer opinião; quer discutir e provar a boa intenção do seu ato, que ninguém negou em princípio, e demonstrar a excelência da sua deliberação.”⁷⁹

A respeito do ideal a animar e a inspirar os formadores de opinião d’ *A República*, uma pista inequívoca aparece. Ela reforça a hipótese de que os ideais da França republicana e revolucionária contribuíram, de sobremodo, para impulsionar a retórica que tomou a Revolução como saída para resolver a “Questão do Regime” no país. Antecedido por frases atribuídas a Balzac e a Lamartine, aparece um poema de autoria anônima, intitulado *Marselhesa Acadêmica*. Pelo que aparenta, o poema se constitui enquanto dedicação da parte de algum dos redatores do jornal à mocidade acadêmica, em luta contra o decreto do Governo do Visconde do Rio Branco:

Mocidade, corremos fileiras
Ante o ferro das leis homicidas,
Quem conserva de moço a coragem,
Sempre vence nas lutas renhidas

E no dia em que a pátria orgulhosa
De seus livres saudar a memória,
Há de a nobre falange dos moços
Ver surgir dentre os raios da glória.

Sim, de crenças unidos e fortes
Num só laço prender-nos devemos,
Essas becas de vis mercenários
D’ora avante ao desprezo votemos.
E no dia em que a pátria orgulhosa, etc.

Sobranceiros à grei vergonhosa,
Que nas faces o pejo não sente,
Sustentemos de um lado a justiça,

⁷⁸ QUESTÃO Acadêmica. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 181, 12 nov. 1871. *A República*, p. 2.

⁷⁹ *Ibidem*.

D'outro lado a vergasta inclemente.
E no dia em que a pátria orgulhosa, etc.

Quando a luz da razão, que nos guia,
Inflamar nosso peito brioso,
Ao direito sagrado prestemos
Nosso braço fiel, poderoso (grifo nosso)
E no dia em que a pátria orgulhosa, etc.

Guerra eterna ao conselho votemos
Dos togados, servis traidores,
Que, curvados às plantas dos moços,
Obedeçam à voz dos Senhores.
E no dia em que a pátria orgulhosa, etc.

Já que aos nossos juízes falece
A moral, que da honra é essência;
Mocidade, julgando os culpados,
Castiguemos a torpe insolência.
E no dia em que a pátria orgulhosa, etc.⁸⁰

A leitura do poema revela várias tópicas acionadas pela retórica revolucionária ensejada pelo Republicanismo brasileiro: a luta contra a opressão do despotismo; o patriotismo; o apelo à unidade; a metáfora das luzes. No trecho que destacamos, a Revolução aparece como um direito. Em meio à turbulenta “Questão dos Estudantes”, não estaria o autor anônimo ansiando e/ou fazendo alusão à possibilidade de um levante da “nação” contra os opressores, haja vista os ocorridos entre 1789 e começo de 1871, do outro lado do Atlântico Norte? Ao menos é o que nos sugere o verso “E no dia em que a pátria orgulhosa, etc.”, empregado repetidas vezes no fim das estrofes.

Se estavam ou não os republicanos imbuídos de intenções sediciosas inconfessadas, tal como queria o discurso oficial num momento assaz favorável ao avanço da propaganda, como foi o da Questão Acadêmica, não podemos responder com precisão, devido à dualidade existente no discurso. Defenderam a pacificidade do movimento estudantil; ao mesmo tempo, estimularam a resistência. Quando observavam excessos da parte do governo, introduziam a via das armas. Porém, a deixavam em suspensão.

Ao menos entre os acadêmicos contrários ao decreto do governo imperial, é possível verificar a ocorrência de apelos favoráveis ao emprego da Revolução contra governos. Identificamos isso em meio ao núcleo republicano

⁸⁰ MARSELHESA Acadêmica. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 181, 12 nov. 1871. Correio Popular, p. 4.

formado na Faculdade de Direito de São Paulo. O redator não identificado d' *A República* a compor o poema sabia certamente do arrebatamento político existente em meio à mocidade acadêmica do Império. A explicação pode ser encontrada em dois aspectos complementares: a adesão ao Republicanismo no meio acadêmico e o caráter retórico e literário do próprio ensino ofertado a um estudante de nível superior na época. Até o final do presente capítulo procuraremos retornar a esses apontamentos.

Por ora, importa dizer que a repercussão dos choques, entre os decretos do governo imperial e os interesses acadêmicos, avançou em direção ao Norte. A folha extraordinária do dia 13 afirma que “Quer na faculdade de medicina da Bahia, quer na de direito do Recife, até nas últimas datas, trazidas pelo *Ilypparchus*, nada parecia embarçar a vontade absurda do governo em matéria de exames.”⁸¹ Em breve, a aplicação dos exames começaria em ambas instituições educandárias.

Enquanto isso na Corte imperial, Cruz Jobim, Diretor da Faculdade de Medicina, trocava correspondências com o Ministro João Alfredo. Nelas discutiam sobre aplicação dos exames e a tentativa de incêndio malograda no edifício sede da Faculdade, no dia 07 de novembro.⁸² Havia o clamor dos estudantes pela defesa da liberdade de ensino e a reivindicação para que o governo imperial acatasse o exigido pelas congregações. Essas eram condições para que o corpo acadêmico se submetesse às novas regras do processo de exames.

Desde que começou a se dedicar com afincão à polêmica questão, o jornal republicano construiu narrativa própria para os fatos. Para nós, trata-se de um aspecto imprescindível da guerra de discursos estabelecida. A narrativa republicana da questão dos estudantes tinha por princípios orientadores a defesa da causa estudantil e o combate ao discurso oficial, que acusava a sede do jornal, juntamente com a sede d' *A Reforma* e o movimento acadêmico como um todo, de se constituírem enquanto reduto da Revolução; o foco de efervescência revolucionária contra as autoridades e as instituições imperiais.

Nos dizem os republicanos que “O ato de governo, na opinião da maioria da imprensa, na opinião das congregações das faculdades de medicina e de direito, na opinião dos estudantes de S. Paulo e desta capital, foi reputado inoportuno, iníquo, violento e até ilegal.”⁸³ O governo imperial, na pessoa do Ministro João Alfredo, procurava mudar de postura em relação aos estudantes. Certamente devido aos efeitos causados pela reverberação do litígio na imprensa.

Não apenas o governo, mas também uma parcela dos estudantes, estava mudando de postura frente à ação vertical do poder político instituído: “Informam-nos que há agora estudantes ansiosos por curvarem-se à imposição superior. [...] Todos serão aprovados, contente que sejam subservientes. É preciso salvar o princípio da autoridade. Outros estudantes, porém, resistem, e não estão dispostos a abdicar da sua dignidade [...]”⁸⁴

⁸¹ AS DUAS Faculdades do Norte. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 182, 13 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 1.

⁸² O Sr. Diretor da Faculdade de Medicina. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 182, 13 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 1.

⁸³ QUESTÃO Acadêmica. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 183, 14 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 2.

⁸⁴ *Ibidem*.

Eles apontam para um racha a dividir as congregações e os estudantes em dois campos distintos: “Num, levanta a honra o seu estandarte, e afronta os ares da perseguição. Noutro, levanta os seus arraiais esse exército anônimo, mas que sempre recruta no seio de uma sociedade corrompida pelas tradições peculiares de seu regime político, - o regime das genuflexões.”⁸⁵

Desse modo, os agentes d’*A República* estiveram atentos aos novos ares de mudança, nas posições dos sujeitos envolvidos no conflito: “A questão acadêmica entra, portanto, em uma nova fase: a fase prevista para uns, inesperada para outros.”⁸⁶ Em decorrência, os próprios republicanos adaptam o discurso conforme às novas condições a despontarem no cenário. Com isso, a dualidade do discurso ganha ainda mais realce: “No nosso posto, nem indicamos aos estudantes qual caminho deviam seguir, nem qual aquele que deviam abandonar.”⁸⁷

Pondo em relevo um aparente abrandamento do ímpeto coercitivo das autoridades imperiais, nos dão a impressão de que havia o interesse, da parte das mesmas, em manter um estreito controle e vigilância sobre as faculdades do Império. Nos perguntamos em que medida não estavam tais autoridades se valendo dos decretos para transporem os muros das academias, de modo a se precaverem, num espaço consagrado à promoção e à divulgação de ideias, da ameaça que lhes parecia a emergência de uma causa defensora da eliminação da Monarquia, em benefício da República?

Numa época em que a educação de nível superior era a grande preocupação do Estado, e por isso a detinha sob seu controle, por que diante da ameaça republicana não intervir nas academias, de modo a submeter professores e alunos a um maior controle? Mais uma vez acreditamos estar na natureza retórica e literária da formação acadêmica do período uma das respostas para essa e para a pergunta feita acerca das intenções nutridas, em relação à mocidade estudantil, por aquele que compôs *A Marselhesa Acadêmica*. Tentaremos esboçar uma possível resposta a essas duas indagações ao fim do capítulo.

Em meio às negociações que o governo imperial, através do Ministro João Alfredo, procurava estabelecer com a direção das academias de Medicina da Corte e de Direito de São Paulo, os republicanos demonstraram receio à tática repressiva do governo. Num primeiro instante, havia agido com força coativa. Em seguida, procurava contornar os transtornos da repercussão por meio do diálogo e do debate com a opinião, via imprensa: “O que receamos, agora, é a intervenção brutal e cavilosa da polícia, é a ação provocadora da autoridade, que desde princípio, busca arrastar a juventude ao cometimento de alguma imprudência, assim como se tem tentado desacreditá-la por todas as formas.”⁸⁸

Havia para esse receio um dado a mais: “A tentativa de incêndio na academia [de Medicina da Corte], repelida com indignação pela juventude acadêmica, é ainda um fato misterioso, que a autoridade policial não tem querido investigar.”⁸⁹ O discurso dual, a submeter o procedimento de ação da juventude acadêmica às condições impostas pela

⁸⁵ QUESTÃO Acadêmica. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 183, 14 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 2.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ QUESTÃO Acadêmica. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 184, 15 nov. 1871. *A República*, p. 3.

⁸⁹ Ibidem.

reação do governo, continua marcante: “A resistência pacífica, mas resoluto, é a grande arma dos cidadãos, que confiam no seu direito e na justiça de sua causa.”⁹⁰

Os republicanos estimulavam parcela dos acadêmicos, resistentes à submissão aos exames regidos pelas determinações do novo decreto, a manterem perseverança. Para isso, transcreveram textos dos próprios acadêmicos, como é o caso de *Avante*, espécie de exortação assinada por um acadêmico, identificado por Melphisto: “Se a congregação dos lentes da escola de medicina, sobrepujando à de S. Paulo em servilismo vos abandonou, descendo até o ministro, merece lástima e não imitação. A mocidade sobe, não desce.”⁹¹

Oportunamente, os republicanos lidaram com o desassossego da opinião quanto a uma possível repressão armada do movimento, por parte do governo. Essa inquietação se faz sentir na edição do dia 16:

O governo aquartelou no arsenal de guerra o batalhão dos fuzileiros navais. Aquartelou no asilo de mendigos trinta praças do corpo policial. Aumentou as patrulhas de cavalaria à roda da academia de medicina. Concentrou força urbana na 5ª estação. **Este aparato bélico parece denunciar uma revolução. Mas tranquiliza-se o público: no caso presente, denuncia apenas falta de senso comum** (grifo nosso).⁹²

Perguntam o que queria o governo com a reação: “O que pretende o governo com todo esse aparato? Ostentar força? Intimidar a população? Coagirem os estudantes a fazerem ato? Garantir a segurança não ameaçada dos professores?” Nos dizem que as congregações se sentiram coagidas e que, sob a ameaça de baionetas, não procederiam com os exames. Enquanto isso, os estudantes zombavam da situação. Eles confirmam que a estratégia do governo era de fato levar os acadêmicos a cometerem atos de gravidade: “Calcula-se com a natural vivacidade da juventude; explora-se o seu ardimento, a fim de impeli-la ao cometimento de algum ato, que justifique a intervenção da força pública”. Nessa edição, se apresentam contrários aos excessos: “Reprovamos e reprovaremos todas as imprudências, partam de onde partirem.”⁹³

Num momento em que o Imperador e a Imperatriz se encontravam de viagem à Europa e a chefia do Estado estava, pela primeira vez, nas mãos da Regente D. Isabel, na edição do dia 17, os republicanos transcrevem uma notícia do *Diário de São Paulo* do dia 15. Transmitem ao público a chegada do Deputado paulista João Mendes de Almeida através do vapor S. José: “Diz-se que s. ex. vem para a pasta do império, alijado que seja o sr. João Alfredo.”⁹⁴ No desenrolar dos acontecimentos não apenas na Corte, como também em São Paulo, atingindo Províncias do norte, como Bahia e Pernambuco, captamos como as autoridades da época trataram de alimentar o alarde de se estar vivendo uma

⁹⁰ QUESTÃO Acadêmica. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 184, 15 nov. 1871. *A República*, p. 3.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² A QUESTÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 185, 16 nov. 1871. *A República*, p. 2.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ ACADEMIA de São Paulo. *Diário de S. Paulo* apud Academia de S. Paulo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 186, 17 nov. 1871. *A República*, p. 1.

“revolução” no Império. Ao nosso ver, consistia em tática das autoridades imperiais usar o argumento da Revolução como instrumento para justificarem o uso deliberado da força:

O sr. Mendes, por trás das cortinas, fez o que pôde em S. Paulo: assevera-se até que o fez de acordo com o sr. Duarte Azevedo. **As mais pavorosas notícias da revolução de S. Paulo foram por s. ex. mandadas ao governo** (grifo nosso), no dever de quem se julga bem informado. Que a bordo do vapor assumiu s. exe. uns ares de sucessor de ministro, o que em S. Paulo tinham-no como tal, é coisa incontestável.⁹⁵

Tanto na Faculdade de Medicina, no Rio, como na de Direito, em São Paulo, o movimento estava cindido entre os que se mantinham fiéis ao “fazer parede” e os que resolveram se submeter às novas regras, ditas pelo decreto de 22 de outubro, para a aplicação dos exames. A mal esclarecida tentativa de incêndio, na Faculdade de Medicina da Corte, não foi fato isolado de violência. Ao lado de notícias a respeito dos atos praticados na Faculdade de São Paulo, ambas as situações empolgaram a animosidade:

Começaram ontem os exames nesta faculdade [de Medicina da Corte], compareceram e fizeram ato em maior número de 50 alunos do 1º, 3º, 4º e 6º anos. Temos, porém, a lamentar um acontecimento igual ao que aconteceu ontem na faculdade de S. Paulo: estudantes da parede, talvez instigados e auxiliados por pessoas estranhas ao estabelecimento, fizeram neste uma grande destruição, quebrando portas, janelas, vidraças, mesas e até instrumentos de aula de anatomia. Quando a força pública chegou já estava tudo consumado. Informa-nos uma pessoa fidedigna que no auto de corpo de delito, a que ontem procedeu-se na escola, avaliou-se o dano em 14:000\$.⁹⁶

As situações de violência contra o patrimônio das instituições educandárias levaram os republicanos a se manifestarem através de um discurso neutro, em que combatiam a exaltação dos ânimos de ambas as partes: “[...] Os acontecimentos lamentáveis que ontem ocorreram na faculdade de medicina não podem merecer de nós nem a tolerância do nosso silêncio.”⁹⁷

Asseveraram que quando propugnaram pelo “direito da resistência”, o fizeram acreditando que era a grande arma da democracia; uma “grande” garantia dos princípios republicanos. Eles reconheceram que na vida dos povos há momentos de crises e que a defesa do futuro, e da sua conservação, impõe sacrifícios dolorosos que podem implicar até mesmo na “contribuição de sangue”. Isso acontece em momentos em que a “liberdade” se vê comprimida pela “tirania”.

A causa acadêmica teria alcançado a simpatia pública, atraído a defesa de parte da imprensa, devido à forma pacífica assumida no Rio. Por outro lado, o governo teria sido imprudente e pueril em seus caprichos. Na opinião d’ *A República*, as congregações das Faculdades de Direito de São Paulo e de Medicina do Rio teriam contribuído para agravar a Questão Acadêmica, ao não terem previsto o alcance do conflito. A questão teria sido mal colocada, tanto no plano legal quanto no plano da discussão.

⁹⁵ ACADEMIA de São Paulo. Diário de S. Paulo apud Academia de S. Paulo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 186, 17 nov. 1871. *A República*, p. 1.

⁹⁶ A FACULDADE de Medicina. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 187, 18 nov. 1871. *A República*, p. 1.

⁹⁷ *Ibidem*.

Diante da proporção dos episódios de violência nos recintos acadêmicos fluminense e paulista, os republicanos começaram a abrandar o discurso. O tornaram menos dual na edição do dia 18, mais tendente à moderação: “Eram os estudantes, até então, fortes e invencíveis. [...] A nossa voz, que nunca se levantou senão para dar conselhos dignos, tinha toda autoridade da nossa isenção. [...] A posição que assumiram poderá comprometer a defesa de sua causa. Não era essa a posição que nos sorria.”⁹⁸ Quanto à denúncia lhes dirigida pelo discurso oficial, os redatores procuraram ser categóricos: “Vamos fazer a revolução? Proclamar a república do palco da academia de medicina? Tudo isso, porém, era para nós simplesmente burlesco.”⁹⁹

Ver comprometida a causa dos jovens acadêmicos, lhes causava aflição. Em decorrência, propuseram a absolvição de todos os envolvidos, pois consideraram que foram arrastados, de provocação em provocação, a cometerem os excessos conhecidos pelo público.¹⁰⁰

A despeito da retomada de aplicação dos exames, a Faculdade de Medicina da Corte voltou a ser cercada por tropas militares, cuja a permanência foi estendida por vários dias ao redor do edifício:

Antes da chamada esteve a academia cercada literalmente de força de linha, permanentes e urbanos em número de duzentas praças às ordens do 1º delegado e chefe da polícia também presentes. Tamanho aparato de forças não foi a única ostentação que se fez. A entrada da academia esteve vedada aos estudantes e só depois que a maior parte se retirou, deu-se contra ordem à força, pretendendo que ela tinha compreendido mal as primeiras.¹⁰¹

Ainda no dia 22, José Martins da Cruz Jobim, Diretor da Academia de Medicina da Corte, dirigiu-se ao Ministro João Alfredo. Lhe relatou o quebramento de mesas e vidraças ocorrido.¹⁰² Na Faculdade de Direito de Pernambuco, a aplicação dos exames também prosseguiu. Porém, na de Medicina da Bahia, dois estudantes reprovados no 1º ano dirigiram insultos a seus respectivos examinadores. Outros estudantes teriam sido condenados pelos mesmos atos, segundo relatos do dia 14.¹⁰³

Na agitada Faculdade de Direito de São Paulo, a desistência de parcela dos estudantes, de levar adiante o movimento de resistência, causou dissidência entre os discentes. No dia 23, um comunicado sob o título *Assédio da Escola de Medicina* demonstra o quanto o governo havia se armado para debelar o movimento estudantil, na capital do Império:

Pedem os míseros servos desse celestial império que vv. reclamam dos mandarins, que deem suas ordens para que as tropas acampadas há dias nas imediações da faculdade de medicina deixem livre

⁹⁸ A FACULDADE de Medicina. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 187, 18 nov. 1871. *A República*, p. 2.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 1.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ FACULDADE de Medicina do Rio de Janeiro. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 188, 19 nov. 1871. *A República*, p. 2.

¹⁰² A PEDRADA do sr. Jobim. *Correio Paulistano*. 22 nov. apud A imprensa de São Paulo e o sr. Jobim. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 196, 26 nov. 1871. *A República*, p. 2.

¹⁰³ FACULDADES do Norte. *Diário da Bahia*. 14 nov. 1871 apud *Questão Acadêmica*. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 188, 19 nov. 1871. *A República*, p. 2.

o direito de locomoção a quem precisa passar pelo largo da Misericórdia. É tal a quantidade de soldados, a pé e a cavalo, que em alegre e ruidosa palestra junta-se no canto do edifício da escola, que homens e senhoras são obrigados a saltarem para o meio da rua, quando esta mesma não está impedida, sem que tudo isso cause o menor abalo aos bravos que comandam o assédio.¹⁰⁴

Os republicanos dedicaram a edição do dia 29 de novembro à discussão do decreto de 22 de outubro, sob o ponto de vista legal.¹⁰⁵ Nas edições subsequentes, *A República* se dedicou a narrar o processo aberto pelo governo imperial contra os estudantes das Faculdades da Corte e de São Paulo, sob a alegação de dano à fazenda pública. O processo foi aberto na Casa da Relação, na audiência do Juiz da 3ª Vara Municipal.

Uma comissão, composta de seis advogados, foi formada para acompanhar o processo. Entre os nomes estavam: Francisco Octaviano de Almeida Rosa; Joaquim Saldanha Marinho; Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira; Joaquim Antônio Pinto Júnior; Graciliano Aristides do Prado Pimentel.¹⁰⁶ Para serem processados por crime de dano à fazenda pública, foram intimados quinze acadêmicos, um cadete reformado do Exército e um médico já graduado, cujos nomes apresentamos: Luiz de Oliveira Bueno (2º ano médico); Alberto Henrique Duval (*idem*); Manoel Teixeira Maciel Júnior (*idem*); Joaquim Francisco Barroso Nunes (1º ano médico); Diocleciano Júlio Pegado (*idem*); Gabriel Antônio Pimenta (3º ano médico); Augusto César de Miranda Azevedo (*idem*); Joaquim Dias Laranjeira (*idem*); Francisco de Paula Bueno de Azevedo Macedo (4º ano médico); Manoel de Malta Leite de Araújo (*idem*); Antônio Francisco de Siqueira (*idem*); Dr. Climaco Barbosa (médico); Honório Hermeto Pinto de Figueiredo (2º ano de S. Paulo); Antônio José Rodrigues de Oliveira Filho (5º ano de S. Paulo); Pedro Timóteo de Sá Brandão (Cadete reformado do Exército). O rol de testemunha contou com dez pessoas.¹⁰⁷

Na edição do dia 07 de dezembro, os republicanos procuraram desqualificar o processo. Nos fornecem detalhes de como procedeu a primeira audiência, sob a presidência do Juiz da 3ª Vara Municipal, o Dr. Lopo Diniz Cordeiro.

Tratava-se do processo que o sr. Ministro do império encomendou ao sr. Conselheiro diretor da faculdade de medicina desta corte contra alguns acadêmicos. A defesa queria tomar bem claro que este processo era encomenda, e que as testemunhas haviam sido coagidas por aquele diretor, de ordem do sr. Ministro do império e até diretamente pelo sr. Ministro do império.¹⁰⁸

¹⁰⁴ ASSÉDIO da Escola de Medicina. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 191, 23 nov. 1871. Notícias, p. 2.

¹⁰⁵ A ACADEMIA de S. Paulo ao país. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 196, 29 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 1.

¹⁰⁶ PROCESSO dos Acadêmicos na Corte. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 197, 30 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 1.

¹⁰⁷ PROCESSO dos Acadêmicos na Corte. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano I, n. 195, 28 nov. 1871. Questão Acadêmica, p. 2. Ver também: QUESTÃO Acadêmica. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 209, 14 dez. 1871. *A República*, p. 2.

¹⁰⁸ A JUSTIÇA D' El Rei. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 203, 07 dez. 1871. *A República*, p. 3.

Narram detalhes das arbitrariedades cometidas pela presidência responsável por conduzir o processo: “O Sr. Lopo [...] manifestou-se como um órgão de calculada perseguição, encarregado de alargar [...] o círculo dos comprometidos [...]. Não só cortou aos curadores [...] todas as tentativas que fizeram para defender a causa de seus curadores, como deu [...] um destes espetáculos risíveis e burlescos [...]”¹⁰⁹ O modo como o processo foi conduzido pelo juiz municipal levou os republicanos a considerá-lo arbitrariedade; uma prova do “estado de degradação a que tem chegado este desgraçado país”¹¹⁰, as suas instituições jurídicas.

Processo Acadêmico traz resumo das informações noticiadas na seção principal. Chama a atenção o tom de ameaça contido na conclusão. Os redatores se exacerbaram diante do comportamento da justiça municipal da Corte na condução do processo, movido contra os acadêmicos de S. Paulo. À autoridade jurídica enviaram uma advertência, ironizando a conjuntura do infabilismo papal: “Não é bom esgotar a paciência pública; pois, neste mundo de falibilidades tudo tem um termo, e a paciência pode um dia acabar-se.”¹¹¹

Duvidando da lisura do processo movido pelo Ministro João Alfredo, os republicanos o questionam com base nas ocorrências: “As duas audiências que tem havido neste célebre processo, tem sido férteis em episódios burlescos, todos provocados por esse juiz, e com força bastante para porem em dúvida até o seu bom senso.”¹¹² Na edição do dia 14, demonstraram para o público o comportamento combativo do Juiz da 3^o Vara Municipal em relação aos estudantes, réus acusados de terem provocado danos à fazenda: “O sr. Lopo Diniz conseguiu ontem o seu fim: ficou só com o seu escrivão e soldados, cujo concurso reclamara antes da audiência, e assim pôde redigir o processo dos acadêmicos com todo o arbítrio, de que se mostra apaixonado como juiz.”¹¹³

Consideraram a justiça ultrajada pela decisão repressiva do juiz: “O recinto de um tribunal foi ontem conspurcado pela planta ousada de soldados em armas”. Foram enfáticos na descrição do aparato militar mobilizado durante o processo: “Não se contentou de encher os corredores da casa de Relação com soldados. Colocou-os à sua direita, dentro dos conceitos da sala da audiência e constantemente chamava o respectivo comandante para junto de si.”¹¹⁴

Toda a situação descrita no dia 14 aconteceu durante a terceira audiência do processo. O Dr. Lopo não havia aceitado deferir o requerimento dos advogados da defesa. Em decorrência de tal ato, eles decidiram se retirar do recinto: “[...] reina confusão na sala; expressões de censura do juiz, gritos na sala “sai tudo”! Fique ele aí só com o seu capitão e os seus soldados. Permanece advogados curadores dos menores.”¹¹⁵ Na seção *Ineditoriais*, seguindo o artigo *Chicana*

¹⁰⁹ O PROCESSO de Acadêmicos. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 204, 08 dez. 1871. A República, pp. 2-3.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² A JUSTIÇA D’ El Rei. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 206, 10 dez. 1871. A República, p. 2.

¹¹³ A JUSTIÇA D’ El Rei. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 209, 14 dez. 1871. A República, p. 3.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

Administrativa, aparece *Processo Acadêmico*. Este último traz detalhes do oitavo dia da audiência arbitrada por Lopo Diniz:

Às 9 horas, entraram na casa de Relação 85 praças de infantaria, ficando à porta um piquete de cavalaria, comandada toda a força por um capitão, mandou dispor a infantaria dentro da sala da audiência, aquém e além do gradil ficando a sala literalmente cheia pelos soldados de armas embaladas, e os bancos tomados pelos parentes do sr. Lopo e alguns amigos que ali foram para guardar-lhe as costas, notavelmente entre os outros um João Amaral que foi a pouco destituído de diretor de uma das companhias de seguros.¹¹⁶

A narrativa construída nos reforça a imagem de que houve real receio, das autoridades imperiais, diante do despontar recente de um movimento disposto a substituir a Monarquia pela República. Para nós, a consequente apropriação da tópica revolucionária, por agentes do próprio governo, é bem anterior. Também remete ao lema mediante o qual os liberais históricos do *Centro* encerraram o *Manifesto* na imprensa: “Ou a reforma, Ou a revolução”.

Naturalmente, o alarme já havia sido disparado antes do *Manifesto de 03 de Dezembro*. Cabia às autoridades se precaverem ao menor sinal de perigo. Entendemos que a Questão Acadêmica foi um aceno, mormente por se constituírem as academias em espaços consagrados à recepção e à difusão das “ideias novas”. Particularmente a Faculdade de Direito de São Paulo, onde a agitação antimonárquica se fazia sentir entre os estudantes, desde o lançamento do documento político dos republicanos na Corte.

Como já discurremos, três meses após o primeiro decreto responsável por ter alterado o processo de exames das faculdades, a 14 de abril de 1871, foi inaugurado na Academia de Direito de São Paulo, um jornal republicano intitulado *A Propaganda*.¹¹⁷ Esse dado nos indica que a intervenção do governo imperial nas faculdades vinha sendo discutida desde o início de 1871. Antes de repercutir na forma de resistência estudantil entre outubro daquele ano e janeiro de 1872.¹¹⁸ Explica mais ao dar coerência à reatividade combativa das autoridades a um movimento republicano, até então, considerado pela historiografia consolidada¹¹⁹ como “incipiente”, de atuação limitada e de caráter eminentemente “contemporizador” e “antirrevolucionário”.

Por ora, acreditamos que assim podemos explicar o comportamento intransigente adotado pelas autoridades imperiais face à querela. Mas há outra razão complementar que esbarra no modelo retórico e literário, característico do ensino ofertado nas instituições de nível superior da época. Aprofundaremos nessa questão.

Ainda sobre o que havia ocorrido na oitava audiência, os republicanos não negaram insultos para difamarem as autoridades políticas e do Judiciário do Império: “Loucos e criminosos ousaram fazer de um magistrado instrumento de suas paixões toleima, e armaram contra o prestígio da lei, mandando cercar de esbirros e de soldadesca a cadeira do

¹¹⁶ PROCESSO Acadêmico. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 209, 14 dez. 1871. A República, p. 4.

¹¹⁷ Cf. nota 46 desse capítulo.

¹¹⁸ Cf. notas 3 e 4 desse capítulo.

¹¹⁹ Cf. nota 3 das Considerações Iniciais dessa Tese.

juiz.”¹²⁰ A Retórica da Revolução foi acionada no combate à autoridade discricionária: “Os frutos não se fizeram esperar: o juiz por sua vez desnordeceu e endoideceu, e, não obstante o auxílio material em que apoiou-se, viu-se desrespeitado; apupado e corrido, e foi ferido pela chufa popular, este primeiro e último projétil de todas as revoluções.”¹²¹

Tomemos a Altura se constitui em mais um exemplar para explorarmos como inspirações francesas foi o referencial da retórica dos republicanos da Corte, para orientarem a propaganda do partido em prol da causa acadêmica. Indignados com o que tomaram por ultraje à “majestade da justiça”, por parte da beligerância do Juiz da 3º Vara Municipal, eles fazem o diagnóstico do momento: “Estamos em pleno napoleonismo. Por toda a parte o sabre e a pata do cavalo de guerra ameaçam o povo e asseguram a vitória às violências do poder. **Tudo tem sua compensação: os governos prepotentes sazonom as revoluções** (grifo nosso).”¹²²

A duplicidade discursiva marca a publicação do começo ao fim. Para quem ler o artigo, perceberá o tom de pacificidade com o qual deseja o autor tratar a ingerência do governo da Regente na justiça, em decorrência da Questão Acadêmica. Porém, no final, o mesmo faz uma admoestação, torcendo para que o governo prossiga em sua linha de atuação, para que “sazone” a Revolução: “Continue! Continue!”¹²³

A associação entre o Brasil Imperial e a França Napoleônica sustenta o caráter belicoso exercido pelo poder real sobre o povo. Para nós, evidencia a pretensão de descredenciar, sob a imagem da guerra, a Monarquia governante do Império brasileiro, ainda que vitoriosa no conflito do Prata. Para construir essa imagem marcial emprestada ao regime, eles tomam por congênera a França de Napoleão III, derrotada havia pouco mais de um ano no conflito com a Prússia de Bismarck.

Na mesma edição do dia 19, temos a notícia da absolvição dos acadêmicos num processo que, para os republicanos, foi “encomendado” à justiça pelo Ministro João Alfredo. O fundamento para absolvê-los estava nas contradições encontradas nos relatos da segunda e da oitava testemunhas convocadas para depor:

‘Julgo improcedente este processo contra os réus (seguem-se todos os nomes, pelo crime de dano verificado [...]), visto que nenhuma prova existe a respeito de serem eles os autores do delito, conquanto resultasse do processo de averiguações policiais indícios contra alguns dos réus, desapareceram eles nos depoimentos prestados sob juramento. ‘Condeno a municipalidade nas custas. ‘Rio, 1 de Dezembro de 1871. - Lopo Diniz Cordeiro.’¹²⁴

Todos os advogados incumbidos da defesa dos acusados foram convidados, pelos republicanos, para se reunirem na redação d’ *A República*, no dia 21 às 14 horas da tarde. Os quinze absolvidos foram a público agradecer aos defensores de sua causa.¹²⁵

¹²⁰ QUESTÃO do Dia. **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 211, 16 dez. 1871. *A República*, p. 2.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² TOMEMOS a altura. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 213, 19 dez. 1871. *A República*, p. 3.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 214, 20 dez. 1871. Instituto dos Advogados, p. 1; O PROCESSO Acadêmico. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 215, 21 dez. 1871. Ineditoriais, p. 3.

*

* *

Depois da edição de 23 de dezembro, não houve mais publicação sobre a árdua “Questão Acadêmica”. É certo que não terminou com derramamento de sangue o conflito entre o governo imperial, representado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Conselheiro João Alfredo, e o movimento estudantil ensaiado nas Faculdades de Medicina, da Corte e da Bahia, e nas Faculdades de Direito, de São Paulo e de Pernambuco. Nem por isso podemos asseverar ter ocorrido menos quebra-quebra, da parte de estudantes, e tentativas de repressão armada, da parte do governo imperial, comandado pelo Gabinete do Visconde do Rio Branco, sob a primeira Regência de D. Isabel. O processo se desenvolveu enquanto o Imperador e a Imperatriz se encontravam fora do país, em viagem pela Europa.

O litígio resultante da insatisfação estudantil frente à ingerência do poder governamental, por meio dos decretos complementares de 14 de janeiro e de 22 de outubro, chamou a atenção de autoridades francesas da Terceira República. Internamente, a causa acadêmica ganhou a simpatia da opinião na imprensa, por meio das páginas d’ *A República* e d’ *A Reforma*. No campo republicano, o apoio dos redatores Salvador de Mendonça, Luiz Barboza da Silva e José Ferreira Menezes, foi certo. Era necessário à propaganda recém-inaugurada arregimentar acólitos qualificados para a causa das “ideias democráticas”. Eis surgida a oportunidade. Na Faculdade de Direito de São Paulo, em particular, havia formado um núcleo republicano em torno do jornal acadêmico *A Propaganda*. Passados três meses apenas do sancionamento do decreto de janeiro.

No desenrolar do processo, em vários momentos constatamos uma dualidade no discurso dos republicanos favoráveis às reivindicações dos acadêmicos. Na defesa, ora descreviam o movimento em tom pacífico e ordeiro. Ora davam vazão à retórica revolucionária para enfrentar o “despotismo” do governo. Entendiam que o governo imperial negava a liberdade de ensino, desrespeitava as congregações e os estudantes. Lhes comprimiam por meio da centralização administrativa.

A retórica revolucionária foi empregada por todos os agentes envolvidos no conflito. As autoridades imperiais e governistas a mobilizaram para tachar *A República* de “reduto da Revolução”, para o qual confluía o movimento estudantil, visto pelo crivo da “sedição” e da “desordem”. Assim procederam em vista de justificarem o emprego da força para reprimirem os “sediciosos”. Por seu turno, os redatores republicanos, se valendo de um discurso dual, a mobilizaram como advertência em momentos de maior inflexibilidade do governo. Recuavam quando os acadêmicos, principalmente os paulistas mais exaltados, excediam nos atos de quebradeira.

Quanto aos estudantes, revoltados com a prejudicial imposição do governo, procuraram manter a defesa do caráter pacífico da mobilização; mas, na qualidade de principais agentes interessados no resultado, estavam certos da Revolução enquanto um direito, face à tirania dos governos. Uma tópica por eles bastante explorada. No ano revolucionário da Comuna de Paris, os redatores d’ *A República* sabiam disso. Não foi de balde terem lhes dedicado o poema *Marselhesa Acadêmica*.

Quem nos garante ainda tal perspectiva, para o último caso, é o ativismo do núcleo republicano dos estudantes de Direito de São Paulo, os mais inconstantes diante do aumento da impassividade do governo imperial, ao menor sinal de descumprimento das leis.¹²⁶ Na edição de 23 de dezembro d' *A República*, vieram a público apresentar conclusão própria da narrativa para os fatos. Para os acadêmicos republicanos, “Os governos são os provocadores das grandes crises. Atropelam a liberdade, incitam os povos à resistência ativa e enérgica.”¹²⁷ Diferentemente do que queria fazer crer o discurso oficial, sustentam a Revolução como um imperativo da “ordem”: “A história de todas as revoluções fala bem alto, porque a revolução é o restabelecimento da ordem perturbada pelos governantes.”¹²⁸

Naquele momento, os jovens acadêmicos estavam a mobilizar o conceito de “Revolução” equivalente à norma lexical corrente. A Revolução era ato de subversão contra um governo, em vista de superá-lo: “Paralelo criado entre as tempestades naturais e as revoluções: aplicam-se estes princípios [dos fatos meteorológicos] à ordem social e as revoluções achar-se explicadas com todos os seus movimentos, que aterram aqueles insensatos que ousam dilatar a paciência dos povos.”¹²⁹

Ao conceberem a resistência enquanto fato natural, pontuam que “As maiores conquistas da humanidade – a República e a Monarquia – são filhas das revoluções, para que essas plenamente estivessem legitimadas.”¹³⁰ Com autocrítica, enxergam que o movimento acadêmico de São Paulo estava plenamente legalizado e o protesto que fizeram, cabalmente fundamentado.

No pensamento jacobino francês foram buscar fundamento para os protestos. Mesmo com a Independência nacional, o “despotismo” persistia no Brasil. Daí a necessidade de ação: “Bem disse Marat: quando um povo vem de quebrar seus ferros, nem por isso ele é livre; o despotismo foi esmagado, mas que vezes o déspota não permanece! Sete de setembro foi uma força [...]”¹³¹ Estavam imbuídos de um pujante senso de modernidade: “A história severa e imparcial há de considerar este meio século de liberdade com as seguintes palavras – embuste, decepção. É que o progresso é uma fatalidade, e a liberdade é o plano por onde ele corre.”¹³²

¹²⁶ O núcleo republicano criado na Faculdade de Direito de São Paulo já havia sido ameaçado por apoiadores da Monarquia, na opinião d' *A República*. O *Diário do Rio de Janeiro* teria aconselhado o governo a suprimir o jornal republicano dos acadêmicos paulistas, na edição do dia 27 de abril de 1871. De fato, o *Diário* noticiou o surgimento d' *A Propaganda* e deixou registrado um parecer: “Na capital apareceu um novo jornal redigido por acadêmicos que se denomina a *Propaganda*. A juventude apresenta-se de viseira alta pregando à luz do sol a República, e na razão de motivos com que abre o seu primeiro número declara que já não é mais tempo de transigir com o partido liberal, atrelado à ideia que dos males é preferível o menor; querem a República porque é o único salvatério! Nada de realeza”. [...] nós nos limitaríamos a recomendar aos lentes que aconselhassem a seus fogosos discípulos que empregassem de preferência o tempo estudando para se fazerem cidadãos e, depois de adquirirem imputação legal de seus atos, se envolverem nestas magnas questões. Faça o governo o que entender; se julgar que isto é um brinquedo inofensivo, expansões da impetuosa juventude, continue ela a inverter a ordem natural das cousas: a sociedade governada e doutrinação por meninos” (PROVÍNCIA de S. Paulo. **Diário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, Ano 54, n. 115, 27 abr. 1871. Noticiário, p. 1).

¹²⁷ A ACADEMIA de São Paulo ao país (conclusão). **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 216, 23 dez. 1871, p. 1.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ *Ibidem*, p. 2. Informamos que estivemos atentos ao fato de os estudantes citarem Jean-Paul Marat (1743-1793), sem indicar de qual obra extraíram o pensamento dele. Sobre a vida e obra do revolucionário, ver: BRASME, Pierre. **Dictionnaire des révolutionnaires français**. Paris: CNRS Éditions, 2014, pp. 335-345.

¹³² A ACADEMIA de São Paulo ao país (conclusão). **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 216, 23 dez. 1871, p.1.

No decorrer da exposição por nós elaborada, nos deparamos com duas indagações às quais nos propusemos responder. Perguntamos se o redator anônimo da *Marselhesa Acadêmica*, no verso “E no dia em que a pátria orgulhosa, etc.”, repetidas vezes empregado no fim das estrofes do poema, não estaria ansiando e/ou fazendo alusão a um levante da nação contra os opressores. A exemplo dos ocorridos entre 1789 e 1871, do outro lado do Atlântico Norte. Igualmente nos perguntamos se não estavam as autoridades imperiais a se valerem dos decretos complementares de 14 de janeiro e de 22 de outubro para transporem os muros das academias. De modo a se precaverem, num espaço consagrado à promoção e à divulgação de ideias e saberes, da ameaça que lhes parecia ser a emergência do Republicanismo.

Em ambas as ocasiões, dissemos que uma resposta explicativa, a respeito da inspiração a animar a composição do poema e do ímpeto da intervenção ministerial, poderia estar atrelada à característica retórica e literária de formação acadêmica, a qual estava sujeito um brasileiro receber, ao ingressar no ensino superior do país, no período. Isto é, consideramos a existência de um núcleo acadêmico republicano, numa das faculdades do Império, atrelada à característica retórica e literária da formação ministrada, componentes constituintes para uma possível resposta comum.

Nesse sentido, a conclusão da narrativa dos fatos acerca da “Questão Acadêmica”, desenvolvida pelos estudantes do núcleo republicano da Faculdade de Direito de São Paulo, é duplamente sintomática. Nela encontramos a tradição republicana transmitida por meio de aspectos característicos, daquela cultura letrada da qual nos falou Joaquim Nabuco, desde 1866, quando ingressou na referida instituição:

As Palavras de um Crente de Lamennais, a *História dos Girondinos* de Lamartine, o *Mundo caminha* de Pelletan, os *Mártires da Liberdade* de Esquiros eram **os quatro Evangelhos da nossa geração**, e o *Ahasvérus* de Quinet o seu Apocalipse. Vitor Hugo e Henrique Heine creio que seriam os poetas favoritos. Eu, porém, não tinha (nem tenho) sistematizado, unificado sequer o meu lirismo. Lía de tudo igualmente. **O ano de 1866 foi para mim o ano da Revolução Francesa: Lamartine, Thiers, Mignet, Louis Blanc, Quinet, Mirabeau, Vergniaud e os Girondinos, tudo passa sucessivamente pelo meu espírito; a Convenção está nele em sessão permanente (grifos nossos).**¹³³

Uma vez admitido ter sido a característica retórico-literária uma marca da cultura letrada brasileira do Oitocentos, devido à permanência da Poética, e, principalmente, da Retórica na base curricular, tal como demonstrado na introdução do capítulo nono; verificamos que o lirismo literário dos jovens acadêmicos brasileiros estava, de modo adicional, embebido de leituras revisionistas promovidas por liberais franceses, comprometidos com o estudo revisor do passado nacional da França, desde a data de 1789. Os agentes franceses assim haviam procedido em termos políticos e historiográficos.

Em outras palavras, à natureza retórico-literária da formação recebida pelos acadêmicos, particularmente os paulistas da Faculdade de Direito, atuantes contra o governo, não faltou o pó do fermento revolucionário, para fazer

¹³³ NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**; introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Senado Federal, 1998, pp. 34-5.

crescer suas ideias. Principalmente num clima antirrepublicano, de ataque do governo monárquico aos interesses discentes, como foi o ano revolucionário da Comuna de Paris (1871).

Observamos que a redação d' *A República* agiu com coerência, ao compor um poema intitulado *Marselhesa Acadêmica*, dedicado aos estudantes. Torna-se igualmente inteligível a hostilidade belicosa das autoridades imperiais contra os movimentos reivindicativos dos estudantes da Corte, Bahia, Pernambuco e, de um modo muito peculiar, dos da academia jurídica de São Paulo, foco de uma resistência republicana irascível. Sob a lógica de sobrevivência, motivos internos e até internacionais haviam para o governo imperial manter-se cioso do seu direito de conservação, diante dos fatos revelados.¹³⁴

A seguir, a inopinada dissolução da Câmara dos Deputados, de maioria conservadora, em 22 de maio de 1872, se constituiu em outro momento oportuno para que pudéssemos averiguar a permanência da dualidade no discurso republicano, durante a primeira fase da propaganda. Tal característica mais uma vez gerou nuançado contraste em meio às tentativas dos redatores de mobilizarem a Retórica da Revolução, nas páginas d' *A República* carioca. Para além do receio face à capacidade reativa e combativa das autoridades imperiais, procuramos outros possíveis porquês para a situação.

¹³⁴ Se recorrermos à edição de 09 de novembro do *Jornal do Comércio*, em circulação pelo Rio de Janeiro, constataremos a tendência da juventude acadêmica paulista ao revolucionarismo. O acadêmico de Direito José Luiz de Almeida, um dissidente, foi à imprensa se defender da infâmia lhe imposta pelos pares, que perseveravam na resistência contra os atos do governo, “fazendo parede”: “Fui por meus colegas notado de infâmia e votado à execração pública; por quê? Por haver-me separado do corpo acadêmico de S. Paulo nas circunstâncias atuais, negando-me a uma solidariedade imoral **de atos de torpe vandalismo praticados por alguns indivíduos desvairados por ideias subversivas e comunistas** (grifo nosso)”. O emprego do termo “comunista” nos parece justificável. Devemos lembrar ao leitor de que 1871 foi o ano da Comuna de Paris, movimento a emplacar, por setenta e um dias, o primeiro governo operário da história, ao que se seguiu uma forte repressão por parte das autoridades conservadoras da República Francesa. Diferentemente da Faculdade de São Paulo, o autor felicita a Academia de Medicina do Rio pelo comportamento: “A academia de medicina procedeu com toda a dignidade, honra lhe seja feita; a academia de São Paulo comprometeu e desmoralizou a mais bela das causas”. Por que o autor suaviza na crítica à academia da Corte e carrega a tinta contra a instituição à qual pertencia? Eis a resposta a seguir: “Fui declarado infame... Quem são infames, aqueles que praticaram os atos mais feios e mais revoltantes de vandalismo infrene, despedaçando e destruindo como hordas enfurecidas de bárbaros o que encontraram dentro do edifício de S. Francisco, respeitável e venerando pelas tradições, propondo grita infernal e alta vozeria que se incendiasse o monumento da faculdade, que se incendiasse a biblioteca (!), ou aqueles que, cheios de uma nobre indignação e revoltados por esses desmandos e tresvarios dignos dos comunistas, de execranda memória, recuaram diante da responsabilidade moral desses atos que sua consciência reprova e condena severamente? (JOSÉ Luiz de Almeida Nogueira, estudante da faculdade de direito de S. Paulo, ao público. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 50, n. 310, 09 nov. 1871. Publicações a Pedido, p. 2).

12 22 DE MAIO DE 1872 – UM “NOVO 16 DE JULHO”: A “TEMPESTADE REVOLUCIONÁRIA” ÀS PORTAS DO IMPÉRIO?

O período em que Francisco Cunha teve seus artigos publicados nas seções d' *A República* foi também aquele em que ocorreu o conflito entre os estudantes de nível superior das academias e o governo imperial, em decorrência de decretos intervencionistas baixados pelo Ministro João Alfredo. Na ocasião, os Imperantes D. Pedro de Alcântara e D. Tereza Cristina não se encontravam no país. Ambos estavam em viagem pela Europa, desde maio de 1871. Retornariam em março do ano seguinte. O ambiente de conflito acadêmico, em que também ocorreu a primeira viagem do Imperador ao exterior, era desfavorável à Monarquia. Lília Schwarcz nota que a fundação da Terceira República na França dava evidentes sinais de fragilidade da realeza. No Império do Brasil, a questão do trabalho escravo era cada vez mais associada ao sistema monárquico vigente.¹

Na ausência dos monarcas, quem assumiu o poder, de maneira plena, foi a Princesa consorte herdeira do Trono, D. Isabel, ao lado do esposo, o nobre francês Luís Filipe Maria Fernando Gastão, mais conhecido como Conde d' Eu. Foi a primeira regência das três que teria.² A chefia do governo, por seu turno, ficou sob o comando do Primeiro Ministro, o Visconde do Rio Branco. O Gabinete Paranhos administrou de março de 1871 a 25 de julho de 1875.

Sem sombra de dúvidas, era um momento político desvantajoso à Monarquia, marcado pela emergência de um movimento contrário à continuidade do próprio regime. Várias questões agitavam os debates na ordem do dia, no Parlamento e na imprensa. Como marco da chamada eufemisticamente “Questão do elemento servil”, tivemos a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871. Em outubro seguinte, tivemos a já citada Questão Acadêmica. E para conturbar ainda mais o cenário, a partir de março de 1872 eclodiu o conflito entre os Bispos da Igreja Católica e os Maçons brasileiros.

Como vimos na introdução do capítulo oitavo, *A República* já havia passado por aprimoramentos, mudado de endereço e procurava aumento de público. Salvador de Mendonça, Luiz Barboza da Silva e, com menor destaque, José Ferreira Menezes, continuavam na direção redatorial. A edição de 03 de abril de 1872 foi a primeira a anunciar o retorno dos reis brasileiros, após dez meses.

Em *Velha Verdade* há a descrição dos preparativos realizados para a chegada do Imperador, chamado de “Nestor brasileiro”.³ Às vésperas do retorno, o jornal fez alarde. Em *Um espetáculo de grande gala*, os redatores descrevem, em tom irônico, a viagem do Imperador à Europa; as suas “aventuras” longe da terra natal; o deslumbramento que procurava produzir por onde passava.⁴

¹ Para mais detalhes das viagens realizadas por D. Pedro II, no país e no exterior, ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. Um monarca itinerante. In: **As Barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, cap. 14.

² A ordem cronológica dos governos regenciais de D. Isabel foi: Primeira Regência (1871-72); Segunda Regência (1876-77); Terceira Regência (1887-88). Todas coincidiram com viagens dos pais ao exterior. Para mais informações, ver: BARMAN, Roderick J. Dilemas de um príncipe consorte. Trad. Carolina Ferro. In: A Guerra do Paraguai. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 9, nº 97, outubro 2003, pp. 24-28.

³ A VELHA Verdade. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 313, 03 abr. 1872. Ineditoriais, p. 3.

⁴ UM ESPETÁCULO de grande gala. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 315, 05 abr. 1872, p. 3.

Próximo à data do “07 de Abril”, aniversário da Abdicação de D. Pedro I, nos deparamos com os redatores a noticiar o comportamento do povo do Rio de Janeiro, na recepção preparada. Descrevem ter saído às avessas o encontro do povo com o Imperante.⁵ Quanto ao vestuário e à recepção, o tom desdenhoso e ao mesmo tempo irônico não esconde a crítica velada.⁶ Reclamam da apatia. O tom da crítica e a tópica da Revolução é dirigida ao povo: “Indolente e comodista em extremo para repetir as festas da liberdade de Abril de 1831, já não faz revoluções armadas: contenta-se com fazer a revolução do ridículo.”⁷

O Rei já estava de volta quando, em *A comemoração*, se dedicaram a discorrer sobre a celebração do aniversário da “Revolução” de 07 de Abril de 1831. Fazem um balanço de cinquenta anos do regime monárquico. Percebemos que os redatores estavam, em abril de 1872, à espera de uma oportunidade propícia a subverter o Trono. No plano retórico, a tópica da Revolução popular está explícita. Um paralelo é estabelecido entre a história do Segundo Reinado com o período da Abdicação do primeiro Imperante. O convite era para que os “descendentes” dos homens de 1831, provavelmente os liberais, se preparassem à ação: “O fim do seu reinado foi o que era lógico esperar: uma reação armada do povo esmagado sob a mão violenta do poder. O dia de hoje lembra esse nobre cometimento coroado pela expulsão do déspota. Será lógico que alguma violência se faça contra os roedores?”⁸

Não passou despercebido aos olhos republicanos o fim do ritual do beija-mão, reivindicado pelo próprio Imperador, quando ainda na Europa: “Ato reprovado pelos defensores da Monarquia. Aos olhos dos observadores, uma conciliação do Imperador com o espírito da época. Quanto a nós, vimos como um ato de libertação do sr. d. Pedro.”⁹

A exemplo dos Liberais em 1869, de Saldanha Marinho e da própria experiência na Questão Acadêmica, os republicanos estavam a se defender da pecha de “revolucionários”, em abril de 1872. Ainda que estivessem de fato mobilizando uma retórica dessa natureza. Em *O Nosso Soberano* expressam: “Engana-se ou querem enganar aqueles nossos adversários que nos recomendam como demolidores da ordem pública. Somos os ordeiros por excelência, e si conspiramos, fazemo-lo à luz do sol, prontos a toda a responsabilidade, de antemão decididos a tudo.”¹⁰ Pelo que vimos e veremos, se colocam sob a expectativa da Revolução; mas, quando acusados pelos opositores, tratam de habilitar uma postura moderada.

Ao nosso ver, a dualidade permanece aspecto constante do discurso. Contraditoriamente, os republicanos recusaram a agitação social; não queriam fazê-la. Ao menos, por ora: “Não queremos agitar as ondas sociais: a propriedade, o estado de todos os tronos, durma quieta; nada temos com ela. [...] A luz apavora o crime e a instrução dilui os tronos; nós acendemos ideias.”¹¹

⁵ UM ESPETÁCULO de grande gala. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 315, 05 abr. 1872, p. 3.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

⁸ COMEMORAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 317, 07 abr. 1872. *A República*, p. 3.

⁹ O BEIJA-mão. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 320, 10 abr. 1872. *A República*, p. 3.

¹⁰ O NOSSO Soberano. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 335, 25 abr. 1872. *A República*, p. 2.

¹¹ *Ibidem*.

Naqueles dias de abril de 1872, estavam à espera da abertura do Parlamento imperial, com a presença de D. Pedro II. Esse episódio está narrado na seção *Parlamento*, de 04 de maio. Sob presidência do Visconde de Abaeté, o discurso de Sua Majestade foi assistido por todos os membros da família imperial. Os republicanos transcreveram a fala com a qual o monarca abriu a quarta sessão da Décima Quarta Legislatura da Assembleia Geral, no dia 03 de maio de 1872. O Imperante avaliou o Império sob Regência da filha.¹²

A respeito do pronunciamento, foi feita avaliação crítica. Em *A fala do trono* acusam o *Partido Liberal* de ter favorecido o surgimento do Segundo Reinado: “Dias tempestuosos de 1831, quando a revolução tornara revoltas as ondas populares que ameaçavam submergir o trono, vago com a abdicação do primeiro imperante, esse partido à voz prestigiosa de seus chefes ergueu nos braços o filho do déspota e aclamou-o com seu sucessor.”¹³

Afirmam que depois da reação conservadora de 1837, a que destruiu a “regência democrática”, o partido foi o primeiro a embarcar no “golpe de Estado da maioria”. Depois do episódio, nenhum partido no Brasil teria se mostrado mais “condescendente”, “dúctil” e “fraco” diante do alegado poder pessoal do rei, mormente, quando era chamado ao poder. Relembrem os liberais dos propósitos: “Pois bem: esse partido, depois do golpe de Estado e 16 de julho de 1868, escreveu no seu programa cinco reformas que declarou urgente: a do elemento servil, a do judiciário, a eleitoral, a da guarda nacional e a do recrutamento [...]”¹⁴

Cobram do Partido uma atitude diante da Fala do Trono no Parlamento. Entre outros aspectos, o monarca havia elogiado o constitucionalismo e os melhoramentos materiais, algo que significava para os republicanos a apropriação e a execução de ideias previamente defendidas pelos liberais, em seu programa: “Não é natural que se dê por satisfeito com os executores das suas ideias.”¹⁵

Face ao argumento do monarca, voltaram a mobilizar a tópica da Revolução. O fizeram apesar de há um mês terem resistido à pecha de “desordeiros, “agitadores”:

O chefe do estado acredita pouco na tal solidez e em tais adiantamentos [referência às instituições e ao progresso material]. [...] o dilema está posto: ou o rei entra no terreno das concessões tardias e obtido o menos, a opinião exigirá o mais. Ou o rei reluta, reage troca o cordão de seda que estrangula suavemente pela virga férrea que esmaga e com ela bate imprudentemente **as portas da revolução** (grifo nosso).¹⁶

Por ora, o que podemos adiantar é o fato de que, após a volta do Rei, mais uma “tempestade” se avizinhava do quadro político. Os republicanos estiveram atentos à previsível possibilidade. Na edição do dia 07, temos o ponto de

¹² SESSÃO Imperial. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 344, 04 mai. 1872. *Parlamento*, p. 3.

¹³ A FALA do trono. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 344, 04 mai. 1872. *A República*, p. 3.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

vista sobre “a eleição que ocorreu ontem na câmara dos deputados”. Foi eleição interna à Casa. Nas palavras dos agentes, foi “Batalha entre oposição e governo, ambos pleiteavam a eleição da mesa.”¹⁷

Nos falam da formação de dois grupos entre os conservadores: um formado por dissidentes e o restante dos Deputados do mesmo partido, identificados como “a maioria”. O que embalava os debates por trás da eleição era a necessidade das reformas, principalmente depois da Fala do Trono no Parlamento. A “tempestade” a que nos referimos acima já aparece: “Os dissidentes reunirão votos suficientes para se tornarem governo? A câmara se encontra de tal maneira constituída que em breve chegará o remédio constitucional da dissolução. Remédio constitucional! Quem pode acreditar nessa irrisão?”¹⁸

Desde a assídua publicação dos textos de Francisco Cunha, a Retórica da Revolução não aparecia com tanta constância nas páginas d’*A República*, como no momento após o retorno do Imperador. Mesmo se comparado com período da questão dos acadêmicos. Havia agora uma novidade. Tal retórica não vinha de textos do correligionário sul-rio-grandense, menos ainda da fala de estudantes; mas, da argumentação dos próprios redatores-chefes da folha, independente do recuo feito ao terem sido acusados de promoverem agitação.

Em *A situação*, destaca-se pontos-chaves da retórica antimonárquica explorada. Temos mais um desenho do quadro político e institucional do regime: a situação dos partidos diante da realeza e a incompatibilidade entre “Democracia” e “Monarquia”. A construção desse desenho é orientada pela tópica da exemplaridade histórica, através da qual reconstruem fatos marcantes da trajetória do Império. Há o esforço de desenhar um quadro em que a crise política e institucional parecesse, inexoravelmente, conduzir o regime à Revolução:

A obra improba do constitucionalismo monárquico, a utopia da monarquia democrática, parece entre nós entrar de pleno. Os velhos partidos estão em liquidação: a crise constitucional adianta-se: **a onda revolucionária sobe: o apregoado regime misto vai passar pela prova decisiva** (grifo nosso). Ainda Bem.¹⁹

Para os republicanos, o campo de batalha estava montado: tínhamos dois grupos de exércitos de conservadores (os dissidentes e a maioria); o exército dos liberais; e o exército dos republicanos. E contra todos aparecia a realeza. Estavam os republicanos convictos da vitória da “Democracia”, da República sobre a Monarquia. O diagnóstico de crise política nas instituições do Império é uma constante nos escritos. Exemplo disso é a edição de 11 de maio. Eles detectaram os reflexos da Cisão Liberal, ocorrida em finais da década anterior, em 1868. Diagnosticaram e refizeram seu percurso, remetendo o ponto de partida a 1862.²⁰

¹⁷ A SITUAÇÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 347, 07 mai. 1872. *A República*, p. 3.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ A SITUAÇÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 350, 10 mai. 1872. *A República*, pp. 2-3. Estamos a entender por “governo misto” uma referência ao regime instituído no país, em que houve a tentativa de conciliação entre dois tipos de soberania incompatíveis para os republicanos: a soberania do rei e a soberania do povo.

²⁰ A SITUAÇÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 351, 11 mai. 1872. *A República*, p. 3.

Os republicanos indicam que tanto o meio conservador quanto o liberal estavam igualmente em polvorosa diante dos fatos ocorridos na Câmara dos Deputados, há menos de um mês do regresso do Rei:

“Ontem três representantes dos três partidos em que se divide o país, acharam-se fortuitamente de acordo no modo de encarar a situação. O Nec conservador nos entrelinhados do *Jornal do Comercio*, o sr. Tavares Bastos no opúsculo *A situação e o partido liberal* e a redação desta folha proclamaram em coro a impotência dos dois partidos constitucionais, tais como existem, para a governação do estado ante a crise iminente”.²¹

Para a oposição, o resgate das causas da crise tinha razão de ser. A tal respeito Jurandir Malerba nos explica serem os anos de 1863 a 1868 fundamentais na história do Segundo Reinado. O “gesto forte” do Imperador de substituir Zacarias de Góis pelo Visconde de Itaboraá na chefia ministerial, seguido pela imediata dissolução da Câmara de maioria liberal, teria tornado evidente a enorme força do monarca. Tal situação ficou mais intolerável, para as novas facções políticas, na proporção em que o Imperador passou a utilizar, cada vez mais, as prerrogativas sagrada e inviolável do seu poder. As legislaturas do período entre 1868 e 1889 foram alvo de intervenção.²²

Em contrapartida, Miriam Dolhnikoff relativiza a argumentação. Procura demonstrar que a prerrogativa de dissolver a Câmara dos Deputados era um mecanismo coerente com o sistema representativo, já que eram convocadas novas eleições num prazo de três meses. A interferência de um poder sobre o outro também é considerada por ela como inerente à natureza dos governos representativos. Nesse aspecto, a teoria de independência entre os poderes não significava ausência de intervenção.²³

Acreditamos ser difícil relativizar o impacto da prerrogativa da dissolução sobre o ânimo dos agente de oposição, na conjuntura de dissídio intra-elites gerada a partir da Cisão Liberal de 1868. Em 1872, por exemplo, os redatores republicanos observavam três propostas diferentes para o Brasil, no que diz respeito aos partidos conservador, liberal e republicano: a da ordem, a da reforma e a republicana. “República” e “Monarquia” aparecem como conceitos antinômicos, incompatíveis: “O escrito conservador procura um homem [...] O publicista liberal propõe um programa [...] A opinião republicana assiste às ideias estereis não crê no consenso impossível dos dois princípios discordes da carta outorgada e dá tempo ao tempo”. Essa situação política configurada era “**tempestade** (grifo nosso) formada lentamente desde 1862”. Aos liberais são assertivos: “o partido liberal entre nós tem uma só palustral – a república.”²⁴

No *Boletim da Câmara*, nos é apresentado a transcrição de um discurso do Deputado Coelho Rodrigues. Os redatores se valem do discurso do parlamentar para sustentar, no estilo afrancesado da época, um ponto de vista

²¹ A SITUAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 351, 11 mai. 1872. *A República*, p. 3.

²² MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889)**: panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá Eduem, 1999, pp. 80-85.

²³ DOLHNIKOFF, Miriam. Império e sistema representativo: uma releitura. **Cad. CRH**, vol. 21, n.º 52, Salvador Jan./Apr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100002. Acesso em 3 ago. 2019.

²⁴ A SITUAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 351, 11 mai. 1872. *A República*, p. 3.

compartilhado. O Império encontrava-se à beira da crise: “Perguntamos: não são já as águas do monte que já vem vindo? Não é o começo do fim? *Degringolade! Degringolade!*”²⁵

A confusão se parecia tamanha sob a ótica dos republicanos, ou pelo menos queriam assim fazer crer. Ao reproduzirem o discurso de Coelho Rodrigues, transmitem a sensação de que, a qualquer momento, a convulsão iria arrebear no Império. Nota-se que passados alguns meses das polêmicas protagonizadas por Francisco Cunha, os próprios redatores da Corte parecem agora empolgados com a perspectiva de que a crise instaurada levaria o Império à total ruína. Os artigos publicados nas edições de 11 e 13 de maio de 1872, ambos intitulados *A situação*, corroboram para que voltemos para a intenção dos agentes. Se não acreditavam na implosão do Império, pelo menos estavam a tratar de agitar a opinião. Afinal, acreditavam na “revolução da ideia”.

No segundo artigo *A situação*, há um incremento. Releem o passado político recente do país para chegarem à constatação de que 1872 estava prestes a repetir 1868. Expõem o grave problema existente no sistema político do Segundo Reinado: a interferência e o primado do chamado “poder pessoal” do Imperador nas disputas políticas. A tópica do falseamento do sistema representativo e das instituições embasa a exposição. Com a frase “O sr. Presidente do conselho [o Ministro Paranhos], junto com o sr. Itaúna, supôs ganhar a campanha legislativa de 1872”²⁶, eles nos fazem entender que aquele ano era de eleições legislativas no Império. A seguir, explicam o que lhes parecia a situação:

[...] o sr. Rio Branco e o seu amo iludiram-se. Pensou que contaria com aliado (O Sr. Itaúna no Conselho) íntimo da Coroa. A dissidência [referência aos conservadores] mostrou-se digna e firme [...] e a crise manifestou-se. O espetáculo é esse: o governo vendo crescer cada dia a oposição e fugindo da vitória de Pynho depois da eleição da mesa; os liberais julgaram-se habilitados para receber a tristíssima herança.²⁷

Eles entendiam que a dissolução do gabinete liberal Zacarias de Góis havia configurado um “golpe”²⁸ em julho de 1868. Algo semelhante percebiam ocorrer novamente em 1872. O “poder pessoal” do Imperador tentava se impor às manobras dos partidos. Levantam três hipóteses disponíveis ao “poder pessoal” para agir com os três partidos instituídos. Particularmente em relação ao mais visado, afixam que se esse alegado poder chamasse os liberais novamente para lhes impor a dissolução da Câmara, estariam todos diante de uma violência constitucional: “Chamar os liberais e dissolver com eles a Câmara – golpe de Estado em quase tudo semelhante ao de Julho de 1868, ataque violento à constituição.”²⁹

²⁵ BOLETIM da Câmara. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 354, 14 mai. 1872. A República, p. 3.

²⁶ A SITUAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 356, 16 mai. 1872. A República, p. 3.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ No léxico da época, “Golpe de Estado” “diz-se geralmente da medida extraordinária e violenta a que recorre um governo, quando, faltando às leis fundamentais da nação, quer governar despótica, arbitrariamente” (VIEIRA, Fr. Domingos. **Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa**. Editado por Ernesto Chardron e Bartholomeu H. De Moraes. Porto: Tipografia de Antônio José da Silva Teixeira, 1871-1873, 3. v., p. 880).

²⁹ A SITUAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 356, 16 mai. 1872. A República, p. 3.

A análise da situação do *Partido Republicano* é especialmente mencionada. Rememoram o polêmico dilema imposto ao governo pelos liberais no *Manifesto do Centro de 68*. Quanto aos republicanos, cabia-lhes o papel de espectador:

Por seus órgãos, o partido liberal diz que, posto de parte uma ponta do dilema – reforma ou revolução, a outra ai se adianta a olhos vistos, fazendo cair por terra esses castelos de cartas chamados nossas instituições; o partido conservador, a fração ao menos que por seu proceder no parlamento merece chamar-se partido, esse declara que dada, entre as hipóteses que ficaram enunciadas a que menos lhe toa, não seria salvar a realeza. Pela nossa parte, espectadores de tudo isso, das inversões políticas e dos golpes de Estado.³⁰

O precedente de julho de 1868 tornou-se o ponto nevrálgico da discussão. Em *Desmantelamento* especulam sobre a possibilidade do Imperador dissolver novamente a Câmara. Especulam se o Primeiro Ministro, José da Silva Paranhos, renunciaria à pasta e a entregaria aos liberais. O último dia 16 é visto como “o dia da vergonha”. Ausência de governo assolava o país. O alegado “poder pessoal” do Imperador é apresentado como “corruptor” e responsável pelo colapso da representação política. Ainda chegam a cogitar a possibilidade de Rio Branco entregar o cargo para Paulino de Sousa.³¹

Em *O Dia de Hoje*, sobrelevam o precedente de 16 julho de 68. O precedente do “golpe de 16 de julho de 68”, tão enfaticamente evocado, estava por se concretizar nas eleições legislativas do ano de 1872. O Império foi concebido um país à deriva, sem governo, sem câmara, em que se mantinha de pé apenas o Imperador, com seu poder pessoal, capaz de influenciar toda a política, corromper os poderes e os partidos. Ademais, um poder que promovia a descaracterização, o falseamento das instituições representativas, segundo a expressão usada na época. O “povo” é apresentado como o agente vítima da política imperial, especialmente na pessoa do Ministro Paranhos, o Visconde de Rio Branco.³²

Uma vez diagnosticada a situação, o prognóstico foi dado. A Monarquia tendia ao eclipse com os atos do governo encabeçado pelo Ministro. Os agentes da propaganda concebem “golpe de Estado” como o rasgamento de uma carta constitucional; no caso, a de 1824. Assim como em 1865, a suposta ameaça de um possível novo conflito com as Repúblicas da Bacia do Prata é vista como uma estratégia política, adotada pelo gabinete conservador, para desviar a atenção acerca da situação interna.³³

A partir da edição de 22 de maio de 1872, a mobilização da retórica revolucionária torna-se constante entre os republicanos da Corte, especificamente no caso dos proprietários-redatores da folha, Luiz Barboza da Silva e Salvador de Mendonça. Insistimos em frisar esse aspecto, pois devemos recordar que estiveram eles entre os assinantes de um Manifesto por meio do qual aderiram à moderação política. Em 1872, se a Revolução não esteve explicitamente declarada

³⁰ A SITUAÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 356, 16 mai. 1872. *A República*, p. 3.

³¹ DESMANTELAMENTO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 359, 19 mai. 1872. *A República*, p. 3.

³² O DIA de hoje. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 360, 20 e 21 mai. 1872. *A República*, p. 3.

³³ *Ibidem*.

enquanto recurso de ação, ao menos estava manifesta no plano da linguagem. Quanto ao discurso revolucionário, a fala de Nabuco de Araújo na sessão do Senado, a repercussão dos panfletos homônimos *O Rei e o Partido Liberal*, de Saldanha Marinho, e a questão dos estudantes, em sequência nos mostraram o receio gerado no *status quo*.

A retórica revolucionária aparece aplicada na leitura de uma nova situação política grave. Ocorreu que a 22 de maio de 1872, pelo decreto de número 4.965, executado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, o Imperador dissolveu a Câmara dos Deputados mais uma vez. Para tanto, se baseou na prerrogativa estabelecida no artigo 101 § 5 da Constituição imperial.³⁴

Particularmente, a notícia foi repercutida nos dias 22 e 23 do mês de maio nas páginas do jornal, na coluna *Parlamento*. Ao decreto mencionado foi seguido outro, o de número 4.966, que autorizava, para primeiro de dezembro, a convocação de nova Assembleia Geral Legislativa. Ao mesmo tempo designava o proceder de eleição primária em todo o Império para o mês de agosto.³⁵

Como veremos, o ato do Imperador foi interpretado pelos agentes da propaganda republicana na Corte como novo “golpe de Estado”. Mais uma vez, para eles, o Imperante estava a se valer do alegado “poder pessoal”, que descaracterizava, manipulava e viciava as instituições e os partidos constituintes. Rasgava a Carta de 24 e lançava o país num horizonte em que se avizinhava a Revolução.

Percebemos que lado a lado ao conceito de “Revolução”, os agentes mobilizam o conceito de “Povo” enquanto agente opositor à vontade do dito “imperialismo”. Assim, é preciso inquirir como a Revolução viria. O que queriam dizer com esse conceito e com o de “Povo”? De igual modo, em que os repertórios da França republicana e revolucionária lhes podiam valer para mobilizar a opinião, já que estavam decididos a buscar na história contemporânea do século XIX fatos a confirmarem a própria opinião acerca da “constituição e da índole dos governos monárquicos?”³⁶

³⁴ Dissolve a Câmara dos Deputados: Usando da atribuição que Me confere a Constituição no art. 101 e tendo ouvido o Meu Conselho de Estado: Hei por bem Dissolver a Câmara dos Deputados, e Convocar outra, que se reunirá no dia 1º de Dezembro do corrente ano. O Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e dois de Maio de mil oitocentos setenta e dois, quinquagésimo primeiro da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. João Alfredo Corrêa de Oliveira. **(COLEÇÃO das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1872. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872, p. 352).** Segundo o artigo 101 no parágrafo quinto da Carta magna de 1824, “O Imperador exerce o Poder Moderador: [...] V- **Prorrogando ou adiando a Assembleia Geral e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado** (grifo nosso), convocando imediatamente outra que a substitua” (NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras: 1824.** Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, pp. 92-93).

³⁵ Convoca para o 1º de Dezembro do corrente ano a nova Assembleia Geral Legislativa, e designa o dia 18 de Agosto para se proceder em todo o Império à eleição primária: Tendo, por desta data, dissolvido a Câmara dos Deputados e convocado outra para o 1º de Dezembro do corrente ano, Hei por bem Convocar para aquele mesmo dia a nova Assembleia Geral Legislativa, Designando, na forma do art. 40 da Lei nº 387 de 19 de Agosto de 1846, o dia 18 de Agosto para se proceder em todo o Império à eleição dos Eleitores que têm de eleger os novos Deputados. O Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e dois de Maio de mil oitocentos setenta e dois, quinquagésimo primeiro da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. João Alfredo Corrêa de Oliveira. **(COLEÇÃO das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1872. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872, p. 352. Ver também: CÂMARA dos Deputados. A República.** Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 362, 23 mai. 1872. Parlamento, p. 3.

³⁶ DESMANTELAMENTO. **A República.** Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 359, 19 mai. 1872. A República, p. 3.

Acerca do grave momento, indicam: “O acontecimento de ontem não foi uma simples agitação de partido [...], foi mais, foi o anúncio da tempestade que vem de longe [1862 e 1868]. Os conservadores dissidentes não feriram um ministro, não despediram um ministério, não: abriram a porta à revolução (grifo nosso).”³⁷ Diante de mais um episódio da crise arrastada desde a década anterior, identificam na dissidência conservadora o agente protagonista. Por ora, sustentam: “Não cabe às previsões políticas medir as consequências da sessão de ontem. Derrocou-se, sim, um ministério: desfez-se, é certo, um partido, o conservador: mas quem ontem ficou abalado foi o trono.”³⁸

Em *A dissolução*³⁹, o prognóstico da “tempestade”, metáfora utilizada para referenciar a Revolução, é marcado pela tergiversação. No prognóstico, vislumbram a “tempestade”, uma situação acarretada por um segundo “golpe de Estado”. Semelhante ao de 16 de julho de 68. O “povo” aparece como agente. Um “povo” silencioso diante do ato imperial:

A leitura do *firman*, os dissidentes e o povo que enchiam o recinto da câmara e as galerias não disseram uma só palavra; nem se ouviu o mais leve murmúrio. **Guarde-se, pois, o grande chefe do Estado: [...] o silêncio é o sinal certo de tempestade** (grifo nosso). Em 18⁸⁴⁰ ficou o imperador abandonado dos liberais: hoje perde a maioria dos conservadores. Pelo primeiro e pelo segundo golpe d’Estado e sangue assoma às faces do país. Guarde-se, pois, o ditador!⁴¹

³⁷ A BATALHA de ontem. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 361, 22 mai. 1872. A República, p. 3.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Acompanhamos a postura da imprensa pró-governo diante de mais uma dissolução da Câmara temporária no Império. *O Jornal do Comércio* de 22 de maio de 1872 traz, na seção *Publicação a pedido*, o artigo *Ministério e a Câmara*. Por meio dele, a imprensa situacionista dá generoso destaque à atuação parlamentar do Ministro Paranhos. No Parlamento, percebe-se que a intenção do Visconde do Rio Branco foi a de desqualificar os motivos apresentados pela dissidência conservadora, no embate que levou à dissolução da Câmara temporária. As ações do governo são apresentadas como voltadas para a “estima pública”, para a “prosperidade nacional”. O orador fez de tudo para apresentar os “ressentimentos que dividem a família conservadora”. José de Alencar é apresentado como a voz de oposição à fala do Primeiro Ministro e a discussão gira em torno da reforma eleitoral. Ao gabinete é tido apoio de mais da metade da Câmara, do Senado, da Coroa e da nação. A dissolução da Câmara é justificada como uma garantia da manutenção da estabilidade institucional e da ordem pública do país, frente “demagogia” edificada pela oposição, os liberais e a dissidência do próprio *Partido Conservador*. Pela sua exigência “vai um ato de civismo”. O ministério a pediu “côncio de prestar ao país importantíssimo serviço”. Pedir pela dissolução “quando o coração agita-se pelo grato impulso de realizar as grandes reformas” é “servir a consciência e executar os alto interesses nacionais”, sustenta. Esse artigo traz por assinatura a letra Z. Ainda afirma que “não há humilhação para a câmara desde que tomou impossível, dividida como está em partes iguais de modo a impedir a marcha regular dos debates”. A dissolução da Câmara temporária foi tratada ainda nos artigos *Solução* e *O ministério de 7 de março*. O primeiro nos informa o estado das galerias da Câmara: repletas de espectadores, a sequência do discurso dos oradores, a disputa de oratória ensinada por José de Alencar, o resultado da votação disputada por oposição (50) e governo (49) acerca da indicação de Paulino de Sousa. O segundo também traz a descrição da sessão, o estado repleto das galerias, a presença dos deputados (99 ao todo), os senhores ausentes. Esse artigo transpassa uma imagem positiva do Gabinete Paranhos, referindo aos seus feitos: a lei da emancipação do ventre escravo, a reforma judiciária, os tratados com o Paraguai. O Ministro Paranhos é chamado de “glória nacional”. A dissidência do *Partido Conservador* é apresentada numa posição de humilhada diante do apoio que o gabinete tinha na Câmara vitalícia e na própria Câmara temporária. Duas medidas podiam a Coroa tomar: despedir os Ministros do Gabinete de 07 de março ou dissolver a Câmara dos Deputados. Acerca de tais informações, ver: Z. O Ministério e a Câmara. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 51, n. 442, 22 mai. 1872. Publicações a Pedido, p. 2. A notícia sobre o embate entre a Câmara e o gabinete reocupou as colunas da folha pró-governo. Publicou-se nela artigos contra (*A dissolução*) e a favor (*O ministério e a Câmara*) da decisão imperial tomada. Um dos artigos, *A votação do dia 21*, traz uma tabela dos votos contra e a favor do gabinete (**Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 51, n. 443, 23 mai. 1871. Publicações a Pedido, p. 3). A edição de 444 traz o artigo *A dissolução* igualmente favorável ao ato do governo (DENIQUE. *A Dissolução*. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 51, n. 444, 24 mai. 1872. Publicações a Pedido, p. 2).

⁴⁰ Pensamos que quiseram escrever: “Em 18 de julho de 1868”.

⁴¹ A DISSOLUÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 362, 23 mai. 1872. A República, p. 3.

Os partidos são apresentados amesquinados ante a vontade do dito “poder pessoal”, o “imperialismo”. No prognóstico, deixam em suspenso se desejavam ou não a Revolução de fato. Dão o prognóstico desviando o foco da “tempestade” para a tarefa diante da qual se coloca o partido: a educação do povo: “Não nos cabe por ora lembrar por nossa parte os alvires que devem tomar os partidos dissolvidos e amesquinados contra o poder pessoal [...]. Acordar e educar é nossa ambição.”⁴² Parecem querer reafirmar o propósito inicial a que se predispuseram no *Manifesto de 70*: a “revolução das ideias”.

Se escaparam furtivamente do assunto na edição do dia 23, o mesmo não ocorreu na pauta da do dia seguinte. Em *Quem Deus vult perdere...* a tópica revolucionária explorada reaparece. Mobiliza dos repertórios da França republicana e revolucionária argumentos para advertir a realeza brasileira sobre os atos por ela praticados.

Se posicionam ao chamar novamente o ato imperial de “golpe de Estado”, o “golpe de 22 de maio de 1872”. Discorrem ao público sobre a repercussão tida pelo gesto. Expõe o “servilismo” do Ministro Paranhos frente à vontade do Imperador. Reafirmam o compromisso da luta pela liberdade no país. Para atacar a pessoa do Imperador, recorrem a passagens atreladas à última viagem: “Vossa viagem à Europa, tão romanesca e acidentada, acabou de perder-vos.”⁴³

Na leitura do ato de dissolução, interpretado como “arbitrário” e expressão da “vontade pessoal”, se valem exemplarmente da história francesa dos últimos quarenta anos para advertirem sobre o destino reservado ao regime monárquico no Brasil, diante do avanço da “ideia democrática”. Utilizam exemplos da história da Monarquia na França com a propriedade de quem conhece ser tal modelo um referencial para a Monarquia no Brasil:

a França de 30, de 48 e de 70 devia influir em vossos atos [...]. Na França daqueles tempos a dignidade impedia aos homens de bem tomar parte na direção do país: nas vossas câmaras, vossos ex-ministros dizem-nos já a mesma cousa.⁴⁴ Em 48, nas vésperas dos três dias, [...] o voto de graças por quase unanimidade entoava a vitória em prol de Luís Felipe; passaram algumas horas e não existiam mais nem a câmara, nem o rei, nem a dinastia! O terceiro Napoleão parecia também seguro, a um aceno de seu cetro a Europa movia-se; mas a democracia contava com o seu dia porque já adivinhava Sedan. Estais orgulhoso! Seja! Mas prestai ouvido ao ruído que vai soar por toda a nação por amor do vosso ato de ontem. Ressuscitastes Luiz XIV.⁴⁵

Os redatores-proprietários d'*A República* se debruçam ainda sobre as consequências geradas na esfera da política pela dissolução da Câmara baixa, no último dia 22. Pelo que narram, tanto os dissidentes conservadores quanto os liberais se articularam, cada membro em seu grupo, para se posicionarem diante do novo cenário.

Outra vez o elemento “Revolução” entra como articulador da retórica na discussão sobre as consequências geradas pelo ato imperial. Os redatores elencam os principais atores sociais prejudicados e insatisfeitos com a política

⁴² A DISSOLUÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 362, 23 mai. 1872. *A República*, p. 3.

⁴³ QUEM Deus vult perdere. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 363, 24 mai. 1872. *A República*, p. 3.

⁴⁴ Acreditamos que o discurso de Nabuco de Araújo Filho, realizado na 21ª Sessão do Senado, de 17 de junho de 1869, serve para indicar um possível nome a quem fazem menção os nossos republicanos quando dizem “os vossos ex-ministros dizem-nos já a mesma cousa”. Sobre o discurso de Nabuco de Araújo Filho, ver: **ANAIS do Senado do Império do Brasil**: primeira sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho, Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, vol. II.

⁴⁵ QUEM Deus vult perdere. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 363, 24 mai. 1872. *A República*, p. 3.

do Imperador, entre os quais, os comerciantes, os agricultores da lavoura, a classe militar, a guarda nacional, e, com destaque, a mocidade estudantil; a mesma há alguns meses protagonista na Questão Acadêmica.

Reposicionam o lugar do Imperador e o dos demais agentes na arena do conflito. Não eram os últimos os responsáveis por promoverem o clima de Revolução; mas, antes, era a própria política do Imperador o fator para lançar o país em um estado revolucionário: **“Já que o imperador é o primeiro a dar o grito da revolução, revolucionem-se eles também pelo bem do país e pela ordem (grifo nosso).”**⁴⁶

Observemos que, na retórica dos nossos republicanos, é o *establishment* o agente da Revolução através de sua política, tida por “arbitrária”. Se foi o Imperador o primeiro a dar o “grito da revolução”, deveriam os demais agentes em oposição se revolucionarem. Entendemos que os republicanos da Corte, assim como Francisco Cunha, estavam a justificar a Revolução como um direito. A meta seria garantir a vigência da ordem e do bem comum no Brasil.

Não estariam eles mais uma vez escondendo a intenção da necessidade da ação revolucionária para modificar o estado de coisas, naquele momento em que o quadro político e institucional foi novamente agitado? Reposicionar o lugar e a função dos atores envolvidos, atribuindo a outrem a responsabilidade, não é um mecanismo persuasivo bastante eficiente de fazer subtender a adesão à radicalidade?

Na mesma edição d’ *A República* em que publicaram o artigo *As Consequências*, encontramos na principal seção o discurso proferido por Emilio Castelar, em 07 de abril na cidade de Sevilha. A linha editorial pretendeu estabelecer um paralelo entre os recentes fatos ocorridos no Império com os que agitavam a Espanha na ocasião. Como discorrido na seção 8.1.3 do capítulo oitavo da Tese, lembramos que desde 1868 a Espanha vivia sob os reflexos de uma Revolução chamada *La Gloriosa*. Um movimento insurrecional para o qual confluíram os interesses de republicanos e liberais espanhóis, a fim de destronarem a Rainha Isabel II. Vivia-se no país um processo de transição cujo resultado seria a fundação da Primeira República Espanhola (1873-1874). O movimento teve como modelo de referência mais próximo o Republicanismo francês.⁴⁷

Por intermédio da folha *Andalucia*, temos retratada a retórica republicana do orador espanhol. A corrupção do governo monárquico da Espanha e dos seus agentes; a fraude eleitoral; o falseamento do voto e das instituições; são elementos centrais apresentados nos atos de fala de E. Castelar. Não por coincidência, eram os mesmos elementos explorados pela retórica dos republicanos brasileiros, quando dirigiam atenção à política do governo imperial e aos seus agentes e instituições.

Havia no momento uma linha pensamento comum, compartilhada pelos movimentos republicanos em regiões pontuais do mundo Ocidental. Especificamente em regiões europeias e americanas de tradição latina. Algo manifesto no Republicanismo atuante no Rio da Prata (Montevideu e Buenos Aires), na Espanha de Castelar, e, particularmente, na própria França de Thiers, Gambetta, E. de Laboulaye, Charles Beulé, Jules Barni.

⁴⁶ AS CONSEQUÊNCIAS. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 364, 25 mai. 1872, p. 3.

⁴⁷ Para mais informações, ver: CORTÁZAR, Fernando García; VESGA, José Manuel González. **Breve historia de España**. 7 ed. Madrid: Alianza Editorial, 2004, pp. 401-422.

No mundo político ibérico, Emílio Castelar empregava a tópica da degeneração, promovida pela política dos regimes monárquicos, para vaticinar a respeito do futuro reservado à Monarquia. A corrupção promovida por esse sistema só poderia levar à Revolução, como consequência necessária:

Nesta província [de Andaluzia] não há lei, como não há constituição; tratam-na como país conquistado, o sufrágio universal é uma completa e repugnante mentira, o governo e seus agentes o falseiam e o corrompe; para dizer, em suma, que quando tudo isto se dá, quando tudo isto se sucede, vem o terrível, o inevitável flagelo das revoluções (repetidos com aplausos).⁴⁸

Não por acaso, nota-se que os redatores proprietários d'*A República* publicaram o discurso do republicano espanhol em seguida ao artigo *As Consequências*. Eles também quiseram vislumbrar no horizonte, de um futuro não tão distante, uma agitação no Brasil devido à política do governo do Imperador. A Revolução em ambos os casos aparece como solução de ordem para promover o bem geral.

Outro assunto explorado pelo discurso de Emilio Castelar foi a abstenção eleitoral ocorrida na Espanha.⁴⁹ Lembramos que tal prática foi sistematicamente discutida por Francisco Cunha no momento em que, nas edições da folha carioca, se debruçou sobre a situação do *Partido Liberal* e o programa de reformas apresentado para o Império.

Do pensamento castelariano, temos indelével reconhecimento das origens revolucionárias da República. Tal regime era fruto do progresso da civilização. Cristianismo e Revolução Francesa são apresentados enquanto processos complementares, dentro de um mesmo, cujo resultado é a República:

Dizia-vos, concidadãos, que a aspiração, a necessidade que com grande veemência sentimos é a do estabelecimento da república, e agora devo acrescentar que a ideia republicana não é patrimônio de uma escola determinada, nem a fórmula escolhida pelo capricho de alguns partidários; mas o resultado de todas as civilizações, a consequência das ideias anunciadas pelo cristianismo definidas, pela filosofia e levadas a efeito pela revolução.⁵⁰

Em seu tempo, E. Castelar foi um republicano espanhol a manter intenso contato com pares da Terceira República Francesa. Em particular, Léon Gambetta. Os republicanos brasileiros sabiam a respeito.⁵¹ Tratamos desse assunto na subseção 8.1.3, do capítulo oitavo. No pensamento de E. Castelar, a Revolução consumou e exponenciou a obra aberta pelo Cristianismo, haja em vista o lema trinitário “Liberdade-Igualdade-Fraternidade” do movimento. Esse pensamento é recorrente em *A Igreja e o Estado* (1873) de Saldanha Marinho, como veremos no próximo capítulo.

⁴⁸ CASTELAR, Emilio. Discurso de Emilio Castelar. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 364, 25 mai. 1872, p. 3.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ Entre textos estrangeiros publicados pelos redatores d'*A República*, o que bem melhor ilustra o conhecimento das relações mantidas entre republicanos franceses e espanhóis, na primeira metade da década de 1870, é uma correspondência dirigida por Léon Gambetta a Emílio Castelar, datada de 29 de agosto de 1873. Os republicanos da Corte transcreveram a tradução nas colunas d' *A República*. A respeito ver: GAMBETTA, Léon. Carta de Gambetta a Castelar. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 769, 23 out. 1873. *A República: Crônica Política*, p. 2.

Os agentes da propaganda seguiram polemizando as consequências da ação do governo imperial, ao dissolver a Câmara de maioria conservadora, em 22 de maio. Devido a um risco que transpassa a página, parte do conteúdo do artigo *Resposta ao Governo* está ilegível; mas, é possível perceber que os republicanos tentam apontar que acontecimentos ocorridos na “França de 30, 48 e de 70” encontravam “exatidão” com aqueles verificados no Império. Eles estavam a debater com Ministros do Gabinete Paranhos, especialmente o Ministro Itaúna. No discurso, fazem análise das consequências de golpes de Estado na vida política. Mais uma vez, a exemplaridade histórica é empregada como recurso retórico da propaganda.

Em relação ao uso da história francesa para a leitura dos fatos em curso, aconselham atenção, um estudo mais calmo e meditado, “e os símiles lhes parecerão da maior propriedade”. Partem da referida história, desde 1830, em busca dos tais “símiles” para entender os golpes de Estado:

Carlos X caiu por querer resistir ao espírito do seu tempo, que já desde 1814 ufanava-se com as conquistas do ato adicional e oferecido por Luís XVIII e por Napoleão. Ele que não aprendera as constituições senão em Gand, opôs a força de seu braço à França que queria caminhar. Braço e rei foram arrebatados. Luís Filipe, o bom Luís Filipe, o rei-cidadão, como ao vosso [alusão a D. Pedro II] chamais, que também tentou popularizar-se pelo guarda-chuva, caiu também porque quis opor sua pessoa e o seu querer à nação que queria governar-se.⁵²

O parágrafo transcrito a seguir é significativo para demonstrar relação que os republicanos defendem existir entre a conjuntura em que escrevem e o passado francês. Ao fazerem o resgate da França pré-revolucionária de 1848, sustentam a existência de um paralelo indiscutível entre as duas realidades. É preciso expô-lo para entendermos a perspectiva de futuro apontada para o Império brasileiro, a partir do ano de 1872; momento em que mais uma vez a Câmara baixa do Parlamento foi dissolvida por decreto imperial.

Ao recontar a história francesa a partir de 1839, apontam a Revolução como uma consequência necessária, decorrente do chamado “poder pessoal”. Se ele havia sido fator de Revolução na França de fins da década de 1840, o mesmo poderia ser válido para o Brasil da década de 1870⁵³:

⁵² RESPOSTA ao Governo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 365, 26 mai. 1872, p. 3.

⁵³ Havia precedente no meio liberal brasileiro para esse tipo de abordagem do problema da dissolução da Câmara, por parte de D. Pedro II. Nos mesmos moldes associativos com a história francesa se deu a interpretação feita pelo Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo Filho, acerca da reascensão dos conservadores ao Poder Executivo do Império, em 16 de julho de 1868. Como expusemos no capítulo quinto, na 21ª Sessão do Senado, em 17 de junho de 1869, presidida pelo Visconde de Abaeté, e há quase três meses do lançamento do *Manifesto do Centro Liberal*, o Senador baiano subiu à tribuna com “propósito de moderação” para expor as queixas do *Partido Liberal*. Em variadas passagens do discurso, Nabuco de Araújo Filho associa a dissolução da Câmara liberal do Império a passagens da história francesa, a fim de defender a argumentação de que apenas a reforma do sistema podia, naquela altura, “conjurar as revoluções”. Ao tratar das condições sob as quais se encontrava o sistema representativo no país, em resposta à fala do Senador Sayão Lobato, que lhe antecedeu, o pai de Joaquim Nabuco salienta: — Ainda voltou o nobre senador à questão constitucional do 16 de Julho. Sr. presidente, eu sinto voltar a esta questão, e não volto a ela senão porque o nobre senador me provocou. Não é uma questão ordinária, como parece ao nobre senador; **é questão que já fez uma revolução na França. (Apoiados)** (grifo nosso). A revolução de 1830 na França não teve outra origem senão a nomeação de Polignac imposta a maioria do parlamento: a questão da prerrogativa absoluta da Coroa contra o parlamento é grave.” (**ANAIS do Senado do Império do Brasil**: primeira sessão em 1869 da décima quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, v. II, p. 223).

Foi o poder pessoal quem o matou [o governo de Luís Filipe]. Em 1839 Guizot, Thiers, Couménin, Odillon Barrot, Devergier de Hauranne, todos se pronunciavam contra o governo pessoal do rei, que, na frase do manifesto, conduziria a nação a uma catástrofe, a uma revolução. Prefiro, acrescentava Thiers, desagradar ao governo, a atraí-lo. Meditai bem essas palavras. Dias depois o rei, crente sempre em sua estrela, formava um ministério fora das normas constitucionais, e o país inteiro o apelidou – uma escamotagem política.⁵⁴

Continuam mais adiante:

Aconselhado pelo bom Luís Filipe que abraçasse a política conservadora e jesuítica, atirava-se nos braços do partido democrático e salvava-se, por sua parte o parente de Filipe-Igualdade dissolvia em 30 de janeiro de 42 as câmaras, em 14 de julho de 46 dissolvia-as de novo, a 21 de fevereiro caiu manchado de sangue e coberto de ignominia, diz o *Siècle*.⁵⁵ É que as dissoluções, meios extraordinários de salvação pública, acordam o país. [...] e não foi também a resistência à democracia, o eu imperial contra a vontade do país que trouxeram Sédan?⁵⁶

Entendemos que os próprios republicanos brasileiros ratificam a associação feita entre a história francesa, desde a década de 1830, com o momento político em que viviam no Império de D. Pedro II. Constroem o paralelismo para justificarem a Revolução como consequência do abuso do “poder pessoal” dos reis nos regimes monárquicos. É desse modo que eles treplicam os Ministros do Rei:

Agora vejamos os símiles. **O sr. d. Pedro, não tem anulado os partidos da nação e resistido às suas aspirações como a Carlos X? Não tem seguido *pari passu* com uma simpatia que só o destino pode explicar, o reinado de Luís Filipe? Vejamos se não indica também que iguais frutos têm de colher** (grifo nosso).⁵⁷

Insistem nos símiles a fim de confirmarem a Revolução, sob forma de “tempestade”, como consequência histórica inevitável para pôr fim aos alegados “abusos” impostos, ao sistema representativo, pelo poder do Imperador brasileiro:

Em 42 perguntava a imprensa francesa: que estima pode merecer um governo em que os melhores cidadãos recusam as dignidades que ele lhe oferece? O sr. Eusébio não foi exemplo dessas recusas. Não o foi, não há muito, o sr. Zacarias? O sr. Gomes Castro? E o sr. Alencar, não declarou há dias, que a dignidade impedia-o de subir à administração pública? Ouçamos agora as vozes que anunciam **a tempestade** (grifo nosso), o libelo da monarquia. “Tenho apreensões de um governo absoluto”, disse o sr. Nabuco [...] Temos o absolutismo com a hipocrisia, senador Fernando Torres. É claríssimo que a coroa tem um poder ilimitado, F. Octaviano. Olinda não apontou à coroa o abismo para o qual caminha?⁵⁸

⁵⁴ RESPOSTA ao Governo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 365, 26 mai. 1872, p. 3.

⁵⁵ O *Siècle* foi um jornal republicano francês da década de 1870 lido pelos nossos agentes d'*A República*. Os fatos narrados acerca da história francesa, entre 1830 e 1870, tem como fonte a folha mencionada.

⁵⁶ RESPOSTA ao Governo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 365, 26 mai. 1872, p. 3.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*.

Voltam a indagar aos Ministros e ao público leitor: “**Os símiles não são da maior exatidão? Venham à imprensa os ministros e lhes provamos** (grifo nosso)”. Em tom irônico, estabelecem equivalentes franceses para os políticos brasileiros:

De uma coisa, porém, não sabíamos: é que temos *governo provisório*, e que há no ministério Dupont, de l’Eure, Arago e Lamartine. Quem será nele o cantor de Graziella? O sr. Manoel Corrêa? Quem é o Arago? O sr. João Alfredo? [...] O Dupont de l’Eure bem sabemos quem seja: não é outro senão o sr., barão de Itaúna.⁵⁹

Nos certificamos da manutenção de um discurso oficial, emplacado pelo governo imperial por meio da imprensa, no decorrer da situação. Um discurso apontado para os republicanos como “subversivos”. Desde a Questão Acadêmica em outubro de 1871, as autoridades monarquistas quiseram identificar na sede da redação do Jornal *A República* o foco da rebelião contra as instituições imperiais.⁶⁰ Os republicanos afirmam que os Ministros do “golpe de Estado” tentavam se defender através da imprensa. Em resposta à pecha de “subversivos”, os redatores lhes perguntam:

Em que somos subversivos? Em provar que ofendestes à constituição de Estado, dissolvendo violenta e irregularmente a câmara, quando não estava em perigo a salvação pública? [...] Ou seremos subversivos por não aconselhar ao povo que não pague impostos que os seus representantes não votaram, e não dumma sono pesado porque a política do imperador ameaça-nos de nova guerra com um país vizinho, segundo o declarou o chefe do gabinete na reunião política das sumidades do seu partido?⁶¹

⁵⁹ RESPOSTA ao Governo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 365, 26 mai. 1872, p. 3.

⁶⁰ Essa tendência volta a ser reafirmada no embate de respostas, que os republicanos trocam com Ministros do Império através das colunas do *Jornal do Comércio*, nas edições dos dias entre 14 e 25 de maio. *Desregramentos* inicia do seguinte modo: “A República de ontem, perseguindo como de costume em **seus planos subversivos** (grifo nosso), cita datas históricas que não podem servir senão para condenar os meios ilegítimos a que tem recorrido a imprensa oposicionista”. Os republicanos são tratados como “demagogos” cujas “pretensões audaciosas” são as de “**anarquizar este país e precipitá-lo na voragem das grandes comoções**” (grifo nosso). A autoria não identificada do artigo se propõe a discutir as datas históricas, utilizadas pelos republicanos para comporem argumento deles na edição de 26 de maio. É um apelo para que os povos fechem os ouvidos “aos cantos perigosos de tribunos improvisados”. A autoria quer desconstruir a analogia feita pelos republicanos, no artigo do dia 26, entre os fatos ocorridos na França em 1830, 1848 e 1870, e a queda de Isabel da Espanha, com os acontecimentos relacionados a então recente dissolução da Câmara baixa do Parlamento imperial: “Quem quisesse comentar o ato da dissolução não encontraria de certo a menor analogia moral com os fatos ocorridos na França em 1830, em 1848 e ultimamente em 1870, nem tão pouco há nele a menor conexão com a queda de Isabel da Espanha”. A câmara dissolvida na França de Carlos X foi um acontecimento que contou com unanimidade dos representantes da nação, 221 deputados, e da própria nação. Por isso afirma mais adiante: “A República foi, pois, muito infeliz no paralelo que foi colher no estrangeiro, sem a menor propriedade pois que é justamente o inverso que se dá conosco”. Na opinião de quem escreve o artigo, no Brasil de maio de 1872 “temos um ministro que não demite às cegas”, um gabinete “que não amordaça com ouro os lábios da oposição”. E complementa “não apelamos para o exército e armada [...] O povo vê no trono, não um déspota, não um rei absoluto, mas um cidadão amigo [...] À frente do gabinete está um filho do povo [...] Seguramente este não é retrato de Polignac”. Quanto às ocorrências de 1848, o autor tenta desabonar as revoluções, apontando que “nada fixam [...] sendo apenas meteoros precursores de desgraças”. A respeito da “3ª fase” da República francesa sustenta que, nos acontecimentos atrelados com a Queda de Napoleão III e o fim do Segundo Império francês, “nenhum nexa há em tais acontecimentos com o fato legal da dissolução” no país (DESREGRAMENTOS. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal*, Ano 51, n. 445, 25 mai. 1872. Publicações a Pedido, p. 2). Percebe-se um claro ataque do (-s) autor(-es) à tópica da exemplaridade utilizada pela retórica dos republicanos. O artigo é encerrado afirmando que “a dissolução trabalha principalmente pelo restabelecimento dos dois partidos históricos”. A partir da leitura d’ *A República* da edição de 29 de maio, conseguimos identificar que autoria do texto é do punho dos Ministros do Gabinete Paranhos. Os nomes não foram citados.

⁶¹ RÉPLICA ao Governo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 366, 27 mai. 1872, p. 3.

Não podemos negar que os republicanos se aproveitaram de mais uma dissolução da Câmara dos Deputados para surfarem sobre a situação. Aproveitaram eles o ensejo para denunciarem as ações do governo imperial, chefiado pelo Visconde do Rio Branco. Para apontá-lo como fator de promoção, não apenas do descontentamento, mas também da futura comoção que haveria de ocorrer no país.

A conjuntura, diante da qual o observador se depara, pode ser entendida como continuidade da crise política decorrente da cisão intra-elite, marcante na passagem da década de 1860 para a de 1870 no Império. Tal cisão foi a responsável pela criação e fundação da primeira agremiação político-partidária de natureza republicana, no Brasil. As reformas das quais necessitavam o país, naquele momento, servia de caldo para alimentar o discurso republicano de contestação às bases do regime monárquico vigente: “Qual é, pois, a ideia do governo atual? As reformas que o programa? Não são elas de sua competência, pois de direito pertencem ao partido liberal, e nem lhe podem fazer, porque lhe faltam sinceridade e capacidade.”⁶²

Após a nova dissolução da Câmara em 22 de maio, nota-se esforço da propaganda republicana em estimular a mobilização dos partidos, em relação ao que chama de “golpe de Estado”. Exigem dos partidos constitucionais parlamentares, o conservador e o liberal, resposta: “Ação! Ação! Partido que capitula, suicida-se. Manifesto, estandarte ou testamento.”⁶³

O artigo *Confiança! Confiança!*, que segue o *Adesões*, é emblemático para a argumentação que sustentamos. Ao lado do espectro da demissão do Gabinete liberal de Zacarias de Góis (16 de julho de 1868), seguida pela dissolução da Câmara majoritariamente liberal, os redatores comparam o momento político pelo qual passava o Império Brasileiro à França revolucionária de Émile Girardin, em 1848.⁶⁴

Sustentam que na conjuntura pátria, marcada pela intervenção do poder do Imperante na Câmara baixa do Parlamento, entendido como “Golpe de Estado”, o grito “Confiança! Confiança!”, do político e jornalista francês, era o grito dos republicanos brasileiros: “Era o grito de Girardin em 48, sustentando a República. É o nosso grito aos partidos esmagados pela vontade irresponsável. Confiança, sim, no povo! Se ele adormece, não é porque não queira acordar; é sim porque os partidos tomaram os fiascos como programa de sua vida.”⁶⁵

Segundo os redatores, o governo procurava lhes responder aos artigos porque sentia-se fraco. Não se defendia mais, apenas tratava de repelir os “símiles” buscados na história. Aos homens do governo, a lhes fazerem objeções na imprensa, indagam: “Os símiles não são exatos: a razão? Por que caiu Carlos X? Já o dissemos. E Isabel, e Luís Filipe e Napoleão III? Porque mentiram todas as constituições que juraram, porque colocaram-se ante o povo, e o povo é onda que leva tudo de vencida.”⁶⁶

⁶² RÉPLICA ao Governo. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 366, 27 mai. 1872, p. 3.

⁶³ AÇÃO! Ação! **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 367, 28 mai. 1872. *A República*, pp. 2-3.

⁶⁴ Sobre a atividade jornalística desenvolvida por Émile Girardin na imprensa francesa, desde os anos de 1830, ver: KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève [et al] (Dir.). **La civilisation du journal**: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe Siècle. Paris : Nouveau Monde Éd., DL 2011, 1 vol. : ill., couv. ill. ; 20 cm, pp. 37-39.

⁶⁵ CONFIANÇA! Confiança! **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 368, 29 mai. 1872. *A República*, p. 3.

⁶⁶ *Ibidem*.

É marcante na fala o fato de apontarem os Ministros do Império lhes acusando de serem “subversivos”. No jogo intrincado da política imperial, por um lado temos os Ministros do Gabinete Paranhos chamando de “subversivos” os republicanos da Corte. Eles são responsabilizados pelas autoridades monarquistas, por via das páginas da imprensa oficial, por quererem “anarquizar” o país, por quererem lançá-lo na comoção.

Por outro lado, na imprensa oposicionista, temos os republicanos invertendo posições. N’ *A República*, são eles quem acusam o governo de Sua Majestade de conduzir o país a uma comoção através da fraude, da corrupção, da descaracterização dos partidos, das instituições representativas e do abuso do “poder pessoal”; um dos resultados teria sido mais uma dissolução da Câmara dos Deputados. Em tal ato viam veraz “golpe de Estado”, semelhante ao que alegavam ter ocorrido em 16 de julho de 1868.

Para tais situações de “golpe de Estado”, buscaram nas datas francesas de 1830, 1848 e 1870 motivos para sustentarem a posição de que a política do Imperador conduzia o país à Revolução. No trecho seguinte, demonstram como se encontrava o *Partido Liberal*. Naquela altura, estava pragmaticamente limitado à máxima do *Manifesto* lançado em março de 1868: “Reforma ou Revolução!”.

Sabemos que o governo oferece algumas províncias aos liberais para que mandem à câmara novos representantes; os liberais que caíram em 68 e retiraram-se da governação do país, só podem voltar à luta, ou quando o poder sujeite-se às condições de seu manifesto, ou quando em novo declarem que, perdida a paciência e a esperança, **vão abrir guerra a quem estraga o país e pretende desmoralizar os caracteres** (grifo nosso).⁶⁷

Havia no momento especulação sobre a possibilidade de uma nova guerra a envolver o Império e a Confederação Argentina. O Visconde do Rio Branco é o mais culpabilizado por tal situação. Em contrapartida, o chefe do Gabinete desdenha a oposição, apontando-lhe vínculo com o Republicanismo revolucionário francês. Era o discurso oficial a acusar os republicanos de subversão:

Dissemos também ao governo: e a guerra com o Rio da Prata? Cala-se ele, e chega-nos a notícia de que o senado argentino autorizou o governo para a compra de três encouraçados, canhões e armas de precisão. E o sr. Visconde do Rio Branco, que concluiu uma paz deste quilate, continua no governo, e em resposta manda dizer-nos que **não é chegada ainda a vez do canto da marselhesa** (grifo nosso), e, enquanto não soa ele, recruta e põe em leilão as províncias, atraíndo destarte uma vez mais os seus correligionários.⁶⁸

Juntamente com os liberais, insultados pelos Ministros, os republicanos começam a cogitar a possibilidade da abstenção. A abstenção de todos os partidos diante do ato de “violência” do poder imperial.⁶⁹

⁶⁷ CONFIANÇA! Confiança! **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 368, 29 mai. 1872. *A República*, p. 3.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ ABSTENÇÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 370, 31 mai. e 01 jun. 1872. *A República*, p.3; CONFRONTO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 373, 04 jun. 1872. *A República*, p. 3.

Os republicanos da Corte começaram a seguir, passo a passo, as estratégias e os procedimentos levantados por Francisco Cunha. Quando esse ganhou espaço de destaque na seção principal da folha, impondo ao *Partido Liberal* o cumprimento da “segunda perna do dilema”: “Ou a reforma, Ou a revolução!”. De igual modo, quando o correligionário sul-rio-grandense se dispôs a debater com os redatores do *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, sobre qual ser a melhor forma de governo, Monarquia ou República.

Lembremos que Francisco Cunha levantou uma série de ações possíveis de serem adotadas pelos partidos contra o chamado “poder pessoal”. Ou seja, contra a influência da pessoa do Imperante D. Pedro II nas articulações e decisões políticas do país. Entre as estratégias estavam: coligação dos três partidos constitucionais, abstenção nas eleições, conversão dos liberais em republicanos e a própria Revolução.

Na edição dupla de 31 de maio e primeiro de junho, os redatores-proprietários publicaram *Abstenção*. Indicam a situação dos três partidos diante do “Golpe de 22 de maio”, a dissolução da Câmara majoritariamente conservadora por decreto do governo imperial, executado pelo Gabinete Paranhos. Na seção principal, nos deparamos também com o artigo *Coalisão*. Inquirimos acerca desse momento, se estavam ou não os agentes da propaganda republicana na Corte seguindo a cartilha do pensamento do porta-voz sul-rio-grandense da retórica revolucionária. Acaso não se constituía a Revolução numa necessidade irresistível para dirimir a crise política vivida no período e, para enfim, instaurar uma República no país?

O trauma de 1868 serviu de estofó para a experiência vivida, em meados de 1872, pelas classes políticas dirigentes: “Basta de abstenção, dizei-vos; os partidos que lutam enervam-se e terminam por dissolver-se. Assim dá-se com os partidos que se alimentam do poder. [...] A abstenção de 1868, fecunda apesar de incompleta, apontou a um resultado que ides mutilar.”⁷⁰

A seguir, concordam com a sequência que vaticina a ocorrência da sublevação no momento pós-abstenção dos partidos às urnas. A Revolução é apresentada como um remédio, “o último dos remédios”.⁷¹ Nesse ambiente político marcado por mais uma dissolução da Câmara baixa, perpassa na retórica dos republicanos da Corte, Salvador de Mendonça e Luiz Barboza, um fio condutor a lhes remeterem a propostas pregadas por Francisco Cunha, havia alguns meses.

Não se trata de outro grupo de republicanos, senão o dos próprios redatores-chefes do *Jornal A República*, em pleno alvor da década de 1870, a apontarem para a Revolução como saída política e institucional possível. Desse modo, consideramos que o *Manifesto do Centro Liberal* e a solução reformista pacífica e legal reivindicada no *Manifesto de 03 de Dezembro* não obscureceram a perspectiva de uma resolução não convencional para a questão política da forma de governo. Ou seja, o dilema lançado pelos liberais permaneceu em aberto na primeira fase da propaganda.

⁷⁰ COALISÃO. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 375, 06 jun. 1872. *A República*, p. 2.

⁷¹ *Ibidem*.

O conceito “Revolução” e as palavras “sublevação” e “subversivos” apresentam certa constância nos discursos. Ao terem apontado essa saída para a “Questão do Regime”, os agentes procuraram de algum modo atenuar os efeitos: “a revolução é um remédio para as nações enfermas, mas só por esse fato ela deve ser o último.”⁷² Recorrentemente, o conceito aparece compartilhando o mesmo espaço no universo do discurso com os conceitos de “Povo” e de “Nação”. Aceitamos que se a Revolução não era desejável para eles, pelo menos também não era considerada impossível: “Em tais condições o que diz a lógica? Abstenção completa ou sublevação do país. A revolução é o remédio heroico das nações enfermas, mas por isso mesmo é o último. Há a advertências que fazem calar as mais temerárias ambições.”⁷³

Continuam: “Quando **um povo**, não por indiferença, mas por dever, retira a sua presença dos negócios públicos, a severidade de sua atitude, **a eloquência do seu silêncio inspiram o terror das tempestades eminentes** (grifos nossos).”⁷⁴ Uma vez impossível a formação de uma “confederação partidária” no plano prático, tal como foi previamente cogitada por Francisco Cunha, os republicanos redatores indicam a abstenção nas eleições legislativas, convocadas para agosto de 1872, com intuito de constituir nova Câmara em dezembro. A abstenção lhes parecia o penúltimo caminho possível diante do agravo imperial.⁷⁵

Se a lógica traçada por Francisco Cunha indicava a sequência “coalizão dos partidos – abstenção eleitoral – revolução”, perguntamos: malograda a abstenção num Império à beira da “tempestade”, recorreriam ou não os republicanos ao último dos expedientes, segundo a lógica?

Em *Um lado prático*, voltam as baterias do discurso contra aqueles cujo perfil lhes era o mais próximo, os membros do *Partido Liberal*. Não era para menos. Francisco Cunha havia feito o mesmo ao cobrar o cumprimento da segunda parte do dilema “Ou a reforma, Ou a revolução!” aos membros do antigo partido. Ressentindo os efeitos da recente dissolução da Câmara majoritariamente conservadora, os republicanos da Corte asseveram que a Coroa oferecia aos liberais, em maio de 1872, uma reedição de 1868: “Que a Coroa vos oferece é uma segunda edição da política geográfica, atalho duplamente pérfido que serviu de pretexto e causou a derrota dos liberais em 1868, e elevou ao poder, não um partido, mas ambições inquietas [...]”⁷⁶

Em *A Nova fase* fica mais explícito o propósito de seguirem a cartilha previamente esboçada e pregoada por aquele que, até o momento, havia se apresentado enquanto “porta-voz da Revolução” no ambiente republicano declarado reformista moderado. Em agosto de 1872, o ex-liberal e correligionário sul-rio-grandense, Francisco Cunha, já havia assumido a redação do órgão republicano porto-alegrense *Da Democracia*. Para quem acompanha a situação,

⁷² COALISÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 375, 06 jun. 1872. *A República*, p. 2.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ *Um lado prático*. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 376, 07 jun. 1872. *A República*, p. 3.

é evidente que os republicanos da Corte dirigiram *A Nova Fase* aos membros do *Partido Liberal*, pedindo-lhes imediata, absoluta e inflexível abstenção no pleito de agosto, a se avizinhar.

À abstenção, eles exigem o erguimento de uma coalisão dos partidos a fim de barrar as pretensões do “poder onipotente” do Imperador. Termo como “massas populares”⁷⁷ permeia o texto. Aliás, o próprio artigo começa com uma denúncia a respeito do comportamento das elites políticas da época. Lhes acusa de lançarem sobre o povo o seu alegado caráter pusilânime, a fim de lhe negar a capacidade de se revoltar: “Desânimo deplorável. [Os homens eminentes dessa terra] São fracos, abatidos, enervados pelo ócio de uma vida cortesã, criminosa indiferença”. Para eles “A descrença profunda, que suspeitais existir nas massas populares, é o reflexo de vossas próprias atitudes.”⁷⁸

A mensagem é clara e direta ao *Partido Liberal*: “Entre as causas diversas que em 1868 atuaram para a vossa abstenção, duas houve de um império decisivo: as leis compressoras e a despolarização do partido.”⁷⁹ Nesse momento em que falam aos liberais da impotência deles diante do “poder pessoal”; das lutas por eles travadas desde a dissolução da Câmara dos Deputados em 18 de julho de 68; se valem mais uma vez da imagem da Revolução para subverterem a situação política em que tinham no poder do Imperador, em sua política, a causa desabonadora dos partidos e das instituições representativas: “Confesses conosco que a revolução do silêncio faria jorrar por terra o artefato do poder pessoal; mas dizeis: nós vamos lutar, porque os dissidentes lutam.”⁸⁰

Há um chamado aos membros do *Partido Liberal*: “Atendei-nos: retrocedei de vossos empenhos, [...] convocai, não um partido, mas todos os partidos, resolvamos a abstenção absoluta, completa, inteira e inflexível. Resgatai o vosso passado.”⁸¹ Esse passado do partido, ao qual fazem alusão os republicanos, seguramente é a propalada “tradição revolucionária” do 07 de Abril de 1831. Na insistência por união partidária e ausência nas urnas, devemos lembrar que os republicanos da Corte também tinham recentemente o exemplo do destronamento da Rainha Isabel II da Espanha. Movimento revolucionário simbolicamente inspirado no Republicanismo francês, para o qual havia congregado interesses de liberais e republicanos espanhóis.

Conduzida por Tavares Bastos, a voz do *Partido Liberal* na imprensa daquele momento, o jornal *A Reforma*, teve direito de fala nas colunas d’ *A República*. Contudo, não pensemos que os liberais aparecem no órgão do novo partido na imprensa para corroborar com o anseio dos republicanos. Pelo contrário, recusaram uma possível coalisão dos partidos políticos contra o poder do Imperador: “Impolítica, estéril e até desastrosa, a junção em massa dos partidos. A coalizão, aliás, condenável teria por si a energia da franqueza.”⁸²

Em resposta ao texto transcrito d’ *A Reforma*, a imagética do povo sobressai no discurso republicano brasileiro: “Se quereis exercer essa influência magnética que conduz e arrasta as massas populares, começai o gêneses de

⁷⁷ A NOVA fase. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 377, 08 jun. 1872. *A República*, p. 2.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² A REFORMA apud Hesitações. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 378, 09 jun. 1872. *A República*, p. 3.

esmorecidas crenças que jazem abatidas pelo mercado ignóbil das graças do poder”. Nos perguntamos: diante da recusa dos liberais a uma união partidária, afinal, qual grupo estava a demonstrar maior interesse numa sublevação contra o governo do Imperador, em 1872? Os liberais ou os próprios republicanos?

Não deixamos de pôr em relevo que a retórica da propaganda republicana brasileira trazia elementos que colocavam o rei como inimigo da nação, e não mais como o seu pai. Esse é um traço típico da retórica revolucionária criada na França moderna.⁸³ O rei se torna inimigo do povo, um déspota usurpador dos direitos da nação: “[...] não vos enganeis, entre o rei e a nação há profundo antagonismo.”⁸⁴

Liberais à parte, em *A Dissidência* os republicanos encontram nos processos históricos da França de 1789, do Primeiro Império de Napoleão, de 1830, de 1848 e de Napoleão III, elementos factíveis para que pudessem discutir a situação política do Império do Brasil em junho de 1872, há menos de um mês da dissolução da Câmara conservadora:

O espetáculo que presenciamos é tão estranho quanto novo! **Difícil, senão impossível, será encontrar na história das usurpações, não já um paralelo, porém mesmos fenômenos políticos semelhantes ao que ora o país oferece ao mundo** (grifo nosso). Pode o brilho da glória militar transformar um soldado de gênio em senhor absoluto de uma grande nação, como sucedeu com a França no primeiro império. Era imensa a tragédia da revolução francesa terminando um drama sangrento da liberdade no despotismo militar coroado pela glória. Mas a revolução francesa fizera-se invasora de todas as fronteiras, desafiara a cólera dos reis e a ignorância dos povos que os serviam, e, por sua vez refluindo à fonte donde manara, essa lava imensa volvia ao solo da França reclamando um prodígio que contivesse a reação. Esse prodígio surgiu: foi o primeiro Bonaparte. Mais tarde, muda as condições do gênio francês, a lenda imperial assoma de novo no termo de um período revolucionário, não já com o despertar das águias de Marengo, mas dizendo-as o emblema da paz secundado pelo reflexo da glória e do prestígio militar.⁸⁵

A narrativa para fatos da história francesa é extraída de matérias divulgadas por um dos órgãos da imprensa republicana francesa, em circulação na década de 1870, o jornal *Siècle*. Os republicanos da Corte no Rio acharam elementos naquela história a lhes possibilitarem desmerecer a obra edificada pela Monarquia brasileira. Numa perspectiva relativista, desfavorável a essa, dizem que mesmo as usurpações do poder nacional e as violações da liberdade conduziram a França ao “deleite” da riqueza, desfrutada em 1870. Por outro lado, o mesmo não se verificava no Império do Brasil de 1872:

De épic a França se fizera mercadora e burguesa. Ávida de indústrias, cobiçosa de ouro, viu na perfídia de 2 de dezembro as jazidas fecundas de sua nova paixão. Mais intrigante do que político, mais tráfego do que estadista, Napoleão III explorou o exército, assalariou as ambições, fomentou discórdias, corrompeu o povo e açaimou a liberdade. Quão diversa, porém, não é nossa posição! Comédia militar em Uruguaiana, comédia política em 16 de julho, negação do progresso, ausência de liberdade.⁸⁶

⁸³ Sobre isso, ver: BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude**: as ideias republicanas na França do século XVIII. São Paulo: Companhia das letras, 2010, pp. 299-311; HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Cia das Letras, 2007, pp. 54-55.

⁸⁴ HESITAÇÕES. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 378, 09 jun. 1872. A República, p. 3.

⁸⁵ A DISSIDÊNCIA. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 381, 12 jun. 1872. A República, p. 3.

⁸⁶ *Ibidem*.

Não foi sem propósito o paralelo estabelecido, pelos agentes da propaganda republicana, entre os acontecimentos ocorridos no Império a partir de maio de 1872 – a dissolução da Câmara baixa do Parlamento de maioria conservadora – e os processos a congregarem a história francesa desde 1792. Por meio dessa chave de leitura, os redatores da folha tinham por finalidade questionar a argumentação dos Ministros do Imperador, que através das páginas do *Jornal do Comércio*, buscaram refutar o símile entre França e Brasil, construído pelos republicanos; no âmbito da interpretação feita do chamado “Golpe de Estado de 22 de maio”. Ironicamente pontuam: “Tendes razão empreiteiros da Monarquia! Não há símile possível. O absolutismo que nos governa é chato, fútil e ridículo.”⁸⁷

Devemos ressaltar o sentimento de conformismo diante da situação a ter tomado não apenas conservadores e liberais, mas também os próprios republicanos. Por mais que insistissem com a retórica revolucionária, cada vez mais o ato imperial foi dado por consumado. Checamos que a inação dos liberais pode ter sido um dos principais fatores a levar à acomodação o campo republicano. Afinal, foram os próprios liberais a darem em primeiro o grito retumbante “Ou a reforma, Ou a revolução”. Certamente, os republicanos devem ter entendido que perseverar com a retórica da “tempestade” revolucionária seria se expor, cada vez mais, diante do discurso oficial vigilante em relação a eles.

Desenvolveram narrativa própria para explicar a mais recente crise surgida no panorama político e institucional do país. A explicação vinha do Rio Grande do Sul, através de Francisco Cunha. Na seção *Imprensa Americana*, pela primeira vez depois de tanto ter focado na natureza da política imperial em relação aos assuntos diplomáticos, estabelecidos com os países da Bacia do Prata, o correligionário firmou posicionamento sobre a recente dissolução da Câmara dos Deputados.⁸⁸

A argumentação de Francisco Cunha acabou por inquirir os meandros da complexa malha de relações políticas gestadas no interior das instituições do Estado imperial brasileiro, naquele momento. A sociedade política do Império é apresentada em conformidade com o propalado “Golpe de Estado de 22 de maio”: “A nação, essa palpável, em cuja conta lançam os saltimbancos políticos as verbas do seu negócio, não sancionou com uma representação unânime o sábio golpe de estado do sábio Imperador?”⁸⁹

O correligionário passa ao juízo dos republicanos a dissolução da Câmara baixa. Apresenta o que considera como “estado lamentável” da política imperial no país: “a dissolução da câmara temporária denota uma profunda corrupção, um dismantelamento fatal e para os que quiserem providenciar no partido essencialmente monárquico deste país.”⁹⁰

Diante da falta de reação dos partidos e do país, frente ao ato do governo imperial, o foco dos republicanos sobre o chamado “Golpe de 22 de Maio” foi mencionado com destaque, pela última vez, na seção do dia 13 de junho.

⁸⁷ A DISSIDÊNCIA. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 381, 12 jun. 1872. *A República*, p. 3.

⁸⁸ CUNHA, Francisco Xavier da. A dissolução da Câmara. Da Democracia. Porto Alegre apud. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 381, 12 jun. 1872. *Imprensa Americana*, pp. 3-4.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*.

Num artigo também intitulado *Dissidência*, temos a consideração dos republicanos da Corte sobre a intervenção imperial. O ato foi um “atentado”, um “ato do absolutismo”. Demonstram frustração diante da nula reação da parte da dissidência conservadora. Nem mesmo a Revolução foram capazes de levantar a bandeira: “Abstenção ou resistência, inércia ou revolução era o alvitre encontrado em todas as consciências. Nada disso.”⁹¹

É possível constarmos mais uma vez a tergiversação dos republicanos para tratarem da Revolução. Apontam que a dissidência conservadora não foi capaz nem mesmo de reivindicá-la contra o “poder pessoal” do Imperador. Por ora, a postura a ser adotada aparece na sequência, com a notícia do surgimento de um novo órgão republicano na imprensa baiana, intitulado *Horizonte*. No comunicado de adesão transcrito nas páginas d’ *A República*, os novos correligionários baianos reiteram o compromisso, inicialmente proposto no *Manifesto de 03 de Dezembro*: a promoção de uma revolução pacífica no país a partir da “ilustração dos espíritos”⁹², como afirmam.

*

* *

Sobre o posicionamento dos republicanos da Corte no que diz respeito à dissolução, em 22 de Maio de 1872, da Câmara dos Deputados majoritariamente conservadora, poderíamos ceder à tentação e exclamar: “tanto reboiço para nada!” De fato, a dissolução da Câmara baixa do Parlamento, pelo decreto de número 4.965, agitou momentaneamente os partidos e a opinião na imprensa. Entretanto, tal como em 1868, a agitação sequer respingou nas ruas. A política continuava a ser feita pela “casa grande” e às portas cerradas.

Não havia completado quatro anos passados desde a última vez em que o Imperador recorreu ao expediente da dissolução, a fim de garantir a almejada governabilidade. Não havia passado tempo o bastante para que a opinião se deparasse com situação quase equivalente. Dizemos “quase equivalente”, pois, desta vez, o governo imperial não poupou nem os conservadores, cuja maioria estava representada na Casa.

Assim como a Questão Acadêmica, o 22 de Maio de 1872 revelou-se momento assaz oportuno para a intervenção republicana no debate político. Côncios do exemplo de 18 de julho de 1868 e ainda embalados pelo eco do dilema imposto ao governo pelos liberais, no *Manifesto do Centro* – “Ou a reforma, Ou a revolução” –, eles não hesitaram em mobilizar a retórica do radicalismo, sob a imagética da “tempestade”. Assim quiseram proceder para instigar os agentes em disputa a irem à ação. Eram eles: os dissidentes conservadores e os próprios liberais contra as ações do Gabinete Paranhos executadas por seus Ministros.

Notamos a permanência de uma postura dual. Mobilizaram a opinião de modo a dar entender que a “ruína das instituições monárquicas” e uma “convulsão” estavam prestes a arrebentar em meio ao tecido social brasileiro, face ao

⁹¹ A DISSIDÊNCIA. *A República*. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 382, 13 jun. 1872. *A República*, pp. 2-3.

⁹² *Ibidem*.

arbitrio praticado pelo “poder pessoal” do Rei. Ao menor sinal de reação combativa dos agentes pró-governo, tratavam de rediscutir a situação, refutando o estigma de “subversivos”.

Ainda recuaram quando perceberam o aumento da inação, tanto no meio conservador dissidente quanto no meio liberal. Percebemos que em alguns momentos, ao acalentarem a retórica revolucionária, se valeram de subterfúgios, ao chegarem no ponto máximo de suas explanações. Enfim, procuraram atrelar o nível da ênfase dada à retórica revolucionária ao ritmo de ação e de reação dos demais agentes envolvidos no embate. Para nós se tratou de estratégia diante de um discurso oficial percebido constantemente vigilante, cujos representantes eram vistos dispostos a intervir, inclusive com o emprego da força. Haja vista o tratamento intransigente dispensado aos estudantes da Corte e de São Paulo. O próprio recurso linguístico à metáfora da “tempestade” nos pareceu sintomático nesse sentido. Revela certo cuidado, calculado diante de prováveis dificuldades e riscos, acarretados pela atitude deliberada de falar abertamente em Revolução.

Ao mobilizarem no tempo oportuno a Retórica da Revolução, foram os próprios agentes do Republicanismo brasileiro os responsáveis por tomarem de empréstimo os repertórios da França republicana e revolucionária, ao interpretarem a situação brasileira por eles vivida. Reparamos que para eles a história francesa estava perpassada de casos de dissoluções parlamentares e de golpes de Estado. O que lhes era útil para criar a narrativa necessária à intervenção no debate. Inclusive, dela vinha um dos modelos de Monarquia no qual se inspirava a brasileira.

Ressalta-se ainda que estavam à procura de experiências passadas capazes de fornecerem argumentos para sustentarem o discurso contra as práticas do governo imperial. Não contentados com o caso traumático de 1868 no país, optaram por buscar em folhas republicanas, do outro lado do Atlântico Norte, mais provas para afirmarem que, após as ações arbitrárias do “poder pessoal” do Rei, inevitavelmente viria a “tempestade”.

Em outras palavras, dizemos que a apropriação e ressignificação de fatos e de ideias da França, desde fins do Setecentos, foi encarada pelos republicanos como estratégia de leitura da conjuntura em que viviam no Brasil de 1872. Ademais, na edição de 19 de setembro de 1871 confessam que tal estratégia consiste em recorrer à história contemporânea do século XIX, de modo a obterem fatos que lhes confirmassem a opinião sustentada a respeito da “constituição e da índole dos governos monárquicos”. Ou seja, estamos diante de uma operação intelectual executada conscientemente, que nada tem a ver com anacronismo, mimetismo, transposição de ideias de maneira aleatória ou subalternidade cultural. Recorreram ao recurso retórico da exemplaridade histórica para marcarem posição no debate.

Desse modo, ao tacharem a dissolução da Câmara dos Deputados, majoritariamente conservadora, de “Golpe de Estado de 22 de Maio”, eles próprios se colocaram a tarefa de buscar no passado nacional da França moderna pontos de analogia – os “símiles” – com a situação vivenciada no Império brasileiro; de tal maneira a criticarem os atos do governo da Monarquia e vaticinarem a queda dela por via revolucionária. Não pouco procederam assim em relação à *La Gloriosa* na Espanha e à própria experiência nacional de julho de 1868.

No último capítulo da Parte III, a seguir, retornamos aos escritos do líder republicano maçom Saldanha Marinho. A intenção geral consiste em esclarecer o que a opinião republicana pensou acerca dos processos de secularização e de laicização das instituições do Império, face à polêmica Questão Episcopo-maçônica. Buscamos demonstrar qual via foi advogada pelo líder maçom para divorciar a Igreja Católica do Estado Imperial brasileiro. A ocasião foi mais uma oportunidade a permitir aos republicanos habilmente empregarem a Retórica da Revolução.

13 OS REPUBLICANOS NA QUESTÃO RELIGIOSA: O POSICIONAMENTO PRÓ REVOLUÇÃO DE SALDANHA MARINHO PARA SEPARAR A IGREJA CATÓLICA DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO

No presente capítulo, apresentamos duplo objetivo. Por meio de artigos publicados n' *A República* do Rio de Janeiro, procuramos expor a opinião republicana sobre a natureza da chamada Questão Religiosa do século XIX. O segundo propósito consiste em discorrer sobre o meio radical apregoado por Saldanha Marinho, em *A Igreja e o Estado*, para separar a Igreja Católica do Estado Imperial no Brasil.

Nos ativemos à internacionalidade do caráter assumido pelo conflito. O litígio opôs seguidores do Catolicismo ultrarreacionário da segunda metade do século, de um lado, a defensores do pensamento moderno, do outro. Com essa perspectiva, entendemos que o conflito político-religioso transcendeu, em espaço e em tempo, os episódios nos quais se envolveram os Bispos ultramontanos do Pará e do Recife, a partir do ano de 1872. Não foi um fenômeno exclusivo do Brasil, dado o alcance extra-fronteiriço. Em contrapartida, tal caráter não deixa de atestar a crescente inserção e importância, desempenhada pelo país, numa conjuntura internacional mais ampla.

Na França, por exemplo, Claude Nicolet entende ser impossível compreender as reflexões filosóficas e históricas dos republicanos do século XIX, sem nos atermos à luta anticlerical diante da qual se depararam. Até fins da primeira metade do século, os republicanos, e até os socialistas, antes de fazerem oposição, conviveram conciliatoriamente com a tradição religiosa cristã. O clima intelectual romântico e legitimista contribuiu para a harmonia. Favorável à situação, havia o fato de o Catolicismo ainda não ter dogmaticamente manifestado condenação aos princípios de 1789, ao socialismo e à democracia. O ponto de curva da trajetória data de finais da Monarquia de Julho. Mais precisamente a partir da aprovação, em 1850, da *Lei Falloux*, a qual reforçou o papel dos religiosos na organização do ensino escolar. Do lado católico, motivos políticos e intelectuais se associaram para o início dos atritos: o receio da Revolução (de 1848) na Europa, o começo da Questão Romana (1861-1929) e a intensificação da intransigência pontifícia face às ideias novas. Na fase autoritária do regime imperial de Napoleão III (1852-1870), a Igreja se associou ao Estado na luta contra a liberdade, a razão e a ciência. Daí resultou perseguição aos republicanos e repressão à liberdade.¹

Em 08 de dezembro de 1864, o Papa Pio IX (1846-1878) publicou a *Encíclica Quanta Cura*, de teor fortemente antiliberal. A ela anexou o *Syllabus*, catálogo através do qual a Igreja listou e condenou, nos Estados nacionais, o que pressupôs ser “todos os erros da sociedade moderna”, até então. Os “erros” catalogados consistiam nos princípios do Iluminismo setecentista, associados às conquistas liberais da Revolução de 1789, tais como: o racionalismo absoluto; a liberdade de pensamento; a liberdade civil de todos os cultos e a respectiva liberdade de manifestação; separação entre as esferas religiosa e política, com a submissão da autoridade eclesial à autoridade civil; a escola leiga; a laicização do direito; o combate à ideia de progresso, à modernidade, ao pensamento liberal, às

¹ Para mais detalhes, ver: NICOLET, Claude. *Idealisme, positivisme et République*. In: **L'Idée républicaine en France (1789-1924)**. Paris: Éditions Gallimard, 1994, Première partie, chapitre VII, pp. 270-273. (Tradução Nossa).

sociedades secretas.² França e Europa estavam às vésperas do reacionário Concílio Vaticano I (1869-1870), no qual seriam ratificados ambos os documentos e afirmado o Dogma da Infalibilidade Pontifícia.

Na fase liberal do Segundo Império, coincidente com os anos finais do regime, a querela escolar foi progressivamente colocada em segundo plano. Na medida em que ganhava amplitude o debate doutrinário a opor a religião católica ao pensamento liberal. A intransigência doutrinária eclesial passou a gerar sérias complicações à política pró-católica, desenvolvida até então pelo Imperador dos franceses. Se constituiu em impedimento para reconciliação com setores anticlericais.³

Conjugados às dificuldades mencionadas, no início da década de 1870 vieram a catástrofe derrotista na guerra contra a Alemanha e o programa de laicização, sustentado pelo governo da Comuna. Vitoriosos ao lado dos monarquistas nas eleições para a Assembleia Nacional, em fevereiro de 1871, os católicos foram contemplados com a proposta de um governo baseado na “Ordem Moral”. Tal foi o intento dos dois primeiros presidentes da Terceira República, A. Thiers e Mac-Mahon. Tratou-se de um conservantismo social, calcado na ideia de respeito aos valores religiosos e aos da autoridade.⁴ A reação criada pela “Ordem Moral”, sob o governo de Mac-Mahon (1873-79), terminou por transformar o anticlericalismo numa unanimidade entre os republicanos. Em alguns casos o anticristianismo e o ateísmo.⁵

Data do período o início da construção da Basílica do *Sacré-Coeur*, no bairro de Montmartre, local onde eclodiu a Comuna em Paris. O empreendimento foi considerado pelos republicanos como símbolo da reação clerical ultramontana na França. Eleito Deputado de Belleville em 1869, Léon Gambetta inscreveu a separação da Igreja e do Estado em seu programa. Numa charge contrária ao crescimento da influência da primeira, exclamou em 1875: “O Clericalismo, eis o inimigo!”⁶

No quadro geral do mundo cristão-católico, foram anteriores os primeiros esforços para centralizar o poder religioso da Santa Sé e para restaurar a fé, enquanto reação aos avanços da Modernidade. Remontam a 1832, quando Gregório XVI lançou a encíclica *Mirari Vos*.⁷ Ressentida com consequências da Revolução Francesa, a Igreja desde então passou a fazer oposição a qualquer perspectiva conciliatória com o pensamento liberal ilustrado. Ao assumir o Ministério Petriano em 1846, Pio IX deu prosseguimento à guinada ultrarreacionária, ao anatematizar o comunismo e o socialismo, com a Encíclica *Qui Pluribus*.⁸

² Em latim, *Syllabus* significa lista. Para maiores detalhes, ver: “**Syllabus**”. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/Online>, 22/08/2019 às 08:03:43h.

³ BRULEY, Yves. L’État et les religions au milieu du XIX^e Siècle. In: **La Laïcité française**. Paris : Les Éditions du Cerf, 2015 pp. 86-87. (Tradução Nossa).

⁴ Ibidem, pp. 88-89.

⁵ NICOLET, Claude. Idealisme, positivisme et République. In: **L’Idée républicaine en France (1789-1924)**..., p. 272.

⁶ BRULEY, Y. op. cit., p. 90.

⁷ A respeito, ver: “**Mirari Vos**”. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/mirarivos/Online>, 22/08/2019 às 08:39:55h.

⁸ TEIXEIRA, Faustino Luís Couto. O Vaticano II e a nova perspectiva da Pastoral e da Teologia. In: **A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988, pp. 241-242.

No Brasil, os efeitos da centralização eclesiástica foram traduzidos na romanização do Catolicismo brasileiro, processo estendido de meados do Oitocentos ao limiar do século XX. Aos esforços empreendidos na Europa foi somado a reestruturação do aparelho eclesiástico do país. Tal processo de reestruturação interna, seguindo ditames da Roma pontifícia, teve por principais agentes os “Bispos reformadores”, também conhecidos como “Bispos ultramontanos”.⁹ Entre eles, se destacaram D. Pedro Maria Lacerda, no Rio de Janeiro, D. Frei Vital Maria, em Pernambuco e D. Macedo Costa, no Pará.¹⁰

Do ponto de vista político-institucional, havia no país um fator distintivamente agravante da Questão Religiosa. No quinto artigo da Constituição, o Catolicismo romano estava oficialmente consagrado como religião do Estado imperial. A Igreja gozava de privilégios, concedidos pelo regalismo régio, ao permitir a intervenção governamental em assuntos religiosos. Na qualidade de membro integrante do funcionalismo público, deveria ser pecuniariamente mantida pelo Estado confessional. Em contrapartida, o texto magno assegurava ao Imperador os direitos do Padroado e do Beneplácito. O primeiro permitia ao Estado prover e criar cargos, como os dos Bispos. Através do Beneplácito, os documentos expedidos por Roma só poderiam ser aplicados, no país, sob consentimento do chefe de Estado.¹¹

A referida situação legal implicava numa série de consequências para a vida civil, visto que restringia os direitos dos cidadãos não católicos ao casamento e ao sepultamento nos cemitérios. Mantinha sob custódia da Igreja os registros de nascimento. Impunha à intelectualidade o juramento de defesa da religião oficial, para o ingresso nas instituições. O mais grave para a década de 1870: poderia impor limitação de direitos ao imigrante, complicando o problema de substituição da mão-de-obra escrava.¹²

O mecanismo constitucional criado foi responsável por conflitos entre a Igreja e o Estado desde o Primeiro Reinado. Contudo, o ápice foi atingido nos anos de 1870. Naquele momento, a Questão Religiosa se traduziu no país num sério antagonismo, protagonizado pelos Bispos reformadores, apoiados pela Igreja, contra a Franco-Maçonaria, apoiada pelo Governo do Visconde do Rio Branco. O estopim da animosidade foi o ato do Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria Lacerda, de suspender as funções pré-dicas e sacerdotais do Padre-maçom Almeida Martins. O motivo decorria do fato de o padre ter saudado o Visconde do Rio Branco, em Loja maçônica, a 03 de março de 1872, em reconhecimento à aprovação da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871. A reação reprovadora da família maçônica foi imediata. As duas grandes Lojas atuantes na Corte, a do Vale do Lavradio e a do Vale dos Beneditinos,

⁹ TEIXEIRA, Faustino Luís Couto. O Processo de Romanização do Catolicismo. In: **A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos...**, pp. 24-33.

¹⁰ Para análise dos discursos dos Bispos reformadores no Brasil, ver: COELHO, Tatiana Costa. **Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro**. 2016. Tese (Doutorado). Programa de pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Ver também: MARTINS, Carla Denise; OLIVEIRA, Luciano Conrado. O ultramontanismo em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 2, pp. 259-269, jul./dez. 2011.

¹¹ NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras: 1824**. 3. ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, p. 65. Ver também: CASALECCHI, José Ênio. A questão religiosa. In: **A proclamação da república**. Ed. 5. SP: Editora Brasiliense, 1992, p. 62.

¹² VITAL, Dievani Lopes. A revolução e o Iluminismo no discurso secularista de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. In: **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira: a necessidade de secularizar a ordem imperial**. NEA: Saarbrücken, 2017, cap. 3, pp. 185-186.

cujos Grão-Mestres eram o Visconde do Rio Branco e Saldanha Marinho, respectivamente, se uniram em defesa do Padre Martins.¹³

Outros acontecimentos acentuariam ainda mais os contornos do conflito, espalhando-o pelo país. Em dezembro de 1872, o Bispo de Recife, D. Frei Vital, seguido em março de 1873 pelo Bispo do Pará, D. Macedo Costa, ordenaram que as irmandades religiosas de suas respectivas dioceses expulsassem membros ligados à Maçonaria, sob pena de interdição. Os preladados acatavam estritamente diretrizes impostas pela Igreja do Primeiro Concílio Vaticano, uma Igreja em franca hostilidade para com a sociedade moderna, decorrente da Revolução Francesa. A luta contra as sociedades secretas era sintomática e foi ela quem aclimatou a Questão Religiosa no Brasil.¹⁴

Os acontecimentos geraram fervoroso debate na imprensa dos anos de 1870, ao dividir e partidarizar o apoio da opinião às partes envolvidas. O lado maçom contou com aliados ilustres no jornalismo da época. Da Maçonaria participavam naquela conjuntura Joaquim Nabuco (1849-1910) e Rui Barbosa (1849-1923).

Nascido na capital pernambucana e filho do Senador Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco estava com 23 anos quando a Questão Episcopo-maçônica passou a agitar o debate político nacional. Recém-formado em Direito pela Faculdade do Recife, indeciso frente às alternativas Monarquia ou República, guardava ainda as leituras francesas de teor revolucionário do início da vida acadêmica, na Faculdade de São Paulo.¹⁵ Num auditório do Grande Oriente Unido do Brasil, local onde se encontravam homens e mulheres reunidos sob a presidência de Saldanha Marinho, em 20 de maio de 1873, proferiu o discurso intitulado *A Invasão Ultramontana*. Através de suas palavras, percebemos que pôde depreender a natureza do conflito travado entre os membros da Igreja Católica e os membros da Maçonaria. Argumentou que a oposição do *Syllabus* à sociedade moderna decorria do que ela tinha de revolucionária, qual seja, o vínculo com a “democracia”. Tratou por inimigos tanto o projeto definido pelo Concílio Vaticano I quanto o da Comuna de Paris:

Sim, senhores, ambos esses inimigos estão conspirados contra o século, um porque quer ressuscitar um passado morto, outro porque quer, deixai passar a expressão, abortar um futuro que não virá nunca. (Apoiados.) Ambos eles são inconciliáveis com a sociedade moderna, estacionária, segundo a Comuna, porque está edificada sobre a propriedade; revolucionária, segundo o *Syllabus*, porque está ligada à democracia.¹⁶

Em 1877, o advogado e jornalista soteropolitano Rui Barbosa foi ainda mais preciso quando tratou de resumir a essência do conflito. Escreveu um prefácio e o adicionou à versão traduzida do alemão para o português de *O Papa e o Concílio*. Livro de autoria de um dos grandes teólogos da época, o alemão Johann Joseph Ignaz Von Döllinger (1799-

¹³ CASALECCHI, J. Ê. A questão religiosa. In: **A proclamação da república** ..., p. 62.

¹⁴ VITAL, D. L. A revolução e o Iluminismo no discurso secularista de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco..., p. 187.

¹⁵ NABUCO, J. **Minha Formação**, pp. 34-5.

¹⁶ NABUCO, Joaquim. **A Invasão ultramontana**. Discurso pronunciado no Grande Oriente Unido do Brasil no dia 20 de maio de 1873. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, Rua da ajuda, 18, p. 13. Ver também: VITAL, D. L. op. cit., p. 252.

1890). Ao identificar o “jesuitismo” com o “romanismo” (ultramontanismo), elucidou para o público à qual modelo de sociedade o Papa e seus partidários faziam oposição:

Sem dúvida nenhuma na religião de Loyola está, na mais elevada potência, o ódio à sociedade moderna, leiga, independente; mas esse ódio é o sangue, o leite, a vida, que recebeu nas entranhas, no seio materno da Roma pontifícia, que nunca se nutriu, nem subsiste ainda hoje, senão dessa ingênita maldade, desse rancor hereditário, dessa hostilidade perpétua à forma cristã da sociedade civil triunfante com a revolução francesa.¹⁷

A Questão Religiosa arvorada no mundo ocidental da segunda metade do Oitocentos, em acelerado processo de secularização, consistia num embate entre os princípios do *Syllabus* e os princípios da Revolução:

Qual é o grande fato, o fato imortal, universal, providencial que arrasou pelos fundamentos a Idade Média? Sem dúvida nenhuma, a Revolução de 89, destruindo pela raiz o feudalismo, e secularizando a ordem civil. Ora, a Revolução Francesa – e sobretudo por esse crime atroz de haver libertado as instituições da ação clérigo-romana – é severamente condenada pela igreja como “obra prima da tática infernal”. Esta “secularização da ordem civil que a democracia revolucionária consumou” e que, entretanto, é a base, a essência, a razão de ser do estado moderno, afigura-se intolerável a Roma. Os princípios de 89, que aliás estão perfilhados na constituição brasileira, como, mais ou menos, nas constituições mais conservadoras deste século, são, declara-o a gazeta oficial do papa, “absurdo, sandice, estupidez, vaidade, orgulho falsidade, fanfarrice, pedantismo, extravagância; são, para dizer tudo, ímpios e puerilmente pretenciosos”.¹⁸

No calor dos acontecimentos, no campo republicano também houve manifestações de apoio à causa maçônica e a denúncia contra as pretensões ultrarreacionárias da Igreja do Primeiro Concílio Vaticano. Na análise comentada do *Manifesto de 1870*, Reynaldo Pessoa afirma que os críticos do documento se baseiam em três pontos básicos: a não referência à escravidão, a falta de um programa ideológico definido e a linha de evolução pacífica. No condizente à escravidão, frisa ter sido o mais importante problema da época.¹⁹ Nas reflexões de Cláudia Viscardi, acerca dos vínculos dos autores do *Manifesto* com o projeto abolicionista, é destacado o tratamento indireto, quase subliminar, dispensado à Abolição.²⁰ Ao nosso ver, às ausências mencionadas poderia ser acrescida outra, não menos fundamental: a inexistência de menções quanto à separação entre Igreja e Estado. A despeito de haver a denúncia de uma Igreja privilegiada, responsabilizada pela nulificação da liberdade de consciência no Império²¹, no documento político não é

¹⁷ JANUS. **O Papa e o Concílio**. Versão e Introdução de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1877, p. XXVIII. Ver também: VITAL, D. L. A revolução e o Iluminismo no discurso secularista de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. In: **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira ...**, p. 220.

¹⁸ JANUS, op. cit., p. CXXVIII. Entre as fontes consultadas e citadas por Rui Barbosa no trecho referenciado estão *Les Doctrines Romaines*, de Ramière e o jornal *Civiltà Catholica*. Ver também: VITAL, D. L. op. cit., p. 222.

¹⁹ PESSOA, Reynaldo Cameiro. O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870. **Revista de História**. V. 41 N. 48 (1970). p. 407. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/129541>. Acesso em 05 nov. 2020.

²⁰ Para maiores detalhes, ver: VISCARDI, Cláudia. O Manifesto Republicano de 1870: uma análise a partir da história dos conceitos. In: MARTINS, Luiz Carlos dos Passos; MUNIZ; Altamar da Costa (orgs.). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Fortaleza: EDUECE, 2016, pp. 151-156.

²¹ O MANIFESTO Republicano de 1870. In: PESSOA, Reynaldo Cameiro. **A ideia republicana no Brasil através dos Documentos: textos para seminários**. SP: Alfa-Ômega, 1973, p. 47.

apresentada nenhuma proposta de secularização e laicização da ordem política e/ou social.²² Já estaria ela implícita na entrelinha?

Ao longo das edições d' *A República*, verificamos que a progressiva escalada reacionária dos “Bispos reformadores”, no cumprimento das novas diretrizes eclesásticas, fez romper o silêncio da propaganda. A suspensão do Padre Almeida Martins serviu de presságio: “Ato do bispo do Rio de Janeiro de ter suspenso um sacerdote por haver figurado como orador em uma loja maçônica, é o sinal da luta tenaz que sua Ex. se dispõe a travar contra as tendências do século, com as aspirações do país. Um ato de despotismo contra um honrado sacerdote visando sufocar a liberdade de pensamento.”²³

A expansão das ações dos jesuítas foi identificada e denunciada em várias partes do mundo ocidental, mormente no país:

Jesuitismo comparado a uma hidra, corta-se a cabeça nasce outra. Os efeitos danosos da Companhia de Jesus pelos países da Europa. Espanha, Áustria, Itália. Na França, jesuítas a arruinaram vendendo-a manietada ao homem de Sedan, de quem foi apoio e aliado. [...] Avanço no Pará, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. No Pará, pela boca do diocesano, excomunga jornais e prega contra a liberdade; em Pernambuco, nega sepultura a um brasileiro como o General Abreu Lima, e inocula na faculdade de direito ideias religiosas que envergonham o século; no Rio Grande, recusa-se até a batizar crianças, cujos nomes recordam apóstolos da democracia.²⁴

A consciência republicana brasileira também sabia qual era a natureza da Questão Religiosa a despontar nos anais da história do Império. Sob a condução dos redatores-proprietários Salvador Mendonça e Luiz Barbosa, o jornal informou ao público que os jesuítas, considerados os representantes das concepções ultramontanas, haviam iniciado no século XIX uma guerra contra a sociedade nascida da Revolução Francesa e do pensamento filosófico do século anterior. Na opinião da redação, Pio IX foi arrebatado pela ordem dos “filhos de Loyola”. A Igreja do *Syllabus*, do dogma da Imaculada Conceição, da Infalibilidade Pontifical, enfim, a Igreja do Primeiro Concílio Vaticanoense, constituía-se numa instituição em guerra contra os princípios revolucionários da sociedade moderna nascente. Em guerra contra a democracia, por que não contra a República:

Mais do que uma revolução antimonárquica, foi a revolução francesa que fechou o século XVIII, uma revolução antiteocrática. A declaração dos direitos do homem [...] não fala sequer da realeza. O que se procura é a igualdade perante a lei. [...] O movimento filosófico dos dois últimos séculos iluminava a soberania popular, e esta traduziu para a vida civil e reclamou à luz do dia a doutrina do Evangelho. [...] Cedeu a realeza, quando ainda se não tratava de alcançar nova forma de governo; cedeu a nobreza, primeiro sustentáculo da monarquia: só não cedeu a Igreja. E não podia ceder. [...] A igreja foi a maior, senão a única, barreira das ideias novas. Houve um homem que sonhou aquele renascimento para a Santa Sé [o retorno à Igreja primitiva do século IV]: esse homem chamou-se Pio IX. Pensou realizar a maior das revoluções que a história podia registrar;

²² Acerca da história da “Laicidade” e da “Secularização”, indicamos o seguinte ensaio: CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores:** secularização, laicidade e religião civil. Coimbra, 2006. Sobre a ausência do tema da separação entre Igreja e Estado no *Manifesto Republicano*, devido ao seu caráter polêmico e controverso, ver: VISCARDI, Cláudia. O Manifesto Republicano de 1870: uma análise a partir da história dos conceitos. In: MARTINS, Luiz Carlos dos Passos; MUNIZ; Altamar da Costa (orgs.). **História Política:** interfaces e diálogos..., p. 155.

²³ O JESUITISMO. **A República.** Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 325, 15 abr. 1872. *A República*, p. 3.

²⁴ O JESUITISMO. **A República.** Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 290, 09 mar. 1872. *A República*, p. 3.

mas acima dele havia um poder oculto que lhe deteve o braço – a mônia secreta dos filhos de Loyola. [...] Este partido investiu contra a rebelião do espírito humano, incarnada na revolução [...].²⁵

Os republicanos não se limitaram a denunciar o avanço do ultramontanismo na sociedade brasileira. Através da liderança maçônica encarnada em Joaquim Saldanha Marinho, o movimento republicano foi paulatina e sistematicamente inserido no debate. Rompeu com o silêncio do *Manifesto de 1870*. Enfim, pôde propor às claras a separação da Igreja do Estado e a laicização de todas as esferas da vida civil.

Sociólogo, advogado, maçom, político – Deputado, Senador e Presidente de Minas e de São Paulo –, Saldanha Marinho se tornou arregimentador dos republicanos e figura incendiária da Questão Religiosa no período. Se fez crítico mordaz da Igreja e do clero. Para isso escreveu uma profusão de artigos e de panfletos.²⁶ O ativismo republicano e maçônico desenvolvido foi acompanhado de perto pelas autoridades diplomáticas da Terceira República Francesa, alocadas na Corte brasileira. Já tratamos a respeito na seção 4.1 do capítulo quarto desse trabalho.²⁷

Como já apresentado na introdução do capítulo sexto, desde a década de 1860 ele manteve atuação política intimamente vinculada à Maçonaria. Em 1863, achava-se na condição de Grão-Mestre do Grande Oriente Unido do Brasil. Por conta da divisão da família maçônica brasileira, em duas Obediências, o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente do Vale dos Beneditinos, ficou responsável pela última, de caráter mais radical e afinada à corrente francesa.²⁸ Ao pôr em xeque a existência da Maçonaria no país, o embate com a Igreja forçou a aproximação das duas famílias. Veio de Saldanha Marinho o maior empenho para uma breve reunificação das Obediências, o que foi consumado a 20 de maio de 1872. Em pouco tempo, encarnou a alma do movimento de defesa da instituição maçônica e de luta contra o clericalismo no Brasil.²⁹

Expressão do tempo, *A Igreja e o Estado* consiste numa série de artigos reunidos após terem sido publicados em edições do *Jornal do Comércio*, no decurso de 1873, sob assinatura do pseudônimo *Ganganelli*.³⁰ Cada artigo publicado tratou ser uma resposta, dada por Saldanha Marinho, a um contestador na imprensa. No texto integral, se apresenta como defensor da liberdade de consciência e da separação da Igreja do Estado. Apoia-se no princípio da soberania popular para discutir, em bases legais e da razão, a ingerência do Papado como violação da carta constitucional. Frente ao procedimento historicamente adotado pelos chefes da Igreja, evoca a defesa dos Direitos do Homem, como grande legado da Revolução Francesa. Do pensamento republicano espanhol de Emílio Castelar retira argumentos para retificar a implantação definitiva no continente americano dos Direitos defendidos. Assume a tarefa de dar continuidade,

²⁵ O JESUITISMO. A **República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano II, n. 293, 12 mar. 1872. A República, p. 3.

²⁶ VITAL, D. L. A revolução e o Iluminismo no discurso secularista de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. In: **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da 'Ilustração' brasileira**. ..., p. 194.

²⁷ Ver notas de 42 a 49 do referido capítulo.

²⁸ Para detalhes da relação entre a Maçonaria brasileira e o Movimento Republicano, ver: BARATA, Alexandre Mansur. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). **Lócus - Revista de História**, Juiz de Fora, v. 1 n. 1 (1995), pp. 15-141.

²⁹ *Ibidem*, p. 195.

³⁰ Alusão ao sobrenome de Clemente XIV, Papa responsável por ter extinguido a Companhia de Jesus, em 1773.

no século XIX, ao trabalho iniciado por Voltaire e pelos Enciclopedistas no século anterior. Discorre como o *Syllabus* se opunha às liberdades caras à sociedade moderna. Das experiências da Revolução Francesa retira argumentos para discutir a liberdade de consciência como fator favorável à imigração, a adoção do casamento civil e a instrução dos povos como fator de progresso.³¹ Com tais apontamentos, indicamos ter a obra secularizadora e laicizante da Revolução se constituído em fonte de inspiração para que o líder republicano maçom defendesse a separação entre Estado e Igreja, no Brasil de 1873.

A obra ganhou destaque n' *A República*, a cargo de Francisco Cunha, na edição conjunta dos dias 20 e 21 de outubro de 1873. O redator faz a descrição da luta que o líder maçônico veio, desde então, travando contra o “fanatismo”. Em tom elogioso expressa: “a separação entre igreja e estado é uma causa ganha para todos os espíritos que sabem aliar ordem com a liberdade no Brasil, terá sido Saldanha Marinho o apóstolo que a propagou.”³² O reconhecimento do esforço do líder republicano maçom não veio apenas do jornal. Em 1877, Rui Barbosa reconheceu ter Saldanha Marinho conduzido, quase que sozinho, a luta contra a reação ultramontana pela imprensa.³³

No que diz respeito aos escritos de Saldanha Marinho, não escapou da análise a postura crescente de radicalização a tomar conta do conteúdo. Em julho de 1873, diante da persistência episcopal em publicar o Breve *Quamquam Dolores*³⁴ à revelia do Beneplácito, ele não vacilou em citar o expediente da Revolução armada com o propósito de resolver o impasse episcopo-maçônico, face à demorada intervenção do governo imperial: “A luta ARMADA entre os fanáticos soldados da Cúria Romana com sua bandeira política, e os brasileiros defensores da integridade e soberania da nação, se ostenta ousada!”³⁵ Em decorrência, prescreve: “Quando se chega a provocar a autoridade civil, dizendo-lhe em face: ‘Se é capaz cumpra os seus decretos’. **A revolução é uma realidade já** (grifo nosso), e o fanatismo fará correr o sangue brasileiro, para poder manter-se contra as ideias de liberdade e de civilização.”³⁶

A persistência dos Bispos do Pará e de Pernambuco em negligenciar as autoridades imperiais instituídas em suas respectivas Províncias, e a alegada pachorra do Gabinete do Visconde do Rio Branco em tratar da questão, incitou o líder maçom a vislumbrar na Revolução um meio de regenerar o país: “Supõe o Sr. Visconde do Rio Branco que a maioria da nação é ultramontana? Neste caso, é do sistema, entregue o poder aos ultramontanos, e **deixe que as fogueiras tragam a revolução. A revolução regenerará esta infeliz terra** (grifos nossos).”³⁷

³¹ MARINHO, Joaquim Saldanha (Ganganelli). **A Igreja e o Estado**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. ET Const. de J. C. Villeneuve & E., Rua do Ouvidor, 65, 1873, pp. 5, 12, 27-28, 31, 81, 139, 144, 221, 248, 339-40. Ver também; VITAL, D. L. A revolução e o Iluminismo no discurso secularista de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. In: **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira...**

³² A EGREJA e o Estado. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano III, n. 767, 21 e 21 out. 1873. *A República*, p. 1.

³³ JANUS. **O Papa e o Concílio**. Versão e Introdução de Rui Barbosa..., p. XII. Ver também: VITAL, D. L., op. cit., p. 195.

³⁴ Trata-se de um Breve endereçado por Pio IX a D. Frei Vital a 29 de maio de 1873. No documento pontifício, o Papa reafirma a importância da ação episcopal contra a invasão maçônica nos setores da Igreja. Para maiores detalhes, ver: DE ALMEIDA PINTO, Jefferson. O Processo de Anistia aos Bispos da “Questão Religiosa”: Historiografia, Direito Constitucional e Diplomacia. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 8, no .3, setembro-dezembro, 2016, p. 435.

³⁵ MARINHO, J. S. (Ganganelli). op. cit., p. 307. Ver também: VITAL, D. L. op. cit., p. 209.

³⁶ MARINHO, J. S. (Ganganelli). op. cit., loc.cit.

³⁷ *Ibidem*, p. 359.

Saldanha Marinho observa na Revolução de 1789 exemplo de ação interventiva popular, decorrente da atitude omissa da autoridade em arbitrar conflitos. Nesse sentido, na qualidade de representante dos interesses da família maçônica, demanda das autoridades imperiais o cumprimento do dever para evitar que o “povo”, à exemplo do ocorrido na França, venha ocupar o lugar do Estado, no exercício da função que lhe compete:

Não foi só a França que dela tirou proveito. O mundo inteiro gozou e goza dos benefícios dessa grandiosa revolução. Se, pois, os povos erram muita vez nos meios, jamais errarão quanto aos resultados. E o povo que não é um indivíduo isolado, que não é uma mesquinha individualidade, faz muita vez enormes sacrifícios no presente, para firmar lisonjeiro o seu futuro. E a ação do povo nunca se faz sentir enquanto o governo cumpre fielmente a sua missão. É o que exigimos do governo.³⁸

A “doutrina da salvação pública” se constituiu numa tópica constante no discurso republicano dos primeiros revolucionários franceses, durante o período do Terror (1793-94). Para François Furet, trata-se de um elemento comum também aos séculos XIX e XX. A referida doutrina está vinculada a valores ligados ao patriotismo e ao temor face à ameaça externa, representada por uma invasão estrangeira.³⁹

No âmbito de tal perspectiva, observamos Saldanha Marinho a refutar qualquer atitude de conciliação do governo imperial com parte do episcopado ultramontano, a serviço dos interesses de Roma no país. A demora do governo, em esboçar uma atitude enérgica, lhe sinalizou que a pátria estava em perigo: “A atual questão, porém, é muito grave. Uma mistificação [referência a tentativas apaziguadoras do governo], de qualquer natureza que seja, compromete profundamente os mais vitais interesses nacionais, se não completamente a salvação pública.”⁴⁰

Antes do desfecho dos acontecimentos, a terem resultado na prisão e na condenação dos Bispos do Pará e do Recife, gerando inclusive reações internacionais, Saldanha Marinho propôs a deportação dos clérigos ultramontanos, ao considerá-los funcionários do Estado, estando, portanto, passíveis de punição civil.⁴¹ Encerrou participação no debate em 1873, por meio d’ *A Igreja e o Estado*, defendendo o princípio da tolerância em matéria religiosa, a liberdade plena de cultos e a libertação do país da “tutela” de Roma.⁴²

*

* *

Nos parece inegável ter a Retórica da Revolução permanecido uma constante, nos escritos dos agentes envolvidos com o universo da política brasileira, desde a crise inaugurada com a demissão do Gabinete de Zacarias de

³⁸ MARINHO, J. S. (Ganganelli). *A Igreja e o Estado* ..., pp. 309-310.

³⁹ FURET, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 77-78.

⁴⁰ MARINHO, J. S. (Ganganelli). op. cit., p. 323. Ver também; VITAL, D. L. A revolução e o Iluminismo no discurso secularista de Saldanha Marinho, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco..., p. 212.

⁴¹ MARINHO, J. S. (Ganganelli). op. cit., pp. 519-520.

⁴² *Ibidem*, p. 555.

Góis, em julho de 1868. Ou seja, a estrepitosa máxima liberal “Ou a reforma, Ou a revolução” prosseguiu um dilema em aberto. Ao nosso ver, extensível à data do “15 de Novembro” de 1889.

No campo republicano, procuramos nos afastar relativamente de abordagem cujo viés interpretativo restringe o veio radical do movimento, ao se fixar no teor moderado do programa apresentado pelo Partido na imprensa. Como é o caso da perspectiva lançada por Sérgio Buarque de Holanda⁴³, para quem o *Manifesto de 1870* é “contemporizador” e “antirrevolucionário”. Nesse sentido, aposta flexível como a de Reynaldo Pessoa parece abrir margem à variação de posicionamentos. Nos indica que, longe de vazio e inexpressivo, o documento político contém “uma cautelosa mensagem revolucionária que requer como necessárias reformas, em todas as estruturas do país, fundadas [...] nos princípios da liberal democracia.”⁴⁴

O conceito de “Revolução” não faltou à mensagem de 28 de fevereiro de 1874, endereçada ao público d’ *A República*, em razão do interrompimento definitivo das publicações do órgão porta-voz do *Partido* na imprensa. Apresentada sob a imagem de “semente”, a ideia republicana “lançada em terreno político fez-se germen: desse germen, embora em sua forma embrionária, nasceu o partido republicano, desse partido há de surgir para o país, próxima ou remotamente, por uma ou outra forma, **pela propaganda ou pela revolução** (grifo nosso), a era da sua redenção.”⁴⁵ Escrito no plural, sob a pena de Francisco Cunha, o texto faz entender que, doravante, a possibilidade da via revolucionária era solução definitivamente admissível para resolver a questão da forma de governo.

Está explícita na mensagem a crença numa convulsão revolucionária a pôr fim, em breve, à Monarquia no Brasil: “A conturbação dos ânimos em face de tantos elementos convulsionados, girando em esferas excêntricas, denuncia, pela sua própria atonia, a hora próxima da explosão que há de fazer estalar o velho edifício que já vacila sobre os seus fundamentos”. Os republicanos acreditaram no surgimento da segunda onda republicana, após o encerramento do que identificamos como a primeira fase da propaganda: “para nós fecha-se o primeiro período da ideia. Ela continuará a sua marcha por caminhos diversos; mas todos esses caminhos se dirigirão ao mesmo termo.”⁴⁶

De fato, a propaganda republicana retornou com força ao longo da década de 1880. Como novidade, trouxe a constituição de novos núcleos, em Províncias geograficamente bem distantes da Corte, como Pernambuco, Grão-Pará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Após a Lei Áurea, no próprio centro de deliberação nacional ela ganhou impulso nos anos precedentes à queda do Trono. A partir do ativismo dos republicanos radicais Lopes Trovão e, principalmente, Silva Jardim.

Nos capítulos da Parte IV, a seguir, mais do que investigar o emprego retórico da Revolução, pelos agentes da vaticinada segunda fase da propaganda brasileira, perscrutamos possíveis razões a explicarem o esmaecimento da radicalização no interior dessa cultura política, oposicionista à Monarquia. Enveredamos em trilhas já abertas.

⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Livro Quarto. Capítulo III - O Manifesto de 1870. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico: do Império à República. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, v. 7, pp. 299-315.

⁴⁴ PESSOA, Reynaldo Carneiro. **O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870 ...**, p. 409.

⁴⁵ AOS NOSSOS Assinantes e ao público. **A República**. Rio de Janeiro: Tipografia da República, Ano IV, n. 868, 28 fev. 1874. *A República*, p. 1.

⁴⁶ *Ibidem*.

Observamos a apropriação dos referenciais revolucionários da matriz francesa do Republicanismo pela retórica de agentes da corrente radical, na medida em que aproximaram as comemorações do Centenário da Queda da Bastilha e os acontecimentos a resultarem na Proclamação da República brasileira.

Espraíamos nosso foco para além do centro político da Corte. Privilegiamos a mobilização republicana no Grão-Pará e em São Pedro do Rio Grande do Sul. Duas das importantes províncias dos extremos norte/sul do vasto Império brasileiro, nas quais o Positivismo ganhou acentuada expressão, entre setores republicanos locais e regionais.

De imediato, analisamos como a retórica republicana da Revolução se alastrou pelo espaço das ruas, de um modo bastante concreto, em meio aos distúrbios urbanos caracterizados como “Revolta do Vintém”.

PARTE IV
A ASSIMILAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA DA REVOLUÇÃO RADICAL PELO
EVOLUCIONISMO POLÍTICO: A REPÚBLICA PROCLAMADA EM 1889

14 A RESOLUÇÃO DO DILEMA LIBERAL “REFORMA OU REVOLUÇÃO” NA DÉCADA DO CENTENÁRIO DA QUEDA DA BASTILHA E DO “15 DE NOVEMBRO”: RAZÕES PARA O ESMAECIMENTO DA RADICALIZAÇÃO NO MEIO REPUBLICANO BRASILEIRO

O desaparecimento da principal folha republicana no Rio de Janeiro, até então lançada pelo movimento na imprensa, não significou o fim do Republicanismo. Menos ainda extirpou a possibilidade de solução revolucionária disruptiva para a questão da forma política de governo, haja vista a mensagem última deixada ao público pela redação, a 28 de fevereiro de 1874. A simbólica data escolhida remetia a memória ao fatídico atentado às instalações do jornal na Rua do Ouvidor, passado um ano. O ocorrido foi esmiuçado na seção 8.1.3 da Tese.

Na segunda metade do decênio não identificamos acontecimentos de relevância a entrarem para os anais do Republicanismo na Corte. Apareceram folhas efêmeras, pretendentes a substituírem a pioneira.¹ Em julho de 1875, surgiu o semanário *O Brasil Americano*; em setembro de 1876, *A Lanterna*, de posição revolucionária e editada por Alberto Carvalho. Em julho de 1877, *O Amigo do Povo*. No dia 22, na edição de número seis, o jornal de pequeno formato e de quatro páginas mudou de nome para *A República* e reimprimiu o *Manifesto de 1870*. Redigido por Aristides Lobo, a “nova” *República* não obteve a estatura da antecessora. Durou até 15 de agosto de 1878.²

No biênio 1877-1878, o *Partido Republicano* da capital “atingiu o ponto mais baixo de sua história”. À época, a organização no Rio sofreu baixas em seus quadros. Os casos de Cristiano Ottoni e Lafayette Rodrigues Pereira foram exemplos de deserção das fileiras republicanas para reingresso às do *Partido Liberal*. O motivo foi o mesmo a ocasionar a cisão em 1868: a política de substituição de gabinetes. Porém, dessa vez os liberais foram chamados a reocuparem cargos públicos, sob a liderança do Visconde de Sinimbu.³ Nem tudo foi desalento. Em paralelo ao esvaziamento momentâneo no centro, iniciou a pluralização e a diversificação do movimento pela periferia.⁴ Membros dos núcleos constituídos nas Províncias do Grão-Pará e do Rio Grande do Sul se tornaram objetos de nossa análise, nos capítulos décimo quinto e décimo sexto, respectivamente.

Izabel Marson investiga os significados atribuídos ao período imperial por intérpretes de variadas matizes, dos séculos XIX e XX: de Joaquim Nabuco a Caio Prado Júnior. Assim procede a partir de dois conceitos basilares, o de

¹ Entre 1870 e 1889 surgiram ao todo trinta e duas publicações republicanas no Rio de Janeiro. As de maior vulto foram: *A República* (1870-74); *O Globo* (1874-78); *Gazeta da Noite* (1879-80); *O Globo* (1881-1883) e a *Gazeta Nacional* (1887-88). Para outros detalhes, cf.: MARTINS, Camila Pereira. **Republicanismos: Rio de Janeiro e Lisboa (1870-1891)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Política e Social) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015, p.147.

² BOEHRER, George. **Da Monarquia à República: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)**. Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, pp. 47-48, 53.

³ Buonicore entende que 1878 foi um baque para o *Partido Republicano* recém-instituído; uma reviravolta momentânea na expansão do movimento. O Imperador chamou os liberais novamente ao poder, para comporem um novo gabinete. Republicanos importantes para a fundação do clube e para a elaboração do manifesto abandonaram a fileira do partido. Destaca Cristiano Ottoni e Lafayette Rodrigues Pereira. Ver: BUONICORE, Augusto. *A Proclamação da República*. 2010. Capítulo do livro: BUONICORE, Augusto: **Marxismo, História e Revolução Brasileira: encontros e desencontros**. SP: Editora Anita Garibaldi, 2009, cap. 4, pp.171-180.

⁴ *Ibidem*; MARTINS, C.P. op. cit., p. 78.

“Revolução liberal” e o de “Escravidão”.⁵ A investigação está alicerçada em abordagem a agregar valor à discussão ensejada nos capítulos da Parte IV em curso. Onde procuramos levantar razões para o arrefecimento do radicalismo disruptivo, no âmbito da propaganda republicana.

A autora não ignora a presença de conflitos, de naturezas diversas, a integrarem a história do Brasil Império. Nos recintos parlamentares do Segundo Reinado, liberais e conservadores teriam ocupado a cena política até 1870, quando a emergência oficial dos republicanos veio adensar o conflito interpartidário. Fora do Parlamento, a agitação também teria se manifestado, ainda com maiores nuances e complexidade. O quadro de conflitos contribuiu para que o tema da Revolução ocupasse lugar referencial no debate político e historiográfico, desde 1822 até 1850. Com a emergência dos “novos liberais” e do projeto de reforma da Monarquia, o assunto foi revigorado a partir dos anos 1870.⁶

Em outro trabalho, Marson chama a atenção para a complexidade da agitação extraparlamentar ter exposto uma sociedade imperial intrincada em configuração e em interesses. Refrisa a Revolução como tema central na história e na política do Império, em decorrência de conflitos ocorridos ao longo do Oitocentos, especialmente fora do espaço institucional. *Um Estadista do Império* é apontado na qualidade de texto a ter informado os historiadores do século XX sobre o tema, de modo hegemônico.⁷

Diante de abordagens a quererem enfatizar o processo mudancista “pelo alto”, e de consequências daí desinentes para a construção do saber histórico, concordamos não ser possível excluir da história brasileira o conflito e o tema da Revolução. De fato, ambos não se restringiram às paredes do ambiente parlamentar oitocentista. À título de exemplo, sabemos ter a década de 1880 começado com violentos distúrbios urbanos nas ruas cariocas. Insatisfação e mobilização social caminharam juntas, num crescente. Caracterizado anualmente por celebrações a remeterem a memória ao Centenário da Queda da Bastilha, o período foi encerrado com as vicissitudes da “curiosa” Revolução republicana do dia 15 de novembro de 1889. Acontecimento resultante de uma Conspiração entre republicanos civis e militares do Exército.

14.1 A RADICALIZAÇÃO DA RETÓRICA REPUBLICANA NA “REVOLTA DO VINTÉM”: A MILITÂNCIA DE LOPES TROVÃO NUM ENSAIO DE REVOLUÇÃO NO CENTRO DO IMPÉRIO

31 de outubro de 1879 constitui a data em que foi aprovada, no Parlamento, a lei a instituir cobrança de 25 reis, o equivalente a um vintém, sobre o trânsito de passageiros de vias férreas, aumentando em 20% o valor pago pelas tarifas de bonde na Cidade do Rio de Janeiro.⁸ À época, a redação da folha em que trabalhava o jornalista republicano

⁵ MARSON, Izabel Andrade. Do império das “revoluções” ao Império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, pp. 125-173, jan./jun. 2009. Editora UFPR, pp. 126-7.

⁶ *Ibidem*, p. 129.

⁷ MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: EDUFU, 2008, pp. 21-22.

⁸ Lei N. 2940 – de 31 de Outubro de 1879. Fixa a Despesa e orça a Receita Geral do Império para os exercícios de 1879-1880 e 1880-1881, e dá outras providências. D. Pedro, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil:

José Lopes da Silva Trovão, a *Gazeta da Noite*, encontrava-se instalada na Rua da Uruguaiana, na altura do número 43, no centro da capital.

O jornal era de propriedade de Pedro da Costa e apresentava publicação diária, exceto “nos domingos e dias santificados”. Na Corte, a assinatura trimestral equivalia a 3\$000 réis. A assinatura anual custava 11\$000 réis. Atendia ao público das províncias, cobrando valores um pouco superiores aos da capital. Trimestralmente, a assinatura saía por 3\$000 réis; anualmente, por 12\$000 réis. Para anunciar, exigia-se o valor de 80 réis a linha. O número avulso do dia podia ser obtido com a importância de 40 réis.⁹

Na presente seção não tivemos pretensão de fazer análise rigorosamente factual, menos ainda sociológica, da movimentação popular contra o imposto do Vintém. Partindo da construção de uma História Intelectual do Discurso Político sobre o Movimento Republicano brasileiro, ensejada sob enfoque da Retórica da Revolução, desejamos dar aos estudos sobre o fenômeno mais uma contribuição.

Para tal propósito, selecionamos o radical da República Lopes Trovão – pseudônimo *Saint-Just* – como personagem central, a partir da análise de seus discursos na *Gazeta da Noite* e n’ *O Combate*. Assim procedemos antes, em alguns dias de véspera, e depois dos acontecimentos a assustarem as autoridades do governo imperial brasileiro. Ao lado da *Gazeta de Notícias*, na qual atuava o líder abolicionista José do Patrocínio, muitas vezes por detrás do pseudônimo *Proudhomme*, a primeira folha se constituiu no principal órgão de imprensa a incentivar a revolta. O resultado foi a repressão policial armada contra sua sede. Por meio d’ *O Combate*, da *Gazetinha* e do *Jornal da Noite* nos foi possível acompanhar a atuação do ativista após os distúrbios.

Sustentamos que no decorrer do processo de luta contra o imposto impopular, a propaganda republicana promovida por Lopes Trovão teve por referencial a matriz radical do Republicanismo francês. Para além disso, pretendemos demonstrar como a Retórica da Revolução, pela primeira vez, efetivamente ganhou os espaços da rua em plena capital do Império; mas não apenas as ruas, também as mentes e as práticas de protesto manifestas por cidadãos comuns, confrontados e instigados por uma atmosfera crescente de insatisfação social. Consideramos a hesitação do próprio agente e a repressão policial os dois primeiros fatores para explicarmos o arrefecimento do ímpeto revolucionário, no terreno da propaganda.

Fazemos saber a todos os Nossos Súditos que a Assembleia Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte: (...) Capítulo III. Disposições Gerais. (...) Art. 18. Serão criados ou alterados os seguintes impostos, ficando o governo autorizado a rever os regulamentos já existentes, que lhes forem relativos, ou promulgar novos para execução deste artigo e a impor multas na forma do artigo 31 da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867: (...) 11. Cobrar-se-á também as seguintes taxas de transportes: (...) 2º De 20 reis por passageiro que circular nas linhas férreas da cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios, tramways ou carris urbanos de tração animada ou a vapor. O Governo se entenderá com as empresas, ou companhias a cargo de quem se achar esse serviço, tanto marítimo e fluvial como terrestre, a fim de regular a arrecadação da taxa de transporte. (...) IMPERADOR, com rubrica e guarda. *Afonso Celso de Assis Figueiredo*. (COLEÇÃO de Leis do Império de 1879: Índice dos Atos do Poder Legislativo de 1879. Tomo XXVI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1880, pp. 104,116-117,119-120).

⁹ **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 178, 31 out. 1879.

14.1.1 Um ensaio de “Revolução” contra o aumento da passagem dos transportes? O que nos diz a historiografia.

Os protestos populares de 2013, conhecidos como *Jornadas de Junho*, *Manifestações dos 20 centavos*, levaram mais de um milhão às ruas dos principais centros urbanos do Brasil. Primeiro em São Paulo, depois em outros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Brasília, Goiana. Para citar os de maior destaque.

De modo geral, o pano de fundo motivador foi o aumento do preço de passagens de ônibus em todo o país. Marcado por confrontos entre manifestantes e forças policiais, quebra-quebras, barricadas, repressão, pessoas feridas e presas, o movimento teve forte repercussão no mundo político, na imprensa nacional e estrangeira. Ganhou adeptos inclusive no exterior.

De reivindicação contra o aumento da passagem de transportes coletivos, se diversificou. Incorporou outras demandas. Tornou-se polifônico ao longo do desenrolar dos eventos, na medida em que catalisou um amplo clima de insatisfação social. O quadro de corrupção na política nacional, as dificuldades das condições de vida na maior parte dos centros urbanos e o desejo de aprofundar o processo de inclusão social em curso na sociedade brasileira¹⁰, foram outros fatores a trazerem para as ruas os manifestantes.

Em termos de reivindicação de direitos cidadãos, a historiografia nos mostra que o brasileiro não constitui um povo pacífico. Não é recentemente inédito o comportamento de ocuparmos espaços das ruas para exigí-los. Trata-se de prática política associada ao problema da cidade enquanto espaço de transformação e de confluência de diversos interesses, como salienta Rafael Lima (PUC-Rio).¹¹

Dos centavos de real no século XXI aos vinte réis no século XIX¹², historicamente temos registros de manifestações coléricas contrárias ao aumento de preço tarifário de transportes coletivos. A Revolta popular do Vintém, ocorrida entre dezembro de 1879 e janeiro de 1880, na outrora capital do Império, constitui notório exemplo precursor.

Sabe-se que a tentativa de restrição do direito de ir e vir, de estrangeiros e de nacionais, foi apenas a centelha no quadro de uma conjuntura social amplamente explosiva. Posto isso, uma gama de fatores já foi esmiuçada para explicar a surpreendente dimensão adquirida pelo frenesi das ruas, naquele verão de fins de década. A crise financeira causada pelos gastos no combate à Grande Seca de 1877-79 na região Nordeste; a insatisfação face à antipopular política

¹⁰ Ver: CARDOSO, Adalberto. As Jornadas de Junho e a mercantilização da vida coletiva. *Insight Inteligência*. Ano XVI. Nº 62. Jul.Ago.Set. 2013, pp. 23-30. Ver Também: SANTOS, Fabiano. Primavera Brasileira ou Outono Democrático? *Insight Inteligência*. Ano XVI. Nº 62. Jul.Ago.Set. 2013, pp. 33-38. Para mais detalhes acerca da amplitude das consequências das Jornadas de Junho, isto é, da relação do fenômeno com a crise político-institucional brasileira recente, desencadeada a partir do resultado das Eleições presidenciais de 2014, sugerimos: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G.; MATTOS, Hebe (Orgs). Antecedentes. Das jornadas de junho à sabotagem do segundo mandato de Dilma. In: **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2016, parte I.

¹¹ JUSTIN, Janine Figueiredo de Souza. Povo Pacífico? *Revista de História da Biblioteca Nacional*. 2013, pp. 1-2. Ver mais: BRASIL, Bruno. Sangue nos trilhos dos bondes: O Rio sob a Revolta do Vintém. *Biblioteca Nacional*. 02 Mai. 2020. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/sangue-nos-trilhos-bonde-rio-sob-revolta-vintem#>. Acesso em 21 Set. 2020.

¹² Ver: JANSEN, Roberta. Duas revoltas e o mesmo propósito: o Rio de hoje e a Revolta do Vintém contra o aumento da passagem. *Jornal O Globo*. 22 jun. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/duas-revoltas-o-mesmo-proposito-rio-de-hoje-a-guerra-do-vintem-contr-aumento-da-passagem-8779375>. Acesso em: 21 set. 2020.

fiscal do Ministro da Fazenda, Afonso Celso (futuro Visconde de Ouro Preto), proponente do novo imposto destinado a sanar as contas; a elevação do custo de vida, com a alta do preço de alimentos e alugueis; o crescimento urbano e populacional do Rio, em razão da imigração europeia e da intensificação da atividade portuária; a massificação do uso do transporte de bondes, movidos à tração animal, e os ressentimentos gerados pela impunidade das companhias, face ao aumento dos acidentes de trânsito; a grande preocupação das autoridades e das elites com a manutenção da ordem e da higiene públicas, diante da precarização das moradias das classes pobres e trabalhadoras; a inabilidade do Imperador e, particularmente, do governo liberal do Visconde de Sinimbu ao tentarem negociar com a população, sem recorrer ao uso da força policial.¹³

Cenas marcantes de conflito violento foram desde ataque a bondes, espancamento de condutores e de passageiros, esfaqueamento de animais (mulas), despedaçamento de carros, arrancamento de trilhos e calçadas, tiroteios, pedradas e garrafadas contra a força policial, à construção de barricadas. Com margem significativa de divergências quanto a números, ao todo foram oito dias de manifestações coletivas, a resultarem em três mortes, entre 15 e 28 feridos. Num esforço de mobilização popular cujo pico reuniu mais de 5 mil manifestantes contra 600 militares do Exército e da Armada Imperial. Força extra solicitada pela polícia para auxiliar na contenção da revolta. Mais de 200 prisões foram decretadas.¹⁴

Noticiado pela imprensa e transmitido às províncias pelo telégrafo, o “motim” marcou profundamente a vida política, não apenas a do Rio de Janeiro como a de todo o Império, a partir do verão de 1880. Se tratou de uma ruptura com padrões da política vigente, segundo a estadunidense Sandra Graham. Redefiniu atores, plateia e cultura política num decênio a ser marcado por conflitos. No âmbito de uma política imperial, em que o grande público tradicionalmente podia se comportar como espectador ou comentarista, mas nunca como participante ativo, ondas de revolta popular romperam com a habitual perspectiva. Significou uma transformação da cultura política. Pela primeira vez, passados mais de quarenta anos, tanto homens respeitáveis quanto a população mais pobre puderam exibir demonstrações populares de protesto. Forçaram homens do Parlamento, vereadores e jornalistas a assumirem novas posturas políticas, face aos eventos. A herança legada consistiu na inauguração de um novo estilo político a servir de referência para toda

¹³Ver: GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro de 1880. *Rev. Bras. De Hist.*, S. Paulo, v.10, nº12, pp. 211-232, mar. 91/ago.91, pp.214-217; MONTANO, Leandro Duarte. **Para além de um vintém: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880)**. Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2009, p. 272-274; CARVALHO, José Murilo de. **A guerra do Vintém**. 2015. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-guerra-do-vintem>.

¹⁴Os dados mencionados foram obtidos a partir da comparação dos seguintes trabalhos: JESUS, Ronaldo Pereira de. A Revolta do Vintém na crise da Monarquia. *HISTORIA SOCIAL*, Campinas-SP, Nº12, 73-78, 2006, pp. 79; MONTANO, L. D. op.cit., p. 249; CARVALHO, J. M. de. op. cit.; ABI-RAMIA, Jeanne. **A Revolta do Vintém**. 2016. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11664-revolta-do-vint%C3%A9m>. Acesso: 22 set.2020. Ver também: DI FÁTIMA, Branco. Fora Vintém, Parte II: O episódio mais sangrento de todo o Segundo Reinado. *Aventuras na História*. 20 fev. 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-motim-parte-ii-o-dia-mais-sangrento-do-segundo-reinado.phtml>. Acesso em: 14 set. 2021.

a década seguinte.¹⁵ Houve ampliação dos espaços de participação política. Efetivamente, essa saiu do ambiente restrito dos gabinetes e ganhou as ruas.

Ronaldo Pereira filtra o tema através da dinâmica social e cultural, para além das instituições políticas na Corte. Procura ampliar a compreensão do relacionamento entre a Coroa e as classes subalternas. Indica que desde o anúncio do novo imposto, as mobilizações de protesto foram lideradas por publicistas e políticos, especialmente pelos republicanos. Para o nosso interesse, ressalta dado relevante: o fato de a multidão ter agido violentamente numa lógica idêntica em diversos logradouros do centro carioca, ao terminar erguendo barricadas com destroços. Nesse sentido, realça a característica de ter sido uma “revolta de barricadas”, a encarnar o ideário do século romântico revolucionário.¹⁶ Tal aspecto típico da cultura revolucionária oitocentista nos leva a querer tornar explícito o que teria orientado a lógica de ação dos manifestantes, por exemplo, no dia 1º de janeiro de 1880, quando a nova taxa entrou em vigor. Afinal, de onde teria vindo a ideia de fazer barricadas?

Igualmente considera o autor terem os eventos inaugurado fase distinta na história do longo Segundo Reinado de D. Pedro II. Fase a ser marcada por crise acentuada, em que a figura do Monarca e do próprio regime sofreriam desgaste contínuo. Uma alteração radical e momentânea de atitudes e de expectativas quanto ao Rei e ao regime teria se imposto à opinião, mais do que uma mudança duradoura e significativa no imaginário popular.¹⁷

A respeito do descredenciamento do regime, Maria Tereza de Mello acompanhou o tratamento bipolar antitético dado pela propaganda republicana à Monarquia, algo gradativamente acentuado no biênio 1888-89. Com o passar da década, uma vez frustradas as reformas, a crítica teria voltado as baterias não a aspectos pontuais do regime, mas à sua legitimidade e ao seu “oportunismo”. Também na opinião da autora, a Revolta do Vintém abriu precedente incontornável, ao produzir considerável desgaste na imagem do regime e do próprio Imperador.¹⁸

Há trabalhos a relativizarem a tese de ruptura de padrões políticos lançada por S. Graham.¹⁹ Sem descartá-la, apontam na década de 1870 a existência de uma política de rua na qual já estariam envolvidas cotidianamente classes populares pobres. Ao perseguir essa perspectiva, com embasamento de Carlos Eugênio Líbano²⁰, a Dissertação de Leandro Montano se afasta de interpretações a vislumbrarem em setores mais pobres meros espectadores nos processos históricos, tendenciosamente protagonizados por elites. Na Revolta do Vintém, procura resgatar a agência histórica dos agentes pertencentes aos referidos setores. Sob um perfil thompsoniano, que recusa atribuir apenas razões de ordem

¹⁵ GRAHAM, S. L. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro de 1880. *Rev. Bras...*, pp. 211-214.

¹⁶ JESUS, R. P. de. A Revolta do Vintém na crise da Monarquia. *HISTORIA SOCIAL ...*, pp.73-74,79.

¹⁷ *Ibidem*, p. 88.

¹⁸ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: Cultura democrática e científica do final do Império. RJ: Editora FGV: Edur, 2007, p. 173.

¹⁹ Graham não desconsiderou a ocorrência de distúrbios sociais no país após 1850. Em pé de página, nos chama atenção em especial para a Revolta do Quebra-Quilos (1874-75). Salienta que embora tivesse alcançado objetivos imediatos, não foi capaz de alterar as relações políticas, menos ainda a compreensão em termos culturais e políticos (GRAHAM, S. L. op. cit., p. 213).

²⁰ SOARES, Carlos Eugenio Líbano. **A negregada instituição**: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890. 1993. 2v. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279422>. Acesso em: 27 set. 2020.

econômica ao fenômeno, afasta-se de uma noção restrita de política a entender a manifestação popular pelos crivos de “alienação política”, “espontaneidade” e “automatismo”.²¹

Nesse sentido, procura elucidar a participação política de setores populares da Corte por meio de uma interpretação a enxerga no movimento um processo ativo, marcado por relações de conflito e negociação com outros setores sociais, a envolver formas de ação e de reflexão particulares. Destaca-se na abordagem a ênfase dada à aproximação entre setores das elites opositoras ao governo imperial, exemplificados em homens letrados da imprensa, como Lopes Trovão, e setores populares partícipes da mobilização. Nesse último caso, especialmente a população trabalhadora, como caixeiros, comerciantes de fumo e operários.²²

Apoiada numa documentação baseada nos *Livros de Matrícula da Casa de Detenção da Corte*, a Dissertação conseguiu dar rosto à multidão, até então anônima. Assim descreve os manifestantes partícipes a partir de variados matizes: “nome”, “nacionalidade”, “naturalidade”, “nome dos pais”, “idade”, “estado civil”, “ocupação”, “local de moradia”, “estatuto jurídico” e detalhes das características físicas dos manifestantes presos durante a revolta.²³ Através do grande número de locais da cidade do Rio, citados na documentação policial, conclui ter se tratado de um movimento geograficamente amplo. Abrangeu vinte e cinco (25) pontos da Corte e seus arrabaldes, podendo ser considerado uma manifestação política de grandes proporções. Igualmente, um fenômeno étnico, social e cultural variado, composto essencialmente por trabalhadores.²⁴

Na historiografia consultada, nos parece até aqui existir dois consensos, aos quais devemos nos ater. Primeiro, apesar da revolta popular não ter assumido conotação antimonárquica explícita, militantes republicanos dela participaram e dela tiraram proveito. Puderam expressar ideias e insatisfações contra o regime de D. Pedro II. Assim procederam até a escalada dos conflitos, entre populares e membros da força pública, lhes forçarem hesitação no agir. Outro consenso: o emprego da violência popular como forma de participação ativa de agentes, até então, alijados dos espaços deliberativos.

Via *Gazeta da Noite*, José Murilo de Carvalho destaca, de modo muito sucinto, o protagonismo de Lopes Trovão em conduzir a propaganda radical contra o aumento do preço da passagem. Ao lado de panfletos distribuídos pela cidade, o jornal teria pregado o boicote do pagamento da taxa e incitado a população a reagir com violência, arrancando os trilhos dos bondes.²⁵

Dada a facticidade das afirmações, tratamos de uma segunda questão associada à que elencamos acerca da procedência da cultura revolucionária da lógica de construção de barricadas: qual foi a relação entre as táticas de protestos dos manifestantes com o que estava sendo publicado nas páginas impressas, particularmente n’ *A Gazeta da Noite*, de Lopes Trovão? Ao nosso ver, ambos os questionamentos precisam ser minuciosamente respondidos, pois, de antemão insinuam indícios a respeito de uma circularidade de ideias na conjuntura da revolta popular.

²¹ MONTANO, L. D. **Para além de um vintém...**, pp. 20-22.

²² *Ibidem*, pp. 23-30, 151-156.

²³ *Ibidem*, pp. 162-163.

²⁴ *Ibidem*, pp. 138-139; 168-169; 173-180.

²⁵ CARVALHO, J. M. de. **A guerra do Vintém**. 2015.

Concordamos com a argumentação de que os protestos populares contra o aumento do preço das passagens de bonde não constituíram uma revolta de caráter republicano, menos ainda abolicionista. Certamente, entendemos ter sido mais uma luta política na defesa pelo direito ampliado de participação cidadã nas decisões de interesse coletivo. Visou melhorar expectativas de condições de vida de um modo geral.²⁶ Todavia, não ignoramos ter assumido tons republicanos devido à presença de personagens a exporem essa clivagem política, como são os casos de Lopes Trovão, Ferreira de Menezes, José Carlos de Carvalho, Ferro Cardoso, José do Patrocínio.

Através da publicação d' *O livro Verde*, do húngaro Mór Jokai (1825-1904) em 1880, na *Gazeta de Notícias*, Ana Flávia Cernic analisa como a escolha do referido folhetim serviu para orientar temas caros à intelectualidade brasileira em fins do século XIX, como é o caso do dilema liberal “Reforma ou Revolução”. O romance-folhetim está repleto de movimentos conspiratórios, ao narrar ficionalmente a história da “Insurreição Dezembrista”, ocorrida na Rússia em 1825, contra a coroação do Czar Nicolau I. A publicação veio a tematizar os riscos de grandes agitações sociais num momento em que, no Império do Brasil, desenrolavam os eventos marcantes da revolta popular do Vintém e avolumavam as disputas políticas em torno da necessidade de reforma eleitoral. A publicação foi contemporânea às notícias internacionais sobre o atentado contra o Czar Alexandre II e sobre a anistia concedida a revolucionários da Comuna de Paris, pelo governo da Terceira República.²⁷

Num século em que o folhetim foi chamado de “literatura das barricadas”, por representar uma ameaça à Monarquia burguesa na Europa, a autora toma por referência a *Gazeta de Notícias*. Procura mostrar como os editores do jornal se valeram da literatura para debater os temas da Revolução, das reformas sociais e, principalmente, da participação popular na política.

Sobre o vintém, sustenta terem os jornais da Corte atuado como personagens centrais na Revolta. Teriam mobilizado as principais pautas no que diz respeito à relação entre o Estado imperial e a população, em termos de cidadania política e civil, de “direitos” e “deveres”, e de representação política. Lopes Trovão, José do Patrocínio e Ferreira Menezes teriam atuado não só nos combates de tinta e papel, como também nas ruas, em comícios, na organização de comissões para enfrentarem a repressão policial do governo liberal do Visconde de Sinimbu.²⁸

Numa década em que a temática sobre reformas sociais necessárias veio a tornar-se grande preocupação dos homens de letras, tendo em vista a perda crescente de legitimidade institucional da escravidão, os debates sobre “Reforma” e “Revolta” apareciam na imprensa profundamente entrelaçados. Constituíam decorrência de intensas discussões acerca da participação das massas na política.²⁹

²⁶ ABI-RAMIA, Jeanne. **A Revolta do Vintém**. 2016.

²⁷ RAMOS, Ana Flávia Cernic. Barricadas em rodapés de jornais: Revolta popular e cidadania política na *Gazeta de Notícias* (1880). **Revista de História**. (São Paulo), n.179, a11118, 2020, pp. 1, 3.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.150983>. Acesso em: 22 set. 2020.

²⁸ *Ibidem*, pp. 4-5.

²⁹ *Ibidem*.

Apesar das importantes ponderações levantadas, o enfoque da abordagem recai com exclusividade sobre a atuação da *Gazeta de Notícias*, sem deixar de reconhecer que essa foi ao lado da *Gazeta da Noite*, de Lopes Trovão, um dos “personagens” principais nas lutas contra o imposto do Vintém.³⁰ Na disputa da primeira com a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini, conclui que havia potencial na ação política do povo, desde que bem orientado por lideranças, como a de Lopes Trovão. Já na disputa com o *Jornal do Comércio*, demonstra que o emprego da retórica revolucionária foi constantemente exposto e denunciado durante a revolta popular por meio dos órgãos de imprensa, atuantes na cobertura dos fatos.³¹ Diante da perspectiva apresentada, acreditamos que uma análise do discurso de Lopes Trovão, através das páginas da *Gazeta da Noite*, viria em boa hora complementar o trabalho referenciado.

Antes de darmos destaque a um dos agentes da elite de oposição ao governo na imprensa da época, desejamos ponderar os porquês de termos visto na Revolta do Vintém, se não um ensaio em si, ao menos o vislumbre para um ensaio de Revolução. Cientes estamos de que a revolta popular não assumiu a conformação final de um movimento revolucionário³², num sentido estrito. Apesar de ter posteriormente motivado a substituição do Gabinete Sinimbu, não houve mudança da forma monárquica de governo, mesmo porque esse não foi objetivo primordial dos manifestantes. Apesar das lideranças republicanas atuantes terem encontrado a oportunidade para enfraquecerem o governo do Imperador, atacando-o.

Entretanto, apoiados em parte na historiografia especializada no assunto, expusemos fatores a nos permitirem observar na revolta popular um locus privilegiado para discutirmos a mobilização da retórica republicana revolucionária, por radicais como Lopes Trovão. Pela primeira vez, desde a fundação do movimento na Corte, em 1870, tal retórica encontrou ambiente propício para se manifestar nas ruas, para muito além da dimensão abstrata da representação discursiva, já que a revolta popular seguiu curso tanto em palavras quanto em ações concretas. Na luta por direitos, “Povo” e violência tiveram encontro na praça pública, composta pelas ruas cariocas.

Ademais, concordamos com a argumentação do movimento contrário à alta do preço da passagem dos bondes ter significado uma mudança de cultura política. Permitiu uma oportunidade para que os moradores mais pobres excluídos da capital pudessem dialogar com o governo. Apesar de reprimido pelo uso da força coercitiva das autoridades imperiais, não predispostas a amargarem uma dupla derrota nas reformas eleitoral e do orçamento, a curto prazo tornou-

³⁰ RAMOS, A. F. C. Barricadas em rodapés de jomais..., pp. 6-7. Aspectos da atuação de José Patrocínio se encontram na redação das colunas da *Gazeta de Notícias*. Ele se valeu da folha como instrumento de crítica à Monarquia, ao responsabilizar o regime pelos “descaminhos da política nacional e ao alertar sobre a ‘temperatura da revolução’ no país”. Exemplarmente lembrou processos revolucionários em França em que destacou a atuação do povo na insistência por alcançar objetivos. Não de balde, recorreu ao uso do pseudônimo *Prudhomme*. Instigou o povo da capital a participar no conflito contra o tributo do Vintém. Lhe condenou a passividade. Relembrou os tempos da Regência, quando “o povo sabia pegar em armas para protestar contra as violências e defender seus direitos” (Ibidem, pp. 8-9).

³¹ Ibidem, pp. 10-12.

³² Trata-se de um assunto não-consensual, partilhado pela opinião monarquista do período anterior e posterior à Revolta. O *Diário Oficial* chegou a fazer “alardes de Revolução”, um dia antes dos confrontos de rua de primeiro de janeiro. Duas semanas passadas, folha como *O Cruzeiro*, em debate com a *Gazeta da Noite*, asseverou ter sido o motim uma “Revolução”, devido à projeção sobre o centro e os subúrbios cariocas. A respeito, ver: **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 228, 31 dez. 1879, *Gazeta da Noite/Revista da Imprensa*, p. 1; MANIFESTAÇÕES Públicas. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano II, n. 7, 19 jan. 1880, *Gazeta da Noite*, p. 1.

se vitorioso. Alcançou o seu intento: a revogação do imposto, proposta em abril e acatada em setembro de 1880. Porém, bem antes, a 20 de março, o Ministério Sinimbu apresentou às Câmaras pedido de demissão coletiva, ressentindo ainda o forte impacto da reação popular.³³

Na subseção 14.1.3 retomaremos as questões feitas. Por ora, a seguir tratamos do personagem José da Silva Lopes Trovão e de outra consequência imediata resultante do impacto da revolta: a deflagração de uma onda persecutória sistemática contra a imprensa, por parte das autoridades policiais da Corte. Desde então até o exílio, o republicano radical tornou-se um entre os alvos preferenciais dos agentes de polícia da Monarquia.

14. 1.2 O ativista Lopes Trovão: do radicalismo ao exílio

Antecipadamente indicamos que na seção 17.4 discutimos a acirrada disputa estabelecida entre Quintino Bocaiúva e Silva Jardim pela liderança do partido. Com maiores detalhes, descrevemos a ascendente divergência teórica intrapartidária a respeito de qual meio de ação deveria ser empregado para promover o advento da República. Por ora, nas linhas que seguem, destacamos breves observações acerca da referida situação partidária, a influir também sobre o percurso do ativismo político de Lopes Trovão. Na virada para os anos 1880, até o exílio na Europa, em outubro de 1882.

Ao nosso ver, a postura de atuação do ativista às vésperas, durante e depois da Revolta do Vintém revela nítida a crescente divergência interna no campo republicano. No que diz respeito à escolha da linha de ação política, desde a propaganda n' *A República* é possível ponderarmos que havia no Partido, de um modo não muito explícito, certa divisão entre reformistas-evolucionistas e revolucionários. A defesa da perspectiva evolucionária foi oficialmente resguardada por Quintino Bocaiúva, já no *Manifesto de 1870*, para cuja redação contribuiu. Como sustentamos a partir dos capítulos da Parte III, tal situação não impediu à retórica revolucionária de manifestar-se nas páginas do jornal.

Entre a data da última publicação d' *A República* (1874) e o retorno dos liberais ao poder em 1878, Aristides Lobo foi a voz mais acentuada da ala radical a discordar do Evolucionismo político. Contudo, não chegou a constituir-se em oposição efetiva à ala hegemônica³⁴, como ocorreria no caso da liderança de Silva Jardim, nos anos finais da Monarquia. Até lá, tal conformidade começou a mudar apenas com o despontar de Lopes Trovão, como símbolo do Republicanismo radical.

Maria Tereza de Mello relata como o “movimento de massa”, que foi a Revolta do Vintém, revestiu de “perene” prestígio a personalidade de Lopes Trovão. Na crise de hegemonia monárquica, o propagandista tornou-se uma celebridade ao atuar na imprensa e, mormente, na rua. Essa se constituiu em “personagem” principal do processo de ampliação do espaço público carioca da década de 1880. Numa exortação na imprensa durante a revolta, nos recorda

³³ Acerca da referida periodização, ver: ABI-RAMIA, Jeanne. *A Revolta do Vintém*. 2016.

³⁴ BOEHRER, G. *Da Monarquia à República...*, pp. 51-52; 198.

a autora, o ativista deu ênfase à Revolução popular para fazer com que o poder cumprisse com seus deveres.³⁵ O apelo foi correspondido por episódios de constante afluxo de populares a se dirigirem à redação da *Gazeta de Notícias*, para solicitar-lhe participação nos eventos de protesto.³⁶

Apesar da notória envergadura política e histórica, contamos escassos trabalhos a tratarem da biografia do célebre agente. Filho do diplomata português José Maria dos Reis Lopes Trovão e de Maria Jacinta Lopes Trovão, nasceu na ilha da Gipoia, na cidade de Angra (RJ), a 23 de maio de 1848. Recebeu as primeiras letras na terra natal.³⁷ Provavelmente, na segunda metade da década de 1860 mudou-se para a Corte, onde pôde realizar cursos preparatórios no Externato Aquino, uma das instituições mais importantes de ensino secundário do Brasil à época.³⁸ Em seguida, obteve ingresso na Faculdade de Medicina. Foi redator d' *O Radical Acadêmico*, folha de propaganda radical precursora d' *A República* e igualmente redigida por outros estudantes médicos, Miranda Azevedo e Ramiro Barcelos.³⁹ Sabe-se também acerca de sua participação no movimento liberal-radical dissidente pelo fato de ter sido um dos sócios do *Clube Republicano* e de seu nome constar entre as assinaturas do *Manifesto de 1870*.

Entendemos que desde a época acadêmica esteve associado ao movimento em prol da derrubada da Monarquia. Antes de formar-se, procurou construir a fama de orador. Desenvolveu o hábito de empolgar multidões em comícios pró-republicanos, realizados nas praças e jardins da Corte.⁴⁰ O título de Doutor em Medicina foi obtido em 1875, mediante a defesa da Tese de trinta e uma páginas intitulada *Disenteria*, para a cadeira de ciências médicas. As seguintes proposições foram apresentadas: Mudanças de estado, em ciências acessórias; Aparelho de visão, em ciências cirúrgicas; e Da circulação, em ciências médicas.⁴¹

Os anos de 1879 e 1880 foram marcados pelo envolvimento nas campanhas pela República e pela Abolição. Na imprensa, incitou ativamente a população carioca a reagir contra o imposto “ratoneiro” sobre as passagens de bonde e de trens, estabelecido pela Lei do Orçamento de 31 de outubro 1879. Ao lado de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Ubaldino do Amaral e Paula Ney defendeu o fim da escravidão. Participou da fundação da *Associação Central Abolicionista*. Publicou nesse período *O Novo Ministério* (1880), sob pseudônimo *Spartacus*; *Cartas dirigidas a D. Pedro II*; e *Combate dos Republicanos brasileiros*.⁴²

³⁵ MELLO, M. T. C. de. No olho da rua: valorização e ampliação do espaço público do Rio de Janeiro na década de 1880. In: **A República Consentida...**, pp. 19-81, cap. 1.

³⁶ **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 218, 19 dez. 1879, p. 1.

³⁷ PERSONALIDADES históricas. In: **Guia Cultural do Rio de Janeiro**. Angra dos Reis. Ano I. Nº 5. Câmara de Cultura, 2005, p. 9.

³⁸ Informação disponível em Colégio Brasileiro de Genealogia:

<http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/externato-aquino-II.pdf>. Acesso 28 set. 2020.

³⁹ LEITE, Aureliano. O Manifesto de 1870 e os paulistas - **R.F. D.** 1970, p. 355. Disponível em: www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download.

⁴⁰ TROVÃO, Lopes. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2020.

⁴¹ JOSÉ Lopes da Silva Trovão. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, vol. 5, pp. 8-9.

⁴² *Ibidem*.

Sabe-se que após os confrontos característicos da Revolta do Vintém, a folha por ele dirigida, a *Gazeta da Noite*, teve produção suspensa por onze dias. Retornou com publicação diária no dia 12 de janeiro de 1880. Pelo que parece, já no primeiro dia daquele ano, em que foi iniciado os enfrentamentos nas ruas do Rio, a oficina instalada na Uruguaiana foi alvo de investida da força policial. Até fins de janeiro, manteve-se submetida a uma intensa ação persecutória. As queixas vão de perseguição contra vendedores, tentativas de prender empregados, a açulamento de agentes contra os redatores.⁴³ Aliás, atribuímos ao ímpeto contínuo dessa repressão a responsabilidade pelo arrefecimento do ativismo radical de Lopes Trovão. Fato a forçá-lo exilar-se na Europa, como veremos.

Ainda que sob perseguição, permaneceu investido da notabilidade e do prestígio alcançados enquanto residiu no país. Para além da *Gazeta da Noite*, atuou como colaborador em variados órgãos. Contribuiu para a *Gazeta da Tarde*, a *Gazeta de Notícias*, a *Gazetinha* e o *Jornal da Noite*. Em abril de 1880, fundou *O Combate*, ao lado de Sílvio Romero⁴⁴ e Lins Albuquerque. A publicação passou de diária a semanal. A linha foi orientada a ver na implantação da República mais do que uma mudança de regime ou aumento de participação política. Tratava-se de um progresso social.⁴⁵

A vigilância policial sobre os órgãos de imprensa, para os quais Lopes Trovão colaborava, não deu trégua, passada a Revolta do Vintém. Órgão de cunho literário fundado por Artur Azevedo, a *Gazetinha* manteve proximidade com a redação d'*O Combate*.⁴⁶ Certa vez em sua sede, os redatores foram surpreendidos com a presença de quatro prováveis capangas à procura da casa do propagandista. O Chefe de Polícia foi avisado sob possíveis incidentes.⁴⁷ A tensão foi potencializada com o surgimento do famigerado *Corsário*, pasquim difamatório a atacar tanto o governo quanto a imprensa. De um modo geral, divulgava relatos infames contra personalidades e autoridades. O radical foi colocado sob suspeita de ter relação direta com a publicação:

Apareceu ontem, pregado por todas as portas e paredes das ruas mais públicas do Rio de Janeiro, o seguinte cartaz.

O CORSÁRIO.

Redator principal Dr. Lopes Trovão.⁴⁸

Muito estimado pela redação da *Gazetinha*, tentou defender-se das injúrias feitas ao seu caráter nos cartazes: “A vós que (...) classificastes o pasquim de infame (...) *não sou nem redator e nem colaborador do Corsário*”. O

⁴³ Ver: **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano II, n. 1, 12 jan. 1880, p. 1; **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano II, n. 2, 13 jan. 1880, p. 1; **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano II, n. 8, 21 jan. 1880, *Gazeta de Notícias/Perseguições à imprensa*, p. 1.

⁴³ JOSÉ Lopes da Silva Trovão. In: BLAKE, A.V.A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro...**, p. 9.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ MARTINS, C. P. **Republicanismos: Rio de Janeiro e Lisboa (1870-1891)...**, p. 82.

⁴⁶ **GAZETINHA**. Rio de Janeiro: Escritório, Rua do Ouvidor, n. 136. Ano I, n. 29, 30 dez. 1880, *Crônica Pitoresca*, p. 3.

⁴⁷ PREVENÇÃO. **Gazetinha**. Rio de Janeiro: Tipografia, Rua de s. José, n. 44. Ano II, n. 29, 29 jan. 1881, p. 3.

⁴⁸ **GAZETINHA**. Rio de Janeiro: Tipografia, Rua de S. José, n. 44. Ano II, n. 34, 03 fev. 1881, p. 1.

verdadeiro redator chegou a procurá-lo. Quis um artigo dele para denunciar a violência sofrida contra seu próprio periódico: capangas teriam feito correria nas ruas e praças arrancando das mãos dos vendedores e rasgando o jornal. Lopes Trovão aceitou a incumbência de denunciar a arbitrariedade policial.⁴⁹

A hostilidade policial não parou por aí. Em protesto à reforma eleitoral proposta pelo Gabinete Saraiva, nos deparamos com Lopes Trovão, em 30 de outubro de 1881, a reunir uma multidão num comício no Largo do Rócio, sob a prédica da Revolução republicana. A manifestação foi interrompida com a intervenção de policiais e de capoeiras, sob o comando do Delegado Trigo Loureiro, que insistiu pelo não incitamento do povo. Aos “vivas à República”, da parte dos manifestantes, os policiais respondiam com “vivas à Monarquia”. Em meio ao tumulto, Lopes Trovão correu risco de vida, quase foi assassinado. Escapou com ajuda de Almeida Pernambuco e de Ferro Cardoso, ao abrigar-se no Café Lucinda. A escalada de violência prosseguiu com tentativa de invasão à sede da *Gazeta da Tarde*, propriedade de Ferreira de Meneses. Ao mesmo tempo em que recebeu solidariedade da imprensa, teve de enfrentar a hesitação de chefes moderados do Partido, como Quintino Bocaiúva, que procuravam não se associarem à linha de atuação revolucionária.⁵⁰

As consequências do confronto, somadas às tentativas de punir os responsáveis pelo *Corsário*, não tardaram. O governo procurou deportar estrangeiros republicanos. No editorial de 29 de novembro, *O Jornal da Noite* relata a invasão da sua oficina tipográfica, às 4 horas da tarde do dia anterior, por uma “horda de turbulentos”, capangas conhecidos do público. Queriam quebrar uma tipografia. Por meio de boato, julgaram que *O Corsário* ali era impresso. Apesar do Delegado Dr. Macedo ter dado garantias à integridade do estabelecimento, o redator Júlio de Vasconcellos foi preso. Havia relato de ordem de prisão e de deportação para Lopes Trovão e seu irmão paterno (Antônio), Júlio de Vasconcelos, Plácido de Abreu, Apulcro de Castro e muitos. O Rio de Janeiro foi considerado sob “estado de sítio” e de “Revolução”, motivado pelo próprio governo.⁵¹

Diversos vendedores d’ *O Corsário* foram presos e mantidos incomunicáveis. A própria Delegacia de Polícia da Corte foi denunciada por arregimentar pecuniariamente capangas para acabar com o pasquim. Por outro lado, não foram efetuadas de imediato a prisão e a deportação de Lopes Trovão, porque sabia-se de um projeto pessoal de viagem à Europa⁵² e do nome do redator d’ *O Corsário*: Apulcro de Castro (1853-1883).⁵³

Lopes Trovão tentou desfazer duas calúnias sobre a partida para Europa e a desistência da ideia republicana. Sob a justificativa de cumprir com o desejo de estudar Direito, a fim de especializar-se em medicina legal, argumentou

⁴⁹ TROVÃO, Lopes. Carta do Dr. Lopes Trovão. **Gazetinha**. Rio de Janeiro: Tipografia, Rua de s. José, n. 44. Ano II, n. 41, 10 fev.1881, p. 2

⁵⁰ MELLO, M. T. C de. **A República Consentida...**, p. 30.

⁵¹ POLÍCIA. **Jornal da Noite**. Rio de Janeiro: Redação, Rua da Assembleia, n. 81. Ano I, n. 7, 29 nov.1881, p. 1.

⁵² ÚLTIMA Hora. **Jornal da Noite**. Rio de Janeiro: Redação, Rua da Assembleia, n. 81. Ano I, n. 8, 30 nov.1881, p. 1; POLÍCIA. **Jornal da Noite**. Rio de Janeiro: Redação, Rua da Assembleia, n. 81. Ano I, n. 8, 30 nov.1881, p. 1.

⁵³ PERSEGUIÇÃO à imprensa. **Jornal da Noite**. Rio de Janeiro: Redação, Rua da Assembleia, n. 81. Ano I, n. 9, 01 dez..1881, p. 1.

que havia um ano criado a necessidade de viajar. Não atribuiu à perseguição e à repressão policiais motivações. Refutou a notícia de que havia se retratado com o Imperador e, em troca, recebido dez mil contos para estudar no exterior.⁵⁴

Apesar dos “boatos”, em meio à perseguição e à repressão policial Lopes Trovão se viu forçado ao exílio na Europa. Para lá rumou na condição de correspondente d’ *O Globo*.⁵⁵ Apontados tais fatos associados à sua trajetória, de agora em diante, passamos a considerar o poder de coação do Estado imperial fator a ter contribuído para o arrefecimento da propaganda republicana revolucionária.

Procuramos nos ater a dados acerca da partida do agente. Assim procedemos através de dois documentos. Uma edição especial d’ *O Combate* e de outra folha, a portuguesa *Galeria Republicana*. Mais do que permitir uma reconstituição da partida de Trovão, ambas lhe reconsagram o perfil de radical revolucionário, cuja notoriedade ganhou relevância no ultramar.

Lopes Trovão deixou a redação da *Gazeta da Noite* em março de 1882⁵⁶, porém não interrompeu a divulgação do ideal republicano em outros órgãos já mencionados, ainda que sob a constante espreita policial. Na iminência do momento de partida, a edição especial d’ *O Combate* publicou a homenagem na qual quarenta e cinco pessoas próximas, entre correligionários, amigos, afeiçoados, assinaram textos oferecidos ao companheiro. Entre esses, selecionamos falas atribuídas a Ernesto Sena, Quintino Bocaiúva, Sílvio Romero, Aluizio Azevedo, Aquino Fonseca, Elisa Saibro, Pau Brazil, Joaquim Rocha, Valentim Magalhães, Aristides Lobo, Moreira Vasconcelos, Filinto de Almeida e Duque de Estrada.

Em tom grandiloquente, Ernesto Senna (1858-1913) introduziu a edição de número especial d’ *O Combate*, no qual se pronunciaram tanto monarquistas quanto republicanos. Diz que na folha, por meio da qual fala, Lopes Trovão teria obtido os “louros da glória” na imprensa jornalística. Pôde ali se destacar tribuno, defensor dos direitos públicos e das liberdades, em nome dos princípios republicanos.

Foi o “mais destemido publicista entre os nossos escritores”. Um “talento” que fez da palavra falada um “tufão” a derrubar as instituições monárquicas. Ninguém, até então, havia tanto se arriscado na imprensa e na tribuna em favor da defesa das ideias republicanas. Ninguém havia adquirido tanta simpatia da nação. A felicidade da pátria lhe inspirou a lutar pelo advento da República. Não era ideólogo; mas homem de ação.

Esperavam todos por seu retorno após o convívio com “o povo que mais se tem comprometido na defesa e na propaganda das ideias republicanas – o Povo Francês”. Reafirma o caráter honrado do homenageado e lhe defende da calúnia de “homens impacientes”, “correligionários” que acreditavam na possibilidade de fazer revoluções pela vontade de um homem apenas.⁵⁷

⁵⁴ DR. Lopes Trovão. **Jornal da Noite**. Rio de Janeiro: Redação, Rua da Assembleia– n. 81. Ano I, n. 18, 12 dez. 1881, p. 1.

⁵⁵ TROVÃO, Lopes. In: ABREU, A. A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República...**

⁵⁶ **GAZETINHA**. Rio de Janeiro: Escritório, redação e tipografia – Rua do Rosário – n. 136. Ano I, n. 109, 14 mai. 1882, Gazetinha, p. 1.

⁵⁷ HOMENAGEM a Lopes Trovão. **O Combate**. Rio de Janeiro: Tipografia à Rua do Hospício, n. 206, EDIÇÃO N. ESP., 01 out. 1882, p. 1.

Quintino Bocaiúva diz poderem contar com sua presença “Onde quer que se trate de honrar o talento, o caráter e a sinceridade republicana de Lopes Trovão”. Para Sílvio Romero, o homenageado republicano “não é um utopista, é um combatente”. Destaca a perseguição e o assédio sofridos por conta do ideal político defendido, sem abrir mão; e também seu caráter republicano “incorrupível”. Salieta motivo diferente para a viagem: “como era de prever, arredado da clínica e do jornalismo, Lopes Trovão se viu sem os meios indispensáveis à vida. Daí a necessidade de tentar outras atividades e ele crê que, formado em Direito, lhe será fácil atira-se à Advocacia. É a razão da viagem à Europa”. Diz que não é apaixonado por viagens à Europa e crê que o amigo se ilude com tal projeto.⁵⁸

Aluízio de Azevedo salienta que teria sido uma “boa pena” da Revolução Francesa, caso tivesse nascido lá em 1793. Concorde com o homenageado, quando se autoconsidera um “homem revolucionário”. Aquino Fonseca relembra os tempos de mocidade acadêmica ao seu lado. Diz que ele vai para a pátria comum – A França. Aconselha: “Tomai terra a grande praia da república.”⁵⁹

A homenageante Elisa Saibro considera Lopes Trovão e Quintino Bocaiúva as duas primeiras individualidades da ideia republicana no Brasil. As faces da Revolução e do Evolucionismo político, na propaganda, são descritas em termos a remeterem à radicalidade e à moderação, respectivamente. No Brasil, o primeiro era L. Gambetta; o outro, A. Thiers. Pau Brazil o descreve como “Moderno, ex-acadêmico revoltado contra uns lentes velhos, retrógrados, médico de profissão, jornalista intermitente e boêmio nas horas vagas”. Não foi abolicionista intransigente. Vai para França “encher seus pulmões com ar republicano dessa democracia livre”. Joaquim Rocha dos Santos diz que não pertence diretamente à escola revolucionária de Lopes Trovão, mas não nega a utilidade relativa de suas ideias. Valentim Magalhães lhe exalta os monóculos como marca registrada. Aristides Lobo, em “Correligionário e amigo”, diz que a partida é uma “subtração” dessa “nebulosa e inconsistente que se chama partido republicano”.⁶⁰

Para Moreira de Vasconcelos, ele fala às massas com “revérberos colossais que chispam das grandes revoluções”: “Espírito fortemente talhado para a luta, ele acha-se sempre em divergências com as opiniões pacatas, ordeiras e imbecis dos vários partidos políticos, inclusive a do próprio republicano, contra as quais tem enristado por vezes a sua poderosa lança de polemista nervoso e preparado”. Sofrimentos e agitações têm atribulado sua vida, ressalta.

Filinto de Almeida lhe destaca a dedicação quase exclusiva à causa republicana. Naquele momento, os mais próximos lhe viam como um ator avesso a qualquer postura moderada de resolução de impasses políticos, até mesmo a do *Partido Republicano*. Duque Estrada lhe destaca duas características pessoais: o monóculo e o cão, “É um Ganganelli [referência a Saldanha Marinho] sem *cache-nez*.”⁶¹

A *Galeria Republicana*, folha portuguesa criada em 1882, com intuito notabilizar a trajetória dos homens do *Partido Republicano*, descreve o impacto da chegada de Lopes Trovão em Lisboa, a caminho de Paris. A redação lhe

⁵⁸ HOMENAGEM a Lopes Trovão. **O Combate**. Rio de Janeiro: Tipografia à Rua do Hospício, n. 206, EDIÇÃO N. ESP., 01 out. 1882, p. 1.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 2.

⁶⁰ HOMENAGEM a Lopes Trovão. **O Combate**. Rio de Janeiro: Tipografia à Rua do Hospício, n.206, EDIÇÃO N. ESP., 01 out. 1882, p. 3.

⁶¹ *Ibidem*, p. 4.

caracteriza como “valente e audacioso republicano brasileiro”, do qual poucos apontamentos biográficos tinham, até se deparar com o artigo *Álbum das Glórias*, de João Ribaixo, pseudônimo do célebre literário português Ramalho Ortigão (1836-1915). O que apenas sabiam de Lopes Trovão era o fato de ser ele um “tipo da democracia brasileira”; “o primeiro orador revolucionário do Brasil (...) um publicista habilíssimo e um homem de coragem às direitas.”⁶²

Na contribuição dada por João Ribaixo, encontramos detalhes da chegada em terras europeias. Destaca o perfil do médico e jornalista fluminense: “A primeira vez que vimos (...) estremecemos, porque ele era magro”. Assim igualmente procedeu com as autoridades lisboetas: “A circumspecta e concordata polícia portuguesa estremeceu também ao vê-lo desembarcar em Lisboa em trânsito do Rio de Janeiro para Paris”.

No Velho Continente, o radical brasileiro já era notório: “Sabia-se na Europa pelos artigos dos jornais noticiosos e pelas notas secretas dos embaixadores vigilantes, que ele era no Brasil, sua pátria, além de um médico distinto, um republicano impaciente e um agitador infatigável”. Ribaixo lhe descreve como o “revolucionário” que amedrontou os “sustentáculos da ordem” na Travessa da Parreirinha em Lisboa; lhe alça como revolucionário, ao nível de oportunistas como Gambetta ou publicistas como Castelar.⁶³

Pareado com reconhecidos nomes do Republicanismo francês e espanhol, apresentava perfil a expressar perigo: “Os revolucionários perigosos são os magros, como Clemenceau, como Rochefort, como Vallès, como Émile Gautier e como Lopes Trovão”. Durante os dias em que esteve hospedado no Hotel Borges, o viajante fluminense teria dado muitos “cuidados” à polícia, em decorrência desse perfil. Indica-nos que, em Lisboa, os poderes públicos encarregaram um agente, de nome Antunes, para “velar sobre a segurança do trono e do altar”. Na capital, o agente de segurança teria seguido por toda a parte o “conspirador brasileiro”. Inclusive, no momento da partida para Paris, à altura da Estação de Santa Apolónia. Ribaixo faz advertências à Coroa brasileira, caso regressasse de Paris ao Império do Brasil “tão revolucionário e tão magro como foi.”⁶⁴

Vigiado pela Monarquia, quer seja no Brasil ou no exterior, é fato ter Lopes Trovão se tornado um republicano revolucionário muito visado. Havia riscos a correr caso permanecesse num Rio de Janeiro posterior à atemorizante Revolta popular do Vintém. Sabemos que a repressão policial foi truculenta e implacável contra os inimigos na imprensa. O linchamento do redator-chefe d’ *O Corsário*, Apulcro de Castro, constitui notório exemplo. Tal registro não escapou à pena do Presidente da Legação Francesa, o Conde de Bacoût, um ano após a partida do radical fluminense:

A cidade do Rio de Janeiro, habitualmente tão calma, foi tumultuada durante alguns dias na sequência de um fato o qual deu um caráter político contra o governo. Foi publicado aqui, em decorrência da insuficiência da lei sobre a imprensa, um certo número de pequenas folhas cheias de ataques pessoais que chegam a um nível de difamação difícil de se fazer ideia. Entre elas se destaca o “Corsário”, pertencente a um mulato de nome Apulcho [grafia original da época], o qual

⁶² RIBAIXO, João (Pseudônimo de Ramalho Ortigão). Lopes Trovão. **Galeria Republicana**. Lisboa: Tipografia Largo do Passeio. Ano I, n.23, dez. 1882, p. 1.

⁶³ *Ibidem*, p. 1.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 2.

havia começado uma campanha, contra o regimento de cavalaria que serve de guarda ao Imperador.

Nos últimos tempos, o diretor do “Corsário”, recebendo um certo número de cartas contendo ameaças de morte, foi à Delegacia de Polícia para pedir proteção. Em frente à Delegacia, a alguns passos dos agentes, o carro no qual se encontrava o Sr. Apulcho e um Oficial de Paz [Juiz de Paz] foi atacado por um certo número de indivíduos [militares do Exército imperial] armados de revólveres e de punhais, que se lançaram sobre o jornalista e o assassinaram sem que os agentes de polícia, testemunhas da cena, intervissem. Embora não haja evidência, a opinião pública responsabiliza pelo crime os oficiais do regime, a polícia estando de conivência tácita.⁶⁵

14.1.3 A circulação de ideias entre a escalada e o recuo da marcha revolucionária. Hesitação e repressão policial freiam o carro da Revolução na Corte

Na subseção 14.1.1 nos perguntamos sobre o que teria orientado a lógica de ação dos manifestantes ao erguerem barricadas e, por extensão, qual relação poderia haver entre as táticas esboçadas de protestos e o conteúdo publicado na imprensa, particularmente n’ *A Gazeta da Noite*. Aqui procuramos direcionar possíveis respostas a partir da análise das práticas discursivas de Lopes Trovão no jornalismo. Especificamente na conjuntura da revolta: entre outubro de 1879 e janeiro de 1880.

Acreditamos que as notícias vinculadas nos jornais propiciaram uma circulação de ideias, que, uma vez apropriadas por meio da leitura individual ou oral, permitiu ao público construir entendimento e ao mesmo tempo um clima de opinião, contrários ao aumento do preço das passagens de bonde.

A respeito do posicionamento sustentado, recordamos que, no debate com Roberto Schwarz na década de 1970, Maria Sylvia nos aponta um dado relevante, por nós a ser considerado no campo teórico, a respeito da circulação de ideias. Segundo a estudiosa do escravismo no Brasil oitocentista, as ideias jamais “estão fora do lugar” pelo simples fato de poderem circular socialmente num dado meio, num determinado momento. Assim acontece porque servem a um determinado propósito. Ou seja, porque já existem nesse meio condições para sua recepção.⁶⁶

Identificamos um componente a ter provavelmente favorecido o fenômeno no período da Revolta do Vintém. Enquanto “cidade das ruas”, o Rio de Janeiro revelou uma das fortes marcas da cultura brasileira oitocentista: a tradição oral. Tornou-se um hábito constante a leitura do conteúdo de jornais em alta voz para um público majoritariamente ágrafo. Aos transeuntes, as conversas desenvolvidas na Rua do Ouvidor também lhes serviam de meio veiculador de notícias, destacadas nas páginas de jornais.⁶⁷

⁶⁵ DE BACOURT, (Comte) Henri Fourier. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Jules Férry. Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 10 dez. 1883. 1 lettre. Tome 49, p. 169. (Tradução Nossa).

⁶⁶ Cf.: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976. Ver também: PALTI, Elias José. El problema de “las ideas fuera de lugar” revisitado más alla de la “historia de ideas”. UNAM-CCyDEL, 2004, p. 6; Igualmente nos orientamos a partir da ideia de “apropriação”, na chave interpretativa de Roger Chartier. Para maiores detalhes, ver: CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Guilhardo. 2. Ed. Lisboa: Difel, 2002, pp. 23-24.

⁶⁷ MELLO, M. T. C de. **A República Consentida...**, p. 77.

A análise do conteúdo de páginas da *Gazeta da Noite*, desde outubro de 1879 às vésperas da revolta popular, nos induz ao entendimento de que, por meio do jornal, Lopes Trovão procurou injetar doses diárias de literatura antimonárquica e revolucionária na opinião do público consumidor da Corte imperial. Por extensão, também na opinião do público das províncias atendidas.

Tratou-se de uma operação político-intelectual por meio da qual estimulou o público a reler a crise financeira, enfrentada pela sociedade imperial de finais da década de 1870, tomando por parâmetro quadros pré-revolucionários da França de 1789 e de 1830. Nos parece assim ter procedido com o objetivo de indicar uma possível solução final diante do aumento da intransigência do governo: a derrubada do Trono por meio de uma Revolução popular, liderada pelos republicanos.

Num momento em que no Império se cogitava na convocação da Assembleia para cuidar do projeto de eleição direta, por via reforma constitucional; igualmente se vivenciava uma crise financeira cuja solução encontrada, pelo Ministro Afonso Celso, foi a de instituir o “imposto do vintém”, a fim de conter o déficit orçamentário da Coroa; curiosamente surge na seção *História*, da *Gazeta da Noite*, a publicação de *As Origens da Revolução*. Obra datada de 1872, traduzida no Brasil por Júlio Júnior. Trata das condições política, financeira, social e cultural a terem motivado os acontecimentos de 1789, na França.

Composta de cento e noventa e uma (191) páginas, foi escrita pelo político, jornalista, advogado, historiador parisiense Louis Ernst Hamel (1826-1898). Um adepto do ideário republicano e democrático. Hamel publicou importantes obras de análise da política e da história francesas do primeiro período pós-revolucionário. Autor de uma biografia de Maximilien de Robespierre, foi um simpático da primeira geração de revolucionários. O que lhe atraiu a antipatia e a perseguição do regime de Napoleão III, contra o qual realizou tenaz oposição na imprensa do Segundo Império francês.⁶⁸

Consta-se na folha a publicação da obra em partes, distribuídas ao longo de vinte e uma edições não consecutivas, entre 07 de novembro e 10 de dezembro de 1879. Interregno no qual a lei do impopular imposto dos vinte réis já havia sido aprovada no Parlamento brasileiro e aguardava para primeiro de janeiro a data de vigência. Em paralelo, a *Gazeta* não perdeu a oportunidade de falar do estado precário das finanças brasileiras, defendendo a diminuição do funcionalismo público.⁶⁹ Discutiu a respeito de um abuso praticado por empregados da companhia de bondes de Vila Isabel, situação denunciada à redação do jornal por moradores da localidade. Aliás, havia criado uma sugestiva seção intitulada “Bond(-e)”, destinada à publicação de poesia, textos literários e histórias.⁷⁰

A edição do dia 22 de novembro se apresenta como a mais persuasiva, ao nosso ver. Por meio da obra de Hamel, a redação dá destaque à crise financeira da qual padeceu o Estado absolutista do reinado de Luís XVI. A

⁶⁸ Cf.: https://www.senat.fr/senateur-3eme-republique/hamel_ernest1663r3.html. Acesso em 09 set. 2022.

⁶⁹ *GAZETA da Noite*. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 192, 18 nov. 1879, Interesse Público, p. 1.

⁷⁰ *GAZETA da Noite*. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 197, 22 nov. 1879, p. 1.

qualificamos “persuasiva”, pois, nos parece objetivamente pertinente rememorar aquele momento de déficit quando o próprio Império do Brasil estava em situação análoga, a exigir o remanejamento orçamentário. O apelo mais sensível feito ao público da *Gazeta*, ao nosso ver, é a ênfase dada à decisão do Estado francês em onerar o povo com impostos.⁷¹

Tal estratégia nos faz refletir sobre a situação de um transeunte leitor e/ou ouvinte da leitura oral de notícias do jornal, nos espaços públicos e/ou privados do Rio de Janeiro de 1879. Ainda que não pudesse ter uma compreensão do quadro na totalidade, nos parece evidente que o público esteve informado acerca da crise financeira pela qual passava o país, sob o reinado de D. Pedro II, e da política financeira antipopular, conduzida pelo antipatizado Ministro Afonso Celso. Há a tendência de demonstrar como em momentos de crise os interesses da realeza se revelam contrários aos do povo.⁷²

Passada a publicação do livro de Hamel, a redação deu prosseguimento à estratégia de trazer referências à Revolução de 1789. Dessa vez na sugestiva seção “Bond(-e)”:

O sr. Proudhomme defendia acaloradamente, em uma reunião, a revolução francesa de 1789.

- E o que pensa a respeito do terror? Também o defende? Exclama um sujeito interrompendo-o.

- Luís XVI, pela sua criminoso condescendência em subir ao cadafalso é que, de alguma maneira, autorizou os excessos de 93! ...⁷³

“Saint Just”, pseudônimo utilizado por Lopes Trovão, aparece pela primeira vez numa *Carta Política* endereçada ao então ex-Ministro da Fazenda do Gabinete Liberal de Cansação Sinimbu, o sulista Gaspar da Silveira Martins (1835-1901). Sabe-se que na ocasião, Silveira Martins se preparava para concorrer às eleições ao cargo de Senador, pelo Rio Grande do Sul. De acordo com os fatos, em 1880, além de vencê-las, seria nomeado Presidente da Província gaúcha.

A carta divide-se em seis partes, enumeradas em romano. Trata-se de um documento político de ferrenha crítica à organização política do Segundo Reinado, caracterizada pelo “falseamento” das instituições e da soberania popular. De modo complementar, assim procedeu Lopes Trovão na estruturação do conteúdo editorial, num momento em que havia acabado de publicar as *Origens da Revolução*. Por meio da obra de Hamel, já havia descrito ao público da capital e ao das províncias atendidas o processo de formação da primeira constituinte da França moderna. A resultante foi o início da Revolução.

O conteúdo da carta em si revela a inclinação republicana assumida pela *Gazeta da Noite*; o contexto de escrita, o acirramento dos ânimos na capital. A exemplo da Questão Acadêmica de 1871, os estudantes da Faculdade de Medicina encontravam-se em polvorosa contra mais uma intervenção do governo, apoiado pelos lentes, no processo de

⁷¹ HAMEL, Ernest. As Origens da Revolução: Queda de Necker. In: **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 197, 22 nov. 1879, História, p. 3.

⁷² HAMEL, Ernest. As Origens da Revolução: Abstenção e o povo. In: **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 203, 03 dez. 1879, p. 2.

⁷³ **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 210, 10 dez. 1879, Bond, p. 2.

aplicação de exames. Acreditamos que com a carta, Lopes Trovão definitivamente cimentou a propaganda republicana revolucionária, com a qual catalisaria os protestos populares contra o Vintém. Recomenda ao político liberal não apenas adesão ao Republicanismo, mas ação para destruir o “edifício” monárquico no país:

Reajamos nós contra esse estado de cousas. E se for preciso fazer a revolução, façamo-la, por Deus!
Mísero do povo, infame sociedade, que não sabe ou não quer reivindicar a sua soberania confiscada!

A Revolução! Venha ela.

Que venha, com todos os seus horrores, porém com todas as suas projeções de heroísmo, de desinteresse, de atividade, como na gloriosa jornada de 89 em França, em que cada patriota era um soldado ou orador, **e cada mesa – uma tribuna ou uma barricada** (grifo nosso).⁷⁴

Acreditamos que até o presente dessa exposição tenhamos indicado qual pôde ter sido, para os manifestantes contrários ao Vintém, uma das fontes republicanas a lhes incitarem a construção de barricadas e a reagirem com atos de violência contra as forças policiais, no conflito a ocorrer, a partir de primeiro de janeiro de 1880, nas ruas cariocas. Nesse sentido, reafirmamos nosso posicionamento. Lopes Trovão atuou na *Gazeta da Noite* de modo a injetar doses diárias de literatura antimonárquica e revolucionária na opinião de um público insatisfeito por se sentir lesado em seus direitos. No alcance da ação política, tomou por parâmetro a matriz francesa do Republicanismo revolucionário, mobilizando-a nas páginas da folha através da Retórica da Revolução.

Tal ação teve apelo popular imediato. Após o lançamento da carta, a redação informou ao público saber da organização de uma resistência contra o pagamento do novo imposto, por parte dos moradores dos “arrabaldes”. Os informantes da *Gazeta* asseveraram que se o Gabinete não atendesse à representação a lhe ser dirigida, os moradores estariam dispostos “a apelar para todos os meios legais e até mesmo para a violência, que é também um direito do povo quando exercido contra as violências do poder.”⁷⁵

Assentimos a possibilidade de ter havido certa margem de previsibilidade da parte de redatores da imprensa carioca. Face ao clima de insatisfação social, avolumado pela aprovação e pela aplicação do imposto, o órgão situacionista *O Cruzeiro* previu conflitos que poderiam ser desencadeados em janeiro de 1880, quando o imposto entrasse em vigor.⁷⁶ A consciência sobre essa probabilidade provavelmente orientou a atividade jornalística na produção e na seleção de conteúdo a ser exposto ao apreço da opinião. Nesse sentido, *As Origens da Revolução* não apareceu inocentemente, de uma hora para outra, no editorial de novembro a dezembro da *Gazeta*. Num ambiente de crise econômico-financeira, o redator nos deu indícios de que sabia do potencial explosivo da cobrança do Vintém na arena popular da capital do Império.

⁷⁴ SAINT-Just. Carta Política ao Exm. Sr. Conselheiro Gaspar Silveira Martins. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 212, 12 dez. 1879, Comunicado, p. 2.

⁷⁵ A EXTORSÃO do vintém. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 213, 13 dez. 1879, p. 2.

⁷⁶ **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 216, 17 dez. 1879, Revista da Imprensa, p. 1.

Lopes Trovão foi assertivo quanto à precipitação do país numa Revolução. Porém, contraditoriamente procurou esquivar a si e aos seus apoiadores da pecha de “revolucionário (-s)”, acusação da qual era alvo na imprensa concorrente. Acreditou que se ela viesse, viria do alto: “Não Se diga, entretanto, que pregando a resistência, a Gazeta da Noite prega a Revolução. Os apóstolos da revolução não são os jornalistas; não estão na imprensa [...] Se a revolução no Brasil tem de vir, ela virá tocada pelos atos dos governos [...]”.⁷⁷

Na medida em que a tensão política e social aumentou, assim aconteceu com as provocações. A *Gazeta* publicou, em letras garrafais, uma “estatística” demonstrativa do número de monarcas guilhotinados, fuzilados ou destronados desde 1792. De Luís XVI, rei de França, a Pio IX, rei de Roma.⁷⁸ A alguns dias da data de efetivação do imposto, a redação passou a convocar cidadãos da Corte a resistirem à medida. Para o dia 28 de dezembro, convidou o público para um *meeting* popular que ocorreria às 4 horas da tarde. Além de resistência, pediu uma reação “com força” contra o que entendia ser “despotismo” do governo: “Reajamos contra este governo imoral e traficante. Reajamos com força, e com disposição de ficarmos livres desses usurpadores de nossos direitos e saqueadores de nossos dinheiros.”⁷⁹ Visando tal propósito, publicou uma lista em que data trinta e cinco tentativas de assassinato contra chefes de Estado nos últimos trinta e dois anos anteriores a 1879. A lista vai do atentado contra a Rainha Isabel II da Espanha, em 1847, às duas tentativas contra a vida do Papa Pio IX.⁸⁰

Explorou ainda a mobilização das forças de repressão do governo imperial. Em sincronia, publicou *A Revolução de Leal de Azevedo*. O artigo define o conceito como “fonte do conhecimento para a liberdade” que “transforma a sociedade” e “Aniquila o despotismo”. A tendência é privilegiar a violência: “A revolução pacífica e sensata pertence ao último século. – Nós pertencemos ao século XIX”. A mudança da forma de governo deveria ser o resultado: “O século XIX é o primeiro operário da República universal. Nada te poderá reter, ó revolução!”⁸¹ O artigo foi reproduzido na edição do dia 30 dezembro, quando se vivia a repercussão do *meeting* do dia 28.

O *meeting* do dia 28 de dezembro, ocorrido no Campo de São Cristóvão, a reunir mais de cinco mil manifestantes, contou com participação ativa da liderança de Lopes Trovão, aclamado como “Democrata”, “Tribuno do Povo”.⁸² O envolvimento direto na revolta popular teve por centralidade a defesa da “soberania do povo”, ou seja, dos “direitos do povo”.⁸³ Como descrevemos na subseção anterior, daquele momento em diante Lopes Trovão, Joaquim Pedro Costa, Ferro Cardoso, bem como toda a instalação da *Gazeta*, tornaram-se alvos dos agentes sob o comando do

⁷⁷ O IMPOSTO-Ratoneiro. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 219, 20 dez. 1879, Revista da Imprensa, p. 1.

⁷⁸ INVIOABILIDADE dos tronos. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 222, 24 dez. 1879, Revista da Imprensa, p. 1.

⁷⁹ SEMPRE a Resistência. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 225, 27 dez. 1879, Gazeta da Noite, p. 1.

⁸⁰ TENTATIVAS de morte contra chefes de Estado. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 225, 27 dez. 1879, p. 1.

⁸¹ AZEVEDO, Leal de. A Revolução. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 225, 27 dez. 1879, Comunicado, p. 2.

⁸² A.M. A Tribuno do Povo: Lopes Trovão. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 226, 29 dez. 1879, p. 2.

⁸³ **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 226, 29 dez. 1879, pp. 1-2.

3º Delegado de Polícia da Corte, Félix da Costa, ex-signatário do *Manifesto Republicano de 70*. Juntamente com o Ministro da Guerra, o Marechal Osório, tratou de planejar a prisão do ativista.⁸⁴

Mesmo sob ameaça, de imediato a redação não desistiu de estimular o comportamento popular por meio da pauta revolucionária. Na sequência do reeditado artigo *A Revolução* aparece *A Queda de Carlos X*, na edição do tenso 30 de dezembro. A publicação narra a ascensão, em 1824, e a deposição do monarca francês em meio aos eventos da Revolução de 1830. Movimento no qual surgiu a barricada na qualidade de símbolo próprio e das demais revoluções francesas e europeias do século XIX.

Assinada pelas iniciais J. F. C., a publicação não trata da barricada como tática moderna de protesto, mas da mudança de tendência política do monarca francês, rumo à censura da imprensa, ao “despotismo” e ao “ultramontanismo”. O objetivo é incompatibilizar “Monarquia” e “Democracia”: “A monarquia tem muito desses arroubos: quando ela aproxima-se da Democracia, beija-a na frente, mas o abraço que se segue é o abraço de Megera cravando o punhal pelas costas de sua indefesa antagonista.”⁸⁵

Percebemos que a publicação corrobora em dois pontos para cimentar a opinião dos redatores, perante um público envolto pela tensão crescente provocada pelas manifestações contrárias ao Vintém. Primeiro, demonstra a incompatibilidade da Monarquia com o regime das liberdades públicas, especialmente a liberdade de imprensa, num momento em que o jornal carioca encontrava-se ameaçado por agentes policiais da força pública da Corte: “Foi assim que o rei, deixando-se influenciar pelo Conde de Villèle, [...] restabeleceu a censura [da imprensa] e outros atos altamente impolíticos os quais muito excitaram os ânimos dos patriotas.”⁸⁶

Por outro lado, demonstra o caráter imprevisível e relâmpago – alusão aos *Três Dias Gloriosos* – que poderia assumir uma Revolução, quando jornalistas e o “povo” se unem no protagonismo de defesa dos interesses comuns: “Observa-se entretanto que tudo isso [agitação popular] operou-se contra toda a expectativa do rei e do próprio Ministério, por isso que poucos dias antes havia Polignac apresentado ao Rei um relatório em que dava como completamente calmo o espírito da nação”⁸⁷.

Ora, a dois dias do início dos confrontos, tal foi o clima de aparente respeito à legalidade e à autoridade instituídas no Império, que o 3º Delegado de Polícia da Corte, Félix da Costa, tentou transmitir ao publicar um ofício, discutido pela *Gazeta*, em que contou a versão oficial do *meeting* do dia 28, em São Cristóvão.⁸⁸

No dia 31, sustentando a incapacidade governativa de D. Pedro II e a derrubada do Ministério Sinimbu, *Saint-Just* fez um chamado definitivo à proclamação da República no Brasil. Publicou um artigo a esboçar o quadro estrutural do novo regime: “Chefe de Governo e Encarregado da Guerra, Aristides Lobo; Fazenda, Saldanha Marinho; Justiça,

⁸⁴ ULTIMA Hora. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 226, 29 dez. 1879, p. 3.

⁸⁵ J. F. C. A Queda de Carlos X. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 227, 30 dez. 1879, História, p. 3.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ J. F. C. A Queda de Carlos X. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 227, 30 dez. 1879, História, p. 3.

⁸⁸ **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 227, 30 dez. 1879, p. 1.

Américo Braziliense; Interior; Rangel Pestana; Exterior, José Maria do Amaral; Marinha, Mariano de Azevedo; Agricultura, Nicolao Moreira; Instrução Pública, Quintino Bocaiuva.”⁸⁹

*

* *

Julgamos que a hesitação de um dos mais célebres radicais em dar prosseguimento à mobilização popular, durante os protestos contra o Vintém, mais do que a perseguição e a repressão policial propriamente ditas, constituiu o fator decisivo para arrefecer o ímpeto revolucionário da propaganda republicana, naquele momento crucial e favorável.

Nesse sentido, o ataque desferido por agentes da Polícia da Corte às instalações da *Gazeta*, o que nos parece ter ocorrido em meio aos confrontos de primeiro de janeiro, de certo modo apenas corroborou com a atitude de resistência pacífica, a caracterizar a ação de Lopes Trovão, durante a maior parte em que atuou no início dos protestos.

A *Gazeta da Noite* teve produção suspensa por onze dias. Retornou com publicação diária no dia 12 de janeiro de 1880. Ou seja, não pôde servir na imprensa de plataforma aos manifestantes. Porém, antes do ocorrido, Lopes Trovão havia revelado comportamento paradoxal no *meeting* do dia 28 de dezembro. Ao conduzir a marcha da multidão, desejosa por ter a petição de revogamento do imposto aceita pelo Imperador, deu provas de que conduziria pacificamente a resistência. À revelia do radicalismo tenazmente apregoado.

Apesar de ter tido à disposição uma multidão, predisposta a resistir à linha de cavalaria e aos cem soldados armados de grossas bengalas de Petrópolis e de navalhas, a guardar a porta do Palácio de São Cristóvão, sob comando do Delegado Félix da Costa, Lopes Trovão hesitou seguir avante. Ao som das seguintes palavras, se dirigiu ao povo: “Não cidadãos, não demos o pretexto exclamou; esta reunião é pacífica, há de terminar em paz.”⁹⁰

A violência descontrolada das manifestações do primeiro de janeiro, após o comício realizado no chafariz do Largo do Paço, fez com que o próprio ativista decididamente recuasse. Apelou para a manutenção da ordem.⁹¹ Malgrado a diferença de perfil apresentada pelos manifestantes das duas ocasiões⁹², a atitude foi contraditoriamente a mesma: moderação. Acreditamos que o perfil médio de procedência social do ativista e sua condição de elite letrada *outsider*, “de fora” apenas do controle das instituições centrais do poder de comando⁹³, tenham corroborado para que não legitimasse a radicalização, externada por estratos mais pobres da população trabalhadora. Algo que lhe poderia

⁸⁹ SAINT-Just. A República. **GAZETA da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 228, 31 dez. 1879, Publicações a Pedido, p. 3.

⁹⁰ MEETING. **Gazeta da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 226, 29 dez. 1879, p. 2.

⁹¹ ABI-RAMIA, Jeanne. **A Revolta do Vintém**. 2016.

⁹² Segundo Graham, os manifestantes dos comícios do Campo de São Cristóvão e do Largo do Paço parecem terem sido pessoas alfabetizadas, “decentemente” trajadas e de rendimentos modestos. Quanto aos participantes dos atos de violência do dia primeiro, foram identificados como trabalhadores pobres, de classe baixa (GRAHAM, S. L. Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro de 1880. **Rev. Bras. De Hist.** ..., p. 222).

⁹³ Acerca desse perfil político-social da chamada “Ilustração” brasileira, ver: VITAL, Dievani Lopes. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira**: a necessidade de secularizar a ordem imperial. NEA: Saarbrücken, 2017, pp. 109-131.

fugir ao controle e lhe comprometer a posição social.⁹⁴ Para não falar da probabilidade de suspensão imediata das próprias garantias cidadãs.

Aliás, na ocasião em que procurou rebater a acusação disparada pelo *Jornal do Comércio* contra Lopes Trovão e José do Patrocínio – acusação segundo a qual ambos teriam se aproveitado da revolta contra o imposto para ensejarem um movimento republicano – a própria redação da *Gazeta* afirmou que, enquanto líder do movimento de indignação popular, Lopes Trovão teria aconselhado o povo a resistência pacífica. Assim teria procedido inclusive durante o “delírio” das barricadas armadas. Para fugir da baioneta e do assassinato, teria aconselhado moderação e paz. Teria ele feito grandes esforços para conter o ímpeto de um povo “descrente” e “cansado” do ludíbrio do governo.⁹⁵

Podemos dizer que da parte do ativista republicano ocorreu o que Rodrigo Patto conceitua de “acomodação”. No universo da cultura (-s) política (-s) brasileira (-s), avessa à resolução de impasses por meio do conflito violento radical, trata-se do tipo de estratégia adotado por grupos de oposição para lidarem com a ordem estabelecida.⁹⁶ Entretanto, notamos que o esforço apaziguador foi, de certo modo, em vão. O trabalho de ativista revolucionário já tinha feito germinar a semente do radicalismo, de forma inusitada entre os setores trabalhadores pobres. Não foi possível ao apelo conciliador de última hora deter a súbita manifestação de violência popular. Somente a repressão policial e militar foi capaz de conter o avanço dos distúrbios urbanos.

É certo que o exílio em Paris interrompeu, por alguns anos, a agitação republicana na Corte. Ao menos até o surgimento de Silva Jardim. Como sustenta Heitor Ferreira, desde a partida de Lopes Trovão, “a tribuna das conferências permaneceu por muito tempo fechada.”⁹⁷ Por meio da ação do ativista angrense, apresentamos dois fatores a serem considerados colaboradores para o arrefecimento da radicalidade, no âmbito da propaganda republicana no Brasil.

Nos dois próximos capítulos, deixamos momentaneamente o espaço da Corte. Nos dirigimos ao Grão-Pará e ao Rio Grande Sul. Por meio de núcleos republicanos de acentuada inspiração positivista, constituídos em ambas as províncias dos extremos norte/sul do país, pretendemos explorar a mobilização da retórica revolucionária. E obter outras razões explicativas para o arrefecimento do radicalismo.

⁹⁴ MONTANO, L. D. **Para além de um vintém...**, p. 281.

⁹⁵ ASTÚCIA ou parvoíce. **Gazeta da Noite**. Rio de Janeiro: Redação Rua da Uruguaiana, Ano I, n. 1, 12 jan. 1880, p. 1.

⁹⁶ Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

⁹⁷ LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil Político de Silva Jardim**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987, p. 49.

15 EXASPERAÇÃO E DECLÍNIO DA RADICALIDADE NO REPUBLICANISMO POSITIVISTA DA “PROVÍNCIA MARAJOARA” DO EXTREMO NORTE: A REIVINDICATIVA DO DIREITO DOS POVOS À INSURREIÇÃO EM BELÉM DO GRÃO-PARÁ

No capítulo em curso, nos questionamos sobre o emprego da retórica revolucionária por parte Lauro Sodré. Em seu círculo de pessoas próximas, vinculadas à formação do *Clube Republicano do Pará*, à elaboração do *Manifesto de 1886* e à redação d’*A República* paraense. A folha mencionada foi representante da opinião do grupo na imprensa belenense.

A opção por Lauro Sodré reflete o fato de o personagem ter sido um dos nomes fortes na organização do movimento, a partir do centro da província. Acreditamos estarmos diante de um emblemático quadro em relação ao tema que desenvolvemos. Trata-se de figura do meio militar; de formação afeiçoada às doutrinas do Positivismo francês. Corrente de pensamento conservador. Afeita a noções baseadas em princípios da “ciência”, do “progresso” e, principalmente, da “liberdade” individual atrelada à “ordem” social.

Em benefício da atuação em grupo, não lhe damos total exclusividade se comparada sua trajetória à de outros agentes selecionados. Ao adotarmos tal procedimento, nos baseamos na documentação. De modo mais acentuado, notamos que as práticas políticas discursivas não foram produzidas individualmente isoladas, nesse caso. Menos ainda ignoramos a ausência de adesão unânime aos ideais positivistas, da parte de todos os membros. Afinal, o próprio agente reconheceu tais ideais não terem tido expressão uníssona tanto no Clube quanto na redação do jornal. Todavia, é inegável terem assumido perfil preponderante, ao menos na formulação da linguagem política e intelectual.

Ao explorarmos o círculo republicano paraense, manifestamente inspirado no Positivismo e afastado geograficamente da Corte, porém não incomunicável, pretendemos demonstrar que o aspecto conservador filosófico não constituiu, de modo algum, empecilho à emergência de um discurso político mudancista radical. Pelo contrário, antes apresentou potencial para fornecer justificativas à Retórica da Revolução, amparando-a em base cientificista e até jurídico-legal.

Ao nosso ver, os fatores a terem impedido a potencialização do radicalismo e uma maior colaboração articulada com o movimento conspiratório ensejado na Corte, às portas do “15 de Novembro”, não residiram na filosofia. A vastidão dos territórios da província e do país, ao lado da incipiência dos meios de comunicação, ambas pareadas, devem ser consideradas como componentes explicativos no âmbito da problemática.

15.1 A LIDERANÇA REPUBLICANA POSITIVISTA DE LAURO SODRÉ

Com mais de quatro séculos de história, a “Metrópole da Amazônia” é uma das mais notáveis cidades do país. Na opinião do escritor Milton Hatoum, “Quando Belém era metrópole, São Paulo era ainda sertão”. Tendo a necessidade fundacional justificada, em 1616, pelo controle militar da entrada do Rio Amazonas, sua economia foi movimentada no período colonial pela busca das “drogas do sertão”. Aderiu à Independência brasileira somente após

um ano. Foi ainda palco de um dos mais sangrentos conflitos sociais de nossa história nacional, a Cabanagem (1835-40). Durante o período áureo da borracha (1879-1912), viveu acelerada modernização urbana, cultural e econômica.¹

Como no plano nacional, a modernidade material no centro da longínqua Província do Grão-Pará veio acompanhada do sopro das campanhas republicana e abolicionista. Ambas tiveram em Lauro Sodré destacado colaborador. Nascido em Belém a 17 de outubro de 1858, foi filho de Antônio Fernandes Sodré e Silva e de Ana Check Nina Sodré e Silva.

A formação inicial aconteceu no colégio *Liceu Paraense*. Contribuiu para a *Revista Esperança* e para o jornal ginasial *A Regeneração*. Desde a juventude, revelou acentuada inclinação à atividade política, ao expor talento oratório em comícios estudantis. A origem familiar humilde e os módicos recursos à disposição não lhe permitiram enveredar pela carreira de advogado. Um contraste face ao que foi tendência habitual entre letrados brasileiros do movimento político-intelectual de 1870.

A alternativa consistiu no ingresso à carreira militar. Em 09 de novembro de 1876, aos dezoito anos, entrou para o curso de Engenharia Militar da Escola da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde se tornaria um dos mais destacados alunos. O contato e a conversão a ideais republicanos e positivistas datam dessa época, graças ao vínculo estabelecido com o professor, maçom, Benjamin Constant (1836-1891). Foi um dos fundadores do *Clube Acadêmico Positivista*. Ao lado do conterrâneo Serzedello Correa, veio tornar-se o militar paraense de maior projeção na defesa da República na instituição.²

Por meio de publicações para a *Revista Acadêmica* e a *Fênix Literária*, dois órgãos literários criados na Escola Militar, demonstrou conversão aos referidos ideais, em 1878. Em maio de 1880, aos trinta e três anos foi promovido a 2º Tenente. No centro do Império já tratou de manifestar a identidade política e doutrinária desenvolvida, fato que o fez entrar em choque com autoridades monarquistas e católicas do Pará, quando retornou à terra natal, a partir de 1881.³

Em 1883, bacharelou-se em ciências físicas e em matemáticas. Em novembro de 1884, foi promovido a 1º Tenente e designado Ajudante de Ordens do Comandante das Armas de Belém do Pará. No ano de 1885, a fim de projetar um novo paiol, foi enviado em missão a Óbidos. Em Belém, casou-se com a filha do comandante da fortaleza de Óbidos, Teodora de Almeida.

¹ A respeito da comemoração dos quatrocentos anos da cidade de Belém do Pará, ver:

<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/a-metropole-da-amazonia-400-anos-da-cidade-de-belem/>. Último acesso em: 05 out. 2020.

² Acerca de todos os dados utilizados na reconstrução dos traços de perfil biográfico de Lauro Sodré, consultar: LAURO Sodré. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, vol. 5, pp. 291-92; FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Editora Açai, 2016, pp. 30-31; VITAL, Dievani Lopes. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da 'Ilustração' brasileira: a necessidade de secularizar a ordem imperial**. NEA: Saarbrücken, 2017, pp. 150-152; SODRÉ, Lauro. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: Editora CPDOC, 2020.

³ Trata-se de polêmica na qual se viu envolvido com um grupo de católicos articulados em torno da redação da folha *A Boa Nova*, de propriedade do Bispo D. Antônio Macedo Costa (1830-91), um dos protagonistas da Questão Religiosa (1872-75). Em 1881, a publicação da série de artigos *A Filosofia Positiva*, n.º *A Província do Pará*, despertou forte reação de fiéis católicos liderados por membros do clero paraense, apegado às ideias ultrarreacionárias do Concílio Vaticano I (1870-1). L. Sodré saiu em socorro da Lei dos Três Estados, sustentada pelo Comtismo, e das ideias da sociedade moderna, particularmente a liberdade de consciência. A polêmica resultou na imediata demissão da Cátedra de História do *Liceu Paraense*, função para a qual havia sido recentemente nomeado. A respeito, ver: VITAL, D. L. op. cit., pp. 154-164.

Os dois últimos acontecimentos ocorreram no ano de 1885, quando publicou n' *A Província do Pará* uma missiva ao Imperador. Damos destaque a esse documento, antes de analisarmos a atuação de Lauro Sodré junto ao núcleo republicano positivista, fundado em Belém no ano seguinte.

Na *Carta ao Imperador*, ao nosso ver, Lauro Sodré estabelece um conjunto de ilações concatenadas entre a Revolução e o Positivismo, de modo a construir um quadro explicativo, no qual procura demonstrar ao destinatário, a partir de uma linguagem científica evolucionista, a inadequabilidade funcional do sistema político monárquico no momento em que vivia. Na base da exposição encontra-se um argumento basilar, sustentado pelos republicanos brasileiros, desde o início da propaganda nos anos 1870, qual seja: o antagonismo inconciliável entre o direito divino dos reis e o princípio da soberania popular.

O documento foi publicado em quatro partes, enumeradas em romano, num momento em que o autor já era contado colaborador d' *A Província do Pará*. Num esforço para demonstrar como a ciência, amparada na observação racional, passou a explicar o desenvolvimento da “engrenagem” social, sustenta que Razão humana teria subido “ao cimo onde Deus jazia tranquilo”. Coube à Revolução de 1789 o enfrentamento da religião: “Sabe V. M. que a Convenção aboliu o Cristianismo e decretou a religião do dever, tentando reorganizar a sociedade sem Deus e sem Rei.”⁴

Em sequência, inspirado na teoria dos Três Estados pelos quais teria percorrido o espírito humano, segundo a lógica do Positivismo, relembra ao Imperador qual tratamento havia dispensado à “tirania dos reis” os revolucionários franceses de quase um século atrás: “As duras e pesadas grades da Bastilha houve de cair diante da onda impetuosa da revolução triunfante, e a cabeça de Luís XVI rolando os degraus do patíbulo, é a mais solene e a mais incontestável demonstração de existência de uma força superior à vontade de um só homem.”⁵

O desenvolvimento da razão humana, considerado fonte do progresso da civilização, pode ser entendido como fator responsável pela dessacralização da autoridade governante. O crescimento do grau de civilização gera a transformação: “Já se passou o tempo no qual o súdito e humilde se curvava a cabeça diante do soberano, se submetia resignado ao aresto de morte, considerado como de emanação divina.”⁶ Coube à razão humana dar o golpe derradeiro nas velhas instituições políticas, atacando o direito divino e proclamando o dogma da soberania popular. Para concluir, ressalta ser o “despotismo” uma “abdicação covarde dos direitos do homem”.⁷

Pelo conteúdo, consideramos ter sido a carta um documento político precursor da redação do *Manifesto do Clube do Pará de 1886*. Do ponto de vista teórico, observamos nela uma primeira abertura para que Revolução e Positivismo fossem conjugados, de modo a explicarem o processo histórico de transformação política das sociedades. No manifesto, essa conjugação assumiu aspecto propositivo no âmbito de um projeto republicano radical, diferente da

⁴ SODRÉ, Lauro. Carta ao Imperador. *A Província do Pará*, 1885. In: **Palavras e Atos**. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1896, p. 150.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*, p. 151.

⁷ *Ibidem*, p. 153.

linha de ação política reformista-evolucionista, arvorada no *Manifesto de 1870*. Tentamos expor o quadro apresentado nas seções a seguir.

15.2 APORTES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE O REPUBLICANISMO PARAENSE: A FUNDAÇÃO E EXPANSÃO DO CLUBE

A historiografia com a qual dialogamos é unânime sobre o início do Republicanismo como movimento politicamente organizado na Província marajoara. Apesar de demonstrações isoladas de solidariedade ao *Manifesto Republicano* lançado no Rio, em dezembro de 1870, o movimento pôde ganhar expressão local somente com a fundação do Clube, em Belém.⁸

Os primeiros acenos paraenses à militância ensejada na Corte ocorreram a partir da publicação de pequenos jornais, de curta duração, na década de setenta. Em fevereiro de 1871 surgiu *O Tiradentes*, sob a direção de Júlio César Ribeiro.⁹ 1872 foi o ano d' *A Tribuna* e do hebdomadário *O Futuro*, folha autointitulada “Órgão das Ideias Republicanas”, idealizada pelo Dr. Joaquim José de Assis e economicamente custodiada por Francisco de Souza Cerqueira. Foi vendida em tipografia própria e na Livraria Clássica, Loja Flora e Fênix, ambas situadas na Rua Formosa, em Belém. A aquisição podia ser realizada “a 2:000 reis por série de 10 números, e os avulsos vendem-se a 200 reis.”¹⁰ Entretanto, o jornal não teve força política agregadora, o que fez com que fosse encerrado, passadas dez edições. Seu idealizador voltou às fileiras do *Partido Liberal*.¹¹ Nos anos de 1876 e 1881 foram publicados, pela primeira vez, *O Democrata* e a *Liberdade*, respectivamente.¹²

Não obstante os parcos reflexos, o Republicanismo na terra natal de Lauro Sodré ganhou propulsão apenas com a instituição do *Clube Republicano*, a 11 de abril de 1886. Tal fato constituiu ponto culminante da propaganda na província e foi noticiado no *Diário de Notícias* local. Na ocasião, o 1º Tenente Lauro Sodré já havia endereçado *Carta ao Imperador* e encontrava-se recém-chegado à capital, após cumprimento de missão em Óbidos.¹³

⁸ BOEHRER, George. As Províncias do Norte, Centrais e Marítimas. In: **Da Monarquia à República: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)**. Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, cap. V, p. 170; PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973, p. 67; FERREIRA, Tiago Barros. **A interiorização da República: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Marapanim, 2015, p. 30; FARIAS, W. G. **A Construção da República no Pará...**, p. 20; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. **A República como inspiração: uma análise dos discursos políticos dos manifestos republicanos**. In: **Unidos Perderemos: A construção do federalismo republicano brasileiro**. Curitiba: CRV, 2017, p. 45.

⁹ BOEHRER, G. op. cit., pp. 170-171.

¹⁰ **O FUTURO: órgão das ideias republicanas**. Belém do Pará, Série 1, nº 9, 29 abr. 1872, p. 1.

¹¹ FERREIRA, T. B. op.cit. p. 30; FARIAS, W. G. op.cit., p. 21.

¹² BOEHRER, G. op. cit., p. 171.

¹³ COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré**. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006, p. 84; FERREIRA, T. B. op. cit., p. 33.

Os sessenta e cinco signatários da ata de instalação do Clube exerciam as mais diversas profissões. Entre eles estavam o médico Paes de Carvalho; os advogados Gentil Bittencourt, Justo Chermont e Manoel Barata; os comerciantes Bartholomeu da Conceição Ferreira; o encanador Roberto H. Hervey; e militares como o 2º Tenente Virgílio Henrique Muller e o próprio Lauro Sodré.¹⁴

Lauro Sodré discursou no momento de fundação. No discurso, apresentou o propósito de defesa da ideia republicana. Rechaçou qualquer atitude conciliatória com os partidos monárquicos constitucionais, os quais deveriam ser tomados como adversários naturais.¹⁵

Na segunda sessão, em 18 de abril de 1886, aprovaram o estatuto e elegeram os membros do primeiro Diretório do Clube. Paes Carvalho foi eleito presidente; Gentil Bittencourt, bacharel, o vice; Justo Chermont e Barjona de Miranda tornaram-se, respectivamente, 1º e 2º secretários. A tesouraria ficou aos cuidados de José Duarte Rodrigues Bentes.¹⁶

De acordo com William Farias, os dirigentes da agremiação eram jovens intelectuais, com pouca influência política na Monarquia. Se tornariam redatores e articulista d'*A República*, periódico a ser lançado em setembro de 1886. O grupo de republicanos históricos formado pôde ocupar o poder político no Pará somente com a Proclamação da República.¹⁷ Malgrado o número diminuto de militantes, enquanto “primeira célula organizada do republicanismo” na região norte do Império, o Clube paraense corroborou para a divulgação e compreensão da “ideia nova” na região amazônica, antes, durante e após o advento da República brasileira.¹⁸ A instrumentalização do jornal exerceu papel decisivo nesse sentido.

Entre 1886 e 1889, o ideário republicano foi difundido de Belém às localidades interioranas provinciais, a partir de representantes do Clube da capital. Numa época em que a cidade desfrutava o status de ser um avançado centro político, econômico e intelectual na Amazônia, as cidades do interior mantinham com ela comunicação dinâmica, independente das grandes distâncias. Óbidos, no Vale do Rio Amazonas; Cametá, no Vale do Rio Tocantins; Breves, no Arquipélago de Marajó; em todas as vilas mencionadas foram formados núcleos adesesistas ao Republicanismo ensejado na capital. Em Bragança, Vila de Viseu, Vila de São Caetano de Odivelas, se constituíram três núcleos republicanos organizados, um em cada qual. Curuçá e Marapanim estiveram representadas no Clube da capital através de Gonçalo de Lima Ferreira e Bartholomeu da Conceição Ferreira, respectivamente. Todas as vilas mencionadas estavam localizadas na região altamente povoada do Salgado Paraense.¹⁹

¹⁴ FERREIRA, T. B. *A interiorização da República...*, p. 33.

¹⁵ COELHO, A. W. *A ciência do governar...*, p. 84.

¹⁶ FERREIRA, T. B., op. cit., p. 34.

¹⁷ FARIAS, W. G. *A Construção da República no Pará...*, pp. 28-29.

¹⁸ *Ibidem*, p. 43.

¹⁹ FERREIRA, T. B. op. cit., pp. 36-37, 43. Ver também: FARIAS, W. G. op. cit., p. 32-33.

Uma vez fundado, atuante na capital, e, posteriormente, em regiões do interior provinciano, com suas correspondentes representações, o *Clube* decidiu lançar, sob a forma de um opúsculo, o documento síntese de orientação dos membros. O *Manifesto do Clube Republicano do Pará* apareceu na terceira reunião, realizada na residência do presidente Paes de Carvalho. Um sobrado de azulejos na rua São Vicente, perto da sacristia de Santa Ana, a 31 de maio de 1886.²⁰ Coube a Lauro Sodré a tarefa de redigi-lo, aos 28 anos de idade.²¹

15.3 UMA ETAPA DA EVOLUÇÃO E UM “DIREITO DO POVO” À INSURREIÇÃO: A “REVOLUÇÃO” SEGUNDO O *MANIFESTO DO CLUBE PARAENSE*

No que concerne ao conteúdo, quando comparado ao *Manifesto de 1870*, é inegável o diálogo direto e incisivo com o Positivismo de Augusto Comte (1798-1857) e de seus seguidores mais próximos, como Pierre Laffite (1823-1903). No documento, há outras referências citadas. Entretanto, atende aos nossos objetivos apenas o preponderante diálogo estabelecido com o Positivismo francês.²²

Um segundo detalhe comparativo consiste na existência de um projeto radical explícito no *Manifesto de 1886*; um contraste com a intenção reformista moderada, pacífica e legal, advogada no de 1870. Passados dezesseis anos do início da propaganda na Corte, temos especificamente no primeiro a defesa de um projeto abolicionista e revolucionário para implantar a República no Brasil.²³

Em leitura particular também percebemos o documento dividido em *quatro partes*.²⁴ Na *primeira*, apontam o que defendem: a República federativa. Recorrem à exemplaridade histórica para: se reivindicarem herdeiros de movimentos revolucionários de perfil republicano, ocorridos no Brasil nas datas de 1787, 1817, 1824 e 1848²⁵; indicarem as Revoluções Francesa e Americana como “ensinamento da história” responsável pelo progresso evolutivo da civilização, especialmente a primeira por ter eliminado a Monarquia, identificada com o “Despotismo”, “causa do nosso atraso” e fator de “corrupção”. A Revolução de 1789 é considerada responsável pela superação definitiva do estado teológico-militar da humanidade. Para o Império do Brasil, acreditam ter chegado a “hora da transformação”.²⁶

²⁰ As reuniões do Club ocorriam na casa de seus membros, pois não possuía sede própria (FARIAS, W. G. *A Construção da República no Pará...*, p. 22).

²¹ PESSOA, R. C. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos...*, p. 67.

²² Entre as referências citadas, estão Francisco Sales de Torres Homem, Hebert Spencer, Frei Caneca, Adolphe Thiers, o chileno José Victorino Lastarria, o francês Jean Gustave Courcelle-Seneuil, Tavares Bastos, Charles Darwin, Teófilo Braga (SODRÉ, Lauro Nina. *Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886*. In: PESSOA, R. C. *A ideia republicana no Brasil através dos documentos...*, pp. 70-72, 76-79).

²³ VISCARDI, C. M. R. *Unidos Perderemos...*, pp. 52-59, 62, 65.

²⁴ *Ibidem*, p. 46. Em relação ao *Manifesto de 70*, o paraense de 1886 se difere igualmente por trazer proposições para resolver duas delicadas polêmicas a absorverem a opinião pública do país, nas duas décadas precedentes à queda da Monarquia: a Questão Religiosa e a Abolição do escravismo (*Ibidem*, pp. 63-65).

²⁵ Quanto ao aspecto da herança histórica reivindicada, discordamos do posicionamento de Cláudia Viscardi, para quem os autores teriam procurado se vincularem “aos índios e aos guerreiros, em luta pelo bem do país” (*Ibidem*, p. 46). Ao contrário, não constamos nenhuma referência indigenista ou indianista no manifesto paraense de 1886.

²⁶ De acordo com Maria Tereza, desde 1870 foi criada entre nós uma sensação de atraso; a necessidade de outras narrativas que contrapusessem a “letargia imperial”. Os republicanos saíram na vanguarda ao construir um relato do Republicanismo do povo brasileiro. O próprio Quintino Bocaiuva acreditava que a missão da República no Brasil era completar à obra iniciada na França, dado que o século posterior à Revolução

Criticam a Monarquia do ponto de vista legal. Criticam-na a partir da Constituição de 1824, por essa tentar conciliar dois princípios alegados “contraditórios”, o “Direito Divino dos Reis” e a “Soberania do Povo”.²⁷

Na segunda parte, se propõe a discutir as estratégias para suprimir a Realeza no Brasil. Tais estratégias situam-se no âmbito do dilema liberal “Reforma ou Revolução”.²⁸ Encontramos mais especificações acerca do modelo republicano desejado na *terceira parte*. No início, não usam o termo “Federação”. Empregam um equivalente, a “Descentralização”. Em relação ao de 1870, o *Manifesto Paraense* traz uma novidade. Defende abertamente a “emancipação dos cativos”, vista como uma “questão social”. Estabelece “República” e “Escravidão” como termos antitéticos, ao opor “uma monarquia de escravos” a uma ansiada “república de homens livres”.²⁹

Consideramos a *quarta parte* uma espécie de conclusão. Nela há um evidente chamado à luta. Aponta-se o risco do advento do possível Terceiro Reinado. É feito convite à preparação para a mudança política: a “proclamação da república”.³⁰

Para nossos propósitos, nos concentramos especificamente em argumentar sobre alguns aspectos presentes nas duas primeiras partes do documento político, pois, em ambas acreditamos manifesta, de um modo bastante peculiar, a retórica do Republicanismo revolucionário. Por meio dela propuseram a via e o modelo de República desejado para o país.

Já na *primeira parte*, no exemplo da Revolução Francesa buscaram a explicação da derrocada do “Despotismo”, sob ponto de vista histórico:

Ainda batem-nos os ouvidos os ecos derradeiros das catástrofes medonhas, que deram resultado à constituição das nacionalidades modernas, e cujo estampido violento chegou até nós refletido nas quebradas íngremes da história. Até no cimo altaneiro onde estava Deus subiu o grito da razão humana; e a Convenção, abolindo a realeza e o cristianismo, tentou a reorganização social sem Deus e sem rei. (...) As eneias [alusão ao guerreiro Eneias da Guerra de Troia] e pesadas grades da Bastilha houve de cair diante da onda da revolução triunfante; e a cabeça de Luís XVI, batida nos degraus do patíbulo, é a mais incontestável demonstração da intensidade das forças sociais. Aí ficava clara e evidente a inidade das velhas teorias políticas baseadas no sistema de filosofia teológica, que faziam o chefe da nação um semideus.³¹

Nos trechos mencionados a seguir, nos chama a atenção um procedimento intelectual no mínimo inusitado. À primeira vista, podemos até dizer contraditório para o padrão conservador reformista do Cientificismo oitocentista; e do mesmo modo, para a disputa entre a corrente reformista-evolucionista e a corrente revolucionária, coexistentes no Republicanismo brasileiro. Nos referimos ao atrelamento do Positivismo a um projeto radical de mudança política para

Francesa deveria ser o da “República Universal” (MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: Cultura democrática e científica no final do Império. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007, p. 134).

²⁷ SODRÉ, L. N. Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886. In: PESSOA, R. C. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos...**, pp. 67-74.

²⁸ *Ibidem*, pp 74-78.

²⁹ *Ibidem*, pp. 78-82.

³⁰ *Ibidem*, pp. 82-83.

³¹ *Ibidem*, pp. 68-69.

o Brasil. Inicialmente, a aparente contradição decorre do fato de observarmos a tentativa de conjugar o radicalismo a uma doutrina filosófica cuja essência consiste em afirmar a necessidade de “ordem”, como imperativo categórico do “progresso”.³²

Assim nos parece apresentado no manifesto redigido por Lauro Sodré, um republicano positivista de formação militar. No conteúdo do documento há um fator que nos induz a lhe reforçar a atribuição de autoria. A proximidade da abordagem sobre Revolução com aquela presente na Carta *ao Imperador*, publicada n’ *A Província do Pará*, em 1885.

Ao conceberem a supressão da Monarquia, assentada no direito divino dos reis, como um processo natural da “lei eterna”, que é a evolução das sociedades humanas, os republicanos paraenses quiseram inserir a Revolução como elemento integrante do processo social evolutivo: “Por virtude da evolução, essa lei eterna, que rege todos os fenômenos naturais, que vai do microcosmo ao macrocosmo (...), a luz da civilização pôde penetrar os antros do despotismo [a Monarquia] e varrer da superfície da terra a sombra dos autocratas.”³³

A essa “lei eterna”, fonte e origem do “progresso”, o Império do Brasil não estava imune, porquanto creem em 1886 “que para nós é chegada a hora da transformação, que há de trazer-nos como fruto a substituição da realeza pela República, a queda do poder divino diante do poder humano, a sucessão da soberania do rei, pela soberania do povo.”³⁴ Querem dizer, seguindo a teoria social evolutiva de Augusto Comte, que havia chegado no país o momento de alcançar o último dos três estados trilhados pela Humanidade, o “estado Positivo”, no qual imperaria a ciência no plano social, político e material.³⁵ Afirmam o momento de advento da República entre nós.

Eles criticam a Carta de 1824 por ter permitido a tentativa de conciliar os dois princípios de soberania, considerados opostos por natureza. Por meio Augusto Comte definiram a tentativa de “política estacionária”, que consiste em “fixar a sociedade em uma situação contraditória entre a retrogradação e a regeneração por uma vã ponderação mútua entre o instinto de ordem e o de progresso.”³⁶

Na *segunda parte*, reaparece o aparente contraditório. Mais explicitamente, os republicanos do Pará recorrem ao jargão etapista e evolucionista do Positivismo ortodoxo francês, para justificarem a hipótese da mudança de regime no Brasil ocorrer por meio de uma Revolução violenta.

Já no começo se vinculam à Escola Positivista. Afirmam não terem se levantado “para derramar a ruína ou plantar a desordem”. Se dizem comprometidos com o “desenvolvimento da ordem”, de modo que o Brasil, seguindo a

³² Para leitura da relação entre Augusto Comte e as noções de “Ordem” e “Revolução”, no âmbito de uma análise aplicada à apropriação do Positivismo e seu posterior desenvolvimento no Brasil, indicamos: TORRES, João Camilo de Oliveira. **O Positivismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018, pp. 81, 181, 267. (Série n.5).

³³ SODRÉ, L. N. Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886. In: In: PESSOA, R. C. **A Ideia Republicana no Brasil através dos documentos...**, p. 69.

³⁴ *Ibidem*, p. 70.

³⁵ Sobre a Teoria dos Três Estados de Comte, indicamos: COMTE, Augusto: vida e obra. **OS Pensadores**. Seleção de Textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Vol. 33, pp. 9-12.

³⁶ COMTE, Augusto apud SODRÉ, L. N. Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886. In: PESSOA, R. C. op. cit., p. 72.

trilha do progresso, superasse “regime decaído da organização militar”, e se organizasse segundo “princípios do regime científico – industrial...”³⁷

Num primeiro instante, relembram e reafirmam a opção reformista moderada do precursor *Manifesto de 70*; entretanto, por causa da mudança de conjuntura, visto que estavam na segunda metade da década de 1880, declaram a Revolução popular um recurso indispensável:

Cabe-nos, porém, a nós, agora e aqui, confessar com franqueza aos nossos concidadãos a convicção em que estamos de que não será sem comoção e abalo, que há de desaparecer do país o trono dos Césares. Cremos que há de vir de *baixo* a revolução destinada a quebrar as armas da tirania consagrando os instrumentos da democracia.³⁸

Alçada agora à condição de necessidade, a Revolução é pareada a um termo equivalente, “Insurreição”.³⁹ Ao tomarem de empréstimo do Positivismo termos de vocabulário organicista, etapista e evolucionista, eles a reconhecem como “direito dos povos” face à “Tiranía”, ao “Despotismo”, encarnados pela Monarquia:

Nós reconhecemos aos povos o direito à insurreição (grifo nosso). Há momentos em que os empecos levantados pelo obscurantismo contra o avanço da engrenagem social, tem de ser removidos pela força das multidões. São fatos naturais na ordem social esses choques violentos chamados revoluções. E a história registra em luzidas páginas essas vitórias das forças progressivas contra os elementos da reação. Na evolução dos povos em demanda do melhor, em luta pela obtenção de formas de organização aperfeiçoadas, são as agitações sociais acontecimentos necessários e inevitáveis.⁴⁰

³⁷ COMTE, Augusto apud SODRÉ, L. N. Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886. In: PESSOA, R. C. **A Ideia Republicana no Brasil através dos documentos...**, p. 74.

³⁸ *Ibidem*, p. 75.

³⁹ Na sétima edição (1878) do *Dicionário Antonio de Moraes Silva*, “Insurreição” apresenta sentido polissêmico, mais do que aquele encontrado no *Dicionário Cândido de Figueiredo* (1899). Nesse último, consiste no “ato de insurgir; rebelião (...); oposição vigorosa”. Para além da acepção astronômica cíclica, “Revolução” é “transformação violenta e mais ou menos rápida da situação política ou social de um Estado ou de um país”. No primeiro léxico (1878), “Insurreição” aparece mais como conceito, associado quase sinonimicamente a outros como “Motim”, “Sedição” e “Revolução”, guardadas as devidas dimensões de cada qual; porém, todos “tem relação com os diversos movimentos, ou diferentes desígnios, que o povo põe em execução contra a autoridade que o governa”. Em acepção lata, trata-se de “sublevação, levantamento”. Em sentido particular, “é o estado em que se acha um povo depois que se levantou, e se armou para combater a autoridade a que estava sujeito, e que publicamente declara não reconhecer por legítima”. É considerada mais geral e duradoura do que o “Motim”, ao indicar “uma força disposta constantemente a contrastar a autoridade”, com objetivo de derrubá-la e conquistar a independência dos que se insurgiram. Uma vez, tal como a “Revolução”, pode ser preparada pela Sedição – uma disposição dos espíritos – através do suborno de gente e formação de bandos. O primeiro dicionário (1878) também a trata de modo antitético no que concerne à “Revolução”: “A *insurreição* muda de nome segundo o modo como se considera, e a opinião e sentimentos dos que a consideram. Conserva o nome de *insurreição* entre os que lhe atribuem uma ideia de direito e justiça; e de *revolução* entre os que consideram como injusta e criminosa”. Pode ainda ser designada “restauração”, caso a luta for contra o estrangeiro para “recobrar a independência nacional”. Acreditamos que no *Manifesto Republicano de 1886 do Pará*, o sentido de “insurreição” aproxima-se mais das definições ampla e particular citadas do dicionário de 1878; contudo, está na totalidade empregada como sinônimo de “Revolução”. Ver: MORAES SILVA, Antônio de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 7 ed. Tomo II. F-Z. Lisboa: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves-Editor, 1878, pp. 178-179; FIGUEIREDO, Cândido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. I. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Imão, 1899, p.764; FIGUEIREDO, Cândido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. II. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Imão, 1899, p. 463.

⁴⁰ SODRÉ, L. N. Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886. In: PESSOA, R. C. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos...**, p. 75.

Ora, de qual fonte proveio a aparente contradição de requisitar no repertório positivista termos e argumentos na construção de uma linguagem republicana revolucionária radical? A identificamos na citação de Pierre Laffitte⁴¹, no intento de justificar a rebelião enquanto um direito:

No curso dos acontecimentos políticos, quando uma organização temporária tem prestado todos os serviços de que era suscetível, e torna-se um obstáculo definitivo à existência regular e ao desenvolvimento de uma nação, a oposição a um semelhante regime, a insurreição mesma, são necessárias, e esta pode ser tão legítima com o golpe de Estado.⁴²

Recorremos a algumas explicações a nos auxiliarem no esclarecimento da emblemática associação entre o Positivismo e o recurso à Revolução, presente no projeto radical concebido pelos republicanos paraenses, no *Manifesto de 1886*. Com antecipação, ressaltamos que tal discussão encontrou posteriormente outro terreno fértil para florescer, já no começo da Primeira República Brasileira. Em decorrência do envolvimento de positivistas nos eventos da Revolta da Vacina, a problemática da relação entre a doutrina de Augusto Comte com o “direito à insurreição” e com o “recurso à Revolução” tornou-se alvo de polêmica na imprensa. Em 1904, a situação colocou Teixeira Mendes (1855-1927) de um lado, a refutar qualquer rasgo de revolucionarismo recomendado pela doutrina de Comte; do outro, apareceu o Major Gomes de Castro (1864-1927) a defender a existência de tal recomendação.⁴³

Norbert Elias nos explica que o filósofo de Montpellier, tal como Karl Marx, fez da problemática da transformação da sociedade humana, concebida enquanto um organismo, o fulcro de pesquisa. A experiência perturbadora da Revolução Francesa teria sido decisiva na formação de Augusto Comte.⁴⁴

Como se sabe, a teoria organicista, etapista e evolucionista do Comtismo teve como precursores o *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*, obra do Marquês de Condorcet (1743-1794), e as ideias do

⁴¹ Entre os seguidores convictos de Augusto Comte se destacaram Maximilien Paul Émile Littré (1801-1881) e Pierre Laffitte (1823-1903). Littré foi filósofo, lexicógrafo, membro do Conselho Municipal de Paris após a Revolução de 1848. Tornou-se Membro da Academia Francesa em 1871 e Senador três anos depois. O encontro com Comte ocorreu nos anos 1840, aos 39 anos de idade. Divulgou os ensinamentos do mestre através do *Le National*. Contudo tornou-se um discípulo dissidente, representante da corrente heterodoxa do Positivismo, por ter renegado a Religião da Humanidade. É considerado o intermediador entre a doutrina de Comte e os “pais fundadores” da Terceira República: A. Thiers, L. Gambetta, Jules Féry. Foi responsável pela introdução do termo “Oportunismo” no léxico político francês. Laffitte nasceu em Béguey. Foi aluno do Liceu de Bordeaux. Concluiu estudos clássicos no Liceu Carlos Magno, em Paris, e, em seguida realizou curso de preparação para a Escola Politécnica. Começou os estudos sobre o Positivismo em 1848, aos 19 anos, a partir do quinto volume do *Curso de Filosofia Positiva*, na Biblioteca Nacional. Diferentemente de Littré, aderiu principalmente à última fase do pensamento do mestre. Em Paris de 1877, ambos foram visitados pelo cofundador da Sociedade Positivista Brasileira, Miguel Lemos (1854-1917). Lemos se decepcionou com o Littréismo e tornou-se adepto fervoroso da Religião da Humanidade, dirigida por Laffitte. Acerca dessas informações, conferir: CORRA, Émile. **Pierre Laffitte**: successeur d’Auguste. Paris: Revue Positiviste, 1923, pp. 3-8; COMTE, Augusto: vida e obra. **OS Pensadores...**, pp. XVI-XVIII; NICOLET, Claude. **L’idée républicaine en France (1789-1924)**: Essai d’histoire critique. Paris: Éditions Gallimard, 1994, pp. 156, 190-194, 294.

⁴² LAFFITE, Pierre apud SODRÉ, L. N. Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886. In: PESSOA, R. C. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos...**, p. 75. Nessa frase, Pierre Laffitte faz alusão à Revolução Francesa. Ela pode ter sido parte do discurso pronunciado em 1891, durante a inauguração da estátua em homenagem ao revolucionário George Danton (1759-1794), em Paris. Para maiores detalhes, ver: VISCARDI, C. M. R. V. **Unidos Perderemos...**, pp. 56-57. Ver também: LEAL, Elisabete da Costa. **Filósofos em Tintas e Bronze**: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá. Tese (Doutorado em História Social). UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. 298 p.

⁴³ Para maiores detalhes, conferir: COSTA, Cruz. O Positivismo e o recurso de insurreição. In: **O Positivismo na República**: Notas sobre a História do Positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, cap. V, pp. 45-47.

⁴⁴ ELIAS, Norbert. Para a fundamentação dos processos sociais. In: **Escritos e Ensaios**. RJ: Zahar, 2006, vol. 1, cap. 7, p. 199.

mentor desse, Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781). Da tradição romana e da Revolução Francesa, Comte pôde conceber a ideia de “ditadura republicana”⁴⁵, necessária ao alcance da última fase da Evolução da sociedade humana, o estado positivo.

Tributária do Iluminismo setecentista, a ideia de “Progresso” foi apropriada pelos pensadores do Oitocentos. François Dosse sustenta que tanto os defensores do imobilismo quanto os da mudança, entre eles o próprio Comte, comungaram de um esquema global baseado na Revolução e no progresso contínuo.⁴⁶ Na mesma linha de raciocínio, Anthony Giddens indica o movimento de 1789 como responsável pela produção de um ciclo de revolução e restauração na história francesa a ponto de criar uma conjuntura política e social, a ter induzido o filósofo francês a incorporar e dar expressão, em seus escritos, ao precário equilíbrio entre influências conservadoras e liberais.⁴⁷

De fato, entendemos que a teoria da história resultante procurou a possibilidade de conciliação permanente entre o espírito de conservação e o espírito de melhoramento. Em outros termos, entre a “ordem” e o “progresso”. Comte pensou os três estados como etapas sucessivas em contínua mudança, porém no âmbito de uma ordem estável e permanente.⁴⁸

À luz de tais pormenores⁴⁹, do ponto de vista estratégico consideramos que os republicanos paraenses não foram contraditórios, ao recorrerem ao repertório positivista para justificarem o recurso indispensável à Revolução violenta, a fim de transformarem politicamente o país numa República. Recorreram a uma operação consentida pelo Positivismo ortodoxo (Laffittismo): a assimilação da Revolução pela Evolução. Ou seja, no próprio pensamento positivista tornou-se concebível a forma radical assumida pela primeira como etapa do processo político evolucionista. Como veremos, no próximo capítulo, Assis Brasil foi o teórico que melhor pôde sintetizar tal proposição no país.

Nos vemos diante de um singular exercício de adaptação de ideias estrangeiras a específicas circunstâncias, local e nacional. Lembramos de um detalhe. Mais do que os históricos de 1870, os republicanos paraenses se encontravam temporalmente próximos do Centenário de 1789, cuja data de 14 de Julho seguia anualmente celebrada no país. Conforme pudemos demonstrar na seção 4.1 do capítulo quarto da tese.

⁴⁵ COMTE, Auguste: vida e obra. **Os pensadores...**, p. VI. Lembramos que Comte emprega o termo “Ditadura” não no sentido negativo de “Totalitarismo”, de “Despotismo” ou de “Tiranía”, forma degenerada segundo o quadro politológico clássico dos tipos de governo. Em Comte, “Ditadura” refere-se tão somente a “governo”. Em alusão à conjuntura do Golpe de Estado de 02 de dezembro de 1852, do qual mostrou-se favorável por ter abolido o regime parlamentar e ter instalado inicialmente a ditadura republicana, o filósofo compreende que a situação ditatorial satisfaz a uma condição indispensável à reorganização espiritual, qual seja, à liberdade de exposição (de expressão de pensamento). Assim, “Ditadura” em Comte possui um sentido regenerador, contrário ao da “tiranía retrógrada”. Para maiores detalhes, ver: COMTE, Augusto. Catecismo Positivista. Tradução e notas de Miguel Lemos. In: **Os Pensadores...**, p. 123.

⁴⁶ DOSSE, François. Clio no exílio. In: **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. SP: UNESP, 2011, cap. 9, p. 174.

⁴⁷ GIDDENS, Anthony. A sociologia política de Durkheim. In: **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico contemporâneo**. SP: Unesp, 1998, cap. 3, p. 106.

⁴⁸ COMTE, Augusto. Discurso sobre o espírito positivo. Tradução de José Arthur Giannotti. 1844, segunda Parte. In: **Os Pensadores...**, pp. 66-68. Ver também: VISCARDI, C. M. R **Unidos Perderemos...**, p. 50.

⁴⁹ Aportes para a discussão apresentada foram empregados na explicação desenvolvida acerca da relação entre o Iluminismo setecentista e o Cientificismo do Oitocentos. Cf. VITAL, D. L. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira...**, pp. 145-148.

Outrossim, encontramos em Ângela Alonso argumentos a tornarem ainda mais plausível a busca de justificativas, para reivindicarem um projeto mudancista radical da forma de governo, a partir de uma doutrina filosófica calcada no princípio de “ordem”.

Ao trabalhar com a noção de “repertório”, a autora mostra como membros do movimento político-intelectual de 1870, Lauro Sodré particularmente em questão, buscaram no repertório do Cientificismo europeu do Oitocentos elementos por meio dos quais pudessem contestar a tradição liberal-romântica, fundante do Império brasileiro. Reinterpretaram os fundamentos dessa tradição – o Catolicismo hierárquico, a Monarquia escravocrata e o Liberalismo Estamental – a partir de elementos seletivamente incorporados das teorias estrangeiras de mudança social, entre as quais destaca-se o Positivismo. Assim procederam de tal modo a formularem a crítica de contestação aos alicerces do *status quo*, atrelando-o ao “Antigo Regime”, incompatibilizando-o com a Modernidade e associando-o à decadência.⁵⁰ Através da leitura dos textos dos republicanos paraenses e dos apontamentos da autora, entendemos que a justificativa para uma Revolução republicana no Brasil, fosse moderada ou fosse violenta, podia ser perfeitamente concebível a partir da apropriação seletiva de elementos de tais teorias.

Pensamos que a convergência do Positivismo com a Revolução, assentida pelos republicanos paraenses do círculo de Lauro Sodré, no *Manifesto de 1886*, lhes colocam muito mais próximos da futura corrente revolucionária apregoada por Silva Jardim⁵¹; a contrapelo das normativas da corrente reformista-evolucionista, liderada por Quintino Bocaiúva. Ao menos até o momento em que este ainda não havia aceito recorrer a meios radicais violentos para fazer a República – ou seja, até 1882. Assim acontece, pois, ao sustentarem a derrubada da Monarquia dos Braganças, pela via da violência popular, poderiam corroborar, ainda que não obrigatoriamente, com a perspectiva positivista do republicano radical fluminense, para o qual a Evolução deveria levar inexoravelmente à Revolução.⁵²

15.4 A INSURREIÇÃO COMO “DIREITO DOS POVOS” N^o A REPÚBLICA PARAENSE DA PRIMEIRA FASE

Na terceira reunião do Clube, ocorrida na casa de Paes de Carvalho, igualmente foi deliberada a criação de um jornal, a fim de divulgar a proposta da agremiação. Assim surgiria *A República* do Pará, em primeiro de setembro de 1886.⁵³ Para além da capital, circulou em algumas regiões da Província. Em Belém, escritório e redação localizavam-

⁵⁰ ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento**: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. SP: Paz e Terra, 2002, pp. 176-178, 238; ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000, pp. 45-50.

⁵¹ Do ponto de vista da defesa da linha de ação política, não concordamos com o argumento de não ter havido outros pontos de convergência, para além das práticas de propaganda, entre republicanos paraense e o pensamento de Silva Jardim. Inclusive ressaltamos uma correção. Silva Jardim não prosseguiu a antecampanha monárquica na trilha do Conde d’Eu até Belém do Pará. Após o incidente em Recife, decidiu visitar algumas vilas do interior pernambucano e retomar à Corte (FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. SP: Humanitas, 2008, pp. 136-140). Sobre a discordância, ver: FERREIRA, T. B. **A interiorização da República...**, pp. 140-141.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque. Livro Quinto. A Caminho da República. In: **O Brasil Monárquico**: do Império à República. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. t. 2. v. 7, p. 337.

⁵³ Na primeira fase, o jornal do Clube circulou diariamente de 1^o de setembro de 1886 a 15 de maio de 1887 (BOEHRER, G. **Da Monarquia à República...**, p. 171).

se na Rua Nova de Sant'Anna, no nº 32. H. Barjona de Miranda era o Gerente. Trimestralmente, a assinatura na capital equivalia a 3\$000 réis. Fora de Belém, a folha só podia ser assinada por semestre, sob o custo de 8\$000 réis. Não passava de 40 réis a aquisição do exemplar avulso. Toda a redação estava a encargo do Diretório do *Partido*, cujo Presidente era o Dr. José Paes de Carvalho. Todos os integrantes apresentavam nível de instrução superior.⁵⁴

Para além de Lauro Sodré, compuseram o núcleo redatorial Paes de Carvalho, Justo Chermont, Henrique Santa Rosa e Manuel Barata. Quando publicava individualmente no jornal, Lauro Sodré assinava a produção com pseudônimo “Diderot”, referência ao iluminista enciclopedista francês.⁵⁵ Anteriormente, se valeu de outro, “Danton”, para publicar em jornais da capital da província.⁵⁶

Os dados indicados são relativos aos cento e oitenta e cinco exemplares publicados na primeira fase da folha, cuja vigência se estendeu até 15 de maio de 1887. Uma das marcas destacadas da primeira época de circulação foi a ausência do emprego de iconografia para divulgar o ideal professado. Provavelmente relacionada à falta de recursos técnicos e financeiros. Inclusive, atribui-se à situação financeira crítica a responsabilidade pelo fechamento da oficina, em 1887.⁵⁷

Do ponto de vista editorial, segundo William Farias, ao lado da Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa compôs o quadro da história dos grandes acontecimentos frequentemente discutidos nos artigos do jornal e adaptados ao pensamento político dos republicanos paraenses. Num aspecto mais amplo,

O movimento francês, portanto, inspirou os republicanos brasileiros. Daí os frequentes discursos de exaltação aos principais protagonistas da Revolução Francesa e aos acontecimentos mais marcantes do período. Consta-se assim uma “apropriação” desse ideário pelos republicanos brasileiros, pois havia a necessidade de um conjunto simbólico de heróis, datas, princípios de orientação política que possibilitassem uma definição nacional com base no regime republicano.⁵⁸

Em 07 de setembro esteve o jornal republicano a esbravejar ter sido a Independência brasileira uma “farsa”. A data, um falso “dia da independência nacional”, pois era o “aniversário da realeza”. O editorial ressentido o modo pelo qual se operou o processo de independência no Brasil, quando comparado ao conjunto de outras nações americanas, as antigas Treze Colônias do Norte e as da parte espanhola.

Ao invés de ter seguido o movimento da “grande Revolução”, que operava criando sistemas republicanos federativos na maior parte do continente, aqui o movimento republicano teria sido “abafado” por causa da “comédia do

⁵⁴ DECLARAÇÃO necessária. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant'Anna-32, nº 10, 14 set. 1886, Expediente, p. 2. Ver também: FERREIRA, T. B. **A interiorização da República...**, p. 38.

⁵⁵ Ver: REGO, Clóvis Moraes. **O Labirinto do Pseudônimo**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2005, p. 11.

⁵⁶ COELHO, A. W. **A ciência de governar...**, p. 84.

⁵⁷ FARIAS, W. G. **A Construção da República no Pará...**, pp. 22, 27.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 24.

Ipiranga”. Particularmente no Pará, a Independência já proclamada no Rio de Janeiro, sob ordens do Príncipe-Regente D. Pedro, não teria passado de uma imposição armada.⁵⁹

À divulgação de mais uma parte do Manifesto do Clube, segue a leitura de uma obra a analisar o período histórico revolucionariamente agitado na Província. Trata-se de *Motins Políticos - Ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Grão Pará. Desde o Ano de 1821 até 1835*, do jurista, político e historiador Domingo Antonio Raiol, o Barão de Guajará (1830-1912). Na obra, o autor dedicou especial atenção à Revolução popular local, conhecida como Cabanagem (1835-1840).⁶⁰

Assim, se consta que na data de comemoração fundacional do Império, estiveram os republicanos da província do extremo norte a resgatar, para a memória do público, o “espírito e caráter das rebeliões Paraenses”.⁶¹ Porém, na publicação subsequente apresentam perceptível contradição no que diz respeito ao dilema liberal “Reforma ou Revolução”. Apesar de terem investido no tema da radicalidade política, firmam escolha pela moderação. Por ora, dizem ter por meta recorrerem aos meios legais para a luta em favor da República: “Esta folha tem por missão principal discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema republicano federativo no Brasil: pugnar dentro da legalidade monárquica, por todas as reformas que facilitem o advento da democracia. A linguagem da folha será invariavelmente moderada e cortês (...).”⁶² A redação não estava predisposta a aceitar escritos em linguagem virulenta e insultuosa.

A campanha política do *Clube Republicano* voltava-se contra o comportamento bajulador dos liberais em relação ao Rei. Nesse ponto, os republicanos são irônicos ao rememorarem o *Manifesto do Centro de 68*: “Nós somos tão liberais que até pregamos a democracia. Uma vez exigimos a Reforma, ou, em caso contrário, ameaçamos o governo imperial com uma Revolução.”⁶³

A toda oportunidade aproveitavam para atirar “pedrada na pessoa do monarca”. A Monarquia é descrita como fonte de corrupção para os liberais, haja vista que sempre teria governado com os conservadores. Através da distribuição de títulos e cargos, D. Pedro II teria modificado o caráter de homens como Torres Homem, Lafayette, Sinimbu, Saraiva e Martinho Campos. Queriam dizer que os liberais apostavam no erro em sustentar um programa de reformas sob a Monarquia.⁶⁴

⁵⁹ O SETE de Setembro. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 6, 7 set. 1886, *A República*, p. 2.

⁶⁰ Para maiores detalhes, ver: LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Motins políticos e Historiografia Imperial: a inserção de um intelectual amazônico nos quadros do IHGB. Almanack*. Guarulhos, n. 01, p.88-104, 1º semestre 2011.

⁶¹ VERÍSSIMO, José. Do espírito e caráter das rebeliões paraenses. *Motins Políticos do Pará*. In: **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 6, 7 set. 1886, Colaboração, p. 3.

⁶² DECLARAÇÃO necessária. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 10, 14 set. 1886, Expediente, p. 2.

⁶³ AO Partido Liberal. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 10, 14 set. 1886, *A República*, p. 2.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 2.

Se no *Manifesto de 1886* os correligionários do círculo de Lauro Sodré estavam de acordo com a hipótese da República no Brasil resultar de uma Revolução, a leitura do órgão do Clube na imprensa nos permite afirmar, terminantemente, que eles a desejaram. Para isso ampliaram explicações de causas e justificativas. Igualmente apontaram dificuldades para a concretização do objetivo por tal via. Nas próximas linhas, seguimos tais rastros através de leitura pormenorizada de edições do órgão paraense.

Ao pregarem a Revolução republicana na província do extremo Norte do Império, utilizaram o conceito “Insurreição”, sobre o qual já dissertamos. Conceberam o “povo” como agente. Percebemos que o conceito de “Povo”, empregado pela retórica revolucionária dos agentes, encontra-se próximo ao sentido de “Pátria”. Ou seja, limite do solo em que se nasce. De certo modo assume acepção restrita aos habitantes da província. Às vezes também faz alusão à “Multidão”.⁶⁵

Em nota, expusemos que o conceito “Insurreição”, empregado no documento de 1886, guarda maior proximidade com a definição encontrada no Dicionário Moraes Silva (1878). Com o suporte do padrão normativo lexical, podemos indicar que quiseram dizer se tratar de sublevação e/ou levantamento de um povo contra o governo de uma autoridade, considerada sem legitimidade. Não num sentido próximo ou até antitético (restauração), segundo o dicionário citado, mas sinonimicamente equivalente ao significado moderno de “Revolução”.⁶⁶

Nas páginas d’*A República* reenfatizaram a insurreição como um “direito do povo”. De modo justificativo recorreram a passagens da Revolução Francesa por intermédio do repertório do Positivismo ortodoxo, representado na opinião de Pierre Laffitte. Algumas repetidas vezes, retomaram alegações feitas no manifesto.

De balde, assim não procederam. Do ponto de vista jurídico, o processo revolucionário francês oferecia fundamento a qualquer movimento posterior cujo intento fosse o de contestar autoridades instituídas, particularmente as de natureza monárquica. Já tratamos a respeito na seção 3.1 do capítulo terceiro da presente Tese. A *Declaração de Direitos* da Constituição da República Francesa do Ano I, a chamada Constituição Montanhesa (Jacobina), concebe a resistência à opressão como consequência dos Direitos do Homem.⁶⁷

A Carta declaratória define o quadro de via de mão dupla na relação indivíduo–sociedade em que é atestada a opressão: “Há opressão contra o corpo social quando apenas um de seus membros é oprimido. Há opressão contra cada membro quando é oprimido o corpo social”.⁶⁸ A insurreição contra um governo opressor, ou seja, contra o que viola os

⁶⁵ Acerca do desenvolvimento semântico do referido conceito, no século XIX brasileiro, indicamos mais uma vez: FERREIRA, Fátima de Sá e Melo. Entre viejos e nuevos sentidos: “Pueblo” y “pueblos” en el mundo iberoamericano entre 1850 y 1850. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850*. Madrid: Fundación Carolina, 2009, pp. 1117-1118.

⁶⁶ MORAES SILVA, Antônio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*..., pp. 178-9.

⁶⁷ Article 33. – La Résistance à l’oppression est la consequence des autres Droits de L’homme. Ver : **CONSEIL Constitutionnel** – Constitution du 24 juin 1793, p. 3. Disponível em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-lafrance/constitution-du-24-juin-1793.5084.html>. Acesso em 10 nov. 2016.

⁶⁸ Article 34. - Il y a oppression contre le corps social lorsqu’un seul de ses membres est opprimé. Il y a oppression contre chaque membre lorsque le corps social est opprimé. Ver: **CONSEIL Constitutionnel** – Constitution du 24 juin 1793, p. 3.

direitos do povo, é definida como “o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres”, “para o povo e por cada porção do povo.”⁶⁹ Em suma, tal como o texto magno revolucionário prescreve, os republicanos do Pará proclamaram a insurreição enquanto um direito do povo contra a opressão de governos, particularmente o do Imperador D. Pedro II.

Em 18 de dezembro de 1886, a redação respondeu aos questionamentos de um dos redatores da *Província do Pará*, para quem o melhor meio de fazer com que os princípios republicanos vingasse era incitar e convidar “o povo para uma bernarda.”⁷⁰ Para o “colega”, as pregações dos republicanos não surtiam efeito em meio ao povo paraense devido ao “amesquinamento” provocado pela “corrupção monárquica”. Em resposta, ponderou ser na ocasião “ainda cedo para nós provocarmos um levantamento contra o governo usurpador dos direitos de todos.”⁷¹

A resposta apresentada soa contraditória, porém, com justificativas. Os redatores citam a própria Constituição para ser autorizada a reforma ou a revogação do texto magno. Afirmam quererem agir dentro da “legalidade monárquica”, para no momento certo promoverem a mudança da forma de governo. Prometem não recuar como fizeram os liberais. Em seguida, dizem que aconselhariam ao povo a revolta e conspirariam contra as instituições monárquicas. Proclamariam os princípios republicanos “por todos os meios, até à mão armada, se tanto for preciso”. Reiteram o Manifesto de 31 de Maio: “Nós reconhecemos aos povos o direito à insurreição.”⁷²

Por ora, acreditam apenas poderem discutir e esclarecer, porque em todos os pontos da província “Imperam a corrupção e a fraude”. Elencam uma gama de motivos a impedirem o avanço e a adesão ao Republicanismo: a venda da consciência política em prol de empregos públicos; a venda de votos; pedidos de empréstimos pecuniários da parte de novos adesistas.⁷³

Na primeira edição de 1887, recusam dar votos de “boas festas” aos conterrâneos face ao quadro de degradação, “de misérias e escândalos”, pelo qual passava o povo paraense. Acusam a Monarquia de “despotismo” ao conspirar contra a província, submetendo-a à “tirania”, à “fraude”, à “corrupção”, à “escravização” e à “desconcientização popular”. Ponderam ter chegado a hora de agitar as massas, chamando as consciências ao seu dever: “Já é preciso que se diga ao povo que, nos momentos supremos, cabe-lhe o recurso extremo da insurreição, a revolta contra os opressores, a guerra contra os tiranos. Os meios pacíficos de discussão já não bastam. A violência responde-se com a violência, à opressão com a revolta”.⁷⁴

⁶⁹ Article 35. - Quand le gouvernement viole les droits du peuple, l'insurrection est, pour le peuple et pour chaque portion du peuple, le plus sacré des droits et le plus indispensable des devoirs. Ver: **CONSEIL Constitutionnel** – Constitution du 24 juin 1793, p. 3.

⁷⁰ Termo referente ao movimento revolucionário “Maria Bernarda” ocorrido em Braga (Portugal), em setembro de 1862, contrário ao aumento local de impostos.

⁷¹ OBSTÁCULOS ao progresso à ideia republicana no Pará. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 90, 18 dez. 1886, *A República*, p. 2.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ AO Povo. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 101, 01 jan. 1887, *A República*, p.2.

Os republicanos estavam a acusar a administração centralizadora da Monarquia, que lhe permitia “esgotar nossos recursos e exaurir nossas riquezas”. Criticam-na por lhes enviar Presidentes, verdadeiros “Neros”, predispostos a arruinarem a província. Proclamam os interesses do Pará contrários às instituições monárquicas; o rompimento com a centralização da Corte; e clamam por uma “nova política” sob a bandeira da “República Federativa.”⁷⁵

Os republicanos paraenses defendiam o direito de insurreição dos povos tal como era concebido o direito de legítima defesa aos indivíduos, “nos códigos das nações civilizadas”. Nesse ponto, estavam de acordo com Jacinto Nunes (1839-1891)⁷⁶, republicano português gambetista cuja vida universitária foi influenciada pelos ideais da Revolução Francesa, por intermédio das leituras de Quinet, Guizot, Pelletan.⁷⁷

Republicanos espanhóis, cultores do Republicanismo francês, também tiveram o que oferecer ao projeto radical dos paraenses, no que diz respeito ao direito de insurreição contra governos monárquicos. Emilio Castelar da década de 1880 condenava a insurreição. O ideal defendido já não casava com as violências da Revolução: “Espera que a república virá na Espanha pelos caminhos direitos do progresso, dos desenganos monárquicos, e da evolução social e histórica”. Nicolás Salmerón (1838-1908), por outro lado, preferia a guerra; mas no campo da tribuna, da imprensa e da eleição, “sem, todavia, contestar aos povos o direito de insurrecionarem”. Considerou a insurreição um direito dos povos oprimidos; aos livres, lhes bastava a propaganda republicana. Já Ruiz Zorrilla (1833-1895) “não crê senão na revolta. É da revolta militar que este espera a queda da monarquia.”⁷⁸

Precavidos face a possíveis discursos taxativos, os republicanos do Pará se autoconsideravam “destruidores-reconstrutores”. Encontraram na justificativa dada pelo Comitismo à Revolução Francesa o fundamento dessa autoimagem:

A insurreição é um direito. Não somos dos que, arrastados por ideias subversivas e doutrinas revolucionárias, tem por lema - tudo destruir; - antes, pelas nossas crenças, filiamo-nos à escola dos que adotam o aforisma de Danton – não destruir sem reconstruir, - e fazemos nossos os princípios da moderna filosofia, cujo fundador distribuiu aos seus consecrários esta senha – *ordem e progresso*.⁷⁹

Não desejavam ser tachados de “demolidores irracionais ou de perturbadores da ordem social”. Afirmam não pregarem a “anarquia”; menos ainda o “desgoverno”. Declaram ser um direito da coletividade subjugar, ainda que por meios violentos, a autoridade que obsta o progresso social, ao dificultar o advento de reformas desejadas pelo povo.

⁷⁵ AO Povo. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 101, 01 jan. 1887, A República, p.2.

⁷⁶ NUNES, Jacinto. Direito de Insurreição. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 109, 13 jan. 1887, Expediente, p. 3.

⁷⁷ LIMA, Magalhães. Dr. José Jacinto Nunes. **Galeria Republicana**. Lisboa: Tipografia Largo do Passeio. Ano I, n.05, mar. 1882, pp. 1-3.

⁷⁸ CASTELAR, Salmerón, Zorrilla. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 110, 14 jan. 1887, Expediente, p.2.

⁷⁹ A VERDADE ao povo. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 135, 13 fev. 1887, A República, p.2.

Não é preciso dizer que reiteram proposições do manifesto nesse artigo. Porque é exatamente o que fazem ao referenciar o trecho em que Pierre Laffitte justifica o direito de insurreição. Porém, dessa vez, são mais diretos. Afirmam ser a referência uma descrição da sociedade absolutista francesa violentamente abalada pela Revolução.

A execução de Luís XVI havia sido uma necessidade para libertar o país de um regime fonte de seu atraso; impedimento de sua evolução e progresso; uma “lição fertilíssima”. Um passo decisivo para nulificar o princípio teológico e substituir a soberania do rei pela soberania do povo. Nesse sentido, justificam o Terror revolucionário: “Nós cremos com o filósofo e escritor notável [P. Laffitte] que o ‘*Terror* salvou a França’. Para os grandes males é que preceituam os remédios violentos.”⁸⁰

Todo o recurso à história revolucionária francesa tem por finalidade defender a queda dos Braganças no Brasil. Tal como um indivíduo recorre ao direito para salvaguardar a vida e a propriedade, devem os povos manter “ílesa sua soberania” e fazer correr os que se valem do erário público. Sobre a ruína da obra dos Braganças, desejam erguer uma “Pátria americana”, sem a “hidra” (da realeza), sem o “cancro” (a escravidão) e sem a “excrecência” (o padre).⁸¹

No plano da política nacional, para acalantar a defesa da insurreição popular como um direito contra a Monarquia, adotaram a mesma estratégia dos republicanos do *Manifesto de 70*. Trouxeram à baila a opinião balizada de monarquistas descontentes com a atuação dos liberais, após o lançamento da legendária divisa de 68 – Ou a reforma, Ou a revolução. É o caso do ex-liberal convertido ao Republicanismo Paulino Teixeira. A opinião do ex-monarquista se apoia no argumento do autor — Nabuco de Araújo — da célebre divisa para fundamentar a explosão popular “contra as Bastilhas que personificam o Despotismo”. Igualmente, encontra em Timon Maranhense justificativa para defender a derrubada da Monarquia e a mudança do governo, face à situação de corrupção no Estado.⁸²

Antes do “15 de Novembro”, a última vez em que o editorial d’ *A República* do Pará reivindicou a insurreição, enquanto um direito, ocorreu na centésima quadragésima nona edição.⁸³ Ao nosso ver, nesse número os republicanos paraenses definitivamente cimentaram o projeto radical elaborado no manifesto. Sem esperanças quanto a uma possível saída reformista moderada para a mudança do regime político no Brasil, aderiram decididamente à defesa da Revolução disruptiva.

⁸⁰ A VERDADE ao povo. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 135, 13 fev. 1887, *A República*, p.2.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² TEIXEIRA, Paulino Ignácio. O direito de insurreição pregado por um monarquista. **A República**: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 136, 15 fev. 1887, *Gazetilha*, p.3.

⁸³ Tal afirmativa se sustenta na disponibilidade documental. As edições d’ *A República* do Pará se encontram disponíveis de setembro de 1886 a maio de 1887, na Hemeroteca Digital. Após esse período, tivemos acesso às edições contadas a partir 824º, no ano de 1893. Como já indicamos, William Gaia aponta que a folha teve duas fases. A primeira foi encerrada em 15 de maio de 1887. A segunda começou a partir de fevereiro de 1890 (FARIAS, W. G. **A Construção da República no Pará...**, p. 22).

Para levar à realização prática a ideia pela qual pugnavam, desviavam-se “dos que acreditam que a democracia há de implantar-se no nosso país sem abalo e sem violência, pregamos abertamente a insurreição como um direito, que assiste ao povo, de sacudir o jugo da realeza e instalar o regime da liberdade.”⁸⁴

Reintegram a *segunda parte* do Manifesto em que traçaram as estratégias.⁸⁵ Levantam justificativas para adesão definitiva à via revolucionária para derrubarem os Braganças do poder. A primeira consistia nas barreiras levantadas pela vontade da Coroa. Elas nulificavam os esforços para realização das “ideias avançadas”.⁸⁶

A principal razão é retirada da situação do meio liberal, quando foram recolocados no poder em 1878, com a formação de um Gabinete presidido pelo Visconde de Sinimbu. Decorrente da mudança, a “apostasia” republicana cometida por Lafayette R. Pereira, ex-signatário do *Manifesto de 70* nomeado Ministro da Justiça de Sinimbu, era sinal da decepção provocada pelo *Partido*. Ao voltarem ao poder, os liberais teriam negado a bandeira democrática defendida quando era oposição: o “grito de *reforma* ou *revolução*”.⁸⁷

Se nada fizeram os liberais, acreditavam que também nada fariam os conservadores face à situação presente. Enxergavam no governo, presidido por Cotegipe (1885-88), um ministério “corrupto” e “desmoralizado” diante do Exército. Perante a situação, somada ao estado geral da instrução pública, da questão dos cativos, das eleições, da polícia, do funcionalismo, se perguntam caso não restava “ao povo brasileiro senão recorrer aos meios que o direito natural lhe põe nas mãos e sacudir a tutoria ominosa d’esses reis corruptos e corruptores”. Na conclusão são categoricamente afirmativos: “Só um golpe violento será capaz de salvar-nos. A reforma é um sonho. **Somos abertamente pela Revolução** (grifo nosso).”⁸⁸

15.5 FATORES DE DECLÍNIO DA RADICALIZAÇÃO NO MOVIMENTO PARAENSE

Dados extraídos do manifesto e das páginas d’*A República* mostram que a inspiração positivista da propaganda não impediu a emergência de uma retórica radical pró-Revolução no Grão-Pará. Ao emergir, alguns fatores influíram para contê-la, até o advento do regime republicano no país. Consta-se que com o fechamento da oficina da referida folha, em meados de maio de 1887, a propaganda dispersou-se na imprensa. Passou a ser realizada através de seções neutras de outras folhas circulantes em Belém, como o *Diário de Notícias*, *O Gravoche* e *A Província do Pará*.⁸⁹

Conforme Boehler, os agentes permaneceram em atividade ao longo de todo o último biênio da Monarquia. Entre janeiro e abril de 1888 foi eleita e assumiu a nova diretoria do Clube de Belém, composta de Manuel Barata, Mata

⁸⁴ A INSURREIÇÃO é um direito. **A República:** Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 149, 03 mar. 1887, *A República*, p.2.

⁸⁵ SODRÉ, L. N. Manifesto do Clube Republicano do Pará – 1886. In: PESSOA, R. C. **A ideia republicana no Brasil através dos documentos...**, p. 75.

⁸⁶ A INSURREIÇÃO é um direito. **A República:** Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará: Escritório e Redação – rua Nova de Sant’Anna-32, nº 149, 03 mar. 1887, *A República*, p.2.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ FERREIRA, T. B. **A interiorização da República...**, p. 41.

Bacelar e B. Magno de Araújo. O *Comércio do Pará*, de propriedade de Marques de Carvalho, também recebeu a propaganda em suas colunas. Em meados de 1889 havia o total de doze clubes atuantes na província. Os republicanos puderam ainda participar das eleições gerais. Justo Chermont saiu candidato, mas não obteve resultado desejado.⁹⁰

Em particular, Lauro Sodré prosseguiu compartilhando o empenho político entre a campanha republicana e a luta pela Abolição. Num momento posterior, confessou ter visto em ambas bandeiras uma verdadeira Revolução contra a Monarquia.⁹¹ Em memória da Lei Áurea, no discurso proferido na sessão solene da *Confederação Artística do Pará*, a 13 de junho de 1888, definiu o fim do regime escravocrata como “uma grande revolução social”, ao ter permitido o triunfo definitivo da “Liberdade” na América.⁹² Em 17 de setembro, o Clube publicou n’*O Gravoche* um *Segundo Manifesto*, outra vez redigido por Lauro Sodré. Sustentando a defesa da causa abolicionista, o documento incompatibiliza “República” e “Escravidão”.⁹³ O ato lhe rendeu outra polêmica. Dessa vez contra o Conselheiro da Coroa na província, o liberal Tito Franco, chefe da *Opinião Liberal*. A série de artigos resultante foi publicada no *Diário de Notícias do Pará*.⁹⁴

Em primeiro de março de 1889, no discurso proferido na sessão cívica realizada pela classe militar, em homenagem à memória do Tenente-Coronel Senna Madureira, expressou o que via está em jogo na Questão Militar: “o princípio sacratíssimo do direito da livre manifestação do pensamento, aceito por todas as nações policiadas, e que o nosso pacto fundamental prometeu manter; e, mais ainda, era o direito da defesa, que se tentara criminosamente tolher os militares.”⁹⁵

Escalado para prestar continência na recepção do Conde d’Eu, quando o nobre esteve em visita à capital paraense, a 19 de julho de 1889, Lauro Sodré assim procedeu. Porém, em seguida, lançou um manifesto, publicado n’*A Província do Pará* e n’*O Gravoche*, em franca hostilidade à hipótese de um Terceiro Reinado. O ocorrido lhe valeu a transferência do 4º Batalhão de Artilharia do Pará para o Rio de Janeiro. A intervenção de Floriano Peixoto lhe impediu ser enviado à Província do Mato Grosso.⁹⁶

Ainda que distante de Belém, manteve contato constante com os demais correligionários paraenses. Uma vez integrado à Fortaleza de Santa Cruz, na capital do Império, pôde frequentar as reuniões do *Clube Militar*. Participou da presidida por Benjamin Constant, em 09 de novembro, quando se deliberou pela proclamação da República.⁹⁷

De um modo geral, na historiografia consultada aparecem ao menos quatro fatores que, uma vez articuladamente compreendidos, fornecem substratos para explicarem a contenção do radicalismo na Província do Grão-Pará; na esteira

⁹⁰ BOEHRER, G. *Da Monarquia à República...*, p. 171.

⁹¹ FARIAS, W. G. *A Construção da República no Pará...*, pp. 39-40.

⁹² SODRÉ, Lauro. A Abolição. In: **Crenças e Opiniões**. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1896, p. 270.

⁹³ COELHO, A. W. *A ciência do governar...*, p. 167.

⁹⁴ SODRÉ, Lauro Nina. Ideias Republicana no Pará: Rebate a uma crítica. *Diário de Notícias do Pará*. 1888. In: **Crenças e Opiniões**. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1896, pp. 5-35. Sobre detalhes do debate, ver: VITAL, D. L. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira...**, pp. 167-173.

⁹⁵ SODRÉ, Lauro Nina. A Luta pelo Direito: A Questão Militar A Província do Pará, mar. 1889. In: **Crenças e Opiniões ...**, pp. 275-281.

⁹⁶ FARIAS, W. G. op. cit., pp. 33-34.

⁹⁷ COELHO, A. W. op. cit., p. 86.

do processo a consumir a proclamação da República na Corte. O primeiro é referente à deficiência dos meios de comunicação. Apesar da anterioridade, o precoce encerramento da primeira fase d' *A República*, atribuído a dificuldades financeiras e à escassez de recursos técnicos de impressão, é sintomático nesse sentido. Apesar de discordarmos em alguns pontos da interpretação de Emília Viotti, sobre o processo de transformação política do país em finais do Oitocentos, não podemos deixar de ressaltar ter a autora contado a deficiência dos meios de comunicação, entre as barreiras materiais a impedirem a promoção e a difusão de ideais revolucionários no Brasil, desde a última década do século XVIII.⁹⁸

Após as quinze horas da tarde de 15 de novembro de 1889, notícias informativas sobre a movimentação operada no Rio de Janeiro chegaram desencontradas e confusas em Belém. Foram disseminadas por meio de boatos e comentários, pelos principais pontos da capital paraense. Segundo William Farias, a demora do comunicado oficial impediu, de imediato, confirmá-las, “tanto em função da surpreendente forma do evento, como das difíceis condições dos meios de comunicação da época”.⁹⁹ Expectativas e apreensão tomaram conta das elites e de outras parcelas da sociedade belenense. Quintino Bocaiúva teria repassado, via telégrafo, ao Comandante do Batalhão de Artilharia, o Tenente-Coronel Bento José e ao Major Maciel da Costa, a notícia sobre a Proclamação da República no Rio. Ainda que ciente dos riscos, coube ao Major repassar a informação aos chefes das Forças Armadas, sediadas em Belém. Entre elas, a adesão foi unânime.¹⁰⁰

Já entre os republicanos históricos, a resposta não foi a mesma e temos aqui o segundo fator, já apontado no caso de Lopes Trovão: a hesitação. O Major Maciel Costa procurou representantes do Clube para que pudessem tomar parte no movimento de deposição do recém-empossado Presidente de Província, Silvino Cavalcante de Albuquerque. Para deliberarem sobre a possível ação enérgica, uma reunião foi realizada na casa do presidente Justo Chermont, com a presença de Paes de Carvalho, Basílio Magno de Araújo e outras cerca de duzentas pessoas, ainda na noite de 15 de novembro. Por volta das vinte horas, um telegrama confirmou a Proclamação “Pelo Povo, Exército e Armada”. Ainda que informados, aqueles que mobilizaram profusamente a retórica pró-Revolução na imprensa, concebendo-a enquanto um direito dos povos à insurreição, optaram por adiar a solvência do impasse. Mesmo com o apoio dos militares, mostraram-se “inseguros” e preferiram por aguardar o desenrolar dos acontecimentos, por meios de comunicados oficiais. Explica-se a hesitação pelo fato de o Clube não ter recebido telegramas oficiais diretamente do Partido no Rio, sem intermediários.¹⁰¹

O terceiro ponto a ter evitado a radicalização do movimento revolucionário no Pará foi a atmosfera de incerteza a apossar-se do Governo Provincial. A decisão de resistir aos acontecimentos, da parte de Silvino C. Albuquerque, foi assumida somente após as dez da manhã do dia 16, quando encerraram suas expectativas face ao telegrama do

⁹⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6 ed. SP: Fundação da Editora da Unesp, 1999, pp. 29-30.

⁹⁹ FARIAS, W. G. **A Construção da República no Pará...**, p. 41.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 42; FERREIRA, T. B. **A interiorização da República...**, pp. 44-45.

¹⁰¹ FERREIRA, T. B. *op. cit.*, p. 46.

Comandante das Armas da Bahia, o General Hermes da Fonseca, lhe confirmando a ocorrência da Revolução. Recém-empossado pela Câmara Municipal belenense, o Presidente não tinha conhecimento da realidade da província para qual havia sido designado a governar. Ademais, a despeito de contar com forças, uma resistência armada seria ineficaz face à superioridade do contingente militar favorável à causa republicana. Por volta das quinze horas do mesmo dia 16, cedeu à intimação para deixar o poder vinda de uma comissão composta pelos comandantes do Exército, da Armada e pelos civis do *Clube Republicano do Pará*. O palácio do governo rapidamente foi ocupado e José Paes de Carvalho discursou, “aclamando” a República na província. Assumiu o poder uma Junta Governativa, formada pelos militares José Maria do Nascimento, Bento José Fernandes e pelo republicano advogado Justo Chermont.¹⁰²

No Grão-Pará, a população também não participou ativamente da “Aclamação” ao novo regime. As difíceis condições de comunicação telegráfica com municípios do interior, somada à grande extensão do território da província, fez com que o conhecimento sobre o fato levasse semanas e até meses para ocorrer. Aliás, tratava-se de uma situação válida para todo o vasto Império brasileiro à época. À Junta Governativa não seria possível manter a estabilidade do novo regime se não obtivesse legitimidade do apoio popular e, principalmente, a aquiescência do poder de mando das elites políticas, sediadas nas regiões interioranas da província. Nesse sentido, já nos primeiros meses, o governo de Justo Chermont procurou nomear comissões a fim de que o novo regime fosse aclamado nos municípios, vilas e distritos paraenses. O Clube, convertido em *Partido Republicano do Pará*, criou representações em várias localidades, a contar com eventos, rituais simbólicos e presença de membros do diretório.¹⁰³

Face a esses dados, presumimos, pelo imperativo da ausência de condições, não ter sido possível ao processo de instauração da República assumir qualquer tendência à radicalização na região. Mesmo porque, no próprio meio republicano paraense, nos parece pertinente a Retórica da Revolução ter se diluído juntamente com a dispersão da propaganda pela imprensa; após o encerramento da primeira fase do jornal *A República*, em meados de 1887.

No capítulo subsequente, migramos para o extremo sul do Império. Através das práticas letradas de Joaquim Francisco de Assis Brasil, focalizamos uma construção teórico-intelectual semelhante, porém anterior à iniciada pelo Republicanismo positivista no Grão-Pará. Qual seja, a assimilação da Revolução radical pelo Evolucionismo político. No caso do Rio Grande, nos deparamos ainda com uma singular e sofisticada sistematização teórica.

¹⁰² FARIAS, W. G. *A Construção da República no Pará...*, p. 43; FERREIRA, T. B. *A interiorização da República...*, pp. 46-47.

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 44-47; *ibidem*, pp. 48-50.

16 A OPORTUNIDADE DA REPÚBLICA NO PENSAMENTO RADICAL DE UM SUL-RIO-GRANDENSE: ASSIS BRASIL FAZ DA “REVOLUÇÃO” UM COMPONENTE DA “EVOLUÇÃO”

Nesse capítulo, em algumas das mais relevantes publicações de Joaquim Francisco de Assis Brasil, analisamos a tese de oportunidade da República no Brasil, sustentada pelo republicano sul-rio-grandense. No âmago da sistematização teórica desenvolvida, encontramos argumento basilar que, ao nosso ver, constitui fator indeclinável a explicar o processo de esmaecimento da radicalização, no meio republicano brasileiro. Nos referimos à assimilação da Revolução radical pelo Evolucionismo político, cuja resultante foi a formulação de um exequível modelo “incruento”, “pacífico”, “brando” de Revolução republicana. Acreditamos que o entendimento de tal formulação teórica, da parte do pensamento daquele a ser considerado um dos mais insignes teóricos republicanos do país, é indispensável à compreensão da polêmica estabelecida entre Quintino Bocaiúva e Silva Jardim. Ademais, lança luzes sobre a compreensão dos rumos assumidos pelo processo a resultar no “15 de Novembro” de 1889.

16.1 DAS RAÍZES AO DESENVOLVIMENTO: O PENSAMENTO REPUBLICANO REVOLUCIONÁRIO SUL-RIO-GRANDENSE

Ao partir de mudanças operadas no sistema colonial espanhol, no último quartel do século XVIII – das reordenações político-administrativas, das quais resultaram a redivisão do Vice-Reinado do Peru, às consequências das invasões francesas na Espanha, para a autonomização de Buenos Aires –, Guazzelli identifica na Revolução de 25 de Maio de 1810, ocorrida na capital do Vice-Reinado do Prata, o influxo das primeiras ideias republicanas e federalistas para terras da futura Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Destaca que as ideias mais radicais da Revolução Francesa teriam chegado à região da “estremadura brasileira” por mediação do político e intelectual argentino Mariano Moreno (1778-1811). Conhecido como “Robespierre” do Rio da Prata, e, portanto, acusado de Jacobinismo, Moreno foi responsável pela tradução clandestina do *Contrato Social*, de Jean-Jacques Rousseau. Em seu “*Plan revolucionario de operaciones*” deixa claro o propósito de que a Revolução ultrapassasse os limites do Vice-Reinado do Prata e, eventualmente, compromettesse os grupos dominantes da província do extremo sul brasileiro.¹

A conjuntura independentista do Rio da Prata fomentou nos habitantes do Rio Grande do Sul o desejo de ampliação de fronteiras. A primeira invasão do Uruguai (1811) por tropas luso-brasileiras, sob ordens do Príncipe Regente D. João, projetou o futuro chefe dos Farrroupilhas, Bento Gonçalves. Recém-emigrado para a povoação oriental de Cerro Largo, ali se apossou de uma propriedade. Casou-se com uma uruguaia e alcançou o posto de Alcaide.²

¹ GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O verde-amarelo colorado de vermelho: República e Federalismo, A República Rio-Grandense e o Rio da Prata. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles (Orgs.). **180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as ideias de república em debate**. Porto Alegre: IHGRGS, 2017, p. 15.

² *Ibidem*, p. 16.

A presença de Bento Gonçalves e de outros chefes de fronteira em território oriental, lhes permitiu contato com propostas republicanas e federalistas, circulantes na região. Porém, a ideia de “Federalismo” permaneceu vaga por um tempo, ainda que tivessem nos Estados Unidos da América do Norte um modelo já à disposição.³ “República” e “Federalismo”, entendidos enquanto “recusa a uma autoridade suprema e centralizadora”, segundo a acepção produzida durante a experiência independentista platina, passaram a reverberar em terras sul-rio-grandenses. Os senhores da fronteira sul se firmaram poderes locais com dificuldades a se submeterem a autoridades centrais, como a erigida no Rio de Janeiro, encarada como uma “nova Lisboa”. Entre suas reivindicações, mais do que “Federação”, prevaleceu a noção de “Confederação”.⁴

Simbolicamente, os líderes da República Rio-Grandense (1836-45) adotaram o vermelho na representação da bandeira. Tal tonalidade foi utilizada e transformada ao longo do processo de construção dos Estados nacionais e das guerras civis. A representação vermelha da “Liberdade” se insere na tradição longínqua dos radicais da Independência Americana e do Jacobinismo da Revolução Francesa. A simbologia teria chegado ao Rio da Prata com as Invasões Inglesas de 1806. Particularmente em Argentina e Uruguai, o vermelho tornou-se símbolo do “Federalismo”, na medida em que conceito de “Liberdade” se confundiu com a autonomia dos povos livres. A bandeira da República de Piratini apresentava a dupla inserção da província no espaço platino: a herança verde-amarela, simbologia do Império do Brasil; e a presença do vermelho, símbolo do federalismo do Rio da Prata.⁵ Observa-se na referida herança o aspecto conservador do espírito dos revolucionários. Quiseram romper com a forma monárquica de governo, sem, contudo, abrir mão da estrutura desenhada na Carta de 1824.

Segundo Álvaro A. Klafke, “República” foi um termo bastante empregado nos periódicos sul-rio-grandenses no tempo da Revolução Farroupilha. Chama-lhe a atenção o fato de o emprego ter sido mais frequente nos escritos legalistas, representados por folhas conservadoras como *O Artilheiro*, *O Liberal Sul-Riograndense*, do que nos jornais dos próprios farrapos. Ou seja, sustenta ter sido o conceito mais combatido do que defendido. Houve a estratégia de jogar com elementos do Republicanismo a fim de esvaziar o discurso revolucionário, em benefício da forma monárquica de governo.⁶ O quadro é explicado com a justificativa de os farrapos terem estado mais preocupados com a luta por reformas do que com a alteração radical de regime. Quando a Independência da Província ocorreu, os defensores da Monarquia trataram de tornar as Repúblicas do Prata “alvos ideais”. Aos olhos dos redatores legalistas, se tratavam de “‘exemplos’ de tirania transvestida de republicanismo.”⁷

³ GUAZZELLI, C. A. B. O verde-amarelo coloreado de vermelho: República e Federalismo, A República Rio-Grandense e o Rio da Prata... , p. 17.

⁴ Ibidem, p. 19.

⁵ Ibidem, pp. 31-33.

⁶ KLAKFE, Álvaro Antônio. República: o debate sobre o conceito na imprensa legalista ao tempo da Farroupilha. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles (Orgs.). **180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as ideias de república em debate**. Porto Alegre: IHGRGS, 2017, pp. 7-8.

⁷ Ibidem, p. 157.

No geral, o autor conclui que “República” foi apreendida na época como “domínio da anarquia, da dispersão e do despotismo”. Com exceção, é claro, de eventuais aceitações “em tese”, muito em decorrência do exemplo concreto do sucesso nos Estados Unidos. A representação conceitual negativa, forjada pelo discurso legalista sul-rio-grandense, teve em vista o franco combate ao Republicanismo farroupilha.⁸

Helga Piccolo lança mão de uma abordagem regionalizada, focalizada na província, para o que entende ter sido a “crise” do Império. Analisa opiniões de dois republicanos sul-rio-grandenses, o próprio Joaquim Francisco de Assis Brasil e Francisco Xavier da Cunha. Ambos agentes na imprensa e no Legislativo nas décadas de 1870 e 1880. Apesar de recebermos com reservas a compreensão do aprofundamento de mudanças estruturais na década de 1870, como “crise” do Império, entendemos que a análise sobre os dois personagens republicanos aporta colaborações à nossa investigação.⁹

Com o fim da Revolução Farroupilha, salienta que vozes republicanas voltaram a serem ouvidas no Rio Grande do Sul. A argumentação vai de encontro ao que foi levantado no capítulo décimo da Tese. Na redação d’ *O Mercantil* ao lado do irmão Felix Cunha, Francisco Cunha se envolveu com a propaganda pró-republicana, na imprensa porto-alegrense da década de 1860. Outro caso particular foi o de Apolinário Porto Alegre, a partir de 1868. O personagem exemplifica aqueles que, de imediato, não conseguiram emplacar o Republicanismo como movimento político organizado. Houve empecilho. À época, o *Partido Liberal* entrava em fase de ascensão hegemônica na província, se apropriando do “legado” farroupilha. Malgrado o insucesso inicial, o Republicanismo emergiu na década de 1870, filiado à perspectiva evolucionista do manifesto lançado no Rio de Janeiro. Porém, a autora salienta a necessidade de serem abarcadas “outras clivagens ideológicas” a terem transparecido no processo, de modo a entendermos a história política do Rio Grande do Sul. Principalmente no período pós Proclamação da República, com destaque para a Revolução Federalista (1893-1895).¹⁰ Trata-se de um convite para examinarmos a crescente radicalização das posições político-partidárias, na luta do campo liberal por reformas, a datar daquele momento.

Ao partir do círculo de propagandistas do período pré-republicano, H. Piccolo tece considerações acerca do fenômeno. Ressalta que inicialmente tanto Francisco Cunha quanto Assis Brasil se identificaram com *Manifesto de 1870* e com o Evolucionismo político. Em contrapartida, ressalva que ambos nunca deixaram de considerar a Revolução como um direito, “um remédio extremo” para males sociais.¹¹

Luiz Alberto Grijó analisa a apropriação de ideias orientadoras da ação de líderes do movimento farroupilha, por parte da elite do *Partido Republicano Rio-Grandense* (PRR). Com o objetivo de reivindicarem a autenticidade da “herança dos farrapos”, tal operação constituiu uma estratégia adotada pelos republicanos para deslegitimarem a

⁸ KLAKFE, Á. A. República: o debate sobre o conceito na imprensa legalista ao tempo da Farroupilha..., p. 163.

⁹ PICCOLO, Helga I. L. A Crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. *História Unisino*. Vol. 14 Nº 1, pp. 23-28 - janeiro/abril de 2010, p. 23.

¹⁰ *Ibidem*, p. 24.

¹¹ *Ibidem*, p. 25.

apropriação dessa herança, anteriormente realizada, pelos adversários liberais. Desde a década de 1860, os últimos estiveram articulados em torno da ascensão de Gaspar Silveira Martins.¹²

Sem se comprometer com uma abordagem histórica ou sociológica, Grijó perscruta de que maneira e a partir de quais ideias Assis Brasil e Júlio de Castilho, ao pregarem o advento da República no Brasil, se apropriaram da Revolução Farroupilha. Como a instrumentalizaram na disputa político-partidária dos anos 1880, na qual estiveram envolvidos contra os liberais.¹³

Ao lado de Júlio de Castilhos, Assis Brasil veio a ser um dos ideólogos do movimento na província. No artigo intitulado *Movimento Republicano*, publicado n' *A Federação*, o primeiro ativista considerou a Revolução de 1835 “um dos mais notáveis pronunciamentos democráticos” do Rio Grande do Sul. Ligou o passado “democrático” à década de 1880 em que foi fundado o PRR. Castilhos reivindicou para os membros do partido a “verdadeira” representação do movimento farroupilha e sua “essência republicana”, face à pretensão dos liberais de barrarem a estruturação política da propaganda republicana.¹⁴

Antes do rompimento com Castilhos, em 1891, Assis Brasil esteve muito mais próximo das ideias ditas “cientificistas”, em voga na época. Na conjuntura de disputa com os liberais, escreveu *A História da República Rio-Grandense*, livro dedicado à comemoração dos quarenta e sete anos da “imortal Revolução do Rio Grande do Sul”, editado pelo *Clube Vinte de Setembro*. De caráter historiográfico e provavelmente inspirado no artigo de Castilhos, destaca-se pelo vínculo direto estabelecido pelo autor entre o movimento de 1835 e o ensejado pelo partido em 1880.¹⁵ Os farroupilhas foram transformados em vanguarda patriótica; e o governo central, culpabilizado pelo rompimento com a província.¹⁶

No âmbito do quadro geral apresentado, para nossos propósitos no que diz respeito à Província do Rio Grande do Sul, consideramos duas fontes por meio das quais ocorreu a apropriação de elementos da matriz francesa do Republicanismo revolucionário, pelo pensamento de Assis Brasil; ao formular sua proposta de mudança de regime para o país. Nos referimos à Revolução Farroupilha e ao Positivismo. Sobre a primeira, de aspecto local, já pontuamos que, antes de configurar-se historicamente como movimento separatista, a gramática republicana do Iluminismo e da Revolução Francesa já circulava pelo Rio Grande, como reflexos da Revolução independentista a sacudir o Rio da Prata, a partir de 1808-1810.

¹² GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do Partido Republicano se apropria da “Revolução”. *História Unisino*. 14 (1): 29-37. Vol. 14 Nº 1 - janeiro/abril de 2010, pp. 29, 32.

¹³ *Ibidem*, p. 29.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 32-33.

¹⁵ Para uma análise da instrumentalização das tradições republicanas do passado regional e nacional, por parte de Assis Brasil, enquanto um dos líderes da propaganda do PRR, sugerimos: SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Tradições republicanas e usos do passado: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a Propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (1881-1889). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 33-36.

Enquanto componente do “surto de ideias novas”, ocorrido a partir dos anos de 1870, o Positivismo expressou presença significativa no Rio Grande do Sul. A esse respeito, Camilo Torres nos lembra que por ser uma região de fronteira, a antiga província tornou-se local de concentração de tropas do Exército; um grande foco do Positivismo à época. As tropas abrigaram em seu contingente grande porcentagem de militares sul-rio-grandenses. Ademais, realça que as condições sociais ali configuradas haviam tornado a província um ambiente favorável à propagação do Comtismo. Para além dos jovens doutores da Escola Militar, as ideias de Augusto Comte foram transportadas por muitos estudantes sul-rio-grandenses, que uma vez formados nas Faculdades do Rio e de São Paulo, regressavam com elas para casa.¹⁷ Aliás, a segunda característica é minuciosamente abordada por Tassiana Saccol.¹⁸

A seguir tratamos da emergência do movimento republicano na região, em paralelo ao desenvolvimento do ativismo de Assis Brasil.

16.2 DAS RELAÇÕES DE ASSIS BRASIL COM O RADICALISMO REPUBLICANO

No conjunto de transformações das últimas décadas do século XIX, para além do centro político e econômico representado pelo Rio e por São Paulo, outras regiões do Império renderam à nação formulações de ideias e de projetos políticos. O despontar de um núcleo republicano na Corte não implicou na organização imediata de um congêneres no longínquo Rio Grande do Sul. Apesar de tradições e aspirações republicanas da Revolução terem permanecido vigentes na década de 1870.¹⁹ Naquele momento até houve mentes e vozes predispostas a aderirem ao novo credo, como o foram Francisco Xavier da Cunha, por meio d’*A Democracia*, e Apolinário Porto Alegre, por meio de práticas pedagógicas.

Apesar da ocorrência de parcos antecedentes, o movimento pôde alcançar organicidade política apenas em junho de 1878, quando foi fundado, pela parceria entre Assis Brasil e Júlio de Castilhos, o *Clube Republicano de Porto Alegre*. Felicíssimo de Azevedo foi encarregado da presidência. O evento deu impulso à propaganda, com a formação de núcleos republicanos no interior provinciano.²⁰

Na faixa litorânea, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande se apresentavam na ocasião núcleos urbanos expressivos, do ponto de vista cultural. Fato a propiciar a circulação de ideias. Contudo, o principal foco de mobilização republicana se concentrou no interior rural, particularmente nas regiões da Campanha e das Missões. A decidida adesão ao

¹⁷ TORRES, João Camilo de Oliveira. O Positivismo no Rio Grande do Sul. In: **O Positivismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018, cap. XII, pp. 165-166.

¹⁸ Ver: SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da república**: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). 2013. 210f. Dissertação. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2013, pp.151-157.

¹⁹ BOEHRER, George. As Províncias do Sul e do Oeste. In: **Da Monarquia à República**: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889). Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, cap. VI, pp. 181-189.

²⁰ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos (1857-1938); organização (pesquisa documental/iconográfica e texto) Camen Aita. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006, p. 31.

Republicanism contra o *status quo* se deu na maior parte dos municípios dessas regiões, nos primeiros anos de 1880.²¹ Ainda que interioranas, conseguiram protagonizar a ação política republicana, ao lado de núcleos urbanos de forte atração cultural, Porto Alegre e Pelotas. A região fronteiriça permitiu a única vitória republicana para a Assembleia Provincial, ao longo de toda a propaganda republicana sul-rio-grandense: a eleição de Assis Brasil para Deputado, em 1884.²²

O chamado Terceiro Círculo Eleitoral incluiu a maior parte dos municípios da Campanha, especializada na pecuária de gado bovino. Economicamente, a região missioneira voltou-se para atividades mais diversas além da pecuarista, tais como extrativismo, agricultura, comércio de mulas para feira de Sorocaba. Ambas tiveram em comum o fato de se situarem na fronteira sul e terem na pecuária a espinha dorsal das economias locais. As dificuldades de comunicação e as grandes distâncias do centro da província, apesar de efetivas, não impediram o estabelecimento de contatos com núcleos de maior esfera cultural. Os municípios não estiveram isolados. Havia contato entre os habitantes e os livros, a despeito da carestia das estruturas. Pequenas bibliotecas e coleções já foram constatadas em inventários de moradores da região.²³ A terra de Assis Brasil, São Gabriel, constava entre os municípios do antigo Terceiro Círculo Eleitoral, da Campanha gaúcha; entre aqueles onde havia indivíduos com bibliotecas, coleções privadas e frequentavam clubes republicanos instalados.²⁴

Entre os fatores a permitirem a circulação de ideias no interior provinciano, em particular as de caráter republicano, podemos listar em síntese: as atividades acadêmicas da vida estudantil dos filhos das elites; a movimentação espacial causada pelas atividades da economia local, particularmente as de cunho pecuarista; o contato com os povos do outro lado da margem da fronteira, especialmente com o Uruguai cuja República, já instalada, oferecia um modelo dos benefícios que o sistema de governo poderia trazer.²⁵

Ao seguir o caminho de novas análises, a exporem a importância das elites provinciais no processo de construção do Estado imperial e a ação delas no interior do sistema político monárquico, Jonas Vargas investiga o “topo” da elite sul-rio-grandense. No centro dessa, um pequeno grupo de indivíduos concentrou os principais cargos e teve acesso político ao mundo da Corte. O autor conta com uma vultuosa documentação para explicar o sucesso da parcela superior da elite monarquista da província, nas últimas décadas do Império. Essa “elite da elite” sul-rio-grandense alcançou o êxito de ter estendido poder e prestígio para além das fronteiras regionais. Bem como de ter se inserido na

²¹ Uma hipótese aceita para explicar a adesão das elites pecuaristas gaúchas ao Republicanismo, da década de 1880, encontra-se na crise pela qual passava a criação de gado, principalmente nos municípios a comporem o Terceiro Círculo Eleitoral. A escassa assistência concedida pelo Governo Provincial, interpretada como descaso, pode ter contribuído diretamente para que membros de famílias tradicionais, envolvidas com a pecuária, como foram os Assis Brasil, se convertessem ao novo credo. As dificuldades da pecuária local atrelavam-se à crise das charqueadas pelotenses e ao furto de gado na fronteira. A atuação de Aparício Mariense, Vereador republicano da Câmara de São Borja, revela como de fato foi forte a adesão nos municípios a formarem o Terceiro Círculo, em sua maioria situados na região da Campanha gaúcha (SACCOL, T. M. P. **Um propagandista da república...**, pp.63,148-9).

²² *Ibidem*, pp. 34-35.

²³ *Ibidem*, pp. 35-37, 39.

²⁴ *Ibidem*, p. 43.

²⁵ *Ibidem*, p. 42.

política nacional do centro. As redes familiares, a camaradagem escolar e o prestígio social constituíram fatores decisivos de projeção e de consagração. Na pesquisa, uma das justificativas utilizadas em relação ao recorte cronológico adotado está assentada no fato de, após a Guerra do Paraguai, o Rio Grande do Sul ter ampliado importância em nível nacional. A província teve entre 1878 e 1889 mais Ministros de Estados do que em períodos precedentes, tendo podido adentrar no núcleo seletivo da política central. Ainda teve direito a seis cadeiras por legislatura e vinte e nove Deputados Gerais.²⁶

Entendemos importante a análise sobre a elite monarquista da província, no sentido de nos auxiliar na reconstrução da imagem do publicista republicano Assis Brasil. No período pré-republicano, observamos no agente um membro da elite de oposição, apenas às margens do núcleo central ocupado pelas elites monarquistas sul-riograndenses. Em outros termos, um membro *outsider* opositorista, porém em ascensão.²⁷

Personagem marcante da história política do país, Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu na Estância de São Gonçalo, em São Gabriel a 29 de julho de 1857. Foi filho do estancieiro Francisco Assis Brasil com Josefina Assis Brasil. Do pai herdou extensas terras no interior gaúcho. O general Ptolomeu de Assis Brasil, seu irmão, foi interventor entre 1930 e 1932, em Santa Catarina.²⁸

A infância foi vivida na estância herdada do pai. O nome de batismo era em homenagem ao santo italiano. Perdeu a influente figura paterna quando estava ainda adolescente, ficando aos cuidados do tio, João de Souza Brasil. O ingresso no mundo das Letras ocorreu em 1866, aos oito anos, em Saicã sob os cuidados do mestre Custódio José de Miranda. Nos anos dos estudos primários, dividiu a destacada capacidade de aprender com o gosto da cavalgada.

No alvore dos anos 1870, foi transferido para o Colégio São Gabriel, dirigido por Capitães reformados do Exército, os professores Trajano Antônio Gonçalves e José Bonifácio de Camargo. No estabelecimento, se destacou com medalhas de ouro e prata. Data da época, o início do contato com figuras atuantes no Republicanismo. A próspera Pelotas, centro cultural das letras e das artes, lhe recebeu em 1872. Chegando a cavalo, tornou-se aluno interno do Colégio de São Salvador cujo Diretor, Taveira Júnior, havia aderido às ideias republicanas.²⁹

Entretanto, o contato de Assis Brasil com o Republicanismo revolucionário foi anterior à estadia em Pelotas. Por mediação de Cândido Vicente, amigo da família e visitante assíduo da estância em São Gonçalo, o jovem teve por hábito ouvir narração de epopeias farroupilhas. Todavia, apenas com o mestre propagandista, Taveira Júnior, pôde conhecer o Humanismo cívico.³⁰

²⁶ VARGAS, Jonas Moreira. “Um negócio entre famílias”: A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011, pp. 28-31.

²⁷ Em todo o Rio Grande do Sul, no geral, os republicanos encontravam-se numa posição de *outsiders* bastante relativa em relação aos centros de poder político (SACCOL, T. M. P. **Um propagandista da república...**, p. 147).

²⁸ BRASIL, Assis. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2020, p. 1.

²⁹ ASSIS BRASIL, J. F. de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...**, p. 19; BRASIL, Assis. In: ABREU, A. A. de., op. cit. loc. cit.

³⁰ ASSIS BRASIL, J. F. de. op. cit., p. 20.

Em 1874, se transferiu para o estabelecimento educandário do professor Fernando Ferreira Gomes, outro adepto da República. Ali prestou exames pelos quais foi considerado habilitado a uma vaga para os estudos superiores. A situação lhe permitiu conhecer e se aproximar de outro jovem estudante, Júlio Prates de Castilhos (1859-1903), nascido na Fazenda da Reserva, cujo avô materno, Nepomuceno Prestes de Carvalho, foi considerado um dos heróis da Revolução Farroupilha. Entrosados, Assis Brasil se aproximou cada vez mais daquele que veio a ser parceiro de ideias, companheiro de lutas, cunhado, futuro líder republicano e três vezes Presidente do Rio Grande do Sul. Ambos compartilhavam certas afinidades de trajetória: eram descendentes de arraigadas famílias tradicionais, pertencentes à elite rural local; perderam precocemente o pai; se tornaram cunhados, desde o casamento de Assis Brasil com a irmã de Castilhos.³¹

Ambos participaram do *Grêmio Literário Fraternidade-Escola*, responsável pela publicação da revista *Aurora Literária*, para a qual colaboraram. Particularmente, Assis Brasil contribuiu com a dedicação poética. Daí resultou, em 1877, a publicação do primeiro livro, *Chispas*, obra a reunir poemas revolucionários e anticlericais, que tematizavam “Liberdade”, “República” e o Rio Grande do Sul. A única edição impressa em Alegrete, pela Tipografia do *Jornal do Comércio*, rapidamente esgotou.³²

Devemos ressaltar que antes do ingresso na Faculdade de Direito de São Paulo, Assis Brasil foi leitor atento do jornal *Da Democracia*, de Francisco Xavier da Cunha, cujas ideias lhe inspirou. Nome destacado na mobilização da retórica revolucionária, durante a fase em que foi correspondente em Porto Alegre e, depois, redator d’*A República* do Rio de Janeiro, Francisco Cunha ajudou o conterrâneo no amadurecimento de convicções e posturas políticas.³³

Portanto, em 1878 ao ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo, um dos principais centros de propaganda do Republicanismo na época, Assis Brasil trazia previamente adquirida uma formação republicana de perfil radical. Naquele espaço, entrou em contato com as doutrinas evolucionistas europeias a chegarem no país, particularmente o Positivismo, o Darwinismo e o Spencerianismo. Sua geração estava a par das ferramentas do reformismo social e político. Liam Littré e Laffitte; os discursos de republicanos iminentes, Gambetta e Castelar. Ao lado da República, erguiam a bandeira da Abolição.³⁴

Como já dissemos, ao lado de Júlio de Castilho, foi cofundador do *Clube Republicano de Porto Alegre* em junho de 1878. Em seguida, entrou para o *Clube Republicano Acadêmico de São Paulo*, pelo qual passaram Antônio Gomes Pinheiro, Afonso Celso de Assis Figueiredo. Foi colaborador d’*A República*, órgão vinculado ao Clube paulista; do *Direito e Letras*, órgão mensal do *Grêmio Ateneu Jurídico Literário*, do qual participava Silva Jardim; d’*A Comédia*.

³¹ ASSIS BRASIL, J. F. de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...**, p. 20. Para maiores detalhes da vida e da formação e do referido agente, ver: CASTILHOS, Júlio de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2020.

³² ASSIS BRASIL, J. F. de. op. cit., p. 22; BRASIL, Assis. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). op. cit., p. 1; SACCOL, T. M. P. **Um propagandista da república...**, p. 12.

³³ ASSIS BRASIL, J. F. de. op. cit., p. 27.

³⁴ *Ibidem*, p. 29.

No Rio fundou e dirigiu a *Revista Federal*. Data da época o início de participação em conferências públicas, como foi o caso de *O Oportunismo e a Revolução* (1880)³⁵, como veremos.

Ao lado de Pereira Costa e Júlio de Castilhos fundou ainda o republicano *A Evolução*, a 30 de setembro de 1879. O objetivo foi o de defender a Democracia, propagar a República e a Federação. Também se propôs a estudar questões literárias. Num total de dez exemplares, os redatores demonstraram maturidade para tratar dos assuntos.³⁶

Uma vez apresentadas as bases do Republicanismo radical, inerente à formação do letrado sul-rio-grandense, passamos a seguir à análise da sistematização teórica, por ele desenvolvida, sintetizada na tese de oportunidade da República no Brasil. Como arguimos na introdução do presente capítulo, acreditamos que o entendimento de tal formulação teórica é indispensável à compreensão da polêmica estabelecida entre o líder da corrente reformista-evolucionista e o da revolucionária, em disputa interna no movimento brasileiro. Além disso, pode esclarecer a compreensão dos rumos assumidos pelo processo a resultar no “15 de Novembro” de 1889. Isso no que diz respeito à linha de ação política a ter sido empregada pelos agentes para derrubarem a Monarquia.

16.3 QUE SEJA BRANDA OU VIOLENTA: ASSIS BRASIL ADVOGA PELA REVOLUÇÃO COMO POSSÍVEL SAÍDA.

A fim de apresentarmos analiticamente a tese sustentada pelo letrado sul-rio-grandense, a respeito da oportunidade da República no Brasil da década de 1880, selecionamos o panfleto *O Oportunismo e a Revolução*; a réplica *Oportunismo e Revolução*, escrita por Alberto Sales em resposta; a segunda parte do livro *A República Federal*, intitulada *A Oportunidade*; por fim, dois discursos realizados na Assembleia Provincial no ano de 1885, intitulados *Pela Federação e Pela República*.

O Oportunismo e a Revolução consiste num panfleto republicano, divulgado pela Tipografia da Casa Garraux (Anatole Louis), em 26 de junho de 1880. Trata-se de publicação baseada em notas taquigráficas da conferência pública homônima, realizada no *Clube Republicano Acadêmico* da cidade São Paulo, no dia 16 daquele mês. A intenção consiste em explicitar o caráter inoportuno da Monarquia dos Braganças. Devolver aos defensores monarquistas o estigma de uma forma de governo inadequada ao tempo histórico. Em contraponto, procura explicar a oportunidade da forma republicana e o único meio racional encontrado para a completa eliminação do regime monárquico: a Revolução.

No momento em que defendeu tal tese, o letrado já havia se tornado reconhecido propagandista sul-rio-grandense, no círculo republicano paulista. Habitava na capital São Paulo desde 1876 em decorrência dos estudos, pois, naquele ano ingressara na Faculdade de Direito, situada no edifício da Igreja de São Francisco. Sua turma foi composta por um grupo de estudantes do qual emergiria, anos mais tarde, os principais expoentes da política gaúcha na Primeira República. Foram eles: Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado.³⁷

³⁵ ASSIS BRASIL, J. F. de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos..., p. 32.

³⁶ *Ibidem*, p. 33.

³⁷ BRASIL, Assis. In: ABREU, A. A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República...**, pp. 1-2.

O *Clube Republicano Acadêmico* havia sido fundado em 20 de setembro, sob tarefa de difundir a ideia republicana e apressar a mudança de regime político. Assis Brasil ainda não havia rompido com Júlio de Castilhos. Estavam ambos unidos a uma mesma bandeira: a luta contra a Monarquia. O Positivismo lhes unia na mesma concepção a conceber a República enquanto “verdade científica” e “imposição inelutável da história”. Estiveram juntos na condução do jornal acadêmico *A Evolução*, um quinzenal em circulação de 15 de abril a 30 de setembro de 1879.³⁸

Sabemos que no dia da conferência, o Clube encontrava-se bastante frequentado. O orador foi aplaudido repetidas vezes até o final, momento em que foi “cumprimentado e abraçado por quase todas as pessoas que, em crescido número, se achavam no recinto.”³⁹ As proposições apresentadas haviam sido anteriormente desenvolvidas, com mais abrangência, n’ *A Evolução*. O orador elegeu monarquistas, sem citar nomes, como interlocutores. Culpabilizou a Monarquia pelos principais problemas pelos quais passava o povo brasileiro. Entre eles o mais grave ao nosso ver: a falta de instrução.

Assis Brasil considera a República como uma “ideia”, “doutrina”, “verdade”, “profundamente radicada na opinião pública”, de modo consciente ou inconsciente numa pátria. Na própria história brasileira viu a causa republicana ser combatida com imenso furor, desde o martírio de Tiradentes. Ela teria triunfado sob as perseguições impostas pelos que se levantaram em nome da “Soberania de Deus” e da “Soberania da Razão”, os “desdenhosos do povo”. Após tantas batalhas para a afirmação da causa, a sociedade teria chegado a uma “verdade suprema”: a que afirma a preponderância absoluta da vontade nacional. Nesse raciocínio, a República é concebida como forma política em que se traduz a “Soberania nacional ou Soberania do Povo”.⁴⁰

Faz crer que era consenso, até entre os monarquistas, ser a República “o mais legítimo governo, a mais legítima forma política, a única forma científica, digna da nossa pátria, como de toda a humanidade”. Porém, não aceita o argumento dela não ser “oportuna” para o Brasil, como afirmavam os adversários. Ele reconhece a procedência francesa do Oportunismo⁴¹ e o considera uma novidade no país. A legitimidade de tal doutrina consiste em “Fazer cada coisa ao seu tempo, acompanhar cientificamente este desdobramento progressivo, nada fazer de encontro as suas imperiosas exigências”. Os monarquistas lhe pareciam apoiados nesse fundamento.⁴²

³⁸ ASSIS BRASIL, J. F. de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...**, p. 31.

³⁹ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. O Oportunismo e a Revolução. São Paulo: Tipografia A. L. Garraux. & Comp. 1880. In: **Revista Estudos Políticos**. Nº 1, jun. 2010.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 3.

⁴¹ Enquanto doutrina política ligada ao Positivismo, de oposição ao radicalismo, a buscar no popular apoio para a promoção de reformas, o Oportunismo é descrito por Claude Nicolet constituído num bloco das esquerdas formado pelos republicanos franceses. Trata-se de uma doutrina e de uma filosofia de ação elaborada pelos republicanos positivistas da Terceira República não radicais, mas conservadores. Pôde firmar-se apenas com Émile Littré e Jules Ferry. No vocabulário político francês, “oportunista” tomou-se, com o passar do tempo, sinônimo de “homem sem convicções”. Ao contrário desse sentido, o “oportunismo”, em seu sentido inicial, se tratou de uma política científica, positiva, transacional, aberta ao futuro, mas contrária à facilidade, ao desleixado, ao demagógico. Nem no Dicionário e nem nos artigos de Littré há o emprego do adjetivo “oportunista”. Pode ser também concebido como uma atitude política em busca de pensar, sob novas bases, o problema dos fins e dos meios. A respeito, ver: NICOLET, Claude. **L’idée républicaine en France (1789-1924): Essai d’histoire critique**. Paris: Éditions Gallimard, 1994, pp. 187,193-4, 222-5, 256-7.

⁴² ASSIS BRASIL, J. F. de. *op.cit.*, loc. cit.

A refutação do argumento monarquista, sobre o caráter inoportuno da República, acontece por meio de trocadilhos. A República seria oportuna para os brasileiros por um fato impassível de contestação, até no meio monarquista: “república é a única forma racional de governo, a única forma de digna de nobreza humana ...”.⁴³

No argumento dos adversários, ele sintetizou a alegada inoportunidade em seis pontos, os quais procurou refutá-los na condição de “pensamento infenso à democracia”. A República seria inoportuna porque no Brasil: o povo não tinha instrução; não havia opinião pública; não havia cidadãos ilustres para dirigi-la; o povo ignorante precipitaria na anarquia; deveriam aceitar “as severas lições da experiência” das repúblicas hispano-americanas; a Monarquia concedia todas as liberdades de que desfrutavam os povos livres.⁴⁴

A Monarquia é concebida como governo incapaz de fornecer a instrução de que carecia o povo. “Corrupta”, “gasta” e “esbanjadora”, era a “causa única do nosso atraso”. Somente o governo republicano é apresentado como capaz de desenvolver a instrução no país.⁴⁵

A falta de opinião pública decorria da retirada dos “invioláveis” direitos do povo pela própria Monarquia: o direito de sufrágio, de eleger a representação. Para ter opinião era necessário “destronizar” o despotismo e entregar ao povo o seu próprio governo.⁴⁶ A fim de refutar a “questão da falta de homens ilustres” para a República, o orador indicou como solução o exemplo da primeira Revolução Francesa:

Ninguém ignora que, antes da grande Revolução de 89, apenas uma falange de pigmeus arrastava-se no solo cativo da França; mas quando rebentou a rugidora tempestade que abalou e desfez em pedaços o trono do despotismo, – então, após o estampido da liberdade, as consciências embriagaram-se de luz, os grandes homens brotaram de todos os lados, apareceram aqueles gigantes fantásticos, que assomavam na tribuna, como gênios desconhecidos, agitando e revolvendo, ao sopro eloquentíssimo do verbo da redenção, o tormentoso mar dos corações populares.⁴⁷

Se no Brasil quisessem o surgimento de “cidadãos ilustres”, seria necessário seguir a vereda francesa: “abalai o trono, abatei a monarquia”.⁴⁸

O orador recorreu à mesma experiência histórica para falar da anarquia. Sob uma linguagem científica e naturalista, sustenta que é “ignorância” temer a perpetuação da “desordem”, da “anarquia”, devido ao caráter essencialmente transitório. Ao eliminar radicalmente uma ordem social secular, a Revolução na França teria oferecido a maior possibilidade torná-las perpétuas: “entretanto, o estado de anarquia foi rápido, foi um ápice, comparado com a enorme porção de séculos de atraso que se opunham à nova ordem. Entre nós a questão é exclusivamente política: não

⁴³ ASSIS BRASIL, J. F. de. O Oportunismo e a Revolução..., p. 4.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Ibidem, p. 5.

⁴⁶ Ibidem, p. 6.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Ibidem, p. 7.

temos uma pesada e resistente ordem social para combater e destruir: muito menos, portanto, devemos temer a anarquia.”⁴⁹

Apenas um fator lhe apresenta preocupante: o “perigo da reação”, exemplificado no caso de Napoleão Bonaparte, após a Revolução. O exemplo desse perigo parece ter sido lhe apontado pelos próprios monarquistas brasileiros. Para Assis Brasil, a reação promovida por um “ambicioso” não era possível aqui devido ao caráter do povo brasileiro, indicado como “emocionalmente manso, comercialmente pacífico”, incapaz de seguir “o rastro de sangue de um bandido feliz”. O exemplo napoleônico é igualmente mencionado para sustentar o caráter transitório da própria reação. Nesse sentido, pensa ser “anarquia” e “reação” impossíveis. Ambas possuindo caráter transitório, não seriam obstáculos para que “caminhe para a liberdade”. Argui que a centralização monárquica já havia criado anarquia aqui, ao difundir a indiferença em todos os espíritos.⁵⁰

O exemplo das Repúblicas hispano-americanas, usado para justificar o temor da anarquia face ao advento da forma republicana de governo, é refutado. Defende que os monarquistas não tem direito de buscar paralelos entre brasileiros e espanhóis, porque os primeiros são essencialmente diferentes dos costumes, da raça e da índole das Repúblicas hispano-americanas, por descenderem de portugueses.⁵¹

O discurso do conferencista repete a sinonímia do discurso precursor inaugurado na Corte, há dez anos. “República” é o equivalente de “Liberdade” e de “Democracia”; os monarquistas são os “inimigos”. O país não lhe parecia gozar de tantas liberdades. A Monarquia não colocava em prática “disposições tirânicas de suas leis” apenas para não provocar luta desesperada. Os direitos dos povos são concebidos conquistas dos combates contra os “déspotas de todos os tempos”, e não “um presente”. A Monarquia nunca teria dado liberdades aos brasileiros. Os antepassados tiveram que lhe arrancá-las à força.⁵²

No final dos argumentos de réplica à última objeção ao advento da República, Assis Brasil sustenta que era premente estabelecê-la. Por ser “a causa de todos os atrasos”, a Monarquia havia se tornado “inoportuna”. Aqui urgia a “oportunidade da república”. Autodenomina a si e aos seus correligionários de “legítimos oportunistas” diante dos “inoportunistas”, os adversários monarquistas.⁵³

Percebemos que tal exposição alcança, em 1880, ponto importante no debate sobre a forma de governo. No âmbito do dilema liberal “Reforma ou Revolução”, descarta francamente a possibilidade de mudança pacífica, por meio de uma modificação na Carta Constitucional. Descarta argumentos de monarquistas sobre a possibilidade de a própria Monarquia fornecer meios para que a fundação pacífica da República ocorresse. Trata-se de um “sofisma protelatório, ou um erro funesto, infelizmente alimentado ainda por muitos correligionários meus; erro que eu espero, entretanto, ver

⁴⁹ ASSIS BRASIL, J. F. de. O Oportunismo e a Revolução..., p. 7.

⁵⁰ Ibidem, p. 8.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem, p. 9.

⁵³ Ibidem.

muito breve abandonado por todos”⁵⁴. Em outros termos, Assis Brasil rejeita a perspectiva, até então, intransigentemente alimentada por correligionários como Quintino Bocaiúva.

Se debruçando sobre o artigo cento e setenta e sete (177) da Constituição de 1824, que prevê a mudança ou adição da lei fundamental, advoga que a índole do governo monárquico era o próprio obstáculo à emergência de uma instituição a lhe ferir os interesses. A Monarquia não abriria mão de sua perpetuidade. O Senado vitalício, nomeado pelo Rei, era um “inimigo” a toda tentativa de “Reforma pacífica radical”.⁵⁵ Qualquer reforma constitucional radical no país não poderia ser realizada sem ser “mutilada” e “abatida” pela intervenção do Senado e do Imperador. Muito menos assim o seria, se realizada pela Câmara dos Deputados, a outra integrante da Assembleia Geral. Sobre ela poderia pesar a oposição dos Ministros nomeados pelo Rei e o mecanismo da dissolução. Toda essa impotência da via reformista é resumida ao alegado fato de o “Imperador é quem faz a Lei”, expressa no “papel sujo que chamam Constituição brasileira”.⁵⁶

Findo esses levantamentos, o orador entra na fase propositiva, a que interessa a nós. Em 1880 é declaradamente um adepto da Revolução republicana, dado o momento oportuno chegado ao país. Os meios brandos manifestados “mansamente” pela vontade do povo, tido como “único soberano legítimo”, não seriam capazes de promover o alcance da “Liberdade”.

Calorosamente aplaudido pelos presentes no Clube, indica que os republicanos deveriam apelar ao único meio a restar: “devemos seguir pela carreira que se abre toda a vez que se levanta o vulcão da consciência nacional no seio oprimido do povo; onde as forças dos déspotas se abatem; porta única aberta aos soldados da liberdade; **devemos tomar pela carreira da revolução** (grifo nosso).”⁵⁷

Quanto ao argumento de ser a Revolução incompatível com a República, com prescrições da ciência o orador entende que a Revolução deveria ser apreendida em dois sentidos de acepção diversa, de fins igualmente diversos. Assim, considera haver a Revolução “injusta” e a Revolução “justa”: “uma é perturbadora, outra é humanitária; uma é arbitrária; outra é científica.”⁵⁸ Desse modo, a Revolução pode se manifestar enquanto “doutrina social” ou como “fato”. Sob forma de “doutrina social”, havia conduzido o mundo, até então, à “anarquia”. A Revolução “fato” é apreendida no sentido de “Revolta”. Consta ser “o exercício de um direito, a reivindicação, a reação da liberdade usurpada, a manifestação da vontade soberana.”⁵⁹ Vemos que esse último era o modelo de transformação justificado para o país.

Vemos como notório Assis Brasil se filiar à prática da jurisprudência revolucionária, que considera a revolta de um povo, contra um estado de opressão, um natural e legítimo direito:

⁵⁴ ASSIS BRASIL, J. F. de. O Oportunismo e a Revolução..., p. 10.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem, p. 11.

⁵⁷ Ibidem, p. 12.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

No fato de tornar efetivo este sagrado direito, contra a vontade resistente dos déspotas, é que consiste na revolta. (...). A revolução, assim compreendida, é um fato naturalíssimo, um poderoso auxílio do progresso, uma necessidade fatal destes tempos, em que há ainda infelizmente cegos insensatos que pretendem travar as rodas ao carro da liberdade.⁶⁰

Ainda que planteada sob uma concepção moderna disruptiva, a proposta republicana revolucionária apresentada, por ser pautada no Oportunismo francês, é flexível; admite a possibilidade de uma “revolução branca”. Ou seja, sem emprego excessivo da força, de acordo com as exigências do momento. Todavia, o recurso à violência não desaparece do horizonte em que desenha o combate ao “Despotismo”, em prol do triunfo da “Liberdade”:

Bem sei que esta terrível ideia de contemplar um mar de sangue derramado de corpos irmãos – aperta o coração, confrange a alma, dói sinceramente no fundo da consciência. Mas **nem toda a revolução precisa, por ser o emprego da força, de ser sangrenta**. Tentemos por todos os meios pacíficos, pelo preço dos maiores sacrifícios, pela mais tenaz abnegação, enxotar do nosso seio a fera que nos degrada. **A república é legítima, a república é oportuna: procuremos firmá-la, quebrando a vontade dos déspotas pela mais digna de todas as revoluções, pela revolução que não derrama sangue e não faz cadáveres**. Mas se, entretanto, o poder resistir, se a tirania levantar em torno de si, contra a vontade nacional, uma floresta de baionetas, devem, porventura, recuar atemorizados e vencidos os soldados da liberdade? Não! **Se a luta for imprescindível, se imprudentemente a ela nos provocarem, aceitamo-la, lutemos pela justiça, pelo direito, pela liberdade, embora seja necessário derramar um mar de sangue**, – contanto que do seio agitado desse mar sombrio se levante esplêndida e serena, lavada de todas as nódoas, limpa de todas as máculas, a veneranda imagem da pátria.⁶¹

Em meio aos pares, a conferência de Assis Brasil não ficou sem resposta. Na última edição d’ *O Federalista*⁶² lançada ao público, João Alberto Sales (1857-1904)⁶³ diz que começava “a agitar-se a questão da maneira porque se estabelecerá a República entre nós”. Em alusão à conferência ocorrida no *Clube Republicano Acadêmico*, o irmão do futuro Presidente Campos Sales, diz ter Assis Brasil discorrido sobre tal questão “longamente”, e que “dela também nos ocupamos agora, aproveitando para fazer conhecido o nosso modo de pensar a tal respeito”. Na réplica *Oportunismo e Revolução*, quase homônima, Alberto Sales faz a análise das ideias do “talentoso acadêmico” e deixa registrada as do editorial do jornal.⁶⁴

Em relação ao estabelecimento da forma republicana de governo no Brasil, mediante aplicação dos princípios da filosofia positiva, explica que a resposta não seria “difícil de dar”, para saber o meio pelo qual se operaria a eliminação do governo monárquico. Pondera que historicamente o sentimento republicano sempre existiu “ardente no coração do

⁶⁰ ASSIS BRASIL, J. F. de. *O Oportunismo e a Revolução...*, p.12.

⁶¹ *Ibidem*, p.13.

⁶² Periódico de crítica política e literária, de circulação mensal e de duração efêmera, dedicado a promover e divulgar os ideais de “República” e “Federação” no meio acadêmico de São Paulo. Em primeira edição, *O Federalista* foi lançado a 05 de abril de 1880, por iniciativa de João Alberto Sales (1855-1904), Alcides de Mendonça Lima (1859-1935) e Pedro Lessa (1859-1921). O órgão republicano foi publicado nas datas de 05/04/1880; 05/05/1880; 05/06/1880; 05/07/1880; 11/08/1880; 05/09/1880. Na última, a publicação foi suspensa.

⁶³ Sobre a vida e obra, ver: DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. João Alberto Sales. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: Editora CPDOC, 2020, p. 1.

⁶⁴ SALES, Alberto. *Oportunismo e revolução*. **O Federalista**: Periódico Republicano. São Paulo, Ano I, n. 6. 05 set. 1880, p. 46.

povo brasileiro”. A Revolução Farroupilha, a Confederação do Equador, as ideias democráticas da Regência e o Movimento Republicano operado nas diversas províncias, lhe demonstravam não ser a opinião composta exclusivamente por monarquistas. A criação de vários periódicos independentes, desligados dos “velhos” partidos, era sinal de que havia “sede por reforma”. O aparecimento da imprensa livre era sinal de que não podia mais ser tolerada a linguagem “mentirosa” dos órgãos partidários. Acredita que o movimento de ideias democráticas acabaria por incutir, nas organizações partidárias, “vida nova”. A classe dirigente se veria obrigada a ceder à pressão pública. Para que isso ocorresse, era necessário “auxiliar a evolução” por meio de uma propaganda ativa e bem organizada.⁶⁵

Na análise do discurso de Assis Brasil, lamenta a “infeliz contradição” em que teria caído o conferencista, ao indicar única e exclusivamente a Revolução como meio para resolver a questão da forma de governo: “nos pareceu a sua confissão estar em contradição com a resolução do problema. Como?!” Expondo trechos da fala do orador, diz ter esperado que Assis Brasil “pregasse abertamente a revolução à mão armada”, já que sustentou ser impossível no país o estabelecimento da República, pelos meios ‘puramente pacíficos’ e ‘legais’. Entretanto, teria recuado, ao afirmar a necessidade de tentar ““por todos os meios pacíficos (...) enxotar do nosso seio a fera que nos degrada’, através da ‘mais digna’ de todas as revoluções, a revolução ‘que não derrama sangue e não faz cadáveres’”. Sobressai no escrito do replicante um rasgo de entusiasmo pela via radical: “É com profundo pesar que notamos tamanha contradição da parte do talentoso acadêmico; e declaramos francamente que nunca esperávamos vê-lo recuar diante da argumentação que tão bem havia antes desenvolvido.”⁶⁶

Ao nosso ver, não se trata de “contradição”, mas da assimilação da radicalidade pelo Evolucionismo político, no plano da linguagem republicana brasileira à época. O resultado foi o surgimento da noção de “Revolução pacífica”, cuja ocorrência possibilitaria o advento da República, sem recorrer a excessos de força. Atribuímos a tal formulação teórica e ao convencimento por ela gerado a qualidade de fator responsável pelo esmaecimento do radicalismo, em meio à propaganda. Como demonstraremos até o fim da seção.

Alberto Sales também critica outra “contradição” alegada na fala do orador: a negação da existência de uma opinião pública “entre nós”, por conta do caráter “indiferente”, “dócil” e “escravo submisso” do povo brasileiro, face a todos os governos. Entende que Assis Brasil é assim contraditório por alegar essa “ausência de civismo” no país e, ao mesmo tempo, demandar por Revolução: “Por ventura será possível exigir-se de um tal povo um levantamento geral, capaz de imprimir na ordem política os traços característicos e profundos das grandes reformas?”⁶⁷ Pondera se existia, naquele momento, condições necessárias para uma Revolução republicana: “para nós é fora de dúvida que falta-nos os elementos precisos para que se realize uma tal comoção social”. Nesse sentido, “‘pedir por revolução’ torna-se uma inutilidade até certo ponto.”⁶⁸

⁶⁵ SALES, Alberto. Oportunismo e revolução. **O Federalista**: Periódico Republicano. São Paulo, Ano I, n. 6. 05 set. 1880, p. 48.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Ibidem.

O replicante parece, até certo momento, coerente no que se propôs a fazer. Porém, percebemos que, ao tentar expor a ‘contradição’ sobre a qual alega ter resvalado Assis Brasil na conferência do *Clube Acadêmico*, redundando na mesma. Isto é, retorna à irresolução do problema já resolvido. Queremos dizer que notamos Alberto Sales se empenhando em escapar da postulada ‘contradição’ através de uma simples mudança vocabular. Ao invés de usar o termo “Reforma”, empregou “Evolução” a partir do crivo da doutrina filosófica positivista. De tal modo a reformular a máxima lançada pelos liberais do Centro, no *Manifesto de 31 de Março de 1869*. Assim procedeu talvez por ter incompreendido a sistematização elaborado por Assis Brasil.

Seguindo os princípios evolucionistas do Positivismo, argumenta que a Revolução só se faz necessária quando a política contradiz empiricamente “o desenvolvimento normal das forças progressistas do organismo social”. Caso contrário, o que é observado é a evolução enquanto processo normal e gradual. Assim sendo, esclarece o ponto de vista apregoadado: “em relação à sociedade brasileira, parece-nos mais natural trabalhar pela república pacificamente, empregando os meios legais, sem, contudo, excluir a outra solução do problema (...). A verdadeira solução deve ser esta: **ou a evolução ou a revolução** (grifo nosso).”⁶⁹

Ao nosso ver, na ‘contradição’ de Alberto Sales, o termo ausente substituído – “Reforma” – ganha identificação exclusiva. Ela passa a identificar-se não somente com a “Evolução”, na condição de via dispar da Revolução. Nessa forma, a “Evolução” seria a via mais adequada para alcançar a República no Brasil. A “Reforma” seria oportuna se a Evolução, somente ela, fosse auxiliada. Contudo, como vimos na última citação e no elogio parcial a Assis Brasil, Alberto Sales não descarta a hipótese da via revolucionária.⁷⁰ Ou seja, ao contrário daquele a quem rebate, redundando em deixar o problema da conciliação dos meios em aberto.

A repercussão gerada pela fala de Assis Brasil, também não ficou restrita à “réplica” de Alberto Sales. O próprio sul-rio-grandense prosseguiu em campanha, se notabilizando pelo talento oratório em meio à difusão do ideário republicano. Em 1881, com apenas 23 anos, o então quartanista de Direito, surpreendeu ao escrever a primeira obra de doutrina e história política. Trata-se de *A República Federal*, mais um chamado para a necessidade de mudança da forma de regime político no país.

Por ser membro da elite política e econômica conservadora sul-rio-grandense, a despeito de ostentar uma retórica revolucionária, temia a potência destruidora da anarquia. Tomava como exemplo as Revoluções em Pernambuco, nos anos de 1817 e 1824. Por isso, do ponto de vista doutrinário, se preocupou em dar organicidade à ação revolucionária. Fez “República” e “Federação” ideias mestras.⁷¹

A primeira edição foi produzida enquanto residia em São Paulo (1878-1882), centro cultural cuja Faculdade de Direito estava estabelecida no Prédio da Igreja de São Francisco. Tal condição permitiu, ao filho de um estancieiro

⁶⁹ SALES, Alberto. Oportunismo e revolução. **O Federalista**: Periódico Republicano. São Paulo, Ano I, n. 6. 05 set. 1880, p. 49.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ ASSIS BRASIL, J. F. de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos..., p. 34; SACCOL, T. M. P. **Um propagandista da república...**, p. 12.

da fronteira do extremo sul, contato diversificado com jovens das elites de outras partes do país. Entre uma aula e outra, ocorreu a escrita da obra, reeditada seis vezes até 1889. Essa peculiaridade a tornou o livro de maior número de exemplares, já publicado no país. A segunda edição foi lançada em 1882/3, na base de dez mil exemplares. Recebeu subsídio e foi distribuída gratuitamente pelo *Partido Republicano Paulista*. Tornou-se leitura influente entre a mocidade militar positivista formada na Escola Militar da Praia Vermelha. Lembramos que desse meio sairia a geração de jovens oficiais que, uma vez influenciados pelo professor Benjamin Constant, teriam papel decisivo na articulação do “15 de Novembro”.⁷²

Apesar de inúmeras vezes reeditada, a edição mais impactante foi a primeira, de 1881. Contou com impressão padronizada, com apenas cinquenta exemplares.⁷³ Para todo o esforço contribuiu a ajuda e a solidariedade de amigos próximos de seu círculo social. Através de Valentim Magalhaes, (1859-1903) pôs-se em contato com o historiador cearense Capistrano de Abreu (1853-1927), estabelecido no Rio e bibliotecário da Biblioteca Nacional. Capistrano aproximou Assis Brasil do círculo republicano carioca, como também lhe ajudou nos trâmites de impressão da obra, com a Tipografia Leuzinger. Revisou o texto e comentou o prólogo.⁷⁴

A República Federal encontra-se dividida em quatro partes, enumeradas em romano e intituladas “Livro”. A primeira trata das formas de governo e suas relatividades, a superioridade e legitimidade da republicana sobre a monárquica e a preferência republicana do país; a segunda, consiste em objeções às críticas de monarquistas e na justificação do momento oportuno para a República no Brasil; a terceira trata da ideia de “Federação”, a diferença em relação ao “Unitarismo”, e a inclinação do país ao primeiro sistema de organização. A última consiste na defesa do sufrágio universal.

Encontra-se na segunda parte da obra o prosseguimento com a tese de oportunidade da República no Brasil. Portanto, trata-se do que nos interessa. Enumerada Livro II, intitula-se *A Oportunidade*. Nela esclarece com maiores detalhes o que entende por “Oportunismo”. Em política, a “Oportunidade” é “critério da ação”. Numa sociedade cuja natureza aspira assumir uma nova forma, o legislador deve se deixar guiar por esse critério. Não basta apenas sabê-lo. É necessário ter conhecimento justo e simultâneo do estado político e do estado social. A política enquanto “forma” e a sociedade enquanto “matéria” devem se harmonizar, equilibrarem, sob pena de criarem perturbação.⁷⁵

Pondera que face ao surgimento de uma necessidade social, estendida e imperante sobre a opinião, os legisladores devem responder, fazendo na ordem política as reformas adequadas. Caso contrário, podem conduzir a sociedade a dois casos distintos: à “revolução” ou à “atrofia”. Cita como exemplo para o primeiro a resistência da ordem política à nova ordem social, em progresso na França dos filósofos.⁷⁶

⁷² ASSIS BRASIL, J. F. de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...**, p. 35; SACCOL, T. M. P. **Um propagandista da república...**, pp. 14, 80-81.

⁷³ *Ibidem*; *Ibidem*, pp. 13-14.

⁷⁴ *Ibidem*, pp. 35-36; *ibidem*, pp. 81-84.

⁷⁵ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **A República Federal**. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, MDCCCLXXXI, p. 114.

⁷⁶ *Ibidem*, pp. 115-116.

Constatamos que a réplica de Alberto Sales, ao discurso proferido no *Clube Acadêmico de São Paulo*, influiu sobre o raciocínio de Assis, no que concerne à tese defendida:

Hoje, depois de terem as opiniões emitidas naquele discurso passado pelo crisol de calorosas discussões, em que colhi, por muitos ataques rudes, muitas adesões sinceras, a reflexão e o tempo me têm avigorado a crença, e **não repudio uma só daquelas ideias, não retiro uma só daquelas palavras. O que disse então é o que vou dizer ainda agora, apenas por outros termos** e com a clareza que nem sempre é possível num discurso, onde a fluência da palavra prejudica a precisão do pensamento (grifo nosso).⁷⁷

Ou seja, apesar das ressalvas levantadas por Alberto Sales, Assis Brasil seguiu convicto da oportunidade da República no país e da Revolução como meio de promovê-la. Notamos que o letrado procura reafirmar as ideias sustentadas em *O Oportunismo e a Revolução*, porém, através de termos diversos e com maior precisão. Atitude provavelmente influenciada pela crítica esclarecida do teórico paulista, entre outros.⁷⁸ Nesse sentido, pensamos ser desnecessário voltarmos às seis objeções apresentadas aos adversários monarquistas. Mais proveitoso nos parece indicar as duas sintéticas recomendações preventivas feitas pelo autor, pois constituem a síntese do acréscimo dado à tese.

Assis Brasil acrescenta que apenas a instalação da República poderia prevenir o país de “duas desgraças”, resumidas num terrível dilema: “a atrofia ou a revolução”. Apesar de favorável, demonstra o quanto queria evitar o segundo resultado. Para isso, mostra que era necessário à Monarquia ceder, sem resistência, à República.⁷⁹ Caso a sociedade fosse comprimida pela política e se mostrasse mais forte, o resultado seria a “funesta explosão revolucionária”. O advento da República, sem compressão, ou seja, sem resistência da Monarquia contra o desejo da sociedade, é avaliado o meio de apartar do destino da pátria “lamentáveis desgraças”.⁸⁰

A obra *Perfis Parlamentares*, por nós assaz consultada, traz a transcrição inédita de dois loquacíssimos discursos pronunciados por Assis Brasil, quando Deputado Provincial. O primeiro datado da Sessão de 20 de Novembro de 1885, intitulado *Pela Federação*; o segundo, *Pela República*, da Sessão de 08 de Dezembro daquele mesmo ano. Sob protelação de cinco meses, ambos foram publicados em 18 de abril de 1886. Na ocasião, o autor os publicou em volume, pois pensou em ambos combinados como utilidade à propaganda da República federativa. Foram dedicados aos eleitores dos quais havia recebido votos.⁸¹

Sobre a ascensão política do agente, acreditamos ser necessário pontuar alguns aspectos prévios. No mesmo ano de 1881 em que publicou *A República Federal*, o então acadêmico Assis Brasil, ao lado de Júlio de Castilhos, fundou o *Clube 20 de Setembro*, em clara alusão ao decênio farroupilha. Em fevereiro de 1882 participou da última convenção a resultar na fundação histórica do *Partido Republicano Rio-Grandense* (PRR), agremiação que

⁷⁷ ASSIS BRASIL, J. F. de. *A República Federal...*, pp. 123-124.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 184.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 186.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 187.

⁸¹ ASSIS BRASIL, J. F. de. *Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...*, p. 223.

oficialmente não optou pela via “revolucionária”. Aderiu à “evolucionista”, inspirada no Positivismo francês. Entre as defesas estavam as lutas pela Federação, Descentralização e Abolição. Porém, ao receber o diploma de bacharel em Direito e regressar à terra natal, Assis Brasil trouxe ideais modernos, pautados nas concepções de “Civilização” e de ruptura transformativa da sociedade. A defesa da Revolução é o que explica a publicação da alusiva *História da República Rio-grandense* (1882). A intensificação das campanhas republicana e abolicionista ocorreu a tal ponto de ser lançado, em janeiro de 1884, *A Federação*, órgão político-partidário cujo nome foi proposto pelo próprio Assis Brasil. Por meio d’ *O Precursor*, de São Gabriel, também pôde difundir as ideias republicanas, positivistas e evolucionistas, intensamente debatidas entre políticos e intelectuais paulistas. Em 1885, foi eleito primeiro Deputado Republicano à Assembleia Provincial, com apoio do Terceiro Congresso do Partido e com voto do *Partido Conservador* de São Gabriel.⁸²

Assis Brasil foi o único republicano da região da Campanha a eleger-se Deputado Provincial. Tentou a cadeira provincial em 1883, mas foi derrotado. Obteve sucesso apenas na segunda vez. Para tal vitória foi imprescindível a união e o apoio de variados líderes dos diversos clubes republicanos do Terceiro Círculo Eleitoral, e também de monarquistas conservadores. A candidatura havia sido apresentada ao eleitorado do Terceiro Círculo por meio de uma circular, publicada na imprensa. Havia prometido tratar os interesses do setor pecuarista como prioridade na Assembleia. Preocupação não apenas dos eleitores, mas dele próprio, da família e dos amigos.⁸³

Assim, para o Parlamento provincial o letrado levou a formação acadêmica, atrelada ao ativismo republicano. Defendeu particularmente os interesses da elite estancieira e pecuarista da região da Campanha. O discurso *Pela Federação* foi pronunciado durante a segunda discussão do projeto de lei de Força Policial. Ao analisá-lo, Assis Brasil questionou o sistema unitário centralizador, considerado uma espécie de amarra para as províncias; culpabilizou a centralização pelo esvaziamento do Tesouro e a conseqüente dificuldade de aumentar a verba para a força militar; associou o sistema republicano federativo à condição de “Liberdade”; qualificou de “Despotismo” a Monarquia constitucional brasileira.⁸⁴

Entretanto, Assis Brasil não teve oportunidade de apresentar e explicar para a Assembleia os princípios a serem defendidos e sustentados na sessão do dia 08 de novembro. Em decorrência, voltou à tribuna no dia 20 de dezembro. Se viu questionado, pelo chefe liberal e relator da comissão de orçamento provincial, Silveira Martins, a respeito dos princípios defendidos. Com efeito, passamos ao discurso *Pela República*, de caráter mais doutrinário e de franco debate contra o coparlamentar Silveira Martins.

Temos no discurso uma rediscussão da oportunidade da República no Brasil. Como estratégia, elenca diferenças com a Monarquia. O objetivo foi o de demonstrar para toda a Assembleia a legitimidade da forma de governo advogada. A imprescindibilidade da República para o país estava calcada na necessidade da Federação, conforme

⁸² ASSIS BRASIL, J. F. de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos..., pp. 38-44, 211-212.

⁸³ SACCOL, T. M. P. **Um propagandista da república**..., pp. 149-166.

⁸⁴ ASSIS BRASIL, J. F. de. *Pela Federação*. 8 nov.1885. In: **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos..., pp. 227-250.

apontou quando discutiu o projeto de lei de fixação da Força Policial. Monarquia e Federação são asseveradas cientificamente incompatíveis. Sob a Monarquia, o segundo sistema seria “impossível”; com a República, seria “natural” e “admissível”. Instalar República sem Federação seria um “atentado”.⁸⁵

À forma monárquica é atribuída o embaraço dos progressos dos povos. Enquanto que a República, pelo contrário, permite o operar da Evolução, ainda que de modo tumultuado. É a única a conter instituições mais livres.⁸⁶ O discursista acredita que o rompimento da perpetuidade monárquica só seria possível com o uso da violência, pois seria impossível fazer com que os detentores do privilégio de família se resignassem a perdê-lo. Nesse sentido, se mostra hostil à possibilidade de um Terceiro Reinado, com D. Isabel.⁸⁷

Notamos que foi o replicante, Silveira Martins, quem induziu o discursista a argumentar sobre o emprego da violência revolucionária na derrubada de reis, pois observava muitos terem o “pescoço cortado”. Assis Brasil rebate afirmando querer evitar “a violência, o sangue”; o “saltar por cima das leis da justiça humana e da própria natureza.”⁸⁸ Vê nas revoluções a resultante da “tirania dos reis”. Reação do povo contra a opressão a que é submetido por monarcas:

As revoluções não são mais do que reações contra a tirania que as precedeu, e nisso as monarquias são férteis. A opressão que elas fazem aos povos, em regra, não se rompe senão por atos de desespero. Aqueles mesmos celerados de que o nobre deputado ainda ontem falava, aqueles mesmos que com as mãos encarvoadas incendiavam nas praças de Paris os grandes monumentos da civilização, o que eram senão a repercussão das brutalidades dos tiranos pequenos que por largos anos pesaram sobre aquele ilustre povo? **Toda revolução é uma resposta à tirania que a precedeu.** Esses reis cujas cabeças têm rolado dos cadafalsos [...] são antes vítimas expiatórias dos erros dos seus antepassados. O criminoso não é também o povo que os destrói, como parece que quis dizer ontem o nobre deputado, o criminoso é o próprio poder régio que traz o povo esmagado, martirizado e o leva ao desespero; [...] é o tirano, que age refletidamente [...]. Esse é o único responsável. Se quisermos que o povo seja pacífico, façamos com que não o tiranizem. [...] Mal vai a monarquia do nobre deputado, se não tem como corretivo supremo, senão essa justiça brutal das revoluções (grifo nosso).⁸⁹

Em alguns aspectos, retoma à lógica do discurso dos anos 1870. Federação é “unidade”; centralização, “desmembramento”. A primeira é o meio de libertar as províncias da “tutela”. Sob ela, não haveria motivos para a separação. Ao sistema centralizador é conferida a reponsabilidade por agudizar as revoluções, pois cria motivos de ordem geral para que ocorram e torna mais difícil combatê-las.⁹⁰

O discursista analisa esmiuçadamente a oposição radical feita à República no Brasil. Igualmente a realizada pelo Deputado Koseritz e pelo próprio Silveira Martins à campanha abolicionista. O primeiro teria tratado com ironia a

⁸⁵ ASSIS BRASIL, J. F. de. Pela República. 20 dez.1885. In: **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...**, p. 278.

⁸⁶ Ibidem, p. 260.

⁸⁷ Ibidem, pp. 264-5.

⁸⁸ Ibidem, p. 266.

⁸⁹ Ibidem, p. 267.

⁹⁰ Ibidem, p. 279.

ideia do advento da República ocorrer no país por meio da Evolução.⁹¹ Silveira Martins estava entre os monarquistas a apontarem como “defeito” a prática do *Partido Republicano* de pregar pacificamente as doutrinas defendidas. Criticavam o partido por não conquistar com armas na mão, isto é, pela força, o que pretendia dominar pelo raciocínio. Quanto a esse ponto, Silveira Martins foi categórico dentro do recinto parlamentar: “Não se pode transformar a instituição dominante, senão violentamente; regularmente não.”⁹²

Ainda que o partido fosse “essencialmente revolucionário”, Assis Brasil afirma que esperariam se tornarem fortes para lançarem mão da força. Confessa que em 1885 um dos empecilhos à conquista da República, por meio de uma Revolução, consiste no fato de os copartidários se encontrarem em minoria no sistema político. Um dos objetivos era o de alcançar a maioria. Não nas eleições, mas nas consciências. Estavam à espera da concretização desse critério para irem às vias de fato: “está no nosso critério determinar quando a maioria da nação estará conosco, para nós determinarmos a ação. Se, nesse tempo, for preciso arrebatar pela força o poder, que de direito será nosso, um povo que se presa não trepida ante os recursos extremos na defesa da sua dignidade.”⁹³

Caso o poder estabelecido viesse a reconhecer a maioria nacional, contrária a ele, assentindo os eleitos do povo, tal situação levaria ao estabelecimento da ordem republicana pacificamente, sem os meios revolucionários. Assis Brasil aponta que o próprio Silveira Martins havia asseverado no Parlamento, por meio de um manifesto, constituírem os republicanos num “partido essencialmente revolucionário”. Inclusive, teria usado como prova o argumento histórico de que “não havia república que não tivesse sido estabelecida pela violência”. Em rebate, o chefe dos liberais diz que se referiu particularmente aos republicanos brasileiros, porque optaram por ser “evolucionistas” e não “revolucionários”. Ainda que “evolucionistas”, não poderiam alcançar seus propósitos “senão por meio da revolução.”⁹⁴

O argumento histórico do adversário é julgado uma “inverdade histórica” por Assis Brasil, para quem todas as repúblicas do tempo estavam se concretizando, desde então, pacificamente, ainda que tivessem sido precedidas por guerras ou revoluções. Cita os exemplos de Suíça, França, Estados Unidos e as Repúblicas hispano-americanas.⁹⁵

Em meados da década de 1880, podemos dizer que Assis Brasil resolve definitivamente o dilema lançado pelos liberais no fim da década de 1860. Por extensão, a própria situação das correntes em disputa dentro do Movimento Republicano Brasileiro. Ao treplicar a réplica de Silveira Martins, não descarta o recurso da força das armas para ser feita a República. Diz que “Evolução” e “Revolução” são faces de uma mesma moeda. A segunda era parte integrante da primeira. Ou seja, ainda que a República fosse estabelecida pacificamente, por meio de uma Reforma, a Revolução estaria concretizada. Sustenta que os republicanos não podiam no momento ser “revolucionários” porque ainda não eram maioria, já que “Só as maiorias tem o direito de se impor pela força”. Aplaudido longamente pelas galerias da

⁹¹ ASSIS BRASIL, J. F. de. Pela República. 20 dez.1885. In: **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...**, p. 290.

⁹² *Ibidem*, p. 291.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ *Ibidem*.

Assembleia e felicitado ao término, encerrou a fala não descartando a via revolucionária violenta para fazer da República uma realidade em terras brasileiras:

Fique, pois, entendido que – nós somos evolucionários, no sentido de pregarmos pacificamente as nossas doutrinas, trabalhando para que elas sejam as da maioria da nação; mas **não consideramos a evolução incompatível com a revolução**. Ninguém pode dizer que, sendo evolucionário, não é implicitamente revolucionário. O nobre deputado parte de uma confusão de ideias: **a revolução é um de tantos fatos minúsculos que estão contidos na evolução**. Como partido político, e principalmente como republicanos, o que não queremos é que a república se faça sem ser do voto da maioria da nação; mas desde que o seja, se for preciso que este partido de propagandistas, de pacientes doutrinadores desça das tribunas dos oradores e das bancas dos jornalistas para manejar o sabre reivindicador dos direitos da Pátria, ele não vacilará em fazê-lo, porque acima de tudo, acima da própria vida do homem está a consideração do bem público.⁹⁶

*

* *

Não nos parece pertinente asseverar terem os republicanos gaúchos estado, a todo tempo, numa condição de meros observadores inertes; passíveis diante da possibilidade do advento de um Terceiro Reinado. Apesar de terem acompanhado da longínqua província do extremo sul a construção do cenário político, cujos acontecimentos levariam a elite de oficiais insatisfeitos, apoiados pelo círculo civil de republicanos na Corte do Rio de Janeiro, a destronar D. Pedro II. Malgrado a distância territorial a lhes separar do epicentro político nacional, ainda que do extremo sul, eles conspiraram na expectativa de, no momento oportuno, auxiliarem na concretização do advento da República.

Fato acertado a tal respeito foi a reunião ocorrida a 21 de março de 1889, na Fazenda em que nasceu Júlio de Castilhos. Além desse, esteve presente Assis Brasil, na companhia de Cândido de Pacheco, Joaquim Antônio da Silveira, Lauro Prates, Fernando Abbott, Ernesto A. de Oliveira, José Gomes Pinheiro, Vitorino Monteiro, Manoel da Cunha Vasconcelos, Salvador Pinheiro Machado.

Da *Reunião da Reserva* resultou um documento no qual a assinatura de Assis Brasil está grafada. No texto, os republicanos sul-rio-grandenses declaram disposição de lutarem pela República. Se valeriam de quaisquer meios. Até a ocasião, não haviam definido qualquer tática para implantarem o novo regime.

O registro de significativo teor conspiratório nos faz crer ter Assis Brasil permanecido adepto da via revolucionária até o “15 de Novembro”. Fosse por meios pacíficos e/ou violentos. Patrioticamente, a Revolução republicana é apresentada pelo grupo sul-rio-grandense como questão de oportunidade, a evitar a emergência do Terceiro Reinado:

Reconhecendo a necessidade de organizar a oposição em qualquer terreno ao futuro reinado, que ameaça a nossa Pátria, com desgraças de toda a ordem, e a necessidade de preparar elemento para, no momento oportuno, garantir o sucesso da revolução, declaramos que temos nomeado nossos amigos José Gomes Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Fernando Abbott, Assis Brasil, Ramiro Barcelos e Demétrio Ribeiro para trabalharem para que consiga aqueles fins, empregando livremente

⁹⁶ ASSIS BRASIL, J. F. de. Pela República. 20 dez.1885. In: **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...**, p. 292.

os meios que escolherem. Nós juramos não nos deter diante de dificuldade alguma, a não ser o sacrifício inútil de nossos cidadãos. Excluída esta hipótese, só haveremos de parar diante da vitória ou da morte.⁹⁷

Assis Brasil e seu grupo de correligionários não tiveram participação direta no “15 de Novembro”. A celeridade com a qual ocorreu os acontecimentos, do golpe a derrubar a Monarquia no Rio, não permitiu a Júlio de Castilhos se quer convocar a Executiva do Partido para deliberar a respeito. Se tratou de efeito surpresa. Entretanto, sabiam dos riscos caso optassem por uma ação de tomada imediata do poder na província. Diante da certeza, Castilhos buscou no Marechal José Antonio Corrêa da Câmara (1824-1893) o apoio militar, considerado indispensável para assegurar, no Rio Grande do Sul, a vitória do movimento ensejado na Corte. Ainda na tarde de 15 de novembro, Castilhos e Ramiro Barcelos, reunidos na redação d’*A Federação* com o Visconde de Pelotas, obtiveram do Marechal o apoio esperado. Num momento considerado “revolucionário” pelos coevos.⁹⁸

Embora já tivessem acordados a recorrerem ao recurso das armas, se necessário fosse para evitar a ascensão de D. Isabel, percebemos que a celeridade com que ocorreu os acontecimentos da Proclamação, aliada à enorme distância do centro do Império, foram fatores a terem minado uma articulação mais ativa e efetiva dos sul-rio-grandenses. Em contrapartida, há muito já haviam contribuído teoricamente para o esboço das coordenadas a orientarem os atores do “15 de Novembro”. Com Assis Brasil, a Evolução assimilara a Revolução radical de modo a fornecer um modelo exequível de Revolução “branca”, “incruenta”, “sem derramamento de sangue”, para solver a questão da forma de governo no país. A própria teoria traz a razão de arrefecimento do radicalismo na propaganda brasileira. Trata-se da síntese filosófica do século realizada genuinamente em terras brasileiras.

A seguir, no último capítulo da Tese, refletimos sobre a assimilação da Revolução radical pelo Evolucionismo político, a partir das propostas e das contradições presentes no projeto republicano pretendido por Antônio da Silva Jardim, colega de turma de Assis Brasil nos anos de juventude acadêmica. O foco da reflexão foi estendido à decisiva disputa pela liderança nacional do *Partido Republicano*, estabelecida entre Quintino Bocaiúva e o radical fluminense.

⁹⁷ REUNIÃO da Reserva. 21 de março de 1889. In: PESSOA, Reynaldo Cameiro (org.). **A Ideia Republicana no Brasil através de documentos**. SP: Alfa-Omega, 1973, p. 93. Às vésperas do “15 de Novembro”, pela imprensa carioca começou a circular boatos acerca da provável data de abdicação de D. Pedro II.

⁹⁸ ASSIS BRASIL, J. F. de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos...**, p. 49.

17 ANTÔNIO DA SILVA JARDIM, UM REVOLUCIONÁRIO CONSERVADOR: O PRELÚDIO DO ECLIPSE DO REPUBLICANISMO RADICAL ENSEJADO NA REVOLTA DO VINTÉM

Nos anos finais da penúltima década do Oitocentos, a conjuntura propiciada pela Questão Militar (1884-1887)¹ configurou uma fase árdua para atividade republicana. Em compensação, a campanha adquiriu intensidade em paralelo à abolicionista. A luta entre republicanos e monarquistas ganhou acirramento na militarizada Província do Rio Grande do Sul.

Exemplo do comentado foi a provocativa Moção apresentada à Câmara Municipal de São Borja por um de seus membros, o Vereador republicano Aparício Mariense², a 31 de outubro de 1887.³ Apesar de não conter uma declaração republicana explícita, o documento político traz a sugestão plebiscitária para saber a conveniência ou não de um Terceiro Reinado:

Proponho que esta Câmara represente à Assembleia Legislativa Provincial sobre a indispensável necessidade de dirigir-se à Assembleia Geral para que, se dado o fato lamentável do falecimento de S. M. o Imperador, se consulte à Nação, por meio de um plebiscito, se se convém a sucessão do trono brasileiro de uma senhora obcecada por uma educação jesuítica (religiosa) e casada com um príncipe estrangeiro, e bem assim, que a assembleia Rio Grandense convide as outras Assembleia Provinciais a, no mesmo sentido, representarem ao Parlamento; e que esta Câmara peça às outras municipalidades da Província que façam seu este apelo à Assembleia Provincial...⁴

Como reação, a Câmara são-borjense teve suspensas as atividades por ato do Governo Provincial de Joaquim Jacinto de Mendonça. Os Vereadores Aparício Mariense, João Pereira e Fidêncio Falcão foram processados pela justiça da Comarca local. Por meio da imprensa, a manifestação contrária à provável ascensão da Princesa Isabel ao Trono, ao lado do marido, Gastão de Orléans (Conde d'Eu), rapidamente ganhou respaldo de Câmaras Municipais das Províncias de Minas e de São Paulo. Não deixou, é claro, de repercutir na Corte. Os atos punitivos foram considerados ilegais pelo Partido do Rio Grande, fato confirmado pela absolvição dos envolvidos. Reynaldo Pessoa explica que o oportuno acontecimento à causa republicana foi responsável por alçar à cena Antônio da Silva Jardim (1860-1891), ferrenho defensor da radicalização da propaganda.⁵

¹ Habilmente explorada pela propaganda dos republicanos, trata-se da série de incidentes a terem produzido um crescente de conflitos entre autoridades civis imperiais e militares do Exército. A historiografia identifica no fim da Guerra do Paraguai o ponto inicial de compreensão dos fatos relacionados à reivindicação de direitos análogos aos exercidos por civis, da parte da instituição militar. A respeito, ver: QUESTÃO Militar. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2020; CASTRO, Celso. **Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política**. RJ: Jorge Zahar Ed., 1995; CASELECCHI, José Ênio. A Questão Militar. In: **A proclamação da república**. 5 ed. SP: Brasiliense, 1992, pp. 66-78.

² Autor do primeiro documento a constituir-se em plebiscito no Brasil, Aparício Mariense (1856-1910) teve participação ativa na coordenação do movimento, a resultar no “15 de Novembro”. Para detalhes, ver: MARIENSE, Aparício. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2020.

³ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos (1857-1938)**; organização (pesquisa documental/iconográfica e texto) Carmen Aita. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006, p. 48.

⁴ OS Pronunciamentos do Rio Grande do Sul: a Moção Plebiscitária da Câmara de São Borja – 1888 e a Reunião da Fazenda da Reserva em 1889. In: PESSOA, Reynaldo Cameiro (org.). **A Ideia Republicana no Brasil através de documentos**. SP: Alfa-Omega, 1973, pp. 92-3.

⁵ Ibidem.

Em resposta de apoio ao procedimento da Câmara Municipal borjense, o propagandista realizou duas vezes a conferência intitulada *A Pátria em Perigo*. A primeira, num *meeting* em Santos, a 28 de janeiro de 1888, reunindo três mil pessoas no Teatro Guarani.⁶ A segunda, para uma assembleia de duas mil e quinhentas pessoas em Campinas, na noite de 26 de fevereiro daquele ano, no Teatro S. Carlos.⁷

Desde a viagem de Lopes Trovão à Europa (1882) e a aproximação de José do Patrocínio⁸ com o Trono, por conta do decreto da Abolição, Heitor Ferreira destaca que a “tribuna das conferências permaneceu por muito tempo fechada”. O despontar da figura e do entusiasmo radical de Silva Jardim, nos dois anos derradeiros da Monarquia, vieram como respostas às dificuldades e às vacilações do próprio Partido, em oferecer soluções aos problemas candentes, na sociedade e na política da época. Ele não veio a ser teórico como o autor do *Catecismo Republicano*, Alberto Sales (1855-1904); mas, “agitador das massas”. Ao percorrer localidades de diferentes províncias, conseguiu empolgar multidões ao revelar grande capacidade oratória. Característica responsável pelo ascendente prestígio no curto biênio de 1888-1889.⁹

Seguindo essa trilha, Maria Fernanda Lombardi chama a atenção para o caráter pragmático assumido pelo pensamento e pela ação do propagandista fluminense. Sobretudo por meio das “famigeradas “polêmicas”. As práticas políticas não podem ser dissociadas da conjuntura em que viveu e militou: a questão do escravismo e da Abolição. Aliás, o problema da emancipação constituiu divisor de águas na efêmera, porém, intensa trajetória.¹⁰ Acreditamos que ao lado da Abolição, a possibilidade do Terceiro Reinado, tachada como “ameaça” interna, concebeu outro fator a ter conformado o projeto republicano alternativo, apresentado por S. Jardim.

O interesse preliminar do presente capítulo consiste em acompanhar o desenvolvimento da retórica revolucionária, mobilizada na produção jornalística de um dos mais representativos idealizadores da corrente radical, na última hora aliado da Conspiração civil-militar, responsável pelo Advento da República.

⁶ Num julgamento contundente contra toda a instituição monárquica, o orador constrói severa e mordaz crítica aos membros da Dinastia Orléans e Braganças. O grande receio era de que o Príncipe-consorte Gastão de Orléans, neto de Luís Filipe da França, esposo da Princesa Isabel, viesse “usurpar” o poder e toma-se Imperador do Brasil, na hipótese do advento de um Terceiro Reinado. Inclusive, levanta-se a suspeita de ter sido o próprio Conde d’Eu o responsável por mandar processar os camaristas de São Botija, num momento em que o país se encontrava sob o governo da terceira Regência de D. Isabel, pois o Imperador estava em viagem à Europa. Ver: SILVA JARDIM, Antonio. **Propaganda Republicana (1888-1889)**. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Conselho Federal de Cultura, 1978, pp. 25-26, 48-86.

⁷ Como ressalta José Murilo de Carvalho, o entusiasmo pela França foi inegável entre os propagandistas radicais da República. Tomou-se algo crescente à medida em que aproximou os cem anos da Revolução de 1789 (CARVALHO, José Murilo. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. SP: Cia das Letras, 1990, pp. 9-13). No discurso proferido em Campinas, Silva Jardim apresenta relutância em aceitar a possibilidade de um príncipe francês, “expatriado”, governar o Brasil em pleno Centenário da Revolução Francesa. Ao filiar-se à “República Central” cria um paralelo entre os movimentos revolucionários ocorridos na França e no Brasil. As datas francesas de 1789, 1830, 1848 e 1870 corresponderiam à Inconfidência Mineira, ao 7 de Abril (1831), à Revolução Praieira e à fundação do Partido Republicano, respectivamente. Ao falar de Revolução em 1888, indica para a Princesa Isabel “abdicação” ou “deposição”. Para O Conde d’Eu, “o exílio” ou a “execução” (SILVA JARDIM, A. op. cit., pp. 84-5).

⁸ Sobre a vida e a relação de José do Patrocínio com o Movimento Republicano, ver: PATROCÍNIO, José do. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2020.

⁹ LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil Político de Silva Jardim**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987, pp. 49-51, 73.

¹⁰ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República**. SP: Humanitas, 2008, pp. 15, 237, 252-253.

Advogado, professor, jornalista, propagandista, orador das massas. Silva Jardim foi expressão singular do projeto republicano radical alternativo ao hegemônico, encabeçado por Quintino Bocaiúva, no âmbito de uma renhida disputa pela chefia nacional do Partido. Resumiu todo ativismo aos dois últimos anos efervescentes do longo reinado conduzido por D. Pedro II.

Por considerarmos a relação do agente com a questão abolicionista eficazmente nuançada¹¹, contudo sem apartá-la, nos voltamos mais para a questão da forma de governo. Destacamos os significados de “República”, de “Revolução” e de conceitos correlatos na fala do agente, a fim de alcançarmos um objetivo maior. A partir do seu pensamento político, no momento pré-republicano, procuramos levantar mais razões explicativas para o que consideramos ter sido o início do esmaecimento da proposta revolucionária disruptiva; sua progressiva e efetiva assimilação pela corrente evolucionista, liderada por Bocaiúva. O que teve por resultado a trama conspiratória do “15 de Novembro”, articulada com setores insatisfeitos do Exército.

O título do capítulo em curso encontra-se ancorado em análises interpretativas da releitura do Jacobinismo¹² pelo crivo de ideais positivistas, no âmbito do desenvolvimento do Republicanismo no Brasil oitocentista. Há interpretação a denominar tal fenômeno de “Positivismo revolucionário”.¹³ O “Jacobinismo brasileiro” foi além de uma inspiração na fase da propaganda republicana. Veio a constituir-se em ideário de um grupo atuante no novo regime aspirante à “Ordem e Progresso”, particularmente no Governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Compunha-se de militares, positivistas heterodoxos e de radicais à *la* Jardim. Caracterizado por um nacionalismo difuso, inspirado na Primeira República Francesa; pela crença num governo fortemente centralizado e autoritário; trazia a imagem do “cidadão-soldado”, bastante disseminada nas fileiras do Exército da época. Cultuado sob a mítica republicana do “chefe salvador”, Floriano Peixoto foi alçado à figura de primeiro soldado e cidadão da República, contra ameaças de desestabilização e de desintegração nacional, identificadas com a reação monárquica.¹⁴

¹¹ Sabe-se que o 13 de Maio provocou cisão definitiva no Movimento Republicano. À luz de exemplo, converteu José do Patrocínio em fiel apoiador da Princesa Regente. Por outro lado, trouxe para as fileiras republicanas grupos de fazendeiros escravistas, insatisfeitos com a emancipação sem indenização. Constituem ponto nevrálgico nesse conflito, as ardentes críticas de Patrocínio à atitude conciliatória de Jardim com a Lavoura emersa do pós-Abolição. Ver: FERNANDES, M. F. L. **A esperança e o desencanto...**, pp. 25-67; 69-104; 122-126.

¹² Michel Vovelle explica tratar-se de conceito a extrapolar o limite geográfico e o contexto histórico de nascimento. Indicando um comportamento, uma atitude, uma mundivisão. Na França revolucionária setecentista, se constituiu numa corrente de pensamento cuja rede de Sociedades e Clubes, constituídos por membros denominados “jacobinos”, tomou-se responsável por difundir as ideias da Revolução e aproximar o meio rural da cultura democrática (VOVELLE, Michel. **Les Jacobins: de Robespierre à Chavènement**. Paris: Éditions la Découverte, 1999, pp. 13-34). No caso brasileiro, foi apropriado da Revolução Francesa e mudou ao longo do Oitocentos. No período conturbado das Regências, assumiu contornos de antilusitanismo, principalmente na imprensa panfletária. Na crise da hegemonia monarquista, foi apropriado pelos membros de vários Clubes republicanos cujo propósito, ao se autodefinirem “jacobinos”, visava ressaltar vínculos com ideais franceses de um século atrás. Outros detalhes, ver: JACOBINO. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: Editora CPDOC, 2015. Ver também: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os Radicais da República/ Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)**. SP: Brasiliense, 1986, pp. 9-16, 263-273.

¹³ BUENO, Almir de Carvalho. **A trajetória de uma desilusão; Silva Jardim e Aníbal Falcão: dois positivistas revolucionários na transição império-república (1870-1900)**. Dissertação em História, PUC-SP, 1991, 118 pp.

¹⁴ FERNANDES, M.F.L. **A Esperança e o desencanto...**, pp. 203-204; 219-220, 232.

Concordamos ter havido vários projetos republicanos concorrentes, no jogo político em aberto. Não apenas antes, como durante e depois do novo regime proclamado. Ao acompanharmos a derrota das “Repúblicas que não foram”, no processo de construção do projeto oligárquico a tornar-se vitorioso, percebemos as presidências de Prudente de Moraes (1894-1898) e, principalmente, a de Campos Sales (1898-1902) como balizas temporais para o “ocaso jacobino”. Em outro termos, data do referido período o fim da possibilidade de hegemonia para a proposta de um governo republicano forte, em alguns aspectos mais próximo do popular, sustentado por setores republicanos radicais, apoiadores do Marechal Floriano.¹⁵ Ainda que parcialmente, a referida proposta havia sido, até então, a mais semelhante à inicial de Silva Jardim, no que diz respeito à defesa da centralização governamental e à insistência pela mobilização permanente.¹⁶

Nas seções seguintes, no âmbito da perspectiva apresentada, entendemos ter sido o próprio Silva Jardim o começo do fim de um tipo de radicalismo republicano, cujas raízes nos remetem ao ativismo de Lopes Trovão, na conjuntura de contestação do impopular imposto sobre a passagem dos bondes (1879-1880). Por meio de jornais e *meetings* – a chamada “tribuna popular” –, Trovão foi responsabilizado por ter sido um dos incitadores da população.

Como vimos ao longo de toda a seção 14.1 do capítulo décimo quarto, a violência de caráter revolucionário e popular, sobressaliente nos distúrbios da Revolta do Vintém, com direito a episódios de barricadas, depredações, agressões físicas e mortes, havia atemorizado o centro de gravidade do Império, em pleno começo dos anos de 1880. Com repercussões expressivas nas instituições e nas formas de mobilização política. Não obteve apenas mudança de Ministério e o fim-último, a revogação do imposto. A convulsão nas ruas retrouxe à cena a imagética do povo mobilizado, partícipe das decisões políticas. Numa dimensão coletiva não vista no Império, talvez, desde o sufocamento da Revolução Praieira (1848-1850).

Típico de um século em que na filosofia se procurou conciliar “Revolução” e “Conservação”, por mais paradoxal que possa parecer, Jardim em seu projeto pretendeu impor limites e freios ao radicalismo da Revolução republicana almejada. Teve por base ambições pessoais e as reais condições do Brasil pós-Abolição. Nesse sentido, não hesitou em transigir com o conservadorismo de setores da Lavoura escravista, a fim de angariar apoio à mudança da forma de governo.

¹⁵ FERNANDES, M.F.L. *A Esperança e o desencanto...*, pp. 203-204; 219-220, 232; QUEIROZ, S. R. R., *Os Radicais da República...*, pp. 265-271.

¹⁶ FERNANDES, M.F. L. op. cit., p. 232. Apesar das semelhanças de propostas, a autora discorda de José Murilo de Carvalho ao rotular Silva Jardim na linha de ação “jacobina”. Para isso, pontua a posteridade do Jacobinismo Florianista, a aversão do próprio Jardim a Robespierre e uma alegada falta de apoio à ampliação de envolvimento com os militares. Porém, destaca-lhe a admiração nutrida pelo *cordelier* George Danton. Não lhe nega a apropriação do pensamento iluminista e revolucionário francês, crivado pelo Positivismo. Menos ainda a defesa insistente de que a Evolução fosse coroada pela Revolução (Ibidem, pp.163-179). Percebemos que a autora não leva em consideração ter sido o Jacobinismo fenômeno político de longa data. Seguindo a linha de nossos propósitos, mantivemos a aceitação de Silva Jardim como “radical da República”, situação aceita pela autora. Em momento algum percebemos o agente ter prescindido de mobilizar a retórica revolucionária em suas práticas políticas.

17.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A LITERATURA ESPECIALIZADA EM SILVA JARDIM

Como é de esperar de toda figura emblemática, a biografia de Silva Jardim é complexa.¹⁷ A primeira obra consistente sobre o personagem é de autoria do amigo e seguidor próximo, o potiguar Leão José Ferreira Souto. Data de 1895.¹⁸ Devido à contemporaneidade e à intimidade, foi o primeiro a publicar uma biografia póstuma do propagandista.

No século XX, o tema foi resgatado por Dornas Filho¹⁹, o qual reaproveitou muitos aspectos do trabalho de Leão José. Os trabalhos biográficos subsequentes de José Oiliam e Mauricio Vinhas de Queiroz²⁰, de certo modo, também se inspiram na biografia precursora.

Há ainda trabalhos inclinados, especificamente, para aspectos do pensamento e da ação política do propagandista, como o de Maria Lúcia Ricci. Ao concordar com as formulações de José Leão e Dornas Filho, destaca a missão e a habilidade doutrinadora, bem como a tendência de Jardim a orientar a massa para a “coisa pública” e atitude revolucionária dele contrária à injustiça.²¹

Ricardo Vélez frisa o desprezo pela representação política e o caráter autoritário, mais próximo da visão modernizante e estatizante do Marquês de Pombal do que do liberalismo democrático.²² Maurício Vinhas lhe considera o precursor do socialismo no Brasil, realçando aspectos da origem humilde.²³

Em 1978 foi publicado *Propaganda Republicana*, obra a conter sinteticamente a cronologia da vida e da produção intelectual do propagandista. Na apresentação, redigida pelo então Diretor do Centro de Estudos Históricos da *Casa de Rui Barbosa*, Francisco de Assis Barbosa chama a atenção para o estilo da Revolução Francesa presente no perfil político do jovem tribuno brasileiro, “meio à Danton, meio à Camille Desmoulins”. Barbosa Lima reuniu e prefaciou discursos, opúsculos, manifestos e artigos.²⁴ Por permitir a leitura dos pronunciamentos em ordem cronológica, aqui recorreremos ao trabalho constantemente.

De um ponto de vista marxista, Heitor F. Lima²⁵ estuda a biografia, o pensamento e a ação de Silva Jardim a partir da fase final da Monarquia; do exame das tergiversações do *Partido Republicano* até o “15 de Novembro”.

¹⁷ Com maior riqueza de detalhes, parte das informações a comporem a síntese apresentada pode ser verificada em: LOPES FITTIPALDI, Marta Lúcia. **Silva Jardim e a República**: a trajetória de um propagandista (1860-1891). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2020, pp. 12-22.

¹⁸ LEÃO, José. **Silva Jardim**: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

¹⁹ SANTOS FILHO, João Dornas. **Silva Jardim**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

²⁰ JOSÉ, Oiliam. **A propaganda republicana em Minas**. Belo Horizonte [s.n.], 1921; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Uma garganta de alguns níqueis**: história de Silva Jardim, o herói da propaganda republicana. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1947; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Paixão e morte de Silva Jardim**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

²¹ RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. **Ação e pensamento em Silva Jardim**. Campinas: PUC, 1987.

²² RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **A propaganda republicana**. Londrina: [s. n.], 2015, pp. 57-58.

²³ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Op. cit., p. 78; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Paixão e morte de Silva Jardim**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

²⁴ SILVA JARDIM, A. da. **Propaganda Republicana (1888-1889) ...**, pp. 09-24.

²⁵ LIMA, H. F. **Perfil Político de Silva Jardim...**

Justifica o alijamento na conformação do novo governo republicano em razão do temor provocado pelo próprio temperamento propagandístico radical. Maria H. Guzzo discorre sobre o ardoroso caráter revolucionário e de representante dos anseios de amplos setores da população de fins do XIX brasileiro.²⁶

Almir Bueno observa que monarquistas não-adesistas e republicanos revolucionários foram esquecidos no pós-Proclamação, devido ao mito do “consenso nacional”. Na análise conjunta das trajetórias de Silva Jardim e Aníbal Falcão, indica terem sido ambos uma “caixa de ressonância” do “Positivismo revolucionário” no Brasil.²⁷

Também em rejeição ao argumento de “consenso nacional”, Maria Fernanda Lombardi inseri o pensamento e a ação política de Jardim na conjuntura dos debates das campanhas abolicionista e republicana. Parte de polêmicas travadas com outras personalidades: Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva, Miguel Lemos. Com a análise de discursos e textos, resgata o projeto republicano alternativo, por ele proposto. Os elementos centrais, as matrizes teóricas e políticas a fundamentá-lo. Destaca as inspirações da primeira Revolução Francesa e as do Positivismo.²⁸

Inspirada em relatos pessoais de familiar contemporâneo a Silva Jardim, o bisavô Manoel Zeferino de Paula Lopes, Delegado Suplente da Freguesia de Angustura, Distrito de Além Paraíba, Marta Fittipaldi procura resgatar as dificuldades enfrentadas pelo ativista, no intuito de expandir a ideia republicana pelo interior do Brasil. Por investigar os desafios com os quais foi confrontado nos trajetos e andanças, realizados no biênio 1888-1889, a tese possui uma dimensão biográfica relevante, sem perder de alcance as práticas políticas do propagandista.²⁹

Nascido em 18 de agosto de 1860, em Capivari, na Província fluminense, teve origem humilde. Foi filho do pequeno lavrador e professor primário Gabriel da Silva Jardim e de Felismina Leopoldina Mendonça Jardim. A família tinha ramificações em outras do Rio, de Minas, São Paulo e do Rio Grande do Sul. Na infância aprendeu a ler com o pai, o qual havia tomado para si a tarefa de ensinar as primeiras letras aos filhos de vizinhos. Esforço a determinar a abertura de uma escola na própria residência.

Aos tenos onze anos, tornou-se auxiliar nos trabalhos didáticos desenvolvidos na Vila. Chegou a substituir um dos professores na ministração de uma disciplina, fato a despertar curiosidade local. Na adolescência quase seguiu carreira eclesiástica. Por conta da educação católica, em 1872 entrou para o Seminário São José, mas declinou da ideia. Ao invés desse caminho, foi enviado à capital da província, Niterói, para cursar estudos secundários no Colégio Silva Pontes. Chegou à localidade a 23 de abril de 1873.

Quando o Colégio Silva fechou, aos 14 anos teve de entrar para o Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Cruzou diariamente a Baía de Guanabara, nas Barcas da Cantareira. Ao ganhar destaque nos estudos, chegou a ser redator-chefe do jornal literário *Labarum Literário*. Morando na Corte, transferiu-se para o Externato Jasper, na Rua do Rosário.

²⁶ GUZZO, Maria Auxiliadora Dias. **Silva Jardim**. São Paulo: Editora Icone, 2003.

²⁷ BUENO, A. de C. **A trajetória de uma desilusão; Silva Jardim e Aníbal Falcão...**, pp. 8, 33, 67.

²⁸ FERNANDES, M.F.L. **A Esperança e o desencanto...**

²⁹ LOPES FITTIPALDI, Marta Lúcia. **Silva Jardim e a República...**, pp. 9-12.

Evidentemente, todo o esforço de formação foi muito dispendioso para o pai, pois o jovem se convenceu a abandonar os estudos e trabalhar numa casa comercial. Teve de deixar a república em que esteve a morar e foi viver com um primo do quinto ano de Medicina, no bairro de Santa Teresa. Para sobreviver, ministrou aulas particulares.³⁰ As dificuldades financeiras enfrentadas, ao longo da curta vida, se tornariam fator de adesão à militância republicana.

A situação financeira de Jardim melhorou quando foi empregado num escritório e passou a lecionar língua inglesa, no Externato dirigido por Mr. Jasper Arbem. Em março de 1878, se decidiu pelo curso jurídico. Embarcou de trem para São Paulo e, a primeiro de abril, matriculou-se no curso de Direito da Faculdade da capital, aos 18 anos. Aquele ano foi agitado. Participou do choque entre policiais e estudantes, em que discursou pedindo moderação, porém amargou vaias as quais foram respondidas no folheto *A Gente do Mosteiro*. Nesse, indicava “rumores de Revolução” na situação vivida.

Numa época em que casamento e diploma constituíam requisitos de entrada para o mundo das elites em definitivo³¹, conheceu a futura esposa, Ana Margarida Bueno de Andrada, filha do Conselheiro Martim Francisco de Andrada, chefe de uma das mais tradicionais famílias paulistas, líder do *Partido Liberal*, Professor da Faculdade de Direito. Devido à proximidade, passou a ser redator e revisor do *Tribuna Liberal*.

Envolto por um pequeno círculo de amizade, participou ativamente da imprensa acadêmica. Escreveu no *Direito e Letras*. Com Valentim Magalhães escreveu a primeira obra, *Ideias de Moço*, inspirada em Lord Byron. Saint Beuve, Taine, Planché estiveram entre os autores preferidos. Entre os nomes de sua turma destacavam-se os de Assis Brasil e Júlio de Mesquita.

Dos quatro clubes políticos acadêmicos – *O Republicano*, *O Liberal*, *O Constitucional* e *O Ultramontano* – filiou-se ao primeiro, mas logo se afastou por achar os acadêmicos republicanos de hábitos coimbrãos no trato com os calouros. Ainda em São Paulo, frequentou a *Loja América* na companhia do futuro biógrafo e discípulo, José Leão. Durante a vida acadêmica, as sociedades secretas exerceram aporte considerável na formação, o que mais tarde foi revelado em sua atividade propagandística.³²

Em 1881, publicou com Magalhães Valentim *A Comédia*. Em 15 de novembro, na casa de José Leão contribuiu com a fundação do Centro Positivista de São Paulo, ao lado de Miguel Lemos e Severino dos Santos. Em 1882, a convite do amigo e Presidente de Província, Inglês de Sousa, viajou para o Espírito Santo, a fim de atuar na reformulação

³⁰ Todos os dados empregados na reconstituição dos traços biográficos do propagandista fluminense foram confrontados a partir da leitura das seguintes fontes: LIMA, H. F. Formação de um republicano. In: **Perfil Político de Silva Jardim...**, pp. 38-48; JARDIM, Silva. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: Editora CPDOC, 2015; SILVA JARDIM, A da. **Propaganda Republicana...**, pp. 42-47.

³¹ Maria Fernanda também reconhece a marginalidade relativa de Silva Jardim na qualidade de representante do movimento político-intelectual dos letrados de 1870 (FERNANDES, M.F.L. **A Esperança e o desencanto...**, pp. 71-75; 237). Igualmente nos baseando na contribuição de Ângela Alonso, dissertamos sobre a condição *outsider* dos membros da chamada “Geração 1870” brasileira. A respeito, ver: VITAL, Dievani Lopes. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira: a necessidade de secularizar a ordem imperial**. NEA: Saarbrücken, 2017.

³² Cf. a respeito na referência indicada na nota 29 desse capítulo.

do ensino provincial e introduzir o método de leitura de João de Deus, do qual era um adepto. Publicou o Relatório dessa atividade. Em primeiro de dezembro, tornou-se Bacharel em Direito.³³

Em 1883, obteve independência financeira ao tornar-se professor de Português na Escola Normal de São Paulo, por concurso. Em maio, se casou com Ana Margarida. No seguinte ano, nasceram os filhos Antônio Alfredo e Clotilde Sofia. A dedicação à advocacia veio após a morte do sogro. Em 1886 se demitiu da Escola Normal e mudou para a movimentada portuária cidade de Santos. Ao lado do cunhado Martim Francisco, instalaram escritório na Rua de São Bento. Contudo, o magistério continuou a lhe atrair. Em paralelo, abriu estabelecimento de ensino primário e secundário, depois o transferiu a terceiros, decidindo pela dedicação exclusiva à advocacia. Na condição de propagandista admirador de uma França rotulada de “República Central”, 1887 foi significativo, pois foi marcado pelo nascimento do terceiro filho, Danton Condorcet.³⁴

Como já apontamos, 1888 foi o ano de estreia na propaganda com a conferência *A Pátria em Perigo*, realizada em Santos. O objetivo aqui não é o de dar prosseguimento à trajetória de Silva Jardim. Há farta literatura a esse respeito. A reconstituição de traços biográficos contribui para uma melhor contextualização dos atos de fala. Extraindo elementos dos discursos do agente, a seguir, procuramos reconstruir o léxico político criado. A partir dos conceitos basilares de “República” e de “Revolução”.

17.2 “REPÚBLICA” E “REVOLUÇÃO” NO LÉXICO DE UM “VENCEDOR VENCIDO”³⁵

Malgrado na carta republicana de 1891 ter prevalecido o modelo de organização inspirado no sucesso da experiência federativa nos Estados Unidos da América, Maria Fernanda, com ênfase, assevera que o real modelo de referência, para os republicanos brasileiros, foi a França dos séculos XVIII e XIX.³⁶

O ingresso na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco teria permitido a Silva Jardim inserção na elite intelectual e política do país. Ali pôde entrar para a família do Conselheiro Martim Francisco, do *Partido Liberal*, mas não só. Foi colocado em contato com o universo republicano e abolicionista de um meio acadêmico entre os mais reputados do país. Na Academia, tornou-se positivista.

Jardim construiu a noção de “República” por meio do Positivismo francês. Esse crivo lhe possibilitou enxergar o processo revolucionário, iniciado em 1789, de modo a fazê-lo paradigma para sua concepção de República brasileira. Seguindo a leitura de Comte, fez de Danton símbolo da figura de “ditador republicano” contraposto a Robespierre,

³³ Para além dos discursos orais e escritos da propaganda, o publicista nos legou oito produções bibliográficas: *Ideias de Moço* (1878); *O general Osório* (1879); *A Gente do Mosteiro* (1879); *Crítica de Escada Abaixo* (1880); *A Comédia* (1881); *Relatório, apresentado ao presidente da Província do Espírito Santo sobre a aplicação do método educacional João de Deus* (1882); *Reforma do Ensino da Língua Materna* (1884); *Memórias e Viagens* (1891). Ver: SILVA JARDIM, A da. **Propaganda Republicana...**, p. 42.

³⁴ Cf. referência indicada na nota 29 desse capítulo.

³⁵ Auto-referência empregada por Silva Jardim (FERNANDES, M.F.L. **A Esperança e o desencanto...**, pp. 147, 186). Ao nosso ver, trata-se de uma síntese a expressar o entendimento pessoal do agente acerca da vitória da Revolução republicana no processo brasileiro, porém sem sua liderança e sem suas concepções mais extremadas.

³⁶ FERNANDES, M.F.L. op. cit., p. 17.

considerado um “tirano”. O projeto formulado trazia um conceito mais próximo da tradição cívica; de uma forma de governo calcado na virtude do cidadão. Contudo, à contrapelo dos valores apregoados no *Manifesto de 1870*, “República” deixa de ser sinônimo de “Democracia”, pois, esta é identificada com o regime parlamentar, considerado fonte de vícios políticos cujo sistema de representação não é equivalente à soberania popular, a chave do regime republicano. Uma vez baseada nesse último princípio rousseauiano, a República deve ser por excelência o governo da “coisa pública”, ao contrário da Monarquia, um governo da vontade pessoal, do privado.³⁷

A formulação dos significados do conceito, a compor o projeto alternativo do publicista fluminense, é tributária de fontes diversas: Aristóteles, Rousseau, Comte. Por meio desse, Jardim teria recuperado, para o Brasil de fins do XIX, a filosofia do progresso de Condorcet. A admiração pelo último dos *grands philosophes* do Iluminismo francês extravasou na escolha do nome do próprio filho.

Deve-se destacar ainda que na “ditadura republicana” comteana, ao poder Executivo era dada centralidade. Deveria ele atuar como diretor da sociedade. O dirigente do cargo deveria atuar expressando a vontade geral dos cidadãos. Uma vez rebaixado, ao Parlamento deveria ser dada posição secundária, a de votar pelo orçamento e fiscalizar as finanças.³⁸

No lado brasileiro, a República idealizada também provinha de referenciais diversos. Em diálogo com spencerianismo de Alberto Sales, Jardim deu preferência à questão do separatismo. Discordava do imediatismo de Sales ao pensar que a divisão do Brasil, em pequenas pátrias, era algo para o futuro. Num primeiro momento, restringiu-se a aceitar a República federal, sem considerar os EUA modelo a ser integralmente replicado. Sentia ainda grande apreço por vultos da história nacional, como Bonifácio de Andrada. Entretanto, nenhum superou o devotado a Tiradentes, transformado pelo próprio Jardim em “mito”, “herói”, “mártir” da República.³⁹

Em linhas muito gerais e esparsas, apresentamos o importante aporte dado por Maria Fernanda à compreensão da forma republicana de governo, idealizada pelo propagandista radical. Entretanto, seguindo as diretrizes da História Intelectual do Político, pensamos ser necessário, a partir da exposição da fala própria do agente, detalhar o que ele quis sustentar com “República” e, mais ainda, com “Revolução”.

Temos em vista que Maria Fernanda não se debruçou específica e obrigatoriamente sobre o estudo do emprego da retórica revolucionária. Sentimos que a autora se voltou de um modo mais específico para a relação República e Abolição, na investigação do projeto radical alternativo. O que ao nosso ver, de certo modo, ofusca e aparta a problemática do Republicanismo revolucionário. Face à oportunidade, visamos dar nossa contribuição ao debate.

Acreditamos que um fator fundamental, na explicação do arrefecimento do radicalismo na propaganda republicana, se conformou através do que entendemos ter sido um gradual processo de assimilação da Revolução disruptiva pelo Evolucionismo político. Não apenas no plano teórico, mas como resultado de uma disputa intrapartidária.

³⁷ FERNANDES, M.F.L. *A Esperança e o desencanto...*, pp. 17, 15-17; 19-23, 151.

³⁸ *Ibidem*, pp. 163-178.

³⁹ *Ibidem*, pp. 168-173.

O resultado não foi outro senão a concepção e a defesa da chamada “Revolução pacífica”. Um movimento, ao nosso ver, caracterizado pela ausência da escalada de violência, sem derramamento de sangue, e, o primordial para um país recém-manumitido, sem rupturas traumáticas. Ou seja, um movimento de mudança política aquiescente do emprego da força, sem extremismos cruentos.

Nesse sentido, no capítulo décimo sexto observamos ter sido a teorização construída por Assis Brasil precursoramente fecunda no referido processo, já que sua produção foi objeto de leitura de vários agentes do movimento. Entre os quais citamos os militares da Escola da Praia Vermelha e o próprio S. Jardim, colega próximo de faculdade.⁴⁰ Por extensão, não menos consideramos os embates travados entre Quintino Bocaiúva e S. Jardim, na renhida luta pela chefia nacional do Partido. O que levou o movimento definitivamente a cindir-se em duas correntes, os “evolucionistas” e os “revolucionários”, capitaneadas respectivamente por cada qual.

Na leitura das obras produzidas, constatamos que o próprio Silva Jardim atuou no favorecimento do processo assimilativo, até um certo ponto. A ênfase retórica exaustivamente dada à radicalização revolucionária, envolta pelo exemplo disruptivo francês de finais do Setecentos, foi um crescente. De modo a causar hesitação e o seu próprio isolamento, na conjuntura social efervescente de um país pós-Abolição. Nas linhas subsequentes procuramos demonstrar como o processo assimilativo se manifesta em meio à mobilização do binômio conceitual “República” e “Revolução”

Ao acusar o Conde d’ Eu de exercer o “poder pessoal” na Regência da esposa, Silva Jardim entende que os brasileiros deveriam apelar para a República “para salvarem a Pátria que apodrece, como aconteceu à França.”⁴¹ Para além de significar “salvação nacional”, a forma de governo proposta consiste numa “fatalidade” no quadro de desenvolvimento do Ocidente: “todas as nações, nomeadamente ocidentais, caminham para o regime da atividade pacífica, industrial, isto é, republicana, sob influxo de princípios [...] livres, isto é, científicos”. Ao povo brasileiro não restava outra “saída de salvação” do que “esse governo progressista e ordeiro”. O regime republicano era a “síntese da evolução histórica.”⁴²

A definição mais bem-acabada do conceito, reproduzida inclusive em outros pronunciamentos, foi apresentada na primeira conferência realizada na Corte, no Salão da Sociedade Francesa, a 12 de agosto de 1888. Posteriormente publicada como artigo na *Gazeta da Tarde*, traz resumo das exposições políticas realizadas nas excursões da propaganda nas Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O lema do seu Partido é a República, “isto é, a liberdade plena, a igualdade civil, e a fraternidade a mais completa”. Por extensão:

⁴⁰ Em *Memórias e Viagens*, Silva Jardim descreve o clima em que ocorria as reuniões da sua geração na sociedade *Fraternidade Literária*. Ali, Assis Brasil expunha sua concepção de República através de uma retórica revolucionária. Cada presente representava um personagem histórico. Silva Jardim era Camille Desmoulins. Ver: ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos (1857-1938); organização (pesquisa documental/iconográfica e texto) Camen Aita. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006, p. 33.

⁴¹ Discurso pronunciado num *meeting* em Santos, na noite de 05 de março de 1888. In: SILVA JARDIM. **Propaganda Republicana...**, p. 91.

⁴² SILVA JARDIM. Salvação da Pátria. 07 abril 1888. In: **Propaganda Republicana...**, pp. 93-94.

A República como diz a palavra, é a coisa pública, de todos, é o governo do público, dos que vivem numa mesma época, o regime do bem público. É o modo de governo, em que um homem o presidente, ou um grupo de homens, diretório ou conselho federal, com auxiliares, ministros, conselheiros etc. dirige um povo, segundo a vontade deste [...]. **A República caracteriza-se pelo governo da opinião pública**, à qual procede o magistrado supremo da nação; pela ausência do privilégio de sua pessoa e de sua família, [...] pela **liberdade** nas relações morais e civis, pela **igualdade** perante a legislação, pela **fraternidade** [...] pelo respeito às leis artificiais, resultantes das leis naturais; pelo desenvolvimento da instrução popular, pelo regime do trabalho, da paz, pela elevação dos fracos, dos desprotegidos, dessa enorme massa do proletariado, até agora não domiciliada, acampada, sim, na sociedade moderna (grifos nossos).⁴³

No Brasil pós-Abolição, a *Res Publica* é identificada enquanto governo dos ex-escravos propensos a engrossarem fileiras das classes trabalhadoras, em formação: “a República é o governo do proletariado, e em nossa pátria o proletariado, na sua maioria agrícola, é quase em todo composto de descendentes da raça preta”. Aliás, o “povo” de Jardim, o “proletário”, o “operário preto”, é a principal vítima da Monarquia. A antípoda dessa é a elevação do “proletariado brasileiro”, sua incorporação à sociedade.”⁴⁴

Num panfleto com o mesmo título da conferência citada, *A República no Brasil*, o autor organizou suas teorias e apreciações políticas sob formato de compêndio. Elaborado para atender a um convite do Clube Rio-grandense, foi distribuído no quinquagésimo terceiro (53º) aniversário da Revolução Farroupilha. Nele trata de definir “República”, assumida como “a melhor das maneiras de governar”, a partir do antônimo “Monarquia”:

Daqui se conclui que a Monarquia é um governo de privilégio, da vontade de um homem: que a República é o governo da opinião, do desejo de uma nação. Que na Monarquia o povo é governado, que na República *o povo se governa* [...]. Que a Monarquia é o governo de uma pessoa impopular; - a República é um governo da sociedade popular. [...] Na Monarquia o SENHOR do país tem poder pela herança [...] Na República o CHEFE do Estado tem o governo porque a pátria existe, e o encarrega dele. O Monarca é herdeiro numa casta, numa família; o Chefe Republicano não o é: é escolhido e eleito pelo povo.⁴⁵

Jardim distingue as qualidades do responsável pelo exercício do poder soberano em ambas as formas de governo. Destaca o caráter virtuoso do regime republicano: “Na Monarquia o SENHOR é inviolável, é sagrado, é irresponsável. Na República o CHEFE é violável, se o merecer, é profano como outro homem qualquer, é responsável: dá conta do que faz à Nação”. Contrapõe ainda a cultura súdita de uma à cultura cidadã da outra: “na Monarquia os governados são chamados *súditos* pelo *Senhor*: Na República são chamados de cidadãos pelo *cidadão Presidente*.”⁴⁶

⁴³ SILVA JARDIM. A República no Brasil. 12 agosto 1888. In: **Propaganda Republicana...**, pp. 144, 149.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 172-173, 292.

⁴⁵ SILVA JARDIM. A República no Brasil. 13º ed. 20 setembro 1888. In: **Propaganda Republicana...**, p. 181.

⁴⁶ *Ibidem*.

Na conclusão da primeira parte do folheto, há o elemento que, no entender de Maria Tereza Mello⁴⁷, foi responsável pela aceitação afetiva da ideia de “República”, na esteira de difusão de uma cultura democrática e científica no final do Império: a associação imagética com a Modernidade, com o ideal de progresso:

A República é o governo de um povo forte, inteligente, trabalhador, ativo e nobre; a Monarquia é o governo de um povo fraco, pouco trabalhador, servil, mesquinho. A Monarquia, governo para povo criança, **tutela**; República, governo para povo crescido, **emancipação**. [...] **quanto mais Monarquia, mais atraso; quanto mais República, mais progresso** (grifos nossos).⁴⁸

Há definições menos extensas, como a de “princípio” “incompatível” com a escravidão. Ou sinônimo de “realização do regime do bem público [...] o bem dos mais infelizes: - o do Povo”. Ou de “liberdade na ordem, no bem-estar, na honestidade.”⁴⁹ Em suma, esse governo para o Brasil deveria ser “a República Conservadora, mas progressista”, inspirada na contemporânea francesa: “Sem Thiers, porque Thiers fez a França atual descontente de si mesma; com um Thiers quer dizer, sem excluir, se houver, algum homem vindo da Monarquia, porém capaz de nos dar autoridade, como síntese da liberdade.”⁵⁰

A análise do outro conceito basilar, o de “Revolução”, nos permite explorar uma linha interpretativa cuja compreensão nos capacita entender o porquê de podermos reputar a Silva Jardim, na qualidade de “revolucionário conservador”, uma das razões para o esmaecimento da radicalidade disruptiva, no meio da propaganda.

Como indicamos desde o início, a iminência do Terceiro Reinado se tornou estopim para a radicalização da propaganda republicana, tendo à frente a figura mestre de Silva Jardim. Já na primeira conferência *Pátria em Perigo*, realizada em Santos, a fevereiro em 1888, o Dr. Garcia, um ouvinte entusiasmado com a eloquência do correligionário, subiu ao púlpito e exortou os presentes: “salvemos a Pátria, defendendo a liberdade, ou seja, pela reforma, ou seja, pela revolução.”⁵¹

A necessidade do recurso à violência já era algo acertado, pois, na segunda conferência homônima, realizada em Campinas, transcorrido quase um mês, sugestionou a deposição da Regente, D. Isabel, e até a execução do esposo. No “Centenário da Grande Revolução”, era inaceitável ao Brasil o governo de um príncipe “Expatriado”, “estrangeiro” e “Usurpador”. A Revolução seria pacífica, se fosse aceita sem resistência:

Não, a Nação brasileira não quer o governo do príncipe ingrato. Meus compatriotas, a Revolução deve, cientificamente, vir do alto, é melhor que de lá desça. A senhora D. Isabel [...] Deve ir-se embora, com seu esposo, e deixar-nos em paz... Será o melhor meio de fazer tranquilamente as cousas... Abdicação, Senhora, ou deposição! [...] Execução? Sim: execução. Matar? Sim! Que não se derrame uma gota de sangue brasileiro, mas que o Expatriado não se oponha entre a Liberdade

⁴⁷ Ver: MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Tempo**. 2009, vol.13, n.26, pp.15-31. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042009000100002&script=sci_abstract&tlng=pt;; Acesso em: 14 mar. 2020.

⁴⁸ SILVA JARDIM, A. República no Brasil. 13^o ed. 20 setembro 1888. In: **Propaganda Republicana...**, p. 182.

⁴⁹ SILVA JARDIM, A. Às vésperas da demota. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, sábado, 25 out. 1889. In: **Propaganda Republicana...**, pp. 297, 373, 436.

⁵⁰ SILVA JARDIM, A. A situação Republicana. Mai-jun. 1889. In: **Propaganda Republicana...**, p. 363.

⁵¹ DISCURSO do Sr. Dr. Garcia. 28 jan. 1888. In: **Propaganda Republicana...**, pp. 74-76.

e a Pátria! Matar? Matar, sim, matar. [...] Matar, sim, se tanto for preciso; matar, Abdicação, ou deposição, exílio ou execução!⁵²

Em conferência no *Clube Republicano de São Paulo*, Jardim mostrou inaceitação da tese da incapacidade do povo brasileiro de proclamar a República, por ser incapaz de fazer Revolução. O país já era republicano pois “vemos claramente na história verdadeiros movimentos revolucionários”. Cita a Revolta de Filipe dos Santos (1720) e a Inconfidência Mineira (1789), a Revolução Pernambucana de 1817, a Independência, a “Revolução de 1824”, a Abdicação de 1831 e as Revoluções Liberais de 1842, como exemplos a comprovarem a “iniludível tendência republicana da Nação.”⁵³

Em franca hostilidade a um futuro Terceiro Reinado, já representado nas figuras do Príncipe Consorte e da Princesa Regente, entende o Brasil de 1888 numa situação equivalente à da França pré-1789. A única salvação para pátria era instituir a República por meio da Revolução. Porém, branda:

Cidadãos, nós estamos em situação idêntica à da Nação francesa às vésperas de sua grande Revolução. Reformas! Reformas! Pedia o povo; e a realeza, desprezando o sábio plano de Turgot, que faria a revolução pelo alto [...] não realizou as reformas pedidas... Reformas! Reformas! Pede hoje o Brasil; e a monarquia [...] é incapaz de decretá-las.... Como, pois, instituir a República? **O que fez a Nação francesa? A Revolução. O que devemos nós fazer também? A Revolução; que no nosso caso seria um 7 de abril; uma intimação positiva de retirada do poder** (grifo nosso).⁵⁴

Em seu entender, a proposta evolucionista meditada por Augusto Comte para a sociedade francesa, qual seja, a transformação da Monarquia em República, pela ação do próprio Imperador Napoleão III, não cabia às condições da conjuntura brasileira: “a opinião positivista republicana não se formou de modo a pesar sobre os governos, pela fatalidade da morte do Fundador, [...] de sorte que só nos resta o outro modo de reformar, patriótico também e agora mais esclarecido – **a reforma exigida de baixo para o alto** (grifo nosso).”⁵⁵

Uma segunda conferência intitulada *Salvação da Pátria*, realizada no *Congresso Republicano de São Paulo*, foi publicada sob formato de opúsculo. Silva Jardim diz assumir postura francamente revolucionária, frente à nova ordem a assomar no horizonte social e político do país.⁵⁶ Crê que a Evolução das sociedades humanas não é uma fatalidade independente da ação humana. Tudo está sujeito a leis. Reafirma a condição do homem enquanto agente da evolução social. Agente importante para a transformação política e social das instituições e dos atos, de tal modo que:

⁵² SILVA JARDIM, A. A Pátria em Perigo. 26 fev. 1888. In: **Propaganda Republicana...**, p. 85.

⁵³ SILVA JARDIM, A. Salvação da Pátria. 07 abr. 1888. In: **Propaganda Republicana...**, pp. 101-106.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 120.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 121.

⁵⁶ SILVA JARDIM, A. **Propaganda Republicana...**, p. 26; SILVA JARDIM, A. **Salvação da Pátria** (Governo republicano)/Segundo opúsculo Suplementar: A Revolução. Discurso pronunciado no Congresso Republicano de São Paulo, em noite de 24 de maio de 1888. Santos: Tipografia a vapor do Diário de Santos, 1888, Centésimo Ano da Grande Revolução, p. 3.

“A evolução humana em seu apogeu não poderá excluir a revolução.”⁵⁷ Em maio de 1888, essa deveria ser o coroamento daquela: **“O último termo de uma evolução é mesmo, Senhores, um ato revolucionário (grifo nosso)”**. A Evolução é concebida como a causa do progresso e esse o “desenvolvimento da ordem.”⁵⁸

Entende como engano pensar o percurso da sociedade humana, rumo à perfectibilidade, de modo sereno e sem abalos. Confronta o argumento de que o período das revoluções sistemáticas havia findado. Uma tal compreensão seria desconhecer a própria natureza dos homens. A Revolução é impossível de ser banida do tecido social e “(...) consistirá, eternamente, no supremo recurso da massa popular, do proletariado, fraco pela riqueza, mas poderoso pelo número, contra as imposições do poder político tirânico ou do poder moral sem moralidade”. Enquanto termo sinonímico, a “Insurreição” trata por “garantia de liberdade” e “dever excepcional” presente no coração dos homens.⁵⁹

O quadro de enfermidade do Imperador e a possível ascensão ao Trono da Princesa Isabel, dita “fraca e beata”, ao lado do marido Conde d’Eu, dito “expatriado e guerreiro”, era para Jardim o perigo a rondar a Pátria. Em decorrência, coloca a situação brasileira de 1888 equivalente à da França de 1789. Justifica dessa forma a transformação política do país em República, por meio da Revolução. O meio de reformá-lo de baixo para cima:

Se a Revolução Francesa, des que não foi realizado o plano de Turgot, que a faria do governo, foi justificada, por que não o seria a Revolução Brasileira, produzida por um povo em circunstâncias senão idênticas pela miséria e opressão sofridas, semelhantes contudo pelo desejo de progresso e de-bem estar impedido sempre [...]?⁶⁰

Teoricamente, podemos dizer que o propagandista radical chegou esboçar uma espécie de plano republicano revolucionário para o Brasil. Nele a ação caberia ao povo porque o Governo não poderia emplacar a transformação política:

Revolução é, politicamente falando, o levantamento em massa de um país ou de parte de um país, a fim de derrubar a instituição política, com ou sem apoio da nação inteira, por meio das armas no campo da batalha ou por meio dos pronunciamentos nos parlamentos na praça pública, nas reuniões, na imprensa, na tribuna, pelos artigos, pelos panfletos, pelos livros, pelos discursos, pelas preleções, pelas interpelações representativas, pela intimação última e positiva ao chefe de Estado para a obtenção de um certo fim: temos na nossa história exemplos da revolução armada em 1817, em 1824, em 1842, em 1848; **temos exemplo d’esta revolução menos violenta, mas não menos eficaz e enérgica, sustentável contudo, em caso de necessidade, pela força armada: o 7 de Abril** (grifo nosso).⁶¹

Ao tomar a primeira Revolução Francesa como inspiração teórica e o 07 Abril de 1831 como modelo nacional prático, revela-se hesitante face à probabilidade da Revolução armada, pois temia uma resultante guerra civil:

[...] o meu espirito republicano, fraternal, só extremamente urgido aceitaria e aconselharia esse morticínio [...] aconselho um movimento de opinião. Uma agitação de propaganda, que, reagindo

⁵⁷ SILVA JARDIM, A. *Salvação da Pátria* (Governo republicano), pp. 7-8.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 11.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 8.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 9.

⁶¹ *Ibidem*, p. 13.

sempre o elemento central do país, possa impor numa marcha a S. Cristóvão à Senhora Princesa Regente a abdicação ou a deposição, e ao Príncipe Esposo, o exílio, ou, no caso de resistência, a execução. A execução: - porque é perdição o sentimentalismo em política: a pena de morte deve existir para este caso extremo: o do mais sujo dos crimes: - a traição da pátria.⁶²

No final do opúsculo, aposta na centralidade do Rio de Janeiro para iniciar o movimento revolucionário de assalto à Monarquia. Traça pontos de estratégia para efetivar a opinião republicana por meio da imprensa: agremiação do partido e criação da propaganda sobre o conjunto da cidade. Defende a comunicação contínua e constante com correligionários de outras províncias. E exorta: “Façamos a Revolução para fazermos a República, para fazer a Ordem e o progresso da Pátria.”⁶³

Entretanto, acreditamos que em nenhum outro, dos documentos citados, tenha ele demonstrado o plano de Revolução popular como em sua *Carta Política ao País e ao Partido Republicano*. Trata-se de um escrito de reação às agressões perpetradas pela Guarda Negra contra si e seus correligionários, reunidos num comício a 30 de dezembro de 1888, na sede da Sociedade Francesa de Ginástica, situada na Travessa da Barreira.⁶⁴ Não estava disposto a abandonar a propaganda nas províncias, pois elas incitavam a capital. Porém, acreditava que o Rio havia monopolizado a vida nacional.⁶⁵

As ações perpetradas por agentes defensores da Monarquia, naquela data, foram entendidas contrárias à liberdade de pensamento. Nesse sentido, considerou como erro político descrer da centralidade do Rio de Janeiro para a causa da República

Eu não sou dos que pensam perdida para a República a cidade do Rio de Janeiro, e seria ingratidão e injustiça minha pensá-lo, depois da defesa heroica do dia 30, em que ou republicanos ou revolucionários, residentes nesta cidade, disputaram a sua e a minha vida, o direito de manifestação de pensamento, e a causa da República. Descrê da cidade do Rio de Janeiro depois desse facto, e da reprovação posterior de toda a população ao governo monárquico, fora, demais erro político. E, atentas as condições da centralização no Brasil, descrer do Rio de Janeiro para a República seria descrer da mesma República.⁶⁶

Baseando-se no resultado do movimento de 07 de Abril⁶⁷, responsável pelo banimento de um rei, defende a centralidade da capital como plataforma de operação para a propaganda. Ainda assim não descreia de um levantamento

⁶² SILVA JARDIM, A. *Salvação da Pátria...*, pp. 14-15.

⁶³ *Ibidem*, pp. 16-17.

⁶⁴ Do conflito resultaram oito mortes e cerca de trinta feridos. Para detalhes do ataque sofrido por Silva Jardim e seus adeptos, sugestionamos a leitura das correspondências diplomáticas da seção 4.1 do quarto capítulo desse trabalho. Ver também: LOPES FITTIPALDI, Marta Lúcia. *Silva Jardim e a República...*, pp. 152-175.

⁶⁵ SILVA JARDIM, A. *Propaganda Republicana...*, p. 33.

⁶⁶ SILVA JARDIM, A. *Carta Política ao País e ao Partido Republicano* (Publicada n' O País em 6 de janeiro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Mont' Alverne – Rua da Uruguaiana n. 43. 1889 (Centenário da Grande Revolução), p. 15.

⁶⁷ Acerca de outro trabalho em que há a defesa desse movimento enquanto modelo de Revolução republicana para o Brasil, ver: SILVA JARDIM, A. A República no Brasil (II). In: *Propaganda Republicana...*, pp. 193-194.

nas províncias. Na verdade, ele esperou que o 30 de dezembro de 1888 fosse o estopim para que a partir de 1889, no Centenário da Revolução Francesa, desse prelúdio a “Revolução Brasileira.”⁶⁸

Ao persistir na abdicação, na deposição, no exílio e até na execução de membros da família real, aponta para a incapacidade da Monarquia de decretar reformas solicitadas pela Nação. Caso assim ocorresse seria uma espécie de “revolução governamental”. Uma vez impossível “é mister que se faça a Revolução, que é a reforma popular!”. Para tal propósito, com exaltação, incita a violência: “a violência é digna, a violência é justa, a violência é também santa: só os fracos não se indignam, só os nulos não se revoltam, só os covardes não respondem à violência, que é um insulto, com a violência, que é um castigo!”⁶⁹

Posicionada como palco de eclosão da “Revolução Brasileira”, a sede da Monarquia é elevada à condição vanguardista de Londres e de Paris:

A Revolução brasileira está destinada à cidade do Rio de Janeiro. Paris da América, Londres da América do Sul, à Cidade composta de tantos elementos que a República tomará cada vez mais unidos em torno da Pátria, cabe a grande operação da reconstrução nacional, para o que basta no seu fundo de tranquilidade aparente remover a soma de elementos de enérgica indignação revolucionária!⁷⁰

Não uma paródia, mas continuidade da obra iniciada na França. Assim deveria ser a transformação da Monarquia em República no Brasil: “a Revolução Brasileira deve estalar pujante e vitoriosa em torno dos paços ministeriais e do Palácio de S. Cristóvão no ano de 1889. Não além, si muito além, quem sabe si não seremos perdidos?! O Castelo fluminense deve cair no ano excepcional em que caiu no pó dos tempos a fortaleza de Paris.”⁷¹

Na seqüência, tratamos do que observamos ter se configurado numa reação à retórica republicana revolucionária, empregada por Jardim, no acalorado debate gerado em torno das consequências da Lei de 13 de Maio de 1888. Teria sido o “povo” brasileiro capaz de Revolução republicana no ano chave da Abolição?

17.3 COM O “POVO” OU COM A LAVOURA, TERÍAMOS SIDO CAPAZES DE PRODUZIR UMA REVOLUÇÃO DISRUPTIVA NO PÓS 13 DE MAIO? O DEBATE JOAQUIM NABUCO *VERSUS* SILVA JARDIM

Sabemos que a propaganda da República e o movimento pela Abolição tiveram como alvo a conquista da opinião pública, a partir da defesa de ideais. Para concretizar o ideal da emancipação dos escravos confluíram tanto monarquistas quanto republicanos. Uma relação não obrigatória para o último grupo, pois nem todo abolicionista foi republicano.⁷²

⁶⁸ SILVA JARDIM, A. *Carta Política ao País e ao Partido...*, p. 20.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 24.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 25.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² FERNANDES, M.F.L. *A Esperança e o desencanto...*, pp. 49-67.

Aliás, desde o *Manifesto de 1870*, a Questão abolicionista foi controversa em meio à oposição. O partido opôs-se oficialmente à emancipação imediata e se dispôs a aceitar apenas projeto a incluir a indenização dos senhores, como cláusula.⁷³ Já demonstramos ter o 13 de Maio imposto uma cisão nas hostes republicanas. A adesão de Patrocínio às fileiras monarquistas foi reflexo significativo. As deserções foram compensadas, é claro, pela filiação de fazendeiros ressentidos com prejuízos advindos da Abolição sem indenização, os chamados pelo próprio Patrocínio de “republicanos do 14 de Maio”.

Monarquista já convicto no politizado ano de 1888, Joaquim Nabuco⁷⁴ foi um dos personagens do Abolicionismo a alçar-se à tribuna da imprensa ante o crescimento da campanha republicana, agitada pela personalidade exaltada de Silva Jardim. Foi um dos principais monarquistas a dar respostas à ativa campanha lançada pelo propagandista radical. Partiu em defesa da Monarquia ao sentir-se incomodado com o “oportunismo” dos republicanos de quererem capitanear, para causa própria, o apoio de fazendeiros descontentes com a conformidade ensejada pela Lei Áurea.

Nos parece que o choque entre as duas personalidades, representantes notórios da eloquência brasileira na época, foi desencadeado pelo discurso de J. Nabuco contra o Movimento Republicano, realizado na Câmara dos Deputados, a 22 de setembro de 1888. Na ocasião, o então Deputado ao se manifestar contra a extinção do Juramento à Constituição, medida considerada “primeiro passo para a república”, chamou de “questão política” a discussão em torno da forma de governo. Diferentemente do governo imperial, não acreditou que no Império vivia-se um “renascimento republicano” cujo fim seria semelhante ao de 1871, animado tão somente pelo descontentamento com a escravidão. Reconheceu o poder do *Partido Republicano* em 1888 e pregou uma política oposta à dos rivais. Creditou o progresso do Republicanismo não à Abolição, mas aos ressentimentos gerados por ela. Diante da “calma forçada” do governo, reivindicou a defesa do “desamparado” legado do “13 de Maio”.⁷⁵

De colunas das páginas d’*O País*, para o qual colaborava, J. Nabuco obteve dos amigos proprietários espaço para a seção *Campo Neutro*. Uma resposta à seção *Política Republicana* dos adversários, também publicada no mesmo órgão de imprensa. Segundo as palavras de Barbosa Lima Sobrinho, podemos dizer que 1888 foi o ano de duelo entre o “paladino da Monarquia” e Silva Jardim.⁷⁶

No âmbito das polêmicas entre ambos, a resvalarem em ataques pessoais, J. Nabuco chegou a considerar possíveis vantagens trazidas pela propaganda republicana; mas, a “agitação” provocada pelos partidários do novo

⁷³ BOEHRER, George. **Da Monarquia à República**: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889). Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954, p. 274.

⁷⁴ Para a reconstituição de traços biográficos do agente mencionado, sugerimos a leitura da subseção 2.1.2 do capítulo segundo da Tese.

⁷⁵ NABUCO, Joaquim. Monarquia ou República. *O País*. 15 set. 1888. In: GOUVEA, Fernando da Cruz. **Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República**. Recife: FUNDAJ, editora de Massangana, 1989, v. 9, pp. 367-368. Sobre a “questão do juramento” e a escalada dos embates discursivos, ver: LOPES FITTIPALDI, Marta Lúcia. **Silva Jardim e a República...**, pp. 131-144.

⁷⁶ SILVA JARDIM, A. **Propaganda Republicana...**, pp. 19-20.

regime proposto somente poderia pôr em perigo os interesses nacionais. Aceitou que o ímpeto republicano ocorresse apenas de modo a promover a educação popular.⁷⁷

Inaceitável foi, a seu ver, em fins de 1888, a postura “oportunista” dos republicanos, de se valerem da crise social desencadeada pela Abolição, para capitanearem o descontentamento das classes proprietárias, inconformadas por entenderem lesados seus direitos. A atitude republicana é interpretada como promoção de “anarquia” em detrimento da disciplina de caráter, independente da forma de governo apregoada.⁷⁸ Em meio ao debate, observamos o despontar de uma reação à retórica republicana revolucionária, sustentada por Silva Jardim.

Joaquim Nabuco concordou com os republicanos no que diz respeito ser o “descontentamento popular” o ponto desencadeador das revoluções. A Revolução Francesa não negava tal assertiva:

De acordo, mas por isso mesmo o que imprime o caráter à revolução é a natureza do descontentamento que a cria. Eles [os republicanos brasileiros] dizem que a revolução de 1789 foi feita por um povo a quem faltava pão. Mas porque faltava pão a esse povo? Pelo sistema político debaixo do qual ele vivia. Esse sistema era a desigualdade e o privilégio. O descontentamento era justo e isso deu à Revolução Francesa o caráter de uma imensa sublevação da igualdade humana.⁷⁹

Ao pautar-se numa visão unilateral do processo francês, diz não observar no Brasil de 1888 condições de descontentamento capazes de gerarem uma comoção de proporções semelhantes:

Qual é o descontentamento entre nós em nome do qual se pretende justificar a república? **É o descontentamento de uma classe que perdeu os seus escravos**, é uma rebelião de privilégio destruído contra a igualdade humana proclamada, é o contrário, portanto, da Revolução Francesa e quem justifica um movimento não pode ter simpatia com o outro (grifo nosso).⁸⁰

Para fins do debate, a interpretação unilateral de Joaquim Nabuco poderia ser relativizada no âmbito da conjuntura do Brasil do Pós-Abolição. Do ponto de vista social, Barrington Moore observa que a Revolução Francesa se constituiu num processo amplo, diverso e multifacetado. Sobre tal dimensão, poderíamos falar em “revoluções”: uma aristocrática; uma popular-burguesa; e, por fim, uma popular-camponesa. Fenômeno a corroborar para a explosão de 1789 foi a chamada Reação Aristocrática (Feudal), a ocorrer desde a metade do século XVIII, cuja tendência foi a tentativa, de parte da nobreza, de resgatar privilégios feudais de tributação sobre a produtividade camponesa. Face ao avanço do Estado absolutista e das práticas comerciais capitalistas no campo.⁸¹

Com esse detalhe, ressaltamos que na qualidade de leitor de Alexis de Tocqueville, no paralelismo histórico ao qual é induzido traçar em resposta aos republicanos, Joaquim Nabuco não se deteve, talvez por coerência de

⁷⁷ NABUCO, Joaquim. A agitação Republicana. O País. 17 set. 1888. In: GOUVEA, F. da C. **Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República...**, p. 369.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ Ibidem, p. 370.

⁸¹ MOORE JR. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983, pp. 69-97.

propósito, ao fato de que na França do século XVIII também havia elites proprietárias a pressionarem pela manutenção de seus privilégios. Dispostas a reagirem contra investidas do Estado Absolutista francês. Ou seja, a insatisfação não era proveniente apenas das camadas mais baixas. À luz do exemplo em questão, ao nosso ver as elites podem aderir à Revolução, desde que essa vise atender à necessidade de conservação do *status quo* proprietário e/ou ampliá-lo. Assertiva que identificamos na própria fala de Jardim. Para a conjuntura do Império do Brasil de 1888, entendemos tal circunstância uma possibilidade em aberto. A despeito das críticas de abolicionistas monarquistas, os republicanos, entre os quais Silva Jardim, assumiram a estratégia de canalizar o descontentamento dos grandes fazendeiros, insatisfeitos com os resultados da Abolição sem indenização compensatória.

Joaquim Nabuco entende que uma Revolução à francesa no Brasil só seria possível se o “povo” brasileiro quisesse destruir o controle exclusivo do escravismo, se valendo da República como instrumento. Ou se os escravos a tivessem proclamado. A situação a entender era outra, pois, ainda que proclamada, o alvo da ajuda estatal seria não os libertos, mas a lavoura dos proprietários. A República se constituiria em espécie de vingança das elites escravistas:

Mas a república da indenização, confessada ou negada, pouco importa diante da relação de causa e efeito de auxílios à lavoura à custa do ex-escravo, da satisfação ao ódio acumulado durante dezessete anos contra a monarquia entre os proprietários, uma república prematura perante todo e qualquer sentimento verdadeiro da igualdade, porque é por sua natureza o produto ou o projétil, pouco importa, da desforra jurada pela classe desapossada contra o poder que a feriu.⁸²

Joaquim Nabuco achou cedo demais para que os abolicionistas se voltassem contra a Monarquia: “então é lícito quebrar a solidariedade com a revolução que liberta uma raça, logo depois dela feita, para tomar a direção da contrarrevolução, estimulando contra o aliado de véspera (...) o ressentimento da classe que se o levou a ofender para servir a nação.”⁸³

Tendo em vista o futuro da pátria, a propaganda republicana seria um bem se levasse a Monarquia a purificar-se, dado que, ao seu ver, estava a cair no país por conta da corrupção. Conclui considerando um “retrocesso” a propaganda republicana no pós-13 de Maio: “a agitação republicana porém que sopra sobre as cinzas ainda quentes da escravidão (...) é um movimento em sentido contrário à evolução natural tanto da monarquia como da república, um elemento mais de perturbação e de anarquia”. O futuro triunfo do movimento é considerado um ‘salto nas trevas’.⁸⁴

A resposta de Silva Jardim, aos ataques do Deputado por Pernambuco, não se fez tardar. Identificamos que ele a concentrou em três conferências, publicadas em forma de artigos na imprensa. Tentamos fazer um resumo das respostas de modo a nos concentrarmos naquilo em que, duas importantes opiniões divergentes da época, pensavam acerca do recurso à Revolução, para instituir o regime republicano no Brasil. Na análise, aparece um Silva Jardim

⁸² NABUCO, J. A agitação Republicana. O País. 17 set. 1888. In: GOUVEA, F. da C. **Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República ...** p. 370.

⁸³ *Ibidem*, pp. 370-371.

⁸⁴ *Ibidem*.

revolucionário muito mais próximo de interesses conservadores da Lavoura do que dos interesses do “povo”, do “operário preto”, repetidas vezes considerado, em outros discursos, a verdadeira “vítima” da Monarquia.

Joaquim Nabuco havia se tornado a opinião mais “perigosa” ao Movimento Republicano no país, por meio de seus discursos no Parlamento e na imprensa.⁸⁵ Devido à ferrenha defesa da Monarquia, do radical fluminense recebeu diversas alcunhas: “Deputado”, “Paladino intransigente”, “Apóstolo”, “Arauto” do Terceiro Reinado; “Apóstolo de Isabel I”, “Arauto do Sr. Conde d’Eu”.

O Movimento Republicano foi uma conferência realizada na cidade do Rio, na noite de 22 de setembro, no salão da Rua Senador Dantas.⁸⁶ Em réplica aos argumentos antirrevolucionários de J. Nabuco, Jardim partiu em defesa dos lavradores. Teria sido a Monarquia quem enganou a Lavoura, mantendo-a ligada ao sentimento escravista, pois era o regime o mais interessado em manter a escravidão. O sentimento abolicionista era mais forte em meio à Lavoura do que da parte do Trono. Portanto, acusar apenas a primeira por causa da escravidão seria injustiça.⁸⁷

Sustenta que a Lavoura brasileira possuía valor republicano, pois participara de revoluções em Pernambuco (1817), pela Independência (1822), em Minas e São Paulo (1842) e mais uma vez em Pernambuco (1848): “o instinto conservador do proprietário agrícola não o impede da maior explosão revolucionária quando seus direitos e os seus interesses são violados.”⁸⁸

Não aceita a perspectiva de recusar auxílio do referido segmento da sociedade. O apoio das “províncias agrícolas” era bem-vindo na realização do sonho de Tiradentes: “Hoje, que a lavoura vem a nós, recebemo-la de braços abertos”. Os lavradores haviam se tornado “verdadeiros republicanos” desde a extinção do escravismo, situação que não seria aceita pelo Partido antes da Abolição. A “revolta agrícola” era justificável porque os fazendeiros teriam sido ofendidos em seus interesses.⁸⁹ Busca no pensamento de Voltaire razões para fundamentar a revolta das classes proprietárias brasileiras, não indenizadas pela Lei Áurea: “senhores, já Voltaire dizia que as revoluções vem da barriga, quer dizer que a sociedade não abala a sua ordem fundamental, senão quando vê justamente em risco seus interesses básicos, os seus interesses de conservação, os que se referem principalmente à propriedade.”⁹⁰

Com o referido argumento, quis dizer que “As revoluções tem sempre sua origem em algum fato econômico”. A fome do povo teria sido o principal motivo da Revolução Francesa. Nessa situação, S. Jardim viu na totalidade do fenômeno a causa do aperfeiçoamento social: “todas as revoluções vem de um motivo egoístico; que, suficientemente generalizado, torna-se social, e, com a base econômica, é a que a revolução chega à transformação política, melhorando as condições de liberdade, de paz e de ordem da sociedade.”⁹¹

⁸⁵ SILVA JARDIM, A. *Propaganda Republicana...*, pp. 29-30.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 30.

⁸⁷ SILVA JARDIM, A. *O Movimento Republicano*. In: *Propaganda Republicana...*, pp. 205-6.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 207.

⁸⁹ *Ibidem*, pp. 208-209.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 209.

⁹¹ *Ibidem*.

Em *Pela República contra a Monarquia*, conferências populares realizadas nos dias 23 e 30 de dezembro de 1888, no Salão da Sociedade de Ginástica Francesa, Jardim procurou não apenas manter apoio ao descontentamento dos fazendeiros não indenizados, como também arrazoar uma situação propícia à Revolução, num sentido correspondente à francesa de 1789: “O descontentamento atual, diz o Sr. Dr. Nabuco, não é comparável ao da Revolução Francesa. Por que não? – perguntamos nós. Contra o que se clamava lá? Clamava-se lá, em geral, contra a falta de liberdade, contra perturbação econômica, contra os sofrimentos da nação dominada por um trono.”⁹²

As razões libertárias, que empolgaram os franceses de um século atrás, eram, na opinião de Silva Jardim, essencialmente as mesmas para o Brasil do pós-Abolição. A visão de história encetada entende a Revolução republicana no país como continuidade do movimento gerado na França:

Mas não era contra a falta de liberdade, de progresso, de ordem, de instrução, de justiça, de trabalho de capital, contra a falta de tanta cousa mais que se clamava lá? E não nos falta tudo isso aqui? Proporcionalmente, pois, são idênticas as condições do 89 brasileiro e do 89 francês; se não são maiores as nossas desgraças, porque realizam-se um século depois do ano libertador!⁹³

Em benefício do apressamento da República, nas bases apresentadas procurou, em 1888, justificar e capitanear qualquer sinal de reação dos fazendeiros, prejudicados pela Abolição sem indenização. De fato, o 13 de Maio foi divisor de águas para o seu Republicanismo, que segundo Maria Fernanda, empobreceu desde então.⁹⁴ A razão foi a maior transigência com interesses conservadores da Lavoura escravista, em prejuízo do público alvo inicial: os setores pobres urbanos. Para satisfazer os novos acólitos, acabou por sacrificar o “povo”. Com a escolha, esvaziou substancialmente a retórica da Revolução popular.

Na última seção, sustentamos que a perda da direção federal do Partido por S. Jardim, na disputa com Quintino Bocaiúva, foi o último e decisivo passo para o esmaecimento da radicalização no cerne da propaganda. Ao nosso ver, tal situação foi fator a definir o modelo pacífico de Revolução republicana promovido a partir da Conspiração, articulada entre republicanos e setores militares, cujo desfecho foi o “15 de Novembro” de 1889.

17.4 A DISPUTA PELA CHEFIA DO PARTIDO COM QUINTINO BOCAIÚVA: A REVOLUÇÃO RADICAL DEFINITIVAMENTE ASSIMILADA PELO EVOLUCIONISMO POLÍTICO

Particularmente nos capítulos da Parte III, insistimos na argumentação de que a opção pela via radical, para mudar a forma do regime político no Brasil, permaneceu uma constante na primeira fase da propaganda republicana. Malgrado a proposta reformista-evolucionista, oficialmente preponderante no *Manifesto de 1870*. Assim verificamos ao investigarmos a instrumentalização da retórica revolucionária pelos agentes através da leitura de edições do jornal *A República*, até fevereiro de 1874.

⁹² SILVA JARDIM, A. *Pela República contra a Monarquia II*. In: **Propaganda Republicana...**, p. 294.

⁹³ *Ibidem*, p. 295.

⁹⁴ FERNANDES, M.F.L. **A Esperança e o desencanto...**, p. 238.

Na interpretação de George Boehrer, seguida pelo “Republicanism democrático” e pelo “Federalismo”, a “Evolução política” consiste no terceiro ponto postulado no manifesto. Trata-se da polêmica oposição à Revolução radical. Impossibilitados de promoverem uma revolta, os membros do *Clube Republicano* de 70 teriam adotado, por estratégia, promoverem o novo regime por meio da participação na vida política da Monarquia. Se esforçariam para garantir aos brasileiros não recorrerem à violência para alcançar tal propósito. Esperariam pelo momento em que o Partido viesse constituir maioria entre o eleitorado, de modo a realizarem, no Parlamento, a proclamação pacífica e legal da República.⁹⁵

Na subseção 8.1.3 do capítulo oitavo, indicamos que tal possibilidade havia se materializado como modelo histórico, para os agentes no Brasil, a partir da experiência revolucionária espanhola de 1868, cuja resultante foi a Proclamação da Primeira República (1873-74) por ação deliberativa nas Cortes, o Parlamento espanhol. O processo esteve assentado inspiradoramente no Republicanismo francês e foi acompanhado pela imprensa republicana instalada na Corte carioca à época.

Boehrer, contudo, aponta que no decisivo biênio 1888-1889 muitos republicanos teriam se tornado contrários ao Evolucionismo político, apregoado por Quintino Bocaiúva. Ainda que a vitória do líder dos evolucionistas à chefia do Partido tenha dado à linha de ação moderada a garantia de continuidade, como plataforma em nível federal. Concorda que o caminho para os republicanos permaneceu aberto à Revolução radical no condizente a uma das soluções possíveis. Segundo opinião como a de Alberto Sales, embora a Evolução política fosse a preferida, a Revolução não deveria ser abandonada.⁹⁶

Em consonância, Maria Fernanda assevera que o Partido há muito tempo enfrentava tal divisão, a um só tempo teórica e pragmática. Variadas foram as opções de futuro oferecidas pelos republicanos. Porém, o núcleo central da direção do Partido, composto por Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho, também pelos paulistas, Campos Sales e Prudentes de Moraes, manteve-se por muito tempo afeito aos princípios defendidos no *Manifesto*: o Federalismo, a República liberal e a linha de ação evolucionista. O conflito entre os partidários da Revolução e os defensores da Evolução veio a público, de fato, no decisivo ano da Abolição (1888).⁹⁷ Mas, mesmo em abordagens como a da autora não é mencionado, por exemplo, o posicionamento republicano pró-maçônico de Saldanha Marinho, em 1873. Na ocasião, o agente reivindicou a Revolução violenta para separar a Igreja Católica do Estado brasileiro, nos debates travados na imprensa, durante a Questão Religiosa. Assim expusemos no capítulo décimo terceiro da Tese.

Acompanhemos alguns pontos da trajetória do líder dos reformistas-evolucionistas. Quintino Antônio Ferreira de Sousa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1834. Faleceu no mesmo local em 1912. Filho de Quintino Ferreira de Sousa. Sua mãe, Maria Candelária Moreno y Alagon, era natural da Argentina e possuía ascendência hispano-uruguaia. Em 1850, após a morte do pai, rumou para São Paulo onde se matriculou no curso de humanidades, anexo à

⁹⁵ BOEHRER, G. *Da Monarquia à República...*, pp. 226-7.

⁹⁶ *Ibidem*, pp. 228-9.

⁹⁷ FERNANDES, M.F.L. *A Esperança e o desencanto...*, pp. 126-7.

Faculdade de Direito. Na capital paulista, pôde envolver-se com o mundo das letras e do jornalismo acadêmico. Data dessa época a expressão de fé e a convicção em ideias republicanas por meio da fundação da folha *A Honra* (1853), ao lado de A. Ferreira Viana. Filiou-se ao movimento nativista, o que lhe fez trocar o nome paterno por “Bocaiúva”, espécie brasileira de coqueiro. Fez parte do círculo de Félix da Cunha, Andrade Silva, Costa Carvalho. Nas poesias escritas em língua vernácula e espanhola, para as revistas *Acaiaba* e *Mensal*, revelou a influência do Romantismo de Álvares de Azevedo e Junqueira Freire. Teve em *Estudos Críticos e Literários* (1858) a primeira obra publicada.

Em razão de problemas financeiros e de saúde, deixou os estudos e retornou à Corte, onde investiu na carreira de teatrólogo. Entre as décadas de 1860 e 1880, cravou marcas de competência jornalística em variados órgãos: *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *A República*, *O Cruzeiro*, *O Globo*, *O País*. Os trabalhos desenvolvidos na primeira folha fizeram com que se aproximasse do mundo liberal, das pessoas de Saldanha Marinho e Machado de Assis. Teve por hábito o uso do pseudônimo *Filemon*. No período, se casou com Luísa Amélia de Almeida Costa, com quem teria sete filhos. Desde de 1861 esteve afiliado à Loja maçônica *Amizade*.

A eclosão do conflito com o Paraguai consolidou as convicções republicanas. Desenvolveu atividades comerciais no Rio da Prata, tratando por contratar serviços do advogado Francisco Cunha, do qual se tornaria correligionário na imprensa republicana. Ocupado com a busca de alternativas para resolver o problema da mão obra escrava, em 1865 se envolveu em empreendimento capitalista. Ao lado do cubano Bernardo Caymari, fundou a *Sociedade Imperial de Imigração*.

Desde então, Quintino Bocaiúva já revelava traços do perfil político moderado, em desenvolvimento: a elegância, o gosto pela negociação e a tolerância para com os adversários. Em meio à Crise Liberal de 1868 publicou *A Crise da Lavoura*, defendendo a imigração chinesa; no ano seguinte, *A Guerra do Paraguai*. A despeito dos sinais de moderação política, optou por posicionar-se no campo da ala dissidente radicalizada do *Partido Liberal*. Participou ativamente da redação do *Manifesto* e da fundação do *Partido Republicano* na capital, em 1870. N’ *A República* alcançou o período áureo da carreira jornalística, situação consolidada com a fundação d’ *O País* (1884). Alcinhado “Príncipe do jornalismo brasileiro”, e mais tarde referenciado enquanto um dos “Fundadores” da República e “chefe civil da Revolução de 89”, capitaneou todo o conflito a envolver ministérios da Coroa e militares do Exército. Em paralelo à atividade desenvolvida por Júlio de Castilhos em *A Federação*, no Rio Grande do Sul, Q. Bocaiúva, no comando d’ *O País*, atuou no sentido de converter a Questão Militar numa problemática nacional.⁹⁸

Desde a fundação do Partido, procurou negociar com a Lavoura. Na redação do *Manifesto*, estrategicamente soube colocar a Abolição em segundo plano. O modelo republicano descentralizado e democrático defendido correspondia a anseios de setores das elites brasileiras. A República deveria vir sob o signo da manutenção da ordem,

⁹⁸ Na reconstituição de aspectos biográficos do agente, os dados informados foram consultados em: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, vol. 7, pp. 89-91; SILVA, Ciro. **Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República**. Brasília: Editora UnB, 1983, cap. 1, pp. 17-32; BOCAIÚVA, Quintino. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2020.

sem mudanças nas estruturas sociais e econômicas do país.⁹⁹ Apesar de conhecer e de ser simpático ao evolucionismo social, sustentado pelo Positivismo, destoava do modelo republicano ditatorial idealizado por Comte e apregoadado, anos mais tarde, por Silva Jardim.¹⁰⁰

Em outras palavras, entendemos que, na década de 1870, a linha de ação reformista-evolucionista de Quintino Bocaiúva, baseada na moderação, na discussão de ideias, na tribuna e no Parlamento, obrigatoriamente sustentou o advento de uma República liberal-democrática. Deveria ser alcançada pela via eleitoral-parlamentar, de modo a emplacar uma reforma na Constituição a viabilizar a mudança da forma de governo.

Nos capítulos da Parte III da Tese, demonstramos que a retórica revolucionária, até 1874, se manifestou nas páginas d' *A República* em momentos oportunos, por meio da pena de alguns redatores, Luiz Barbosa da Silva, Salvador de Mendonça e Francisco Cunha. Encerrado o ciclo do jornal, nota-se que até 1878, ano do retorno dos Liberais ao poder, com a substituição do Gabinete conservador de Duque de Caxias pelo Gabinete do Visconde de Sinimbu, Aristides Lobo foi a voz da ala radical do Partido a discordar veementemente da opinião de vários republicanos, majoritariamente mineiros, defensores do estabelecimento da República pela via pacífica e democrática, através da participação no sistema político da forma de governo vigente. Contudo, não chegou impor grande resistência, muito menos conseguiu vencer a preponderância da ala evolucionista, preconizada por Bocaiúva e apoiada por um Saldanha Marinho¹⁰¹, que, curiosamente, muito havia falado em Revolução entre 1869 e 1873.

Responsabilizado pelos discursos inflamados a insuflarem a onda de violência popular nas ruas cariocas, do verão do Ano Novo de 1880, Lopes Trovão despontou na Revolta do Vintém como símbolo do radicalismo republicano. Os chefes moderados procuraram não se associarem à propaganda veiculada na *Gazeta da Noite* e n' *O Combate*. Enquanto Bocaiúva insistiu pelas armas da discussão doutrinária e persuasiva, Lopes Trovão procurou agitar o povo reunido em comícios, muitas vezes dissolvidos em conflitos sangrentos, a envolver a polícia e agentes ligados à Monarquia.¹⁰²

Num momento a faltar pouco mais de dois meses para o comício de 30 de outubro 1881, que foi realizado por Lopes Trovão no Largo do Rocio/Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes), porém interrompido por uma série de ataques imputados aos chamados “agentes da polícia secreta” da Monarquia, Quintino Bocaiúva aproveitou o ensejo propiciado pela Assembleia Geral do Partido. Reunião na qual foi alçado candidato a Deputado Geral pelo Rio de Janeiro. A 15 de agosto de 1881 arvorou as bandeiras do Abolicionismo e da República, mas, reiterou incisivamente a rejeição pelo caminho da Revolução armada para mudança do regime.¹⁰³

⁹⁹ FERNANDES, M.F.L. *A Esperança e o desencanto...*, p. 128.

¹⁰⁰ SILVA, C. *Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República...*, pp. 37-38.

¹⁰¹ BOEHRER, G. *Da Monarquia à República...*, pp. 51-52; 198.

¹⁰² *Ibidem*, p. 54; SILVA, C. op. cit., p. 45.

¹⁰³ BOCAIÚVA, Quintino. In: ABREU, A. A. de. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República...*; SILVA, C. op. cit., pp. 45-6.

Para Boehrer, Quintino Bocaiúva sempre apresentou posicionamento dúbio quanto à ação dos radicais da República. Se eximia de apoiar os eventos de caráter popular por eles organizados; mas, em momentos de repressão da propaganda pelos adversários, expressava solidariedade aos correligionários. Tal comportamento pode ser observado no comício de Lopes Trovão e, posteriormente, nas manifestações públicas promovidas por Silva Jardim.¹⁰⁴

Ao nosso ver, percebemos que a intransigência de Quintino Bocaiúva, na defesa da linha política de ação evolucionista, não permaneceu uma constante. Progressivamente, a hesitação face ao recurso à violência para promover a mudança política cedeu à razão das circunstâncias. Em março de 1882, ao lançar observações acerca da eleição de Afonso Celso à Câmara dos Deputados, registrou o que entendia por Evolucionismo político:

No desenvolvimento de todas as reformas políticas há sempre dois termos rigorosos - o da revolução que equivale à imposição da reforma pela autoridade da força, e o da evolução. **Há, porém, um ponto de junção possível para esses dois termos, e mais de um momento histórico nos dá testemunho. A evolução faz-se revolução** - desde que a unidade moral das convicções determine, em uma ocasião dada, a unidade e o acordo das vontades (grifo nosso).¹⁰⁵

À época, ao definir o Evolucionismo político, entendemos que Bocaiúva havia teoricamente promovido a assimilação da Revolução pela Evolução. Circunstância a ser sedimentada, no plano concreto, com a vitória sobre Silva Jardim na disputa pela liderança do Partido, em meados de 1888. A sensível alteração na atitude do agente, em início dos anos 1880, deve ser lida à luz das condições de uma conjuntura na qual se ressentia a crise de deserções no quadro do Partido. Do mesmo modo, a vitória republicana pela via eleitoral ia cada vez mais se revelando difícil.¹⁰⁶ A mudança também é contemporânea à sofisticada teorização formulada por Assis Brasil, a partir da tese de oportunidade da República no país. Desde 1881 consentiu o recurso à Revolução, fosse a de perfil radical ou a de perfil pacífico, para mudar a forma de governo. Assim procedeu ao advogar o fato revolucionário como etapa da evolução política.

Como já dito, a despeito do Partido há muito tempo estar dividido em duas linhas distintas de ação política, somente no ano da Abolição (1888) o dissenso ganhou contornos de fato. A polarização protagonizada por Silva Jardim e o rival, na corrida pela hegemonia federal do Partido, foi parte integrante e decisiva no processo teórico assimilativo de uma linha de ação pela outra.

Dessa assimilação, vemos como produto final o esmaecimento de traços de radicalidade disruptiva no âmago do movimento propagandístico. De igual modo, um ponto de partida para firmar, em outra base explicativa, que não é a opção reformista do *Manifesto de 1870*, o modelo pacífico de Revolução promovido pela trama conspiratória do “15 de Novembro” de 1889.

Em maio de 1888, os republicanos da Província de São Paulo realizaram, na capital, um congresso encabeçado por Silva Jardim, Rangel Pestana e Américo Campos. Da reunião resultou o *Manifesto do Congresso do Partido*

¹⁰⁴ BOEHRER, G. *Da Monarquia à República...*, p. 57; JARDIM, Silva. In: ABREU, A. A. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República...*

¹⁰⁵ BOCAIÚVA, Quintino. O Globo. 03 mar. 1882 apud BOEHRER, G. op. cit., p. 227.

¹⁰⁶ BOEHRER, G. op. cit., pp. 58-60.

Republicano Paulista, documento no qual ficou acertado novo encaminhamento a ser dado à propaganda no Brasil. Buscaram dar maior objetividade ao combate contra um possível Terceiro Reinado. Tal conjuntura aponta que, entre os próprios paulistas, a ação já não estava mais meramente delineada pela linha evolucionista, pois visava tornar eficaz “o trabalho de integração das forças revolucionárias”. Postulavam: “**I – Combater o 3º reinado em todos os terrenos em que as circunstâncias o coloquem.** II – Entrar em ação mais vigorosa, combinando todos os esforços e meios de levá-la a efeito (grifo nosso)”. Assinaram o documento Campos Sales (Presidente), Bernardino de Campos, Manoel Lopes, Victorino Gonçalves e Francisco Glicério.¹⁰⁷

Em 05 de março de 1889, F. Glicério enviou carta a Bocaiúva, instigando-o a aproveitar qualquer movimento militar para desferir um golpe decisivo contra a Monarquia. No mesmo mês, os republicanos sul-rio-grandenses, entre os quais Assis Brasil, reunidos na Fazenda da Reserva, abertamente declararam-se aptos à Revolução.¹⁰⁸

O salto de maior relevância no processo assimilativo foi dado novamente por Quintino Bocaiúva, em razão de ter sido eleito para chefiar o Partido a nível federal. Reunido em São Paulo a maio de 1889, o *Congresso Republicano Federal* ratificou a tese por ele sustentada: a campanha doutrinária pela imprensa como caminho gradual para a proclamação do novo regime.¹⁰⁹

Ao nosso ver, a eleição de Bocaiúva implicou não em total, mas numa parcial derrota da corrente revolucionária apregoada por Silva Jardim. Situação muito bem definida pelo radical ao referir-se a si mesmo como um “vencedor vencido”. Vemos a situação como derrota “parcial” pois, como expõe Maria Fernanda acerca da Conspiração do “15 de Novembro”, a proposta de Jardim havia sido seguida: “a evolução culminou na revolução”. Contudo, sem o povo e sem os excessos requeridos pelo propagandista.

Para que a situação assim se configurasse, sustentamos como explicação plausível o fato de que a Revolução radical, antes de acontecer na prática, foi teoricamente assimilada pelo Evolucionismo político. Conforme exposto no capítulo anterior, na qualidade de teórico republicano e de colega de formação próximo a Silva Jardim, Assis Brasil deu a esse processo assimilativo uma sistematização crítica precursora inquestionável. Ao lado da opção por um movimento nos moldes do “07 de Abril” de 1831 e da aproximação com a Lavoura recém-saída do escravismo – duas escolhas feitas pelo próprio Silva Jardim – a disputa pela liderança do Partido se articula para juntos cristalizarem o terceiro fator para explicarmos o esmaecimento da radicalidade disruptiva, no âmago do Republicanismo brasileiro apregoado pelo radical fluminense.

A par da vitória, Quintino Bocaiúva procurou arrefecer os ânimos exaltados e angariar a simpatia dos revolucionários. Para tanto, lançou manifesto no qual afirmou que, embora permanecesse adepto das ideias evolucionistas, não excluiria a

¹⁰⁷ MANIFESTO do Congresso do Partido Republicano Paulista de 1888. In: PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). **A Ideia Republicana no Brasil através de documentos...**, pp. 94, 104-5.

¹⁰⁸ BOCAIÚVA, Quintino. In: ABREU, A. A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República...**, p. 10. Sobre a adesão dos republicanos à Revolução apoiada no Exército, ver: BOEHRER, G. **Da Monarquia à República...**, p. 278.

¹⁰⁹ Ibidem.

tomada do poder pelas armas, caso fosse necessário. Estava programaticamente efetivada a assimilação de uma linha de ação pela outra:

No partido republicano como no próprio país correm hoje paralelas duas correntes: a evolutiva e a revolucionária. Ambas, porém correm para o mesmo oceano. Aqueles que supõem existir no seio do nosso partido divergência ou cisão, enganam-se de meio a meio. Como aspiração e o ideal são comuns às frações que representam as duas correntes, [...] unidas em espírito, marcham ambas para o mesmo alvo.¹¹⁰

No discurso realizado durante o banquete lhe oferecido pelos republicanos paulistas, em decorrência da vitória, foi ainda mais incisivo no recurso a métodos violentos:

Este processo evolutivo não exclui, como já disse, nem a revolução nem o emprego de meios mais diretos e eficientes [possível referência à Conspiração], para chegarmos à República. A necessidade destes meios, e a oportunidade do seu emprego hão de ser, porém, determinadas, não por nós, mas pelos nossos próprios adversários; e a minha convicção é que, se as vicissitudes políticas nos colocarem na contingência fatal de termos de optar entre a ruína da pátria e o sacrifício de nossas vidas; entre os interesses fundamentais da nossa pátria e os riscos de uma **revolução armada**, não haverá um republicano, não haverá um patriota brasileiro que não preferirá perder a vida antes que assistir à derrota e à ruína da pátria (grifos nossos).¹¹¹

Materializada na vitória da escolha para a chefia nacional do Partido, a assimilação da linha de ação revolucionária radical pela evolucionista permitiu a Quintino Bocaiúva promover o “enquadramento” de Silva Jardim, no âmbito das ações de cúpula do Partido.¹¹² O fez, mas não sem reação. Num manifesto ao país e ao *Partido Republicano*, Silva Jardim se recusou a reconhecer a legitimidade da liderança do rival. Considerou a vitória na eleição uma “conspiração” da cúpula para paralisar a “agitação republicana”.¹¹³ Chegou a denunciar um alegado comportamento conspiracionista da parte de Bocaiúva contra a “Vanguarda Republicana Revolucionária”.¹¹⁴ Em junho de 1889, optou por exonerar-se de cargos ligados à direção central do Partido e adotou a divisa da ação independente. Aos poucos, passou a receber apoio de republicanos de Pernambuco, liderados por Aníbal Falcão, e de correligionários no Rio Grande Norte, em São Paulo, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul.¹¹⁵

Acompanhar a trilha da acusação manifesta publicamente por Silva Jardim nos leva a supor que, antes mesmo da articulação com os militares em novembro de 1889, a Conspiração teria estado entre os métodos utilizados por Quintino Bocaiúva para apropriar-se da Revolução: “O pretense chefe do Partido deixa de pé a denúncia solene de sua

¹¹⁰ Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano Brasileiro. 22 mai. 1889. In: PESSOA, Reynaldo Cameiro (org.). **A Ideia Republicana no Brasil através de documentos...**, pp. 146, 159.

¹¹¹ BOCAIÚVA, Quintino apud SILVA, C. **Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República...**, p. 47.

¹¹² FERNANDES, M.F.L. **A Esperança e o desencanto...**, p. 128.

¹¹³ SILVA JARDIM, A. A Situação Republicana (Questão da Chefia do Partido) / I - Manifesto de Silva Jardim ao País e ao Partido Republicano. Rio de Janeiro, 25 mai. 1889. In: **Propaganda Republicana...**, pp. 355-8.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 357.

¹¹⁵ SILVA JARDIM, A. A Situação Republicana (Questão da Chefia do Partido) / IV – A Conspiração. Rio de Janeiro, 02 jun.1889. In: **Propaganda Republicana...**, p. 368.

cumplicidade na conspiração com o criminoso fito de paralisar o movimento republicano [referência à resposta de Quintino Bocaiúva ao Manifesto de 25 de Maio publicada n’*O País*].”¹¹⁶ Isto é, Quintino Bocaiúva teria desejado manter sob o próprio controle os excessos de radicalização no interior do Partido. Se a Revolução viesse acontecer, deveria ser tão somente sob a orientação do Partido.

O recurso à Conspiração para derrubar o Trono não era algo inédito. Houve tentativas malogradas, anteriores à bem-sucedida do “15 de novembro” de 1889. Em 1871, articulado com elementos do recém-fundado *Partido Republicano*, o Capitão Pompílio de Albuquerque esboçou um plano de aprisionamento da família imperial e de tomada do poder por meios violentos, com conhecimento de Floriano Peixoto. A segunda teve lugar em 1887, mas foi traída por Tomas Coelho, Ministro da Guerra. A terceira envolveu Silva Jardim, Anibal Falcão e o Coronel Sena Madureira. Em 1888 pensaram até na arrecadação de fundos para a compra de armas. Porém, foi abortada com o adoecimento de Jardim e a morte do Coronel.¹¹⁷

De fato, até o último ano da Monarquia Quintino Bocaiúva já havia dado provas suficientes de reorientação da linha de ação política sustentada. Ao nosso ver, após o *Manifesto de 22 de Maio de 1889* e o discurso no banquete promovido pelos copartidários paulistas, não pode mais ser concebido como um evolucionista genuíno. Havia admitido espaço à Revolução armada. Por conseguinte, expôs inclinação para afastar-se dos meios legais de consecução da propaganda, inicialmente defendidos no *Manifesto de 1870*. Diferentemente da preferência de Silva Jardim pela Revolução civil, na qualidade de um conspiracionista, Q. Bocaiúva transigiu com militares. Dispensou o recurso ao povo e articulou o movimento revolucionário, responsável por revogar a Constituição de 1824.

A argumentação desenvolvida vai à contracorrente de opinião como a de Emília Viotti, para quem a conquista da chefia do Partido, por Bocaiúva, havia definitivamente dado vitória à facção pacifista.¹¹⁸ Ao nosso ver, tal entendimento não leva em consideração a sensível mudança de orientação política, expressa por aquele que, até meados de 1889, liderava os evolucionistas.

Recordamos que na seção 4.1 do capítulo quarto, a análise das correspondências trocadas entre o Representante da Legação Francesa no Rio, Jean Camille Blondel, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Terceira República em Paris, Eugène Spuller, demonstrou que desde setembro de 1889, nos bastidores, os agentes do Partido sob a direção de Bocaiúva se movimentavam para angariar apoio no exterior. A fim de instaurarem a República no Brasil, por meio de

¹¹⁶ SILVA JARDIM, A. A Situação Republicana (Questão da Chefia do Partido) / II – Desenvolvimento do Manifesto. I No Tribunal. 29 mai. 1889. In: **Propaganda Republicana...**, p. 359.

¹¹⁷ A respeito, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque. Livro Quinto. Capítulo III – A Fronda Pretoriana. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico: do Império à República. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, v. 7, pp. 374-375; BOEHRER, G. **Da Monarquia à República...**, p. 280; BOCAIÚVA, Quintino. In: ABREU, A. A. de. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República...**, pp. 4-5.

¹¹⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6 ed. SP: Fundação da Editora da Unesp, 1999, p. 482.

uma Revolução. Para alavancarem as tratativas, haviam enviado emissários a Washington, Buenos Aires, Montevideu e a Paris.¹¹⁹ Robert Adams Jr., Ministro dos Estados Unidos no Brasil, teria recebido com “simpatia” o pedido apoio.¹²⁰

Para adensar ainda mais a atmosfera de conspiração revolucionária às vésperas do “15 de Novembro”, pela imprensa carioca começou a circular boatos acerca da provável data de abdicação de D. Pedro II. O Terceiro Reinado estaria previsto para iniciar em 02 de dezembro de 1889, durante as festividades celebrativas do 64º aniversário do Imperador. Isabel I ascenderia ao Trono e empossaria o liberal gaúcho Gaspar Silveira Martins como Primeiro Ministro.¹²¹

Às portas da Proclamação, em outubro de 1889, nas páginas da *Gazeta de Notícias* apareceu um Silva Jardim aliado da direção partidária, porém em estreita sintonia com a assimilação do radicalismo pela linha de ação evolucionista. A violência estava assentida desde que sem excessos, mesmo porque o objetivo último não era o meio, mas o advento da República:

Os republicanos só devemos empregar o voto como um fator e uma manifestação da opinião, que, formada pela propaganda, e excitada pela agitação, chegue à revolução. A *Revolução* rápida e certa, é o fim, para chegar ao *Governo*. O conjunto da campanha eleitoral prova que sem a revolução não seremos governo. A evolução política brasileira chegou ao seu termo revolucionário. Honro de tê-lo dito desde o começo da propaganda, e honro-me de tê-lo demonstrado na prática. **Toda evolução termina por um ato violento: a revolução.** No terreno político, principalmente, esse termo é fatal. **O verdadeiro evolucionista republicano é o revolucionário: - calmo, enérgico, audaz, desassombrado, antissanguinário, fraterno, amigo do povo: - visando o governo, situação em que homens políticos se revelam verdadeiramente. Evolucionismo pacífico é paralisia, é retrogradação: sonho de falsos utopista, ou hipocrisia de augures, que riem-se dos próprios desacertos. Para o brasileiro, a revolução é hoje a transformação: a manifestação da altivez, do brio, da dignidade, da honra, não importa a guerra civil, e não é inimiga da ordem. Uma agitação sinceramente apoiada e inteligentemente dirigida nos levaria a um pronunciamento popular, decisivo como o do 7 de Abril de 1831 (grifo nossos).**¹²²

*

*

*

Por mais que Silva Jardim tenha falado de Revolução; remetido plateias numerosas e leitores de jornal ao imaginário da França, de um século atrás; por meio de discursos inflamados, incitadores de mobilização popular e até de violência física contra integrantes da família imperial; o exemplo prático de Revolução republicana deveria se

¹¹⁹BLONDEL, Jean Camille. [Correspondance Politiques Brésil]. Destinataire: Eugène Spuller (Paris). Rio de Janeiro: Légation de France au Brésil. 11 sep. 1889. 1 Lettre. Tome 53, p. 139.

¹²⁰ Cf.: ALONSO, Ângela. A instauração da República no Brasil segundo seus personagens. *Serrote*, v. 03, 2009, p. 11.

¹²¹ Acerca das expectativas sobre a constituição de um iminente Terceiro Reinado no Brasil, cf.: NACHTIGALL, Lucas Suzigan. “MAS, E DEPOIS?”: O Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do Império (1889-1893). 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2015.

¹²² JARDIM, Silva. A revolução. *Gazeta De Notícias*. Rio de Janeiro: Tipografia da “Gazeta de Notícias”. Ano XV. n. 280. 07 out. 1889, Política Republicana, p. 2.

espelhar no “07 de Abril” de 1831. Data da Abdicação de D. Pedro I. Movimento incruento cujo desfêcho não acarretou momentaneamente grandes comoções ao país.

O advento da República deveria vir compulsoriamente de modo revolucionário. A despeito de certa vez ter anuído o método evolucionista de intervenção republicana parlamentar¹²³, o primeiro apelo constituiu característica indelével da pregação. Inclusive fator para afastá-lo da cúpula partidária, sob liderança de Bocaiúva com aquiescência do experiente Saldanha Marinho. Sem dúvida, o modelo era a França de 1789, porém, matizado com o aspecto liberal-conservador positivista da Terceira República.

Não foi de balde ter sustentado 1889 como data de nascimento para a República brasileira. Ela deveria ser evidente tributo ao movimento francês. O procedimento de conjugar Revolução e Evolução foi visto, por muitos, como operação antagônica¹²⁴, e, em alguns aspectos, contrária ao realizado pela liderança do Partido. Tal contrariedade pode ser explicada pela insistente defesa de que a Evolução deveria ser consumada obrigatoriamente com um movimento revolucionário. Não concebia a Evolução como a própria Revolução, menos ainda essa como etapa dentro do processo evolucionário.

De fato, não é simples definir o processo revolucionário idealizado, para o qual elencou dois modelos diferentes. Para além do conjunto francês de 1789 e de 1870, recorreu ao Brasil de 07 de abril de 1831.¹²⁵ Acreditamos que tal formulação pode ser compreensível face à busca de adaptar ao país um objetivo fulcral, perseguido na França oitocentista pelo próprio mestre do Positivismo: a tentativa de impor ordem ao caos revolucionário, de modo a debelar a eminência de anarquia e garantir o progresso por meio da conservação da ordem.¹²⁶

Para fins de aceitabilidade, nos parece que Jardim estrategicamente procurou contrabalançar a concepção violenta de Revolução, fornecida pela matriz republicana francesa, com o caráter “ordeiro” e “pacífico” do movimento nacional. Às vésperas do Centenário rememorativo do trauma político e social de 1789, precisava de autorização histórica para falar de Revolução às consciências conservadoras de um Império recentemente ex-escravista. Assim procedeu de modo a argumentar que nem todo processo revolucionário obrigatoriamente resultaria em confrontos sangrentos. E que, na história do país, tal tese já havia sido testada com êxito, em 1831. Ao nosso ver, esse foi um primeiro passo endógeno decisivo para estancar os veios do radicalismo disruptivo da propaganda.

Ou seja, assentimos que a aposta de Jardim na radicalização, ao evocar o fantasma da experiência francesa, concretamente não passou de estratégia retórica suasória para alavancar a ação propagandista, em favor da mudança de regime, face às hesitações da direção do Partido. Uma estratégia que, como já apontamos, foi causa de crescente prestígio social, mas também de alijamento político-partidário.

¹²³ SILVA JARDIM, A. Política Republicana Revolucionária. Jun. 1889. In: **Propaganda Republicana...**, p. 345.

¹²⁴ FERNANDES, M.F.L. **A Esperança e o desencanto...**, pp. 84-85.

¹²⁵ Ibidem, p. 85.

¹²⁶ TORRES, João Camilo de Oliveira. O Positivismo e a República. In: **O positivismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018, cap. VII, p. 81.

O segundo passo foi a aproximação com interesses conservadores da Lavoura, recém-saída do escravismo e ressentida com a Abolição sem indenização compensatória. O ato lhe afastou do “povo”, ao qual procurou falar até um pouco depois da Lei de 13 de Maio: os setores pobres urbanos, mormente os trabalhadores negros. Nos momentos subsequentes à emancipação dos escravos, a atitude abraçada resultou no esvaziamento da retórica revolucionária.

Por fim, entendemos que a vitória de Quintino Bocaiúva, na escolha da chefia do Partido a nível Nacional, consumou na prática a assimilação da Revolução radical pelo Evolucionismo político. Ao abrir espaço para a Revolução, enquadrando e isolando Silva Jardim, o líder conseguiu manter sob controle o potencial de radicalização no interior do movimento. Vencida a resistência, pôde conduzir a propaganda ao objetivo final.

18 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o cárcere de quinhentos e oitenta dias (580), na sede da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba (PR), o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva relatou a experiência pessoal desenvolvida com a historiografia crítica brasileira, durante a reclusão. Numa reunião da Executiva Nacional de seu partido, em Salvador (BA), ao se direcionar a copartidários, sustentou a justificável necessidade de uma releitura da história do Brasil:

Aprendi algumas coisas importantes. Li muito, mais do que quando estava em liberdade. Li muito sobre a história desse país, sobre a independência, a abolição e a escravidão. Posso dizer para vocês uma coisa: esse país nunca teve a sua verdadeira história contada. Todos os nossos heróis tiveram o que chamavam de ‘uma morte para sempre’. Tinha que matar, cortar a cabeça, esquartejar e jogar em lugares diferentes. Foi assim em todas as revoltas populares nesse país. A nossa esquerda conhece muito mais sobre os heróis das revoluções russa, cubana, francesa, do que os nossos heróis. Aprendemos que o Conselheiro era um beato, fanático, ignorante, que queria ficar defendendo a monarquia. É preciso ler os poucos livros verdadeiros para aprender a história daquilo. Não sabemos quase nada da história das nossas rebeliões.¹

Na opinião sintetizada sobressai sensivelmente uma fala genérica. Reportada a agentes quase não-identificados, vencidos excluídos do ponto de vista social. Possivelmente oriundos de extratos mais baixos da sociedade brasileira, apresentada numa linha de construção histórica. Bem distante, portanto, da condição de atores politicamente vencidos, pertencentes a segmentos letrados de elites, como é o caso da ala mais radical do Movimento Republicano brasileiro.

Salvaguardadas as devidas ressalvas, ao desenvolvermos a Tese apresentada percebemos não ser fácil lidar com o enquadramento prévio, restritivo e impositivo, de uma “história dos vencidos”. Independentemente de os “vencidos” em questão terem pertencido socialmente a uma ínfima camada de favorecidos. O que, por sinal, revela a demanda de um esforço hercúleo. Manifesta-se quase imperioso o padrão hegemônico da narrativa dos “vencedores”, quanto mais se sabe sobre o desfecho de um determinado evento ou processo histórico.

Em certos momentos, torna-se esmagador o esforço de reconstrução representativa a contrapelo. Ao chegar às Considerações Finais desse revisionismo sobre o Movimento Republicano no Brasil, foi impossível deixar de constatar a presença de um sentimento de enfado, face ao que poderia ter sido ou, ao menos, esperado. Assim confessamos diante da possibilidade do processo investigado ter tido por resultado uma ampliação mais relevante da inclusão social e da participação política, dois desafios a resistirem ao tempo no país. O efeito da situação é potencializado quando temos outros modelos na história liberal-burguesa do Ocidente, diante dos quais somos tentados à comparação.

Trata-se de uma sensível experiência mental e psicológica à qual se aventura o historiador, tentar produzir uma história para agentes total ou parcialmente derrotados no campo da luta política. Principalmente no referente à história republicana de um país com a formação sócio-histórica como a brasileira, caracterizada por real ausência de

¹ LULA diz que é preciso contar a verdadeira história do Brasil. **Brasil 247**. 14 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/lula-diz-que-e-preciso-contar-a-verdadeira-historia-do-brasil>. Acesso em: 19 out. 2020.

transformações disruptivas e pela permanência de traumas da colonização europeia, ainda em árduo processo cicatrizante.

A especificidade da formação letrada dos principais líderes republicanos, com os quais trabalhamos, lhes capacitou utilizarem passagens da história da França monárquica e republicana, desde fins do século XVIII, com a propriedade de quem sabia ser a experiência francesa um dos referenciais para a própria Monarquia no Brasil. Dessa tradição, que não é homogênea, com fases distintas, puderam extrair elementos a corroborarem na construção de uma autóctone Retórica da Revolução, adaptada a contextos específicos de suas falas; no âmbito de estratégias adotadas para se inserirem no debate público das reformas, vigente desde o começo da segunda metade do XIX. Evidentemente não se permitiram deixar de conjugar o referencial externo com o repertório do próprio passado brasileiro. Afinal, nossa trajetória colonial já havia calcado passos na estrada do Republicanismo e já possuíamos, enquanto Estado-Nação independente, exemplaridade histórica a oferecer no combate à Monarquia. Em 1831 havíamos destronado um rei nas Américas.

Esperamos ter evidenciado, sem qualquer sombra de dúvidas, que a proposta de uma saída radicalmente violenta para resolver a questão política da forma de governo, entre 1869 e 1889, não foi descartada em momento algum nesse intervalo de duas décadas, caracterizado por uma acentuada cisão monarquista intra-elites. A exigência de radicalização esteve manifesta na linguagem para muito além de simples “força de expressão”. Assumiu, no Brasil, a conformação própria de uma retórica revolucionária, em aspectos variados tributária da matriz francesa do Republicanismo moderno.

Aliás, às vésperas da chamada “Revolução de 89” constamos, tanto no cenário nacional quanto no internacional, esboços de planos revolucionários, traçados pelos agentes da propaganda, a fim de apressarem a mudança de organização política e institucional. Em outros termos, tal constatação significa que, desde o momento no qual lideranças do *Centro Liberal* lançaram, em manifesto político, a estrepitosa máxima inspirada no pensamento do Rei francês Luís Filipe – “Ou a reforma, Ou a revolução” –, a segunda ponta do dilema nunca esteve ou foi descartada da pauta de ação política. Aguardou-se o momento oportuno. A resolução encontrada para o dilema, por parte dos agentes republicanos, torna-se, portanto, intrinsecamente indispensável à compreensão dos eventos da Proclamação da República, em fins dos anos de 1880.

A “curiosa Revolução” no Império do Brasil, em 1889, tal como é registrada na documentação diplomática produzida pela Legação Francesa, estabelecida no Rio de Janeiro, surpreendeu a opinião pública interna e externa, devido à forma pela qual ocorreu. No Centenário da “Grande Revolução”, foi processada de maneira “branda”, “pacífica”, “incurta”, “sem derramamento de sangue”; num enxuto intervalo de horas e, no máximo, de alguns dias. Malgrado a “surpresa” inicial despertada, em razão do ano emblemático, modelos de Revolução republicana relativamente pacífica podiam ser exemplarmente encontrados no “04 de Setembro” de 1870, na própria França, e na Proclamação da Primeira República Espanhola (1873).

Cogitamos que a conformação do fenômeno no Império do Brasil de modo algum se assenta numa antecipada derrota do radicalismo disruptivo, resultante da opção pela ação política moderada, previamente reivindicada no *Manifesto de 1870*. Antes, foi decorrência de um progressivo e efetivo esmaecimento da proposta revolucionária violenta, no quadro dos dezenove anos de desenvolvimento da propaganda republicana. A esse gradual e definitivo atenuamento atribuímos determinados fatores causais explicativos:

I – O receio face à capacidade de reação repressiva imediata, da parte das autoridades ligadas à força pública, sob o comando da Monarquia. Particularmente no espaço público da Corte do Rio de Janeiro, a Questão Acadêmica (1871), a tentativa de empastelamento das instalações d’*A Republica* (1873) e a Revolta do Vintém (1879-80) demonstraram o potencial de mobilização das forças repressivas do Estado monárquico, ao responderem à efervescência política produzida pela oposição republicana, no centro do país.

II – Hesitação entre os próprios adeptos da via radical, em optarem pela solução extrema de recorrer à via armada de fato. Ponderamos ter existido lideranças republicanas aptas à Revolução radical, ao menos em potencial. Contudo, faltou predisposição da parte das mesmas em construir uma ação revolucionária articulada, diante de dissensos internos do Partido. A hesitação dos próprios radicais ao emprego da violência torna-se, ao nosso ver, um decisivo fator. Acreditamos que para a ocorrência de tal postura contribuiu também o estatuto social, político e até econômico das lideranças. Como é de consenso, estamos a tratar de um movimento oposicionista de elites, com expressivo número de letrados. Elites letradas *outsiders*. Ou seja, “de fora” apenas da direção central das instituições de mando político, todavia aspirantes ao poder. Não se tratou de indivíduos absolutamente marginalizados. Aceitamos que a bagagem histórica oferecida pela formação letrada desses homens lhes permitia saber, por meio de experiências históricas pregressas, que rupturas violentas traumáticas poderiam conduzir a sociedade a uma escalada inevitavelmente crescente de violência e de anarquia. Tal conformação representava grande risco à integridade de um país recente, territorialmente vasto, pouco alfabetizado e secularmente submetido ao predomínio de relações sociais eminentemente escravistas. Em momentos oportunos, como na Questão Acadêmica, na Dissolução da Câmara dos Deputados em 1872, a retórica republicana revolucionária, empregada pelos agentes, tergiversou na dualidade, acompanhando o comportamento do público. Ora defendeu a radicalização, ora pregou a moderação. Apesar de todo o radicalismo verbal disseminado em artigos na imprensa, no momento decisivo da revolta popular, à revelia da disposição exaltada dos manifestantes, Lopes Trovão escolheu pela condução pacífica da resistência contra o aumento da passagem dos transportes coletivos, no Rio de Janeiro. Paradoxalmente, recuou diante de demonstrações concretas da ira popular. A partir do notório exemplo, acrescentamos que o alto nível de analfabetismo da sociedade não constituiu obstáculo para a radicalização das massas, desde que houvesse lideranças predispostas a conduzi-la. Como vimos ainda, para além de ter demonstrado aptidão em negociar com a Lavoura, recém-emersa do escravismo, Silva Jardim propôs um modelo brando de Revolução republicana, inspirada no “07 de Abril” de 1831. Buscou compensar o temor provocado pelo referencial francês. Ao dar as costas ao povo “operário”, ao qual tanto se dirigiu, sua retórica revolucionária caiu terminantemente no vazio.

III – A vastidão de dimensões continentais do território brasileiro cujo efeito era otimizado pela incipiência dos meios de comunicação, dos avanços tecnológicos e pelas dificuldades de deslocamento. Tais circunstâncias revelam a pouca integração nacional do país à época e nos pareceu desfavorável à organização de uma ação revolucionária simultaneamente articulada entre núcleos republicanos, estabelecidos em diversas partes do Império. O quadro descrito é exemplarmente perceptível a partir da análise da estruturação do movimento nas longínquas Províncias do Grão-Pará e do Rio Grande do Sul. Apesar do advento do telégrafo, da incipiente indústria ferroviária, da imprensa periódica, do barco a vapor, as longas distâncias permaneceram barreiras naturais a serem superadas pelo progresso tecnológico alcançado.

IV – Ausência de ação reacionária, prontamente ativa, por parte de forças adeptas à Monarquia contra os atos praticados articuladamente entre civis e militares no “15 de Novembro”. A proclamação do novo regime foi aceita como fato consumado por parte das pessoas dos Imperantes e de membros da casa imperial. A falta de resistência imediata da própria situação monarquista, ratificada pelo Banimento da Família Imperial passados dois dias, definitivamente silenciou a ala exaltada da propaganda.

V – Fator Estrutural: A dinâmica transformativa já estava a ocorrer gradualmente nas estruturas da sociedade, da política e da economia do país, desde a Abolição do Tráfico Negreiro (1850). Tanto o Abolicionismo quanto o Republicanismo, no âmbito de movimentos de mobilização contestatória, tornaram-se expressões do processo revolucionário gradual; alavancado por iniciativa do próprio Estado brasileiro e garantido pela intervenção contínua do governo monárquico, na medida em que buscou controlar a aplicação de reformas de caráter liberal, necessárias à inserção do país na modernidade. Nesse sentido, entendemos que mudanças de caráter estrutural estavam em curso, desde o estalar da intensificação do expansionismo de práticas da fase industrial do capitalismo. Se as apreendermos a médio prazo, perceberemos que tornaram-se preponderantes no biênio 1888-1889, com extinção definitiva da escravidão e com o advento da forma republicana de governo.

Factualmente, o direcionamento da Revolta do Vintém nos parece ter selado, em definitivo, o ímpeto da radicalidade revolucionária no meio republicano. Depois da mobilização popular contra o aumento dos preços das passagens dos transportes coletivos, não temos registro de outro episódio em que uma possível Revolução republicana esteve a um passo de ser experimentalmente efetivada no espaço público em expansão. Ponderamos que, depois dela, a Revolução seguiu um caminho no qual seria ocultada pela Conspiração, entre agentes do meio republicano e membros da oficialidade do Exército.

Entendemos que o esvaziamento progressivo do radicalismo disruptivo, no Movimento Republicano brasileiro, não guarda relação diretamente compulsória com a escolha antecipada pela linha de atuação política reformista-evolucionista, em 1870. O que percebemos constitui um supremo e último fator: VI – A paulatina absorção da primeira alternativa pela segunda. Isso aconteceu por meio das práticas políticas de letrados como Assis Brasil, Lauro Sodré, Silva Jardim e o próprio Quintino Bocaiúva. Em discursos pronunciados e escritos, de um modo geral, os letrados permitiram o casamento teórico entre noções de “Revolução” e “Evolução”. Permitiram que a primeira se constituísse

numa etapa do processo evolutivo político e social, segundo os preceitos da linguagem cientificista da época. O resultado foi a formulação de um modelo possível de ação revolucionária “branda”, “incruenta”, “pacífica”, “sem derramamento de sangue”. Um modelo transformativo cabível às reais condições do Brasil de fins do século XIX.

Ao nosso ver, trata-se de hábil síntese teórica, aplicada à conjuntura de um país há anos efervescido por lutas intensas, cujo propósito último foi a tardia libertação definitiva de sua população escrava; de uma síntese construída num século em que na filosofia houve a tentativa contraditória de conciliar princípios opostos, como o caso “Revolução” e “Conservação”. Em vista de alcançar o almejado progresso material e social, sem rupturas traumáticas.

No âmbito estrito do Republicanismo, não podemos ignorar a acertada ressalva levantada por Maria Fernanda, acerca de um “aparente” contraste no Advento da República. A autora lembra que foram os chamados “evolucionistas”, representados por Quintino Bocaiúva, os responsáveis pela ação republicana “pseudo-revolucionária” no país. “O que seria uma contradição em termos se não fosse o caráter da chamada revolução.”²

Acreditamos assim que a perspectiva de “derrota precoce” da corrente revolucionária já em 1870, mantida e sustentada por interpretações historiográficas mais consolidadas, deve ser revisitada, relida e submetida à revisão. Dentro das possibilidades, trata-se do que tentamos fazer mediante os resultados alcançados ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

A análise dos fatos demonstra que, somente em maio de 1889, durante a escolha para a direção federal do Partido, a vitória de Quintino Bocaiúva pôde selar, no plano das práticas políticas, a assimilação da “Revolução” pela “Evolução”. Porém, essa conformação não significou uma “derrota” absoluta, sem concessões. Na esteira do processo, o recurso ao emprego controladamente moderado da violência permaneceu alternativa possível. Se necessário fosse, naquele momento poderia ocorrer sob a liderança avessa à agitação das massas, concentrada na figura de Quintino Bocaiúva. O que implicou seguramente na exclusão do recurso ao popular em benefício do recurso aos militares.

Em decorrência, Silva Jardim foi posto à parte da Conspiração do “15 de Novembro”. Amargou ressentimentos pela perda da direção do Partido. Se no início foi alijado da montagem política e institucional do regime de 1891, num segundo momento, ainda em viagem pela Europa, se convenceu da necessidade de regressar ao país e de reiniciar a atividade política. Foi quando a tragédia do Vesúvio, em julho daquele ano, absorveu o último filamento possível de radicalismo simpático ao recurso da violência popular, no interior da propaganda brasileira.

Recordamos outra vez que na proximidade do “15 de Novembro”, Quintino Bocaiúva já havia posto de lado a intransigente defesa exclusiva da linha pacífica e legal de ação política, tal como apresentada no *Manifesto de 1870*. Antes da vitória intrapartidária de maio de 1889, desde 1882 procurou conciliar os dois métodos de ação de modo a tornar a mudança de regime uma realidade, face à crescente iminência de um Terceiro Reinado. Às vésperas da República não era mais um reformista-evolucionista genuíno. Revelou perfil predominante conspiracionista, aberto a

² FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. SP: Humanitas, 2008, pp. 197-199. Ver também: LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil Político de Silva Jardim**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987, p. 89.

quaisquer meios para alcançar os propósitos da agremiação da qual se tornou o líder. Por razão do imperativo de “manutenção da ordem”, preferencialmente propugnou a Revolução de caráter militar.

Frente ao quadro descrito, indicamos a necessidade de tornar flexíveis e mais precisos os rótulos “reformista” e “revolucionário”, no trato da postura de ação política adotada pelos agentes da propaganda. Citamos o exemplo de Lauro Sodré. Afinal, como tachar de “reformista”, num sentido pacífico e legal, ele e seu círculo político e intelectual em Belém do Grão-Pará, se nas páginas da primeira fase d’*A República* belenense defenderam a insurreição como “direito dos povos à opressão”? Quando confrontados com caso como esse, pensamos que a abordagem de Ângela Alonso, acerca de um exclusivismo reformista da parte da “Geração 70” brasileira, deve ser nuançada. Um exercício reflexivo admitido pela própria autora.³ Ser “reformista” não implicou necessariamente ser avesso à Revolução, pois, essa poderia assumir no Oitocentos dois tipos de caráter, o pacífico ou o violento.

Para a década de 1880 brasileira, o resultado assimilativo da Revolução radical pela Evolução política deu ensejo ao ideal de Revolução pacífica. Uma transformação republicana controlada, fora do espaço institucional legal, mas sem a admissibilidade de violências cruentas. Ao assimilar a Revolução radical, a proposta evolucionista não pôde mais se fazer no Parlamento, como sustentou os defensores. Teve de apelar para o recurso das Forças Armadas, pois não seria admitido o apelo aleatório ao povo sob a liderança partidária de um Quintino Bocaiúva.

Às vésperas do “15 de Novembro”, frisamos que toda a orientação do partido não esteve voltada mais para a inflexível defesa do Evolucionismo político; menos ainda para o emprego em larga escala da violência revolucionária; mas sim para o Conspiracionismo. Quintino Bocaiúva se tornou um conspirador aberto “a todos os meios” para alcançar a República. Exceto o apelo ao radicalismo popular. Suas ações nas reuniões com os militares denotaram um diretivo caráter conspiratório, afastado portanto do perfil moderado do redator do *Manifesto de 1870*.

Não havia mais a disposição tolerante de esperar pelo falecimento do Imperador para que, por meio de uma mudança na Carta Constitucional, a Monarquia fosse transformada em República. Para que a Revolução pacífica ocorresse fora do Parlamento, obedecendo ao princípio conservador de “manutenção da ordem”, a liderança republicana recorreu às esferas das Forças Armadas, e não às massas populares. Da articulação conspiratória entre civis e militares foi deflagrado um golpe que, enquanto instrumento da Revolução, suspendeu a vigência da Carta Constitucional outorgada em 1824.

Por fim, ponderamos que o tema da Revolução, aplicado ao estudo do Movimento Republicano no Brasil, não se encerra nessas numerosas páginas. Uma vez atestada a existência de uma movimentação republicana para angariar apoio no exterior, em benefício da mudança da forma de governo no país, por ato revolucionário, acreditamos ser imprescindível mais análise da documentação diplomática do período. Nos referimos especificamente a documentos elaborados por representantes dos governos da França, da Argentina, do Uruguai e dos Estados Unidos, no Brasil de 1889.

³ ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império*. SP: Paz e Terra, 2002, pp. 261-262.

REFERÊNCIAS

- ABI-RAMIA, Jeanne. **A Revolta do Vintém**. 2016. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11664-revolta-do-vint%C3%A9m>. Acesso: 22 set.2020.
- ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República: 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV: Editora CPDOC, 200. Não paginado.
- AGULHON, Maurice. **1848, o aprendizado da República**. Trad. De Maria Inês Rolim. RJ: Paz e Terra, 1991.
- ALONSO, Ângela. A instauração da República no Brasil segundo seus personagens. **Serrote**, v. 03, pp. 12-32, 2009.
- ALONSO, Ângela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15 n. 44, 2000.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. SP: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Vinícius Leão. **Impressos de uma monarquia em abandono: modernização, escravidão e propaganda republicana na imprensa piauiense de 1868 a 1889**. 2021. 297 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.
- ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Trad. Fernando Dídimo Vieira; Verificação de trad. Caio Navarro de Toledo. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Editora Ática, 1988.
- ARÍSTOTELES. **Retórica**. 2. ed. Prefácio e introdução Manuel Alexandre Junior; Trad. e notas Manuel Alexandre Junior, Paulo Farnhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. INCM: Lisboa, 2005.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos (1857-1938); organização (pesquisa documental/iconográfica e texto) Carmen Aita**. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.
- BARATA, Alexandre Mansur. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021, pp. 125-141. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/locus/article/view/20406>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- BARATA, Carlos Eduardo Almeida. **Manifesto republicano de 1870: subsídios biográfico-genealógicos**. 2012. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/manifesto-republicano.pdf>.
- BARBOSA, Ivan. Tobias Barreto e a Sociologia no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais - Recife**, v. 27, no. 1, pp. 049-064, jan./jun., 2012.
- BARBOSA, Rui. **Pensamentos de Rui Barbosa**. Coligidos e prefaciados por Moysés Horta. SP: Irmãos Marrano; Livraria do Globo, [19-?].
- BARBOSA, Silvana Mota. **República das letras: discursos republicanos na Província de São Paulo (1870 - 1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP. 1995.
- BARMAN, Roderick J. Dilemas de um príncipe consorte. Trad. Carolina Ferro. In: A Guerra do Paraguai. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 9, n° 97, outubro 2003.
- BARROS, Roque S. M. **A Ilustração brasileira e a ideia de universidade**. SP: Convívio, 1986.

BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G.; MATTOS, Hebe (Orgs). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2016.

BIGNOTTO, Newton. **As aventuras da virtude: as ideias republicanas na França do século XVIII**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

BIGNOTTO, Newton. **Golpe de Estado: história de uma ideia**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

BIGNOTTO, Newton. **Matrizes do Republicanismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, v. I, 1330 p.

BOEHRER, George. **Da Monarquia à República: A história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889)**. Trad. Berenice Xavier. RJ: Ministério da educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1954.

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **“Ditadura”, Abolição e República: A propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889)**. 2017. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 2017.

BRASIL, Bruno. Sangue nos trilhos dos bondes: O Rio sob a Revolta do Vintém. **Biblioteca Nacional**. 02 Mai. 2020. Disponível: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/sangue-nos-trilhos-bonde-rio-sob-revolta-vintem#>; Acesso em 21 Set. 2020.

BRASME, Pierre. **Dictionnaires des révolutionnaires français**. Paris: CNRS Éditions, 2014.

BRULEY, Yves. **La Laïcité française**. Paris : Les Éditions du Cerf, 2015.

BUENO, Almir Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. 1999. 303 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife: Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 1993.

BUONICORE, Augusto. **Marxismo, História e Revolução Brasileira: encontros e desencontros**. SP: Editora Anita Garibaldi, 2009.

BUSTAMANTE, Jesús; QUIJADA, Mónica (Eds.). **Elites intelectuales y modelos colectivos: mundo ibérico (siglos XVI-XIX)**. Madrid: RUMAGRAF, S. A., 2002.

CANO, Jefferson. **O fardo dos homens de letras: o “orbi literário” e a construção do império brasileiro**. Campinas; São Paulo: [s.n.], 2001.

CARDOSO, Adalberto. As Jornadas de Junho e a mercantilização da vida coletiva. **Insight Inteligência**. Ano XVI. Nº 62. Jul.Ago.Set. 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. SP: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A guerra do Vintém**. 2015.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-guerra-do-vintem>.

CARVALHO, José Murilo de; DA SILVA, Isabel Correa; RAMOS, Rui (Coords.). **A Monarquia Constitucional dos Braganças em Portugal e no Brasil (1822-1910):** uma história de Portugal e do Brasil depois da independência brasileira. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**. Rio de Janeiro, nº 1, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Liberalismo, radicalismo e republicanismismo nos anos sessenta do dezenove**. Reino Unido, 2007. Disponível em: <https://www.lac.ox.ac.uk/sites/default/files/lac/documents/media/wp87-murilo.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **O pecado original da República:** debates, personagens e eventos para compreender o Brasil. RJ: Bazar do Tempo, 2017, 296 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados:** O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. SP: Cia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados:** escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 27, nº 45: pp. 141-157, jan./jun. 2011.

CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da República**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República:** um estudo sobre cultura e ação política. RJ: Jorge Zahar Ed., 1995.

CÉFAI, Daniel (Dir.). **Cultures Politiques**. Paris: Presse Universitaire de France, 2001.

CHACON, Valmireh. **Joaquim Nabuco:** revolucionário conservador: sua filosofia política. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Guilhardo. 2. Ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. Florianópolis: EdUFSCar, 2012.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar:** positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

COLLANTES, Sergio Sánchez. La construcción del republicanismo español en el Sexenio Democrático. **Investigaciones Históricas, época moderna y contemporánea (IH)**, nº 37, pp. 132-174, 2017.

COLLANTES, Sergio Sánchez. Las alegorías republicanas en la España contemporánea: de la representación simbólica a las Mariannes de carne y hueso. en *Iberic@l*. **Revue d'Études Ibériques et Ibéro-américaines**, nº 11, CRIMIC-Université Paris-Sorbonne, pp. 33-48, 2017.

COLLANTES, Sergio Sánchez. Luchas simbólicas por el espacio público en el Sexenio Democrático: republicanos y monárquicos en las calles españolas, 1868-1874. **Crisol**. Série numérique, nº 5, Université Paris Nanterre, pp. 203-219, 2019.

COMTE, Augusto. **Os Pensadores**. Seleção de Textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Vol. 33.

- CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e Política no Paraná**: prosopografia e pensamento republicano no final do século XIX. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.
- CORTÁZAR, Fernando García; VESGA, José Manuel González. **Breve historia de España**. 7 ed. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- COSER, Ivo. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº 4, 2008.
- COSTA, Cruz. O Positivismo e o recurso de insurreição. In: **O Positivismo na República**: Notas sobre a História do Positivismo no Brasil. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1959, cap. V.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DARTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DA SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. **Dois pra lá. Dois pra cá**. O Parthenon Literário e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. 2008. Dissertação de Mestrado. 189f. IFCH-UFRGS, Porto Alegre, 2008.
- DE ALMEIDA PINTO, Jefferson. O Processo de Anistia aos Bispos da “Questão Religiosa”: Historiografia, Direito Constitucional e Diplomacia. Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro: vol. 8, No. 3, setembro-dezembro, 2016.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Império e sistema representativo: uma releitura. **Cad. CRH**, vol. 21, nº. 52, Salvador Jan./Apr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100002. Acesso em 3 ago. 2019.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- DOSSE, François. Clio no exílio. In: **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone Castilho Benedetti. SP: UNESP, 2011, cap. 9.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro; Trad. Do posfácio à edição alemã, Pedro Süsskind, apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg. RJ: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ELIAS, Norbert. Para a fundamentação dos processos sociais. In: **Escritos e Ensaio**s. RJ: Zahar, 2006, vol. 1, cap. 7.
- ENDERS, Armelle. **Histoire du Brésil**. 3 ed. Paris: Éditions Chandeigne, 2019.
- FALETTI, Tullia G. Una Teoría Secuencial de la descentralización: Argentina y Colombia en perspectiva comparada. **Desarrollo Económico – Revista de Ciências Sociais**, Buenos Aires, vol. 4, nº 183, octubre-diciembre 2006.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.
- FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Editora Açá, 2016.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 13 ed. SP: Editora Brasiliense, 1991.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A esperança e o desencanto**: Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanistas, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FERREIRA, Ricardo B. da Silva. Um outsider no império: o pensamento político de Tavares Bastos. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)**. Rio de Janeiro, Vol. 7 | N. 1, pp. 63 – 83, dezembro 2016.

FERREIRA, Tiago Barros. **A interiorização da República: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Marapanim, 2015.

FILHO, Cândido Motta. O Manifesto republicano de 1870 e sua repercussão em São Paulo. **R. Ci. pol.**, Rio de Janeiro, 4 (4): 23-28, out./dez. 1970.

FITTIPALDI, Marta Lúcia. **Silva Jardim e a República: a trajetória de um propagandista (1860-1891)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2020.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A o(α)dem republicana em Mato Grosso: disputas de poder e rotinização de práticas políticas – 1889-1917**. 231 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Franca-SP, 2014.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, n. 1. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Sérgio da Costa Franco; Mario Rosano (org.). Porto Alegre: Suliani letras & Vida, 2010.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARZON, Juan Sisino Pérez (Ed.). **Experiencias republicanas en la historia de España**. Madrid: Catarata, 2015.

GARZON, Juan Sisino Pérez (Ed.). Experiencias republicanas en la historia de España. Madrid: Catarata, 2015. Resenha de: COLLANTES, Sergio Sánchez. **Revista Espacio, Tiempo y Forma**. Serie V Historia Contemporánea, 28, 2016.

GIDDENS, Anthony. A sociologia política de Durkheim. In: **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico contemporâneo**. SP: Unesp, 1998, cap. 3.

GODECHOT, Jacques. **Les Constitutions de la France depuis 1789**. Paris: Garnier Flammarion, 1979.

GOMES, Amanda Muzzi. **Fragilidade Monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações nas primeiras décadas republicanas (1860-1900)**. 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012.

GOUJON, Bertrand. **Monarchies postrévolutionnaires (1814-1848)**. Paris: Édition du Seuil, 2012.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República**. Recife: FUNDAJ, editora de Massangana, 1989, v. 9.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro de 1880. **Rev. Bras. De Hist.**, S. Paulo, v.10, nº12, pp. 211-232, mar. 91/ago.91.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A elite do Partido Republicano se apropria da “Revolução”. **História Unisino**. 14 (1): 29-37. Vol. 14 Nº 1 - janeiro/abril de 2010.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. O verde-amarelo coloreado de vermelho: República e Federalismo, A República Rio-Grandense e o Rio da Prata. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles (Orgs.). **180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as ideias de república em debate**. Porto Alegre: IHGRGS, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Trad. Flávio R. Kothe. 2. ed. RJ: Tempo Brasileiro, 2003.

HARTOG, François. **Evidência da história: o que os historiadores veem**. Trad. Guilherme João Teixeira de Freitas; Colaboração de Jaime A. Clasen. 1. ed., 1 reimp. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

HAY, Louis. **Essais de critique génétique**. Paris: Flammarion, 1979.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640**. Trad. Renato Janine Ribeiro. SP: Cia das Letras, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.) **O Brasil Monárquico: do Império à República**. Introdução Sérgio Buarque de Holanda. ed. 7. RJ: Bertrand Brasil, 2005, v. 7.

HOUTE, Arnaud-Dominique. **Le triomphe de la République, 1871-1914**. Paris: Éditions du Seuil, 2014.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. Trad. Laura Teixeira Motta. SP: Cia das Letras, 2007.

JANSEN, Roberta. Duas revoltas e o mesmo propósito: o Rio de hoje e a Revolta do Vintém contra o aumento da passagem. **Jornal O Globo**. 22 jun. 2013.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/duas-revoltas-o-mesmo-propósito-rio-de-hoje-a-guerra-do-vintem-contr-aumento-da-passage-8779375>. Acesso em: 21 set. 2020.

JESUS, Ronaldo Pereira de. A Revolta do Vintém na crise da Monarquia. **HISTORIA SOCIAL**, Campinas-SP, Nº12, 73-78, 2006.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da Monarquia: escravos, operários na Corte**. BH: Argvmentvm, 2009.

JR., Armando Boito (org.). **A Comuna de Paris na história**. São Paulo: Xamã, 2001.

JÚNIOR, João Feres (Org). **Léxico da História dos Conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

JÚNIOR, Luiz César de Sá. A querela dos antigos e modernos: panorama historiográfico. **Antíteses**. v. 9, n. 18, p. 503, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/26356>. Acesso em 24 mar. 2020.

JUSTIN, Janine Figueiredo de Souza. Povo Pacífico? **Revista de História da Biblioteca Nacional**. 2013.

KALIFA, Dominique; RÉGNIER, Philippe; THÉRENTY, Marie-Ève [et al.] (Dir.). **La civilisation du journal: histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe Siècle**. Paris : Nouveau Monde Éd., DL 2011, 1 vol. : ill., couv. ill. ; 20 cm, pp. 286.

KLAKFE, Álvaro Antonio. República: o debate sobre o conceito na imprensa legalista ao tempo da Farroupilha. In: GOMES, Carla Renata Antunes de Souza; MARTINS, Jefferson Teles (Orgs.). **180 anos da Proclamação da República Rio-Grandense: as ideias de república em debate**. Porto Alegre: IHGRGS, 2017.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado: para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

LACAPRA, Dominick. Repensar a historia intelectual y ler los textos. In: PALTÍ, Elías José. **“Giro lingüístico” e a história intelectual**. Buenos Aires: Editora da Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LACERDA, Gislene. A militância possível: Entre brechas conquistadas e concedidas, a sociedade civil pressionou por abertura. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 10, n 114, pp. 26-28, março 2015.

LACOMBE, Américo Jacobina. **À sombra de Rui Barbosa**. SP: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

LIMA, Heitor Ferreira. **Perfil Político de Silva Jardim**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1987.

LIMA, Hermes. **Tobias Barreto: A Época e o Homem**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

LEITE, Aureliano. O Manifesto de 1870 e os paulistas - **R.F.D.** 1970.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1990

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. **A República e seus símbolos: a imprensa ilustrada e o ideário republicano**. Rio de Janeiro, 1868-1903. 2010. 423 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190-216, mai./ago. 2018.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Três panfletários do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá Eduem, 1999.

MARSON, Izabel Andrade. Do império das “revoluções” ao Império da “escravidão”: temas, argumentos e interpretações da história do Império (1822-1950). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 125-173, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

MARSON, Izabel Andrade. **Política história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

MARSON, Izabel de Andrade. “Reforma e Contrarrevolução”: fundamentos do desempenho político de Joaquim Nabuco (1870-1900). **Revista Espaço Acadêmico – N°13 – Out.** 2010.

- MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto alegre: ED. Da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978.
- MARTINS, Camila Pereira. **Republicanismos: Rio de Janeiro e Lisboa (1870-1891)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Política e Social) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015.
- MARTINS, Luiz Carlos dos Passos; MUNIZ; Altemar da Costa (Orgs.). **História Política: interfaces e diálogos**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Ceará: EDUECE, 2016.
- MAYER, Arno Joseph. **A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**; Trad. Denise Bottman; Consultor dessa edição Francisco Foot Hardman. SP: Cia das Letras, 1987.
- MEIRELLES, J. G. **Política e cultura no governo de D. João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)**. [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017.
- MELLO, Maria Tereza de Chaves. A Modernidade Republicana. **Tempo**. 2009, vol.13, n.26, pp.15-31.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: Cultura democrática e científica no final do Império**. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A República e o Sonho. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: pp.121-139, jan/jun 2011.
- MONTANO, Leandro Duarte. **Para além de um vintém: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880)**. Dissertação (Mestrado) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2009.
- MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos. La Proclamation de la République au Brésil (15.11.889): sa reconnaissance par la France. **Cahiers du Brésil Contemporain**, 1994, nº 23-24.
- MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.
- MUHANA, Adma; LAUDANNA, Mayara; BAGOLIN, Luiz Armando (Orgs.). **Retórica**. Instituto de Estudos Brasileiros, IEB. USP. Universidade de São Paulo. São Paulo: Editora Annablume, 2012.
- NABUCO, Joaquim. **Minha Formação**; introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Senado Federal, 1998.
- NACHTIGALL, Lucas Suzigan. **“MAS, E DEPOIS?”: O Terceiro Reinado nos horizontes de expectativa do final do Império (1889-1893)**. 2015. 172 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2015.
- NICOLET, Claude. **L'idée républicaine en France (1789-1924): Essai d'histoire critique**. Paris: Éditions Gallimard, 1994.
- NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileiras: 1824**. 3. ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

OLIVEIRA, Filipe Carlos de. **A Aclamação da República**: imagens do ideário político catarinense. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha de Santa Catarina, 2008.

PALTI, Elías José. El problema de “las ideas fuera de lugar” revisitado más allá de la “historia de ideas”. **UNAM-CCyDEL**, 2004.

PALTI, Elías José. **“Giro linguístico” e a história intelectual**. Buenos Aires: Editora da Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

PAMPLONA, Marco A. **Revoltas, república e cidadanias**. RJ/SP: Editora Record, 2003.

PENNA, Lincoln de Abreu. A derrota da República. **Lutas Sociais**. São Paulo. n. 19/20. (2008), p. 57. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/ls/issue/view/1200/showToc>. Acesso em 31 jan. 2020.

PERSONALIDADES históricas. In: **Guia Cultural do Rio de Janeiro**. Angra dos Reis. Ano I. Nº5. Câmara de Cultura, 2005.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A Ideia republicana no Brasil através de documentos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1873.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. O Primeiro Centenário do Manifesto Republicano de 1870. **Revista de História**. V. 41 N 48 (1970), pp. 401-437. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/129541>. Acesso em 05 nov. 2020.

PICCOLO, Helga I. L. A Crise do Império nas partes do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul. **História Unisino**. Vol. 14. Nº 1 - janeiro/abril de 2010.

POCOCK, J. G.A. **Linguagens do Ideário político**. Sergio Micelli (Org); Tradução Fábio Fernandez. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PONTES, Carlos. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875**. SP: Companhia Editora Nacional, 1939.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os Radicais da República/ Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)**. SP: Brasiliense, 1986.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Barricadas em rodapés de jornais: Revolta popular e cidadania política na Gazeta de Notícias (1880). **Revista de História**. (São Paulo), n.179, a11118, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.150983>. Acesso em: 22 set. 2020.

REGO, Clóvis Moraes. **O Labirinto do Pseudônimo**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2005.

RENOUVIER, Charles. **Uchronie (L’Utopie dans l’Histoire)**. Paris: Imprimerie de É. Martinet, 1876.

REZZUTTI, Paulo. **Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos**. São Paulo: LeYa, 2019.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889)**. 21/08/2015. 258 f. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. Biblioteca Depositária: indefinida.

RIBEIRO, Luiz Rezende de Andrade. **Dicionário de conceitos e Pensamentos de Rui Barbosa**. Com uma introdução sobre a vida e o pensamento de Rui Barbosa por Salomão Jorge. SP: Livraria Editora LTDA.

RIEMENSCHNEIDER, Rainer. Décentralisation et régionalisme au milieu du XIXème siècle. In: **Romantisme**, 1982, nº35. Les nationalités, la nation et la province.

ROCHE, Daniel (Orgs.). **Revolução Imprensa: a Imprensa na França 1775-1800**. [Tradução de Marcos Maffei Jordan]. SP: Editora da USP, 1996.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **A propaganda republicana**. Londrina: [s. n.], 2015.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **A Revolução Francesa e a República brasileira: aspectos históricos e ideológicos**. UFRJ, 1989. Disponível em: www.ecsbdefesa.com.br/fts/ARFRP.pdf de RV RODRÍGUEZ. Acesso em: 28 ago. 2015.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira. **Entre escolas, clubes e sociedades: as Ginásticas tecidas por professores no Rio de Janeiro (1850-1900)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Tradições republicanas e usos do passado: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a Propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (1881-1889). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011**.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da república: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. 2013. 210f. Dissertação. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2013.

SANTA CRUZ, Fábio S. **Província imensa e distante: Goiás de 1821 a 1889**. 1 ed. SP: Paco Editorial, 2019.

SANTOS, Fabiano. Primavera Brasileira ou Outono Democrático? **Insight Inteligência**. Ano XVI. Nº 62. Jul.Ago.Set. 2013.

SANTOS, Mallu Ticiane Conceição dos. **“VIVA A REPÚBLICA”**: análise das disputas pelo poder em Sergipe entre os Republicanos Históricos e os Adesistas (1889-1898). 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2021.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. O Movimento Republicano na Bahia. **Série História do Nordeste**, Recife, vol. 1, nº 13, 47-49 – 1990.

SCHULZ, John. **O Exército na Política: Origens da Intervenção militar – 1850-1894**. SP: Editora da USP, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da República: 51 textos críticos**. SP: Companhia das Letras, 2019.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social de mundo ibero-americano: la era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina, 2009.

SILVA, Ciro. **Quintino Bocaiuva, o Patriarca da República**. Brasília: Editora UnB, 1983.

SILVA JARDIM, Antônio. **Propaganda Republicana (1888-1889)**. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, Conselho Federal de Cultura, 1978.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. SP: Contexto, 2009.

SILVA, Leonardo Dantas. **Joaquim Nabuco e a República**. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República, Fundação Joaquim Nabuco, vol. 6.

SILVA, Raul de Andrada e. Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais. **Revista de História da USP**. São Paulo, v. 41, n. 84 (1970).

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **O Império das Repúblicas: Projetos Políticos Republicanos no Espírito Santo, 1870-1908**. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: Biblioteca Depositária da UFES, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. ed. 4 (atualizada). RJ: Mauad Editora, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **O Império da Eloquência**. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

SYRETT, Harold C. (Org). **Documento Históricos dos Estados Unidos**. Trad. de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

TAUNNAY, Affonso d' Escragnolle. **História da Cidade de São Paulo**: Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2004, v. 23.

TAVARES NETO, João Rozendo. **A República no Amazonas: disputas políticas e relações de poder. (1888-1896)**. 133 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Manaus: UFAM/ Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2011.

TEIXEIRA, Faustino Luís Couto. **A gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.

THOMAS Frinault, « La décentralisation : retour sur deux siècles de réformes », **Métropolitiques**, 1^{er} octobre 2012.

TOBIAS Barreto (1839-1889). Bibliografia e estudos críticos. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Salvador, 1990.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Trad. Yvone Jean. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do Símbolo**. Trad. Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1977.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O Positivismo no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

VARGAS, Jonas Moreira. "Um negócio entre famílias": A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.

VIANA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VILAÇA, Marcos Vinicius Rodrigues. **Tobias Barreto: Sergipe e Pernambuco**. Academia Brasileira de Letras, 2006, pp. 1-3. Disponível em: <http://www.academia.org.br/artigos/tobias-barreto-sergipe-e-pernambuco>.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Republicanismo Mineiro. In: XXVII Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal, **Anais...** Natal, UFRN, 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos Perderemos:** a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

VITAL, Dievani Lopes. **Iluminismo e revolução nas práticas políticas da 'Ilustração' brasileira:** a necessidade de secularizar a ordem imperial. NEA: Saarbrücken, 2017.

VOVELLE, Michel. **Les Jacobins:** de Robespierre à Chavènement. Paris: Éditions la Découverte, 1999.

ANEXO A – Fontes manuscritas, impressas e/ou microfilmadas

ANAIS do Senado do Império do Brasil. Primeira Sessão em 1869 da Décima Quarta Legislatura de 1 a 30 de junho. 21º Sessão. Rio Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869, Vol. II.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1870, janv.-1871, juin. Microfilm. Vol. 43.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1871, juil. – 1872, déc. Microfilm. Vol. 44.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1873-1874. Microfilm. Vol. 45.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1875. Microfilm. Vol. 46.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1879-1881. Tome 48.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1882-1884. Tome 49.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1885. Tome 50.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1887-1888. Tome 52.

ARCHIVES DU MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. Archives Diplomatiques. **Correspondance Politiques/ Brésil.** 1889. Tome 53.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **A República Federal.** Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, MDCCCLXXXI.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. O Oportunismo e a Revolução. São Paulo: Tipografia A. L. Garraux. & Comp. 1880. In: **Revista Estudos Políticos.** n° 1, jun. 2010.

BARRETO, Tobias. **Estudos de Direito.** Publicação Póstuma dirigida por Silvio Romero. Rio de Janeiro: Laemmerte & C. – Editores proprietários, 666, Rua do ouvidor, 1892.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. **A província:** estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, v. 1.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, v. 2.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, vol. 3.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, v. 4.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, vol. 5.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, v. 6.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, vol. 7.

BRASILIENSE, Américo. **Os Programas dos Partidos e o 2º Império**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

COLEÇÃO das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1872. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872.

COLEÇÃO de Leis do Império de 1879. Índice dos Atos do Poder Legislativo de 1879. Tomo XXVI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1880.

CONSEIL Constitutionnel – Constitution du 24 juin 1793. Disponível em:
<https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france>.

CONSEIL Constitutionnel - Constitution du 5 Fructidor An III. Disponível em:
<https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france>.

CONSEIL Constitutionnel - Constitution du 22 Frimaire An VIII. Disponível em:
<https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france>.

CONSEIL Constitutionnel - Constitution de 1848, IIe République. Disponível em:
<https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france>.

CONSEIL Constitutionnel - Constitution de 1875, IIIe République. Disponível em:
<https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france>.

CONSTITUIÇÕES brasileiras: — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

CORRA, Émile. **Pierre Laffitte**: successeur d'Auguste. Paris: Revue Positiviste, 1923.

DE SOUSA, Paulino José Soares. **Ensaio sobre direito administrativo**. Tomo I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

DUBOIS, L'Abée Pierre. **Bio-Bibliographie de Victor Hugo de 1802 a 1825**. Paris: Librairie ancienne Honoré Champion, Éditeur, 1913.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. I. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

FIGUEIREDO, Cândido. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. II. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

HUGO, Victor. 1871: Thiers et Rochefort. In: **Oeuvres Inédites de Victor Hugo**: Choses Vues. Paris: G. Charpentier et Cie, éditeurs, 1888.

IMPÉRIO DO BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1871**. Tomo XXXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

JANUS. **O Papa e o Concílio**. Versão e Introdução de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1877.

LA France au Brésil: les anciens Ambassadeur de France au Brésil. 2017.

Disponível em: <https://br.ambafrance.org/Les-anciens-Ambassadeurs-de-France-au-Bresil>. Acesso em: 10 mar. 2020.

M. DELAPARTE. **La Constitution Française, Décrétée par L'Assemblée Nationale Constituante, aux années 1789,1790 et 1791; Acceptée par le Roi le 14 septembre 1791**. Paris: Imprimerie de Didot Jeune, 1791.

MARINHO, Joaquim Saldanha (Ganganelli). **A Igreja e o Estado**. Rio de Janeiro: Tip. Imp. ET Const. de J. C. Villeneuve & E., Rua do Ouvidor, 65, 1873.

MARINHO, Saldanha. **O Rei e o Partido Liberal**. (Fonte digital/ Digitalização de edição em papel Tipografia e Litografia Franco-Americana, 1869). [S. I.]: ebook Brasil, 1999-2006.

MORAES SILVA, Antônio de. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 7 ed. Tomo II. F-Z. Lisboa: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves-Editor, 1878.

NABUCO, Joaquim. **A Invasão ultramontana**. Discurso pronunciado no Grande Oriente Unido do Brasil no dia 20 de maio de 1873. Rio de Janeiro: Tipografia Franco-Americana, Rua da ajuda, 18.

RECENSEAMENTO do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger, [1874?], 12 v.

SÉNAT - La Loi Municipale de 1884: Les sources de la Loi Municipale de 1884. 2020.

SÉNAT - La Loi Municipale de 1884. 1830-1848 : affermissement des compétences des communes sans remise en cause de la fonction préfectorale. 2020.

SILVA JARDIM, Antônio da. **Carta Política ao País e ao Partido Republicano** (Publicada n' O País em 6 de janeiro de 1889). Rio de Janeiro: Imprensa Mont' Alverne – Rua da Uruguaiana n. 43. 1889 (Centenário da Grande Revolução).

SILVA JARDIM, Antônio da. **Salvação da Pátria** (Governo republicano) /Segundo opúsculo Suplementar: A Revolução. Discurso pronunciado no Congresso Republicano de São Paulo, em a noite de 24 de maio de 1888. Santos: Tipografia a vapor do Diário de Santos, 1888, Centésimo Ano da Grande Revolução.

SODRÉ, Lauro Nina. A Abolição. In: **Crenças e Opiniões**. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1896.

SODRÉ, Lauro Nina. A Luta pelo Direito: A Questão Militar A Província do Pará, mar. 1889. In: **Crenças e Opiniões**. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1896.

SODRÉ, Lauro Nina. Carta ao Imperador. A Província do Pará, 1885. In: **Palavras e Atos**. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1896.

SODRÉ, Lauro Nina. Ideias Republicana no Pará: Rebate a uma crítica. Diário de Notícias do Pará. 1888. In: **Crenças e Opiniões**. Belém: Tipografia do Diário Oficial, 1896.

“**SYLLABUS**”. Monfort Associação Cultural. Disponível em:

<http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/silabo/Online>. Acesso em: 22/08/2019 às 08:03:43h.

VIEIRA, Fr. Domingos. **Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa**. Editado por Ernesto Chardron e Bartholomeu H. De Moraes. Porto: Tipografia de Antônio José da Silva Teixeira, 1871-1873, 3. v.

VIEIRA, Fr. Domingos. **Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa**. Editado por Ernesto Chardron e Bartholomeu H. De Moraes. Porto: Imprensa Literário Comercial Editores, 1871-1873, 4. v.

VIEIRA, Fr. Domingos. **Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa**. Editado por Ernesto Chardron e Bartholomeu H. De Moraes. Porto: Tipografia de José da Silva Teixeira, 1871-1874, 5. v.

ANEXO B – Periódicos

A Reforma – 1869.

A República – 1870-1874.

A República: Órgão do Clube Republicano (PA). Belém do Pará – 1886-1887.

Brasil 247 – 2019.

Diário do Rio de Janeiro – 1871.

Folha de São Paulo – 2016.

Galeria Republicana – 1882.

Gazeta da Noite – 1879-1880.

Gazeta de Notícias – 1889.

Gazetinha – 1880-1882.

Jornal da Noite – 1881.

Jornal do Comércio – 1869, 1871.

La Gazette de la Troupe du Théâtre de L'Épée de Bois – 2018.

O Combate - 1882.

O Futuro: Órgão das ideias republicanas. Belém do Pará – 1872.